Plano
Mais Brasil
Mais Desenvolvimento
Mais Igualdade
Mais Participação
PPA
2012 2015

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015

Ano Base 2013

volume II

PROGRAMAS TEMÁTICOS

Tomo III - Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental

BRASIL

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015
ANO BASE 2013

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidenta da República
Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministros:

Ministro de Estado da Advocacia-Geral da União
Luís Inácio Lucena Adams

Ministro de Estado-Chefe da Casa Civil
Aloizio Mercadante Oliva

Ministro de Estado-Chefe da Controladoria Geral da União
Jorge Hage Sobrinho

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Neri Geller

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
Clelio Campolina Diniz

Ministra de Estado da Cultura
Marta Suplicy

Ministro de Estado da Defesa
Celso Amorim

Ministro de Estado da Educação
José Henrique Paim Fernandes

Ministro de Estado da Fazenda
Guido Mantega

Ministro de Estado da Integração Nacional - Interino
Francisco José Coelho Teixeira

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Cardozo

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura
Eduardo Benedito Lopes

Ministro de Estado da Previdência Social
Garibaldi Alves Filho

Ministro de Estado da Saúde
Arthur Chioro

Ministro de Estado das Cidades
Gilberto Magalhães Occhi

Ministro de Estado das Comunicações
Paulo Bernardo Silva

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Luiz Alberto Figueiredo Machado

Ministro de Estado de Minas e Energia
Edison Lobão

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Miguel Soldatelli Rossetto

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Mauro Borges Lemos

Ministro de Estado do Esporte
José Aldo Rebelo Figueiredo

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Mônica Vieira Teixeira

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Manoel Dias

Ministro de Estado do Turismo
Vinicius Nobre Lages

Ministro de Estado dos Transportes
César Augusto Rabello Borges

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Guilherme Afif Domingos

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - Interino
Marcelo Côrtes Neri

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Wellington Moreira Franco

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Ideli Salvatti

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Luiza Helena de Bairros

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Eleonora Menicucci de Oliveira

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República
Antonio Henrique Pinheiro Silveira

Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Thomas Timothy Traumann

Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
Ricardo Berzoini

Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República
Gilberto Carvalho

Ministro de Estado-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
José Elito Carvalho Siqueira

Presidente do Banco Central do Brasil
Alexandre Antonio Tombini

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

PPA 2012 2015

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015

ANO BASE 2013

Volume II – Programas Temáticos (CD-ROM)

Tomo III - Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental

Brasília-DF

2014

CC-BY-NC Creative Commons 2014 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte.

Os endereços nos quais se encontram o original são: http://www.planejamento.gov.br, http://bibspi.planejamento.gov.br e http://ppamaisbrasil.planejamento.gov.br.

Impresso no Brasil.

Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos
Esther Bemerguy de Albuquerque

Diretores da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
Ana Lúcia de Lima Starling
André Arantes Luciano
Bráulio Santiago Cerqueira
Jorge Abrahão de Castro
Leandro Freitas Couto

Colaborador
Ricardo Bielschowsky

Projeto gráfico
Jucildo Augusto da Silva Lima

B823

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015: ano base 2013. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. – Brasília: SPI/MP., 2014.

2 v. (144 p.) : il. + CD-ROM

Conteúdo: v.1 – dimensão estratégica. v.2 – programas temáticos

1. Plano plurianual – avaliação. 2. Políticas públicas. 3. Governo Federal.

CDU 338.26"2012-2015"(81)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO GERAL 11
INTRODUÇÃO 13
PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AMBIENTAL 15
2055 - Desenvolvimento Produtivo 17
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação 52
2047 - Micro e Pequenas Empresas 76
2023 - Comércio e Serviços 82
2024 - Comércio Exterior 90
2076 - Turismo 120
2050 - Mudanças Climáticas 132
2018 - Biodiversidade 147
2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios 184
2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental 204
2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária 216
2012 - Agricultura Familiar 235
2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização 259
2013 - Agricultura Irrigada 294
2028 - Defesa Agropecuária 313
2042 - Inovações para a Agropecuária 337
2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos 355
2052 - Pesca e Aquicultura 369

ANEXO - EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INICIATIVAS 397

APRESENTAÇÃO GERAL

O Governo Federal tem a satisfação de apresentar ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, ano-base 2013, contendo uma descrição dos principais resultados obtidos no exercício em questão, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos Programas Temáticos do plano vigente.

Além de cumprir a determinação legal contida no Artigo 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2012-2015, o presente Relatório também auxilia a gestão e o aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA, de forma a possibilitar maior eficácia na alocação de recursos e a ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade. Constitui também importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo País na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

Neste segundo ano de vigência do PPA destacam-se o equilíbrio entre uma política macroeconômica sólida e as políticas de inclusão social, notadamente no que se refere à garantia de renda; a ampliação dos investimentos em infraestrutura, tanto em volume de obras quanto em recursos; ampliação da participação social na formulação e implementação das políticas; e a postura ativa do governo na regulação da oferta de bens e serviços, bem como no aperfeiçoamento dos seus instrumentos de planejamento e gestão.

Foram fortalecidas as políticas de natureza universal relacionadas à educação, ao trabalho, à saúde, à assistência e à seguridade social, além de estendidos os programas de transferências de renda, de garantia de segurança alimentar e de fomento à agricultura familiar e de preservação do meio ambiente. Cabe também frisar os avanços obtidos na atuação do Estado como investidor e indutor do investimento privado nas áreas de infraestrutura.

Nesse contexto de continuidade de transformações significativas para o País, foi elaborado o presente Relatório que, com o objetivo de facilitar a leitura, está organizado em dois volumes, sendo o primeiro (Volume I) relativo à Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA e o segundo (Volume II) relacionado ao Monitoramento dos Programas Temáticos constantes do Plano. No conjunto, os dois volumes fornecem um panorama geral do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

A Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA compreende uma análise geral do andamento do conjunto de políticas prioritárias, explicitando seus resultados e perspectivas no que se refere às potencialidades de geração de oportunidades e ao enfrentamento das desigualdades que ainda persistem na sociedade brasileira. Este texto conta com uma seção dedicada à estratégia nacional de desenvolvimento e outras seis referentes aos eixos de políticas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia para o desenvolvimento, que contempla o comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano; sistema de proteção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão.

O Volume II, que compreende o Monitoramento dos Programas Temáticos do PPA, é organizado fundamentalmente a partir de informações fornecidas pelos Órgãos do Executivo Federal relativas ao ano base 2013. Ele abrange os 65 Programas Temáticos do PPA e concentra-se nos campos do monitoramento destinados às análises situacionais dos Objetivos e das Metas de cada Programa. Este volume apresenta, para cada Programa Temático, a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às Iniciativas. Ele está organizado em quatro tomos: I - Programas Sociais; II - Programas de Infraestrutura; III – Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; e IV - Programas de Soberania, Território e Gestão. Cada uma das partes contém informações específicas sobre o andamento das políticas nela retratadas, especialmente na análise situacional dos objetivos e das metas.

Pode-se, assim, fortalecer análises que permitam a identificação da necessidade de ajustes no curso das políticas, bem como atuar de forma proativa na superação dos gargalos existentes à implementação do PPA, orientando a atuação do Governo Federal no sentido de construir um Brasil mais justo e igualitário.

Boa leitura!

Miriam Belchior
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

INTRODUÇÃO

O presente volume (Volume II) do Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual do Governo Federal para o período 2012-2015, ano base 2013, é dedicado à avaliação dos 65 Programas Temáticos que compõem o Plano e está organizado em 4 tomos: TOMO I - Programas Sociais; TOMO II - Programas de Infraestrutura; TOMO III - Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; TOMO IV - Programas de Soberania, Território e Gestão.

A avaliação anual dos Programas Temáticos do Plano Plurianual 2012-2015 alinha-se ao processo de monitoramento centrado nos principais atributos do Plano. Como atividade contínua, o monitoramento temático aprimora o entendimento sobre o estágio de implementação das políticas públicas declaradas no PPA, contribuindo para a tomada de decisões na Administração Pública Federal. Desse modo, a gestão do Plano é exercício ativo de melhoria da atuação governamental.

Por outro lado, ao realizar a organização e registro de informações relativas à gestão do Plano, este Relatório possibilita a geração de conhecimento compartilhado, primordial para viabilizar a participação social no seu monitoramento.

Ao explicitar as principais realizações dos programas, esta parte do Relatório de Avaliação fornece os fundamentos para os resultados apresentados na avaliação da dimensão estratégica (Volume I do Relatório de Avaliação), uma vez que o conjunto dos programas temáticos – e das políticas públicas que eles incluem – é a expressão concreta da ação do Governo Federal que traduz de maneira operacional o modelo de desenvolvimento em curso no país.

Da mesma forma, o conjunto de informações disponibilizado neste documento enseja reflexões acerca dos desafios da operação do Estado, principalmente no que se refere à articulação e cooperação interinstitucional e ao fortalecimento do diálogo federativo. Essas questões são pontos estruturantes do modelo de planejamento que se

adotou a partir das inovações introduzidas pelo PPA 2012-2015, com o fortalecimento do seu componente estratégico, participativo e territorial.

Para cada Programa Temático, apresenta-se a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira de todas as ações orçamentárias vinculadas às iniciativas. Com a análise situacional de cada Objetivo e Meta, o Governo promove a transparência do conjunto de ações realizadas e previstas no âmbito do PPA para alcançar os resultados almejados pela sociedade brasileira. Assim, espera-se qualificar ainda mais o diálogo do Governo Federal com a sociedade, Congresso Nacional e demais entes federados na construção de um País com mais desenvolvimento, mais igualdade e mais participação.

Boa leitura!

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015
ANO BASE 2013

Volume II: Programas Temáticos
Tomo III - Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental

PROGRAMA: 2055 - Desenvolvimento Produtivo

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Dispêndios empresariais (privados e públicos) em P&D em relação ao PIB	%	31/12/2010	0,55	31/12/2011	0,59
Idade média da frota - apoio marítimo	ano	31/12/2010	14,67	31/12/2013	12,78
Idade média da frota - apoio portuário	ano	31/12/2010	22,49	31/12/2013	17,76
Idade média da frota - cabotagem e longo curso	ano	31/12/2010	18,32	31/12/2013	15,3
Idade média da frota - navegação interior (autorizadas)	ano	31/12/2010	16	31/12/2013	18
Índice de demanda de energia pelas indústrias em relação ao produto Interno Bruto Industrial (PIB industria)	tep/R$ milhão	31/12/2010	150,7	31/12/2011	142,5
Intensidade de agregação de valor na indústria de transformação	%	31/12/2009	44,3	31/12/2011	44
Participação da indústria de alta- e média-alta tecnologia no Valor da Transformação Industrial Total Brasileira	%	31/12/2009	32,9	31/12/2011	31,7
Taxa de investimento fixo em relação ao PIB	%	01/12/2010	19,5	31/12/2013	18,38

Observações:

Dispêndios empresariais (privados e públicos) em P&D em relação ao PIB - Fonte: MDIC.

Idade média da frota - apoio marítimo - Fonte: Anuário Estatístico Aquaviário 2013, acessível em http://www.antaq.gov.br/portal/Anuarios/Anuario2013 (tabela 1.1.5).

Idade média da frota - apoio portuário - Fonte: Anuário Estatístico Aquaviário 2013, acessível em http://www.antaq.gov.br/portal/Anuarios/Anuario2013 (tabela 1.1.3).

Idade média da frota - cabotagem e longo curso - Fonte: Anuário Estatístico Aquaviário 2013, acessível em http://www.antaq.gov.br/portal/Anuarios/Anuario2013 (tabela 1.1.1).

Idade média da frota - navegação interior (autorizadas) - Fonte: Anuário Estatístico Aquaviário 2013, acessível em http://www.antaq.gov.br/portal/Anuarios/Anuario2013 (tabela 1.2.2).

Intensidade de agregação de valor na indústria de transformação - Fonte: Pesquisa Industrial Anual (Empresa) 2011, acessível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/2011/defaulttabpdf.shtm (tabela 1.8). Dado consolidado mais recente disponível.

Participação da indústria de alta- e média-alta tecnologia no Valor da Transformação Industrial Total Brasileira - Fonte: MDIC.

Taxa de investimento fixo em relação ao PIB - Resultado referente ao período jan-dez 2013, conforme Contas Nacionais Trimestrais, disponíveis em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pib-vol-val_201304_8.shtm.

OBJETIVO: 0194 - Fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

O fomento ao complexo da saúde se baseia no financiamento da produção dos insumos estratégicos, no fortalecimento da produção para favorecer o acesso a equipamentos e materiais de uso em saúde, fármacos e medicamentos desenvolvidos

Plano Mais Brasil

nacionalmente e em acordo com as linhas de cuidado prioritárias – articulando programas da assistência farmacêutica com a modernização da rede de laboratórios públicos –, e no uso do poder de compra governamental, sobretudo para estimular a produção no país, mediante Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) e transferências de tecnologia para produção local de vacinas.

Em 2013, ações voltadas para o fortalecimento dos laboratórios públicos, Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) e de suporte tecnológico resultaram no desenvolvimento de projetos de reestruturação da infraestrutura, desenvolvimento e inovação e na qualificação da gestão. No ano, foram contemplados 18 laboratórios públicos e 14 ICTs, que receberam investimentos na ordem de R$ 165 milhões, fomentando 40 projetos.

No âmbito das PDPs, em 2013, foram firmadas 52 parcerias relacionadas ao desenvolvimento de medicamentos e dispositivos médicos, sendo que, desse total, 26 contemplam produtos biológicos. Desses, 16 produtos são de última geração, sendo seis para câncer, quatro para artrite reumatoide, um para diabetes, um cicatrizante cirúrgico, um hormônio de crescimento e três imunoterapias (vacinas). Ainda neste bloco, foram firmadas duas parcerias visando à retomada da produção nacional de insulina humana.

Destaca-se ainda a obtenção do registro do medicamento antineoplásico Mesilato de Imatinibe para distribuição pública nas apresentações farmacêuticas de 100 mg e 400 mg. Dessa forma, em 2013, somaram-se 104 PDPs, articuladas pela ação governamental, que compreendem 97 produtos, sendo 66 medicamentos, sete vacinas, 19 produtos para saúde e cinco de pesquisa e desenvolvimento.

Essas parcerias permitem negociar reduções progressivas de preços, na medida em que a tecnologia é transferida e desenvolvida, incorporando economias significativas para o Sistema Único de Saúde (SUS), estimadas em cerca de R$ 4,1 bilhões/ano. Contabilizam- se, ainda, como resultado dessas parcerias, R$ 8,9 bilhões/ano em compras públicas.

Até o final de 2013, foram disponibilizados aproximadamente 120 mil litros de plasma para uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados. Foram ainda realizadas 126 visitas técnicas de avaliação a serviços de hemoterapia em todo o país, no âmbito do Programa Nacional de Qualificação da Hemorrede (PNQH).

A Fiocruz executou atividades de modernização, desenvolvidas na área de gestão da qualidade, gestão ambiental e biossegurança, saúde do trabalhador e qualificação da força de trabalho em 28 unidades. Informatizou-se o projeto de acompanhamento dos sistemas locais da qualidade da Fiocruz, com propósito de realizar o levantamento da situação da gestão da qualidade das Unidades da Fiocruz, resultando em melhor identificação das lacunas nas adequações para atendimento as normas de qualidade, incluindo necessidades de adequações físicas. O programa de Capacitação e Disseminação da Cultura da Excelência, em 2013, atendeu a 1.996 inscrições, em um total de 39 eventos, que entregaram à instituição cerca de 130 mil horas efetivas de capacitação.

O CDTS atualmente encontra-se em fase final de construção no campus da Fiocruz em Manguinhos e compreenderá duas modernas edificações no campus de Manguinhos da Fiocruz, com um total de 20.000 m2 de área construída. Entretanto devido à paralisação das obras e as previsões para sua retomada, apenas em final de 2016 a construção entrará em operação. Sem a infraestrutura física plenamente disponível, o desenvolvimento de produtos na Fiocruz tem sido realizado através das atuais plataformas de pesquisa e fomentado pelo Programa de Desenvolvimento Tecnológico em Insumos para Saúde – PDTIS.

Metas 2012-2015

- **Adequação e ampliação do parque produtivo de produtos e serviços estratégicos para atendimento ao SUS, em especial de centros de pesquisa biomédica responsáveis pela produção de soros e vacinas**

  Análise Situacional da Meta

  Informações disponíveis para 2013 indicam que foram apoiados projetos plurianuais (iniciados em anos anteriores) e no âmbito do Programa para o Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (Procis), contemplando 10 Laboratórios Públicos. Estão em análise 48 novos projetos.

- **Ampliar a produção local integrada dos insumos e produtos de maior conteúdo tecnológico, estratégicos para o SUS, passando de 8% em 2011 para 35% até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, aprovaram-se 49 Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), com o objetivo de ampliar a produção integrada dos insumos e produtos de maior conteúdo tecnológico, estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS). Do total de 104 PDPs (firmadas entre 2009 e 2013), sete produtos obtiveram, em 2013, registro junto à ANVISA. Com as aquisições realizadas em 2013, atingiu-se 28% dos 35% previstos na meta do PPA.

Quantidade alcançada

28

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar a produção nacional de genéricos dos itens com patentes vencidas, passando de 20% em 2011 para 60% até 2015**

Análise Situacional da Meta

Visando um melhor tratamento desta informação, em 2013 a referência utilizada passou a ser a da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos – PróGenericos, que utiliza como fonte a IMS Health. Considerando essa fonte oficial, a participação dos genéricos no mercado nacional de medicamentos em 2012 foi de 25,4% (1º Trimestre). Em 2013, participação foi de 27,3% (1º Trimestre). Tendo presente que a entidade que representa o setor de genéricos ainda não disponbilizou seus números oficiais (total de 2013), é pertinente considerar os dados apresentados, mesmo com informações de aumento na participação deste segmento no mercado no período de 2013 a 2014.

Quantidade alcançada

27,3

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar de 20 para 40 o número de projetos de pesquisa clínica realizadas na FIOCRUZ**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, 52 ensaios clínicos estavam em desenvolvimento ou em avaliação de produtos.

Foi considerada somente a métrica de ensaios clínicos. Se fosse considerada a Pesquisa Clínica da Fiocruz, esse número aumentaria significativamente; no entanto, não necessariamente estas destinam-se à geração de insumos para a saúde.

Quantidade alcançada

52

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar de 63 para 73 o número de medicamentos produzidos na Fiocruz, com foco em medicamentos de maior valor agregado até 2015**

Análise Situacional da Meta

Como a meta é para 2015 e o desenvolvimento de produtos tem um tempo médio de 4 a 5 anos para que todos os estudos sejam realizados, somente em 2015 poderemos apurar os resultados.

Quantidade alcançada

63

Data de Referência

31/12/2013

- **Apoiar a modernização produtiva e gerencial de pelo menos oito produtores públicos**

Análise Situacional da Meta

A implementação do Programa para o Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (Procis) permitiu o adensamento das medidas voltadas para o fortalecimento dos Laboratórios Públicos, Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) e de suporte tecnológico, essenciais para a operacionalização das estratégias de fortalecimento do Complexo da Saúde. A dotação orçamentária aprovada para 2013 foi da ordem de R$ 195 milhões. Destes, foram

Plano Mais Brasil

empenhados R$ 165 milhões para projetos voltados a infraestrutura, desenvolvimento e inovação e qualificação da gestão de 18 laboratórios oficiais produtores e 14 ICTs. Com essas medidas, a expectativa é reduzir a vulnerabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS) e as desigualdades regionais, ampliar a capacidade produtiva e fortalecer estruturas tecnológicas montadas com grande custo para a sociedade brasileira.

- **Apoiar dois testes clínicos da vacina contra a dengue**

Análise Situacional da Meta

O projeto de pesquisa 'Dengue: produção de lotes experimentais de uma vacina tetravalente candidata contra dengue', executado no Instituto-Fundação Butantan (IFB), foi financiado, em 2006/2007, com cerca de R$ 1,3 milhão. O IFB elaborou, em acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), um protocolo para ensaios clínicos de Fase II intitulado 'Ensaio clínico Fase II escalonado, randomizado, duplo-cego, controlado para a avaliação da segurança e imunogenicidade da formulação liofilizada da vacina dengue 1, 2, 3, 4 (atenuada) em adultos saudáveis'. Esse estudo de Fase II será financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e pelo IFB, com um aporte de recursos, respectivamente, de R$ 5 milhões e R$ 1 milhão. A Anvisa notificou os pesquisadores envolvidos com algumas exigências a serem cumpridas para a realização do ensaio clínico de Fase II, dentre elas as mais importantes: a) conclusão dos estudos de Fase I realizados nos Estados Unidos como condição para o início do estudo de Fase II no Brasil; e b) validação do teste de PRNT (teste de neutralização de soro antígeno em placa), com o intuito de avaliar a resposta imune dos participantes à vacina. Neste momento, a Anvisa sinalizou a autorização do início do estudo clínico.

- **Atender a demanda nacional do Programa Nacional de Controle da Tuberculose com produção nacional de 2 medicamentos**

Análise Situacional da Meta

O medicamento tuberculostático 4 em 1 (rifampicina + isoniazida + etambutol + pirazinamida) – objeto de Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) firmada com Farmanguinhos – encontra-se na fase de exigência regulatória, com previsão de registro para 2014.

- **Atender a demanda nacional do Programa Nacional para a Prevenção e Controle das Hepatites Virais com produção nacional de 2 medicamentos**

Análise Situacional da Meta

Firmou-se, em 2012, Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) destinada à transferência de tecnologia da vacina hepatite A, entre o Instituto Butantan e a empresa Merck-Sharp-Dohme/MSD. O produtor privado recebeu registro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a vacina já se encontra em aquisição pelo Programa Nacional de Imunização (PNI) para atendimento às demandas do Sistema Ùnico de Saúde (SUS).

O medicamento antirretroviral (Hepatite Viral B) Entecavir – objeto de PDP, firmada com a Fundação Ezequiel Dias (Funed) – encontra-se em fase de desenvolvimento, com previsão de registro para 2014.

- **Atender a demanda nacional do Programa Nacional para a Prevenção e Controle DST/Aids com produção local de 3 medicamentos**

Análise Situacional da Meta

O medicamento antirretroviral Tenofovir – objeto de duas Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), firmadas com a Fundação Ezequiel Dias (Funed) e o Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco (Lafepe), produzido localmente, já possui registro e está em aquisição pelo Ministério da Saúde para atendimento às demandas do Sistema Único de Saúde (SUS). Outros quatro medicamentos para o Programa DST/Aids, objetos de PDPs, encontram-se em fase de desenvolvimento: Entecavir (Funed), Ritonavir (Lafepe), Tenofovir + Lamivudina + Efavirenz (3 em 1) (Farmanguinhos, Funed e Lafepe) e Tenofovir + Lamivudina (2 em 1) (Farmanguinhos, Funed e Lafepe). O medicamento Atazanavir – objeto de PDP firmada com Farmanguinhos – encontra-se em fase de exigência regulatória. Todos esses medicamentos encontram-se na fase de previsão de registro também para 2014.

- **Atender o mercado brasileiro e internacional com a produção nacional de pelo menos uma vacina com a marca**

Brasil

Análise Situacional da Meta

Há sete Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) de vacinas, firmadas desde 2010, com o objetivo de internalizar a tecnologia de produção de vacinas nos laboratórios públicos brasileiros com capacidade de absorção da tecnologia.

No Instituto Butantan há a PDP da vacina Influenza Sazonal, da vacina hepatite A, da vacina HPV e da vacina DTP-acelular. Em Bio-Manguinhos destacam-se as PDP da vacina pneumocócica-10 valente conjugada e da vacina tetravalente viral (MMRV)- fração varicela. Há ainda a PDP da vacina meningocócica C conjugada na Funed. Devido à complexidade inerente ao processo de produção e transferência de tecnologia de vacinas, a exemplo de outros biológicos, a perspectiva de obtenção destas vacinas com a marca Brasil é para 2021. Este prazo para a nacionalização de produtos de alta importância para o país tem respaldo na alínea d, inciso III, Art. 4º da Portaria MS nº 837/2012, que estabelece as diretrizes e os critérios para o estabelecimento das PDPs.

Também estão sendo adquiridas pelo Programa Nacional de Imunização (PNI) a vacina para hepatite A e a vacina tetraviral (varicela), produtos resultantes de PDP firmadas em 2012 com Butantan e Farmanguinhos, respectivamente. Além disso, foi iniciado o processo de desenvolvimento tecnológico/transferência de tecnologia de duas vacinas em 2013. A vacina adsorvida difteria, tétano e pertussis acelular (DTPa) foi incorporada ao Sistema Único de Saúde (SUS) em setembro de 2013 e, após concluído o processo de transferência de tecnologia, será produzida pelo Instituto Butantan. A vacina quadrivalente contra HPV na prevenção do câncer do colo de útero foi incorporada ao SUS em novembro de 2013 e também será produzida pelo Instituto Butantan, conforme previsto no escopo das PDPs.

- **Concluir a construção do complexo industrial de produção de hemoderivados, até 2015**

Análise Situacional da Meta

Os custos do empreendimento (dados de 2012) estão projetados em R$ 855 milhões, incluindo construção, transferência de tecnologia e equipamentos.

Destacam-se, em 2013, as obras de:

1) Construção dos blocos B05 (almoxarifado), B06 (Laboratório do Controle de Qualidade) com obras civis concluídas;

2) Construção dos blocos B02 (fracionamento - produção), B03 (envase e liofilização), B04 (rotulagem e embalagem) com 95% da obra civil concluída;

3) a consolidação das operações do Bloco B01- Câmara Fria, resfriada a 35° C negativos, para triagem e estocagem de plasma.

- **Desenvolver 10 produtos em plataformas do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS) até 2015**

Análise Situacional da Meta

O Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS) encontra-se em fase final de construção no campus da Fiocruz em Manguinhos. Compreenderá duas modernas edificações, com um total de 20.000 m2 de área construída. Entretanto devido à paralisação das obras e as previsões para sua retomada, apenas em final de 2016 a construção entrará em operação. Sem a infraestrutura física plenamente disponível, o desenvolvimento de produtos na Fiocruz tem sido realizado através das atuais plataformas de pesquisa e fomentado pelo Programa de Desenvolvimento Tecnológico em Insumos para Saúde (PDTIS).

Por meio do PDTIS, são fomentados atualmente, 40 projetos de desenvolvimento tecnológico, os quais podem gerar produtos para esta meta do PPA 2012 – 2015. Há quatro projetos em negociação com parceiros do setor produtivo: dois em processo de acompanhamento pós-transferência de tecnologia, um com transferência de tecnologia para a Fábrica Fiocruz de Farmanguinhos e um com produção local. Os demais projetos estão em fase de desenvolvimento.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

Plano Mais Brasil

31/12/2013

- **Disponibilizar 2 produtos para diagnóstico em oncologia**

Análise Situacional da Meta

Iniciativas na área oncológica estão em desenvolvimento em duas unidades da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Em Minas Gerais, no Centro de Pesquisas René Rachou (CPqRR), existe o projeto de desenvolvimento de kit diagnóstico para câncer de colo uterino utilizando a proteína Rap1 recombinante. Na Bahia, no Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz (CPqGM), há o projeto de desenvolvimento de sistema de screening por bioensaio, in vitro e in vivo para avaliação prospectiva de tratamento oncológico. Os projetos ainda estão em andamento.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Disponibilizar 300 mil litros de plasma para o uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013, disponibilizaram-se aproximadamente 120 mil litros de plasma para uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados. Somados com os valores de 2012 (72.069 litros), alcançam-se 192.069 litros.

Quantidade alcançada

192.069

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	300.000	l	192.069	31/12/2013

- **Disponibilizar para o SUS um novo modelo de multiteste para diagnóstico de doenças selecionadas (plataformas de micro arranjos líquidos)**

Análise Situacional da Meta

O prazo médio para o desenvolvimento de um multiteste é superior a um ano, sendo necessário um período maior para se chegar ao produto. O projeto para o desenvolvimento de multiteste baseado na plataforma de microarranjos líquidos está previsto para 2017 e atenderá a triagem de bolsas de sangue doadas no país.

OBJETIVO: 0196 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Com a entrada em vigor da Lei nº 12.598 de 2012, regulamentada por meio do Decreto nº 7.970 de 2013, foi estabelecido o marco regulatório que possibilitará a reorganização e o desenvolvimento da indústria nacional de produtos e serviços de interesse da Defesa. Novos requisitos advindos do marco regulatório impuseram a estruturação de sistemas de informação que, a partir da atividade de Catalogação, propiciem o gerenciamento do conhecimento pertinente, de maneira que três ambientes sistêmicos sejam idealizados e projetados no sentido de compor o Sistema Militar de Catalogação das Forças Armadas Brasileiras (Sismicat): Modelo Conceitual do Sistema OTAN de Catalogação (SOC); Repositório de Dados do Sismicat; e Conformidade Documental da Base Industrial de Defesa (BID). O Ministério da Defesa opera, no momento, uma versão informatizada de apoio ao Sismicat que não atende plenamente às funções e aos requisitos conceituais e informacionais que formatam os processos do ambiente de negócio do sistema, além de estar projetado em modelo tecnológico desatualizado. Assim sendo, optou-se, no momento, por uma solução pronta para uso (‘commercial off-the-shelf’, COTS) junto ao mercado.

O processo de cadastramento das empresas de defesa ainda não foi consolidado, mas está em fase de implementação.

Para 2014, está prevista uniformização de procedimentos relativos à doutrina estabelecida pelo SOC, com a participação do Brasil em fóruns técnicos organizados pela Agência de Manutenção e Suprimento da Organização do Tratado do Atlântico Norte, OTAN (NAMSA). Prevê-se também o aumento da visibilidade da importância da atividade de catalogação para as Federações de indústrias dos estados; a ampliação do quadro de catalogadores das Forças Armadas e entidades civis afins; o provimento das condições necessárias, em articulação com outros órgãos do governo, para que os sistemas de aquisição governamentais se utilizem da catalogação como instrumento para a padronização de itens e produtos, visando à racionalização das compras e otimização do uso dos recursos; o estabelecimento da Política nacional de catalogação; a aquisição de uma solução COTS para a catalogação no padrão SOC; e o desenvolvimento de um sistema para o gerenciamento e controle da base industrial de defesa.

No âmbito do Inova Aerodefesa – programa de apoio à inovação tecnológica nos setores aeroespacial, de defesa e segurança –, está prevista para 2014 a elaboração, pelas Instituições Apoiadoras, dos Planos de Suporte Conjunto, que visam ao planejamento de como serão distribuídos os recursos para a condução, pelas empresas líderes habilitadas, dos Planos de Negócios aprovados. Os processos de habilitação, avaliação e seleção de projetos do Inova Aerodefesa são feitos conjuntamente pelo Ministério da Defesa, a Agência Espacial Brasileira (AEB), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Também deve-se mencionar a revisão da Portaria Interministerial no 750, de 20 de novembro de 2007, que institui a parceria entre o MCTI e o MD, visando a viabilizar soluções científico-tecnológicas e inovações para o atendimento das necessidades do País atinentes à defesa e ao desenvolvimento nacional. Uma das finalidades da revisão é otimizar a sistemática de gestão da carteira de projetos de interesse da Defesa Nacional, apoiados pelo MCTI.

Destaque-se ainda que foi realizada a Oficina Técnica IV da Agenda Tecnológica Setorial de Defesa (ATS - Defesa), com a participação de representantes das três Forças Armadas, do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). No evento, foram discutidas as características econômicas e tendências competitivas dos três setores selecionados da Indústria Brasileira de Defesa como prioritários, dentro do Plano Brasil Maior (PBM): Sistemas de Comando e Controle; Veículos Não Tripulados; e Armas e Munições Inteligentes.

Metas 2012-2015

- **Fabricar o fuzil brasileiro**

  Análise Situacional da Meta

  Com o intuito de promover o incremento da fabricação nacional de materiais, equipamentos e armamentos de interesse militar, a Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), empresa vinculada ao Ministério da Defesa (MD), deu continuidade ao projeto de fabricação do Fuzil 5,56mm IA2, da Carabina 5,56 Imbel IA2 e do Fuzil Imbel IA2. No primeiro semestre de 2013 ocorreu a fabricação do Lote Piloto e sua apresentação ao Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) do Exército (EB), para avaliação.

  No período em análise, foi publicada a Portaria nº 211 do Estado-Maior do Exército, de outubro de 2013, tornando o Fuzil 5,56mm IA2 arma de dotação do EB. Ocorreram, também, alterações técnicas no projeto do Fuzil de Assalto 7,62mm IA2, que será avaliado pelo Centro de Avaliação do Exército (CAEx), órgão subordinado ao DCT.

  O EB fez o pedido de mais mil fuzis 5,56mm IA2 e diversos órgãos de Segurança Pública contrataram a aquisição de Carabina 5,56mm Imbel IA2, ultrapassando a quantidade de 500 armas. Para 2014, espera-se a contratação de outros lotes de produção. Também se aguarda a conclusão das alterações técnicas do Fuzil de Assalto e da Carabina 7,62 IA2, e que seja iniciada a fase de testes no CAEx.

OBJETIVO: 0757 - Modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira e o parque nacional de estaleiros de modo a atender à navegação de longo curso, de cabotagem e navegação interior.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Plano Mais Brasil

Análise Situacional do Objetivo

O fomento à modernização, renovação e ampliação da frota naval brasileira, além de contribuir para a geração de emprego e renda, atingindo 78 mil empregos diretos em 2013, é fundamental para o aumento da competitividade sistêmica da economia, pois propicia a redução de custos logísticos por meio do desenvolvimento do modal aquaviário. Em 2013, houve conclusão de 77 embarcações e quatro projetos de estaleiros. Além disso, incorporaram-se outros 64 projetos que foram contratados ou tiveram sua construção iniciada.

A carteira do Fundo da Marinha Mercante (FMM) é atualmente composta de 402 projetos contratados com os agentes financeiros (BNDES, BB, CAIXA, BNB e BASA) e alcança o montante de R$ 40 bilhões. Desse total, são 391 projetos de embarcações e 11 projetos em estaleiros. Atualmente, 160 embarcações e 8 estaleiros estão em construção, e 231 embarcações e 3 estaleiros estão contratados e devem ser iniciados em seguida. A carteira do FMM é bastante dinâmica, pois ocorrem entregas de embarcações, ao mesmo tempo em que novos projetos são iniciados.

Devido à complexidade e especificidades do setor, os empreendimentos de construção naval têm longo prazo de execução. A atual carteira do FMM abrange projetos com expectativa de entrega até 2020. Considerando o horizonte 2015, há expectativa de conclusão de mais 275 embarcações e 11 projetos em estaleiros. No entanto, vale salientar que o ritmo e desenvolvimento das obras financiadas pelo FMM são condicionados pelo interesse privado.

Metas 2012-2015

- **Fomentar a construção de 12 estaleiros com recursos do FMM**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2013, foram concluídos quatro projetos de estaleiros: São Miguel e Aliança (ambos em São Gonçalo/RJ), Wilson Sons II (Guarujá/SP) e Vard Promar (PE). Todos os demais projetos estão iniciados. Todos têm previsão de conclusão até 2015.

Devido a alterações ocorridas nos projetos, a meta manteve-se em 12 estaleiros, mas na regionalização houve mudanças. Será necessário incluir um projeto de estaleiro no Vetor Logístico Nordeste Meridional (Estaleiro Enseada Paraguaçu/BA). Atualizando a meta teremos um projeto no Vetor Logístico Amazônico, um no Vetor Logístico Centro-Sudeste, dois no Vetor Logístico Leste, dois no Vetor Logístico Nordeste Setentrional, cinco no Vetor Logístico Sul e um no Vetor Logístico Nordeste Meridional.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/01/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	1	unidade	0	31/01/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2	unidade	1	31/01/2014
Vetor Logístico Leste	4	unidade	2	31/01/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	2	unidade	1	31/01/2014
Vetor Logístico Sul	3	unidade	0	31/01/2014

- **Fomentar a contratação de 24,5 bilhões em projetos de embarcações com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM)**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, contratam-se R$ 5,5 bilhões em projetos de embarcações financiadas com recursos do Fundo da Marinha Mercante. Até 2015, considerando os projetos já aprovados (priorizados) pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, estima-se que o montante contratado seja ampliado, o que permitirá atingir a meta do PPA. Em 2012, contrataram-se R$ 6,6 bilhões, totalizando R$ 12,1 bilhões no biênio 2012-2013.

Quantidade alcançada

12,1

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0847 - Promover a competitividade, a agregação de valor e o adensamento da indústria, por meio da avaliação, aprimoramento, reformulação e expansão dos mecanismos existentes.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

A implementação deste objetivo se apoia nas iniciativas a ele associadas, dentre as quais destaca-se o aprimoramento do processo produtivo básico (PPB) como instrumento de política industrial, cuja execução encontra-se em fase adiantada de execução, inclusive com alcance parcial de suas metas. No segundo semestre de 2013, encerrou-se o trabalho de redesenho de processos.

A fiscalização do PPB é uma atividade de rotina, e vem ocorrendo de acordo com o cronograma de execução. O resultado apurado em 2013 foi de 35 fiscalizações, superior à meta prevista de 30. Além disso, foram realizadas sete visitas prévias, parte do processo de habilitação provisória.

O extensionismo industrial e empresarial é mais uma iniciativa articulada com as Agendas Estratégicas Setoriais do Plano Brasil Maior (PBM), servindo de instrumento de alavancagem da indústria, na medida em que promove competitividade industrial, agregação de valor e o adensamento da cadeia, que são pressupostos da própria política industrial. A atuação governamental se volta basicamente para o desenvolvimento e capacitação de fornecedores. Até o momento, foram priorizados os setores automotivo, de petróleo, de gás e naval, com o objetivo de desenvolver relacionamentos cooperativos, mutuamente atrativos, entre grandes empresas e fornecedores de sua cadeia de valor. A finalidade é adequar os requisitos necessários para facilitar a realização de negócios entre eles, melhorando a competitividade de cerca de 300 empresas envolvidas e das cadeias produtivas como um todo. Em 2012 foram firmados quatro convênios, contemplando empresas dos estados da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais, priorizando os setores automotivo, de petróleo, de gás e naval, no valor global de R$ 4.570.820,00. Em outubro de 2013, foram concluídos dois processos de chamamento público, em que foram selecionadas sete propostas para o setor automotivo e duas dos setores de petróleo, gás e naval. Desses, foram firmados três convênios, no valor global de R$ 3.528.200,00, com impacto financeiro em 2013, 2014 e 2015.

No que se refere ao fomento à instalação de incubadoras industriais e centrais de serviços e de comercialização industrial em arranjos produtivos locais (APLs), sua implementação dá-se por meio de projetos de emendas parlamentares, sendo que no ano foram firmados 23 convênios, apoiando 23 projetos, no valor global de R$ 7.150.000,00.

Ainda em relação a APLs, outras ações estão em curso, a exemplo da celebração do Memorando de Entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e a Comissão Europeia, com objetivo de promover a inovação e o desenvolvimento de modernas políticas de "clusters". Com isso, foi estabelecido o diálogo sobre políticas para "clusters", inovação, competitividade e pequenas e médias empresas, por meio da criação de agenda bilateral no Programa Diálogos Setoriais Brasil – União Europeia entre o MDIC e a DG Enterprise (um departamento da Comissão Europeia). Como desdobramento do Memorando, foi selecionado o Projeto BioXCluster, do setor de Biotecnologia.

Nesse sentido, as Secretarias de Desenvolvimento da Produção (SDP) e de Inovação (SI), do MDIC, realizaram o Encontro Brasil – União Europeia em Clusters de Biotecnologia, com atividades voltadas à cooperação entre arranjos produtivos locais ("clusters") brasileiros e europeus na área de biotecnologia, durante a feira internacional BioPartnering Latin America 2013, em setembro de 2013, no Rio de Janeiro. Participaram do Encontro representantes de quatro APLs de biotecnologia brasileiros e 8 "clusters" europeus.

Entre as razões para a internacionalização dos "clusters", destacam-se: facilitar o acesso aos mercados externos; acessar tecnologias e "know-how" não disponíveis dentro do próprio APL; e trocar informações e experiências em nível internacional. Ressalte-se que as ligações entre os "clusters" tenderão a ocorrer naturalmente se os ganhos de eficiência que elas promoverem puderem ser adequadamente apropriados pelas firmas.

Ademais, essas iniciativas se beneficiam com a contribuição dada pelo Observatório de APLs, desenvolvido por deliberação do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL), sob a coordenação do

Plano Mais Brasil

MDIC, com a finalidade de monitorar e qualificar as políticas públicas para APLs no território nacional. Esse sistema é composto por uma rede social, um portal de internet e um banco de dados, todos eles integrados. A Rede Social dos APLs é uma plataforma fechada de comunicação entre o GTP APL, instituições de apoio, Núcleos Estaduais de Apoio aos APLs e APLs, hoje composta por mais de 1.400 participantes. O Banco de Dados Nacional dos APLs (BDN) é um sistema criado para armazenar as diversas informações de todos os atores envolvidos no processo de desenvolvimento dos APLs. Finalmente, o Portal do Observatório é um sítio eletrônico construído com a ferramenta CMS (OpenCMS), onde as informações armazenadas são sistematicamente apresentadas, além das veiculações de notícias, eventos, bibliotecas e demais assuntos pertinentes ao tema. Desde seu lançamento, em dezembro de 2012, o Observatório Brasileiro de APL (OBAPL) tem sido utilizado em diversos treinamentos junto às Unidades da Federação e também junto aos APLs. No total, após treinamentos realizados, 23 estados já estão aptos para operar as diversas ferramentas do sistema.

Ainda não se concretizaram as ações relacionadas ao fortalecimento dos APLs e das cadeias produtivas; porém, estão sendo construídas parcerias para isso com a ABDI e o Ministério da Cultura.

A implantação do Sistema de Monitoramento da Política Industrial está inteiramente disponível no site do Plano Brasil Maior (PBM) e a gestão é feita pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Ademais, as informações da política estão publicadas no site do Plano Brasil Maior, em http://www.brasilmaior.mdic.gov.br.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 80 Arranjos Produtivos Locais no país**

Análise Situacional da Meta

O Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL) possui a atribuição de elaborar e propor diretrizes gerais para a atuação coordenada do governo no apoio a arranjos produtivos locais (APLs) em todo o território nacional.

Atualmente, o GTP APL foca sua atuação em 273 APLs prioritários, indicados pelos Núcleos Estaduais de Apoio, buscando atender a critérios de diversidade setorial e prioridades de desenvolvimento regional. Portanto, a meta já foi amplamente superada.

Nesse contexto de apoio aos APLs prioritários, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) lançou, em agosto de 2013, dois editais de chamamento público, para seleção de projetos de fortalecimento e desenvolvimento de fornecedores dos setores de autopeças e de petróleo, gás e naval, instalados em APLs, tendo sido selecionados nove projetos e firmados três convênios. Em setembro de 2013, também foi lançado edital para apoio à elaboração de planos de desenvolvimento para 27 APLs de economia criativa, sendo um por Unidade da Federação. Os APLs foram selecionados por meio de chamada pública e a contratação dos serviços está sendo licitada, devendo ser concluído o processo seletivo em janeiro de 2014.

Na Reunião Plenária do GTP APL realizada em março de 2013, foi aprovada a entrada de novos integrantes. São eles: Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), Ministério da Cultura (MinC), Ministério da Saúde (MS), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam); Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco); e Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), totalizando 40 instituições com políticas e ações de apoio aos APLs.

Quantidade alcançada

273

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar sistema informatizado integrado para concessão e acompanhamento de PPBs**

Análise Situacional da Meta

A concessão e o acompanhamento de Processos Produtivos Básicos (PPBs) passaram por revisão de fluxo processual, ao longo de 2013. Esse trabalho foi feito em conjunto pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). O sistema informatizado para essas tarefas recebeu o nome de "Plataforma Cairu" e englobará inicialmente apenas os processos de fixação e alteração de PPB. Foi realizado todo o levantamento de requisitos do aplicativo, restando iniciar a construção propriamente dita (desenvolvimento do código).

Foi feita a opção de se implementar inicialmente o módulo de controle de ex-tarifários de bens de capital, com previsão de término em março de 2014. Em consequência, o módulo de concessão e acompanhamento de PPB só deverá estar implementado no final do primeiro semestre de 2014. Já foram concluídos cerca de 40% do sistema, atualmente na fase de levantamento de requisitos.

(A unidade de medida desta meta é 'percentual de execução'.)

Quantidade alcançada

40

Data de Referência

31/12/2013

- **Reformular a metodologia de concessão de Processo Produtivo Básico (PPB)**

Análise Situacional da Meta

A meta foi totalmente alcançada já em 2012. O fluxo de processo de concessão de PPB foi redesenhado e já está sendo implementado, bem como o incremento de controles internos, a fim de observar melhor os prazos previstos e dar maior transparência às empresas que participam do processo.

OBJETIVO: 0848 - Induzir a ampliação do investimento fixo na indústria por meio de benefícios fiscais e creditícios, simplificação de exigências regulatórias e disseminação da informação.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito do Plano Brasil Maior, houve continuidade dos estímulos ao desenvolvimento das cadeias produtivas, por meio de medidas com grande capacidade de arrasto e maior impacto para o crescimento do conjunto da indústria. No conjunto de medidas, destacam-se: i) redução dos custos do trabalho e do capital; ii) estímulos ao desenvolvimento das cadeias produtivas; e iii) defesa comercial.

Entre as medidas de redução dos custos do trabalho e capital, estão: desoneração da folha de pagamento, abrangendo 56 setores, com renúncia fiscal de mais de R$ 8 bilhões em 2013; desoneração dos investimentos, pela completa desoneração dos tributos federais (IPI e PIS/Cofins) sobre os bens de investimento, com impactos nos níveis agregados de atividade, emprego, investimento e exportação da economia brasileira em 2013, de 0,25%, 0,35%, 1,46% e 0,14%, respectivamente; desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para os setores industriais da ordem de R$ 31,4 bilhões em 2013.

Cabe destacar, no âmbito dos desembolsos do BNDES, os destinados ao complexo sucro-alcooleiro e à produção de biocombustíveis (R$ 3,1 bilhões); ao setor de telecomunicações e ao complexo eletrônico (R$ 3,0 bilhões); ao setor de produtos químicos e farmacêuticos (R$ 2,4 bilhões); e ao setor de petróleo e gás (P&G) e à cadeia produtiva associada ao setor (R$ 6,2 bilhões). As operações de financiamento à aquisição de bens de capital e equipamentos por meio dos produtos BNDES-FINAME atingiram R$ 70,5 bilhões.

No âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) do BNDES, em 2013, desembolsaram-se R$ 82,1 bilhões. Nas linhas de bens de capital de PSI, foram R$ 72,8 bilhões, sendo R$ 32,7 bilhões em ônibus e caminhões; R$ 12,3 bilhões em equipamentos agrícolas; R$ 7,7 bilhões em financiamento a produção de produtos para exportação; e R$ 1,7 bilhão nas linhas de inovação e Proengenharia.

Plano Mais Brasil

Ainda no que tange à redução dos custos do capital, o Inova Empresa é um plano de investimento em inovação lançado em março de 2013, que prevê apoio a empresas, por meio de subvenção, crédito, financiamento não reembolsável e participação em capital da ordem de R$ 32,9 bilhões até 2014, dos quais R$ 23,5 bilhões em projetos nas áreas definidas como estratégicas [Energias Renováveis, Petróleo e Gás, Saúde, Defesa e Aeroespacial, Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), Agroindústria e Sustentabilidade Socioambiental]. Em 2013, os editais lançados somam R$ 22,5 bilhões, com propostas de 2.667 empresas e 223 instituições de Ciência e Tecnologia (C&T).

Também deve-se destacar a elevação do número de empresas optantes pelo Simples Nacional, que alcançou 8,2 milhões de empresas, das quais 44% são Microempreendedores Individuais (MEI).

O ano de 2013 também foi marcado por melhoria nas condições de financiamento do programa para renovação e plantio de novos canaviais, com taxas de juros de 5,5% ao ano, e mais de R$ 2 bilhões em recursos do BNDES e da poupança rural para estocagem de etanol.

No que se refere às medidas de estímulo ao desenvolvimento das cadeias produtivas, tem-se:

- Regimes tributários especiais, com destaque para o programa Inovar Auto. Até o presente momento, ele habilitou 48 empresas, sendo 21 fabricantes, 14 importadores e 13 novos projetos de investimento, com previsão de investimentos em ativos fixos de R$ 7,7 bilhões e de incremento da capacidade instalada de produção no montante de 525,7 mil veículos, gerando mais de 12,5 mil empregos diretos. Além de exigir níveis mínimos de investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), o programa define metas de eficiência energética dos veículos para o período 2013-2017. A renúncia fiscal do programa em 2013 foi de R$ 1,5 bilhão.

- Aprimoramento dos programas setoriais do BNDES focados em inovação e desenvolvimento tecnológico de cadeias intensivas em conhecimento, com revisão de regras de acesso e garantias, e expansão de recursos. Para o período 2013-2017, os programas BNDES Profarma (para o complexo industrial da saúde) e BNDES Prosoft (para a indústria de software e serviços de tecnologia da informação) receberão aporte de R$ 5 bilhões cada um, e o BNDES Proplástico (para a cadeia produtiva do plástico) receberá aporte de R$ 1,3 bilhão. O BNDES P&G (para a cadeia de fornecedores de bens e serviços relacionados ao setor de petróleo e gás natural) receberá aporte de R$ 4 bilhões para o período 2013-2015.

- Renúncia fiscal associada a todos os regimes tributários especiais de R$ 19,8 bilhões em 2013. O Regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados a atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), que permite a importação de equipamentos específicos para serem utilizados diretamente em pesquisa e exploração de petróleo e gás natural, respondeu por 60% desse montante, seguidos pelo Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reid) e pelo Inovar Auto, ambos com R$ 1,5 bilhão cada.

No âmbito das medidas de defesa comercial, destaque para:

- Concessão de 2.831 ex-tarifários em 2013, que geraram importações de bens de capital e bens de informática e tecnologia sem similar nacional na ordem de US$ 17,5 bilhões, comparado a US$ 6,9 bilhões em 2012. O volume de investimentos realizados no país para receber e instalar essas máquinas foi de R$ 40,5 bilhões;

- Aumento no número de pedidos de ressarcimento tributário no Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), que, até novembro de 2013, chegou a mais de 8,2 mil, com mais de R$ 4 bilhões em créditos tributários compensados e pouco mais de R$ 1 bilhão em créditos tributários pagos;

- Antidumping: publicação do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, que aumenta a celeridade e a transparência dos processos;

- Desembolsos do BNDES em programas de apoio à exportação, que alcançaram R$ 15,1 bilhões em 2013, sendo R$ 9,7 bilhões na modalidade pré-embarque e R$ 5,5 bilhões na modalidade pós-embarque;

- Aprovação de recursos do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) para 2013 na ordem de R$ 2,5 bilhões, alavancando mais de US$ 6,2 bilhões em exportações no ano.

Metas 2012-2015

• **Criar o Portal do Observatório do Investimento**

Análise Situacional da Meta

A criação do Portal do Observatório do Investimento foi descartada por dois motivos.

Em primeiro lugar, chegou-se à conclusão de que um novo Portal poderia concorrer com o próprio portal já existente da Rede Nacional de Informações sobre o Investimento, a Renai (http://investimentos.mdic.gov.br/), que já divulga informações relevantes ao investidor e demais interessados no assunto, como oportunidades de investimento, apoio ao investidor, investimentos anunciados e incentivos.

Em segundo lugar, percebeu-se que o assunto "investimento" poderia ser tratado, do ponto de vista estatístico, pelo projeto do Observatório da Indústria, que trataria de diversos temas relacionados à atividade industrial, como emprego e comércio exterior.

O Observatório da Indústria ainda encontra-se em construção, mas pode-se considerar que, embora não esteja oficializado, já opera em capacidade mínima, com um conjunto razoável de dados sobre a atividade dos setores industriais.

OBJETIVO: 0849 - Atrair projetos e centros de P&D de empresas estrangeiras, por meio de medidas fiscais, regulatórias e creditícias.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal tem conjugado esforços para a atração de centros e projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) para o Brasil. A priorização de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação representa questão estratégica para que o país consiga elevar seu nível de produtividade industrial e caminhar em direção ao desenvolvimento econômico.

Com o lançamento, em março de 2013, do Plano Inova Empresa – pacote de estímulos de R$ 32,9 bilhões que objetiva elevar o índice de inovação tecnológica, a competitividade e a produtividade da indústria nacional –, o Governo Federal passou a dar ainda mais prioridade ao tema. O Inova Empresa prevê a implementação da Sala de Inovação, que servirá como uma instância de articulação entre as decisões superiores e as estratégias específicas de apoio a empreendimentos inovadores de grande porte e atração de centros e projetos de P&D. Esse tema vem sendo discutido no âmbito da Coordenação Sistêmica de Inovação (CSI) do Plano Brasil Maior, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

A Secretaria de Inovação (SI) do MDIC tem contribuído para atingir as metas deste objetivo, principalmente, por meio do trabalho que está sendo realizado em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) para gerar inteligência sobre a inovação no país e atrair centros e projetos de P&D. O projeto busca definir uma estratégia para o posicionamento do Brasil como um player global na atração de investimentos em inovação. O projeto tem como objetivo entender o atual estágio de desenvolvimento da atividade de P&D no Brasil, identificar os pontos fortes e fracos do ambiente de inovação, as oportunidades de melhoria e de potenciais investimentos. Os setores escolhidos para estudo foram Petróleo e Gás, Energias Renováveis, Saúde, e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Ao longo do ano de 2013, já foram entregues os resultados da fase 1 e 2 do estudo (panorama do ambiente de inovação no Brasil e tendências de investimentos nos quatro setores selecionados). A previsão é que o estudo seja concluído e entregue no primeiro trimestre de 2014.

A partir das informações obtidas no estudo, serão definidos conteúdos para a realização de comunicação direcionada a potenciais investidores na área de P&D no Brasil. Essa comunicação se dará por meio digital, impresso e também por ações de promoção comercial (divulgações em eventos, roadshows, reuniões, feiras de divulgação do país etc.). O documento apontará ainda uma relação de empresas dos setores selecionados que possuem alto potencial para que invistam em P&D no Brasil.

Assim, é importante ressaltar que, após a conclusão, os subsídios gerados servirão tanto para orientar o trabalho da Sala de Inovação como para aperfeiçoar os instrumentos e políticas públicas de atração de investimentos em P&D. O Governo

Plano Mais Brasil

Federal adotará uma postura proativa na prospecção internacional de investimentos em P&D.

No que diz respeito à adaptação ou criação de instrumentos, destaca-se que o MCTI lançou, em setembro de 2013, um edital para atração de Centros Globais de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no país. Esse edital tem o objetivo de ampliar o mercado e a pesquisa na área de Tecnologia da Informação por meio de parcerias com multinacionais para a implementação de centros de pesquisa no Brasil. A iniciativa visa orientar e estimular empresas estrangeiras e nacionais que tenham entre suas atividades o desenvolvimento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I). As propostas aprovadas pela chamada pública contam com R$ 14 milhões em recursos de bolsas oriundos do Fundo Setorial de Tecnologia da Informação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT/CT-Info), que serão administrados pelo Centro Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico (CNPq/MCTI) e utilizados em até cinco anos. O financiamento tem o valor máximo de R$ 2 milhões por projeto e a contrapartida mínima será de 100% do valor solicitado.

Outro diferencial para apoiar esse tipo de investimento é o trabalho realizado pela Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex) de apoio às empresas interessadas em participar do edital. A Softex, como braço do Programa Estratégico de Software e Serviços de TI (TI Maior), iniciativa do MCTI de apoio ao setor, fornece assessoramento na utilização dos mecanismos públicos de apoio à inovação, quer sejam incentivos fiscais ou captação de recursos e transferência de tecnologia. Além disso, a entidade atua na construção de cooperações em rede entre empresas privadas, governo e universidades que, além de P&D, inclui a propriedade intelectual como fator competitivo para empresas.

Em relação ao Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), em função da redefinição sobre o modelo de gestão de Empresa Estatal para Organização Social, vinculada ao MDIC – acordada entre o próprio MDIC e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão –, a Secretaria de Inovação está coordenando e articulando junto à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e aos inúmeros atores privados e públicos envolvidos a implementação de cada uma das etapas necessárias à consecução desse modelo. Foram realizadas, ao longo de 2013, reuniões com entidades representativas dos setores produtivos (cosméticos, higiene pessoal, perfumaria e fármacos, entre outros) mais relacionados à pesquisa e desenvolvimento de produtos da biodiversidade brasileira, em especial a amazônica, para detalhar objetos e prioridades de atuação do CBA de forma que seu principal foco seja o desenvolvimento e consolidação tecnológica, industrial e econômica das empresas instaladas na região.

Metas 2012-2015

- **Atrair 40 centros de P&D**

Análise Situacional da Meta

O Governo Federal atuou, por meio de diversas medidas fiscais, de crédito e de regulação, na atração de investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) para o Brasil. Os centros de P&D atraídos para o país estão espalhados por todo o território, sendo que diversos desses centros receberam apoio do governo para sua instalação e desenvolvimento. Identificaram-se 28 empresas multinacionais que anunciaram projetos e centros de P&D para o Brasil entre 2012 e 2013. Para contabilização na meta do PPA, serão consideradas as datas de inauguração / início das atividades no centro de P&D. Com esse critério, foram mapeados 18 centros inaugurados no período.

Quantidade alcançada

18

Data de Referência

28/01/2014

OBJETIVO: 0850 - Expandir, diversificar e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades, capacitações e potencialidades das empresas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

As ações de expansão, diversificação e aperfeiçoamento dos mecanismos de incentivo à inovação têm sido priorizadas pelo Governo Federal, em especial pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que buscam sempre uma maior adequação às necessidades, capacitações e potencialidades das empresas.

O Governo Federal, intensificando sua atuação no incentivo à inovação, lançou o Plano Inova Empresa, o qual consiste em um investimento em inovação a fim de elevar a produtividade e a competitividade da economia brasileira. O plano, com investimento total previsto de R$ 32,9 bilhões em 2013 e 2014, é um novo modelo de fomento à inovação que atua na descentralização do crédito e da subvenção econômica para grandes, médias e pequenas empresas, na articulação entre as instituições de fomento para o uso coordenado dos diferentes instrumentos e, ainda, na redução de prazos e simplificação administrativa.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), além de outras instituições como a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), trabalham juntos no Plano Inova Empresa para o financiamento público de projetos, apoiando setores considerados prioritários pelo Governo, como Saúde, Aeroespacial, Energia, Petróleo e Gás, Sustentabilidade Socioambiental e Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Além disso, o Governo Federal tem discutido alterações no marco legal de inovação. Foi elaborado um texto substitutivo que se encontra em processo de análise e discussão no Congresso Nacional e em outros órgãos federais. Foram elaborados pareceres com sugestões de alterações na Constituição Federal, na Lei de Inovação e em outras leis específicas que impactam o processo de inovação nas empresas, como a Lei do Bem. As propostas buscam atingir os seguintes objetivos:

• Facilitação da transferência tecnológica e do relacionamento entre universidades/centros de pesquisa públicos e empresas;

• Estímulo à geração de novos negócios inovadores;

• Incentivo às atividades de inovação nas empresas brasileiras com mecanismos adequados às suas necessidades; e

• Aumento da competitividade internacional da inovação brasileira com maior compartilhamento de risco com o governo e a redução do custo das atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) realizadas no país.

A Secretaria de Inovação (SI) do MDIC, em parceria com entes privados, também realiza o programa InovAtiva Brasil. O objetivo do programa é capacitar em larga escala empreendedores de negócios de alto impacto (startups). Além disso, o programa oferece oportunidades e fomenta o networking entre os empreendedores. Em 2013, o programa foi realizado em três etapas. A primeira, 100% online, ofereceu vídeos gratuitos com conteúdo de empreendedorismo. Nessa etapa, além da capacitação, os empreendedores tiveram a oportunidade de enviar seus projetos de negócio. Entre as 1.600 propostas recebidas (bem acima da expectativa, de 300 projetos), os 50 melhores foram selecionados para participar da segunda fase que, além de disponibilizar mais conteúdo online, teve um workshop presencial em que os empreendedores tiveram acesso a uma rede de mentores dos parceiros privados da iniciativa. Os 20 melhores projetos foram selecionados para participar da última fase, em que os empreendedores tiveram uma nova rodada de capacitação, mentoria e coaching e, no final, apresentaram seu negócio a uma banca de investidores e especialistas. Em janeiro de 2014, a SI levou os finalistas para uma semana de reuniões e apresentações com universidades, incubadoras de empresas e investidores no Vale do Silício (EUA).

No que diz respeito à disseminação da cultura da inovação, apoiou-se a 1ª Edição do Congresso de Investimento Anjo. Os investidores anjo são pessoas físicas, tipicamente ex-empresários, que proveem capital financeiro e sua rede de contatos a negócios nascentes e com alto potencial de crescimento. Em troca desse apoio, esses investidores recebem uma participação na empresa. Tais investidores são fundamentais para fomentar o surgimento e o desenvolvimento de novos negócios inovadores e, portanto, são alvo de políticas públicas. Além desse evento, apoiaram-se ainda o 5º Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria, realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), e o XXIII Seminário

Plano Mais Brasil

Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas, promovido pela Associação Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas (Anprotec). Destaca-se que a CNI e a Anprotec são duas instituições de suma importância para o fomento à inovação no setor produtivo brasileiro e o apoio a tais eventos está em linha com os objetivos de disseminação da cultura de inovação.

Na área de cooperação internacional para promover a inovação, o MDIC, em conjunto com o governo israelense, lançou ao final de 2012 o Segundo Edital para apresentação de propostas de cooperação em P&D Industrial entre Brasil e Israel. O Edital foi aberto a empresas brasileiras e israelenses que desejavam elaborar em conjunto projetos de pesquisa e desenvolvimento industrial nos setores de TIC, Defesa, Saúde e Energia Renovável. O objetivo foi incentivar o desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços de aplicação industrial direcionados à comercialização nos mercados domésticos e/ou global. Em 2013, foram realizadas duas etapas de análise das propostas, com cinco projetos de cooperação aprovados e encaminhados para solicitação de financiamento nas agências de fomento. Ainda no foco internacional, foram desenvolvidas ações com diversos outros países, como a coordenação do Grupo de Trabalho Brasil-França sobre Inovação, que permite a troca de experiências e conhecimentos sobre inovação.

Em relação Programa Brasileiro de Design (PBD), no ano de 2013, propôs-se a alteração do Decreto, que consiste em atualizar a composição do Comitê Executivo do PBD; ajustar a denominação de órgãos membros do Comitê Executivo à situação atual e redefinir competências. Contratou-se, mediante convênio celebrado com a APEX, o estudo "Mapeamento e Diagnóstico do Design no Brasil", que está sendo realizado pelo Centro Brasil Design. Esse estudo, com entrega para o início de 2014, servirá de insumo para a definição de ações para a nova fase do PBD, a partir do Decreto definindo as funções das instituições participantes do Programa.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 4728 para 5328 o número de empresas brasileiras que lançaram produto novo no mercado nacional, segundo a PINTEC.**

Análise Situacional da Meta

Os números para a apuração dessa meta são baseados na Pesquisa de Inovação (Pintec), publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no fim de 2013, com dados referentes ao período de 2009 a 2011.

A referida pesquisa conta com dados de 128.699 empresas. Desse total, de acordo com o IBGE, 5.299 companhias lançaram produtos novos para o mercado nacional no período da pesquisa, o que corresponde a 99,5% da meta proposta.

Quantidade alcançada

5.299

Data de Referência

28/01/2014

- **Fomentar a participação de 100 produtos brasileiros em concursos internacionais de design em mercados prioritários**

Análise Situacional da Meta

A meta foi 100% alcançada já em 2012. A ação ocorreu por meio de parceria com Centro de Design do Paraná, pela qual foi possível viabilizar a participação de 100 produtos brasileiros no iF Product Design Award. Desses, 18 foram premiados e participaram da exposição em Hannover, durante a CEBIT, uma das maiores feiras de tecnologia do mundo.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

28/01/2014

- **Fomentar o desenvolvimento de 2 canais de comercialização para produtos brasileiros com valor agregado pelo design**

Análise Situacional da Meta

Como parte das ações realizadas pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil)

para identificação das oportunidades de inserção de produtos brasileiros com valor agregado pelo design, cita-se a compra, a partir de 2013, de produtos com design brasileiro pela rede Muji, um conglomerado de venda ao varejo japonês, que oferta uma grande variedade de bens domésticos e bens de consumo. Esse é um canal de comercialização alcançado dentro da meta estabelecida.

Além disso, destaca-se outra iniciativa com o mesmo objetivo, o estudo acerca do mercado dos Estados Unidos da América para inserção do design brasileiro. Entre os objetivos desse estudo estão:

• Mapeamento das oportunidades de negócio e ações de design no mercado norte-americano, como diferencial competitivo com vistas às possibilidades futuras de negócios para empresas brasileiras;

• Elaboração de um diagnóstico das ações de design nos Estados Unidos; identificando seus pontos fortes e pontos fracos, ameaças e oportunidades;

• Proposição de estratégias específicas para o setor; e

• Identificação e entendimento da cultura americana, sob a ótica do design etnográfico, mapeando técnicas e práticas que a constituem, de forma a traduzi-las de maneira a que possa ser entendida e compartilhada.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

28/01/2014

- **Realizar 5 exposições de design em representações brasileiras no exterior**

Análise Situacional da Meta

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil) viabilizou a promoção internacional do design brasileiro, tendo participado dos seguintes eventos em 2012 e 2013:

1. Exposição Pocket da Bienal Brasileira de Design, no evento Brazil S/A, realizado em Milão, Itália, em abril de 2012;

2. Exposição Casa Brasileira, em que 11 projetos setoriais da Agência apresentaram produtos no evento Brazil S/A, supracitado;

3. Evento Brazil S/A, realizado durante a semana de design de Milão em abril de 2013, onde foram realizadas 5 grandes exposições do design brasileiro, que puderam fortalecer o valor de soluções brasileiras com design autêntico e iniciar negócios;

4. Evento Be Brasil, em outubro de 2013, em Nova Iorque (EUA). O projeto é uma iniciativa que traz o visionário ponto de vista e inovação do Brasil nos setores de Moda, Beleza, Arquitetura, Design, Alimentos e Bebidas, Sustentabilidade, Aeroespacial, Obras Audiovisuais e Produções Cinematográficas, Música, Tecnologia e Arte. O Be Brasil fez parcerias com organizações, empresas e marcas em diversos setores e contou com empresários brasileiros que estão revolucionando em suas áreas e levando o Brasil para o futuro.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

28/01/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	5	unidade	4	28/01/2014

- **Realizar a Bienal Brasileira de Design - 2012 e 2014**

Análise Situacional da Meta

A IV Bienal ocorreu em 2012. A próxima será em 2015. Essa ocorreria em 2014 e foi transferida para 2015, por decisão doComitê de Orientação Estratégica da Bienal Brasileira do Design (Coeb), para não coincidir com os grandes eventos esportivos.

A V Bienal Brasileira de Design será em maio de 2015, em Florianópolis (SC), e terá o tema Design for All (design para todos).

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) preside o Coeb, que realizou quatro reuniões

Plano Mais Brasil

no ano de 2013. Houve o lançamento oficial da Bienal 2015, em Florianópolis. Nessas reuniões já se aprovou o plano de trabalho da Bienal, o tema e a curadoria.

(A unidade de medida desta meta é 'percentual de execução' - realizou-se um evento, do total previsto de dois durante o período do PPA).

Quantidade alcançada

50

Data de Referência

28/01/2014

OBJETIVO: 0851 - Orientar junto às entidades competentes, o direcionamento da oferta de treinamento, qualificação e formação de mão de obra em adequação às necessidades das empresas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o Ministério da Educação (MEC) continuaram coordenando as diversas ações para a consecução deste objetivo, especialmente no âmbito da Coordenação Sistêmica de Formação e Qualificação Profissional do Plano Brasil Maior.

Destaca-se o lançamento, em setembro de 2013, do Programa Pronatec Brasil Maior, que permite a disponibilização dos recursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e da infraestrutura de todos os ofertantes de cursos do Sistema S, dos institutos federais e estaduais para o atendimento das demandas por qualificação profissional dos 19 setores econômicos priorizados pelo Plano Brasil Maior (PBM).

Durante a fase piloto, foram realizados alguns ajustes, sendo que as demandas superestimadas e subestimadas foram corrigidas de forma a refletirem as reais necessidades dos setores produtivos. Todas as informações que nortearam o ajuste do modelo de gestão do Programa foram obtidas junto às áreas de recursos humanos das próprias empresas ou junto às entidades representativas do setor produtivo, com vistas à identificação mais fidedigna possível entre a oferta de cursos a ser planejada e a demanda futura por qualificação profissional na economia nacional.

Até o final de dezembro de 2013 foi mapeada a necessidade de criação de cerca de 338 mil vagas em cursos específicos a serem realizados em 2014. Mais de 95 mil vagas já foram programadas e ofertadas dentro dessa perspectiva no Pronatec em todas as regiões do País.

A articulação com as redes de escolas ofertantes de cursos é um processo permanente e continuará ao longo do ano de 2014. O Programa criará pelo menos 250 mil vagas nos diversos setores estratégicos do PBM para o atendimento específico das demandas apresentadas pelas empresas. Todos os cursos são gratuitos e oferecidos de acordo com as necessidades mapeadas em cada região. Os principais setores a serem atendidos são: 1) Indústria: construção civil, inclusive pesada; mineração e metalurgia; petróleo, gás e naval; bens de capital, máquinas e equipamentos; setor automotivo, principalmente autopeças; têxtil e confecções; higiene pessoal, perfumaria e cosméticos; química industrial e plásticos; farmoquímica e insumos farmacêuticos; 2) Agroindústria: etanol e açúcar; papel e celulose; madeira e móveis; frigoríficos e laticínios; citricultura; 3) Serviços: serviços de logística portuária; tecnologia da informação; comércio varejista, entre outros.

Em 2013 o MDIC assinou, ainda, Acordos de Cooperação Técnica com diversas entidades representativas dos setores acima referidos com a finalidade de garantir e aprimorar a qualidade das informações tanto sobre adequação entre oferta e demanda por cursos quanto da qualidade e adequação de seus conteúdos. No âmbito do PRONATEC Brasil Maior, receberam-se demandas por qualificação profissional de dezessete setores produtivos do Plano Brasil Maior. Totalizaram-se, em 2013, 20.668 matrículas. Em 2014, espera-se que esse número seja superior a 100.000 matrículas.

Em relação ao Ciência sem Fronteiras (CsF), o programa de internacionalização da ciência e tecnologia brasileiras, o trabalho desenvolvido pelo MDIC é de interlocução do Programa com empresas de outros países para receberem os alunos do CsF em seus centros de P&D. Toda a operacionalização é feita por outros atores dogoverno (CNPq, Capes e outros). Nesse sentido, foi realizado um seminário via web (webinar) em janeiro 2013 numa parceria entre o MDIC,

CAPES e CNPq, a Câmara Americana de Comercio e o Departamento de Comércio Americano (DoC) com o objetivo de sensibilizar a participação de empresas americanas no programa. Também foi incluído este tema em diversas agendas com outros países.

Metas 2012-2015

- **Criar 500 novas vagas nas instituições de ensino e qualificação profissional para os setores identificados e afetados pelos programas de treinamentos**

Análise Situacional da Meta

A meta foi ultrapassada com ampla margem, tendo em vista a estratégia adotada de integração das ações de vários órgãos do Governo Federal.

Com a formalização do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o Ministério da Educação (MEC), e a entrada de novos setores produtivos no Pronatec Brasil Maior, em 2013, foram disponibilizadas ao setor produtivo 20.668 vagas.

Quantidade alcançada

20.668

Data de Referência

28/01/2014

OBJETIVO: 0853 - Incentivar a implantação de indústrias competitivas de componentes e equipamentos eletrônicos, com ênfase no desenvolvimento local, e promover a produção de software, conteúdos digitais interativos e serviços de TI, para posicionar o País como exportador relevante do setor.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal vem dando atenção à indústria de semicondutores em todas as políticas industriais lançadas desde 2003. No Plano Brasil Maior, atual política industrial, o tema tem sido tratado no âmbito do Comitê Executivo de Tecnologias da Informação e Comunicação e Complexo Eletroeletrônico. Entre as prioridades eleitas está o apoio ao desenvolvimento das indústrias de semicondutores e de displays no país.

Nesse contexto, a principal realização foi a publicação da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012. Os artigos 57 e 58 do referido documento legal dispõem sobre a evolução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – Padis. Entre os principais avanços está a inserção entre os beneficiários do Padis da pessoa jurídica que investir percentual mínimo em pesquisa e desenvolvimento no país e produzir, de acordo com o respectivo Processo Produtivo Básico (PPB), insumos e equipamentos dedicados e destinados à fabricação de dispositivos eletrônicos semicondutores ou displays. A medida visa facilitar a implantação de unidades fabris no Brasil por meio da desoneração de seus insumos e equipamentos.

Em relação ao setor de software e serviços de TI, foi lançado, em meados de 2012, o Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – TI Maior. O programa está alicerçado no Plano Brasil Maior e na Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e tem como diretrizes: o desenvolvimento econômico e social, o posicionamento internacional da indústria nacional, o estímulo ao empreendedorismo e inovação no setor, o aumento da competitividade da indústria nacional e o apoio à pesquisa e desenvolvimento.

Metas 2012-2015

- **Investir R$ 1 bilhão de reais em nova capacidade instalada em componentes eletrônicos**

Análise Situacional da Meta

A meta busca mensurar investimentos, na sua grande maioria de origem privada, destinados ao incremento da capacidade instalada em componentes eletrônicos no País. Tais investimentos restam bastante dependentes da conjuntura econômica internacional e demanda global por tais componentes. Assim, os investimentos em 2012 no setor de componentes eletrônicos foram da ordem de R$ 100 milhões.

Plano Mais Brasil

No que tange aos dispositivos eletrônicos semicondutores, existem cinco empreendimentos voltados para a fabricação desses componentes em diferentes estágios de maturidade. A design house e foundry Ceitec S.A., empresa pública instalada no Rio Grande do Sul, e a Smart Technologies, em São Paulo, são as que estão mais adiantadas em termos operacionais.

Em relação aos montantes estimados de investimento, é preciso ressaltar aqueles realizados pela HT Micron, uma parceria entre a coreana Hana Micron e a brasileira Parit Participações. Estima-se a aplicação de US$ 200 milhões nos próximos 5 anos na construção de uma unidade fabril de empacotamento e testes no Rio Grande do Sul. Outro destaque são os investimentos anunciados pela Six Semicondutores, do Grupo EBX, visando a implantação de uma foundry em Minas Gerais. Os valores estão orçados em aproximadamente US$ 500 milhões, até 2014. Já a Smart prevê investimentos em torno de R$ 100 milhões nos próximos 3 anos na modernização e ampliação do seu parque fabril em Atibaia/SP. Há ainda o projeto de investimentos da portuguesa Nanium S.A. na ordem de R$ 100 milhões para a instalação de uma unidade fabril de empacotamento e testes, também em Minas Gerais. O projeto da empresa CBS/SIX em Minas Gerais e os novos investimentos de empresas de semicondutores já se encontram em implantação. Em outubro, será inaugurada em São Leopoldo a empresa HT Semicondutores, com investimento superior a US$ 100 milhões.

Como principal obstáculo aos investimentos privados em semicondutores no País é importante destacar que a continuidade da crise econômica internacional tem afetado, em especial, a capacidade de investimento dos países da União Europeia. Permanecem os diálogos com as empresa japonesas visando uma maior cooperação no setor. Ainda não é possível quantificar com precisão os investimentos efetivos em capacidade instalada no setor.

OBJETIVO: 0854 - Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O alcance deste objetivo tem-se apoiado nas iniciativas que, em sua maioria, estão sob a responsabilidade da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep). As principais obras concluídas em 2013 foram:

- Fornecimento de 20 corpos de prova para a Coppe/UFRJ (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro), para realização de ensaio de fadiga com objetivo de verificar a garantia da resistência ao carregamento cíclico imposto ao material durante a vida do submarino.
- Fabricação e edificação de estruturas metálicas e montagem de dois módulos (900 ton) da Unidade Flutuante de Armazenamento e Transferência (FPSO, da sigla em inglês) 'Cidade de Ilha Bela'.
- Fabricação e edificação de estruturas metálicas e montagem de dez módulos (1.402 ton) da Unidade Flutuante de Armazenamento e Transferência (FPSO) 'Cidade de Mangaratiba'.
- Fornecimento de um vaso de pressão TAG V-2400009 (174 ton) para o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).
- Calandragem de chapas e virolas, tratamento térmico, jateamento, pintura e teste hidrostático em um vaso 'knockout drum' (separador líquido-vapor).
- Tratamento térmico, jateamento e pintura de um vaso separador TAG V-T6201 para a plataforma Ilha Bela.

Ao final de 2013, as principais obras em andamento eram as seguintes:

- Fornecimento de Cascos Resistentes de Submarinos para o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) da Marinha do Brasil.
- Fornecimento de importantes equipamentos para a Usina Nuclear de Angra 3 (acumuladores, condensadores, embutidos e suportes especiais embutidos).
- Fornecimento de Cilindros 30B e 48Y (3 ton) para as Indústrias Nucleares do Brasil (INB).
- Fornecimento de quatro cilindros 30B (2,6 ton) e Vasos de Pressão VP1, VP2 e DZ1 (46 ton) para o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP).

- Fornecimento de 36 Bocas de Sino Multifuncionais (BSMF) (540 ton) para a Petrobras.
- Fornecimento de um Vaso de Pressão do Reator e dois Geradores de Vapor (66 ton), para propulsão do Submarino Nuclear SNBR, ao CTMSP.
- Fornecimento de um Vaso de Pressão (305 ton) para o Comperj.
- Fornecimento de um Módulo da Unidade Flutuante de Armazenamento e Transferência (FPSO) 'Cidade de Ilha Bela' (985 ton)..

Além desses investimentos, a implementação de melhorias no processo de concessão de ex-tarifários está relacionada à implantação do sistema integrado informatizado de concessão, devendo estar disponibilizado para o público, numa primeira versão, em março de 2014. Estão previstas melhorias e acréscimo de funcionalidades em outras etapas/versões.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 2048 profissionais na área metal-mecânica para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia**

Análise Situacional da Meta

Para o ano de 2013, a meta era capacitar 612 profissionais. A Nuclep (Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.) atingiu 91,8% desse número, capacitando 562 profissionais em diferentes áreas de metal-mecânica.

Em 2012 o número alcançado, retificado, foi de 721 profissionais capacitados em diferentes áreas de metal-mecânica. Com isso, o acumulado é de 1.283.

Quantidade alcançada

1.283

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	2.048	unidade	1.283	31/12/2013

- **Implantar sistema informatizado para concessão de ex-tarifários**

Análise Situacional da Meta

O sistema informatizado para concessão de ex-tarifários ainda se encontra em desenvolvimento pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e já está em estágio bem adiantado. O trabalho de construção iniciou-se em setembro de 2012 e, em função de necessidade de melhorias na estruturação do sistema, foi preciso promover ajustes para garantir a segurança e as funcionalidades desejadas. Esses ajustes provocaram o adiamento da disponibilização para o público. A previsão é que o sistema esteja disponibilizado para o público, numa primeira versão, em março de 2014. Estão previstas melhorias e acréscimo de funcionalidades em outras etapas/versões.

(A unidade de medida desta meta é 'percentual de execução'.)

Quantidade alcançada

80

Data de Referência

31/12/2013

- **Obter e preservar o selo N (projeto de equipamentos nucleares) do American Society of Mechanical Engineers (ASME)**

Análise Situacional da Meta

A obtenção e manutenção desse selo é estratégica para o Brasil e essencial para a participação da Nuclep em concorrências internacionais na área nuclear, ampliando a participação do produto brasileiro em projetos desenvolvidos em todo o mundo, dado que os selos expedidos pela ASME certificariam a qualidade e a excelência da produção da Nuclep.

Dadas as limitações de recursos, a meta ainda não foi alcançada em 2013.

- **Produzir 12.000 toneladas de equipamentos e componentes para as indústrias nuclear e de alta tecnologia**

Análise Situacional da Meta

Para o ano de 2013, a meta era produzir 3.000 toneladas de equipamentos. A Nuclep (Nuclebrás Equipamentos Pesados

Plano Mais Brasil

S.A.) atingiu 3.171,2 toneladas, superando a meta anual. A meta atingida em 2012, retificada, foi de 2.584,6 t. Com isso, o acumulado do PPA é de 5.755,8 t.

Quantidade alcançada

5.755

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	12.000	TON	5.755	31/12/2013

OBJETIVO: 0855 - Promover a competitividade das empresas de base biotecnológica e nanotecnológica, por meio do fortalecimento da capacidade inovativa e adensamento da cadeia produtiva da indústria, via atração de investimentos e oferta de infraestrutura tecnológica para alcance de economia de escala.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Com relação à atração de empresas-âncora para os núcleos de nanotecnologia e biotecnologia , destaca-se a organização, pela Secretaria de Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SI/MDIC), de missão governamental (com 35 pessoas de 13 órgãos) ao evento BIO Convention, maior feira internacional do setor de Biotecnologia, realizada em Chicago, EUA, em abril de 2013. Diversas autoridades apresentaram informações sobre as políticas relacionadas ao desenvolvimento da biotecnologia em palestras e painéis para uma plateia de investidores e empresários de todo o mundo.

Quanto à divulgação, junto à sociedade, do papel da biotecnologia e da nanotecnologia como fator de melhoria na qualidade de vida, geração de emprego, renda, produtos, processos e serviços, buscou-se a participação e divulgação de material informativo em eventos referência dos setores, como a feira BioPartnering e o III Workshop Nanotecnologias. Ambos os eventos contaram, entre outros, com a apresentação de casos brasileiros de sucesso, promovendo a divulgação e o investimento em tais áreas.

No que se refere ao fomento à construção de instalações para prestação de serviços de escalonamento industrial e semi-industrial, incluindo produção de lotes piloto, destaca-se a finalização e divulgação do “Estudo de viabilidade técnica e econômica de um grupo selecionado de tecnologias inovadoras relacionadas à cadeia sucroenergética”, e a execução e divulgação do “Estudo de viabilidade técnica e econômica de um grupo selecionado de nanotecnologias relacionadas a setores competitivos definidos no Plano Brasil Maior (PBM)”. Este último visou estimular o interesse dos empreendedores brasileiros ou estrangeiros no investimento em novas tecnologias com vistas à produção de insumos manométricos e na prestação de serviços e/ou aperfeiçoamento de equipamentos para o setor de petróleo e gás (estratégico para o PBM), com vistas à exploração econômica do pré-sal. Ambos os estudos apresentam, em detalhe, informações sobre a viabilidade técnica e econômica das tecnologias abordadas, que inclui a fase de escalonamento e produção de lotes piloto.

Metas 2012-2015

- **Realização de 2 rodadas de negócios para empresas, academia e governo**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013 foram realizadas duas rodadas de negócios para a promoção dos setores de biotecnologia e nanotecnologia, respectivamente:

1) “Match-making” entre "clusters" de biotecnologia brasileiros e europeus, durante a realização da feira “BioPartnering Latin America”, realizada em setembro de 2013, no Rio de Janeiro (RJ). A Secretaria de Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SI/MDIC) coordenou três dias de atividades que

incluíram visitas a empresas de biotecnologia do polo Bio-Rio, apresentações de empresários e acadêmicos, mesas-redondas para discussão de instrumentos de apoio e políticas públicas para o desenvolvimento da indústria de biotecnologia, além de rodadas exclusivas entre representantes governamentais ("administration to administration"), entre representantes de empresas de biotecnologia ("business to business"), e entre os gestores de clusters e parques tecnológicos que abrigam tais empresas ("cluster to cluster").

2) III Workshop "Nanotecnologias: da Ciência ao Mundo dos Negócios", realizado em novembro de 2013, em Florianópolis (SC). O evento, organizado em conjunto com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), recebeu um público de mais de 300 pessoas, entre empresários, potenciais investidores, acadêmicos e representantes governamentais. Os empresários tiveram a oportunidade de apresentar projetos e casos de sucesso para os demais públicos, visando o estabelecimento de parcerias com outros empresários e com o setor acadêmico para o desenvolvimento de produtos nanotecnológicos. Representantes do Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNano) de todo o país apresentaram suas linhas de pesquisa e serviços disponíveis à iniciativa privada. Os representantes governamentais, por sua vez, apresentaram algumas das políticas públicas de incentivo à inserção de tecnologias inovadoras no setor produtivo, que poderão ser utilizadas nas parcerias academia-empresa formadas. Foram enfocados no evento os seguintes setores: têxtil, de saúde animal e humana, e metal-mecânica. Também durante o evento foi apresentado o "Estudo de viabilidade técnica e econômica de um grupo selecionado de nanotecnologias relacionadas a setores competitivos definidos no Plano Brasil Maior (PBM)", com vistas à exploração econômica do pré-sal.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

28/01/2014

OBJETIVO: 0856 - Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Dentre as iniciativas compatíveis com as medidas da Agenda Estratégica do Plano Brasil Maior (PBM), para a indústria química, estão em execução: a) o estudo de diversificação da indústria química liderado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (prazo final – junho de 2014); e b) a Agenda Tecnológica Setorial, que tem foco na química de origem renovável.

A desoneração da matéria-prima, que era uma das ações da agenda do PBM, foi instituída pela Lei n° 12.859/2013. Entre as matérias-primas incluídas, estão etano, propano, butano, condensado e correntes gasosas de refinaria (HLR, hidrocarbonetos leves de refino), para centrais petroquímicas, a fim de serem utilizados como insumo na produção de eteno, propeno, buteno, butadieno, orto-xileno, benzeno, tolueno, isopreno e paraxileno.

O Repequim (Regime de Incentivo ao Investimento na Indústria Química) e o Reiq-Inovação (Regime de Incentivo à Inovação em Produtos de Origem Renovável na Indústria Química) foram adiados para o ano de 2014, em virtude das restrições fiscais para a concessão de novas desonerações.

Quanto à política de utilização do gás natural como matéria- prima, instituiu-se um grupo de trabalho envolvendo o BNDES, a Petrobras e a Associação Brasileira das Indústrias Químicas (Abiquim) para construir uma proposta até junho de 2014.

No que tange ao desenvolvimento de sinergias entre a cadeia de fertilizantes e outros produtos gás-químicos pode-se afirmar que a conclusão da unidade de fertilizantes que está sendo construída na cidade Três Lagoas pela Petrobras irá ampliar a oferta de insumos para a indústria de fertilizantes, mais especificamente de ureia e amônia.

Plano Mais Brasil

Metas 2012-2015

- **Aumentar a oferta de Ácido tereftálico (PTA) em 700 mil toneladas/ano**

Análise Situacional da Meta

Meta alcançada.

Prevista inicialmente para entrar em operação ainda em dezembro de 2012, em junho de 2013 foi iniciada a produção de ácido tereftálico (PTA) em Ipojuca (PE), pela Petroquímica Suape. A unidade já tem condições de disponibilizar 700 mil t/ano, a depender da demanda do mercado.

Quantidade alcançada

700.000

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	700.000	TON	700.000	31/12/2013

- **Aumentar a oferta de amônia para 124 mil t/ano**

Análise Situacional da Meta

Ainda não foi mensurada a meta, devendo ser atingida no período de vigência do PPA 2012-2015.

O alcance da meta depende da capacidade instalada, o que será solucionado com a construção da unidade de Uberaba/MG, cuja obra está na terraplanagem. Já a unidade de Três Lagoas/MS tem previsão de ser concluída no final de 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Aumentar a oferta de estireno em 250 mil toneladas/ano**

Análise Situacional da Meta

Ainda não foi mensurada a meta, devendo ser atingida no período de vigência do PPA 2012-2015.

Ainda não foi realizado o investimento para a implantação da Unidade, prevista para o Polo Petroquímico do Sul, em Triunfo/RS, que permitirá o alcance da meta.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Aumentar a oferta de filamentos de poliéster e resina têxtil em 240 mil toneladas/ano**

Análise Situacional da Meta

A unidade de produção de poliéster e resina têxtil ainda não entrou em operação.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Aumentar a oferta de Politereftalato de Etileno (PET) em 450 mil toneladas/ano**

Análise Situacional da Meta

Ainda não foi mensurada a meta, mas a previsão é de entrada em operação no primeiro semestre de 2014, em Ipojuca/PE.

A produção de PET na planta do Complexo PQS deverá atingir a sua plena capacidade no segundo semestre de 2014, quando todos os clientes tiverem finalizado seus testes de conformidade do produto e começarem a comprar em maior volume a produção de PET.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Aumentar a oferta de ureia para 1.210 mil t/ano**

Análise Situacional da Meta

Esta meta deve ser atingida com a conclusão do projeto da unidade de Três Lagoas/MS, que tem previsão para o final de 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0858 - Fomentar a adoção pelas empresas de práticas ambientalmente sustentáveis na produção de bens e serviços.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Para a execução deste objetivo, foi elaborado o Plano Setorial de Mitigação da Mudança Climática para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Indústria de Transformação (Plano Indústria), cujo lançamento oficial deu-se em 5 de junho de 2013 (Dia do Meio Ambiente). O Plano prevê ações para os setores de alumínio, químicos, cimento, papel e celulose, cal, vidro, e aço.

No âmbito da Comissão Técnica do Plano Indústria (CTPIn), foi possível a contratação de estudos de diagnóstico dos setores de ferro e aço, cal e vidro, com previsão de conclusão no segundo semestre de 2014.

A Comissão atuou ainda na elaboração e aprovação do Plano de Trabalho que definiu as ações do Plano Indústria e traçou as prioridades para o biênio 2013-2014 (documento disponível em www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1364488523.pdf).

Os guias para os setores estão sendo produzidos pelo Grupo de Trabalho, dentro da CTPin, e contam com a colaboração de vários outros órgãos. Esses guias não foram concluídos no ano, mas está prevista sua finalização para o primeiro semestre de 2014.

Encontram-se divulgados na Internet notas técnicas e estudos setoriais já produzidos, podendo ser acessados pelo link http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=4147&refr=3651.

Metas 2012-2015

- **Criar banco de dados de tecnologias de baixo carbono**

Análise Situacional da Meta

O cumprimento da meta evolui dentro do previsto. A criação de banco de dados de tecnologias de baixo carbono está incluída no Plano de Ação do Plano Indústria e em discussão no âmbito da Comissão Técnica do Plano Indústria (CTPIn).

Os estudos concluídos estão disponibilizados no site http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=4147&refr=3651, à exceção dos estudos dos setores de cal, vidro, e ferro e aço, que vêm sendo produzidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com previsão de término para o segundo semestre de 2014.

Está sendo negociado projeto no âmbito do Global Environment Fund (GEF) para promover o uso de tecnologias de carvoejamento de menor impacto ambiental. O projeto envolve avaliação comparativa de custos e benefícios de diferentes tecnologias, contribuindo para a base de dados. Também foi contratada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) a atualização de estudo sobre a utilização do carvão vegetal na siderurgia. Tal

Plano Mais Brasil

atualização será concluída em 2014, e incluirá avaliação do panorama tecnológico do setor.

Após levantamento das tecnologias e identificação daquela apropriada, será criado um banco de dados para essas tecnologias, mas ainda não é possível prever a data.

Considera-se que 40% das etapas da meta estão concluídos, porém a computação da meta (criação do banco) será feita ao final da execução.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0859 - Fomentar a competitividade, a inovação e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade, normalização e regulamentação técnica.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito da ampliação da infraestrutura técnica para qualidade, está sendo criado o Centro de Tecnologia Automotiva no Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), que tem como principal objetivo incrementar a segurança e qualidade dos carros produzidos no país. O polo envolverá serviços, pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor automotivo (incluindo o segmento de autopeças). Tudo dentro do contexto do Inovar Auto, programa de incentivo à cadeia produtiva de veículos do Plano Brasil Maior.

O projeto Rede Nacional de Métodos Alternativos ao Uso de Animais (Renama) foi criado para atender à demanda de estruturação no Brasil de uma rede para desenvolvimento e validação de métodos alternativos ao uso de animais e tem como foco a eficiência econômica, a otimização da infraestrutura, a complementaridade de atribuições e a capacidade de inovação nacional, sendo que 10 laboratórios já se associaram à Rede.

O Inmetro obteve reconhecimento pela InterAmerican Accreditation Cooperation (IAAC) como organismo de acreditação de organismos de inspeção, o que gera maior credibilidade internacional das inspeções realizadas pelos organismos acreditados no Brasil. O Inmetro fechou o ano de 2013 com 619 organismos de inspeção acreditados.

Na área de capacitação, o Inmetro ministrou 724 homens-horas em palestras sobre metrologia, qualidade, superação de barreiras técnicas, e cultura exportadora para empresas iniciantes no comércio exterior.

Foram disponibilizados para a sociedade vários lotes de Material de Referência Certificado de bioetanol combustível e de normas ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) para medição de potencial hidrogeniônico (pH) e condutividade de etanol. Novos estudos estão sendo realizados em parceria com institutos da Alemanha e França.

No âmbito do Acordo de Barreiras Técnicas ao Comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC), medidas de alguns países foram contestadas pelo Inmetro, entre elas destacam-se: da China, sobre o novo padrão de criptografia imposto pelo governo chinês com a alegação de segurança nacional, o que pode afetar negativamente a exportação brasileira de tecnologia, especialmente no caso da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer); da China e do Egito, a respeito de regulamentos sobre equipamentos médicos; e do Chile, sobre proposta de regulamento de rotulagem de alimentos, por considerar que constitui medida mais restritiva que o necessário para as empresas exportadoras.

No que tange o aperfeiçoamento das práticas de regulamentação técnica, destacam-se: a consulta pública de calibradores de pneus, a primeira iniciativa na administração pública brasileira de consulta ativa no processo de regulamentação; a conclusão do estudo sobre a "Atuação pró-ativa dos regulamentadores para a participação das partes interessadas no processo de regulamentação e sua divulgação para a sociedade"; e o lançamento do Sistema Inmetro de Monitoramento de Acidentes de Consumo (Sinmac). Esse sistema é uma importante ferramenta para subsidiar o Inmetro nas suas decisões sobre novas certificações, aperfeiçoamentos em regulamentos, recomendações de recalls ou até mesmo desenvolvimento de campanhas educativas, com foco na segurança.

O Inmetro passou a utilizar o Programa de Análise de Produtos (PAP) para subsidiar o desenvolvimento de Programas de Avaliação da Conformidade. Em 2013, os produtos analisados e encaminhados para desenvolvimento de PAP foram:

escova de dente; cadeira infantil monobloco; embalagens com anel de metal usado em lata de metal; pilhas; tênis; e andador infantil. O produto analisado e encaminhado para desenvolvimento de Programa de Avaliação da Conformidade foi escada doméstica de metal. As análises de produtos feitas no PAP são divulgadas na mídia televisiva.

No que se refere ao apoio à competividade sistêmica dos programas governamentais, com ênfase na saúde, segurança e meio ambiente, diversas foram as ações realizadas pelo Inmetro. Entre elas, destacam-se: avaliação da qualidade técnica, desempenho e verificação das características técnicas de diversos equipamentos comercializados no país para o Sistema Único de Saúde (SUS); inspeção de 6.000 ônibus escolares que foram entregues a vários municípios no âmbito do Programa Caminho da Escola; inspeção de oito laboratórios móveis profissionalizantes, 11 conjuntos de consultórios odontológicos e 14 conjuntos de consultórios oftalmológicos, no âmbito do Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil) e Programa Saúde na Escola; e implantação de sistema de avaliação da conformidade do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) – esse processo poderá ser replicado utilizando a mesma estrutura para outros exames administrados pelo Ministério da Educação (MEC), tais como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e o Prova Brasil.

Destaca-se, também, a produção, pelo Inmetro, de Material de Referência Certificado (MRC) necessário para calibrar os etilômetros utilizados no combate a consumo de álcool pelos motoristas, constituindo-se em uma infraestrutura que contribui para reduzir os acidentes de trânsito. Em 2013, passou-se a disponibilizar esses MRC para etilômetros diretamente à Rede Brasileira de Metrologia e Qualidade – Inmetro (RBMLQ-I), que repassa grandes lotes à Polícia Rodoviária Federal.

No que concerne à iniciativa de promoção da justa concorrência e proteção ao cidadão, foi ampliado o número de Programas de Avaliação da Conformidade, contemplando a figura do Registro de Objetos, que explicita a responsabilidade do fornecedor, facilita e agiliza as ações de acompanhamento do objeto no mercado e aumenta a efetividade do poder de polícia administrativa do Estado para objetos com conformidade avaliada de forma compulsória. Em 2013 foram concedidos 11.500 registros de objeto.

O Inmetro analisa os pedidos de anuência para licenças de importação de produtos por ele regulamentados por meio de Programas de Avaliação da Conformidade. Esse processo vem sendo aperfeiçoando e o tempo médio do processo reduziu de 20 dias para 4 dias durante o ano de 2013.

Foi publicada Resolução Conjunta entre a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e o Inmetro aprovando regulamento técnico para medição de petróleo e gás natural, condição essencial para suporte técnico ao novo regime de licitações para exploração de petróleo brasileiro por meio de leilões. Os instrumentos de medição regulamentados no âmbito dessa Resolução serão objeto de aprovação de modelo e de verificação inicial do Inmetro. Em 2013, foram implantados 16 Programas de Avaliação da Conformidade: segurança de aparelhos eletrodomésticos e similares; equipamentos de certificação digital; eficiência energética de edificações; dispositivos elétricos de baixa tensão para uso residencial; extintores de incêndio; equipamentos elétricos para atmosferas explosivas, nas condições de gases e vapores inflamáveis e poeiras combustíveis; pirarucu - Selo Amazônico; serviço de inspeção de contêiner-tanque destinado ao transporte rodoviário de produtos perigosos; agulhas hipodérmicas estéreis para uso único e agulhas gengivais estéreis para uso único; seringas hipodérmicas estéreis de uso único; condicionadores de ar; implantes mamários; cadeia de custódia para produtos de base florestal; recipientes transportáveis para gás liquefeito de petróleo (GLP); copos plásticos descartáveis; equipamentos de uso único de transfusão, de infusão gravitacional e de infusão para uso com bomba de infusão.

O Inmetro vem trabalhando no aperfeiçoamento do Sistema de Gestão Integrado (SGI) e na implementação dos Planos de Trabalho e de Aplicação e Prestações de Contas nos 26 Órgãos da RBMLQ-I. Em 2013, foram realizadas 30.963.368 verificações metrológicas de instrumentos e produtos pré-medidos, o que corresponde a um aumento de aproximadamente 15% em relação ao mesmo período de 2012.

Foi lançado, em novembro de 2013, o Programa Servir, que consiste em uma metodologia para avaliação, pelos cidadãos, da qualidade dos serviços prestados pelos fornecedores de diversos setores. A avaliação é realizada em tempo real por avaliadores previamente selecionados, treinados e cadastrados pelo Inmetro por meio de software desenvolvido para

Plano Mais Brasil

smartphones.

O Inmetro dispõe do Centro de Informação e Capacitação em Metrologia e Avaliação da Conformidade (CICMA), que realiza atividades de formação, capacitação e divulgação científica e conta com uma estrutura para educação a distância contendo 57 telecentros e telessalas em todos os órgãos delegados do Inmetro, além de dois estúdios de produção de conteúdos audiovisuais.

Em colaboração com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e com o objetivo de disseminar e fomentar a pesquisa em metrologia e avaliação da conformidade, está sendo ministrada a disciplina Fundamentos da Metrologia e Avaliação da Conformidade. Em 2013, também foram formadas parcerias com o Instituto Federal Fluminense (IFF), unidade Campos, e o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, no Rio de Janeiro (Cefet/RJ), sendo que está em construção a inserção dessa disciplina para a graduação e o nível técnico desses institutos.

O Inmetro, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), está atuando na capacitação de gestores (multiplicadores) institucionais e supervisores de obras do Programa de Creches Escolares. Em 2013, o Inmetro desenvolveu curso e capacitou três gestores (multiplicadores) das empresas supervisoras de obras no modelo de construção tradicional e 26 supervisores de obras.

Metas 2012-2015

- **Implantar 10 laboratórios delegados à Rede Laboratórios Associados ao INMETRO para inovação na empresa**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Implantação dos Laboratórios Associados é uma proposta inédita e inovadora, e como tal traz desafios diversos para as partes envolvidas. Foram selecionados dois laboratórios de universidades, um em Minas Gerais e outro no Rio Grande do Sul, para a implantação de programas piloto. Superados os entraves jurídicos e uma vez entendidos os principais problemas de governança desse novo sistema que se implanta, estão em vias de finalização os entendimentos para iniciar a operação desses dois projetos piloto.

Com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi assinado acordo de parceria para implantação do Laboratório Associado ao Inmetro para Inovação de Instrumentação Científica, com ênfase em espectroscopia óptica. O acordo tem por objeto associar o Laboratório de Nano-Espectroscopia da UFMG ao Inmetro para atuar na inovação de instrumentação científica, com vistas à produção de instrumentos inovadores e à formação de recursos humanos, com ênfase em espectroscopia óptica, contemplando o uso de três técnicas experimentais:

a) espectrômetro para microscopia e espectroscopia óptica de campo próximo;

b) equipamento para diagnóstico precoce em medicina por espectroscopia óptica; e

c) instrumentação científica para diagnóstico precoce em processos de corrosão e fadiga de produtos.

Paralelamente, foi apresentado um projeto à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) para o desenvolvimento de um primeiro produto, um equipamento para uso em medicina, de alta sofisticação, que possibilitará uma análise clínica sensível, efetiva e não destrutiva, para a detecção precoce do mal de Alzheimer por espectroscopia ótica, realizada por via ocular.

O segundo projeto piloto envolve uma parceria com a Fundação Universidade de Caxias do Sul (UCS), que tem por objeto criar, no âmbito do Instituto de Materiais Cerâmicos da UCS, o Laboratório Associado ao Inmetro para Inovação em Materiais Cerâmicos – LAIIMC. Espera-se que o LAIIMC seja a referência nacional na pesquisa em cerâmicos e compósitos, com a proposta de produtos e processos inovadores e formação de recursos humanos, bem como no apoio à inovação nas empresas nacionais ou sediadas no Brasil. O acordo esta previsto para ser assinado em janeiro de 2014.

A expectativa é que o Inmetro alcance a meta de 10 laboratórios associados em 2015.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

- **Ter 1180 organismos de avaliação da conformidade acreditados pelo INMETRO**

Análise Situacional da Meta

A meta estipulada foi superada antes de 2015, consequência dos seguintes fatores:

a) novas organizações têm solicitado acreditação em áreas que já possuem organizações acreditadas, demonstrando que ainda há mercado disponível para atuação de novos organismos e laboratórios, podendo ser em decorrência do crescimento industrial;

b) publicação de regulamentos de avaliação da conformidade em novas áreas que demandam organismos e laboratórios acreditados para prover confiança em produtos e serviços à sociedade;

c) adoção de práticas de gestão, ferramentas de trabalho internas e processos automatizados no Inmetro que proporcionam maior agilidade na condução e conclusão dos processos de acreditação;

d) maior interação com órgãos regulamentadores, o que tem gerado um aumento significativo na quantidade de solicitações de novas acreditações, em grande parte derivadas de regulamentos emitidos pelo Ministério da Agricultura, Pecúaria e Abastecimento (MAPA), pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pela Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo;

e) novas regulamentações nos setores automotivo, de construção civil, de eletrodomésticos, de eletromédicos e de certificação de implantes mamários também foram responsáveis por parte do aumento da demanda por acreditações.

Quantidade alcançada

1.407

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0860 - Aumentar a participação do conteúdo local na cadeia de petróleo e gás, por meio da promoção de negócios e de parcerias entre as empresas, de forma competitiva e sustentável.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito do Plano Brasil Maior, foi dada continuidade às ações relacionadas a este objetivo, entre as quais se destacam:

- Coordenação de três Grupos de Trabalho do Conselho de Competitividade de Petróleo, Gás e Naval (Produtividade dos estaleiros; Recursos para Inovação; e Apoio ao Desenvolvimento de Empresas de Conteúdo Tecnológico). O foco principal desses GTs é desenvolver e implementar projetos e medidas para o aumento do conteúdo local e a agregação de valor na cadeia. As propostas validadas pelo Conselho constituirão a agenda de trabalho dos próximos anos. Em relação ao primeiro tema (Produtividade dos estaleiros) foi validado pelo Conselho Termo de Referência para a contratação de estudo para desenvolvimento de indicadores de produtividade na construção naval. Este Termo de Referência encontra-se em fase de consultas para formação de orçamento e espera-se contratá-lo ainda em 2014. Quanto ao segundo tema (recursos para inovação) MDIC, Ministério de Minas e Energia (MME), Agência Nacional de Petróleo (ANP), Financiadora de Estudos e Pesquisas (Finep) e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social BNDES trabalham proposta de utilização dos recursos da cláusula de P&D dos contratos de operadoras junto à ANP a ser lançada em consulta pública da agência nos próximos meses. Por fim, o terceiro tema (Apoio ao Desenvolvimento de Empresas de Conteúdo Tecnológico) tem como principal foco o fomento a pequenas e médias empresas de base tecnológica por meio do poder de compra das empresas estatais. Nesse sentido, o grupo elaborou e apresentou proposta de dispositivo a ser incluído no novo marco da inovação, em discussão no Congresso Nacional.
- Discussões entre órgãos do Governo Federal para a retirada do impedimento de utilização da modalidade Drawback intermediário pelo Drawback Embarcação. A esse respeito, foi apontada pela RFB a necessidade de alteração de dispositivo para permitir a implementação da medida. Nesse sentido, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) estuda a possibilidade de propor solução mais estruturante que congregue os diversos incentivos ao setor naval em um único regime, reduzindo custos e burocracia para o setor.
- Discussões entre órgãos do Governo Federal para a instituição de Regime Tributário para a Cadeia de Petróleo, Gás e

Plano Mais Brasil

Naval (Repeg), com o objetivo de desonerar a cadeia de fornecedores.

- Discussões com a RFB e outros órgãos para aperfeiçoar o Regime Especial Aduaneiro de Importação e Exportação de Bens Destinados à Exploração e à Produção de Petróleo e Gás (Repetro).

Também em 2013, a agenda do setor priorizou:

- Discussões com setor privado e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para elaboração de proposta de dispositivo a ser incorporado ao Projeto de Lei (PL) nº 2177, que versa sobre o "marco da inovação", com o objetivo de conceder tratamento preferencial, diferenciado e favorecido, na aquisição de bens e serviços pela Administração Pública, às empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país e às empresas de base tecnológica (EBT).

- Discussões com BNDES, Ministério de Minas e Energia (MME), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) com vistas à criação de instrumento de fomento à inovação na cadeia de petróleo, gás e naval.

Metas 2012-2015

- **Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em águas profundas (profundidade entre 100m e 400 m): exploração (42%) e desenvolvimento (60%)**

  Análise Situacional da Meta

  A apuração desta meta pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) não tem periodicidade definida, dependendo da dinâmica das rodadas de concessão de novos blocos para exploração. Em 2013, após cinco anos de suspensão, foram retomadas as rodadas de concessão.

- **Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em águas rasas (profundidade inferior a 100 m), de forma a atingir os seguintes níveis em 2015: exploração (56%) e desenvolvimento (68%)**

  Análise Situacional da Meta

  A apuração desta meta pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) não tem periodicidade definida, dependendo da dinâmica das rodadas de concessão de novos blocos para exploração. Em 2013, após cinco anos de suspensão, foram retomadas as rodadas de concessão.

- **Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em águas ultraprofundas (profundidade superior a 400 m): exploração (42%) e desenvolvimento (60%)**

  Análise Situacional da Meta

  A apuração desta meta pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) não tem periodicidade definida, dependendo da dinâmica das rodadas de concessão de novos blocos para exploração. Em 2013, após cinco anos de suspensão, foram retomadas as rodadas de concessão.

- **Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em terra, de forma a atingir os seguintes níveis em 2015: exploração (75%) e desenvolvimento (82%)**

  Análise Situacional da Meta

  A apuração desta meta pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) não tem periodicidade definida, dependendo da dinâmica das rodadas de concessão de novos blocos para exploração. Em 2013, após cinco anos de suspensão, foram retomadas as rodadas de concessão.

- **Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera no pré-sal: exploração (42%) e desenvolvimento (60%)**

  Análise Situacional da Meta

  A apuração desta meta pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) não tem periodicidade definida, dependendo da dinâmica das rodadas de concessão de novos blocos para exploração. Em 2013, após cinco anos de suspensão, foram

retomadas as rodadas de concessão.

OBJETIVO: 0865 - Promover a formação de empresas globais e apoiar a internacionalização de empresas brasileiras de capital nacional, sobretudo daquelas situadas em posição promissora nas cadeias produtivas e de conhecimento mundiais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), por meio de suas entidades vinculadas, desenvolve algumas ações de internacionalização de empresas.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) disponibiliza uma linha de crédito, denominada "Operações de Investimento Direto Externo (IDE)", que tem por objetivo estimular a inserção e o fortalecimento de empresas de capital nacional no mercado internacional. Isso se dá por meio do apoio a investimentos ou projetos a serem realizados no exterior, desde que contribuam para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, abrangendo sociedades empresárias com sede e administração no país, de controle nacional, com potencial de inserção no mercado internacional.

Já a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil) oferece diversos serviços, dentre os quais, serviços customizados de internacionalização, como Inteligência Comercial Customizada, Promoção de Negócios Customizada e Apoio à Instalação no exterior, que orientam a decisão do empresário quanto à escolha do país para expansão de suas operações internacionais, quanto à forma de entrada no mercado e diversos aspectos relacionados à estruturação do processo de internacionalização da sua empresa, visando aumentar competitividade doméstica e internacional.

Metas 2012-2015

- **Internacionalizar 30 empresas da indústria de transformação**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, um total de 93 empresas solicitaram serviços de apoio à internacionalização à Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil), em sua maioria empresas prestadoras de serviços. Ademais, 96 empresas usufruíram dos serviços de incubação dos escritórios da Agência no exterior no mesmo ano, das quais 11 efetivaram sua internacionalização para escritórios próprios dentro desses mercados.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desembolsou em 2013 R$ 826.178.146,00 na linha de Internacionalização de Empresas, com o valor acumulado no período 2012-2013 totalizando R$ 839.583.924,00. Houve em 2013 uma operação, de forma que no período 2012-2013 foram realizadas três operações com três empresas. A carteira atualmente existente contempla um montante adicional de desembolsos da ordem de R$ 1.421 milhões, com quatro operações adicionais de quatro empresas. Em relação ao potencial da carteira que se tinha em 2012 (da ordem de R$ 4,8 bilhões), houve uma redução no montante em função do cancelamento de algumas operações (como, por exemplo, uma que envolvia o sucesso de empresa brasileira em leilão de privatização de outro país).

Até o momento computa-se a internacionalização de 29 empresas no período do PPA. As empresas que solicitaram o serviço em 2013 estão em vias de se internacionalizarem.

Obs: o dado da meta é cumulativo.

Quantidade alcançada

29

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	30	unidade	29	31/12/2013

Plano Mais Brasil

OBJETIVO: 0881 - Conceder direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

A inserção do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) no sistema brasileiro de propriedade industrial alcançou 16.887 pessoas, por meio de participação em congressos, seminários, comitês temáticos, palestras e atendimento em estandes em eventos científicos e técnicos realizados em todo o país.

Cabe ressaltar a assinatura dos novos Acordos com a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional), a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha, e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro). Este último Acordo contempla atividades de sensibilização sobre propriedade industrial para os servidores e colaboradores, empresas e instituições parceiras ou de redes associadas; a inserção de disciplinas de propriedade industrial e inovação nos cursos oferecidos pelo Inmetro; o aprimoramento dos procedimentos de controle e avaliação da conformidade como orientação para produtores/prestadores de serviços interessados no registro de Indicação Geográfica (IG); e a parceria técnica para aprimorar os procedimentos de controle e de gestão da qualidade interna do INPI.

O Observatório Tecnológico do INPI publicou o primeiro relatório do Observatório da Saúde em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Os resultados desse trabalho, baseado em documentos de patente relacionados a prevenção, tratamento e diagnóstico dos cânceres de pulmão, mama, próstata e útero, foram apresentados na conferência internacional “Patent Statistics for Decision Makers”, ocorrida em novembro de 2013, no Rio de Janeiro.

A Academia da Propriedade Intelectual e Inovação do INPI vem investindo no desenvolvimento de estratégias de ensino à distância (EAD), buscando estabelecer parcerias com instituições nacionais e internacionais. Desde 2012, oferece, em parceria com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), o DL 101P BR, um curso EAD de extensão de nível básico, com conteúdo nacional e tutoria de especialistas do INPI capacitados pela OMPI. Em 2013, houve duas edições do curso, contando com a participação de 2.453 pessoas. Também foi ampliada a oferta de oficinas, tais como a de redação de patentes e transferência de tecnologia, e inseridos cursos para públicos específicos, como empresários e bibliotecários, com carga horária e metodologia diferenciada.

O Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação do INPI está em sua sétima turma e realizou edital para seleção da oitava. O curso teve sua nota aumentada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), de 3 para 4, na escala até 5. Em setembro, começaram as aulas da primeira turma do Doutorado em Propriedade Intelectual e Inovação do INPI, curso pioneiro no Brasil e aprovado pela Capes em setembro de 2012.

No tema de cooperação com o sistema internacional de propriedade intelectual, o INPI realizou onze atividades com o intuito de obter competências para uma melhor utilização dos procedimentos técnicos e administrativos e de aprimorar o acesso à cultura de propriedade intelectual para uso dos diversos setores da sociedade, objetivos centrais do internamente conhecido "Projeto INPI-OMPI". Essas atividades se constituem, em sua maioria, em missões técnicas de especialistas internacionais que vêm para o Brasil a fim de compartilhar experiências e melhores práticas.

O Projeto de estruturação da rede de autoridades nacionais de propriedade intelectual da América Latina, denominado Prosul, avançou rumo à consecução dos objetivos previstos em seu escopo. Destacam-se: a fixação da data de 31/10/2013 para o início do programa piloto de cooperação técnica em busca e exame de patentes, através da utilização da ferramenta eletrônica denominada e-PEC (Plataforma de Exame Colaborativo), desenvolvida pelo INPI em parceria com a sua contraparte na Argentina; a criação da página do Prosul (www.prosur.org.ar) e da plataforma para integração dos sistemas de propriedade industrial das entidades-parte, que está sendo desenvolvida por uma empresa uruguaia. Por fim, também foram contratados três consultores, sendo um argentino, um brasileiro e um chileno, para auxiliarem no tema de institucionalização do Prosul.

O Plano de Criação e Promoção de Indicações Geográficas Brasileiras e Sul-americanas sofreu uma reestruturação, passando a focar em eixos prioritários, alinhados a outras políticas públicas do Governo Federal. Buscando sinergia com as atividades de promoção dos eixos do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), então subordinado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), foram realizadas reuniões técnicas visando à equalização de conceitos e identificação de agrupamentos com potencial para a estruturação de indicações geográficas. Além disso, o INPI tem enviado especialistas do seu corpo técnico para realizar atividades de disseminação em diversas regiões alvo do projeto.

O Centro Brasileiro de Material Biológico (CBMB) encontra-se em fase de construção do edifício onde serão executadas as atividades finalísticas de recebimento e manutenção de amostras de material biológico, conforme previsto no Termo de Cooperação entre INPI e Inmetro. A etapa de construção encontra-se sob a responsabilidade do Inmetro, que contratou a empresa executora da obra, com acompanhamento pelo INPI. Devido a questões técnicas e orçamentárias supervenientes, a construção teve o seu ritmo reduzido, tendo sido proposta, pelo Inmetro, a sua suspensão temporária, sendo retomada após regularização de todas as pendências.

No tocante ao Centro de Disseminação da Informação Tecnológica do INPI, foi concluída a renovação do acesso aos Bancos de Dados Epoque e Dialog, que vigorarão ainda até o final de 2013, bem como contratação do Banco de Dados Geneseq. O processo de contratação do Banco de Dados STN está em vias de assinatura entre as partes. Após início do OCR (Reconhecimento Óptico de Caracteres), obteve-se sua conclusão e disponibilização de textos completos dos documentos de patente brasileiros para a PatentScope (base de dados da OMPI) e o Escritório Europeu de Patentes (EPO). Obteve-se também um aumento significativo do acervo dos documentos de patente brasileiros disponíveis através do Portal Latipat. Em parceria com o Escritório Coreano de Patentes, foi disponibilizado intercâmbio da coleção completa das patentes coreanas, com resumos em inglês. Assim, há um total de 17 Escritórios/Organizações de Patentes com os quais o INPI realiza intercâmbio e documentação.

O Portal Periódicos Capes tem sido amplamente utilizado pelo INPI. Por meio do Termo de Cooperação entre as partes, o INPI passou a contar com o acesso a nove bases de dados bibliográficas, sendo complementado com o acesso gratuito de 51 bases de dados, permitindo contar com mais de 10 mil títulos de periódicos técnicos e resumos de alta relevância científica e tecnológica. Em 2014, o INPI passará a ter gratuidade em quatro bases de dados que atualmente estão cobertas pelo Termo de Cooperação (Scopus, JStor, Science Direct e Gale), gerando considerável economia de recursos do Instituto.

A implantação do Programa INPI da Qualidade continua enfrentando dificuldades porque não foi possível contratar a empresa de consultoria com experiência em obtenção de Prêmios da Qualidade concedidos pelo Governo Federal e em processos devidamente padronizados para ISO 9001:2008. Continuam as atividades de padronização das rotinas e dos formulários do INPI.

Durante o Congresso do INPI, realizado em março de 2013, foi lançado o módulo de depósito eletrônico de pedidos de patente, que faz parte do e-Patentes, que é um amplo conjunto de soluções que visam à modernização do processamento das patentes. Esse conjunto de soluções engloba sistemas tanto na área de e-Administração (melhorias internas e/ou na comunicação com outros órgãos do governo) como na de e-Serviços (melhorias na comunicação com o público externo). Em dezembro, 53% dos pedidos de patentes depositados diretamente no INPI foram feitos por depósito eletrônico. Isso implicará maior agilidade na resposta ao requerente, contribuindo para o alcance das metas propostas.

Também está em curso o processo de aprimoramento das ferramentas de tecnologia da informação aplicadas à gestão do exame de marcas. Esse processo, iniciado com o e-Marcas (sistema de depósito pela internet) em 2006, teve continuidade em junho de 2013, com a implantação de uma nova plataforma de análise de pedidos, o IPAS (Industrial Property Automation System), desenvolvido pela OMPI. O IPAS tornará os processos e as rotinas de trabalho mais eficientes, acarretando significativos ganhos em termos de produtividade. Para 2014 está previsto o desenvolvimento de um novo sistema de Contratos e Transferência de Faturas de Tecnologia, em substituição ao existente, e a implantação do Push Contratos, que oferecerá serviço de envio automático por e-mail do andamento do processo, agilizando a comunicação com o usuário. O e-Desenho Industrial ainda não foi iniciado.

Plano Mais Brasil

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 2.500 para 5.000 o número de pessoas capacitadas em cursos de propriedade intelectual oferecidos pelo INPI**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram capacitadas 3.168 pessoas capacitadas. Em 2013, foram capacitadas 4.027 pessoas. Ressalte-se que esta meta é anual, e não cumulativa.

Quantidade alcançada

4.027

Data de Referência

08/01/2014

- **Aumentar de 30 para 60 o número de publicações do corpo docente do mestrado relacionadas à propriedade intelectual**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram publicados 56 trabalhos. Em 2013 foram publicados 65 trabalhos. Houve intensa participação de professores do INPI em eventos nacionais, o que contribuiu para incrementar o número de publicações no ano. Ressalte-se que esta meta é anual, e não cumulativa.

Quantidade alcançada

65

Data de Referência

08/01/2014

- **Aumentar de 5.441 para 6.250 o número de registros de desenho industrial**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 houve 4.334 registros de desenho industrial. Em 2013 foram concedidos 2.656 registros de desenho industrial. O desempenho no ano refletiu dificuldades de processamento e digitalização que têm retardado a chegada dos processos para serem analisados, além de dificuldades com a qualidade da digitalização que por vezes impede os exames. A superação desses problemas deverá ocorrer após a entrada em operação do depósito eletrônico dos pedidos de registro de desenho industrial. Ressalte-se que esta meta é anual, e não cumulativa.

Quantidade alcançada

2.656

Data de Referência

31/12/2013

- **Conceder 120 registros de indicação de procedência e 30 registros de denominação de origem**

Análise Situacional da Meta

Foram deferidas sete Indicações Geográficas (IG) no ano de 2013: cinco Indicações de Procedência (IP) nacionais; e duas Denominações de Origem (DO), sendo uma francesa e outra nacional.

Considerando os resultados obtidos em 2012, de 21 registros concedidos (10 IP e 11 DO), a meta acumulada até 2013 foi de 28 IG concedidas, sendo 15 IP e 13 DO. O cumprimento da meta até 2015 depende fundamentalmente do depósito de novos pedidos de registro.

Quantidade alcançada

28

Data de Referência

31/12/2013

- **Disseminar a cultura de Propriedade Intelectual em 123 instituições públicas de educação superior brasileiras**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram desenvolvidas atividades de disseminação de PI em 39 Instituições Públicas de Ensino Superior (IES). Em 2013, foram realizadas 68 atividades de disseminação da cultura de Propriedade Intelectual em 35 IES, com a presença de 3.286 pessoas.

Somando-se os números alcançados em 2012 com os de 2013, tem-se 74 instituições públicas de educação superior brasileiras contempladas com a disseminação da cultura de PI, representando 60% da meta a ser alcançada até 2015.
Quantidade alcançada

74
Data de Referência

30/12/2013

- **Reduzir de 2,5 anos, a partir do pedido de exame, para 1 ano o prazo para manifestação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) quanto à viabilidade dos pedidos de patente**

Análise Situacional da Meta

Esta meta foi descontinuada por não mais refletir os procedimentos do fluxo de análise dos pedidos de patente, uma vez que sofreram alterações com a implantação do novo sistema "EPTOS" (depósito online de patentes) em 2013.
Quantidade alcançada

0
Data de Referência

30/06/2013

- **Reduzir de 50 para 9 meses a estimativa de tempo médio para análise dos pedidos de registro de marca pendentes de primeiro exame**

Análise Situacional da Meta

O INPI recebeu cerca de 163.000 pedidos de registro em 2013. Os 52 examinadores de marcas que atuaram ao longo do ano tiveram a capacidade de realizar 87.064 despachos de primeiro exame no ano (decisões capazes de retirar o pedido do backlog, isto é, da fila de espera pela análise de registrabilidade).

Há expectativa de melhora no ritmo de análise para os próximos períodos, uma vez que no final de 2013 começaram a atuar, sob supervisão, 14 novos examinadores. Além disso, o INPI planeja admitir outros 90 examinadores em 2014.

Também está em curso um processo de aprimoramento das ferramentas de tecnologia da informação aplicadas à gestão do exame de marcas. Esse processo, iniciado com o e-Marcas (sistema de depósito de marcas pela internet) em 2006, teve continuidade em junho de 2013, com a implantação de uma nova plataforma de análise de pedidos, o IPAS (Industrial Property Automation System), desenvolvido pela OMPI.
Quantidade alcançada

74,42
Data de Referência

31/12/2013

- **Reduzir de 81 meses para 57 meses o prazo médio de decisões finais em pedidos de patentes no ano de apuração, a partir da data de entrada do pedido no INPI.**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013, registrou-se um tempo médio de 90,3 meses. Dificuldades relacionadas à virtualização dos processos de pedidos de patentes, descontinuidade do processo de digitalização e não preenchimento integral das 70 vagas para examinadores de patentes explicam o resultado. Para 2014, espera-se a retomada da digitalização dos processos, assim como o preenchimento de cerca de 400 vagas para a função de examinador de patentes, contribuindo para a redução do tempo médio.

O valor apurado da meta é de 90,3 meses.
Quantidade alcançada

90,3
Data de Referência

31/12/2013

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Concessão de patentes a residentes no país pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	unidade por ano	31/12/2008	529	31/12/2012	654
Dispêndio empresarial em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao produto interno bruto (PIB)	%	31/12/2010	0,55	31/12/2011	0,57
Dispêndio nacional em ciência e tecnologia (C&T) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)	%	31/12/2009	1,6	31/12/2011	1,64
Dispêndio nacional em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)	%	31/12/2009	1,17	31/12/2011	1,21
Investimentos privados anuais em pesquisa e desenvolvimento no setor industrial de tecnologia da informação	R$ milhão	31/12/2010	800	31/12/2012	1.242,01
Número de artigos brasileiros publicados em periódicos científicos indexados pela Scopus	unidade por ano	31/12/2011	46.933	31/12/2012	53.083
Número de cursos de doutorado	unidade	31/12/2009	1.421	31/12/2012	1.717
Número de cursos de mestrado	unidade	31/12/2009	2.678	31/12/2012	3.289
Número de empresas (exceto instituições governamentais de P&D) que realizam atividades contínuas de P&D	unidade	31/12/2008	3.425	31/12/2011	5.609
Número de técnicos e pesquisadores ocupados em atividades de P&D nas empresas brasileiras	unidade	31/12/2008	58.046	31/12/2011	94.646
Participação do Brasil em relação ao total mundial em número de artigos publicados em periódicos indexados pela Scopus	%	31/12/2011	2,28	31/12/2012	2,45
Participação do setor empresarial nos dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D)	%	31/12/2008	47,67	31/12/2011	47,21
Pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) por residentes no país	unidade por ano	31/12/2008	7.873	31/12/2011	7.773
Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) investidos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste	%	31/12/2010	27,3	31/12/2013	30,3

Observações:

Concessão de patentes a residentes no país pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) - F o n t e : http://www.inpi.gov.br/images/docs/dirpa_estat_portal_ago_13_tabela_3.pdf (Atualização: Julho de 2013). Acesso em 30/09/2013.

Dispêndio empresarial em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao produto interno bruto (PIB) - Dados

preliminares referentes a 2011. Fonte: http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/29144/Dispendio_nacional_em_pesquisa_e_desenvolvimento_P_D_em_valores_correntes_em_relacao_ao_total_de_P_D_e_ao_produto_interno_bruto_PIB_por_setor_institucional.htm
Dispêndio nacional em ciência e tecnologia (C&T) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) - Dados preliminares referentes a 2011. Fonte: http://www.mcti.gov.br/index.php/content/view/29140/Dispendio_nacional_em_ciencia_e_tecnologia_C_T_sup_1_sup__em_valores_correntes_em_relacao_ao_total_de_C_T_e_ao_produto_interno_bruto_PIB_por_setor_institucional.html (atualizada em 21/08/2013)
Dispêndio nacional em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) - Dados preliminares referentes a 2011. Fonte: http://www.mcti.gov.br/index.php/content/view/29144/Dispendio_nacional_em_pesquisa_e_desenvolvimento_P_D_em_valores_correntes_em_relacao_ao_total_de_P_D_e_ao_produto_interno_bruto_PIB_por_setor_institucional.htm
Número de artigos brasileiros publicados em periódicos científicos indexados pela Scopus - Dados referentes a 2012. Fonte: http://www.scimagojr.com/countryrank.php?area=0&category=0&region=all&year=2012&order=it&min=0&min_t
Número de empresas (exceto instituições governamentais de P&D) que realizam atividades contínuas de P&D - Fonte: Tabela 1.1.8 da PINTEC 2011, coluna Contínuas - Número de empresas.
Número de técnicos e pesquisadores ocupados em atividades de P&D nas empresas brasileiras - Tabela 1.1.10 da PINTEC 2011, colunas Pessoas ocupadas nas atividades internas... - Pesquisadores e Técnicos.
Participação do Brasil em relação ao total mundial em número de artigos publicados em periódicos indexados pela Scopus - Dados referentes a 2012. Fonte: http://www.mcti.gov.br/index.php/content/view/5710/Numero_de_artigos_brasileiros_da_America_Latina_e_do_mundo_publicados_em_periodicos_cientificos_indexados_pela_ThomsonISI_e_Scopus.html (acesso em 29/01/2014).
Participação do setor empresarial nos dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D) - Dados preliminares referentes a 2011. Fonte: http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/29144/Dispendio_nacional_em_pesquisa_e_desenvolvimento_P_D_em_valores_correntes_em_relacao_ao_total_de_P_D_e_ao_produto_interno_bruto_PIB_por_setor_institucional.htm
Pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) por residentes no país - Fonte: http://www.inpi.gov.br/images/docs/dirpa_estat_portal_ago_13_tabela_1.pdf (Atualização: Julho de 2013). Acesso em 30/09/2013.

OBJETIVO: 0400 - Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A realização do conjunto das metas definidas e em andamento agrega valor à estratégia de expansão, modernização e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I), uma vez que promove constantes otimizações no desenvolvimento dos mecanismos de financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de uma atuação voltada ao desenvolvimento nacional, em uma singular parceria com diferentes ações governamentais envolvendo variados órgãos e entidades nacionais. Exemplo disso são as parcerias firmadas com diversos atores promotores e formuladores de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento nacional, superação dos gargalos relativos à C,T&I e redução das desigualdades regionais.

A ampliação do apoio a projetos de pesquisa, uma ação tradicional do CNPq, tem apresentado resultados satisfatórios no que se refere ao estímulo de áreas fundamentais para a sustentação do processo inovativo e para criação de tecnologias, com crescente aplicação na solução de problemas sociais e econômicos.

Por outro lado, a ampliação do número e da intensidade das parcerias com entidades estaduais de fomento à pesquisa tem-se demonstrado uma estratégia essencial, tanto ao processo de fomentar projetos e processos inovadores, como ao processo de expansão, formação e fixação de recursos humanos qualificados comprometidos com a realidade local. A meta correspondente, prevendo firmar convênios de cooperação com entidades estaduais, foi extrapolada num percentual significativo. Isso se deve à estratégia institucional adotada no exercício de 2013 de expandir, com qualidade, melhorando inclusive os mecanismos de gestão, as parcerias com diversos atores promotores e formuladores de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento nacional.

Além das ações diretamente voltadas ao cumprimento das metas estabelecidas, outras, relacionadas ao Objetivo, também foram executadas em 2013, como por exemplo: ações de cooperação internacional, envolvendo a Agência de Pesquisa da França (ANR), Massachusetts Institute of Technology, Japan Science and Technology Agency (JST); além de ênfase na cooperação com os países vizinhos latino-americanos e com a África, considerados prioritários por razões históricas e culturais. Também foram apoiados projetos estratégicos no âmbito do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) e no âmbito do Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração (PELD). No que se refere à ação voltada para o desenvolvimento e otimização do conjunto de sistemas que apoiam as atividades de fomento e administrativas do CNPq, em 2013, promoveu-se melhoras no uso desses sistemas, com o desenvolvimento de novas funcionalidades que permitiram maior independência e flexibilidade ao usuário final em sua interação com o CNPq.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 3.500 para 10 mil o número de projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq**

Análise Situacional da Meta

A ampliação do número de projetos apoiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) vem contribuindo para o desenvolvimento do país, de forma regionalmente equilibrada, e com maior interação entre o sistema produtivo e com a sociedade. Em 2013, só no que diz respeito ao Edital Universal, destinado ao apoio individual à pesquisa, envolvendo todas as áreas de conhecimento, foram aprovados 4.627 projetos.

Quantidade alcançada

9.312

Data de Referência

31/12/2013

- **Firmar, com entidades estaduais, 42 convênios de cooperação para fomento a projetos de pesquisa no período 2012-2015**

Análise Situacional da Meta

As parcerias vêm se viabilizando a partir do desenvolvimento de diferentes programas: Programa de Apoio a Núcleo de Excelência (PRONEX), Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores (PPP), Programa de Apoio a Núcleos Emergentes (PRONEM), Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional, Programa Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (RHAE) com as Fundações de Amparo à Pesquisa estaduais, dentre outros. Os dados de 2013 demonstram o sucesso dessa estratégia: foram firmados 96 novos convênios envolvendo todas as unidades da federação, o que resultou tanto na ampliação de recursos voltados à ciência, tecnologia e inovação, como no número total de projetos apoiados.

Uma vez extrapolada a meta, não há previsão da assinatura de novos convênios e acordos até o término do PPA em 2015.

Quantidade alcançada

96

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0401 - Fortalecer as instituições científicas e tecnológicas da Amazônia para desconcentrar a produção científica e tecnológica do país.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O ano iniciou-se com a dificuldade do atraso na aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), afetando grande parte dos órgãos do Governo Federal, incluindo instituições que realizam atividades de ciência, tecnologia e inovação (C,T&I), como as duas Unidades de Pesquisa (UPs) do MCTI – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) sediadas na Amazônia e a Organização Social por ele supervisionada - Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), além do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), cuja atuação

tem um forte componente na Região.

O número de pesquisadores das Unidades de Pesquisa (UP) do MCTI precisa de expansão contínua. Em 2013 todas as UPs, à exceção do INSA, receberam novos concursados.

Quanto às principais realizações, o IDSM vem, desde fevereiro último, participando de um esforço internacional, visando levantar populações de mamíferos aquáticos em várias bacias hidrográficas amazônicas, e, em junho, iniciou a replicação de seus trabalhos em Mamirauá-Amanã para o Estado do Amapá. No primeiro semestre começaram a ser contratados os concursados do final de 2012 para as Unidades de Pesquisa do MCTI. Continuou-se a agregar bolsistas de várias modalidades do Programa de Capacitação Institucional do MCTI às instituições mencionadas, dentro de novos Projetos-Mãe, que visam à pesquisa científica, tecnológica e de inovação, procurando-se fortalecer os dois Arranjos de Núcleos de Inovação Tecnológica liderados, respectivamente, pelo INPA (que agrega 23 instituições da Amazônia Ocidental) e o MPEG (com 11 instituições da Amazônia Oriental). Com o apoio do Núcleo da Amazônia Oriental, a Universidade Estadual do Pará (UEPA) avançou consideravelmente na questão da inovação, finalizando a sua política institucional de proteção do conhecimento, inovação e transferência de tecnologia, assim como realizando o mapeamento e prospecção de tecnologias, grupos de pesquisa e pesquisadores e o desenvolvimento de um protótipo de banco de dados voltado para a propriedade intelectual. No primeiro semestre, a equipe técnica do SIGTEC - Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas esteve em nove Unidades de Pesquisa do MCTI, incluindo o MPEG. Foram, ainda, realizados encontros de formação e gestão do site do Programa Museus da Amazônia (que congrega o MPEG, o Musée des Cultures Guyanaises da G. Francesa e o Stichting Surinaams Museum, do Suriname). O INPA destacou-se na cooperação internacional por ter dado e recebido apoio do ICA (International Cooper Association) para o desenvolvimento de modelo para detectar níveis de metais em águas territoriais, de interesse de vários países asiáticos, como o Vietnã. Foram iniciadas efetivamente, no INPA, as pesquisas em seu novo biotério, enquanto o INPE, através de seu Centro Regional na Amazônia, lançou o Sistema TerraClass 2010, ferramenta de gestão da informação para qualificar o desflorestamento da Amazônia Legal. Os estudos conduzidos pelo MPEG levaram à identificação de 15 novas espécies de aves no Bioma Amazônico. O INPA adquiriu equipamentos de última geração de Ressonância Magnética Nuclear (RMN) e Espectrometria de Massas (EM), com investimentos de R$ 2,2 milhões, adquiridos na Alemanha e no Japão. O laboratório começou a funcionar em abril de 2013. De abril a setembro de 2013 foram realizadas mais de 300 análises por RMN e 150 por EM. Em 2013, pesquisadores do INPA desenvolveram um tratamento do pescado que irá possibilitar maior tempo de armazenamento do produto. O INPA e a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) assinaram um acordo de cooperação técnica que beneficiará cerca de 200 ribeirinhos. O acordo é voltado à promoção de tecnologias sociais em unidades de conservação (UCs) atendidas pelo Programa Bolsa Floresta (PBF). O convênio prevê a implementação de um programa para a capacitação de cerca de 200 ribeirinhos em diversas tecnologias para a geração de trabalho e renda. Com referência a área de Tecnologia da Informação (TI), o INPA iniciou suas atividades para abrigar um centro com supercapacidade de armazenamento de dados. Com isso, Manaus (AM) será a primeira capital do norte do país a ter um centro com tal infraestrutura para processamento, armazenamento e distribuição de dados. Trata-se de uma iniciativa conjunta do MCTI e do Ministério da Educação para a implementação da tecnologia de computação em nuvem.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 113 para 200 o número de bolsas especializadas em inovação em curso no Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)**

  Análise Situacional da Meta

  Foram implementadas 81 bolsas no período dezembro 2012 a junho 2013, as quais vieram se somar a outras contratadas em 2011 e 2012. Parte dos recursos despendidos em 2012 foi utilizada para ampliar por mais seis meses o prazo de vigência das bolsas de pesquisa (dezembro 2012 - maio 2013).

  No segundo período de 2013 registra-se uma redução de 27 bolsistas em relação ao primeiro semestre, caindo dos 81 mencionados para 54 bolsistas em dezembro (queda de 33%), em grande parte devido a dificuldades na contratação dos bolsistas.

Quantidade alcançada

54

Data de Referência

07/02/2014

- **Aumentar para 4% a contribuição da Região Amazônica para o número de publicações brasileiras no Essential Science Indicators, Thomson Reuters**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013, as publicações alcançaram 37.267 no Brasil, sendo 1.325 na Amazônia Legal, representando uma participação de 3,55%.

Quantidade alcançada

3,55

Data de Referência

17/02/2014

- **Concluir a ampliação e modernização da infraestrutura do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) para estudo da biodiversidade, inovação tecnológica e sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às mudanças globais**

Análise Situacional da Meta

A ampliação e modernização da infraestrutura do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) está praticamente concluída, necessitando, daqui por diante, de manutenção. Um passo importante alcançado em 2013 foi o início das atividades científicas no biotério recém-implantado. Também foram concluídas no período as obras de construção do prédio da Estação Experimental de Fruticultura Tropical. Para 2014 está prevista a conclusão do Depósito de Materiais Radioativos no Campus I e a Reforma do Pavilhão anexo da Coordenação de Apoio Técnico e Logístico no Campus I do INPA.

- **Implementar 50 bolsas especializadas em tecnologia e inovação no Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus (CTPIM)**

Análise Situacional da Meta

A execução das bolsas que seria realizada mediante convênio tripartite firmado entre a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)/ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM)/CT-PIM, em que a FAPEAM atuaria como executora financeira, não ocorreu devido à instabilidade de recursos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0403 - Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A contratação de pesquisadores, tecnologistas, analistas de ciência e tecnologia e técnicos concursados no final de 2012 possibilitou reforçar os grupos de pesquisa institucionais, juntamente com bolsistas, especialmente do Programa de Capacitação Institucional (PCI) do MCTI. De janeiro a junho foram agregados cerca de 800 novos bolsistas às instituições participantes do Programa, e no final de maio, a Comissão de Coordenação do PCI reuniu-se no Rio de Janeiro para avaliar os resultados dos Projetos Institucionais do Programa e estabelecer novas diretrizes.

De maneira geral, as Unidades de Pesquisa (UP) deram continuidade à suas pesquisas científicas e tecnológicas, participando de parcerias internacionais de relevo, como o Experimento Large Hadron Collider beauty (LHCb), o maior acelerador de partículas do mundo, com participação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF); o LIneA –

Laboratório Interinstitucional de e-Astronomia (constituição de um grande banco de dados de astronomia, dentro de um Programa Internacional), com a participação do CBPF, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA), Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) e Observatório Nacional (ON), todos Unidades de Pesquisa do MCTI); o Projeto Brazilian Science Data Center (BSDC/ICRAnet), com a Itália (com participação do CBPF e do INPE); Agência Internacional de Energia Atômica, com a participação do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), através de seu Laboratório de Especiação de Mercúrio Ambiental. Também houve parcerias com instituições nacionais importantes, como a Petrobras (ON, Instituto Nacional de Tecnologia (INT), LNCC), diversas Universidades e Centros de Pesquisa. Novas espécies biológicas foram descritas pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG); o Centro de Tecnologia da Informação (CTI) Renato Archer inaugurou o Projeto CUTAR – Circuitos Integrados Tolerantes à Radiação, em Atibaia, SP, um importante passo na evolução eletrônica; o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) lançou o Portal do Livro Aberto em Ciência, Tecnologia e Inovação, grandemente esperado e elogiado pela comunidade científica, tecnológica e empresarial; o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) anunciou a descoberta de uma substância que pode ajudar no tratamento do câncer; o INPE implantou um novo sistema de assimilação de dados de todos os satélites meteorológicos existentes e desenvolveu uma nova metodologia mais precisa para a previsão do tempo; o Instituto Nacional do Semiárido (INSA) montou uma coleção viva de cactos do semiárido brasileiro em sua Estação Experimental em Campina Grande; o INT vem participando ativamente da Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e fez o depósito de 12 pedidos de Registros de Desenho Industrial junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

No caso das Organizações Sociais (OS), o Centro Nacional de Pesquisas em Energia e Materiais (CNPEM) destacou-se no semestre pela realização de 433 propostas de pesquisa em seus Laboratórios Nacionais; a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), com suas ações, permitiu a economia e flexibilidade no uso da telefonia para os Institutos Federais e aumento da capilaridade do serviço, além de economia para as instituições usuárias por conta de seu novo módulo de gateway; o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA – OS), em parceria com a RNP, beneficiou 11 Institutos do Ensino Médio no âmbito de seu Programa de Aperfeiçoamento para Professores de Matemática do Ensino Médio (PAPMEM), e, em junho, realizou a premiação referente à Olimpíada de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) 2012. O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), também uma OS supervisionada pelo MCTI, atualizou, no semestre, 122 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) para o CNPq, através da organização de um Seminário de Avaliação dos Resultados obtidos por esses Institutos virtuais; fez o lançamento do livro "Mestres 2012", preparou uma abordagem para a avaliação e acompanhamento do Programa Ciência sem Fronteiras, concluiu as propostas de diretrizes para 15 Fundos Setoriais, especificou os desenvolvimentos finais para o Projeto Aquarius e concluiu os levantamentos preliminares sobre os Programas Espaciais da Alemanha, Canadá, EUA e Índia e dos recursos disponíveis, no Brasil, para o Programa Espacial Brasileiro (PNAE). Os Arranjos de Núcleos de Inovação Tecnológica do Rio de Janeiro (que abrange as UP do MCTI sediadas nessa cidade e em Petrópolis) e Mantiqueira (sediado em Campinas e compreendendo o INPE, o LNA, o CNPEM e outros institutos) depositaram no INPI, respectivamente, quatro pedidos de Propriedade Intelectual e 26 pedidos de patentes, além, no último caso, de 14 pedidos de registros de Marcas e de 12 Softwares. A equipe do SIGTEC – Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas – atualizou a versão existente em nove UP no primeiro semestre (CETEM, MPEG, LNCC, INT, Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), ON, Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE), INSA, LNA, além do próprio CTI Renato Archer).

Em termos de infraestrutura, ocorreram reparos e instalações de sistema elétrico (ON), ar condicionado (MAST), telefonia e aquisição de equipamentos de laboratórios (LNA), aquisição de mobiliário para laboratórios (INPE/Natal) e preparação da estrada de acesso ao Núcleo Regional do CETEM em Cachoeiro do Itapemirim/ES.

Houve prosseguimento das análises das publicações das UP em periódicos internacionais indexados no SCI nos últimos oito anos, objetivando avaliar a concentração delas por área/subárea do conhecimento científico, e continuou o acompanhamento das cooperações internacionais existentes nas UP, visando estabelecer um sistema de análise qualitativa dessas cooperações.

PPA 2012◆2015

Metas 2012-2015

- **Ampliar o Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos nas Unidades de Pesquisa do MCTI (PcTD) de 0,83 para 0,95**

Análise Situacional da Meta

O Índice Processos e Técnicas Desenvolvidos (PcTD) é dado pelo seguinte cálculo:

PcDT = NPTD/TNSE

Unidade: número de processos e técnicas por técnico, com duas casas decimais.

NPTD = número total de processos, protótipos, softwares e técnicas desenvolvidos no ano, medidos pelo número de relatórios finais produzidos.

TNSEt = número de técnicos de Nível Superior vinculados a atividades de pesquisas tecnológicas (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.

No ano 2013, o resultado do PcTD foi de 1,24 processos e técnicas desenvolvidos por pesquisadores e tecnologistas, incluindo bolsistas, envolvidos na área tecnológica nas Unidades de Pesquisa do MCTI, em número de 693 para um total de 862 processos e técnicas, segundo dados dos Relatórios do ano de 2013 dos Termos de Compromisso de Gestão assinado pelos Diretores com o Sr. Ministro e Secretário Executivo do Ministério.

Quantidade alcançada

1,24

Data de Referência

17/02/2014

- **Ampliar para 117 o número anual de depósitos de patentes, registros de software ou outros títulos de Propriedade Intelectual das criações desenvolvidas nas Unidades de Pesquisa do MCTI**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2013 foram 33 os depósitos de Propriedade Intelectual (incluindo pedidos de patentes, marcas, softwares etc.), dos quais 26 do Arranjo de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) Mantiqueira (Campinas), quatro do Arranjo de NIT Rio e três do Arranjo de NIT Amazônia Oriental, não havendo registro para o NIT Amazônia Ocidental. No segundo semestre de 2013, foram depositados 35 pedidos de registro de aplicativos de propriedade intelectual, dos quais 10 patentes, pelas Unidades de Pesquisa do MCTI, totalizando, no ano, 68 depósitos de PI.

Quantidade alcançada

68

Data de Referência

07/02/2014

- **Aumentar o Índice Geral de Publicações (IGPUB) nas Unidades de Pesquisa do MCTI de 1,85 para 2,20**

Análise Situacional da Meta

O Índice Geral de Publicações (IGPUB) é dado pelo cálculo: IGPUB = NGPB/TNSE

Unidade: número de publicações por técnico, com duas casas decimais.

NGPB = Nº de publicados em periódicos indexados no SCI ou em outro banco de dados) + Nº de artigos publicados em revista de divulgação científica nacional ou internacional) + (com ISSN, mas não necessariamente indexados no SCI + número de publicações em revistas de divulgação (nacional e internacional) + (Nº de artigos completos publicados em congresso nacional ou Internacional) + (Nº de capítulos de livros), no ano.

TNSE = número de técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.

No ano de 2013, foi registrado um IGPUB de 2,32 publicações nacionais e internacionais por pesquisadores e tecnologistas (incluindo bolsistas de nível superior) nas Unidades de Pesquisa do MCTI, envolvendo um total de 3.688 publicações para 1.588 pesquisadores e tecnologistas, segundo dados do Termo de Compromisso de Gestão (TCG).

Das publicações de 2013, destaca-se o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) que na área de Física de Altas Energias, participou do anúncio de um importante resultado produzido pelo experimento LHCb, desenvolvido no Centro Europeu de Pesquisas Nucleares (CERN), maior laboratório do mundo: a assimetria entre matéria e antimatéria observada nos decaimentos de mésons Bs - partículas geradas nas colisões de prótons pelo experimento LHC. Este resultado aprofunda o nosso conhecimento sobre o tema da assimetria entre matéria e antimatéria no Universo.

Quantidade alcançada

2,32

Data de Referência

17/02/2014

- **Conectar 41 campi em municípios médios a 1 Gbps e 681 campi em municípios pequenos a 100 Mbps**

Análise Situacional da Meta

De 2012 a 2013 foram conectados 94 novos campi pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), embora alguns deles, como Juiz de Fora e Uberlândia, em Minas Gerais, e São Carlos, São José dos Campos e Campinas, em São Paulo, não possam ser considerados como municípios pequenos. E alguns, ainda que pequenos, devido à sua importância e localidade, como Cachoeira Paulista (SP), devido aos órgãos que possuem, estão conectados a uma velocidade maior. Dos 94 campi, 32 estão conectados a 1 Gbps ou mais, e o restante, a 350 Mbps ou menos.

Quantidade alcançada

94

Data de Referência

17/02/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	71	unidade	7	31/12/2013
Região Nordeste	216	unidade	9	31/12/2013
Região Norte	111	unidade	3	31/12/2013
Região Sudeste	186	unidade	56	31/12/2013
Região Sul	138	unidade	19	31/12/2013

- **Criar 5 laboratórios multiusuários no país**

Análise Situacional da Meta

O MCTI tem procurado direcionar os Institutos de Pesquisa integrantes ou supervisionados para criarem laboratórios multiusuários, a exemplo dos já existentes de algum tempo, como o LNLS - Laboratório Nacional de Tecnologia de Luz Síncrotron do CNPEM - Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (Organização Social), o LNA - Laboratório Nacional de Astrofisica, do "Pool" de equipamentos geofísicos do ON - Observatório Nacional, o LABNANO - Laboratório Nacional de Nanotecnologia, do CBPF - Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e outros. No primeiro semestre de 2013 foi consolidado o Biotério do INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, em Manaus - AM, de natureza multiusuária. Outro Laboratório Multiusuário consolidado em 2013 foi o LABINFO - Laboratório de Bioinformática do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), além do SINAPAD - Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho, também do LNCC.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

18/02/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	5	unidade	5	22/02/2013

OBJETIVO: 0485 - Consolidar o Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC).

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O SIBRATEC, Sistema Brasileiro de Tecnologia, está subdividido em três componentes: Centros de Inovação, Extensão Tecnológica e Serviços Tecnológicos. Em 2013 foram implementadas quatro novas Redes, resultando em 13 as Redes de Centros de Inovação, 22 as Redes de Extensão Tecnológica e 18 as Redes de Serviços Tecnológicos.

Ressaltam-se como resultados das Redes SIBRATEC em 2013:

• Redes SIBRATEC de Centros de Inovação - A contratação de 10 projetos cooperativos entre instituições das Redes e empresas. As empresas beneficiadas foram as micro e pequenas (91% dos recursos dos projetos contratados) e médias empresas (9% dos recursos dos projetos contratados); a realização do 1° Workshop Centros de Inovação SIBRATEC com a participação dos coordenadores das Redes, que elaboraram a Carta de Florianópolis com recomendações para este componente e a articulação de duas novas Redes SIBRATEC de Centros de Inovação para segmentos de nanotecnologias.

• Redes SIBRATEC de Serviços Tecnológicos – A realização de mais de 940.000 ensaios e calibrações de produtos pelos laboratórios das Redes, beneficiando mais de 56.000 empresas; o apoio ao fortalecimento da infraestrutura laboratorial para ensaios de produtos com nanotecnologias, o MODERNIT - Sisnano, visando constituir uma nova Rede de Serviços Tecnológicos do SIBRATEC, a implantação do sistema de informações estratégicas deste componente e o apoio a projetos institucionais de Unidades de Pesquisa do MCTI (Instituto Nacional de Tecnologia e Observatório Nacional) para suporte ao SIBRATEC de Serviços Tecnológicos.

• Redes SIBRATEC de Extensão Tecnológica - A realização de 2.746 atendimentos de extensão tecnológica a 2.596 micro, pequenas e médias empresas. As empresas atendidas foram principalmente as micro e pequenas, beneficiadas com 91% dos atendimentos; o apoio para consolidação de duas Redes SIBRATEC de Extensão Tecnológicas implantadas (SP e SC); as definições de escopo e especificações do sistema de informações estratégicas para o SIBRATEC-ET; a realização do Seminário de Extensão Tecnológica em novembro de 2013 no Rio de Janeiro e o apoio para fortalecimento do Serviço Brasileiro de Resposta Técnica (SBRT).

Os resultados apresentaram crescimento em diversas Redes SIBRATEC, inferindo uma curva de aprendizado e o enfrentamento de dificuldades culturais ainda existentes entre as Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) que integram as Redes e as empresas, que nem sempre facilita a execução de atividades conjuntas entre estes dois parceiros. Outra dificuldade é o formato de alguns instrumentos de apoio à ciência, tecnologia e inovação (C,T&I), que valorizam demasiadamente ações e controles de projetos em detrimento de iniciativas de instituições atuando em Redes, que precisam de um ambiente mais propício à inovação. As orientações e recomendações advindas de eventos realizados no ambiente das Redes, assim como as obtidas em reuniões dos Comitês SIBRATEC, auxiliam na redução destes entraves, e ajudam a avançar na superação de obstáculos regulatórios estruturais que somente podem ser contornados com a conclusão dos debates conduzidos no Congresso Brasileiro no âmbito do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Metas 2012-2015

- **Realizar 150.000 serviços anuais de ensaios ou calibração pelas redes SIBRATEC de Serviços Tecnológicos**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013 foram realizados mais de 940.000 ensaios e calibrações de produtos pelos laboratórios das Redes, beneficiando mais de 56.000 empresas.

  Destaque para a implementação de uma nova Rede SIBRATEC de Serviços Tecnológicos em Desempenho em Edificações Habitacionais, contando atualmente com 18 Redes implementadas, das quais 10 estão operacionais desde 2010. Duas Redes, uma de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia e outra de Resíduos e Contaminantes em Alimentos, encontram-se em negociação para integrarem o SIBRATEC-ST.

  Quantidade alcançada

940.000
Data de Referência
31/12/2013

- **Realizar 1.500 atendimentos anuais de extensão tecnológica em micro, pequenas e médias empresas pelas redes SIBRATEC de Extensão Tecnológica**

Análise Situacional da Meta

Foram realizados 2.746 atendimentos de extensão tecnológica a aproximadamente 2.596 micro, pequenas e médias empresas, das quais as micro e pequenas foram beneficiadas com 80% dos atendimentos.

Destaca-se ainda:

• A consolidação de duas Redes SIBRATEC de Extensão Tecnológicas implantadas nos estados de São Paulo e Santa Catarina;

•A realização do Seminário de Extensão Tecnológica em novembro de 2013 com todos os coordenadores de Redes SIBRATEC;

• A articulação das atividades das Redes SIBRATEC de Extensão Tecnológica com iniciativas governamentais afins, tais como, as de instituições que integram os Comitês do SIBRATEC, o SBRT, o RHAE - CNPq, o Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEX - APEX), os Arranjos Produtivos Locais (APL - MDIC), assim como orientações dos fóruns do Plano Brasil Maior;

Ainda, continuam atuais as seguintes orientações do Comitê Gestor e Comitê Técnico de Extensão Tecnológica do SIBRATEC, transcritas no PPA 2012-2015:

• Promover capacitações necessárias para gestores e extensionistas das Redes;

• Promover a integração do componente ET com os outros componentes (Serviços Tecnológicos e Centros de Inovação)

do SIBRATEC, assim como com outros programas relacionados ao atendimento às empresas;

• Promover a interação entre Estados nos atendimentos de ET;

• Prever no sistema de acompanhamento das Redes SIBRATEC-ET, indicadores de resultados, gestão, interação e governança;

• Disponibilizar bolsas RHAE Pesquisador na Empresa ou de extensão tecnológica para empresas atendidas pelas Redes.

Quantidade alcançada
2.746
Data de Referência
31/12/2013

- **Ter em curso 80 projetos de desenvolvimento tecnológico em cooperação entre as Redes SIBRATEC de Centros de Inovação e Empresas**

Análise Situacional da Meta

Ressaltam-se os seguintes resultados de 2013:

• A contratação de 10 projetos cooperativos entre instituições das Redes e empresas, beneficiando micro e pequenas (91% dos recursos dos projetos contratados) e médias empresas (9% dos recursos dos projetos contratados), totalizando um acumulado de 17 projetos em curso;

• O envio pelas Redes à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) de 25 projetos cooperativos com empresas inovadoras, que estão em análise e contratação pela Finep;

• A realização do 1° Workshop Centros de Inovação SIBRATEC em abril de 2013, com a participação dos coordenadores de Redes, inclusive dos coordenadores das Redes ainda não contratadas, assim como a elaboração da Carta de Florianópolis, com recomendações dos coordenadores para este componente SIBRATEC;

• A implementação de duas novas Redes SIBRATEC-CI para segmentos de nanotecnologias dentro da Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia (IBN) e uma rede nova na área de Tecnologia da Informação e Comunicação;

• A articulação de atividades das Redes SIBRATEC-CI com iniciativas governamentais afins, tais como a Empresa

Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), instituições que integram os Comitês do SIBRATEC, assim como orientações dos fóruns do Plano Brasil Maior;

• A extinção das Redes SIBRATEC-CI de Insumos para a Saúde Humana e Tecnologias para Energia Solar Fotovoltaica, cujos desempenhos foram considerados insatisfatórios.

Ainda continuam atuais as seguintes orientações do Comitê Gestor e Comitê Técnico de Centros de Inovação do SIBRATEC:

• Dar continuidade de apoio às Redes SIBRATEC-CI que já tenham alcançado resultados preliminares e cujo total de recursos financeiros disponíveis esteja empenhado, a fim de evitar a descontinuidade de atendimento às demandas das empresas;

• Avaliar o componente SIBRATEC-CI com foco na demanda das empresas;

• Elaborar indicadores para o componente SIBRATEC-CI;

• Fortalecer no projeto de gestão das Redes de CI a qualidade do serviço prestado às empresas;

• Articular-se com outros programas, como os Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT), os Núcleos de Apoio à Gestão da Inovação (NAGI) e outras iniciativas associadas à promoção de inovações nas empresas;

• Fortalecer os NIT no atendimento às empresas;

• Utilizar as Redes SIBRATEC-CI para ações de encadeamento das cadeias produtivas;

• Criar novas Redes tendo como referência as demandas empresariais indicadas no Plano Brasil Maior.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0486 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Foi realizada a execução do Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação - TI Maior, desenhado no contexto do Plano Brasil Maior, para atuar na promoção da pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor de software e serviços de tecnologia da informação, com impacto em diversos segmentos da sociedade. Os programas do TI Maior tem como objetivo ampliar a indústria de base tecnológica brasileira, estimulando inovação, empreendedorismo e competitividade, em cooperação com o governo federal e outros atores. Destaca-se a realização de nova chamada do Programa Start-Up Brasil para aceleração de empresas nascentes de base tecnológica; a formulação da expansão do programa de capacitação técnica e profissional em TI (Brasil Mais TI), o estabelecimento de um quarto centro global de pesquisa e desenvolvimento em TIC, e avanços na prospecção em inteligência de mercado do setor de tecnologia da informação e em estudos sobre segurança da informação. Na área de microeletrônica e dispositivos semicondutores, mantiveram-se as atividades em prol da atração de Investimentos e Grandes Projetos (ex.: Foxconn, SIX, HT Micron, Smart, etc.), formação e treinamento de mão obra especializada para o setor (Programa CI-Brasil e CT) e programas como o PADIS (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Displays). Em dezembro de 2013, uma nova empresa fabricante de componentes semicondutores teve o seu projeto PADIS aprovado. Ressalta-se também o investimento do governo a partir dos fundos setoriais no apoio às empresas e centros de projeto de circuitos integrados, por intermédio da Finep e do CNPq.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a implantação de 2 laboratórios-fábrica na área de semicondutores orgânicos e componentes avançados**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, os dois centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D) – CSEM Brasil (Belo Horizonte/MG) e CERTI

(Florianópolis/SC) deram continuidade às suas atividades nas áreas de semicondutores orgânicos e componentes avançados, preparando-se para em 2014 e 2015 transferirem tecnologia para o setor produtivo. Foi realizado, por intermédio do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), o estudo denominado ATS Display, que apresentará um estudo sobre displays no mundo e um conjunto de recomendações para a implantação de centros de P&D e de unidades industriais na área de semicondutores orgânicos voltados para mostradores de imagem e iluminação. Foram também destinados recursos para apoiar a implantação de um laboratório de optoeletrônicos e semicondutores no Centro de Tecnologia de Informação Renato Archer.

- **Constituir, no país, 4 Design Houses (DHs) nacionais, com pelo menos 500 projetistas no total**

Análise Situacional da Meta

Foi dada continuidade às atividades de incentivo governamental para o projeto, produção e comercialização de componentes semicondutores e displays no País, integrando as ações do Programa CI-Brasil com o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Displays (PADIS). Foram selecionados 11 projetos cooperados entre empresas privadas e centros de projeto, por meio da Chamada MCTI/SEPIN/CNPq No 19/2013 - Programa CI-Brasil 2013, com o objetivo de "Apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País por meio de atividades voltadas para o desenvolvimento de circuitos integrados em centros e empresas de projetos de semicondutores no âmbito do Programa CI-Brasil.” As quatro Design Houses privadas foram constituídas e estão em operação com 100 projetistas em atuação nessas empresas.

- **Desenvolver e fortalecer competências e habilidades para o setor de TIC em pelo menos 35.000 profissionais**

Análise Situacional da Meta

O Programa Brasil Mais TI, integrante do Plano Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (TI Maior), foi relançado no segundo semestre de 2013, inaugurando a cooperação entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério da Educação (MEC) para a formação profissional e tecnológica de mais 20 mil pessoas na plataforma do projeto, entre alunos, professores e funcionários dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Até o fim de 2013, o Brasil Mais TI propiciou a conclusão de mais de cem mil módulos em conteúdos atinentes à formação profissional em TI, cursados por mais de 30 mil alunos. Foi lançada uma chamada pública para a gestão executiva da segunda fase do programa, a ser realizada em 2014, no contexto da cooperação MCTI-MEC.

Quantidade alcançada

30.735

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0493 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal: biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito das atividades de Biotecnologia e Saúde foram realizadas as seguintes iniciativas:

A - Chamada em PD&I em medicamentos fitoterápicos oriundos de espécies nativas da flora brasileira – Tem como o objetivo financiar projetos de P&D de estudos etnofarmacológicos, agronômicos, fitoquímicos/analíticos, testes pré-clínicos e toxicológicos com vistas a produção, padronização e avaliação de segurança e eficácia de drogas vegetais, derivados vegetais ou moléculas oriundas de espécies nativas da flora brasileira.

B - O Laboratório Nacional de Biociências (LNBio) concluiu a primeira etapa do projeto de implantação da plataforma biotecnológica de produção de esteróides. Nesta etapa, estabeleceu-se um novo processo biotecnológico para extração de diosgenina de espécies de barbasco em escala de bancada. Este novo processo substitui o uso de insumos nocivos ao

meio ambiente por biocatalisadores enzimáticos, preservando a eficiência do processo de catálise química tradicional. Além disso, para produzir insumos farmacêuticos ativos (IFA) esteroidais derivados de diosgenina, o LNBio identificou e está desenvolvendo, por meio de técnicas de engenharia de proteínas, uma nova enzima para atuar em processos de oxidação biotecnológica, produzindo intermediários mais avançados na rota de produção de hormônios esteróides.

O desenvolvimento e domínio desta nova tecnologia permitiu outros ganhos como estabelecimento de competência técnico-científica habilitada para levar adiante a etapa de escalonamento semi-industrial do processo, bem como a obtenção de subprodutos que são insumos básicos da indústria de cosméticos.

C - Apoio a gestão da Rede Nordeste de Biotecnologia (Renorbio)

Encomenda com o objetivo de apoiar a gestão da Renorbio, de forma a continuar incentivando seu desenvolvimento com vistas ao crescimento da área de biotecnologia na região Nordeste. Os recursos permitirão a continuidade das ações da Renorbio, a formação de recursos humanos na área e a promoção do desenvolvimento científico nas suas diversas aplicações.

D - Apoio a gestão e desenvolvimento de estudos in silico da Rede Nacional de Métodos Alternativos ao uso de animais.

Encomenda com o objetivo de apoiar a gestão da Rede através do fomento ao desenvolvimento de uma estratégia de gerenciamento que permita a maior integração interna dos laboratórios centrais, maior articulação com centros internacionais de validação com vistas à integração de atividades e disseminação de protocolos e, finalmente, estruturação de um sistema de gestão informatizado que facilite a aplicação dos métodos alternativos seguindo os rígidos sistemas de documentação exigidos pelos princípios das Boas Práticas de Laboratório (BPL).

O projeto também tem como objetivo o desenvolvimento de estudos farmacológicos através de simulações computacionais “in silico”, estes modelos são reconhecidos pela sua efetividade, rapidez e baixo custo em testes com candidatos a novos fármacos.

No âmbito do Fundo Setorial de Biotecnologia CT-BIOTEC foram apoiadas sete chamadas públicas visando alavancar o desenvolvimento da biotecnologia nacional:

1 - Chamada pública conjunta Brasil-Holanda para Pesquisa e Inovação em Bioeconomia - Convênio CNPq/NWO (Holanda)

2 - P,D&I na produção de vacinas recombinantes para promoção da saúde humana e animal

3 - Engenharia de Sistemas Biológicos

4 - Chamada pública sobre espécies vegetais

5 - P,D&I em Biotecnologia para solução de problemas ambientais

6 - Novas Terapias Portadoras de Futuro

7 - Seleção pública de projetos de P,D&I para a produção de biocombustíveis a partir de microalgas

Ainda no primeiro semestre de 2013, o programa de nanotecnologia do MCTI foi revisto e reestruturado, com o objetivo de otimizar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em nanotecnologia e novos materiais. Esse trabalho culminou com a elaboração da Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia (IBN), lançada em 19 de agosto de 2013.

De forma estratégica, a IBN prioriza o fomento nas áreas definidas no Plano Brasil Maior, sem deixar de considerar eventuais desenvolvimentos nanotecnológicos que passarem a ter importante papel na competitividade da indústria brasileira, a médio e curto prazo.

Metas 2012-2015

- **Ampliar para 120 o número de empresas que realizam pesquisa e desenvolvimento em nanotecnologia em seus processos produtivos**

  Análise Situacional da Meta

  O último levantamento da PINTEC, publicado em 2013, e que reflete os resultados do período de 2009 a 2011, reporta que existiam 1132 empresas que realizavam alguma atividade baseada em nanotecnologia. Entretanto, apenas 123 empresas desenvolviam atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de produtos, insumos ou processos nanotecnológicos.

  Atualizações permanentes promovidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) mostram que

aproximadamente 190 empresas brasileiras desenvolvem atividades de P&D em nanotecnologia. Este resultado contabiliza empresas que participaram de Chamadas Públicas realizadas até 2014, assim como empresas identificadas por meio de contato direto.

Quantidade alcançada

190

Data de Referência

31/12/2013

- **Promover o aumento em 40% do número de pedidos de patentes de produtos, processos e serviços biotecnológicos depositados no Brasil e no exterior por residentes no país**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2011, foi calculado um total de 475 patentes brasileiras relacionadas à área da Biotecnologia. No ano de 2012 foi apurado um resultado PARCIAL de 359 patentes na área. Essa diferença ocorreu devido ao período de sigilo dos documentos (18 meses) e o prazo para a sua indexação nas bases de dados, sendo assim, as informações dos depósitos de patentes realizados no ano de 2012 somente serão publicados, na sua totalidade, no segundo semestre de 2014. Portanto, apenas ao final do período de sigilo é que poderá ser apurada a totalidade das patentes depositadas em 2012 e estabelecer um comparativo para avaliar a evolução do pedido de patentes de produtos, processos e serviços biotecnológicos no período.

Desta forma, neste momento, não é possível avaliar o cumprimento da meta, pois os dados estão incompletos devido ao prazo de sigilo dos documentos (18 meses) e o prazo para a sua indexação nas bases de dados.

OBJETIVO: 0494 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Com a missão de "promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas", a Finep geriu, em 2013, recursos da ordem de R$10 bilhões, em operações de crédito, subvenções econômicas, apoio não-reembolsável, investimento direto e em fundos. Esses recursos foram aplicados segundo as diretrizes estabelecidas pelo PPA 2012-2015, pelo Plano Brasil Maior (PBM), pela Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) e pelo Plano Inova Empresa.

O Plano Inova Empresa, lançado em março de 2013 com o objetivo de elevar a produtividade e a competitividade da economia brasileira, constitui a principal iniciativa em curso para a promoção da inovação e pesquisa em setores estratégicos. Além de contar com R$32,9 bilhões em recursos, o Plano, que envolve a articulação entre diferentes instituições governamentais – ministérios, agências de fomento, agências reguladoras –, disponibiliza formas de financiamentos diversificadas e integradas, estimula a criação de parcerias entre empresas e ICTs e, com vistas a aumentar a capilaridade do apoio financeiro, descentraliza o crédito para micro, pequenas e médias empresas. Esse conjunto de fatores contribui para o aumento da acessibilidade, da agilidade e do impacto do fomento público à inovação. Desde seu lançamento até o final de 2013, o Inova Empresa ofertou R$18,12 bilhões em recursos para apoio à inovação, dos quais R$11,2 bi foram disponibilizados pela Finep, a partir dos seguintes editais: PAISS (área sucroenergética e sucroquímica), INOVA Petro (petróleo e gás), INOVA Saúde (fármacos e equipamentos médicos), INOVA Aerodefesa, INOVA Energia, INOVA Agronegócio, INOVA Sustentabilidade, INOVA Telecom, Subvenção TI Maior (área de tecnologia da informação), Subvenção Construção Sustentável, Subvenção Tecnologia Assistiva, Subvenção Nanotecnologia, Subvenção Biotecnologia, Parques Tecnológicos, TECNOVA (descentralização da subvenção) e INOVACRED (descentralização de crédito a médias e pequenas empresas). Já a demanda por financiamento decorrente desses editais foi de R$ 68,2 bilhões, envolvendo 2,5 mil empresas e 200 instituições de pesquisa. No ano de 2013,

também foi lançado o FIP INOVA Empresa, com a dotação inicial de R$200 milhões para investimento em empresas com elevado risco tecnológico.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 41% para 50% a participação dos setores estratégicos no dispêndio empresarial brasileiro em pesquisa e desenvolvimento**

Análise Situacional da Meta

A apuração dessa meta só poderá ser realizada após a publicação da Pesquisa de Inovação PINTEC referente ao período em questão. Entretanto, vale destacar os principais programas do Plano Inova Empresa em curso no ano de 2013:

• PAISS (Plano de Apoio à Inovação dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico):

O PAISS, lançado em 2011, foi responsável pela definição do modelo de gestão de recursos públicos que deu origem ao Plano Inova Empresa, no qual foi incluído em 2013. O programa tem o objetivo de apoiar projetos voltados para o desenvolvimento, produção e comercialização de novas tecnologias industriais destinadas ao processamento da biomassa proveniente da cana-de-açúcar. O montante de recursos pleiteados pelos Planos de Negócios selecionados foi de R$3,1 bilhões. Os projetos contratados no âmbito do PAISS somaram R$ 1,85 bi no final de 2013.

• Inova Petro:

O programa Inova Petro, lançado em 2012, também foi incluído no âmbito do Inova Empresa. Foram ofertados R$ 3 bilhões pela FINEP (R$ 1,5 bi) e BNDES (R$1,5 bi), e a demanda inicial totalizou R$ 2,8 bilhões, com 38 empresas interessadas. Em 2013 ocorreu a seleção de 11 planos de negócios, com demanda conjunta de R$380 milhões. As contratações dos projetos estão previstas para 2014.

• Inova Energia:

Em abril de 2013, o programa Inova Energia disponibilizou R$ 3 bilhões. A demanda inicial foi de R$ 12,3 bilhões, com a participação de 309 empresas. Após as etapas de seleção dos planos de negócios e de estruturação dos planos de suporte conjunto, o resultado do fomento do Inova Energia foi de R$ 7,12 bilhões.

• Inova Saúde:

Criado para apoiar atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação em projetos de instituições públicas e privadas que atuam no âmbito do Complexo Econômico e Industrial da Saúde, o programa Inova Saúde lançou, em 2013, três editais (R$ 1,915 bilhão) envolvendo a participação de empresas.

• Inova Agro

Em 2013, por meio do Edital de Seleção Pública Conjunta MCTI/BNDES/FINEP de Apoio à Inovação Tecnológica no Setor de Agronegócio – INOVA AGRO –, foram disponibilizados R$ 1 bilhão para aplicação nas modalidades crédito, subvenção econômica e instrumentos de renda variável. A demanda inicial foi de R$ 5,8 bilhões, com a manifestação de interesse por parte de 280 empresas. A seleção dos planos de negócios está prevista para 2014.

• Inova Aerodefesa

O programa foi criado com a finalidade de apoiar projetos de inovação tecnológica nas indústrias aeroespacial, defesa, segurança e materiais especiais. Na primeira fase, 95 empresas líderes, 117 empresas parceiras e 78 ICTs demostraram interesse. Após a seleção dos planos de negócios, foram aprovados 91 planos de 64 empresas, sendo que destes, 79 são elegíveis a recursos não reembolsáveis. A demanda financeira inicial foi superior a R$ 13 bilhões e, após seleção dos PNs, situa-se próxima de R$ 8,7 bilhões.

• Parques Tecnológicos

O Programa Inova Empresa PNI/Parques Tecnológicos busca apoiar habitats de inovação, a fim de estimular o surgimento de empresas de base tecnológica e fortalecer as relações entre empresas, instituições científicas e tecnológicas (ICTs) e setor público. Foram disponibilizados R$ 90 milhões para apoio não reembolsável, R$ 500 milhões na modalidade crédito e R$ 50 milhões para aporte em fundos de investimentos.

• Inova Sustentabilidade

O Programa Inova Sustentabilidade tem o objetivo de incentivar a realização de investimentos na área ambiental, com

a promoção de soluções inovadoras capazes de mitigar impactos das atividades produtivas sobre o meio ambiente. Em dezembro de 2013, foi disponibilizado R$ 2 milhões para apoio a projetos de inovação com tecnologias aplicáveis em quatro linhas temáticas: produção sustentável, recuperação de biomas brasileiros e fomento às atividades produtivas sustentáveis de base florestal, saneamento ambiental e monitoramento de desastres ambientais.

• Inova Telecom

Lançado em 18/12/13, o programa disponibilizou recursos no valor total de R$ 1,5 bilhão por meio do edital de Seleção Pública de Apoio à Inovação Tecnológica no Setor de Telecomunicações – Inova Telecom - 01/2013, para apoio a projetos de inovação nas seguintes áreas: desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas para comunicações ópticas, digitais sem fio, redes de transporte de dados, comunicações estratégicas, telessaúde e soluções tecnológicas voltadas para aplicações em saúde.

Em 2013 foram lançados cinco editais de Subvenção Econômica à Inovação: Construção Sustentável e Saneamento Ambiental (valor ofertado: R$30 milhões; com demanda inicial de R$ 247,9 milhões, por parte de 97 empresas); Tecnologia da Informação e Comunicação (valor ofertado: R$60 milhões; demanda inicial: R$ 1,15 bilhão, 404 empresas); Nanotecnologia (valor ofertado: R$30 milhões; demanda inicial: R$ 56 milhões, 33 empresas); Biotecnologia (valor ofertado: R$24 milhões; demanda inicial: R$ 91 milhões, 68 empresas); e Tecnologia Assistiva (valor ofertado: R$20 milhões).

OBJETIVO: 0495 - Estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A Finep atua como agente financeiro de fundos e programas governamentais com a finalidade de intensificar os investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) no país, por meio de fomento, investimento e operações de crédito com condições de financiamento mais favoráveis, com taxas de juros menores, carência e prazos maiores. Essas modalidades de financiamento também são oferecidas de forma integrada.

Em 2013, a Finep, enquanto Secretaria-Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), operou recursos da ordem de R$ 3,1 bilhões em ações não-reembolsáveis. Já os recursos disponíveis para operações reembolsáveis atingiram R$ 4,1 bilhões, sendo R$ 1,26 bilhão proveniente do orçamento fiscal (FNDCT e Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel); R$ 1,94 bilhão oriundo do Tesouro, por meio de empréstimo do BNDES para o Programa de Sustentação do Investimento (PSI); e R$ 887 milhões resultantes de retornos líquidos de amortizações.

Além dos esforços empreendidos no sentido de ampliar a oferta de recursos disponíveis para o financiamento de P,D&I nas empresas e de melhorar as condições de financiamento com o uso articulado de diferentes instrumentos de apoio à inovação, a Finep também buscou aumentar a eficiência operacional interna. Nesse sentido, foi introduzido um novo modelo de análise de projetos reembolsáveis denominado Finep 30 dias, que permite responder ao cliente sobre a aprovação do financiamento e condições de contratação no prazo de até 30 dias.

Ainda para aumentar a utilização dos instrumentos governamentais de apoio a inovação, a Finep ampliou a divulgação, o fomento e a capilaridade de suas ações. No ano 2013, foi criada a área de fomento de novos negócios, houve a intensificação das ações de marketing e, para o aumento da capilaridade, estão em operação os programas TECNOVA (R$ 350 milhões para subvenção econômica) e INOVACRED (R$ 1,2 bilhão para crédito), que têm por objetivo estimular a inovação e ampliar a competitividade do segmento das empresas de menor porte, por meio da descentralização do apoio financeiro.

Como resultado desses esforços, em 2013, o volume de contratações em operações de crédito atingiu R$ 6,3 bilhões, dos

quais R$ 779 milhões foram destinados a instituições parceiras no âmbito do programa Inovacred. Já as contratações referentes a projetos cooperativos entre empresas e instituições científicas e tecnológicas (ICTs) e à subvenção econômica à inovação nas empresas somaram, respectivamente, R$ 78 milhões e R$ 308 milhões, sendo que R$ 188 milhões foram referentes ao programa Tecnova.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 22,3% para 30% o percentual de empresas inovadoras que utilizam ao menos um dos diferentes instrumentos de apoio governamental à inovação nas empresas**

  Análise Situacional da Meta

  A apuração dessa meta só poderá ser realizada após a publicação da PINTEC referente ao período em questão. No entanto, pode-se adiantar que, no ano 2013, 96 novas empresas passaram a compor a carteira de clientes da Finep: 60 apoiadas através do crédito, 12 pela subvenção econômica nacional, 24 através de projetos cooperativos. Além dos clientes diretos, a Finep também apoiou 16 empresas por meio do Inovacred e 35 através do Tecnova.

- **Aumentar para 5.000 o número de empresas que fazem pesquisa e desenvolvimento contínuo**

  Análise Situacional da Meta

  A apuração dessa meta só poderá ser realizada após a publicação da PINTEC referente ao período em questão. Contudo, vale destacar os resultados alcançados pela Finep.

  - o número de empresas com contrato vigente no primeiro semestre de 2013 especificamente na linha de ação "inovação contínua" da Política Operacional da FINEP: 10 empresas;

  - o número de empresas com contrato vigente em 2013, em qualquer linha de ação, e no mínimo outro projeto contratado nos 60 meses anteriores: 147.

  Excluindo-se as redundâncias, foi apurado um total de 141 empresas clientes que realizam pesquisa e desenvolvimento (P&D) contínuo.

- **Aumentar para 80.000 o número de técnicos e pesquisadores ocupados em pesquisa e desenvolvimento nas empresas**

  Análise Situacional da Meta

  Apesar de a apuração dessa meta só poder ser realizada após a publicação da PINTEC referente ao período em questão, a FINEP informa que uma das rubricas previstas nos seus contratos se refere ao custeio da folha de pagamento do pessoal próprio que está previsto para executar os projetos. Desta forma, incentiva-se a manutenção de equipes técnicas nas empresas. Em 2013, a FINEP destinou R$ 1,5 bilhão à rubrica de manutenção de equipe própria de pesquisa e desenvolvimento nas empresas.

OBJETIVO: 0497 - Expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, tecnologia e inovação e impulsionar o intercâmbio e a atração de recursos humanos qualificados radicados no exterior por meio de concessão de bolsas.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Para que o desenvolvimento econômico, social e cultural das sociedades modernas ocorra, de modo amplo, sistemático e integrado, torna-se uma necessidade primordial o investimento contínuo na formação, capacitação e fixação de recursos humanos, capaz de se dedicar ao desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) e à produção e incorporação de conhecimento na sociedade. O alcance do conjunto das metas estabelecidas para esse fim, no âmbito do atual Plano Plurianual, já apresenta resultados bastante significativos, não apenas no que se refere à reposição e ampliação das diferentes categorias de profissionais envolvidos com C,T&I, como também na identificação de lacunas e deficiências relacionadas à pesquisa e desenvolvimento, e redirecionamento de focos de atuação, buscando agregar valor ao processo de mudanças qualitativas na dinâmica dos diversos setores da sociedade.

Uma análise comparativa do montante de recursos disponível frente ao número de bolsas concedidas apresenta um

quadro de execução em 2013 positivo, em termos de índices já alcançados. Quanto a uma abordagem relacionada com um resultado mais qualitativo, em relação ao que o conhecimento adquirido pelos bolsistas tem agregado no Sistema Nacional de C,T&I, cabe ressaltar que a agregação de valor ao sistema e as mudanças realizadas no aumento da produção científica nacional, aumento do número de patentes e processos inovativos, ocorrem no tempo, não sendo uma análise pontual ou isolada da execução da missão institucional, que tem apresentado resultados visíveis e comprováveis no tempo.

Metas 2012-2015

- **Alcançar o número de 26.000 bolsas de produtividade em pesquisa concedidas pelo CNPq**

  Análise Situacional da Meta

  O aumento do número de bolsas de produtividade em pesquisa tradicionalmente concedidas tem contribuído para o estímulo da atuação tanto de pesquisadores das áreas de pesquisa básica e aplicada, atuantes no âmbito de instituições de caráter preponderantemente acadêmico-científico, como de pesquisadores dedicados às questões tecnológicas e de inovação, atuando preferencialmente em institutos de pesquisa e em empresas.

  Quantidade alcançada

  17.417

  Data de Referência

  31/12/2013

- **Alcançar o número de 30.000 bolsas de pós-graduação concedidas pelo CNPq**

  Análise Situacional da Meta

  As bolsas de pós-graduação em maior número têm fortalecido a base de pesquisadores comprometidos com a nova dinâmica de desenvolvimento e consequente superação das barreiras relacionadas ao desenvolvimento do Brasil. Em 2013 foram concedidas 26.942 bolsas de pós-graduação.

  Quantidade alcançada

  26.942

  Data de Referência

  31/12/2013

- **Alcançar o número de 35.000 bolsas voltadas para o Intercâmbio Internacional concedidas pelo CNPq**

  Análise Situacional da Meta

  O número de bolsas voltadas para o Intercâmbio Internacional concedidas por meio do Programa Ciência Sem Fronteiras, que em 2013, só pelo CNPq, se aproximou de 22 mil bolsas concedidas (saindo de um patamar histórico de concessão de cerca de 700 bolsas-ano), já provocou mudanças significativas na dinâmica do setor acadêmico e empresarial brasileiro, especialmente no âmbito da graduação.

  Quantidade alcançada

  21.810

  Data de Referência

  31/12/2013

- **Alcançar o número de 49.500 bolsas de iniciação à pesquisa concedidas pelo CNPq**

  Análise Situacional da Meta

  A ampliação no número de bolsas de iniciação à pesquisa, que alcança o patamar de 43.706 bolsas concedidas em 2013, demonstra que mais jovens estão sendo expostos à experiência da pesquisa, com uma melhor e mais consistente formação, e que está sendo ampliado e aperfeiçoado tanto o processo de identificação de vocações científico-tecnológicas como a formação de profissionais mais capacitados a acompanhar e se adaptar às rápidas e crescentes mudanças de mercado do mundo globalizado.

  Quantidade alcançada

  43.706

  Data de Referência

  31/12/2013

OBJETIVO: 0498 - Promover a formação e capacitação de recursos humanos nas Engenharias e demais áreas tecnológicas, priorizando a concessão de bolsas nessas áreas.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo foi desenhado para ajudar a mudar a realidade em relação à defasagem tecnológica do país, promovendo a formação para um engajamento de pesquisadores e de profissionais em desenvolvimento tecnológico, de extensão e inovação, em áreas e temas estratégicos e de interesse de empresas. Certamente que outros objetivos do Programa Ciência, Tecnologia e Inovação agregam iniciativas que também favorecem a mudança de realidade prevista. No entanto, as metas estabelecidas no âmbito deste objetivo buscavam, por meio de uma atuação mais concentrada, uma mudança rápida de contexto e resultados mais imediatos. Cabe observar que o percentual de bolsas destinadas às engenharias em relação a todas as outras áreas, no contexto do Programa Ciência sem Fronteiras, correspondeu, em 2013, a 48,5%.

Metas 2012-2015

- **Alcançar o número anual de 500 empresas apoiadas pelo programa RHAE**

Análise Situacional da Meta

O número de empresas apoiadas em 2012 foi de 247. No exercício de 2013 foi lançado, em novembro, o edital RHAE 54/2013, voltado ao fomento às empresas. No entanto, não houve tempo hábil para que houvesse apoio aos respectivos projetos ainda em 2013, o que ocorrerá em 2014. Cabe ressaltar que esse edital será integralmente pago com recursos dos Fundos Setoriais.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Alcançar o número de 16.000 bolsas de iniciação tecnológica concedidas pelo CNPq para as Engenharias**

Análise Situacional da Meta

A quantidade alcançada em 2013 foi de 7.224 bolsas deste tipo. Observe-se que os números do Programa Ciência sem Fronteiras não compõem esta meta.

Quantidade alcançada

7.224

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar a participação das Engenharias no total de bolsas concedidas pelo CNPq, de 19% para 30%**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 a participação das Engenharias no total de bolsas concedidas pelo CNPq alcançou o percentual de 20,6. Cabe destacar que o percentual relacionado especificamente às bolsas no exterior atingiu 48,5%, contra 18,0% no país.

Quantidade alcançada

20,6

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0499 - Promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação científica.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O presente Objetivo está subdividido em três iniciativas principais, cujas metas refletem a necessidade de popularizar

ciência no país. Diante das grandes desigualdades enfrentadas pela população, é necessário envidar esforços para atingir todo o território brasileiro. Como resultado desses esforços, já se percebe uma mudança de atitude do brasileiro em relação à ciência. Em quatro anos (2006-2010), a participação em atividades da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia aumentou 60% e a visitação a museus de ciências dobrou. Atividades de popularização da ciência já são reconhecidas e valorizadas no currículo e o número de trabalhos científicos de avaliação das políticas e dos resultados obtidos nesses últimos 10 anos vem aumentando constantemente. Porém, o estabelecimento de um Programa Nacional de Popularização de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I), recomendação da 4ª Conferência Nacional de C,T&I em seu eixo Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social, depende diretamente de investimentos sólidos e continuados na área.

Assim como os resultados dos anos anteriores, os resultados alcançados no ano de 2013 são positivos e a tendência é de que todas as metas estabelecidas para o período sejam cumpridas até o ano de 2015. O governo apoiou em 2013 um total de 298 projetos na área de divulgação em ciência, incluindo o lançamento, em parceria com outros órgãos governamentais, de quatro editais dirigidos a olimpíadas do conhecimento, feiras de ciência, criação e apoio a museus e centros de ciência e eventos de divulgação, que juntos somaram R$ 37 milhões. No entanto, diante da quantidade de projetos apresentados (1009), fica clara a necessidade de mais investimentos na área para que seja possível atender a demanda qualificada e reprimida que existe no país.

Metas 2012-2015

- **Ampliar para 300 o número de espaços científico-culturais dos estados brasileiros**

  Análise Situacional da Meta

  Desde o início dos anos de 1980 vêm sendo criados por todo o país dezenas de centros de ciência. Levantamento feito em 2009, pela Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência (ABCMC), com apoio do MCTI, mostrou que havia mais de 200 centros, museus de ciência e outras instituições dedicadas à popularização da ciência no Brasil, incluindo jardins zoológicos e planetários. Atualmente esse catálogo está sendo atualizado, de forma que será possível avaliar a evolução deste quadro nos últimos quatro anos. Em 2013, foram comprometidos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) no valor de R$ 20 milhões para o lançamento de um edital voltado à criação e ao desenvolvimento de espaços científico-culturais em território nacional. O edital foi dividido em duas linhas temáticas: apoio à criação de novos museus ou centros (adaptação de ambientes para implantação de novos espaços e desenvolvimento de projetos arquitetônicos, museológicos e projetos de implantação de novos espaços) e apoio ao desenvolvimento ou expansão de espaços já existentes (modernização, projetos, exposições, aquisição de equipamentos, veículos, produção de materiais, entre outros). Foram apresentadas 316 propostas, das quais 62 foram selecionadas, sendo 17 para a primeira linha de apoio e 45 para a segunda linha. Portanto, caso haja a liberação de ambas as parcelas, esse edital contribuirá para o fortalecimento dos espaços científico-culturais já existentes no Brasil, assim como contribuirá para a implantação de 17 novos museus ou centros de ciências no país. Os resultados desse edital vão ao encontro da meta de implantação de cinco grandes museus de ciência no Brasil, um para cada região, prevista na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015.

- **Atingir 1000 municípios com atividades em eventos de divulgação científica no ano**

  Análise Situacional da Meta

  Somando todas as ações empreendidas no ano de 2013, estima-se que foram atingidos, individualmente, no mínimo 970 municípios.

  Em 2013 foram apoiados diretamente 54 projetos, envolvendo eventos e atividades que aconteceram durante a SNCT (21-27 de outubro de 213), executados pelas coordenações regionais e pelas Unidades de Pesquisa deste Ministério. Em 2013, a SNCT alcançou 742 municípios, com 33.699 atividades desenvolvidas em todo o território nacional. No entanto, contatos com as coordenações regionais e visitas técnicas a diferentes estados realizadas por integrantes desta Secretaria indicam que o número de municípios participantes pode ter sido ainda maior.

  Ainda dentro do escopo dessa meta, foram lançados dois editais, um para feiras de ciências e mostras de ciência

itinerantes e outro para apoio a atividades de popularização da ciência em geral. No total, foram apresentadas 529 propostas, das quais foram selecionadas seis feiras de ciências de âmbito nacional, 20 feiras estaduais, 72 feiras municipais e 17 mostras itinerantes, que por sua natureza, abrangem mais de um município. Com relação ao edital para apoio a atividades de popularização, foram contemplados 45 municípios com até 200.000 habitantes e 111 municípios com mais de 200.000 habitantes. Ainda em 2013, foi lançado edital, também junto ao CNPq, para apoio a olimpíadas de ciências a serem realizadas em 2014. De 20 propostas apresentadas, foram contempladas oito olimpíadas, todas de abrangência nacional.

Quantidade alcançada

970

Data de Referência

31/12/2013

- **Aumentar a participação do público elegível na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) para 95%**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013, participaram da primeira fase da competição 18.762.859 alunos, de 47.144 escolas em 99.35% dos municípios brasileiros. Foram 416 escolas a mais do que em 2012. Apenas 37 municípios em todo o Brasil não têm escolas participantes da OBMEP, portanto, são 5.529 cidades com escolas participantes da Olimpíada. De acordo com o Censo Escolar de 2013, o Brasil tem 21.460.997 alunos (ensino regular e de jovens e adultos) matriculados nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio em escolas públicas (estaduais e municipais, rurais e urbanas). Portanto, em 2013, a participação do público elegível na OBMEP foi de 87,4%. Estão sendo envidados esforços para garantir a participação de 100% dos municípios brasileiros no ano de 2014, além de aumentar o número de escolas participantes por município e de alunos participantes por escola. Sendo assim, até 2015 espera-se que a participação do público elegível na OBMEP suba para 100%.

Quantidade alcançada

87,4

Data de Referência

27/09/2013

- **Criar o Desafio Nacional de Ciências**

Análise Situacional da Meta

A presente meta constou do planejamento quando da definição do PPA 2012-2015. Entretanto, mais recentemente, percebeu-se a necessidade de uma reformatação do projeto, modificando sua concepção inicial, no sentindo de instituir uma olimpíada integrada, composta por questões de diferentes áreas do conhecimento. A realização de um evento dessa escala, no entanto, depende de articulação com a comunidade acadêmica e da colaboração dos organizadores das diversas olimpíadas que já acontecem anualmente no Brasil. Com o intuito de promover uma integração gradual das olimpíadas, foram iniciadas discussões junto aos organizadores das olimpíadas de Física e Astronomia. Está sendo avaliada a possibilidade de realizar, em 2014, uma olimpíada conjunta das duas matérias. Esse será o primeiro passo na criação de uma grande olimpíada do conhecimento.

OBJETIVO: 0500 - Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O presente objetivo está subdividido em cinco iniciativas principais, cujas metas refletem a grande necessidade de apoiar o desenvolvimento social e inclusão de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. As metas desse objetivo visam gerar uma integração entre academia e a realidade social em suas diversas facetas. Avaliando a atuação deste Ministério nos últimos anos e no ano de 2013, a tendência é de que todas as metas sejam cumpridas até o ano de 2015.

Em relação aos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT), de 2012 a 2013 foram apoiados 114 CVTs. Sobre os Núcleos de Tecnologia Assistiva, em 2012 foram implantados quatro projetos, em 2013 foram 68. Os projetos de tecnologia social totalizarão, até a finalização da chamada via Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), um quantitativo de 86 incubadoras que apoiarão até 700 empreendimentos econômicos solidários.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 15 projetos de tecnologia social, tecnologia assistiva e extensão tecnológica**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foi aberta chamada pública, em parceria com CNPq e o Ministério do Trabalho e Emprego, com o objetivo de selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e extensão de incubadoras tecnológicas de empreendimentos econômicos solidários e que possam contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no Brasil. O público alvo final das incubadoras tecnológicas apoiadas são empreendimentos econômicos solidários em todo o país. Foram aprovados 86 projetos nas seguintes linhas: A) Apoio ao fortalecimento de incubadoras tecnológicas de economia solidária; e B) Apoio à formação e institucionalização de novas incubadoras tecnológicas de economia solidária. Os projetos têm prazo de execução de 24 meses.

Quantidade alcançada

86

Data de Referência

31/12/2013

- **Apoiar 20 projetos de pesquisa e desenvolvimento em segurança alimentar e nutricional**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013 foi elaborado e articulado junto ao CNPq o Termo de Referência para a Chamada MCTI/Ação Transversal-LEI/CNPq nº 82/2013 em Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito da Unasul e da África que resultou na aprovação de 25 projetos com total de R$ 4 milhões. Articulou-se, ainda, parceria com a Universidade Estadual Paulista (Unesp), no valor de R$ 700 mil, para coordenação do projeto denominado "Rede-SANS Brasil UNASUL de pesquisa, extensão e ensino em Soberania e Segurança Alimentar Nutricional Sustentável", que coordenará a Rede Nacional dos 25 Núcleos aprovados pela Chamada nº 82.

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

31/12/2013

- **Apoiar 25 projetos de pesquisa e desenvolvimento em arranjos produtivos locais e micro e pequenos empreendimentos no período 2012-2015**

Análise Situacional da Meta

Por haver uma intersecção desta ação com a meta de modernização ou implantação de CVTs, foram apresentados projetos que apoiam os arranjos produtivos locais, de forma a organizar e fomentar as cadeias produtivas locais. Foi apoiado por meio dos fundos setoriais um projeto com o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, para a implantação do Centro de Saberes Indígenas e Trocas Tecnológicas, que guarda aderência com arranjos produtivos locais.

- **Apoiar a modernização ou implantação de 120 Centros Vocacionais Tecnológicos no período 2012-2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram apoiados projetos frutos de parcerias e articulações interinstitucionais. Foram apoiados 93 Núcleos e Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) em Agroecologia, vinculados a Universidades e Institutos Federais no Brasil, por meio de Edital junto ao CNPq. Da mesma forma, por meio dos Fundos Setoriais, foram apoiados os projetos de implantação de Unidades Demonstrativas Agroflorestais, junto ao Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia, e de implantação de CVT em Tecnologias Sociais, junto ao Instituto Mamirauá. Com recursos próprios foram apoiados projetos de implantação de um CVT Móvel de Aquicultura no estado do Tocantins e um CVT no município de

Augustinópolis – TO, um CVT em Agroecologia junto ao Instituto Federal de Brasília e um CVT em Segurança Alimentar e Nutricional junto à Universidade Federal da Paraíba.

Também foram apoiados 15 CVT por meio de 11 emendas parlamentares nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Ceará, Maranhão e Tocantins.

Quantidade alcançada

114

Data de Referência

31/12/2013

- **Criar Rede Nacional de Tecnologia Assistiva com 40 núcleos interdisciplinares em universidades nas cinco regiões do país e implantar o Centro de Referência em Tecnologia Assistiva**

Análise Situacional da Meta

Uma das ações na área de Tecnologia Assistiva (TA) trata-se da Rede Nacional de Núcleos em Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Assistiva, uma estratégia no âmbito do Plano Viver sem Limite para a promoção da pesquisa, desenvolvimento e inovação na área em questão, por meio da interação de núcleos de TA de Universidades, Institutos Federais e Unidades de Pesquisa, Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva (CNRTA) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

No primeiro semestre de 2013 o foco foi a realização da análise técnica dos projetos habilitados no chamamento público realizado em maio de 2012. Tal análise culminou na descentralização dos respectivos créditos orçamentários no segundo semestre de 2013, para os seis núcleos que apresentaram projetos adequados, enquadrando-se no escopo do Plano Viver sem Limite.

Também foi articulada entre o MCTI e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) "Chamada para Seleção de Projetos" com o objetivo de apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação que possuam como objeto o desenvolvimento de produtos e serviços em TA. Os itens do referido documento foram exaustivamente discutidos pelo Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva, visando à otimização da sua futura execução. Tais articulações culminaram no lançamento da Chamada Pública MCTI-SECIS-CNPq nº 84, que teve 62 projetos aprovados.

Foi também articulado com o CNPq o fornecimento de bolsas de estudo para alunos do curso de formação de instrutores/treinadores de cães-guia, do Instituto Federal de Santa Catarina, Campus Camboriú. A implementação de tais bolsas se efetivará em fevereiro de 2014.

Em parceria com o MDS, o MCTI, por meio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), lançou edital para contratação de consultoria para elaboração de projetos de residências inclusivas. A empresa vencedora do certame já iniciou a realização dos trabalhos propostos naquela chamada.

A SECIS/MCTI, em parceria com o CTI Renato Archer, iniciou articulação com demais órgão do governo federal para fins de produzir normas para certificação de cadeiras de rodas. Foi também lançado edital da Finep no valor de R$ 20 milhões e está em fase de avaliação das propostas.

Quantidade alcançada

67

Data de Referência

27/11/2013

OBJETIVO: 0501 - Fomentar o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras para cidades sustentáveis.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

As metas desse objetivo visam gerar uma integração entre academia e a realidade social em suas diversas facetas. Avaliando a atuação deste Ministério nos últimos anos e no ano de 2013, a tendência é de que todas as metas sejam

cumpridas até o ano de 2015. Foi apoiado o evento "Mais Qualidade e Sustentabilidade no Programa Minha Casa Minha Vida" e realizadas atividades relativas à Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e Cultivo do Bambu (Memorando de Entendimento entre o MCTI e o Ministério de Ciência e Tecnologia da República Popular da China); lançado edital via CNPq para apoio a seis centros de capacitação; foi firmado Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente; e realizada articulação com a Finep, permitindo o lançamento de chamada pública de subvenção econômica, no valor de R$ 30 milhões, para atender a dois dos quatro subtemas do Programa de Cidades Sustentáveis: construções sustentáveis (R$ 15 milhões) e saneamento ambiental (R$ 15 milhões).

Metas 2012-2015

- **Apoiar 12 projetos de inovações tecnológicas para os setores de reciclagem, saneamento e fontes alternativas de energia**

Análise Situacional da Meta

Apoio ao projeto "Execução das atividades previstas no Memorando de Entendimento entre o MCTI e o MOST – Ministério de Ciência e Tecnologia da República Popular da China para Cooperação Bilateral em Ciência e Tecnologia na Área de Desenvolvimento em Bambu" com o objetivo de fortalecer a cooperação bilateral entre o Brasil e a China na área de tecnologias voltadas ao desenvolvimento da cadeia produtiva do bambu no país e criar condições adequadas para transferência de conhecimento nessa área por meio de cooperação internacional. O projeto está sendo executado pela Embrapa Acre com recursos previstos da ordem de R$ 1 milhão. São objetivos específicos do projeto: i) Implementar as atividades de cooperação entre o Brasil e a China , estabelecidas e Memorando de Entendimento firmado por ocasião da visita da Presidente da República à China em 12 de abril de 2011; ii) Criar as condições adequadas para que o país possa estabelecer com a CAF – Chinese Academy of Forestry (autoridade cooperante nomeada pelo MOST) uma relação profícua de intercâmbio de conhecimentos de forma a favorecer o desenvolvimento da cultura do bambu no Brasil. O projeto tem relação direta com outra iniciativa do Programa de Cidades Sustentáveis que é a Chamada Pública CNPq nº 66/2013 para criação de seis centros regionais de tecnologia do bambu para apoio ao setor produtivo. O edital foi financiado com recursos do FNDCT (Ação Transversal) no valor de R$ 6 milhões.

A articulação com a Finep permitiu o lançamento de chamada pública de subvenção econômica, no valor de R$ 30 milhões, para atender a dois dos quatro subtemas do Programa de Cidades Sustentáveis da SECIS/MCTI: Construções sustentáveis (R$ 15 milhões) e saneamento ambiental (R$ 15 milhões); ao todo foram recebidas 97 propostas, sendo 56 para Construção Sustentável e 41 para Saneamento Ambiental, em fase de análise final para aprovação.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2013

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2047 - Micro e Pequenas Empresas

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de faturamento real de micro e pequenas empresas	%	01/01/2011	102,1	31/12/2013	102
Número de micro, pequenas e médias empresas inovadoras	unidade	31/12/2008	37.100	-	-
Participação das micro e pequenas empresas no emprego formal	%	31/12/2010	48,51	31/12/2011	48,47
Participação das micro e pequenas empresas no volume total de exportações	%	31/12/2009	0,86	31/12/2012	0,74
Regulamentação da Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas em Nível Municipal	%	31/12/2010	55,2	06/02/2013	76,03
Taxa de sobrevivência de empresas aos primeiros dois anos de atividade	%	31/12/2007	71,9	31/07/2013	75,6

Observações:

Índice de faturamento real de micro e pequenas empresas - Resultado referente à variação entre jan-dez 2012 e jan-dez 2013, conforme publicação 'Indicadores SEBRAE-SP - Pesquisa de Conjuntura', de fev 2014, acessível em http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/EstudosPesquisas/indicadores/indicadores_fev_14.pdf.

Número de micro, pequenas e médias empresas inovadoras - Dado mais recente disponível, devido à periodicidade da pesquisa.

Participação das micro e pequenas empresas no emprego formal - Resultado referente a 2011, conforme Relação Anual de Informações Sociais (Rais - vínculos), disponível em http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php. Dado consolidado mais recente disponível.

Participação das micro e pequenas empresas no volume total de exportações - Resultado referente ao período jan-dez 2012, conforme relatório 'Exportações por porte de empresa - 2012-2011 - Distribuição por Porte: Resumo', acessível em http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=4222&refr=608. Dado consolidado mais recente disponível.

Regulamentação da Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas em Nível Municipal - Fonte: Sebrae e MDIC.

Taxa de sobrevivência de empresas aos primeiros dois anos de atividade - Fonte: relatório 'Sobrevivência das Empresas no Brasil', de julho de 2013, acessível em http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no-brasil/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil.pdf. Dado consolidado mais recente disponível.

OBJETIVO: 0836 - Regulamentar no âmbito da União e incentivar a implementação nos estados e municípios do marco legal das micro e pequenas empresas, com vistas a fortalecer e ampliar os incentivos governamentais para o desenvolvimento econômico e social do segmento.

Órgão Responsável: Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Análise Situacional do Objetivo

A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – Lei Complementar nº 123, de 2006) tornou realidade o tratamento favorecido e diferenciado para os pequenos negócios, previsto no artigo 179 da Constituição. Além de aperfeiçoar o Simples Nacional, criou diversos outros instrumentos de favorecimento, como o regime de inscrição e baixa de CNPJ simplificado e integrado, acesso às compras públicas, ao crédito, à inovação, ao associativismo, entre outros. Foram realizados seminários regionais em vários estados e na Câmara dos Deputados, promovidos pela Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 237, de 2012, que altera a Lei Geral das MPE, com o objetivo de debater as propostas de

aprimoramento, que incluem a ampliação do alcance do Simples Nacional e medidas de racionalização.

Com a Lei nº 12.792, de 28/03/13, o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte passou a ser presidido e coordenado pela Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República (SMPE/PR). Em 2013, concebeu-se um novo modelo de trabalho para o Fórum Permanente, que visa alinhar sua forma de atuação às novas diretrizes para a política pública de apoio à micro e pequenas empresa, trazidas pela SMPE/PR, bem como à necessidade de maior eficácia das ações do Fórum. Em decorrência, elaborou-se nova proposta de Decreto e de Regimento Interno para contemplar as alterações decorrentes do novo modelo de funcionamento proposto. O Decreto encontra-se em fase final de tramitação, estando pendente de assinatura. O Regimento Interno será publicado assim que houver edição do Decreto.

A implementação da Lei Geral de MPE nos municípios é realizada em cooperação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Conforme dados do Observatório da Lei Geral, o estágio atual de implementação da Lei é de 30,66%, implementada em 1708 municípios.

As oficinas de coleta de insumos e construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento e Competitividade da Micro e Pequena Empresa foram finalizadas em maio de 2013. Posteriormente, elaborou-se plano de trabalho consolidando os resultados apresentados e vinculando-os às ações constantes do planejamento da SMPE/PR para a política pública de apoio à micro e pequena empresa. Das 120 ações propostas, 25 foram apresentadas ao relator do PLP 221, que altera a Lei Complementar 123/2006, e passaram a compor o conteúdo da proposta de alteração da lei, outras 52 serão executadas diretamente pelo Portal Empresas Simples, enquanto as demais serão tratadas no âmbito do Fórum Permanente.

Metas 2012-2015

- **Regulamentar a Cédula de Crédito Microempresarial - art. 46 da Lei Complementar 123/2006**

  Análise Situacional da Meta

  A regulamentação deste dispositivo deixou de ser prioritária, em função da tramitação do PLP 237/2013, que altera a LC 123/2006, e que contempla alterações importantes no Capítulo relativo a compras públicas.

- **Regulamentar a Fiscalização Orientadora - art. 55 da Lei Complementar 123/2006**

  Análise Situacional da Meta

  Publicada a norma RDC ANVISA nº 49/2013, que regulamenta a fiscalização orientadora em matéria sanitária. Emitido parecer da AGU para solução de controvérsias em favor da aplicação da fiscalização orientadora em matéria ambiental (duplo grau de visita).

- **Regulamentar a Sociedade de Propósito Específico - art. 56 da Lei Complementar 123/2006**

  Análise Situacional da Meta

  O decreto de regulamentação se encontra em fase final de revisão, com previsão de publicação em 2014.

- **Regulamentar o acesso simplificado à justiça - art. 73, 74 e 75 da Lei Complementar 123/2006**

  Análise Situacional da Meta

  Encontram-se em curso tratativas para a celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, o Ministério da Justiça e o Ministério Público da União para implementação do acesso aos mecanismos extrajudiciais de solução de controvérsias por meio do portal Empresa Simples, que será um portal de serviços dirigidos às micro e pequenas empresas. A previsão para a celebração do acordo é para 2015.

- **Regulamentar o apoio à inovação - art. 65 da Lei Complementar 123/2006**

  Análise Situacional da Meta

  Encontra-se pendente de regulamentação dispositivo que prevê a concessão de incentivos fiscais para a aquisição de máquinas e equipamentos destinados à inovação em micro e pequenas empresas. A regulamentação desse dispositivo deixou de ser prioritária, em função das diretrizes do Plano Brasil Maior.

- **Regulamentar o Sistema Nacional de Garantias de Crédito - art. 60-A da Lei Complementar 123/2006**

Análise Situacional da Meta

A regulamentação do dispositivo encontra-se em estudo pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

OBJETIVO: 0837 - Promover a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito, a inserção comercial, o encadeamento produtivo e o fomento às relações cooperativas e associativas para micro e pequenas empresas, de forma a estimular seu crescimento e competitividade, potencializando sua participação nos processos de geração de emprego e renda.

Órgão Responsável: Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Análise Situacional do Objetivo

Em 2013, a Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE) e o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) firmaram contrato para o desenvolvimento e implantação do portal Empresa Simples, um portal de serviços dirigidos às empresas que, no conjunto, deverão colaborar para a redução do peso da burocracia sobre o setor empresarial e para o aumento da lucratividade das micro e pequenas empresas.

Com lançamento previsto para junho de 2014, o portal Empresa Simples revolucionará a maneira como o governo se relaciona com o setor empresarial, permitindo que serviços públicos que afetam diretamente a competitividade das empresas brasileiras sejam ofertados pela internet, sem burocracia, com segurança e com possibilidade de alcance, a baixos custos e num curto espaço de tempo, de um público-alvo de cerca de 7 milhões de empresas.

Um dos marcos principais do portal consiste na implementação de um processo simplificado de abertura e legalização de empresas, por meio do qual será possível a obtenção de todas as autorizações necessárias ao funcionamento num prazo máximo de cinco dias. O portal oferecerá ainda soluções de apoio à competitividade empresarial, por meio de um mecanismo denominado 'praça eletrônica de negócios', que auxiliará as micro e pequenas empresas na catalogação de produtos, identificação de oportunidades de negócios, acesso a mercados, obtenção de crédito, acesso à inovação e a certificações, acesso a justiça e gestão.

Os trabalhos de elaboração do Plano Nacional de Capacitação e Aperfeiçoamento de Micro e Pequenas Empresas (PNCA-MPE) foram concluídos na gestão da SCS/MDIC e apresentados à SMPE/PR, quando da criação da Secretaria. O planejamento elaborado foi incorporado ao escopo do sistema Gestão Progressiva do Portal Empresa Simples.

No tocante à capacitação de micro e pequenos empreendedores, celebraram-se os convênios SMPE com o Sebrae do Distrito Federal e de Roraima. Os resultados alcançados até o momento incluem a capacitação de 4.000 empresários.

Na estruturação de políticas públicas para o desenvolvimento do setor artesanal, o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) conta com a colaboração de órgãos federal, estadual e municipal, de entidades privadas e de representação do setor. O programa é representado em cada uma das 27 unidades da federação por meio das Coordenações Estaduais do Artesanato, unidades que executam diretamente as atividades de desenvolvimento do segmento artesanal e que integram a estrutura de órgãos de governo dos estados.

Outros resultados obtidos em 2013 incluem:

• Realização do III Diálogo Interamericano de Altas Autoridades para Micro, Pequenas e Médias Empresas, em parceria com a Organização dos Estados Americanos (OEA) e com o Serviço Brasileiro de Apoio à Micros e Pequenas Empresas (Sebrae), evento que contou com a participação de representantes de 30 países na discussão de medidas de simplificação e ampliação do comércio exterior para micro e pequenas empresas. Na ocasião, foi aprovada proposta brasileira de criação do Simples Internacional, que prevê a celebração de acordos bilaterais entre países que dispensem reciprocidade no tratamento tributário privilegiado e simplificado às exportações de micro e pequenas empresas.

• Realização de atividades de capacitação de empreendedores individuais no âmbito de convênios entre a SMPE e o Sebrae, que atenderam conjuntamente 4.000 pessoas.

• Apoio à participação de artesãos em sete eventos de oportunidades de negócios, onde foram comercializadas 191 mil peças, com faturamento aproximado de 3,25 milhões.

• Realização de atividades do Plano Nacional de Capacitação de Artesãos/Multiplicadores em três unidades da federação,

que promoveram a formação de 80 multiplicadores da metodologia.

• Aquisição e doação aos estados e ao Distrito Federal de 27 impressoras da Carteira do Artesão e do Trabalhador Manual no âmbito do Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab).

• Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre a SMPE e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), com o objetivo de realizar ações conjuntas voltadas à promoção do artesanato quilombola, durante a 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, ocorrida em Brasília.

• Aquisição de 27 caminhões para doação às Coordenações Estaduais, dando continuidade ao processo de inclusão econômica e social do artesão brasileiro.

• Celebração de parceria entre a SMPE e o Ministério da Cultura, que viabilizará espaços de comercialização para artesãos de todos os estados nas doze cidades-sede da Copa do Mundo de 2014.Encontra-se em curso termo de cooperação com o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília - CDT/UnB, que definirá as ações da Política Nacional de Artesanato e indicadores as prioridades para o financiamento de iniciativas de apoio ao setor artesanal.

Quanto aos financiamentos extraorçamentários, em 2013, o Banco da Amazônia financiou com recursos de fomento empreendimentos das micro e pequenas empresas da Região no valor total de R$ 669,6 milhões, superando em 65,3% a meta do exercício, de R$ 405,2 milhões.

Por sua vez, o Banco do Brasil aplica recursos provenientes do Fundo Pasep e de Conta Própria BB, na forma de mix, por meio dos produtos BB Giro Décimo Terceiro Salário e BB Capital de Giro Mix Pasep, com o objetivo de conceder crédito para capital de giro para as micro e pequenas empresas – MPE e empreendedores individuais. Ao final de 2013, o valor aplicado nos referidos produtos chegou a R$ 3.979.142.742, atingindo 100,04% da meta para o período.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 100 mil micro e pequenas empresas e/ou empreendedores, inclusive as artesanais e as organizadas em APLs**

  Análise Situacional da Meta

  Realização de atividades de capacitação de empreendedores individuais no âmbito dos convênios SMPE – SEBRAE/DF n.º 780589/2012 e SMPE – SEBRAE/RR n.º 781211/2012, que atenderam conjuntamente 4.000 pessoas em 2013, totalizando 4.950 no período de 2012 e 2013.

  Quantidade alcançada

  4.950

  Data de Referência

  31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15.000	unidade	3.095	31/12/2013
Região Nordeste	20.000	unidade	250	31/12/2013
Região Norte	5.000	unidade	1.160	31/12/2013
Região Sudeste	40.000	unidade	240	31/12/2013
Região Sul	20.000	unidade	205	31/12/2013

- **Elevar o montante de crédito disponibilizado pelo BNDES para micro e pequenas empresas de R$ 5 bilhões em 2010 para R$ 21,2 bilhões.**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013, foram concedidos R$ 47,3 bilhões.

  Quantidade alcançada

  47,3

  Data de Referência

  31/12/2013

OBJETIVO: 0838 - Promover a cooperação técnica e financeira internacional para as micro e pequenas

empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais.

Órgão Responsável: Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Análise Situacional do Objetivo

Em 2013, foram concluídas três ações de cooperação técnica do Projeto de Apoio aos Diálogos Setoriais União Europeia – Brasil sobre o tema pequenas empresas. No âmbito dessas ações, foram produzidos três estudos sobre os temas capacitação empreendedora, fomento ao artesanato e anjos de investimento, que buscam identificar boas práticas sobre o tema encontradas na União Europeia e que possam auxiliar o Brasil na definição de políticas públicas para os temas. Ainda no âmbito do Projeto, foram lançados, em junho de 2013, três livros que compilam os resultados da ação 'empreendedorismo e competitividade para pequenas empresas', realizada no ano de 2012.

A instalação do Fórum Intrarregional Mercosul-Chile é uma iniciativa decorrente do Acordo de Complementação Econômica nº 35/Mercosul-Chile. Essa iniciativa encontra dificuldades de articulação entre os países-membros do Mercosul e Chile para implantação do Fórum.

Metas 2012-2015

- **Incluir a agenda brasileira de desenvolvimento das micro e pequenas empresas nas principais instâncias internacionais de cooperação (União Europeia, Mercosul, UNIDO, BID, Banco Mundial, CAF)**

  Análise Situacional da Meta

  A agenda brasileira de desenvolvimento foi inserida no âmbito da Comissão Europeia, por meio do Projeto de Apoio aos Diálogos Setoriais União Europeia – Brasil.

- **Realizar cooperação técnica internacional em melhores práticas com União Europeia, Mercosul, UNIDO, BID, Banco Mundial e CAF**

  Análise Situacional da Meta

  Foram realizadas três ações de cooperação técnica para micro e pequenas empresas no âmbito do Projeto de Apoio aos Diálogos Setoriais União Europeia – Brasil. Essas ações permitiram a troca de informações entre as partes, por meio de estudos e missões técnicas, nos temas capacitação empreendedora, artesanato e mercado de capitais.

OBJETIVO: 0839 - Desenvolver, disponibilizar e consolidar sistemas de gestão do conhecimento sobre micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais, para o compartilhamento de conhecimento e a geração de vantagem competitiva de mercado.

Órgão Responsável: Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Análise Situacional do Objetivo

Firmado acordo de cooperação técnica entre a Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE) e o Senado Federal, por meio do programa Interlegis/Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), que permitirá o acesso ao amplo acervo do portal da Rede de Informação Legislativa e Jurídica (LexML). O portal LexML reúne leis, decretos, acórdãos, súmulas, projetos de leis, entre outros documentos das esferas federal, estadual e municipal de todo o Brasil. Uma cartilha com normas e procedimentos, com exemplos prontos de proposições legislativas, foi lançada como parte do acordo.

O interesse em aproveitar a rede já montada pelo Interlegis com Câmaras e Assembleias visa atingir um maior número de legisladores, que são corresponsáveis pela implementação dos mecanismos previstos no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Visa também criar, no âmbito do portal LexML, uma ferramenta que permite a indexação de endereços de toda a legislação brasileira sobre micro e pequenas empresas (MPE). A ideia é simplificar o acesso ao conjunto de leis aplicáveis aos pequenos empresários.

O Portal LexML afeta diretamente os legisladores das áreas relacionadas à micro e pequenas empresas. A ampliação do acesso ao sistema simplifica o processo de consulta de normas já existentes e a preparação de novas normas, o que pode contribuir para a racionalização do marco legal e normativa relacionado às micro e pequenas empresas.Em 2013, foram realizadas tratativas com instituições do Fórum Permanente de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para a

implantação, em 2014, de plataforma que permitirá a produção e divulgação de forma tempestiva de informações sobre as MPE brasileiras.

No âmbito do Grupo de Trabalho Rede, foi elaborado documento executivo para implantação da Rede Brasileira de Informação aos Pequenos Negócios. Esta iniciativa será tratada por meio do Portal Empresa Simples, que atuará na disseminação de informações e serviços ao setor empresarial brasileiro.

O Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab) é uma ferramenta para cadastrar os artesãos brasileiros e para unificar informações e gerar dados que irão subsidiar políticas públicas e ações de fomento para o setor do artesanato. Também permite a emissão de carteiras de identificação funcional para os artesãos. Atualmente, o Sicab possui 84 mil artesãos cadastrados.

Metas 2012-2015

- **Criar a rede nacional de disseminação de conhecimentos e boas práticas em gestão empreendedora de micro e pequenas empresas e artesanato**

  Análise Situacional da Meta

  Não houve execução desta meta tendo em vista que a iniciativa deixou de ser prioritária a partir da contratação do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) para desenvolvimento do portal Empresa Simples, plataforma de serviços que disponibilizará ao empresário brasileiro soluções na área de abertura e fechamento de empresas, acesso a mercados, crédito, inovação e acesso à justiça.

- **Elaborar diagnósticos regionais sobre as tipologias de produção artesanal no Brasil**

  Análise Situacional da Meta

  Esta meta foi alcançada em 2012, por meio de acordo de cooperação técnica celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Foi desenvolvido o mapeamento da produção artesanal, a partir de dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que ilustra, por unidade da federação, quais os principais produtos artesanais produzidos na região. O estudo foi realizado para 18 categorias de artesanato, o que apoiará a elaboração do diagnóstico e o planejamento de ações específicas para cada segmento, buscando identificar desafios e oportunidades para cada tipologia de artesanato.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2023 - Comércio e Serviços

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de empregos formais no setor terciário	unidade	31/12/2010	19.591.282	31/12/2011	21.194.160
Número de estabelecimentos do setor de comércio	unidade	31/12/2008	1.402.075	31/12/2011	1.570.960
Número de estabelecimentos do setor de serviços	unidade	31/12/2008	848.970	31/12/2011	1.081.012
Participação do setor terciário no Valor Adicionado do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro	%	31/12/2010	66,6	31/12/2013	69,394
Variação do Valor Adicionado do Produto Interno Bruto (PIB) de Serviços	%	31/12/2010	3,21	31/12/2013	11,3341

Observações:

Número de empregos formais no setor terciário - Fonte: IBGE - Pesquisa Anual do Comércio e Pesquisa Anual de Serviços.
Disponíveis em:
ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Anual_de_Comercio/2011/xls/total_empresas_2011.zip
arquivo: tab01.xls
planilha: TAB01C

ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Anual_de_Servicos/pas2011/xls/tab01.zip
arquivo: tab01.xls
planilha: Tab01V

A Pesquisa Nacional do Comércio de 2012 e a Pesquisa Nacional de Serviços de 2012 têm previsão de publicação em 2014.

Número de estabelecimentos do setor de comércio - Fonte: IBGE - Pesquisa Anual do Comércio.
Disponível em:
ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Anual_de_Comercio/2011/xls/total_empresas_2011.zip
arquivo: tab01.xls
planilha: TAB01C

A Pesquisa Nacional do Comércio de 2012 do IBGE tem previsão de publicação em 2014.

Número de estabelecimentos do setor de serviços - Fonte: IBGE - Pesquisa Anual de Serviços.
Disponível em:
ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Anual_de_Servicos/pas2011/xls/tab01.zip
arquivo: tab01.xls
planilha: Tab01B

A Pesquisa Nacional de Serviços de 2012 do IBGE tem previsão de publicação em 2014.
Participação do setor terciário no Valor Adicionado do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro - Resultado referente ao período entre janeiro e dezembro de 2013, cf. Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, disponíveis em:
ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Tabelas_Completas/Tab_Compl_CNT.zip
Arquivo: Tab_Compl_CNT_4T13.xls
Planilha: Valores Correntes
Variação do Valor Adicionado do Produto Interno Bruto (PIB) de Serviços - Resultado referente ao período entre janeiro e dezembro de 2013, comparado a igual período de 2012, cf. Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, disponíveis em:
ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Tabelas_Completas/Tab_Compl_CNT.zip
Arquivo: Tab_Compl_CNT_4T13.xls
Planilha: Valores Correntes

OBJETIVO: 0822 - Simplificar, modernizar e gerir a governança dos procedimentos de abertura, alteração e encerramento de empresas e das atividades afins, com vistas a melhorar o ambiente de negócios.

Órgão Responsável: Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Análise Situacional do Objetivo

Foi firmado contrato com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) para desenvolvimento do Portal Empresa Simples. A implantação do Portal permitirá o estabelecimento de processo simplificado de abertura e legalização de empresas, com o qual será possível obter todas as autorizações necessárias mais rapidamente. Além disso, serão oferecidas soluções de apoio à competitividade empresarial, como a praça eletrônica de negócios, que auxiliará micro e pequenas empresas na catalogação de seus produtos, identificação de oportunidades de negócios, obtenção de crédito e acesso a mercados, à inovação e a certificações, bem como à justiça e a ferramentas de gestão.

Foi desenvolvida, em diversas Juntas Comerciais do País, uma etapa prévia aos novos sistemas que suportarão a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM): um módulo informatizado que permite a integração com os municípios para a resposta de viabilidade de localização, ou seja, confirmar se a atividade da empresa pode ser exercida no local pretendido.

Em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE Nacional), foram iniciadas operações nos Estados de Goiás, Tocantins, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, e Paraná. Além de facilitar o processo de registro nas Juntas Comerciais, essas operações prepararam as equipes técnicas para a execução dos novos processos de trabalho associados aos sistemas de integração que serão disponibilizados com a criação do Portal Empresa Simples, em operação prevista para meados do segundo semestre de 2014.

A Junta Comercial do Distrito Federal, a única sob responsabilidade direta do governo federal, unificou os processos de abertura de empresa e de alteração do contrato social com o processo de inscrição estadual e de atualização cadastral perante a Secretaria de Fazenda do Governo do Distrito Federal.

Com a colaboração das Juntas Comerciais de todo o Brasil, foi atualizado o normativo vigente sobre registro de empresas, resultando na edição de um novo conjunto de 20 instruções normativas e revogação de 39 atos, alguns superados há muitos anos pela edição de nova legislação. A iniciativa traz mais segurança e previsibilidade aos usuários dos serviços das Juntas Comerciais, aprimorando, por seu turno, os serviços públicos de registro.

Foi elaborada Instrução Técnica para agilizar o processo de licenciamento de atividades empresariais de baixo risco e fixar medidas padronizadas de segurança contra incêndio e pânico perante os Corpos de Bombeiros estaduais. Suas vantagens são determinar claramente as obrigações dos empreendedores e eliminar a necessidade de vistoria prévia na maior parte dos estabelecimentos.

Quanto aos atos de registros de empresas, em 2013 foram realizadas 513.676 constituições de empresas, 1.703.810 alterações, 204.279 extinções, e 952.455 microempreendedores individuais (MEIs) foram registrados até o início de dezembro, totalizando 3.347.220 atos registrados. Desde sua implantação em 1º de julho de 2009, até o início de dezembro de 2013, as inscrições para o MEI já haviam totalizado 3.613.766 registros, ultrapassando a meta estabelecida de 3.551.111 de inscrições.

Metas 2012-2015

- **Conceder registro a empresas de baixo risco pelas Juntas Comerciais no prazo de até cinco dias úteis para atos sujeitos a decisão colegiada, na forma da lei**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, o prazo para conceder registro a empresas de baixo risco pelas juntas comerciais foi de nove dias.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/12/2013

- **Conceder registro a micro e pequenas empresas de baixo risco pelas Juntas Comerciais no prazo de até dois dias úteis para atos sujeitos a decisão singular, na forma da lei**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013, o prazo para conceder registro a micro e pequenas empresas pelas juntas comerciais foi de seis dias.
  Quantidade alcançada

  6
  Data de Referência

  31/12/2013

- **Reduzir, anualmente, em 5% o número de horas para a decisão de processos de empresários individuais e sociedades contratuais**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013, o resultado atingido foi de 18 horas, mesmo valor do ano de 2012.
  Quantidade alcançada

  0
  Data de Referência

  31/12/2013

OBJETIVO: 0823 - Mapear e diagnosticar os setores de comércio e serviços no Brasil para levantar informações oficiais que orientem as políticas e os investimentos no país.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Para a elaboração de pesquisas, estudos e diagnósticos sobre os setores de comércio e serviços, está em processo de elaboração um Termo de Referência (TR), em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), com o objetivo de contratar estudo com diagnóstico comparativo, benchmarking e pesquisa de boas práticas, incluindo sugestões de implementação e avaliação de políticas públicas, para o aumento da competitividade interna e o fomento da internacionalização das empresas brasileiras do setor terciário.

Com relação à competitividade do mercado interno, o estudo deverá realizar um mapeamento da competitividade brasileira dos setores de comércio e serviços, identificando os gargalos existentes no ambiente de negócios brasileiro, e propostas baseadas na experiência internacional.

A pesquisa apresentará subsídios para a concepção de um Programa de Fomento à Competitividade e à Internacionalização de Empresas do Setor Terciário e de Exportação de Serviços.

O referido Programa, de alcance nacional e efetivação contínua, tem a finalidade de facilitar e melhorar a inserção das empresas brasileiras dos setores de comércio e serviços em cadeias regionais e globais de produção e distribuição.

A formulação do estudo e deste Programa será direcionada ao desenvolvimento e aprimoramento das vantagens competitivas das empresas brasileiras e do investimento setorial, com incremento quantitativo e qualitativo das exportações e aumento do investimento brasileiro direto alocado em setores de serviços cruciais para o desenvolvimento da economia nacional.

Foi relatado no monitoramento do PPA anterior que se encontrava em construção um Termo de Referência para a contratação de um estudo sobre a adoção no Brasil das etiquetas para identificação por radiofrequência ou RFID (Radio Frequency Identification). No entanto, identificou-se iniciativa semelhante no âmbito do Governo Federal. No Acordo de Cooperação Técnica, firmado em 31 de agosto de 2009, entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e os Estados da União (por intermédio de suas Secretarias de Fazenda), formalizou-se o início do Sistema de Identificação, Rastreamento e Autenticação de Mercadorias, nominado como "Brasil-ID". O objetivo do projeto é desenvolver e implantar uma infraestrutura tecnológica de hardware e software que garanta a identificação, rastreamento e autenticação de mercadorias produzidas e em circulação pelo Brasil, com a utilização de chips RFID, visando padronizar, unificar, interagir, integrar, simplificar, desburocratizar e acelerar o processo de produção, logística e fiscalização de mercadorias pelo País.

Para 2014 está em avaliação a possibilidade de assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com a Empresa de Planejamento Logístico (EPL), visando promover o desenvolvimento de projetos para a implementação de um sistema inteligente para identificação e rastreamento de mercadorias e apoiar a elaboração de metodologia e política de transferência e absorção de tecnologia.

Em paralelo, também permanece em avaliação a elaboração do termo de referência com a ABDI, para a contratação de serviço profissional de consultoria para a realização de estudo sobre padrões tecnológicos aplicáveis ao uso de etiquetas inteligentes para os setores de comércio e de serviços logísticos, contendo diagnóstico comparativo entre as diversas tecnologias existentes e uma recomendação de padrão tecnológico, objetivando incentivar a modernização das empresas no país, mostrando as especificidades setoriais envolvidas e as possibilidades de formulação de políticas públicas.

Durante a elaboração e divulgação do Atlas Nacional do Comércio e do Atlas Nacional de Serviços, sabia-se que a existência de informações oficiais que permitissem avaliar oportunidades dispersas pelo País seria um dos principais requisitos para a formulação de políticas públicas e a realização de bons negócios no setor privado. A assimetria de informações poderia prejudicar investimentos regionais e comprometer o desenvolvimento econômico e social locais. A primeira edição do Atlas Nacional do Comércio e de Serviços representa a medida pioneira das Agendas Estratégicas dos três Conselhos de Competitividade do Bloco 5 do Plano Brasil Maior. Trata-se de um referencial público de informações, com vistas a caracterizar o setor terciário brasileiro com maior exatidão, orientar as políticas públicas e os investimentos privados mediante o mapeamento do setor.

Para a sua elaboração, fez-se necessária uma intensa articulação entre diversos órgãos do Governo Federal, bem como o trabalho conjunto com outros parceiros nesse projeto, em especial o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-Nacional).

Metas 2012-2015

- **Elaborar o Atlas Nacional de Serviços**

Análise Situacional da Meta

A primeira versão impressa do Atlas Nacional de Comércio e Serviços foi lançada no dia 11 de novembro de 2013, durante o 2º Simpósio Brasileiro de Políticas Públicas para Comércio e Serviços – SIMBRACS, evento realizado pelo Governo Federal. Nessa primeira edição do Atlas, há uma descrição de como o setor está organizado no Brasil. Evidenciam-se dados e análises significativas para compreender a estrutura atual e a dinâmica dos setores de comércio, serviços logísticos e demais serviços na economia brasileira.

Além da versão impressa, foi criado link específico no âmbito da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) para a consulta eletrônica de algumas bases que deram origem ao Atlas. Além da consulta, é possível realizar cruzamentos de informações presentes no Atlas com todo o universo de informações já disponíveis na INDE, (http://www.visualizador.inde.gov.br), multiplicando e potencializando a utilização dos dados desenvolvidos na construção do Atlas.

Quantidade alcançada

40

Data de Referência

09/01/2014

- **Elaborar o Atlas Nacional do Comércio**

Análise Situacional da Meta

O processo de elaboração do Atlas Nacional do Comércio e do Atlas Nacional de Serviços produziu um único documento chamado Atlas Nacional de Comércio e de Serviços. Esse processo ocorreu conforme descrito na análise situacional da meta “Elaborar Atlas Nacional de Serviços”.

Quantidade alcançada

40

Data de Referência

09/01/2014

OBJETIVO: 0824 - Estimular o processo de ativação econômica sustentável dos segmentos de comércio e serviços, contribuindo para o crescimento da economia nacional, geração de emprego e renda, e para o bem estar do consumidor.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Um dos principais objetivos do Programa Comércio e Serviços é traçar uma agenda de propostas e ações para esses setores, aproveitando os aspectos institucionais e legais do Plano Brasil Maior (PBM), de forma que o setor terciário possa ter uma inserção econômica competitiva nos ambientes doméstico e internacional. Para isso, é importante a compreensão das perspectivas de crescimento e desenvolvimento do País.

O setor terciário no Plano Brasil Maior tem sido trabalhado em três segmentos: Comércio, Serviços e Serviços Logísticos. Nos Comitês Executivos e nos Conselhos de Competitividade estão presentes representantes de órgãos do Governo Federal, associações empresariais e representantes dos trabalhadores. Nesse ambiente, discutem-se ações e medidas da Agenda Estratégica para o fortalecimento da competitividade dos setores de comércio e serviços do ponto de vista do mercado doméstico e do mercado externo.

Os dados consolidados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), relativos a 2012, mostram que os setores que apresentaram os melhores desempenhos, em termos absolutos, foram o de Serviços, com a criação de 794,9 mil de postos (aumento de 5,17% de variação relativa a 2011) e o de Comércio, com a criação de 383,5 mil postos de trabalho (aumento de 4,34% em relação a 2011).

Dados recentes já permitem avaliar a importância dos setores de comércio e serviços para a dinâmica econômica brasileira. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2013, o setor de serviços respondeu por 69,4% do valor adicionado do PIB. Apenas em 2013, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do MTE (CAGED/MTE), os setores de comércio e de serviços corresponderam a 78% do saldo total de empregos criados com carteira assinada, ao adicionarem, respectivamente, 310 mil e 548 mil postos de trabalho.

Os dados refletem a tendência de crescente participação do setor de serviços no valor agregado ao PIB no Brasil, assim como ocorre nas demais economias modernas.

No âmbito da estruturação de informação estatística mensal relacionada à exportação e importação de serviços intangíveis, cabe destacar que, para fazer frente aos desafios do comércio exterior de serviços, no ano de 2013, trabalhou-se na consolidação de algumas importantes medidas.

O Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (SISCOSERV), que entrou em operação em 2012, é composto pelos Módulos Venda (exportação) e Aquisição (importação), e consiste em um sistema informatizado que permite a prestação das informações relativas ao registro das operações de comércio exterior de serviços e de intangíveis do Brasil, para auxílio à gestão dos mecanismos de apoio a essas operações, assim como para a divulgação de estatísticas tempestivas e apuradas sobre esse comércio.

Em outubro de 2013, foi homologado o submódulo Registro de Presença Comercial no Exterior (RPC), integrante do Módulo Venda do Sistema, cuja produção iniciou-se em 1º/1/2014. Esse submódulo destina-se à coleta de informações, para fins econômicos e comerciais, a respeito de operações realizadas por meio de presença comercial no exterior (filial, sucursal ou controlada) relacionada à pessoa jurídica domiciliada no Brasil, relativas à prestação de serviços, à transferência de intangíveis ou à realização de outras operações que produzam variações no patrimônio.

A Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e outras Operações (NBS) é o classificador nacional para a identificação dos serviços e intangíveis como produtos, possibilitando a adequada elaboração, fiscalização e avaliação de políticas públicas e outras ações do governo de forma integrada. A NBS foi colocada em consulta pública em março de 2013, com o objetivo de mantê-la atualizada e aderente à realidade brasileira no setor de comércio e serviços.

As versões 1.1 da NBS e das Notas Explicativas (NEBS) foram publicadas por meio da Portaria Conjunta RFB/SCS nº

1.820, de 17/12/2013. Essas versões, revisadas e aprimoradas, substituem os Anexos I e II do Decreto nº 7.708, de 2012.

Quanto ao desenvolvimento e melhoria da competitividade dos segmentos de comércio e serviços, foi organizada a participação de diversos órgãos públicos no Annual Investment Meeting (AIM), encontro realizado em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, em abril e maio de 2013. O evento teve como tema principal o desenvolvimento econômico dos países emergentes e sua implicação para a atração de investimentos estrangeiros diretos. O Brasil participou com uma delegação de 70 pessoas que representavam mais de 20 entidades e empresas, 15 governos estaduais, além de representantes do MDIC, Ministério das Relações Exteriores (MRE), Empresa de Planejamento e Logística (EPL), Secretaria de Portos e da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). A missão se estendeu a Omã e Bahrein, em maio de 2013, com participantes interessados em oportunidades de atração de investimentos para os setores de comércio e serviços.

Na ocasião, foi lançada a 2ª edição do Catálogo de Oportunidades para Investimentos no Brasil (Brazilian Official Guide on Investment Opportunities). O Catálogo é um instrumento para a atração de recursos voltados aos projetos de desenvolvimento do País, com objetivo principal de apoiar a tomada de decisões por parte dos investidores, oferecendo acesso a informações seguras, organizadas e de qualidade sobre os projetos. Sua elaboração contou ainda com o apoio do MRE, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), do Ministério da Fazenda (MF), da Rede Nacional de Informações sobre Investimento (RENAI) e do Conselho Nacional dos Secretários de Desenvolvimento Econômico (CONSEDIC). A publicação do Catálogo foi realizada pela Apex-Brasil.

Também foram realizadas duas reuniões para definição de programa de ações que estimulem e valorizem as iniciativas empresariais dos setores de comércio e serviços voltados a excelência no atendimento ao consumidor, a ser desenvolvido em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO). Os resultados foram: o desenvolvimento de um projeto piloto para avaliação da qualidade no atendimento do setor supermercadista, em parceria com o Inmetro e em colaboração com a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS); e o projeto piloto Servir, criado para avaliar a satisfação do consumidor, lançado no SIMBRACS 2013 - Simpósio Brasileiro de Políticas Públicas para Comércio e Serviços.

Dando continuidade ao trabalho de levantamento da oferta e demanda de cursos de qualificação e capacitação profissional para o setor terciário, realizou-se, ao longo do segundo semestre de 2013, levantamento da demanda junto às entidades pertencentes aos Conselhos de Comércio, Serviços e Serviços Logísticos (Bloco 05) do PBM, considerando os cursos ofertados pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) do Ministério da Educação (MEC) e outros cursos ofertados, presenciais e à distância, pelo Sistema "S". O relatório final sobre levantamento das demandas do setor terciário com relação aos cursos de capacitação e qualificação deverá ser entregue no primeiro semestre de 2014 ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e ao Ministério da Educação (MEC).

Durante o 2º Simpósio Brasileiro de Políticas Públicas para Comércio e Serviços - Simbracs 2013, foi lançada a 3ª edição do Catálogo de Oportunidades para Investimentos no Brasil. Essa nova edição contém cerca de 160 projetos cadastrados, totalizando mais de R$ 500 bilhões em projetos a serem realizados nos próximos anos, que abrangem os mais diversos setores da economia: rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, telecomunicações, geração e transmissão de energia, mobilidade urbana, construção e turismo.

A 3ª edição do Catálogo encontra-se disponível no sítio do MDIC, mediante o seguinte endereço: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1385575165.pdf

Metas 2012-2015

- **Implantar Sistema de Informação e Gestão do Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (SISCOSERV)**

Análise Situacional da Meta

Implantou-se o Sistema de Integrado de Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (SISCOSERV) em 1º de agosto de 2012.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

01/07/2013

- **Implementar sistema de informação estatística mensal relacionada ao comércio exterior de serviços intangíveis**

Análise Situacional da Meta

O Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (Siscoserv) foi implantado, em 1º de agosto de 2012, por meio da Portaria Conjunta RFB/SCS nº 1.908, de 17 de julho de 2012. Para propiciar ao setor privado um tempo de adaptação às exigências do Sistema, sua implantação está ocorrendo de acordo com um cronograma, que adota como referência os capítulos da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio – NBS, disponível em http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=4&menu=2234

Além do cronograma de implantação do Sistema por capítulo da NBS, e com o objetivo de oferecer um período de transição para adaptação dos usuários ao sistema, foram previstos prazos diferenciados para o registro no sistema:

- De 1º/8/2012 a 31/12/2013: até o último dia útil do sexto mês subsequente à data de início da prestação de serviço, da comercialização de intangível ou da realização de operação que produza variação no patrimônio;
- De 1º/1/2014 a 31/12/2014: até o último dia útil do terceiro mês subsequente à data de início da prestação de serviço, da comercialização de intangível ou da realização de operação que produza variação no patrimônio; e
- A partir de 1º/1/2015: até o último dia útil do mês subsequente à data de início da prestação de serviço.

Tendo em conta as etapas e prazos descritos acima, o início da divulgação periódica de estatísticas do Sistema dar-se-á a partir de 2014. Ressalte-se que, no Simbracs 2013, foram divulgadas as primeiras estatísticas parciais do Siscoserv, referentes ao período de 1º/8/2012 a 31/10/2013. Nesse período, computaram-se 3.857.333 operações realizadas no Sistema, por 19.000 usuários em transações com mais de 200 países. As estatísticas encontram-se disponíveis em http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1385119112.pdf

Ainda em agosto de 2013, foi publicado o Panorama do Comércio Internacional de Serviços 2013, com dados consolidados de 2012, que reúne informações sobre o comércio exterior de serviços brasileiros, a evolução da balança comercial de serviços, o desempenho exportador dos estados brasileiros, exportações e importações de serviços por porte de empresa e setor CNAE e outras informações relevantes. Os dados foram coletados junto ao Banco Central do Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego, e Organização Mundial do Comércio. O Panorama está disponível em http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=4&menu=4092

Não obstante, os dados extraídos das informações registradas no Sistema já estão sendo utilizados como subsídios para o monitoramento de mecanismos de apoio ao comércio exterior, junto aos órgãos gestores, bem como em trabalhos de inteligência comercial no desenho de estratégias de ação e políticas para o fomento ao comércio exterior de serviços e para subsidiar reuniões bilaterais.

No primeiro mês de produção do Sistema (agosto de 2012), 27 usuários efetivaram registros de operações de venda e aquisições de serviços e intangíveis com o exterior. Com o transcorrer do tempo, houve um aumento considerável na quantidade de usuários mensais do Sistema, totalizando 19.000 usuários até dezembro de 2013.

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

31/12/2013

- **Premiar anualmente empresas e profissionais do setor de comércio e serviços**

Análise Situacional da Meta

Essa meta foi descontinuada, em função das dificuldades operacionais e técnicas para executar a premiação.

- **Realizar 4 Encontros Nacionais de Comércio**

Análise Situacional da Meta

Após a realização da primeira edição do Simpósio Brasileiro de Políticas Públicas para Comércio e Serviços (Simbracs), em 2012, iniciou-se a elaboração de relatório sintetizando os mais de 30 painéis e outras atividades

realizadas durante o Simpósio (Rodada para Atração de Investimentos e outras reuniões fechadas realizadas em parcerias com outras entidades, como, por exemplo, Conselho Nacional de Secretários de Desenvolvimento Econômico – Consedic; Secretaria do Audiovisual/Ministério da Cultura; entre outras). O relatório foi lançado em forma de revista, em março de 2013, gerando ampla divulgação dos principais pontos tratados no evento. A Revista está disponível em http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/images/data/201308/adf2545f5bb58525d6b800884dec0137.pdf

Esse Simpósio integra o Plano Brasil Maior e visa congregar a sociedade brasileira e parceiros internacionais em torno de ações que fortaleçam a competitividade do setor terciário e o bem-estar do consumidor.

Em novembro de 2013, em Brasília/DF, foi realizada a 2ª edição do Simpósio Brasileiro de Políticas Públicas para Comércio e Serviços (Simbracs), com mais de dois mil inscritos, 150 painelistas e 25 painéis. Este Simpósio visa congregar a sociedade brasileira e parceiros internacionais em torno de ações que fortaleçam a competitividade do setor terciário e o bem-estar do consumidor. Nesta edição, os painéis foram organizados em sete eixos temáticos: Empreendedorismo; Relações de Consumo; Fomento; Inovação e Negócios; Capital Humano e Indicadores; Desenvolvimento Regional, e Comércio Exterior. Além dos painéis, ocorreu também uma exposição de soluções inovadoras para o setor terciário, que apresentou novas tecnologias e processos que poderão influenciar os negócios dos segmentos de comércio, logística e serviços nos próximos anos. Ainda durante o Simpósio, ocorreu a 2ª edição da Rodada de Atração de Investimentos com a apresentação de projetos das esferas federal, estadual e municipal a investidores do Brasil e do exterior. Em 2014, será realizada a 3ª edição do evento.

O Governo Federal participou das cinco edições do Congresso Regional do Sicomércio, realizadas nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste, Norte e Centro-Oeste, entre os meses de abril, julho, agosto, setembro e outubro de 2013, com o tema: o Plano Brasil Maior e o ambiente político-empresarial brasileiro dos setores do comércio de bens, serviços e turismo. Os congressos do Sistema Confederativo da Representação Sindical do Comércio (Sicomércio) têm como objetivo garantir a capacitação contínua das entidades representativas dos empresários do comércio de bens, serviços e turismo, por meio de treinamentos e palestras que tratam de temas de interesse comum aos sindicatos.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

08/01/2014

- **Realizar 4 Encontros Nacionais de Serviços**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 e 2013, foram realizadas, respectivamente, a primeira e a segunda edições do Simpósio Brasileiro de Políticas Públicas para Comércio e Serviços (Simbracs). Os detalhes sobre os eventos constam da análise situacional da meta "Realizar 4 Encontros Nacionais de Comércio".

Numa parceria da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) com o MDIC, realizou-se em São Paulo, o 4º Encontro Nacional de Comércio Exterior de Serviços (Enaserv), que reuniu cerca de 450 pessoas, entre autoridades e empresários para tratar do tema da exportação de serviços. Para o exercício de 2014, estão previstas ainda a implementação da Estratégia para Expansão das Exportações Brasileiras de Serviços; e a realização do 5º encontro Nacional de Comércio Exterior e Serviços – Enaserv.

Somando-se as duas edições do Simbracs e as duas edições do Enaserv (2012 e 2013), já são quatro os encontros nacionais de serviços realizados até agora no período do Plano Plurianual 2012-2015.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

08/01/2014

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2024 - Comércio Exterior

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Contribuição das exportações ao PIB Brasileiro	%	01/01/2011	9,7	31/12/2012	10,77
Corrente de comércio de bens	US$ bilhão	01/01/2011	383,564	31/12/2013	481,801
Exportação total de bens	US$ bilhão	01/01/2011	201,915	31/12/2013	242,178
Exportação total de serviços	US$ bilhão	01/01/2011	30,072	31/12/2013	39,118
Participação brasileira no comércio mundial	%	01/01/2011	1,36	31/12/2012	1,36
Participação das exportações da indústria de alta e média-alta intensidade tecnológica nas exportações de produtos industriais	%	01/01/2011	35,5	31/12/2013	32,8725
Taxa de crescimento das exportações brasileiras de manufaturados e semi-manufaturados	%	01/01/2011	22,7	30/06/2013	-2,16
Taxa de crescimento das exportações de serviços, exceto serviços governamentais	%	01/01/2011	15,43	30/06/2013	-0,47
Taxa de participação das exportações amparadas pelo Regime Aduaneiro Especial de Drawback em relação ao valor total das exportações brasileiras	%	01/01/2011	25,5	31/12/2012	22,33

Observações:

Contribuição das exportações ao PIB Brasileiro - Fonte: Secex/MDIC e IBGE - Balança Comercial - Dados consolidados 2012.

Corrente de comércio de bens - Resultado de 2013, cf. relatório 'Balança Comercial Brasileira: acumulado em 12 meses', disponível em: http://www.mdic.gov.br//arquivos/dwnl_1389966179.zip
Arquivo: BALAN2013.xls

Exportação total de bens - Resultado de 2013, cf. relatório 'Balança Comercial Brasileira: acumulado em 12 meses', disponível em http://www.mdic.gov.br//arquivos/dwnl_1389966179.zip
Arquivo: BALAN2013.xls

Exportação total de serviços - Resultado acumulado em 2013, cf. relatório 'Série Histórica do Balanço de Pagamentos', disponível em http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAG.

Participação brasileira no comércio mundial - Fonte: Secex/MDIC e OMC-WTO - Balança Comercial Brasileira - Dados consolidados - janeiro-dezembro de 2012.

Participação das exportações da indústria de alta e média-alta intensidade tecnológica nas exportações de produtos industriais - Fonte: Secex/MDIC - Balança Comercial Brasileira - Dados consolidados - janeiro-dezembro de 2013. Disponível em:
http://www.mdic.gov.br//arquivos/dwnl_1389617044.xls

Taxa de crescimento das exportações brasileiras de manufaturados e semi-manufaturados - Resultado referente ao período entre janeiro e junho de 2013, comparado a igual período anterior, cf. relatório 'Exportação brasileira – FOB – Por fator agregado', disponível em http://www.bcb.gov.br/?INDECO.

Taxa de crescimento das exportações de serviços, exceto serviços governamentais - Resultado referente ao período entre julho de 2012 e junho de 2013, comparado a igual período anterior, cf. relatório 'Série Histórica do Balanço de Pagamentos', disponível em http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAG.

Taxa de participação das exportações amparadas pelo Regime Aduaneiro Especial de Drawback em relação ao valor total das exportações brasileiras - Fonte: MDIC - Dados referentes ao acumulado de 2012.

OBJETIVO: 0795 - Modernizar os sistemas informatizados de controle aduaneiro com vistas à simplificação, agilização, harmonização de rotinas e procedimentos e eficácia no combate às irregularidades e

fraudes.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

O processo de modernização dos sistemas informatizados aduaneiros avançou, em 2013, com as seguintes implementações: i) continuidade da conversão para plataforma Java dos demais módulos e declarações registradas a partir do Siscomex Importação, permitindo ao importador e demais intervenientes transmitir suas declarações e consultar o sistema mediante a utilização de plataforma Web; ii) desenvolvimento de aplicativo para possibilitar consulta pública à situação atual e ao andamento do despacho das cargas e declarações de importação a partir de celulares ou tablets; iii) desenvolvimento de uma nova versão Web da Declaração de Exportação, com possibilidade de upload de arquivo e acesso via certificação digital, e ainda o desenvolvimento de documentos eletrônicos como o conhecimento de carga eletrônico terrestre (CRT-e) e Mic/Dta eletrônica, permitindo automatizar e simplificar procedimentos do controle aduaneiro de exportação atualmente exigidos em papel, como autorização de embarque eletrônica, o controle do fracionamento da Declaração de Exportação e a Mic/Dta de saída; iv) desenvolvimento do programa de Portal Único de Comércio Exterior, com o objetivo de desenvolver uma plataforma que suporte um fluxo único de documentos e informações, numa abordagem "single window", com visão compartilhada para todos os intervenientes do comércio exterior no Brasil, públicos e privados, integrando os sistemas de controle aduaneiro, fiscal e administrativo já existentes. Atualmente estas iniciativas estão em fase de desenvolvimento e homologação, com previsão de implantação até 2014.

Metas 2012-2015

- **Implementar a emissão e vinculação de documentos necessários às atividades exportadora e importadora por meio eletrônico, com reaproveitamento de dados (exs: e-NF, e-CRT, e-MIC/DTA, e-BL e e-AWB)**

  Análise Situacional da Meta

  Além do desenvolvimento de uma nova versão Web da Declaração de Exportação, com possibilidade de upload de arquivo e acesso via certificação digital, está em desenvolvimento o Conhecimento de Carga Eletrônico Terrestre (CRT-e) no Siscomex Carga e o MIC/DTA eletrônico no Siscomex Trânsito, permitindo automatizar e simplificar procedimentos do controle aduaneiro de exportação atualmente exigidos em papel, como autorização de embarque eletrônica, o controle do fracionamento da Declaração de Exportação e o MIC/DTA de saída.

  Também se encontra em fase de desenvolvimento o Certificado de Origem eletrônico emitido em âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi); e o projeto para anexação eletrônica de documentos e imagens digitais aos processos de importação e exportação, desenvolvido em âmbito do Portal Único do Comércio Exterior.

  Atualmente estas iniciativas estão em fase de desenvolvimento e homologação, com previsão de implantação até 2014.

- **Reduzir o percentual de declarações selecionadas para controle no despacho de importação de 21% para 13%, com aumento da qualidade na seleção pela concentração da ação da fiscalização nas operações de maior risco**

  Análise Situacional da Meta

  Meta atingida. O percentual foi de 11,21% de declarações selecionadas.

  Quantidade alcançada

  11,21

  Data de Referência

  31/12/2013

- **Simplificar e padronizar os procedimentos aduaneiros de importação e exportação, reduzindo os tempos de despacho de importação de 2,22 dias para 1,5 dias e de exportação de 0,51 dia para 0,4 dia**

  Análise Situacional da Meta

  Em relação a 2012, não houve impacto por movimento paredista, todavia continuam a ocorrer operações para defesa da capacidade concorrencial das empresas brasileiras, que impactaram o atingimento da meta de 1,5 dia. Obteve-se em 2013 tempo de 1,68 dia.

  Na exportação a meta foi superada com folga, atingindo-se o tempo de 0,3 dia.

OBJETIVO: 0802 - Intensificar e aprimorar os instrumentos de controle administrativos e de fiscalização aduaneira para o combate às práticas ilegais no comércio exterior.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Em relação a 2012, não houve impacto por movimento paredista, todavia continuam a ocorrer operações para defesa da capacidade concorrencial das empresas brasileiras, que impactaram o atingimento da meta de 1,5 dia. Obteve-se no primeiro semestre de 2013 tempo de 1,69 dia.

Na exportação a meta foi superada com folga, atingindo-se o tempo de 0,3 dia.

Metas 2012-2015

- **Aumentar em 40% as apreensões de mercadorias nos portos, aeroportos e pontos de fronteiras**

Análise Situacional da Meta

A meta estabelecida para 2013 foi de 20% de incremento em relação às apreensões de 2011, ou seja, de R$ 1,77 bilhão. A partir da realização de diversas operações especiais, o valor de apreensões obtido em 2013 foi de R$1,68 bilhão, atingindo-se 95% da meta anual de 2013

Quantidade alcançada

95

Data de Referência

30/06/2013

- **Aumentar em 40% o número de fiscalizações de zona secundária e, em igual percentual, o crédito tributário lançado**

Análise Situacional da Meta

O incremento da fiscalização aduaneira de zona secundária é essencial para a estratégia de inserção competitiva do País no cenário do comércio internacional, tendo em conta que, para viabilizar uma redução do universo objeto de conferência aduaneira no momento de chegada ou saída de mercadorias do País, se faz necessário transferir parte dos controles aduaneiros para momentos anteriores ou posteriores à presença da carga nos portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados, considerando, em especial, elementos relacionados com a gestão de riscos aduaneiros. Para um melhor alinhamento ao processo de trabalho de fiscalização e combate aos ilícitos tributários e aduaneiros, a RFB aprimorou o indicador de fiscalização aduaneira de zona secundária, que deixou de ser apenas o "Índice de Cobertura", passando a ser o "Indicador Global de Fiscalização Aduaneira (IGFA)". O IGFA é composto por três outros indicadores, com seus respectivos pesos: (Índice de Presença Fiscal Aduaneiro IPFA x 0,25) + (Índice de Crédito Tributário Aduaneiro ICTA x 0,05) + (Índice de Desempenho da Fiscalização Aduaneiro IDFA x 0,70). Esse novo indicador é mais completo e complexo e visa o incremento da fiscalização aduaneira. Analisando os resultados de 2013, houve um incremento de 56% no número de ações fiscais (de 1.015 para 1585) e de 23,5% nos lançamentos efetuados (de R$ 4,3 bilhões para 5,5 bilhões).

Quantidade alcançada

56

Data de Referência

30/06/2013

- **Aumentar o número de processos simultâneos de investigação de origem não preferencial de produtos importados**

Análise Situacional da Meta

De janeiro a setembro de 2013, estiveram em curso 10 processos de investigação de origem na Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O mecanismo de falsa declaração de origem teve sua primeira investigação concluída em 2011. Concluíram-se 23 investigações de origem não preferencial, sendo seis em 2011, nove em 2012 e oito em 2013. O universo de produtos investigados inclui ímãs

de ferrite, escovas de cabelo, lápis de madeira, magnésio metálico, calçados, cadeados, malhas de viscose e ácido cítrico. Apesar de relativamente novo, o mecanismo tem se mostrado eficaz na proteção da indústria contra práticas ilegais de comércio.

Por sua vez, as atividades que concernem à Receita Federal do Brasil (RFB), do Ministério da Fazenda (MF), encontram-se em fase de estruturação. A minuta de Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil que dará suporte à realização das atividades encontra-se em fase final de elaboração.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2013

- **Criar marco legal para instauração de processo administrativo de identificação, apuração e punição, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de práticas ilegais no comércio exterior**

Análise Situacional da Meta

Cumpriu-se a meta com a publicação da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Dessa forma, pode-se dispensar a criação imediata de instrumento legal específico para que o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) tenha a mesma finalidade da referida lei.

- **Criar sistema informatizado necessário à atividade de identificação, apuração e punição de práticas ilegais no comércio exterior**

Análise Situacional da Meta

Não será criado sistema informatizado para a atividade de identificação, apuração e punição de práticas ilegais no comércio exterior. Em vez disso, está em desenvolvimento o Sistema DECOM Digital, que permitirá que os trâmites relativos aos processos administrativos de defesa comercial sejam feitos por via eletrônica. O mencionado sistema relaciona-se ao combate a práticas desleais (e não a práticas ilegais) no comércio exterior.

- **Implantar o Centro Nacional de Gestão de Risco Aduaneiro**

Análise Situacional da Meta

Meta atingida já em 2012. O Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros se encontra instalado no prédio do Ministério da Fazenda, na cidade do Rio de Janeiro, e está totalmente operacional.

- **Implantar o Plano de Modernização e de Reestruturação das unidades aduaneiras**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, após a identificação da necessidade de profunda alteração estrutural em algumas das instalações prediais de forma a adequá-las ao modelo de controle aduaneiro, foi constituído um grupo de trabalho para definição da Unidade Modelo de Fronteira.

Estas Unidades Modelo instaladas nas fronteiras deverão contemplar áreas para: verificação de cargas; inspeção de bens de viajantes; estacionamento de veículos; instalação de equipamentos de inspeção não intrusiva; e demais áreas administrativas.

Em 2013, estava prevista a contratação de projetos básicos para cinco pontos de fronteira, a serem construídos simultaneamente em: Ponta Porã – MS; Epitaciolândia – AC; Tabatinga – AM; Oiapoque – AP; e Santana do Livramento – RS.

Para 2014, há previsão de contratação dos projetos executivos das obras das cinco unidades acima elencadas.

OBJETIVO: 0805 - Fortalecer o Sistema de Defesa Comercial brasileiro, bem como estruturar novas formas de combate a práticas desleais de comércio.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Realizou-se parceria com entidades representativas do setor privado com a finalidade de divulgar os instrumentos de defesa comercial por meio da elaboração de cartilhas para distribuição às empresas. No que concerne à orientação do setor produtivo nacional, destaca-se a realização, em setembro de 2013, de diversas audiências para explicar as disposições do novo Decreto nº 8.058/2013 para as partes interessadas em processos de defesa comercial. Continuou-se, também, instruindo a indústria doméstica na elaboração de petições; destaque-se ainda o auxílio prestado por meio do Comex Responde, que é um canal direto do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) com o público externo.

Apesar da expectativa, não houve elaboração, em conjunto com entidades representativas do setor privado, de estudos setoriais periódicos que avaliassem o desempenho das importações e seu impacto para utilização preventiva dos instrumentos de defesa comercial. A alocação dos novos servidores no Departamento de Defesa Comercial (Decom) da Secretaria de Comércio Exterior (Secex/MDIC) permitiu a criação de uma equipe que começou a desenvolver projeto de acompanhamento da eficácia das medidas de defesa comercial. No entanto, tal projeto ainda encontra-se em estágio inicial, uma vez que a mencionada equipe teve como atividade prioritária em 2013 a realização de atualizações na legislação.

O Grupo de Inteligência de Comércio Exterior (GI-CEX), criado em 2011, é formado por representantes da Secex/MDIC e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda (RFB/MF). Seu objetivo é acompanhar práticas com indícios de ilegalidade envolvendo produtos objetos de investigação de defesa comercial, para detectar tentativas de burla das medidas aplicadas. Ao longo do segundo semestre de 2013, as reuniões do GI-CEX renderam diversos frutos; entre eles, destacam-se: o início de implementação de forma mais ágil de transferência de estatísticas da RFB/MF para a Secex/MDIC, no âmbito de processos de defesa comercial; e a possibilidade de início de investigações de circunvenção de ofício, por parte da Secex/MDIC, tendo como fundamento denúncias e estudos realizados pelo Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros (Cerad/RFB/MF).

Em 2013, buscou-se conhecer as melhores ferramentas de Tecnologia da Informação disponíveis no mercado de maneira a desenvolver sistema informatizado para processamento de dados relativos ao dumping e aos indicadores da indústria doméstica no contexto das investigações. Ao longo de 2013, trabalhou-se no desenvolvimento desse sistema por meio de ferramenta já disponível ao MDIC. Foram desenvolvidos protótipos de sistemas que auxiliam no cálculo da margem de dumping, na análise de indicadores de desempenho da indústria doméstica e na extração de estatísticas referentes aos processos de defesa comercial conduzidos pela Secex/MDIC. Todas essas iniciativas, contudo, estão em estágio inicial e seu avanço depende de programas de capacitação para o manuseio da ferramenta escolhida e também do desenvolvimento desses sistemas.

A digitalização das investigações já encerradas foi concluída e a dos autos das investigações atuais está em curso. No entanto, a disponibilização on-line não foi efetuada em razão da elevada exigência de segurança de sistema por parte dos processos de Defesa Comercial. Em 2013, o desenvolvimento do Sistema Decom Digital avançou muito, resultando na homologação do protótipo do sistema e na sua apresentação ao público externo especializado. Os ajustes finais e o início da fase de testes, previstos para outubro de 2013, tiveram, contudo, de ser adiados, devido ao encerramento do contrato com a empresa que estava desenvolvendo o projeto. Atualmente, novo contrato de serviço está para ser assinado, iniciando-se a fase de testes do Decom Digital já no primeiro quadrimestre de 2014.

Em 2013, foram iniciadas 66 investigações de defesa comercial, número 4,7% superior ao alcançado em 2012. No ano, foram recebidas e analisadas 69 petições de investigação, número 4% superior ao de 2012. Para 2014, estimam-se números semelhantes aos de 2013. Em se tratando de investigações de fraude de origem, foram concluídos oito procedimentos em 2013.

Metas 2012-2015

- **Reduzir de 8 para 6 meses o prazo para alcançar determinações preliminares nos casos em que seja necessário proteger a indústria doméstica de práticas comerciais desleais durante o período de investigação**

Análise Situacional da Meta

O cumprimento desta meta dependia da contração de novos investigadores e da publicação do novo Decreto que regulamenta o processo administrativo de investigações de dumping. Ambas as condições foram atendidas em decorrência da lotação no Departamento de Defesa Comercial (Decom/Secex/MDIC) de 46 novos Analistas de Comércio Exterior, e do início da vigência, em outubro de 2013, de legislação que estabelece a obrigatoriedade de determinações preliminares por parte do Departamento. Desde a entrada em vigor do Decreto nº 8.058/2013, já foram iniciados três processos de defesa comercial sob seu amparo, que estão em estágio inicial, sem ter sido concluída ainda a etapa de determinação preliminar. Por outro lado, observa-se que as referidas investigações já diminuíram significativamente os prazos médios até as fases em que se encontram.

Registra-se que, ao longo de 2013, foram publicadas oito determinações preliminares, todas em investigações conduzidas sob o amparo do Decreto nº 1.602, de 1995, que não previa obrigatoriedade de determinações preliminares. O prazo médio das determinações preliminares concluídas em 2013 ao amparo do Decreto 1.602/1995 foi de 12 meses. Reitera-se que o cumprimento da meta de redução para 6 meses dependia da publicação de novo Decreto que regulamenta o processo administrativo de investigações de dumping, que somente entrou em vigor no final do ano de 2013.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2013

- **Reduzir prazo médio das investigações de 15 para 12 meses**

Análise Situacional da Meta

O cumprimento desta meta dependia da contração de novos investigadores e da publicação do novo Decreto que regulamenta o processo administrativo de investigações de dumping. Ambas as condições foram atendidas em decorrência da lotação no Departamento de Defesa Comercial (Decom/Secex/MDIC) de 46 novos Analistas de Comércio Exterior, e do início da vigência, em outubro de 2013, de legislação que estabelece prazos mais curtos e exige maior celeridade do Departamento no processamento das investigações. Destaca-se, no entanto, que as investigações que foram iniciadas sob o amparo do novo Decreto (Decreto nº 8.058/2013) se encontram em estágio inicial, não existindo ainda investigação concluída dentro do novo prazo estabelecido pelo Decreto. Por outro lado, observa-se que as referidas investigações já diminuíram significativamente os prazos médios até as fases em que se encontram.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0806 - Simplificar, modernizar e harmonizar normas, procedimentos e exigências relativos às operações de comércio exterior.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

A iniciativa mais importante de 2013 foi a formalização institucional do Programa "Portal Único do Comércio Exterior", patrocinado pela Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Secex/MDIC), e pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda (RFB/MF). O mencionado programa compreende iniciativas de reengenharia dos processos operacionais e integração de sistemas informatizados de controle de comércio exterior, em uma abordagem de guichê único ('single window'), a fim de viabilizar a modernização, simplificação e harmonização de normas, rotinas e procedimentos relativos às operações de exportação e importação de mercadorias, além de proporcionar maior previsibilidade, racionalização, segurança, integridade da

informação e celeridade aos processos e fluxos de operações de comércio exterior.

A iniciativa estratégica do Portal Único do Comércio Exterior pretende, fundamentalmente, atender à demanda por maior celeridade e unicidade nos procedimentos de comércio exterior. Com uma sistemática simplificada e padronizada, o gerenciamento de risco pode se tornar mais eficiente e se voltar para as operações suspeitas. Será possível, também, maior coordenação entre órgãos intervenientes para parametrizarem os critérios de gerenciamento de risco. O setor privado, por sua vez, terá maior previsibilidade nos procedimentos de comércio exterior, além de poder acompanhar o trâmite de suas mercadorias pelo Portal Único. Essa previsibilidade, associada à redução do tempo para a liberação de carga, evita custos com atrasos e conformidade. Ao final, o produto brasileiro se torna mais competitivo no mercado internacional. Os sistemas de guichê único voltados para o comércio internacional se apresentam como potencial solução para a minimização dos problemas apontados. Trata-se de instrumento que permite aos atores envolvidos em comércio exterior apresentarem documentos e informações padronizadas em um único ponto de entrada para cumprir os requisitos normativos para a importação, exportação e trânsito de mercadorias.

A fim de atender aos objetivos do programa Portal Único, será fundamental a edição de decreto presidencial que constituirá o marco legal necessário para a implementação da abordagem de guichê único. O referido decreto alterará o Decreto nº 660, de 25 de setembro de 1992, que criou o Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex). Propõe-se, portanto, que seja criada nova Comissão Gestora do Siscomex, formada por órgãos do MF e do MDIC. Essa nova Comissão Gestora será dotada das atribuições necessárias à gestão efetiva e coordenada do Sistema. Os órgãos e entidades da administração pública intervenientes terão a incumbência de se articularem previamente com a Comissão responsável pela administração do Sistema para que as regulamentações por eles emitidas sejam executadas por meio do Siscomex.

Os principais resultados esperados, de acordo com a proposição do programa Portal Único, são os seguintes: i) redução de prazos e do custo operacional do comércio exterior decorrente da maior celeridade para exportar e importar mercadorias; ii) eliminação de redundância da informação, com transparência, rastreabilidade e integridade, permitindo maior previsibilidade, confiabilidade e competitividade das empresas brasileiras operantes no comércio exterior, bem como o aumento do controle e da segurança das cadeias logísticas de suprimento; iii) simplificação de procedimentos operacionais, com gestão de risco e inspeção coordenada de mercadorias em zona primária, em uma única oportunidade; iv) otimização da utilização da infraestrutura logística por conta do compartilhamento da informação de carga e do planejamento da sua movimentação; v) maior participação de pequenas e médias empresas no comércio exterior em decorrência da simplificação de procedimentos operacionais; vi) aperfeiçoamento na divulgação pública de estatísticas de comércio exterior; e vii) maior transparência na gestão dos órgãos intervenientes em operações de importação e exportação em decorrência da implantação de indicadores de desempenho eficazes.

A Secex/MDIC elaborou minuta de nova portaria para regulamentação das normas de tratamento administrativo das operações de exportação, importação e concessão do regime aduaneiro especial de drawback e sujeitou o documento a consulta pública. Foram apresentadas, em 2012, 65 manifestações de diversas entidades que atuam no comércio exterior. A Secex intensificou, no exercício de 2013, processo de análise das manifestações e elaboração de nova portaria com vistas à publicação da versão consolidada do referido normativo. A entrada em vigor do ato administrativo deverá ocorrer no primeiro semestre de 2014.

O Grupo Técnico de Facilitação de Comércio (GTFAC), da Câmara de Comércio Exterior (Camex), aprofundou discussões entre seus integrantes visando à criação de curso para capacitação em comércio exterior de servidores do Governo Federal. Minuta de plano de ensino foi elaborada e encaminhada para a análise dos órgãos de Governo que compõem o GTFAC. Devido à priorização de recursos humanos para o desenvolvimento do Portal Único, o curso de capacitação para os órgãos anuentes não deverá ter início em 2014. Para viabilizar o curso de capacitação ainda é necessário confeccionar o material didático, contratar instrutores e definir calendário de treinamento dos órgãos.

Por fim, cumpre destacar que a iniciativa de implantação de sistema de desempenho logístico, para análise e monitoramento dos processos logísticos na exportação, importação e trânsito, foi suspensa por ter sido priorizada a implantação do Portal Único.

Metas 2012-2015

- **Consolidar a legislação de comércio exterior em um diploma central, no nível legal**

Análise Situacional da Meta

O Grupo Técnico Interministerial de Consolidação da Legislação de Comércio Exterior (GTIC), estabeleceu o cumprimento de seu mandado em duas etapas:

i) Elaboração de projeto de norma em nível de lei. Desenvolveu-se, com apoio de consultores contratados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), uma proposta de medida provisória.

ii) Na segunda etapa, o GTIC reunirá, em um só diploma legal, todas as normas que o exportador e o importador precisam conhecer para tomar decisão sobre a realização dos seus negócios. Aqui seria produzido, em nível de decreto, o Regulamento de Comércio Exterior. Esta etapa encontra-se em fase de elaboração.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) decidiu contemplar o tema da racionalização das normas de comércio exterior entre seus objetivos. Dessa forma, a proposta ganhou suporte na meta de "Simplificação do Comércio Exterior Brasileiro", que foi dividida em três fases: a) saneamento da legislação de comércio exterior; b) lastro para o Portal Único de Comércio Exterior; e c) segurança e transparência no comércio exterior.

Ao todo, a proposta de medida provisória revoga seis leis e 13 decretos-leis, em razão de as suas normas não mais atenderem às necessidades de controles governamentais e dos operadores de comércio exterior, em face da evolução quantitativa e qualitativa dessas operações, ou por aglutinação das suas normas vigentes nessa proposta de medida provisória, e contém ainda:

• Define em lei a competência da Camex para deliberar sobre matérias relativas ao comércio exterior e alterar as alíquotas do imposto de importação, observando os acordos internacionais;

• Identifica, segundo a natureza do produto ou da operação, os órgãos responsáveis por esses controles sobre o comércio exterior;

• Estabelece infrações às atividades de controle, autorização e fiscalização exercidas pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) e cria o marco legal sobre o processo administrativo competente;

• Dispõe sobre as infrações e penalidades ao controle administrativo exercido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

• Adequa a base de cálculo do PIS/Pasep-importação e da Cofins-importação à decisão do STF (RE 559.937);

• Faz o Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, passar a ser a norma guia do comércio exterior, agregando-se a essa norma, entre outras, as regras de exportação, as regras do controle administrativo, as regras do regime de tributação simplificada sobre remessas postais internacionais e a legislação sobre bagagem;

• Compatibiliza o prazo decadencial de que dispõe a Receita Federal (RFB) para realizar a revisão aduaneira com os prazos decadenciais previstos no Código Tributário Nacional, harmonizando-se, assim, com a legislação dos demais tributos internos;

• Determina que o termo inicial do prazo concedido para aplicação de regime aduaneiro especial passa a ser a data do desembaraço aduaneiro da mercadoria submetida e não a data do despacho concessório do regime, como é hoje;

• Declara não constituir fato gerador do Imposto de Importação a entrada no território aduaneiro de mercadoria à qual tenha sido aplicado o regime de exportação temporária (reimportação), ainda que descumprido o regime (adequação à decisão do STF e Resolução do Senado Federal nº 436, de 1987);

• Inclui a intimação postal como forma de intimação no processo de perdimento, a exemplo do que ocorre no processo administrativo fiscal regido pelo Decreto nº 70.235, de 1972, medidas em consonância com o rito célere próprio daquele tipo de processo;

• Desconcentra o despacho aduaneiro na zona primária de portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados, potencializando-se a liberação de mercadorias com maior celeridade, sem a perda dos pertinentes controles aduaneiros; e

• Cria um sistema integrado único para o controle das operações de comércio exterior.

Algumas sugestões contidas no projeto já foram implementadas no ano de 2013, como é o caso do funcionamento ininterrupto da Aduana e da retirada do ICMS da base de cálculo da Cofins-importação, trazidos, respectivamente, pelo art. 70 da Lei nº 12.815/2013, e pelo inciso I do art. 42 da Lei nº 12.865/2013.

Considera-se que 80% da meta foi cumprida no ano de 2013, com a conclusão do projeto de consolidação da legislação de comércio exterior. A necessidade que se impõe para o cumprimento total da meta seria a aprovação do referido projeto de medida provisória no âmbito do GT Facilitação de Comércio Exterior do CNDI, apreciação e aprovação pelo Conselho de Ministros da Camex, e o posterior envio à Presidência da República, a fim de dar seguimento ao processo legislativo necessário à sua conversão em lei. Em sequência, haveria a conclusão do Projeto de Regulamento do Comércio Exterior.

(A unidade de medida desta meta é 'percentual de execução'.)

Quantidade alcançada

80

Data de Referência

31/12/2013

- **Desenvolver Sistema de Desempenho Logístico, no qual serão definidos indicadores qualitativos e quantitativos e ferramentas de auxílio à análise, para fins mensuração da efetividade e eficácia das operações de comércio exterior, antes e após a modernização e simplificação das normas e procedimentos**

Análise Situacional da Meta

Esta meta foi suspensa, por ter sido priorizada a implantação de outro sistema com alto impacto na racionalização e aperfeiçoamento da logística de fluxo informacional e de processos na exportação, importação e trânsito (Portal Único do Comércio Exterior).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Desenvolver sistema para a integração de sistemas de governo de gestão do comércio exterior e suas bases de dados, em uma abordagem de single window, considerando perfis pré-definidos de usuários, segundo o nível de risco, e uso obrigatório de certificação digital**

Análise Situacional da Meta

O desenvolvimento de um sistema de gestão do comércio exterior, em abordagem de guichê único (“single window”) é um projeto de médio e longo prazo, que exige a participação dos diversos órgãos intervenientes no comércio exterior brasileiro. Em 2013, a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) e a Receita Federal do Brasil (RFB) deram início efetivo ao programa “Portal Único de Comércio Exterior”, cujo objetivo é promover a modernização do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) por meio da sua integração com os diversos sistemas informatizados de controle do comércio exterior.

Objetiva-se possibilitar o fluxo único das informações exigidas pela Administração para se concretizar uma operação de exportação ou de importação. Têm-se com isso importantes perspectivas de aumento da eficiência dos processos e controles envolvidos, com relevantes reduções de custos tanto para os operadores privados do comércio quanto para os órgãos e entidades de governo intervenientes.

O programa “Portal Único de Comércio Exterior” é dividido em seis projetos: i) Projeto Plataforma do Portal Único do Comércio Exterior; ii) Projeto Novo Processo de Exportação; iii) Projeto Cadastro de Intervenientes; iv) Projeto Catálogo de Produtos; v) Projeto de Anexação Eletrônica de Documentos Digitais e; vi) Projeto Novo Processo de Importação. De acordo com o cronograma estabelecido, todos os projetos mencionados deverão estar concluídos em 2015.

O programa encontra-se, atualmente, em fase de planejamento, mas importantes avanços e atividades já foram realizadas, destacando-se:

- Publicação de Portaria Secex designando os gerentes de cada um dos projetos, bem como servidores prioritariamente envolvidos com o programa Portal Único.

- Assinatura pela Secex e RFB das proposições do programa Portal Único e de todos os projetos, com exceção do Novo Processo de Exportação e Novo Processo de Importação.
- Participação dos servidores da Secex e da RFB em ações de capacitação em "gerenciamento de projetos" e "pré-especificação de sistemas informatizados".
- Reunião com os dirigentes de todos os órgãos intervenientes no comércio exterior, com o objetivo de engajá-los no programa Portal Único.
- Elaboração do documento de pré-especificação, desenvolvimento e homologação do Portal web e do Sistema Visão Integrada, produtos do Projeto Plataforma de Fluxo Único.
- Em conjunto com a RFB, realização do mapeamento da situação atual do fluxo de exportação em reuniões individualizadas com todos os órgãos intervenientes no processo.
- Elaboração de minuta de decreto presidencial que altera o Decreto nº 660/1992, com o objetivo de atualizar o sistema de governança do Siscomex, por meio da criação da Comissão Gestora do Siscomex e definição de suas atribuições, bem como estabelece que deverá ser desenvolvido, no âmbito do Siscomex, o Portal Único de Comércio Exterior. A publicação do decreto é uma premissa importante do projeto, na medida em que consiste em comando político de alto nível a garantir o envolvimento de todos os órgãos intervenientes no desenvolvimento do Portal Único.

(A unidade de medida desta meta é 'percentual de execução'.)

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2013

- **Elaborar, em cooperação com os órgãos anuentes no comércio exterior e considerando-se as premissas da OMC sobre Facilitação de Comércio, atos normativos infralegais do Executivo destinados a inovar, modernizar, simplificar e harmonizar os procedimentos administrativos e exigências de controle incidentes sobre as operações de comércio exterior**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), elaborou minuta de nova portaria para regulamentação das normas de tratamento administrativo das operações de exportação, importação e concessão do regime aduaneiro especial de drawback e sujeitou o documento à consulta pública. A entrada em vigor do ato administrativo deverá ocorrer no primeiro semestre de 2014.

O referido Decreto alterará o Decreto nº 660, de 25 de setembro de 1992, que criou o Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX). Propõe-se, portanto, a alteração do Decreto nº 660, de 1992, para que seja criada nova Comissão Gestora do SISCOMEX, formada por órgãos do Ministério da Fazenda (MF) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Essa nova Comissão Gestora será dotada das atribuições necessárias à gestão efetiva e coordenada do Sistema. Os órgãos e entidades da Administração Pública intervenientes terão a incumbência de se articularem previamente com a Comissão responsável pela administração do Sistema para que as regulamentações por eles emitidas sejam executadas por meio do SISCOMEX.

A fim de atender aos objetivos descritos no Programa "Portal Único do Comércio Exterior", será fundamental a edição de decreto presidencial que constituirá o marco legal necessário para a implementação da abordagem de guichê único ('single window'). O referido decreto alterará o Decreto nº 660, de 25 de setembro de 1992, que criou o Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex). Propõe-se, portanto, que seja criada nova Comissão Gestora do Siscomex, formada por órgãos do Ministério da Fazenda (MF) e do MDIC. Essa nova Comissão Gestora será dotada das atribuições necessárias à gestão efetiva e coordenada do Sistema. Os órgãos e entidades da administração pública intervenientes terão a incumbência de se articularem previamente com a Comissão responsável pela administração do Sistema para que as regulamentações por eles emitidas sejam executadas por meio do Siscomex.

OBJETIVO: 0807 - Aprimorar a política creditícia voltada ao comércio exterior a fim de incrementar a utilização dos instrumentos de financiamento e garantia oficiais à exportação, visando ao aumento da competitividade internacional das empresas brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Durante o ano de 2013, foram implementadas ações voltadas para o aprimoramento e a expansão dos programas oficiais de financiamento e garantia das exportações brasileiras.

A iniciativa de reformulação da legislação do Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACC) e do Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE) foi parcialmente implementada com a introdução da modalidade indireta do ACC (ACC-indireto), mediante modificação da Lei nº 9.529, de 1997, promovida pelo art. 3º da Lei nº 12.712, de 2012. Com essa medida, os exportadores indiretos – aqueles que exportam por meio de empresas comerciais exportadoras – poderão obter financiamento à produção exportável com custo de ACC. Contudo, os bancos comerciais não têm disponibilizado o novo produto a seus clientes. Por essa razão, pretende-se incluir na agenda do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig) a realização de gestões junto ao Banco Central e aos bancos públicos e privados para contornar as dificuldades na operacionalização do ACC-indireto.

Sobre a iniciativa de disponibilização de alternativas de garantias para o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), a Resolução nº 21, de 4 de abril de 2012, da Câmara de Comércio Exterior (Camex) autorizou o Banco do Brasil – agente da União para o Proex – a aceitar outras garantias admitidas em lei, inclusive quando apresentadas pelo próprio exportador. Com isso, empresas com faturamento de até R$ 3,6 milhões, em operações de até US$ 50 mil, poderão obter financiamento do Proex com garantias de menor custo – as mesmas que são aceitas para operações no mercado interno, como bens móveis e imóveis, fundos garantidores, mecanismos de auto-liquidez e aval/fiança de pessoa física. A atualização do sistema interno do Banco do Brasil para comportar as novas modalidades de garantia está em fase de testes. Ademais, espera-se colocar o novo sistema em funcionamento juntamente com o início da operacionalização do Fundo de Financiamento à Exportação (FFEX), o que depende, ainda, da integralização do capital deste fundo pelo Tesouro Nacional.

No que tange a iniciativa de definição de limites, critérios e regras específicas para determinados setores e países no âmbito do Proex e do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), o Conselho de Ministros da Camex aprovou, em julho de 2013, a definição de limites de exposição no FGE para países africanos com risco 6/7 e 7/7 em operações com garantia soberana, tendo como referência para o cálculo o montante total que o Tesouro Nacional está disposto a aportar anualmente para o pagamento de indenizações.

Cabe mencionar, sobre a mesma iniciativa, que foi criada, por meio do Decreto nº 7.976, de 1º de abril de 2013, a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF), empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda. Entre suas funções, destaca-se a concessão de garantias contra riscos comerciais, políticos e extraordinários a operações de exportação, com cobertura do Fundo Garantidor de Operações de Comércio Exterior (FGCE), a ser criado. As disposições relativas à concessão de garantias a operações de comércio exterior incluídas no Estatuto da ABGF foram aprovadas pelo Conselho de Ministros da Camex por meio da Resolução Camex nº 42, de 14 de junho de 2013.

Convém, nesse sentido, relatar que, em agosto de 2013, a primeira assembleia geral da entidade aprovou seu estatuto e empossou os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da ABGF. Para que a nova agência entre em funcionamento, é necessária, ainda, a incorporação de parte da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE) em sua estrutura. Além disso, para que a ABGF possa disponibilizar o Seguro de Crédito à Exportação, faz-se necessária a promulgação de decreto dispondo sobre o Conselho de Participação do FGCE. Depois disso, o referido Conselho deverá se reunir para aprovar seu estatuto. Cumpre destacar que o referido decreto já está em tramitação no âmbito da Casa Civil.

No que se refere à iniciativa de alteração da legislação para viabilizar o acesso às linhas de crédito aplicáveis aos exportadores finais, aos vendedores de insumos ao produtor final e exportador, aos exportadores indiretos e às comerciais exportadoras, foi publicada a Resolução Camex nº 126, de 26 de dezembro de 2013, a qual estabelece as condições de comercialização das operações ao amparo do Proex. Com a publicação da nova resolução, foram acrescentados novos itens à lista de bens e serviços elegíveis para o programa, bem como redefinidos alguns prazos de comercialização.

No que tange à performance dos programas oficiais, somente no âmbito do Cofig e da Camex foram aprovados, entre janeiro de 2012 e dezembro de 2013, operações que poderão alavancar em torno de US$ 20 bilhões em exportações brasileiras, com o apoio do Proex-financiamento, do Proex-equalização, do FGE ou, ainda, destes dois últimos combinados. Os principais destinos das exportações apoiadas por esses instrumentos, nestes anos, são: Angola, Argentina, Austrália, Cuba, Equador, Estados Unidos, Gana, Moçambique, República Dominicana, Tanzânia, Venezuela e Zimbábue.

Considerando cada programa individualmente, verifica-se que, entre janeiro de 2012 e dezembro de 2013, o Proex-financiamento alavancou US$ 1,0 bilhão em exportações, tendo desembolsado US$ 877,2 milhões. Em 2012, empresas do Estado de São Paulo foram as principais beneficiadas pelo PROEX, com 43% do valor das exportações apoiadas pelo instrumento, seguidas pelas do Rio Grande do Sul, com 25%, Paraná, com 15%, Espírito Santo, com 8% e Santa Catarina, com 4%. Já em 2013, as empresas de São Paulo foram responsáveis por 52% do valor das exportações amparadas pelo PROEX, seguidas pelas empresas do Paraná (18%), Rio Grande do Sul (11%), Espirito Santo (9%) e Santa Catarina (4%). Cumpre destacar, ainda, que tanto em 2012 quanto em 2013, as médias empresas com faturamento anual de até R$ 60 milhões, foram as principais beneficiadas, respondendo, respectivamente, por 36% e 32% dos desembolsos realizados, seguidas pelas médias empresas com faturamento entre R$ 60 milhões e R$ 150 milhões (26% e 27%) e pelas micro e pequenas empresas (25% e 24%).

Já o PROEX-equalização alavancou um valor total de US$ 10,2 bilhões em exportações, no mesmo período, tendo sido, para tanto, emitidos títulos pelo Tesouro Nacional no valor US$ 579,8 milhões. Os exportadores de São Paulo foram responsáveis por 74% e 65% das exportações apoiadas pelo instrumento em 2012 e 2013, respectivamente; os de Santa Catarina, por 8% e 13%; os do Paraná, por 8% e 11%; os do Rio Grande do Sul, por 4% em ambos os períodos. Cumpre, ainda, destacar que as grandes empresas responderam por 93% e 98% do valor das exportações amparadas pelo PROEX-equalização em 2012 e 2013, respectivamente.

No que se refere ao FGE, sua exposição em dezembro de 2013 é de US$ 29,8 bilhões dos quais US$ 19,99 bilhões referem-se a operações concretizadas e US$ 9,7 bilhões a operações aprovadas. Isso representa um crescimento da exposição total de 32% em relação a janeiro de 2012.No tocante aos financiamentos oficiais à exportação, segundo informações do BNDES, o valor executado entre janeiro de 2012 e dezembro de 2013 é de aproximadamente R$ 26 bilhões. Esse montante corresponde ao total de desembolsos das linhas do BNDES-EXIM, operadas tanto pela FINAME quanto pelo próprio BNDES. No ano de 2012 foram executados R$ 10.9 bilhões, valor abaixo, portanto, do previsto (R$ 12,3 bilhões). Contudo, no ano de 2013 verificou-se uma performance bastante intensa do programa, com desembolsos acima de R$ 15 bilhões, superando em 12% a meta estabelecida para o ano. Assim sendo, constata-se que a meta para o biênio 2012-2013, de R$ 25.984.000.000,00 , pôde ser atingida. Além disso, nos primeiros dois anos atingiram-se 46% da meta estabelecida para o quadriênio 2012-2015, de R$ 57,3 bilhões.

Além disso, segundo informações do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), foram desembolsados R$ 759.697.807,46 em 2012 e R$ 489.561.560,00 em 2013, totalizando um valor total de R$ 1.249.259.367,46 Dessa forma, atingiu-se 83% da meta definida para o biênio 2012-2013, de R$ 1.502.031.000,00. Sendo assim, 43% da meta estabelecida para o quadriênio 2012-2015 foi atingida em seus dois primeiros anos.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 31 para 89 as empresas beneficiadas pelo PROEX Equalização**

  Análise Situacional da Meta

  O número de 31 empresas beneficiadas, utilizados como referência para a meta enunciada, corresponde ao total de exportadores atendidos no ano de 2010, segundo informações do Banco do Brasil – agente da União para o Proex. No biênio 2012-2013, 52 empresas foram beneficiadas pelo Proex-equalização, enquanto 38 exportadores foram atendidos apenas em 2012, de modo que 14 novas empresas foram beneficiadas em 2013. Caso seja mantida essa progressão, é bastante factível que se atinja a meta de 89 exportadores beneficiados até 2015.

  Nota-se que a contribuição do ano de 2012 para se atingir a meta foi limitada em decorrência da crise financeira

internacional vivenciada ao longo daquele período, fator que impediu um maior incremento das exportações brasileiras em geral. Com efeito, o número de empresas atendidas pelo programa cresceu modestamente, de 34 em 2011 para 38 em 2012 – um crescimento de aproximadamente 12%.

Ademais, em meados do mesmo ano, a dotação orçamentária inicial do Proex-equalização, de R$ 445 milhões, foi integralmente comprometida. Por isso, foi necessário ao Banco do Brasil represar algumas operações. Posteriormente, houve uma suplementação orçamentária para o Proex, no valor de R$ 555 milhões, para solucionar essa questão.

Contudo, no ano de 2013, revelou-se uma nítida recuperação do crescimento da utilização do Proex-equalização. Isso se deve, em parte, ao aumento da dotação orçamentária do programa, que passou para R$ 1 bilhão.

Quantidade alcançada

52

Data de Referência

31/12/2013

- **Aumentar de 35 para 100 as empresas beneficiadas pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE)**

Análise Situacional da Meta

Inicialmente, faz-se pertinente uma retificação quanto ao número de empresas beneficiadas pelo FGE em 2011, considerando-se apenas as operações aprovadas e concretizadas acima de US$ 5 milhões. Na realidade, esse quantitativo corresponde a 51 empresas, de acordo com a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE). Duas novas empresas foram beneficiadas pelo FGE entre janeiro de 2012 e dezembro de 2013, de modo que o número total de exportadores atendidos pelo instrumento atingiu 53. Convém informar que a taxa média de crescimento do número de empresas assistidas pelo FGE, durante os anos de 2006 a 2013, foi de 11,9%, consideradas apenas as operações envolvendo valores acima de US$ 5 milhões. Ao aplicarmos essa taxa de crescimento sobre o número de empresas assistidas em 2013 (53 empresas), encontra-se a seguinte previsão de crescimento para o número de empresas beneficiadas pelo FGE anualmente: 2013 = 53; 2014 = 59; 2015 = 66; 2016 = 74.

Assim sendo, caso seja mantida a taxa média de crescimento do período 2006-2013, a meta não será atingida. Ademais, mesmo a taxa de 11,9% pode estar superestimada, uma vez que ocorreu uma elevação muito significativa tanto do número de empresas atendidas pelo Fundo quanto de sua exposição em 2009, em resposta ao recuo do mercado privado de seguros em decorrência da crise financeira de então. Com efeito, nota-se a redução das taxas de crescimento anual desde 2009.

Convém ainda acrescentar que, em 2013, nenhuma nova empresa foi atendida pelo mecanismo. Isso demonstra que, por ter seu escopo concentrada em grandes exportadores – que atuam em operações de prazo superior a dois anos –, que existem em quantidade limitada no Brasil, o número de empresas atendidas está próximo de seu limite. Soma-se a isso o fato de que, com a criação da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF), parte da demanda por Seguro de Crédito à Exportação (SCE) ao amparo do FGE deverá ser desviada para o fundo administrado por aquela entidade. Contudo, é possível que, quando se iniciar a operacionalização do SCE para micro, pequenas e médias empresas, a quantidade de exportadores atendidos cresça de forma muito substancial, revertendo a tendência apontada e tornando o atingimento da meta de 100 empresas estatisticamente plausível.

Quantidade alcançada

53

Data de Referência

31/12/2013

- **Aumentar de 371 para 1060 as empresas beneficiadas pelo PROEX Financiamento**

Análise Situacional da Meta

Entre janeiro de 2012 e dezembro de 2013, 293 empresas foram atendidas pelo Proex-financiamento.

O referido número reflete o desempenho insatisfatório do programa em 2012, quando 205 empresas foram atendidas.

Com efeito, a dotação orçamentária do programa para o ano de 2012 – de R$ 800 milhões – foi integralmente comprometido em meados daquele ano, obrigando o Banco do Brasil a represar algumas operações. Soma-se a isso a

conjuntura macroeconômica internacional desfavorável verificada no ano de 2012. Por outro lado, o desempenho do programa melhorou nesse quesito em 2013, com o crescimento de 43% no número de empresas atendidas . Isso se deveu aos esforços implementados na divulgação do programa, e ao aumento da dotação orçamentária do programa, que passou para R$ 1,5 bilhão, de modo que foi possível atender um número maior de exportadores.

Sendo assim, mantido esse crescimento, é possível prever, ainda que de forma pouco precisa, a seguinte progressão, considerando uma taxa de crescimento de 43% a.a. e tomando o ano de 2012 como base: 2012 = 205; 2013 = 293 ; 2014 = 419; 2015 = 599. Dessa forma, mesmo que se considere taxa de crescimento de 43% a.a., provavelmente superestimada, é altamente improvável que a meta de 1060 empresas contempladas seja atendida.

Contudo, com a entrada em operação do Seguro de Crédito à Exportação (SCE) destinada a operações de micro, pequenas e médias empresas, e com o ajuste do sistema do Banco do Brasil para comportar operações envolvendo garantias reais, espera-se que mais empresas possam ser beneficiadas pelo programa. Isso porque, com ambas as inovações, o custo das garantias exigidas do exportador deverá decrescer substancialmente.

Quantidade alcançada

293

Data de Referência

31/12/2013

- **Pôr em operação o PROEX Financiamento à Produção Exportável**

Análise Situacional da Meta

Modalidade criada por meio da Resolução Camex nº 45, de 26 de agosto de 2009, e regulada pela Portaria MDIC nº208, de 20 de outubro de 2010, o Proex Financiamento à Produção Exportável (pré-embarque) ainda não foi colocado em operação.

Após o equacionamento de questões legais referentes ao grau de publicidade a ser conferido aos contratos de financiamento celebrados, resta pendente a regulamentação dessa nova modalidade do Proex.

Nesse sentido, os órgãos integrantes do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig) trabalharam ao longo do ano de 2013 para tratar de temas pendentes de regulamentação referentes ao Proex. O resultado desses trabalhos foi a publicação da Resolução Camex nº 126, de 26 de dezembro de 2013, e a elaboração de minuta de resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) disciplinando os aspectos financeiros do Proex-financiamento, tratando, respectivamente, dos aspectos comerciais e financeiros do Proex-financiamento, inclusive na modalidade pré-embarque.

Paralelamente a isso, aguarda-se a disponibilização do Seguro de Crédito à Exportação (SCE) para micro, pequenas e médias empresas, com cobertura do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), na modalidade pré-embarque, para que o Proex Financiamento à Produção Exportável possa ser operacionalizado.

- **Pôr em operação o Seguro de Crédito à Exportação destinado às operações de micro, pequenas e médias empresas, com cobertura do Fundo de Garantia à Exportação (FGE)**

Análise Situacional da Meta

O Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex) aprovou, por meio da Resolução nº 70, de novembro de 2008, o Seguro de Crédito à Exportação (SCE), com cobertura do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), direcionado à garantia das exportações de micro, pequenas e médias empresas.

A Resolução Camex nº 20, de abril de 2012, fixou novas diretrizes para esse instrumento, determinando que por ele serão contempladas as empresas com faturamento anual bruto de até R$ 90 milhões e com exportações anuais de até U$S 1 milhão. Determina, ainda, que a União poderá conceder garantias, por meio desse instrumento, a operações nas fases pré-embarque e pós-embarque.

O SCE para a modalidade pós-embarque já está operacional. Para a modalidade pré-embarque, está, ainda, em análise o Certificado de Garantia de Cobertura, necessário para que esse produto possa ser disponibilizado.

OBJETIVO: 0808 - Promover a difusão da cultura exportadora nas Unidades da Federação, mobilizando e

capacitando gestores públicos, empresários e profissionais de comércio exterior, com a finalidade de aumentar e qualificar a base exportadora.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Dentre as diversas ações para a promoção da cultura exportadora realizadas em 2013, destacam-se:

• Abertura de cinco núcleos operacionais do Projeto Extensão Industrial Exportadora – Peiex (Campinas-SP, Belém-PA, Ribeirão Preto-SP, Cascavel-PR e Pelotas-RS). O Núcleo Operacional do Peiex em Goiânia-GO foi fechado em 2013, totalizando 35;

• Realização de 26 treinamentos, cursos e oficinas sobre como exportar e sobre as ferramentas de comércio exterior em 11 estados e 19 municípios. A meta para 2014 são 32 treinamentos, cursos e oficinas a serem realizados em 14 estados e em 22 municípios. Esta meta e os locais em que as atividades serão realizadas foram definidos em função do Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) 2014;

• Desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais que dará apoio ao PNCE e que se encontra em fase de testes;

• Confecção e distribuição de 7.000 exemplares do panfleto Cultura Exportadora, contendo todas as ferramentas de acesso às informações sobre o comércio exterior; e

• Elaboração do "Guia Básico de Exportação de Serviços", com previsão de lançamento para 2014. Além disso, serão atualizados em 2014 12 Estudos de Oportunidades para Exportação de Serviços e para Investimentos em Presença Comercial no Exterior.

No que se refere à Série Aprendendo a Exportar, que também consiste em uma das ações que integram a matriz de oferta no âmbito do PNCE, foram realizadas as seguintes ações no ano de 2013:

1) Elaboração e atualização de dados estatísticos do Portal Brasil-África;

2) Atualização do conteúdo dos produtos da Série Aprendendo a Exportar e elaboração de conteúdo para o Aprendendo a Exportar - versão 3; e

3) Integração dos produtos da série Aprendendo a Exportar em uma mídia unificada. A continuidade do Projeto Primeira Exportação encontra-se sob avaliação.

No que tange ao estabelecimento de parcerias com organismos internacionais de cooperação, em 2013, o grupo de estatística de comércio exterior do Mercosul incorporou a Venezuela e está discutindo com o país melhorias nos seus sistemas estatísticos. Além disso, foi recomendado pela Comissão de Comércio do Mercosul (CCM) a adoção do manual de produção estatística de comércio exterior elaborado pelo grupo. A Secretaria de Comércio Exterior (Secex) também mantém intercâmbio de dados com os países do Mercosul e mantém aberto ao público um sistema denominado AliceWeb Mercosul, onde é possível consultar os dados dos países membros.

Foram realizadas reuniões com o setor privado e com órgãos gestores dos mecanismos de fomento ao comércio exterior de serviços (Programa de Financiamento às Exportações – Proex; adiantamento sobre contrato de câmbio e adiantamento sobre cambiais entregues – ACC/ACE; redução a zero da alíquota do Imposto de Renda para a promoção de serviços no exterior; Fundo de Garantia à Exportação – FGE, etc.) para identificação das razões da subutilização dos mecanismos de apoio ao comércio exterior de serviços, com vistas a estabelecer a estratégia de divulgação ou a promoção de ajustes nos normativos e a estruturar operações que propiciem alavancagem para oportunidades de exportação de bens e serviços. Durante o Simpósio Brasileiro de Políticas Públicas para Comércio e Serviços (Simbracs), realizado em Brasília em novembro de 2013, foi realizado um painel sobre o programa para a alavancagem de exportação de serviços, com a finalidade de debater com o setor privado o programa de trabalho integrado/complementar desenvolvido pela Secretaria de Comércio e Serviços (SCS/MDIC) com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil) e o Banco do Brasil para fomentar as exportações de serviços.

No que se refere à implementação do PNCE, destacam-se:

• Consolidação e entrega do PNCE 2013 para as instituições e estados participantes, que consistiu em 590 ações propostas para serem executadas em 23 estados, em parceira com 14 instituições, conforme detalhado na meta

'Implementar o Plano Nacional da Cultura Exportadora', deste objetivo;

• Realização de 388 (trezentos e oitenta e oito) atividades do total de 590 previstas no PNCE 2013;

• Conclusão do planejamento do PNCE para 2014, com a participação de 15 instituições (ABDI, Apex Brasil, Banco do Brasil, Basa, BNDES, BRDE, CEF, Correios, CNI, Inmetro, MAPA, Ministério das Relações Exteriores (MRE), Sebrae, Senac e Suframa) e de 24 (vinte e quatro) estados.

Ainda em 2013, foram realizados:

• Estudos de vocação exportadora de 10 estados (AL, GO, MG, MT, RJ, RO, RR, RN, RS, SC);

• Cinco estudos de oportunidades comerciais em mercados estrangeiros (Indonésia, Vietnã, Turquia, Colômbia e Países do

Conselho de Cooperação do Golfo); e

• Dois estudos sobre o perfil exportador de setores produtivos brasileiros: moveleiro e calçadista.

O Projeto Redeagentes obteve em 2013 os seguintes resultados: realizaram-se 26 treinamentos, superando em 8,33% a meta de 24 treinamentos previstos. Os referidos cursos e oficinas sobre como exportar e sobre as ferramentas de comércio exterior foram realizados em 11 Estados e 19 municípios, para 867 pessoas.

No que se refere ao Projeto Primeira Exportação, em 2013 foram atendidas 25 empresas, o que resulta em 31% do previsto.

Em 2013 foi realizado um Encontro de Comércio Exterior (Encomex), em Fortaleza (CE), com um total de 1.384 inscritos e 958 participantes.

Metas 2012-2015

- **Ampliar para 50 o número de núcleos operacionais do Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEX)**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013, foi realizada a abertura de cinco núcleos operacionais (Campinas-SP, Belém-PA, Ribeirão Preto-SP, Cascavel-PR e Pelotas-RS), O Núcleo Operacional do Peiex em Goiânia-GO foi fechado em 2013, totalizando 35. Os dados abaixo refletem a situação atual do Projeto Extensão Industrial Exportadora (Peiex), executado pela Apex Brasil, como se segue (Entidade e Núcleo Operacional):

  FACCAT - Região do Paranhana, Encosta da Serra e Hortências do Rio Grande do Sul - Taquara-RS;

  FEEVALE- Vale dos Sinos do Rio Grande do Sul - Novo Hamburgo-RS; FIESC- Vale do Itajaí - Blumenau – SC;

  FIESC- Região Oeste - Chapecó - SC

  FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA- Região Metropolitana de Curitiba - PR FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA- Região Metropolitana de Londrina - PR FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA- Região Metropolitana de Cascavel - PR FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA- Região Metropolitana de Maringá - PR Fundação Vanzolini- Região do Grande São Paulo - SP

  Fundação Vanzolini- Região do Grande Ribeirão Preto - SP Fundação Vanzolini- Região da Grande Campinas - SP

  IEL/AL- Região Metropolitana de Maceió - AL

  IEL/BA- Portal do Sertão - Feira de Santana/BA IEL/MG- Centro-Oeste de Minas - Divinópolis-MG IEL/MG- Região Metropolitana Belo Horizonte IEL/MG- Sul de Minas

  IEL/MG- Triângulo Mineiro IEL/MG- Vale do Aço IEL/MG- Zona da Mata IEL/MG- Teófilo Otoni - MG

  IEL/MG- São João Del Rei - MG IEL/MG- Muriaé - MG

  URI- Erechim - RS

  IEL/RS – CIERGS - Região Metropolitana Porto Alegre - RS IEL/RS – CIERGS - Serra Gaúcha - Caxias do Sul - RS

  IEL/RS – CIERGS - Sul do Rio Grande do Sul - Pelotas - RS IEL/SE- Região Metropolitana de Aracajú - SE

  ITEP- Região Metropolitana de Recife - PE NUTEC- Região Metropolitana de Fortaleza - CE

  UERJ- Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro - Nova Friburgo/RJ AIPD- Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul - Ijuí-RS

  UNISC- Região do vale do Rio Pardo e Região Central do Rio Grande Sul - Sta. Cruz do Sul-RS UNIVATES- Região do Vale do Taquari e Vale do Caí do Rio Grande do Sul - Lajeado-RS

IBTI- Brasília - DF

FIEPA- Núcleo Operacional de Belém-PA

Quantidade alcançada

35

Data de Referência

19/12/2013

- **Elaborar e implementar, em conjunto com as Unidades da Federação, Mapas Estratégicos de Comércio Exterior**

Análise Situacional da Meta

Elaborados 24 Mapas de Comércio Exterior, para as seguintes UFs: Acre / Alagoas / Amapá / Amazonas / Bahia / Ceará / Espírito Santo / Goiás / Maranhão / Mato Grosso / Mato Grosso do Sul / Minas Gerais / Pará / Paraná / Pernambuco / Piauí / Rio de Janeiro / Rio Grande do Norte / Rio Grande do Sul / Rondônia / Roraima / Santa Catarina / Sergipe / Tocantins.

Foram planejadas e pactuadas entre diversos parceiros nacionais e locais ações e iniciativas com metas claras, consolidadas em um único documento, alinhadas ao Plano Brasil Maior. A organização dos Mapas está sustentada sobre os seguintes eixos:

• Cultura exportadora

• Inteligência comercial e competitiva

• Ambiente de negócios

• Diversificação e qualificação da pauta exportadora

• Promoção comercial

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

18/12/2013

- **Elaborar estudos sobre a vocação exportadora de todos os estados brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Foram realizados 10 estudos sobre vocação exportadora dos seguintes estados: AL, GO, MG, MT, RJ, RO, RR, RN, RS, SC. Considerando os seis estudos realizados em 2012, foram elaborados até o momento 16 estudos.

Quantidade alcançada

16

Data de Referência

19/12/2013

- **Implementar o Plano Nacional da Cultura Exportadora**

Análise Situacional da Meta

No Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) para 2013, foram mapeadas 590 ações a serem executadas em 23 estados (AC; AL; AP; AM; BA; CE; ES; GO; MA; MT; MG; PA; PR; PE; PI; RJ; RN; RS; RO; RR; SC; SE; TO), em parceira com 14 instituições (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI; Apex Brasil; Banco da Amazônia – Basa; Banco do Brasil; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE); Caixa Econômica Federal – CEF; Confederação Nacional da Indústria – CNI; Correios; Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac; Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa). Foram realizadas 382 das 590 atividades previstas, correspondentes a 64,72% do total planejado. Cabe ressaltar que 55% das atividades previstas para o ano ficaram concentradas no segundo semestre, devido principalmente a eventos que restringiram a realização das atividades durante a primeira metade do ano, em especial a Copa das Confederações. Nos trabalhos voltados à construção do PNCE para o ano de 2014, estão participando 15 instituições e 24 estados. A

meta para 2014, estabelecida em conjunto com os estados e as instituições parceiras, é de 498 atividades.

As principais atividades realizadas em 2013 pelo Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) são:

1) Mapeamento da Oferta das 15 instituições participantes do PNCE 2013 (MDIC, APEX-Brasil, ABDI, BASA, BNDES, BRDE, CAIXA, CNI, SEBRAE, SENAC, Correios, INMETRO, SUFRAMA, MAPA e MRE);

2) Apresentação das ações ofertadas pelas instituições aos 23 Estados participantes do PNCE 2013 (AC; AL; AP; AM; BA; CE; ES; GO; MA; MT; MG; PA; PR; PE; PI; RJ; RN; RS; RO; RR; SC; SE; TO);

3) Escolha por parte dos estados das ações oferecidas pelas instituições, para serem realizadas nos respectivos estados;

4) Devolução para as instituições da demanda realizada pelos estados;

5) Ajuste por parte das instituições, da demanda recebida dos estados de acordo com a sua capacidade operacional;

6) Consolidação da demanda e oferta ajustada em um documento geral, para orientar a execução do PNCE em 2013. No Plano Nacional da Cultura Exportadora- PNCE para 2013 foram mapeadas 590 (quinhentos e noventa) ações a serem executadas nos seguintes estados (23 estados).

7) Execução ao longo do ano das atividades por parte das instituições em parceria com os estados;

8) Monitoramento dos resultados pelo MDIC/SECEX.

O PNCE procura organizar a oferta de ações cuja natureza e características possibilitem obter nos estados a difusão da cultura exportadora e a capacitação de gestores, empresários e profissionais de comércio exterior. Realizam-se ações de capacitação e treinamento sobre como exportar, sobre como utilizar as ferramentas destinadas ao apoio ao exportador, sobre barreiras técnicas à exportação e outras. Realizam-se palestras, feiras e encontros voltados para a temática do comércio exterior como, por exemplo, AGROEX e ENCOMEX.

Quantidade alcançada

65,76

Data de Referência

18/12/2013

- **Lançar 6 Aprendendo a Exportar Unidades da Federação**

Análise Situacional da Meta

A atividade integrava o escopo do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e a Caixa Econômica Federal (CEF). No entanto, não foi possível à CEF custear a conversão do conteúdo dos produtos da série Aprendendo a Exportar Unidades da Federação para a linguagem multimídia. O conteúdo então elaborado foi entregue ao MDIC, estando sua atualização e correspondente conversão para a linguagem multimídia dependente de previsão orçamentária.

(A unidade de medida desta meta é 'percentual de execução'.)

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

18/12/2013

- **Lançar o Aprendendo a Exportar para a África**

Análise Situacional da Meta

Concluída a elaboração do Portal Brasil-África com a correspondente atualização mensal dos dados estatísticos que integram o produto. Originalmente, esse produto estava previsto como um produto da série Aprendendo a Exportar, mas, no decorrer dos trabalhos de desenvolvimento, optou-se pela construção de um portal, realizado pela equipe do Aprendendo a Exportar.

(A unidade de medida desta meta é 'percentual de execução'.)

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

18/12/2013

- **Lançar o Aprendendo a Exportar Versão 3**

Análise Situacional da Meta

A série Aprendendo a Exportar integra a matriz de oferta no âmbito do PNCE. Em 2013, foram colocadas em andamento as seguintes ações: 1) Elaboração de conteúdo para o Aprendendo a Exportar – versão 3; 2) Atualização do conteúdo dos produtos da Série Aprendendo a Exportar; e 3) Integração dos produtos da série Aprendendo a Exportar em uma mídia unificada. A conclusão e encerramento do produto ainda dependem do término das atividades de atualização, da complementação do conteúdo e da respectiva conversão para a linguagem multimídia. A previsão é que isso ocorra em 2014.

(A unidade de medida desta meta é 'percentual de execução'.)

Quantidade alcançada

60

Data de Referência

18/12/2013

- **Realizar anualmente, no mínimo, 24 treinamentos de comércio exterior, incluindo aspectos operacionais, financeiros, creditícios e de acesso a mercados, com pelo menos 450 participantes, entre gestores públicos, empresários, estudantes e profissionais de comércio exterior**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2013, foram realizados 26 treinamentos, superando em 8,33% a meta de 24 treinamentos previstos. Os cursos e oficinas sobre como exportar e sobre as ferramentas de comércio exterior foram realizados em 11 estados e 19 municípios, para 867 pessoas. Apesar do cumprimento da meta, registra-se a pequena disponibilidade de formadores para ministrar os treinamentos e cursos, restrição que se pretende sanar com a capacitação de uma nova turma de formadores prevista para o ano de 2014.

A meta para 2014 são 32 treinamentos, cursos e oficinas, definidos em função do Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) 2014, a serem realizados em 14 estados e em 22 municípios, para no mínimo 600 participantes.

Quantidade alcançada

26

Data de Referência

18/12/2013

OBJETIVO: 0809 - Fortalecer a promoção comercial brasileira no exterior e diminuir o número de barreiras ao produto nacional, com ênfase na ampliação das exportações de bens e serviços, na diversificação da pauta exportadora e dos mercados-destino e na maior agregação de valor ao produto e serviço exportado.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Uma das ações para promover o comércio exterior brasileiro consistiu na distribuição de 16.217 exemplares da série Aprendendo a Exportar, em mídia física (CDs e DVDs), em eventos de comércio exterior, balcões, treinamentos e cursos. O acesso a tal conteúdo também é disponibilizado por intermédio do sítio www.aprendendoaexportar.gov.br, que em 2013 recebeu 237.434 visitas gerais por parte de 175.606 visitantes únicos.

O Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC) trabalhou em 2013 no desenho de um programa para fortalecer o fomento das exportações brasileiras de serviços, com a parceria da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil), do Banco do Brasil, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de órgãos gestores de mecanismos de apoio ao comércio exterior brasileiro e entidades representativas do setor privado. Foi realizado em maio de 2013, em São Paulo, o 4º Encontro Nacional do Comércio Exterior de Serviços (Enaserv). O evento, resultado de uma parceria da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) com o MDIC, reuniu cerca de 450 pessoas, entre autoridades e empresários, para tratar do tema da exportação de serviços. Em setembro, foi realizada reunião com empresas e associações participantes dos Programas Setoriais Integrados da Apex

Brasil em São Paulo para divulgar a iniciativa de trabalho conjunto e complementar, e as estatísticas do Siscoserv como ferramenta de inteligência comercial para definições sobre exportação e internacionalização de empresas.

Não foi empregada ação específica relativa à disseminação das práticas de proteção das marcas e outros ativos de propriedade industrial no exterior no ano de 2013. Todavia, vale destacar que as ações do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) de disseminação da cultura da propriedade industrial acabam por atingir um público formado por exportadores em alguns eventos.

Em julho de 2013, conforme Portaria MDIC nº 221, entrou em vigor a nova versão do Sistema de Registro de Informações de Promoção (Sisprom). Visando simplificar procedimentos operacionais, o acesso agora é feito por meio de certificado digital. Com isso, não é mais necessário o envio de documentos como Contrato ou Estatuto Social para o reconhecimento do beneficiário do incentivo ou mesmo procuração que espelhe a representação legal da empresa. Agora, tudo é feito por meio do sistema. O cadastro é feito pela empresa utilizando seu e-CNPJ, que fornece as informações necessárias para obtenção do benefício fiscal. Esse procedimento integra todos os envolvidos com o benefício, propiciando celeridade, transparência e racionalidade. Ao mesmo tempo, preserva a segurança e a tempestividade das operações de promoção comercial.

A instituição de mecanismo para investigação e resolução de barreiras comerciais às exportações brasileiras de bens, serviços e investimentos encontra-se em fase de levantamento e qualificação das mencionadas restrições. O projeto deverá ser finalizado em meados do primeiro semestre de 2014 e a expectativa para conclusão da próxima etapa, que consiste na validação das medidas e de seus efeitos junto à iniciativa privada, é até o final do primeiro semestre de 2014.

O sistema de informações comerciais das empresas relacionadas na Vitrine do Exportador foi incrementado e modernizado em 2013. Ressalta-se que o referido sistema está em processo de incorporação da base de empresas do 'show room' do site BrasilGlobalNet do Ministério de Relações Exteriores.

Dentre os mecanismos de identificação, promoção, atração e divulgação das vantagens comparativas para atrair novos investimentos e promover o desenvolvimento da Amazônia Ocidental, destaca-se o dinamismo do Polo Industrial de Manaus (PIM), principal motor econômico da Amazônia Ocidental, onde se concentra o maior número de empresas do modelo Zona Franca de Manaus, o qual alcançou em 2013:

- Faturamento da ordem de US$ 38,54 bilhões contra US$ 37,54 registrado em 2012 (incremento de 2,66%);
- Investimentos da ordem de US$ 10,66 bilhões contra US$ 10,09 bilhões registrado em 2012 (incremento de 5,65%) ;
- Exportações de US$ 862,44 milhão contra US$ 870,05 em 2012 (queda de -0,87%);
- Oferta média de 121.456 postos de trabalho contra 120.284 registrado em 2012 (incremento de 0,97%).

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 12.403 para 14.023 o número de empresas apoiadas pela Apex-Brasil**

  Análise Situacional da Meta

  A meta de 1.620 se refere à variação do número de empresas apoiadas pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil) nos seus projetos. O objetivo da meta é permitir o acompanhamento da ampliação da base de empresas envolvidas e beneficiadas com os projetos da Agência.

  Foi considerada como apoiada a empresa que participa dos projetos de promoção de exportações e investimentos da Apex Brasil, considerando o período acumulado do início do ano até o mês de apuração.

  De janeiro a dezembro de 2013, o número de empresas apoiadas pela Apex Brasil foi aumentou em 477 (total de 12.880), atingindo 91,85% da meta de 1.620 prevista no PPA.

  Quantidade alcançada

  12.880

  Data de Referência

  06/01/2014

- **Aumentar de 14,76% para 16,67% a participação de empresas apoiadas pela Apex-Brasil na base exportadora brasileira**

Análise Situacional da Meta

A meta se refere à participação das empresas exportadoras apoiadas pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil) no número total de empresas exportadoras brasileiras, e visa auxiliar na formulação de estratégias que aumentem cada vez mais a base de empresas exportadoras no país, servindo como indicativo de alto desempenho e competitividade nos mercados mundiais.

Para fins de apuração, foram considerados cada estabelecimento e cada pessoa física com exportações no período como uma empresa exportadora.

O número de empresas exportadoras brasileiras apoiadas pela Apex Brasil e o número total das empresas exportadoras brasileiras são apurados com base nos dados oficiais encaminhados pela Secretaria de Comércio Exterior e pela Secretaria de Comércio e Serviços, ambas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Em 2013, o número de empresas exportadoras brasileiras foi 18.809. Nesse mesmo período, o número de empresas exportadoras apoiadas pela Apex Brasil foi de 3.177, representando 16,89% do total de exportadoras brasileiras e superando a meta prevista para o PPA.

Quantidade alcançada

16,89

Data de Referência

06/01/2014

- **Aumentar de US$ 39,58 bilhões para US$ 57,8 bilhões o valor exportado anualmente por empresas apoiadas pela Apex-Brasil**

Análise Situacional da Meta

A meta visa apurar o valor das exportações de mercadorias das empresas apoiadas pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil) no ano de 2013. A exportação de serviços não será considerada para efeitos dessa meta até que a rastreabilidade de suas informações seja viabilizada no país.

Considera-se a soma das exportações (US$ FOB), no período comparativo, dos produtos/empresas que participam dos projetos da Apex Brasil, apurada pelos dados oficiais encaminhados pela Secretaria de Comércio Exterior e pela Secretaria de Comércio e Serviços, ambas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Em 2013, o valor de exportação das empresas participantes e produtos apoiados pelos projetos da Apex Brasil foi de US$ 46.370 milhões, representando um aumento de US$ 5.521 milhões ou 13,52% em relação a 2012 e atingindo 37,3% da meta.

Quantidade alcançada

46,37

Data de Referência

31/12/2013

- **Aumentar em 4 vezes a quantidade de empresas cadastradas no Sistema de Registro de Informações de Promoção (SISPROM), com equivalente aumento de registros de promoção, a partir da implementação da nova versão**

Análise Situacional da Meta

A nova versão do Sistema de Registro de Operações de Promoção Comercial (Sisprom) foi implementada em julho de 2013.

Verificou-se a ampliação em 32% do número de registros e o de empresas cadastradas em 2013. Foram cadastradas 326 empresas no Sisprom, 68 delas na nova versão do Sistema. Por sua vez, o número de registros no total do ano foi de 2.973; com a nova versão do Sistema, foram 1.430 registros, comtemplando-se os módulos Produto e Serviço. Para o cálculo da meta foram levados em consideração os valores obtidos até a entrada em produção da nova versão.

- **Criar mecanismo institucional de auxílio ao setor exportador nacional contra demandas externas excessivas (barreiras comerciais) e de negociação para a resolução de problemas enfrentados pelo exportador e pelo investidor brasileiros**

Análise Situacional da Meta

As barreiras comerciais ao setor exportador brasileiro impostas pelos parceiros comerciais do Brasil estão em processo

de ser identificadas. O projeto encontra-se em fase de levantamento e qualificação dessas barreiras à exportação de bens, serviços e investimentos nacionais, e deverá ser finalizado em meados do primeiro semestre de 2014. A expectativa para a finalização da próxima etapa, que consiste na validação das medidas e de seus efeitos junto à iniciativa privada, é até o final do primeiro semestre de 2014.

- **Elaborar a -Estratégia Nacional de Exportações-, que preveja os mercados e setores prioritários para a promoção comercial brasileira nos próximos anos, além de uma estratégia de atuação por mercado**

Análise Situacional da Meta

A meta é um esforço conjunto do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil). A intenção é potencializar as ações governamentais com o objetivo de agregar valor à pauta nacional de exportações e ampliar a participação do Brasil nas exportações mundiais.

A fim de definir em quais mercados internacionais as iniciativas de promoção comercial do Governo Federal podem ter maior retorno, foram levantados e analisados dados das seguintes regiões: América do Sul, América Central e Caribe, América do Norte, África, União Europeia, Europa (sem União Europeia), Oriente Médio e Ásia.

Selecionou-se, dentro de cada região, um grupo de países cujos dados de desempenho do PIB, importações e investimentos estrangeiros diretos foram comparados e analisados.

O resultado dessa avaliação foi o apontamento dos países que oferecem as melhores oportunidades para as exportações brasileiras e que, portanto, merecem destaque na Estratégia Nacional de Exportações.

A Estratégia Nacional de Exportações apresenta também, para cada uma das regiões analisadas, quais são as metas de crescimento das exportações brasileiras, em particular das vendas nacionais de produtos semimanufaturados e manufaturados, no período 2011-2014. Além disso, são elencadas as ações de promoção e monitoramento comercial que o governo implementará visando o atingimento das metas definidas.

A Estratégia Nacional de Exportações foi elaborada no primeiro semestre de 2010, e a revisão pela qual esse documento passa anualmente deverá ser concluída no primeiro semestre de 2014.

OBJETIVO: 0816 - Ampliar o acesso das exportações brasileiras a mercados prioritários por meio de novos acordos comerciais e da administração dos acordos existentes.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O Brasil decidiu adotar o Detalhamento Brasileiro de Nomenclatura (DBN) com o objetivo de viabilizar o atendimento de demandas do setor produtivo e dos órgãos governamentais. Neste sentido, foi aprovada a Resolução nº 6 da Câmara de Comércio Exterior (Camex), de 5 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre o DBN e cria o Grupo Técnico de Gestão do Detalhamento Brasileiro de Nomenclatura (GDBN). A Resolução Camex nº 36, de 29 de maio de 2013, trata do Regimento Interno do GBDN, que fica responsável pelo desenvolvimento e manutenção do DBN, com a adição de quatro dígitos à NCM, para fins estatísticos e de tratamento administrativo de comércio exterior. É oportuno ressalvar que a adoção do DBN não pretende promover qualquer alteração na Nomenclatura Comum do Mercosul, mas somente incorporar elementos adicionais, para mera complementação das descrições já existentes, a exemplo do que ocorre internamente na Argentina e no Uruguai. Desde 1º de julho de 2013, são recebidas solicitações de abertura de códigos e, até dezembro de 2013, foram apresentados 17 casos ao Grupo Técnico.

Quanto aos trabalhos para aperfeiçoamento da NCM e da Tarifa Externa Comum (TEC) no âmbito do Comitê Técnico nº 1 do Mercosul (CT-1), de "Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias", em 2013 foram realizadas cinco reuniões do Comitê, das quais quatro foram reuniões plenárias, além de diversas reuniões da Seção Nacional para definir posição brasileira a respeito dos pleitos de criação de códigos e/ou alteração da alíquota da TEC. Foram recebidos 38 pleitos de alteração tarifária permanente por parte do setor produtivo brasileiro, dos quais 17 receberam avaliação preliminar por meio de pareceres. Os demais aguardam informações complementares. Dos pleitos analisados no âmbito

do CT-1, logrou-se a confecção de projetos de resolução do Grupo Mercado Comum (GMC) e consequente alteração da TEC para oito pleitos analisados no âmbito do CT-1. Apresenta-se como dificuldade para o bom andamento dos trabalhos no âmbito do CT-1 o difícil e moroso processo de construção de consenso para a tomada de decisões. Soma-se a isso, a ausência da participação do Paraguai, que estava suspenso do Mercosul durante o primeiro semestre do ano corrente, e o estágio de adaptação da Venezuela aos procedimentos operacionais do bloco, o que levou à redução do número de reuniões.

No que concerne à elaboração de proposta para a implantação da nomenclatura comum de serviços no âmbito do Mercosul, destaca-se o lançamento, em 27 de março de 2013, da consulta pública com vistas à revisão da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS). Como resultado dessa revisão, foi publicada portaria conjunta da Secretaria de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e da Receita Federal (Portaria nº 1.820, de 17/12/2013), que instituiu as versões 1.1 da NBS e de suas respectivas Notas Explicativas (NEBS). Estão previstas para 2014 a elaboração da versão 2.0 da NBS, para produzir efeito a partir de 1º de janeiro de 2015, e a proposição da criação de Grupo Interministerial para adoção da NBS como referência para a construção da Nomenclatura do Mercosul para serviços.

A Decisão 30/2010 do Conselho Mercado Comum (CMC) estabeleceu as diretrizes com vistas ao estabelecimento de acordos de investimentos no Mercosul (intra e extrabloco), visto que os Protocolos de Colônia e de Buenos Aires não prosperaram, pois continham os mesmos dispositivos dos Acordos de Promoção e Proteção de Investimentos s firmados pelo Brasil e retirados do Congresso Nacional. As tratativas seguem paralisadas, sobretudo em função da resistência argentina no tema investimentos. Em que pesem as tratativas sobre a matéria no âmbito do Mercosul, o Brasil estabeleceu recentemente, no âmbito da Câmara de Comércio Exterior (Camex), diretrizes para negociação de Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFIs), cujo objetivo principal é expandir e apoiar os investimentos nacionais a terceiros países. Com foco inicial no continente africano, tal modelo de acordo já foi apresentado, com grande aceitação, para Moçambique, Angola, África do Sul, Malaui, Argélia e Nigéria. Em 2014, o Brasil pretende ampliar as iniciativas a outros países africanos e estabelecer diálogos exploratórios afins com países sul-americanos.

Em que pese a dificuldade na definição dos marcos normativos em alguns capítulos do acordo em negociação entre o Mercosul e a União Europeia, ocorreram avanços significativos nesse âmbito no ano de 2013. Mais detalhes estão na análise situacional da meta ‘Garantir condições para a negociação do acordo de comércio do Brasil com a União Europeia, bem como para as demais negociações que possam surgir’, deste objetivo.

A respeito da representação do Governo Federal nos foros de negociações de novos acordos e administração dos acordos existentes, foram enviados representantes aos seguintes eventos:

• III Reunião do Grupo de Relacionamento Externo do Mercosul, realizada em fevereiro de 2013 em Montevidéu, ocasião em que foram tratados pontos relativos a toda agenda extrarregional do bloco.

• Outras duas reuniões no âmbito do Mercosul, em julho.

• II Reunião do Grupo de Trabalho sobre "Substância e condições para a troca de ofertas Mercosul-União Europeia”, e em videoconferência Mercosul-Israel, ocasião em que foram discutidos temas relativos à agenda da próxima reunião do Comitê de Administração do ALC Mercosul-Israel.

• Videoconferência Mercosul-Índia, em julho, quando foram iniciadas discussões quanto à possibilidade de ampliação do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) Mercosul-Índia.

• Reunião do GT "ad hoc", em novembro, sobre as Negociações Mercosul-União Europeia, em Caracas, Venezuela, ocasião em que o Brasil apresentou aos sócios sua oferta em bens, serviços, compras e investimentos.

• Ao longo de 2013, negociação de acordos com Uruguai, Nicarágua, Guiana, Suriname e Bolívia.

Mais detalhes estão na análise situacional da meta ‘Garantir condições para a negociação do acordo de comércio do Brasil com a União Europeia, bem como para as demais negociações que possam surgir’, deste objetivo.

O Governo Federal participou, ainda, de encontros bilaterais para administração de acordos existentes com:

• Argentina – Houve encontros para destravar o comércio bilateral e reuniões preliminares para avançar nas negociações relativas ao setor automotivo;

• Equador – Reunião no âmbito da Comissão de Monitoramento Bilateral do Comércio a fim de tratar de temas pontuais relacionados ao ACE nº 59;

• México – Reuniões preliminares no âmbito de Grupo de Trabalho bilateral em que foi considerada possibilidade de ampliação do ACE nº 53;

• Peru – Cooperação entre zonas francas como passo para inclusão no ACE nº 58;

•África do Sul, Moçambique, Angola, Malaui e Nigéria – Reuniões bilaterais para negociação da adesão destes países ao Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFIs);

•Argélia e Marrocos – Reuniões bilaterais para apresentação a estes países do modelo de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFIs);

•Colômbia – Reunião bilateral no âmbito do ACE nº 59 com o propósito de avançar com a negociação do Protocolo Adicional de Serviços.

Com foco no continente africano, foram realizados estudos exploratórios de oportunidade para identificação de mercados-alvo prioritários para assinatura de acordos comerciais. Foram realizados, também, estudos quanto ao grau de aproveitamento de acordos extrarregionais já em vigor.

Metas 2012-2015

- **Garantir condições para a negociação do acordo de comércio do Brasil com a União Europeia, bem como para as demais negociações que possam surgir**

Análise Situacional da Meta

Em janeiro de 2013, após avanços quanto aos aspectos normativos do acordo, foi assumido o compromisso, em reunião de cúpula entre Mercosul e União Europeia, de troca de listas de oferta até o último trimestre de 2013. A partir dos resultados da consulta pública realizada em 2012 e 2013, foram realizadas reuniões com diversas entidades do setor privado. Consolidadas as posições do empresariado, a lista de oferta brasileira foi aprovada pela Camex no mês de outubro. Em novembro, o Brasil apresentou aos sócios do Mercosul sua oferta em bens, serviços, compras e investimentos e passou a trabalhar na construção de uma posição única do bloco. No final do ano, a troca de ofertas entre as partes foi prorrogada para o início de 2014.

A ampliação do acesso das exportações brasileiras a mercados está sendo atingida, entre outros, pela negociação de melhores condições nos seguintes acordos:

• Uruguai – Renegociação de protocolo adicional relativo ao comércio automotivo e de protocolo adicional referente à facilitação do comércio e solução de problemas a ele relacionados, bem como a realização de reuniões para regulamentação do Capítulo VI do 71º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica (ACE) nº 2 e de negociação de acordo bilateral, ao amparo desse acordo, que ampara o comércio preferencial de um determinado número de produtos da Zona Franca de Manaus, da Zona Franca de Colônia e da Zona Franca de Nova Palmira;

• Nicarágua – No contexto da adesão da Nicarágua à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), reuniões para tratar da Lista de Exceção da Nicarágua ao

Acordo de Preferência Tarifária Regional (APTR) nº 4 e da Lista de Abertura de Mercados;

• Guiana e Suriname – Reuniões para tratar da associação de Guiana e Suriname ao Mercosul;

• Bolívia – Reuniões para tratar da adesão da Bolívia ao Mercosul.

Em relação à administração de acordos existentes, foi realizada oficina sobre regras de origem dos acordos automotivos de preferências tarifárias dos quais o Brasil faz parte. Também foram atualizadas as regras de origem do ACE nº 35 (Mercosul – Chile) para versão 2007 do Sistema Harmonizado, com base no trabalho feito pela Secretaria Geral da Aladi.

OBJETIVO: 0817 - Promover a efetiva implantação e funcionamento das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), integrando ações públicas e privadas, com vistas ao crescimento das exportações e ao equilibrado desenvolvimento econômico e social do país.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O modelo de Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) reitera o compromisso com a agenda nacional. Atualmente, existem 24 ZPE criadas em diferentes fases pré-operacionais, distribuídas em vinte estados brasileiros. Dentre elas, quatro estão mais adiantadas: Senador Guiomard (AC), Pecém (CE), Bataguassu (MS) e Parnaíba (PI). Destacando-se que as duas primeiras receberam a autorização da Receita Federal do Brasil para funcionar (alfandegamento).

Vale ressaltar que a ZPE de Pecém foi inaugurada no dia 30 de agosto de 2013 e encontra-se em operação, inclusive com controle informatizado e movimentação diária de cargas. Essa ZPE está instalada inicialmente em uma área de 576 hectares, sendo a área total de 4.271,41 hectares, no município de São Gonçalo do Amarante (CE), no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), a cerca de 60 km de Fortaleza. O CIPP foi concebido para abrigar atividades diversas, tendo como infraestrutura e equipamentos: correia transportadora, porto, ferrovia, gasoduto, duas usinas termelétricas, energia convencional e possibilidades de utilização de formas alternativas (eólica e solar), refinaria, siderúrgica, porto e atividades industriais relacionadas. A Área de Despacho Aduaneiro (ADA), porta de entrada da ZPE, fica aproximadamente a 6 km do Porto.

Outro fato que merece registro é a inauguração da primeira etapa da ZPE de Parnaíba, no dia 28 de novembro de 2013. Na primeira etapa da obra foram investidos recursos da ordem de R$ 2 milhões, provenientes do Tesouro Estadual. Essa etapa consiste na sede do prédio administrativo, guarita para controle de entrada e saída de veículos leves e pesados e cerca perimetral.

No tocante ao marco legal referente ao regime, foi publicada a Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012, que altera a Lei nº 11.508/2007. A nova Lei, no seu artigo 22, dispõe sobre o prazo de caducidade das ZPE e estabelece competência para o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE) decidir sobre pedidos de prorrogação dos prazos de caducidade previstos na legislação, além de prorrogar, para até 31/12/2015, o prazo para as ZPE criadas até 13 de outubro de 1994 comprovarem as suas obras de implantação.

Nesse contexto, a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, alterou o prazo para comprovação do início das obras de implantação das ZPE criadas a partir de 23 de julho de 2007, passando de 24 para 48 meses. Ainda com relação ao processo de aprimoramento do arcabouço jurídico e administrativo relativos ao funcionamento das ZPE, ressalta-se que foram publicadas, em abril de 2013, três Resoluções do CZPE que tratam das responsabilidades das Administradoras das ZPE; procedimentos para apresentação de propostas de criação de ZPE; alteração de requisitos, parâmetros básicos e roteiro para apresentação e avaliação técnica de projetos industriais nas ZPE; e procedimento para declarar a caducidade de ato que cria ZPE. Em dezembro de 2013, foram publicadas mais duas Resoluções: a primeira trata da alteração da Resolução ZPE nº 1/2010, que estabelece a orientação superior da política de ZPE; e a segunda trata da alteração das Resoluções CZPE nº 5/2009 e nº 8/2010, que dispõe sobre as atribuições e reponsabilidades dos Administradores de ZPE e estabelece o procedimento para declarar a caducidade de ato que cria a ZPE, respectivamente. Além disso, houve o acompanhamento das proposições legislativas que envolvem os temas afetos ao regime ZPE.

Registre-se que foi criado, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o Grupo de Trabalho ZPE com o objetivo de propor aprimoramentos para o regime. Nesse sentido, foram realizadas visitas técnicas ao Uruguai e à Colômbia com vistas a obter informações sobre a experiência internacional referente aos regimes aduaneiros congêneres ao modelo das ZPE do Brasil. Finalmente, no âmbito das medidas de apoio à implantação das ZPE, em 2014 a Secretaria Executiva do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (SE/CZPE) continuará envidando esforços junto aos demais órgãos governamentais pertinentes no sentido de superação de eventuais entraves. Além disso, realizará reuniões com os Administradores das ZPE e com órgãos e entidades envolvidos com o regime para promover os investimentos nas ZPE e para difundir os mecanismos já disponibilizados de apoio à competitividade das exportações do Brasil.

Metas 2012-2015

- **Garantir condições para a implantação e operação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) já aprovadas pelo Conselho das ZPEs que tenham cumprido as exigências legais, técnicas e administrativas**

Análise Situacional da Meta

Conforme dispõem o §4º do inciso I do art. 2º e o art. 25 da Lei nº 11.508/2007, a Secretaria-Executiva do Conselho das Zonas de Processamento de Exportação (SE/CZPE) comprovou o início das obras de implantação das seguintes Zonas de Processamento de Exportação (ZPE): Acre (AC), Ilhéus (BA), Pecém (CE), Bataguassu (MS), Suape (PE), Parnaíba (PI), Cáceres(MT) e Macaíba (PB). Já as ZPE de Rio Grande (RS), Imbituba (SC), Teófilo Otoni (MG) e Araguaína (TO) comprovaram o início de obras antes do advento da Lei nº 11.508/2007 (no âmbito do Decreto-Lei nº 2.542/1988).

Registre-se que, em 2013, foram realizadas visitas técnicas de acompanhamento e monitoramento a oito estados brasileiros, a saber: Acre, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí e São Paulo. Ademais, foram estabelecidos contatos com os Proponentes e Administradores de ZPE e mantidas cooperações técnicas e parcerias com órgãos e entidades envolvidos no processo de implantação das ZPE.

Já no tocante aos projetos industriais aprovados pelo CZPE, podemos citar: a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) e a Vale Pecém S.A., a serem instaladas na ZPE de Pecém; a Amazon Polímeros Ind. Comércio Imp. e Exp. Ltda., a Anawa Ind. de Alimentos Ltda., e a Uniart Ind. Comércio, Imp. e Exp., a serem instaladas na ZPE de Senador Guiomard; e a DK Frutas e Concentrados do Nordeste Ltda. e a KTAFarma Indústria e Comércio, a serem implantadas na ZPE de Parnaíba.

Registre-se que todos os projetos citados atenderam ao requisito no que concerne à agregação de valor aos produtos primários já desenvolvidos na área de implantação de cada empreendimento, incentivando uma maior integração das ZPE com a economia local e regional, além de possibilitar o desenvolvimento econômico e social das respectivas regiões de influência.

Nesse contexto, vale ressaltar que as obras de implantação da CSP encontram-se em estágio avançado e as da Vale Pecém estão em estágio inicial. As demais empresas ainda não iniciaram suas obras de implantação.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

19/09/2013

OBJETIVO: 0820 - Implantar, manter e aprimorar os sistemas de informação e gestão do comércio exterior, com vistas a conferir maior celeridade, simplificação e segurança aos processos.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Atualmente, a tecnologia utilizada para a elaboração dos relatórios não atende mais os quesitos de rapidez e segurança demandados. Assim, em vez de se desenvolver novos relatórios, optou-se por reformular os existentes. A migração já ocorreu para alguns sistemas, o que proporcionou grande ganho de eficiência na realização desta tarefa.

Foram realizados diversos aprimoramentos nos módulos do Siscomex: Drawback Web (Integrado e Suspensão), Exportação Web – Novoex, Módulo Anuência LI, Importação . Foram, ainda, iniciados e/ou continuados os projetos de desenvolvimento de novos módulos, como Importação Web e Drawback Isenção Web.

Em 2013, foram implementadas 12 demandas evolutivas nos sistemas Drawback Web – Integrado e Suspensão, Siscomex Exportação Web – Novoex e Módulo Anuência LI, além de diversas outras demandas corretivas e apurações especiais para correção de erros e necessidades de ajustes nos sistemas. Esse trabalho é inerente aos próprios sistemas, que precisam acompanhar a evolução e as inovações das operações de comércio exterior.

O Módulo Anuência LI, sistema auxiliar que visa aperfeiçoar o processo de trabalho dos anuentes com a criação de filtros de deferimento de Licenças de Importação (LIs), de acordo com parâmetros pré-definidos e análise de risco, está em produção desde 2011. Em 2013 foi implantada a versão 2 do sistema, com novos campos e regras, a fim de dotar o

sistema de maiores possibilidades de combinação de parâmetros e, assim, conferir mais efetividade na gestão das análises das LIs.

Em relação ao Siscomex Importação (Projeto LI Web), toda a documentação do módulo Anuente foi revista, reorganizada, aperfeiçoada e aprovada. Durante o ano de 2013, foi realizada a revisão e aperfeiçoamento da documentação do módulo Importador, bem como a análise dos impactos nas integrações com os demais módulos do Siscomex e outros sistemas. Esse processo foi finalizado em dezembro de 2013. Durante o segundo semestre, foi iniciado o mesmo procedimento com o módulo de Tratamento Administrativo das Importações. A implantação desse projeto será feita em duas fases. Na primeira, entrarão em operação os novos módulos Anuente e Importador, previstos ainda para 2014, e, na segunda, o Tratamento Administrativo de Importação.

Outro novo sistema em desenvolvimento é o Drawback Integrado Isenção Web. Essa modalidade do regime de drawback, hoje, é cursada totalmente em papel. Assim, esse projeto não é uma evolução ou modernização de um sistema já existente. Esse é um sistema completamente novo que, com a informatização, poderá proporcionar regras de controle e concessão mais seguras e, ao mesmo tempo, mais rápidas e menos burocráticas. Toda a especificação inicial foi concebida no primeiro semestre de 2012 e, a partir daí, a DRS – Documentação de Requisitos de Sistema (Regras de Negócio, Casos de Uso, Regras não Funcionais, etc.) – foi construída e aprovada no primeiro semestre de 2013. A primeira rodada de homologação parcial do sistema foi realizada em novembro de 2013.

Houve melhorias na gestão e atualização do conteúdo dos sistemas on-line AliceWeb, AliceWeb-Mercosul e Portal Brasileiro de Comércio Exterior, como a inclusão de duas variáveis de consulta no módulo Balança Comercial do AliceWeb, além de incremento de segurança. O Portal Brasileiro de Comércio Exterior está em processo de fusão com o BrasilGlobalNet, do Ministério de Relações Exteriores, com vistas a tornar-se um novo produto. Os demais sistemas não foram objeto de incrementos.

Na área de produção de informação, a principal realização em 2013 foi a participação do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) em um estudo internacional sobre marcas e franquias, publicado em novembro de 2013 pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), intitulado “World Intelectual Property Report 2013”. O INPI também colaborou com estudo intitulado “Patent Licensing, complementary knowledge transfer and learning: Evidence from technology contracts in Brazil”, relacionado ao licenciamento internacional de tecnologia, sob responsabilidade de pesquisadores das instituições MERIT e IPP-CSIC, cujos resultados preliminares foram apresentados em novembro de 2013 no seminário “Patent Statistics for Decision Makers”, organizado no Brasil pelo INPI e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

No campo da organização de dados relativos ao mercado de tecnologia, a principal realização foi a incorporação das informações sobre contratos ao Banco de Dados de Propriedade Industrial (Badepi), do INPI, que permitiu o cruzamento dos dados cadastrais das empresas contratantes de tecnologia com a base do Instituto Brasileiro de Geográfica e Estatística (IBGE).

As principais realizações previstas para 2014 são: a produção de informações relativas à celebração de contratos de licenciamento de direitos e o fornecimento de tecnologia por porte de empresa; o avanço da funcionalidade do Badepi; e a especificação do novo sistema de dados para o sistema online de contratos do INPI.

Em 2012, foram realizados seis seminários de operações de comércio exterior, em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis, Porto Alegre e Curitiba. Em 2013, foram realizados mais seis seminários, em Brasília, Rio de Janeiro, Fortaleza, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre.

Metas 2012-2015

- **Ampliar os serviços disponíveis do Fala Exportador no COMEX Responde, mantendo o padrão de qualidade, tempo médio de resposta de 2 dias úteis e índice de satisfação de 80%**

  Análise Situacional da Meta

  Por meio do serviço agora denominado Comex Responde, foram recebidas 2.898 consultas (crescimento de 12,5% em relação a 2012), provenientes de 49 países, de todas as Unidades da Federação e de 487 municípios brasileiros, com o

tempo médio de resposta de quatro dias. Quanto ao índice de satisfação, o resultado foi de 77,6%. O indicador está subutilizado, pois a parte qualitativa do índice não pode ser mais avaliada por plena ocupação da equipe responsável pela meta. O tempo médio de resposta também tem aumentado por conta da inclusão de novos prestadores do serviço, o que permite aumento na sua qualidade do serviço. Ademais é possível notar um aumento na qualificação das perguntas. A inclusão de novos prestadores no serviço "COMEX Responde" significa a ampliação do serviço para abranger novos órgãos anuentes do comércio exterior, integrantes da Administração Pública. Em outras palavras, houve aumento do número de parceiros que passaram a receber e, por conseguinte, esclarecer consultas do público por meio do "COMEX Responde". Assim, a ampliação do serviço na forma do aumento do número de órgãos participantes e dos temas cobertos contribuiu, no ano de 2013, para o aumento do tempo médio de resposta.

Em 2 de outubro de 2013, foi publicada a Resolução nº 78 da Câmara de Comércio Exterior (Camex), que dispõe sobre a prestação, na Internet, de informações pertinentes ao comércio exterior brasileiro. A Resolução citada amplia o serviço visando à integração dos órgãos atuantes no comércio exterior para a facilitação do comércio entre o Brasil e os demais países.

- **Aumentar em 20% o número de empresas brasileiras que utilizam o regime aduaneiro especial de drawback**

Análise Situacional da Meta

Ao longo do período de vigência do PPA, diversas melhorias nos sistemas envolvidos com as operações de drawback, bem como simplificações de procedimentos, proporcionarão maior facilidade para o operador. A evolução do Siscomex Exportação Web, a modernização da plataforma do Drawback Suspensão e do Drawback Integrado e a implantação do Drawback Isenção Web visam integrar melhor as informações, aumentando a eficiência dos controles das operações, gerando maior segurança aos operadores. Com maior confiança no mecanismo, o incremento da participação de empresas é a consequência esperada. Além disso, tem sido feita uma intensa divulgação tanto do mecanismo como de seus procedimentos por meio dos seminários de comércio exterior para esclarecer os usuários atuais e alcançar outros potenciais usuários. Desta forma, a meta deverá ser atingida ao final do prazo , com aumento gradual ao longo do tempo: 2011: 2.557 empresas; 2012: 2.374 empresas; 2013: 2.126 empresas . Ressalta-se que o resultado não reflete a quantidade de CNPJ e sim o número de empresas, o que acaba por abranger, inclusive, as filiais.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

20/12/2013

- **Criar ambiente-usuário, disponibilizando ferramenta de Business Intelligence (BI) e de análise estatística de comércio exterior**

Análise Situacional da Meta

O cronograma de desenvolvimento e conclusão do projeto de Business Intelligence (BI), apresentado em outubro de 2012, não foi cumprido, uma vez que não ocorreu a renovação do contrato. Foi concluído novo processo licitatório, em agosto de 2013, para contratação de empresa para dar continuidade ao projeto.

- **Desenvolver o módulo Drawback Integrado Isenção Web, informatizando o processo de análise, concessão e controle das operações**

Análise Situacional da Meta

Trata-se de um novo sistema para a informatização de processo hoje cursado totalmente em papel. Toda a documentação do sistema – regras de negócio, casos de uso, regras não funcionais etc. – foi construída, analisada e aprovada ao longo do segundo semestre de 2012 e primeiro semestre de 2013. A partir daí, o sistema passou para a etapa de desenvolvimento. Em razão da sua complexidade e por ser um sistema novo, esse processo levou mais tempo do que o previsto inicialmente, causando a reprogramação da disponibilização aos usuários para 2014. O início da fase de homologação se deu em novembro de 2013, com a realização da 1ª etapa de homologação parcial, de quatro etapas previstas. A programação de desenvolvimento deste projeto prevê a implantação do sistema para a metade do ano de 2014.

(A unidade de medida desta meta é 'percentual de execução'.)
Quantidade alcançada

65
Data de Referência

20/12/2013

- **Desenvolver o módulo Licença de Importação WEB, a fim de facilitar o acesso, integrar e harmonizar o sistema com os demais módulos do SISCOMEX e dar maior agilidade às operações de importação**

Análise Situacional da Meta

Toda a documentação do módulo Anuente foi revista, reorganizada, aperfeiçoada e aprovada. No momento, este módulo está em fase de desenvolvimento. Durante o ano de 2013, foi realizada a revisão e aperfeiçoamento da documentação do módulo Importador, bem como a análise dos impactos nas integrações com os demais módulos do Siscomex e outros sistemas. Esse processo foi finalizado em dezembro de 2013. Durante o segundo semestre de 2013, foi iniciado o mesmo procedimento com o módulo de Tratamento Administrativo das Importações. A implantação desse projeto será feita em duas fases. Na primeira entrarão em operação os novos módulos Anuente e Importador, previstos ainda para 2014, e, na segunda, o Tratamento Administrativo de Importação.

(A unidade de medida desta meta é 'percentual de execução'.)
Quantidade alcançada

60
Data de Referência

20/12/2013

- **Desenvolver o sistema Gerencial Drawback, que possibilitará a extração de dados necessários ao acompanhamento das operações e adoção de medidas de estímulo ao uso desse regime aduaneiro, possibilitando o crescimento das exportações brasileiras**

Análise Situacional da Meta

O módulo Drawback não possui, hoje, ferramenta gerencial que possibilite uma gestão mais eficiente do mecanismo. Em 2012 foi iniciado um esboço do que pode vir a ser o sistema Gerencial Drawback com a implantação de alguns relatórios periódicos das operações cursadas no sistema. Além disso, o novo sistema Drawback Isenção Web já foi especificado com possibilidades de extração de informações gerenciais mais efetivas. Com isso, o projeto de desenvolver esse novo sistema vai aos poucos sendo delineado e, em momento oportuno, com a experiência adquirida com as implantações acima referidas, será iniciado. É preciso, também, eleger as prioridades para a alocação de pessoal pelo desenvolvedor do sistema, além de pessoal para acompanhar o projeto. Com o advento do Portal Único de Comércio Exterior, coordenado pela Secretaria de Comércio Exterior e pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, a maior parte dos recursos disponíveis foram alocados para o Portal, e esta meta precisou ser realocada para período posterior, quando houver mais recursos disponíveis.

(A unidade de medida desta meta é 'percentual de execução'.)
Quantidade alcançada

10
Data de Referência

20/12/2013

- **Desenvolver o sistema Gerencial Registro de Exportação (RE), que possibilitará a extração de dados necessários ao acompanhamento e adoção das políticas relativas ao crescimento das exportações brasileiras**

Análise Situacional da Meta

A documentação do sistema, após um longo processo de definições e priorização junto ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), foi aprovada e encaminhada para a fase de desenvolvimento no primeiro semestre de 2012. A previsão para homologação do sistema era para o final de 2012, mas foram verificados problemas nas definições da solução tecnológica adotada pelo Serpro e que determinaram a suspensão do projeto. Diversas reuniões sobre o assunto foram realizadas para alcançar uma solução satisfatória e, apesar de impor diversas limitações às necessidades iniciais, o sistema foi liberado para homologação em julho de 2013. Durante a homologação foram

verificadas inconsistências da aplicação desenvolvida com o que havia sido especificado como necessidade e, em razão de novos problemas relacionados à solução tecnológica utilizada, o projeto foi novamente suspenso para novas tratativas em torno de uma solução definitiva. Não há, ainda, expectativa para finalização do projeto.

(A unidade de medida desta meta é 'percentual de execução'.)

Quantidade alcançada

80

Data de Referência

20/12/2014

- **Realizar 48 seminários focados em operações de comércio exterior, sendo 24 internos e 24 externos**

Análise Situacional da Meta

Já foram realizados 12 seminários de operações de comércio exterior: 2 em Brasília, 2 em São Paulo, 2 no Rio de Janeiro, 2 em Porto Alegre, 1 em Florianópolis, 1 em Curitiba, 1 em Fortaleza e 1 em Belo Horizonte. A expectativa era pela realização de 12 seminários por ano de vigência do PPA. Porém, como se trata de um projeto novo, inicialmente foi preciso consolidar o formato ideal do evento e buscar parcerias, o que inviabilizou o atingimento dessa meta no primeiro ano. No segundo ano a dificuldade foi a disponibilidade de equipe e recursos financeiros para deslocamento, considerando, ainda, as necessidades de treinamento de pessoal, e o início do programa Portal Único de Comércio Exterior, que foi eleito como prioritário para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Mesmo assim, a avaliação é altamente positiva, com diversas manifestações de satisfação pelos resultados, tanto pelos parceiros locais, como pelo público. Mesmo estando abaixo da meta esperada, a disseminação das informações, esclarecimentos de dúvidas e orientações aos usuários tem se refletido no fluxo das operações de comércio exterior, tendo em vista que os operadores estão mais esclarecidos em relação aos procedimentos corretos que precisam ser cumpridos.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

20/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	26	quantidade/ano	2	20/12/2013
Região Nordeste	4	quantidade/ano	1	20/12/2013
Região Norte	1	quantidade/ano	0	20/12/2013
Região Sudeste	10	quantidade/ano	5	20/12/2013
Região Sul	7	quantidade/ano	4	20/12/2013

- **Reduzir de dez para cinco dias o prazo de atualização e disponibilização das publicações dos dados do comércio exterior brasileiro e das informações do Sistema AliceWeb**

Análise Situacional da Meta

A meta foi parcialmente alcançada, com redução, em média, para 6 dias úteis. A expectativa de alcançar os 5 dias úteis depende de aperfeiçoamento da infraestrutura e do sistema de carga.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2013

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2076 - Turismo

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Chegadas de turistas internacionais	milhão	31/12/2010	5,16	31/12/2012	5,6768
Estoque de empregos formais nas Atividades Características do Turismo (ACTs)	milhão	31/12/2010	2,53	31/12/2013	3,0141
Índice de Competitividade do Turismo Nacional	pontos	31/12/2010	56	31/12/2013	58,8
Receita cambial gerada pelo turismo	US$ bilhão	31/12/2010	5,7	31/12/2013	6,709
Viagens realizadas no mercado doméstico	milhão	31/12/2010	186	31/12/2013	201,76

Observações:

Chegadas de turistas internacionais - Resultado referente a 2012, cf. 'Anuário Estatístico de Turismo - 2013' (vol. 40, ano base 2012), disponível em http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/anuario/.

Estoque de empregos formais nas Atividades Características do Turismo (ACTs) - Fonte: MTur

Índice de Competitividade do Turismo Nacional - Resultado referente a 2013, cf. 'Índice de Competitividade do Turismo Nacional – Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Relatório Brasil 2013', disponível em http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/01estudos_indutores.html.

Receita cambial gerada pelo turismo - Resultado acumulado no ano de 2013, cf. relatório 'Receita e despesa cambial turística'.
http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/receita_cambial/

Viagens realizadas no mercado doméstico - Fonte: Estimativa MTur

OBJETIVO: 0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Análise Situacional do Objetivo

Em 2013, celebraram-se contratos de repasse para mais de 1.500 destinos turísticos envolvendo implantação, melhoria e recuperação de infraestrutura turística. Os recursos envolvidos foram da ordem de R$ 1,7 bilhão, dos quais R$ 697 milhões no âmbito do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) para a construção, reforma e adequação de 13 Centros de Convenções e Eventos nas cinco regiões do País e para a sinalização turística de 34 cidades históricas.

Em 2013, os bancos públicos federais, financiaram projetos no valor de R$ 13.508 milhões, sendo R$ 4.285 milhões do Banco do Brasil, R$ 7.167 milhões da Caixa Econômica Federal, R$ 909 milhões do BNDES, R$ 726 milhões e R$ 421 milhões do Banco da Amazônia.

Na preparação do Brasil para os grandes eventos esportivos, celebraram-se 23 contratos de repasse, envolvendo recursos da ordem de R$ 79 milhões, para obras de acessibilidade, sinalização turística e centros de atendimento ao turista, em dez cidades-sede da Copa do Mundo. Destinaram-se R$ 483 milhões para obras, que incluem: a) Centros de Eventos, Convenções, Culturais: 97 obras, no valor de R$ 80 milhões; b) Centros de Atendimento ou de informação aos Turistas: 08 unidades, com custo da ordem de R$ 3 milhões; c) Sinalização Turística: 61 obras apoiadas com recursos da ordem de R$ 43 milhões; d) Portais e Pórticos: 134 obras apoiadas no valor de R$ 50 milhões; e) Infraestrutura Viária (pavimentações): 237 obras no valor de R$ 167 milhões; f) Construção/Reforma de Praças: 507 obras no valor de R$ 240 milhões.

O Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo busca organizar intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística por meio de ações voltadas para o planejamento das regiões turísticas. O Programa de

Desenvolvimento do Turismo Nacional (Prodetur Nacional) deu continuidade ao aporte de recursos para apoiar estudos, planos, projetos, fortalecimento institucional e infraestrutura (projetos e obras). Ofereceu-se também apoio técnico à preparação das propostas estaduais e municipais de financiamento. Destaca-se o empenho de cerca de R$ 74 milhões, sendo R$ 2,1 milhões destinados à realização de planos e avaliação ambiental e R$ 71,9 milhões para a elaboração de projetos de engenharia e para a execução de obras.

O Pronatec Turismo, parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), beneficiou 120 cidades em três diferentes linhas: Pronatec Copa, com parceria dos órgãos municipais de turismo, que identificam a demanda para suprir a necessidade de mão de obra mediante a qualificação de pessoas interessadas (21 cursos do eixo tecnológico Turismo, hospitalidade e lazer); Pronatec Copa na Empresa, com parceria das secretarias estaduais de turismo, dos órgãos municipais de turismo das 12 cidades-sede da Copa de 2014, e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), articulando os empresários do setor para proporcionar cursos de aperfeiçoamento profissional. ; Pronatec Copa Social, em parceria com o Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (Sesi), procurando qualificar os jovens egressos do Projeto ViraVida (http://www.viravida.org.br/), objetivando a sua inserção no mercado de trabalho do turismo (37 cursos dos eixos tecnológicos Turismo, hospitalidade e Lazer, Gestão e negócios, e Idiomas).

No fortalecimento ao crédito, manteve-se parceria com instituições financeiras federais, com desembolsos de R$ 13,51 bilhões em operações de capital de giro e investimento (set/2013), incremento de 20,6%.

Quanto ao financiamento de projetos para construção, expansão e modernização de hotéis e pousadas, os agentes financeiros federais já têm contratadas 254 operações de crédito, no montante de R$ 2,2 bilhões, com investimentos totais da ordem de R$ 3,5 bilhões. Os valores investidos viabilizaram a reforma de 7,5 mil unidades habitacionais e promoveram o acréscimo de 13,5 mil quartos na capacidade hospedeira do país.

No âmbito da promoção da sustentabilidade (social, ambiental e cultural) e da qualidade do turismo, deu-se continuidade ao Programa Passaporte Verde. Uma das ações foi a distribuição de cartilhas aos turistas, propiciando-lhes a reconhecer seu papel na conservação do meio ambiente. Em sustentabilidade social e no combate a situações de vulnerabilidade humana, foi realizada, antes e durante a Copa das Confederações, campanha contra a exploração sexual de crianças e adolescentes nos locais de circulação de turistas. Esse material também chegou a hotéis, bares, restaurantes, agências de viagens e empresas de transportes. A campanha, sob o slogan “Proteja – não desvie o olhar”, estimula a população a denunciar abusos pelo telefone, o “Disque 100”.

As operadoras e agências de viagem poderão ser beneficiadas com isenção do Imposto de Renda em remessas efetuadas ao exterior para pagamento de despesas com a venda de pacotes, nos termos da Lei nº 12.810/13.

A Resolução nº 23/2013, da Câmara de Comércio Exterior (Camex), vinculado ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), isentou os parques aquáticos de tarifas para importação de equipamentos, o que contribui para incentivar a instalação e a modernização destes empreendimentos no Brasil.

O Programa de Regionalização do Turismo (PRT) foi reformulado para um diagnóstico, com oito eixos de gestão, estruturação e promoção: gestão; planejamento e posicionamento de mercado; qualificação profissional; empreendedorismo e promoção de investimento; infraestrutura; informação ao turista; promoção e apoio à comercialização; e monitoramento.

Quanto à segmentação do turismo, a iniciativa principal foi o apoio a projetos de fortalecimento do turismo religioso. Abriu-se processo seletivo, selecionando-se cinco projetos voltados para a elaboração de planos de posicionamento de mercado. Outros assuntos correlatos à segmentação foram o Programa Turismo Acessível (pacote de incentivos à estrutura e promoção de acessibilidade) e as atividades do Grupo de Trabalho de Turismo Náutico. Por sua vez, o segmento "Viaja Mais - Melhor Idade" buscou alcançar os 23,5 milhões de pessoas acima de 60 anos no Brasil – que são 12,1% da população brasileira, de acordo com o IBGE. Por meio de parceria com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, esse público pode fechar pacotes parcelados em até 48 vezes com juros reduzidos.

A Portaria MTur nº 197/2013 tornou o Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que Atuam no Setor do Turismo (Cadastur), mais simples e inclusivo. As novas regras permitem que os microempreendedores individuais façam parte do cadastro de prestadores de serviço do setor em qualquer atividade. Para algumas modalidades de serviço

turístico, o registro é obrigatório (conforme a Lei nº 11.771/2008), como meios de hospedagem, agências de turismo, transportadoras turísticas, organizadoras de eventos, parques temáticos, acampamentos turísticos e guias de turismo.

O Sistema Nacional de Classificação dos Meios de Hospedagem (SBClass) classifica sete tipos de meios de hospedagem: hotel, resort, flat, pousada, hotel fazenda, hotel histórico e cama & café. O processo de classificação consiste na avaliação, pelo Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), das condições de infraestrutura, prestação de serviços e critérios de sustentabilidade. Com a edição da Portaria MTur nº 311/2013, a fiscalização dos prestadores turísticos poderá advertir, multar, interditar e até pedir o cancelamento do registro dos prestadores que estiverem prestando serviço sem o cadastro e que não apresentarem informações referentes ao exercício de suas atividades ou deixarem de fornecer dados sobre o perfil dos hóspedes, como taxa de ocupação, permanência média e números de hóspedes por unidade habitacional.

Em 2013, 417 municípios utilizaram o Sistema Nacional de Registro de Hóspedes (SNRHos), com 7,5 milhões de Fichas Nacionais de Registro de Hóspedes. Esse sistema armazena, as fichas preenchidas pelos hóspedes no check-in para qualificar, modernizar e tornar mais eficiente o levantamento de estatísticas sobre o turismo no país, bem como trazer maior segurança aos empreendimentos e aos turistas.

Metas 2012-2015

- **Cadastrar 33.852 prestadores de serviços turísticos**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 fizeram-se 11.046 novos cadastros, totalizando de 45.479 cadastros regulares em 31 de dezembro de 2013. O total de 2012 e 2013 é de 30.606 novos cadastros, o que representa 90,4% do previsto para o quadriênio 2012-2015.

Quantidade alcançada

30.606

Data de Referência

17/01/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	5.876	unidade	4.106	20/01/2014
Região Nordeste	5.020	unidade	5.830	20/01/2014
Região Norte	1.536	unidade	1.535	20/01/2014
Região Sudeste	14.615	unidade	13.040	20/01/2014
Região Sul	6.805	unidade	6.095	20/01/2014

- **Classificar 2.000 empreendimentos turísticos**

Análise Situacional da Meta

O Sistema Nacional de Classificação dos Meios de Hospedagem (SBClass) tem demonstrado um processo lento de adesões por parte dos meios de hospedagem, classificando 28 empreedimentos turísticos em 2013, totalizando 49 classificações no biênio 2012/2013.

Após a assinatura do acordo de cooperação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que atuará como captador e disseminador do sistema, espera-se que a velocidade das adesões irá aumentar.

O SBClass foi desenvolvido com o apoio da maioria das entidades representativas do setor de meios de hospedagem. Ainda assim, pelo caráter voluntário do sistema, a grande maioria dos meios de hospedagem optou por não aderir ao sistema. Alguns outros fatores vêm sendo identificados como limitadores das adesões: i) o SBClass é um sistema pago ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), pelos custos da auditoria; ii) ainda não há um reconhecimento dos meios de hospedagem sobre os benefícios em se classificar; iii) muitos empresários não se dispõem a dedicar tempo suficiente para seguir o passo-a-passo do sistema. O SBClass foi desenvolvido com foco, principalmente, nos meios de hospedagem independentes, ou seja, que não são associados às grandes redes hoteleiras, que já possuem padrões próprios e clientela própria e, portanto, não têm interesse em aderir ao SBClass. Em número de estabelecimentos, a maioria se enquadra como micro ou pequena empresa. O acordo de cooperação celebrado entre o MTur e o Sebrae contém a proposta de implantação de uma solução conjunta em que o Sebrae irá atuar como

disseminador do sistema em toda sua rede nacional, através da realização de oficinas e apoio aos empresários em todo o processo. Espera-se, com esta medida, ampliar o conhecimento e acesso ao SBClass. Além disso, o MTur vem estudando uma reestruturação do SBClass envolvendo novos parceiros, simplificando o sistema e tornando a adesão gratuita.

Quantidade alcançada

49

Data de Referência

20/01/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	595	unidade	6	31/12/2013
Região Nordeste	523	unidade	12	31/12/2013
Região Norte	163	unidade	5	31/12/2013
Região Sudeste	450	unidade	17	31/12/2013
Região Sul	269	unidade	9	31/12/2013

- **Qualificar 186.750 gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo**

Análise Situacional da Meta

O alcance da meta restou prejudicado em decorrência da suspensão dos repasses de recursos e a consequente interrupção da execução dos convênios celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos, por força do Decreto nº 7.592, de 28 de outubro de 2011, que determinou a suspensão dos convênios até a avaliação da regularidade da respectiva execução. Após análises pelo MTur, dos 51 instrumentos analisados, apenas um foi considerado apto a retomar a execução. Os demais foram acionados a restituir, integral ou parcialmente, os recursos recebidos, ou foram encaminhados com indicação para instauração de Tomadas de Contas Especial (TCE). Nesse contexto, somente os convênios celebrados com a Prefeitura de Santos (SP), a Secretaria Estadual de Turismo de Mato Grosso, a Secretaria Municipal de Turismo de Boa Vista (RR), a Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer do Acre e a Secretaria de Estado de Turismo do Rio Grande do Norte não foram suspensos por força do Decreto nº 7.592. No entanto, desses cinco instrumentos, apenas nos convênios com Santos, Mato Grosso e Rio Grande do Norte foram executados os cursos de qualificação destinados aos gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo no ano de 2012/2013. Desse modo, foram qualificadas 1.042 pessoas em 2012 e 212 em 2013, perfazendo um total de 1.254 qualificações no período.

Quantidade alcançada

1.254

Data de Referência

15/01/2014

OBJETIVO: 0738 - Estruturar, qualificar e promover os destinos turísticos brasileiros para os megaeventos esportivos.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Análise Situacional do Objetivo

Como estratégia para a elevação da qualidade da oferta dos serviços aos turistas, busca-se qualificar e priorizar o aperfeiçoamento de profissionais da cadeia produtiva do turismo, assim como suprir a necessidade de mão de obra no setor. A escolha do Brasil como sede dos eventos da Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014 e Olímpiadas 2016 representa uma oportunidade para deixar como legado uma imagem positiva do País para aqueles que estarão visitando as cidades brasileiras.

Apoiaram-se, conforme matriz de responsabilidade da Copa do Mundo 2014, 39 projetos de sinalização turística, centros de atendimento aos turistas móveis e fixos (CATs) e acessibilidade à atrativos turísticos nas 12 cidades sede que receberão os jogos da Copa. São 13 contratos para construção, reforma, adequação e compra de veículos para CATs, 14

contratos para acessibilidade a atrativos turísticos e 12 contratos para sinalização turística nas cidades sede.

Nos cursos de qualificação para o setor de turismo, 71.574 pessoas concluíram a qualificação. Até junho de 2014, disponibilizar-se-ão mais 33 mil vagas para os cursos de qualificação para o mercado de trabalho do setor de turismo. Para as Olimpíadas de 2016, oferecem-se cursos de qualificação da segurança pública em idiomas nas cinco cidades em que se sediarão jogos durante as olimpíadas.

Algumas ações feitas durante a Copa das Confederações, foram: a) estímulo à adesão dos empreendimentos ao Sistema Brasileiro de Classificação dos Meios de Hospedagem (SBClass) mediante uma força-tarefa mobilizou as unidades federativas a aderirem ao Sistema; b) realização da campanha "Pátria de Chuteiras" (incentivo à receptividade brasileira aos turistas, nacionais e estrangeiros, da Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014); c) estudo da demanda turística da Copa das Confederações; d) campanha contra a exploração sexual de crianças e adolescentes nos locais de grande circulação de turistas com distribuição de materiais publicitários nas cidades-sede do evento (Salvador, Brasília, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro e Belo Horizonte).

No tocante à Copa do Mundo 2014, realizaram-se visitas às cidades-sede, buscando dialogar com entidades do setor hoteleiro acerca dos preços a serem praticados nos megaeventos esportivos. Além disso, criou-se um comitê para avaliar a quantidade de diárias de quartos de hotel reservadas pela operadora oficial da FIFA, nas cidades-sede da Copa do Mundo 2014. O objetivo é verificar se existe concentração de mercado que possa ser qualificada como cartel, de forma a evitar eventuais abusos nos preços da hospedagem durante o Mundial. Também se continuou com ações do Projeto Parques da Copa (Ecoturismo e Turismo de Aventura), da campanha do Pronatec Copa, iniciada em 2012 (publicidade informativa sobre as oportunidades e lançamento deste programa de qualificação profissional); campanha "Pátria de Chuteiras" (incentivo à receptividade brasileira aos turistas, nacionais e estrangeiros, da Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014). Algumas dessas ações poderão ter desdobramentos para os Jogos Olímpicos do Rio 2016.

Especificamente em relação aos Parques para a Copa, em outubro de 2013 elaborou-se o projeto base para subsidiar a assinatura de um termo de cooperação entre o Ministério do Turismo (MTur), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), bem como a priorização dos investimentos a serem realizados nos parques nacionais selecionados no programa.

Metas 2012-2015

- **Qualificar 162.000 profissionais da linha de frente do turismo, com foco nas cidades-sede da Copa do Mundo FIFA de Futebol**

  Análise Situacional da Meta

  No intuito de elevar a qualidade dos serviços prestados aos turistas que visitarão o Brasil durante a realização dos grandes eventos esportivos, o Ministério do Turismo (MTur), em parceria com o Ministério da Educação (MEC), irá ofertar 157 mil vagas de qualificação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Foram selecionados 120 municípios (cidades-sede da Copa do Mundo 2014 e seus entornos, além de destinos turísticos consolidados nacional e internacionalmente).

  De acordo com a demanda identificada em cada localidade, de responsabilidade dos órgãos municipais e estaduais de turismo, podem ser ofertados até 54 cursos do Guia de Cursos FIC (Formação Inicial e Continuada). Os cursos selecionados pelo MTur podem ser ofertados aos municípios que aderiram ao Programa da seguinte forma: no âmbito do Pronatec Copa, podem ser ofertados 21 cursos do Eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer para pessoas interessadas em se qualificar com vistas a ingressar no mercado de trabalho, suprindo carência de mão de obra qualificada do setor de turismo na respectiva região. Para os trabalhadores que já estão no setor, o Pronatec Copa na Empresa ofertará até 54 cursos, dentre eles, os de idiomas, visando o aperfeiçoamento dos profissionais, de maneira a elevar a qualidade dos serviços prestados aos turistas. O MTur firmou uma parceria com o Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (Sesi) e, por meio do Pronatec Copa Social, irá qualificar os jovens egressos do Projeto ViraVida e seus familiares, visando o ingresso dessa mão de obra no mercado de trabalho do setor de turismo. Serão oferecidos 37 cursos nos eixos tecnológicos: Turismo, hospitalidade e lazer; Gestão e Negócios e Idiomas.

  Para atender uma demanda dos profissionais do setor, relativa à qualificação em idiomas, foi solicitada ao Ministério

da Educação a inclusão dos cursos de inglês e espanhol no Guia Pronatec de Cursos FIC e, para dar suporte a essa ação, houve o aporte de recursos do MTur para o Fundo Nacional de Educação(FNDE), autarquia vinculada ao MEC, no montante de R$ 16.320.000,00 (dezesseis milhões e trezentos e vinte mil reais), destinados a qualificar aproximadamente 12 mil profissionais do setor. O Programa foi reformulado em 2012, passando a ser intitulado como Pronatec Turismo, abrangendo três linhas de ação: Pronatec Copa, Pronatec Copa na Empresa e Pronatec Copa Social. Com essa reformulação, o MTur passou a trabalhar de forma descentralizada,tendo como parceiros (demandantes adjuntos) as secretarias estaduais e os órgãos municipais de turismo, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e o Conselho Nacional do Sesi, oficializando a parceria por meio de acordos de cooperação. O Programa encontra-se atualmente com 124.965 matriculados. Dessas matrículas, 51.120 foram realizadas em 2012 e 73.845 em 2013. A meta para o ano de 2014 é ofertar 33 mil vagas.

Quantidade alcançada

124.965

Data de Referência

17/01/2014

OBJETIVO: 0739 - Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Análise Situacional do Objetivo

A promoção do turismo interno e do produto turístico brasileiro é incentivada prioritariamente por meio da veiculação de campanhas promocionais; ações de publicidade e propaganda; além da produção de material institucional e de divulgação.

Nesse sentido, foram veiculadas as seguintes campanhas em 2013, totalizando sete:

I. Continuação da Campanha do Pronatec Copa, iniciada em 2012 (publicidade informativa sobre as oportunidades e lançamento desse programa de qualificação profissional);

II. Campanha do Viaja Mais – Melhor Idade (programa de incentivo às viagens na terceira idade);

III. Campanha informativa sobre o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass);

IV. Campanha “Pátria de Chuteiras” (incentivo à receptividade brasileira aos turistas, nacionais e estrangeiros, da Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014);

V. Campanha ENEM;

VI. Campanha Turismo Acessível e; VII. Campanha Turismo Interno.

Além das campanhas veiculadas em TV, revistas, jornais, painéis em aeroportos, e mobiliário urbano, também são usadas mídias sociais e internet para publicidades institucionais e dos destinos turísticos brasileiros.

Em relação às ações de apoio à comercialização, destaca-se, até o momento, a participação do Ministério do Turismo (MTur) nos seguintes eventos:

I) Salão Paranaense de Turismo; II) Salão Mineiro de Turismo; III) Salão Baiano de Turismo; IV) World Travel Market (WTM) Latin America; V) Encontro Catarinense de Hoteleiros – Encatho; VI) Encontro Internacional sobre Hotelaria e Gastronomia - Equipotel; VII) Festival de Turismo das Cataratas; VIII) Feira da Associação Brasileira de Agências de Viagens - ABAVE.

O Ministério participa desses eventos através de locação de estande para distribuição dos materiais de divulgação dos programas, projetos e ações vigentes no MTur. Também realiza capacitações de agentes de viagens, operadores e profissionais do turismo, de acordo com o tema proposto pelos organizadores dos eventos.

Outro projeto de apoio à comercialização foi o relançamento do Viaja Mais - Melhor Idade. O objetivo do projeto é movimentar o mercado brasileiro de turismo, especialmente nos períodos de baixa temporada, por meio da oferta de pacotes turísticos promocionais ao público da terceira idade. Por meio de parceria com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, os pacotes poderão ser parcelados pelo público em até 48 vezes com juros reduzidos. Para participar

do Viaja Mais - Melhor Idade, as operadoras precisam estar inscritas regularmente no Cadastur (Sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo) e oferecer benefícios ou vantagens exclusivas para o público-alvo. O projeto estuda, ainda, a possibilidade de ampliação dos benefícios para os trabalhadores e profissionais da cadeia do turismo, também com a oferta de linhas de financiamento especiais e descontos em pacotes.

Em 2013 e anos anteriores, o Ministério do Turismo visitou as cidades-sede da Copa do Mundo, buscando dialogar com entidades do setor hoteleiro acerca dos preços a serem praticados nos megaeventos esportivos e, em última análise, garantir preços atrativos para os turistas, nacionais e estrangeiros. Além disso, um comitê formado pelo Governo Federal foi criado para avaliar a quantidade de diárias de quartos de hotel reservadas pela operadora oficial da FIFA, nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014. O objetivo é verificar se existe concentração de mercado que possa ser qualificada como cartel, de forma a evitar eventuais abusos nos preços da hospedagem durante o Mundial. O Comitê Interministerial para a Copa do Mundo de 2014 é integrado por representantes dos ministérios da Casa Civil, da Justiça, do Turismo, do Esporte e da Secretaria de Aviação Civil. Essas realizações se materializarão na campanha "Jogo Limpo", com estreia em fevereiro de 2014.

Metas 2012-2015

- **Realizar 16 campanhas promocionais voltadas para o mercado doméstico**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, realizaram-se sete campanhas e ações de divulgação que enfatizaram o incentivo ao turismo doméstico, algumas delas apresentando o tema da Copa do Mundo. São elas: Viaja Mais – Melhor Idade; SBClass; Pátria de Chuteiras; ENEM; Pronatec Copa; Turismo Acessível; e Turismo Interno. A elas se adicionam seis outras realizadas em 2012.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

20/01/2014

OBJETIVO: 0740 - Divulgar no exterior a imagem do país, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como apoiar a internacionalização das empresas brasileiras do segmento.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Análise Situacional do Objetivo

O gasto dos estrangeiros no Brasil em 2013, entre os meses de janeiro e dezembro, foi 1,0% maior que no mesmo período do ano anterior. O acumulado chegou a US$ 6,709 bilhões em 2013, enquanto os visitantes internacionais deixaram aqui US$ 6,645 bilhões nos doze meses de 2012. Importante assinalar que esse resultado ocorre em um cenário de forte desvalorização cambial do real frente ao dólar, o que reduz o quantum gasto em dólar dos turistas estrangeiros no Brasil, além de grave crise financeira mundial, afetando tradicionais emissores de turistas para o Brasil, tais como Espanha, Portugal e Itália – países situados entre os 10 maiores mercados para nosso turismo receptivo internacional.

A entrada de divisas no Brasil por meio de viagens internacionais cresceu 170% desde 2003 – quando a Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) passou a cuidar exclusivamente da política de promoção turística do Brasil no exterior – até 2013. Segundo dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), o fluxo de dólares no turismo mundial cresceu 102%, de 2003 a 2012 (a informação de 2013 ainda não está disponível). No mesmo período, no Brasil, essa taxa foi de 168% – de US$ 2,479 bilhões em 2003, o valor saltou para US$ 6,705 bilhões em 2012. Ou seja, o crescimento do Brasil foi superior à média mundial.

O Brasil também bateu mais um recorde de entrada de turistas estrangeiros e recebeu 5,67 milhões de visitantes internacionais em 2012, último dado disponível. Em comparação com o ano anterior, houve crescimento de 4,5%. A média mundial, segundo a OMT, foi de 3,8%. A maior contribuição foi dos turistas vindos da América do Sul, com crescimento de 7,4%, chegando a representar um em cada dois estrangeiros que o país recebeu. No total, o continente sul

americano foi responsável por 49,7% do receptivo de visitantes estrangeiros, somando 2,8 milhões de turistas. O resultado ajudou a compensar quedas de alguns países europeus e norte-americanos, mais afetados pela crise econômica. No total, o continente europeu apresentou leve crescimento de 1,9%.

Os dados destacam os números dos chamados BRICS. O número de turistas russos que visitaram o país em 2012 subiu 12% em relação ao ano anterior. A China teve crescimento de 18%, e a Índia, de 3%. No entanto, o grupo ainda corresponde a aproximadamente 110 mil turistas, quantitativo que sugere a existência de uma grande margem de crescimento nos referidos mercados.

Já de acordo com o relatório anual da International Congress and Convention Association (ICCA, Associação Internacional de Congressos e Convenções), divulgado em maio de 2013, o Brasil manteve a posição de 7º colocado em recebimento de eventos internacionais – sendo o único da América Latina entre os 10 primeiros. Ao todo, em 2012, o país recebeu 360 eventos classificados como internacionais segundo os critérios da ICCA – o que representou um crescimento de 18% em relação ao ano anterior, quando foram realizados 304 eventos. O crescimento de eventos captados pelo país foi de 480% desde 2003.

O aumento de 57 para 60 do número de cidades brasileiras que receberam congressos e convenções é outro dado bastante positivo, porque mostra que mais destinos turísticos estão se qualificando para receber eventos internacionais. Com os megaeventos, como a Copa do Mundo 2014, o país terá maior divulgação de destinos menos conhecidos pelo público internacional, o que deve também contribuir para a ampliação do número de cidades que realizam eventos.

O 'Goal to Brasil' – série de eventos realizados pela Embratur nos principais mercados, especificamente voltados para a atração de turistas durante os eventos esportivos – percorreu as cidades de Santiago, Toronto, Bogotá, Buenos Aires, Paris, Lisboa, Madrid, Milão, Frankfurt, Londres, Lima, Montevidéu, Cidade do México e Nova York. Em cada edição, um estado brasileiro tem maior espaço para apresentar seus destinos turísticos. A ação tem parceria com MTur, Ministério do Esporte, Ministério das Relações Exteriores/embaixadas brasileiras e governos locais (secretarias estaduais e municipais de Turismo e cidades-sede da Copa do Mundo).

Ainda tratando de eventos internacionais, os principais resultados da pesquisa "Percepção dos estrangeiros sobre o Brasil durante a Copa das Confederações 2013" foram divulgados em agosto. O estudo foi realizado durante a Copa das Confederações, entre os dias 15 e 30 de junho, nas seis cidades-sede do evento. Foram realizadas 453 entrevistas face-a-face com torcedores estrangeiros (398 – 87,9%), membros de delegações (5 – 1,1%) e jornalistas estrangeiros (50 – 11,0%). A grande maioria dos turistas se sentiu satisfeita (81,2%) com a estadia no Brasil durante o evento. Ademais, 97,1% dos entrevistados recomendariam o país para amigos e familiares, demonstrando a grande satisfação dos turistas com o Brasil. Quanto às atividades de lazer realizadas, os entrevistados apontam aspectos culturais: visitar museus/casas de cultura/exposições (39,5%), monumentos (39,1%), shows (15,5%). Além disso, 13,2% dos turistas querem visitar praias. A pesquisa também apontou que a viagem ao Brasil para a Copa das Confederações 2013 foi a primeira vinda ao Brasil para a maioria dos entrevistados (65,6%), o que, combinada à sua alta satisfação, demonstra o grande potencial dos grandes eventos para a atração de novos turistas ao país. Apesar das manifestações populares ocorridas durante o evento, a maioria dos turistas entrevistados (55,2%) acredita que o Brasil está preparado para receber grandes eventos como a Copa do Mundo. As informações que os turistas tiveram sobre o Brasil antes da viagem foram consideradas suficientes, atrativas e confiáveis.

A pesquisa também mostrou que 39,7% dos entrevistados disseram que a imagem que tinham do Brasil melhorou após a estadia durante a Copa das Confederações e 83,2% dos entrevistados acham que, nos últimos anos, o Brasil aumentou sua importância no cenário mundial. Além disso, 81,9% dos entrevistados pretende voltar ao Brasil para a Copa do Mundo 2014. Entre os entrevistados, a atual imagem do Brasil reflete: país maravilhoso (35,1%), com pessoas acolhedoras (15,9%) e com paisagens bonitas (11,3%).

A pesquisa "Percepção dos Estrangeiros sobre o Brasil durante a Jornada Mundial da Juventude 2013", realizada pela Embratur durante o evento, revelou que a maior parte dos entrevistados (82%) veio ao Brasil pela primeira vez, mais uma vez demonstrando o caráter de atração de novos visitantes dos grandes eventos. Ao todo, foram realizadas 472 entrevistas face-a-face com peregrinos estrangeiros (437 – 92,6%), clérigos estrangeiros (17 –3,6%) e jornalistas estrangeiros (18 –

3,8%) durante a JMJ. A pesquisa mostrou que os peregrinos permaneceram, em média, 11,6 dias no Brasil, período superior à própria duração do evento. O conhecimento sobre as manifestações populares não afetou a programação de viagem da maioria dos entrevistados: 76,9% dos pesquisados não pensaram em desistir da viagem. Para 59,1% dos entrevistados, a imagem que tinham do Brasil melhorou após a estadia durante a JMJ. O alto grau de satisfação com o país ficou evidenciado pelo percentual de recomendação do Brasil como destino turístico:97,5% dos entrevistados recomendariam o Brasil para amigos ou familiares. Ainda, 89,6% dos entrevistados pretendem voltar ao Brasil e 63,3% dos entrevistados acreditam que o Brasil está preparado para receber eventos como a Copa do Mundo em 2014.

Para manter e ampliar os bons resultados do nosso turismo internacional, foi lançada a campanha publicitária mundial intitulada “O mundo se encontra no Brasil. Venha celebrar a vida”. Com esse slogan, o Brasil está sendo apresentado em mais de 100 países às vésperas dos megaeventos, como a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude, ambas em 2013, e a Copa do Mundo, em 2014. O objetivo da campanha é mostrar um país que propicia experiências únicas, a partir da soma de todos os ritmos, do sabor e das cores das nossas comidas, da arte dos museus e do talento dos nossos artistas, da acolhida propiciada pelo povo e das paisagens naturais deslumbrantes. Essa foi a linha criativa desenvolvida pelos publicitários, que está sendo utilizada em centenas de peças espalhadas pelo mundo (canais de TV, revistas, redes sociais, sites e mobiliários urbanos). Os atributos já conhecidos e utilizados nas outras campanhas (brasilidade, diversidade, modernidade e interatividade) continuam presentes na linha de comunicação. Mas foram reforçados os traços melhor avaliados nas pesquisas com turistas estrangeiros.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 9 milhões para 11,5 milhões o número de desembarques internacionais de passageiros em aeroportos brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Os dados de desembarques internacionais apurados junto à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) estão comprometidos, pois não estão computando os movimentos aeroportuários de Guarulhos, Campinas e Brasília, que tiveram suas gestões terceirizadas. Guarulhos é o primeiro aeroporto nos desembarques internacionais; Brasília é o terceiro nesse tipo de desembarque. Uma apuração sem esses aeroportos não reflete a realidade. Ou seja, excluí-los do levantamento compromete a meta e não permite uma análise razoável, pois os voos internacionais no Nordeste voltaram a cair, apesar de os dados da Polícia Federal indicarem que existe aumento na entrada de estrangeiros no Brasil. Isso só pode estar ocorrendo com a concentração de voos nos principais aeroportos, notadamente Guarulhos. O assunto já foi tratado com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que pode exigir esses dados das operadoras privadas. É de se destacar que o aumento nos desembarques internacionais não implica, necessariamente, na chegada de turistas estrangeiros, pois pode representar a volta de brasileiros ao país. Essa métrica é uma condição necessária para a meta de chegada de turistas estrangeiros, mas não necessariamente indica seu alcance.

A meta informada foi retirada da base de dados da Infraero e soma embarques e desembarques.

Quantidade alcançada

6.582.121

Data de Referência

20/01/2014

OBJETIVO: 0741 - Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Análise Situacional do Objetivo

Após 10 anos de seu lançamento, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) foi reformulado e relançado em maio de 2013, após a realização, inclusive, de consultas públicas com representantes de todas as regiões do país. No desenho atual, o PRT promoverá um amplo diagnóstico das necessidades e potencialidades turísticas dos municípios e regiões. Posteriormente, esse diagnóstico vai dar origem a uma categorização para as políticas públicas do setor, de acordo com as

necessidades de cada região, desde a mais básica, como o apoio à estruturação da gestão turística municipal, até a mais avançada, como a promoção internacional dos destinos.

O diagnóstico será realizado tendo como base oito eixos de gestão, estruturação e promoção, quais sejam: i) gestão descentralizada (visando a participação social e fortalecimento das entidades locais); ii) planejamento e posicionamento de mercado (identificação da oferta de produtos); iii) qualificação profissional; iv) empreendedorismo e promoção de investimento; v) infraestrutura (obras e instalações necessárias); vi) informação ao turista; vii) promoção e apoio à comercialização; e, viii) monitoramento (mensuração da satisfação dos turistas e dos resultados da atividade). As novas orientações do Programa estão descritas na Cartilha "Programa de Regionalização do Turismo – Diretrizes", e podem ser acessadas pelo sítio institucional do Ministério do Turismo.

Ainda em maio, foi realizado em Brasília o Encontro Nacional de Turismo, que reuniu gestores públicos do setor de todo o país. Além do lançamento do PRT, o evento ofereceu oficinas aos participantes, visando disseminar informações e troca de experiências relativas aos seguintes temas: Índice de Competitividade do Turismo; Infraestrutura Turística; Promoção turística, Qualificação dos Profissionais, dos Serviços e da Produção Associada; Gestão Descentralizada do Turismo; Informação aos Turistas; Monitoramento; Planejamento e Posicionamento de Mercado; e Empreendedorismo de Investimentos.

Outra importante referência para a gestão integrada e o desenvolvimento regional do turismo brasileiro é o Plano Nacional do Turismo (PNT) 2013-2016, a terceira edição do documento. A visão de futuro, proposta no PNT, é levar o Brasil à condição de 3ª economia turística mundial até 2022. No ano passado, o setor cresceu 6% – valor acima da média mundial –, e já contribui com 3,7% do Produto Interno Bruto nacional. Além da citada visão de futuro, o PNT é orientado para o alcance de cinco metas para o período 2013-2016. São elas: aumentar para 7,9 milhões a chegada de turistas estrangeiros ao país; aumentar para US$10,8 bilhões a receita com o turismo internacional até 2016; aumentar para 250 milhões o número de viagens domésticas realizadas até 2016; elevar para 70 pontos o índice médio de competitividade turística nacional até 2016; aumentar para 3,6 milhões as ocupações formais no setor de turismo até 2016. As metas do PNT estão atualmente sob a forma de indicadores no PPA 2012-2015.

No âmbito do Conselho Nacional do Turismo, apresentou-se proposta de criação de uma comissão para propor adaptações às leis trabalhistas para o setor do turismo. A flexibilização de dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é uma antiga reivindicação dos empresários do turismo. O setor quer a adoção de novas regras para a contratação temporária de trabalhadores, como forma de reduzir os efeitos da sazonalidade nos empreendimentos turísticos.

Nas cidades-sede da Copa do Mundo, buscou-se dialogar com importantes entidades do setor hoteleiro acerca dos preços a serem praticados nos megaeventos esportivos e, em última análise, garantir preços atrativos para os turistas, nacionais e estrangeiros. Já em relação à troca de experiências internacionais no setor de turismo, destaca-se a realização, em março, do Fórum Panrotas – Tendências do Turismo. Nos painéis, discutiram-se temas como: novas oportunidades de negócios em turismo; cooperação entre países emergentes; desoneração tributária e liberação/flexibilização de vistos.

Por fim, foram realizados estudos e pesquisas ligados ao setor turístico brasileiro. A maior parte deles segue série histórica e seus objetos e principais resultados são divulgados periodicamente pelo sítio eletrônico: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/home.html. Os principais estudos/pesquisas em andamento até o momento incluem:

- Pesquisa sobre a caracterização e dimensionamento do turismo internacional no Brasil;
- Pesquisas de sondagens de expectativas empresariais e do consumidor do setor turismo (meses de janeiro a junho), bem como a divulgação mensal de seus resultados;
- Nona edição da Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo (Pacet);
- Divulgação dos dados de chegada de turistas não residentes – ano-base 2012;
- Boletins Trimestrais de Desempenho Econômico do Turismo;
- Compilação de dados secundários (receita cambial turística; desembarques nacionais e internacionais; dentre outros).

Metas 2012-2015

- **Consolidar 154 instâncias de governança estaduais, regionais e municipais**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, as principais ações foram direcionadas para o processo de reestruturação do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), bem como de suas diretrizes, e atualização do mapa das regiões turísticas do Brasil. A consolidação de instâncias de Governança é parte inerente a este processo e será realizado em uma etapa posterior, com a identificação dos interlocutores regionais e municipais do programa.

Em 2012, 145 instâncias de governança estavam em funcionamento. Para 2013, a contagem foi reiniciada por conta da reestruturação do PRT.

A institucionalização das instâncias de governança foi um compromisso assumido pelos municípios e regiões turísticas que fazem parte do Programa de Regionalização do Turismo; contudo, essa etapa ainda não foi iniciada. O processo de revisão dos mapas das Unidades da Federação, com foco nos novos territórios a serem trabalhados pelas políticas de turismo, foi concluído em dezembro de 2013 com a publicação da Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013, que definiu o Mapa do Turismo Brasileiro. A partir da definição desse mapa, no 1º semestre de 2014, serão iniciados os trabalhos voltados para a consolidação das instâncias de governança das regiões.

Mais informações podem ser obtidas em:

1) Programa de Regionalização do Turismo - Diretrizes

http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/00Programa_de_Regionalizacao_do_Turismo.html

2) Mapa do Turismo Brasileiro - 2013

http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/00mapa_2009.html

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

20/01/2014

- **Fortalecer institucionalmente os 27 órgãos oficiais de turismo dos estados**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013, foram realizados seminários para a disseminação das novas diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo e, simultaneamente, no que tange à gestão descentralizada, para a disseminação do novo Plano Nacional de Turismo. Esses seminários foram realizados nas 20 localidades seguintes: Aracaju (SE), Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Boa Vista (RR), Brasília (DF), Cuiabá (MT), Florianópolis (SC), Foz do Iguaçu (PR), Goiânia (GO), João Pessoa (PB), Maceió (AL), Manaus (AM), Natal (RN), Palmas (TO), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio Branco (AC), Salvador (BA), São Luís (MA) e Vitória (ES).

Em dezembro de 2013, foi realizado o 23º Encontro dos Interlocutores Estaduais. O principal objetivo do evento, que contou com a participação dos interlocutores estaduais do Programa de Regionalização, foi a apresentação do novo Mapa do Turismo Brasileiro, redesenhado pelo Ministério do Turismo (MTur) em parceria com os 27 órgãos oficiais de turismo dos estados, conforme critérios técnicos estabelecidos. No mesmo mês houve, ainda, a publicação da Portaria MTur nº 313, que definiu o Mapa do Turismo Brasileiro como instrumento de orientação para a atuação do MTur no desenvolvimento das políticas públicas setoriais e locais, nos territórios nele identificados, tendo como foco a gestão, estruturação e promoção do turismo, de forma regionalizada e descentralizada. Mais informações sobre o Mapa podem ser obtidas em

http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/00mapa_2009.html

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

20/01/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	3	20/12/2013
Região Nordeste	9	unidade	7	20/12/2013
Região Norte	7	unidade	5	20/12/2013
Região Sudeste	4	unidade	2	20/12/2013
Região Sul	3	unidade	3	20/12/2013

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2050 - Mudanças Climáticas

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Emissões antrópicas de dióxido de carbono (CO2)	mil toneladas	31/12/2005	1.637.905	30/04/2014	699.214
Emissões antrópicas de metano (CH4)	mil toneladas	31/12/2005	18.107	30/04/2014	16.864,26
Emissões antrópicas de óxido nitroso (NO2)	mil toneladas	31/12/2005	546	30/04/2014	580,4

Observações:

Emissões antrópicas de dióxido de carbono (CO2) - Fonte: Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, período de 1990-2010, MCTI (2014).

Observação: Uma vez que o Inventário Brasileiro de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal é atualizado a cada quatro anos, para fins de monitoramento do Programa de Mudanças do Clima do PPA 2012-2015, foi apresentado o resultado do relatório das Estimativas Anuais de Emissão.

Emissões antrópicas de metano (CH4) - Fonte: Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, período de 1990-2010, MCTI (2014).

Observação: Uma vez que o Inventário Brasileiro de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal é atualizado a cada quatro anos, para fins de monitoramento do Programa de Mudanças do Clima do PPA 2012-2015, foi apresentado o resultado do relatório das Estimativas Anuais de Emissão.

Emissões antrópicas de óxido nitroso (NO2) - Fonte: Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, período de 1990-2010, MCTI (2014).

Observação: Uma vez que o Inventário Brasileiro de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal é atualizado a cada quatro anos, para fins de monitoramento do Programa de Mudanças do Clima do PPA 2012-2015, foi apresentado o resultado do relatório das Estimativas Anuais de Emissão.

OBJETIVO: 0536 - Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O Modelo Brasileiro do Sistema Terrestre (BESM) tem como objetivo projetar as mudanças climáticas em escalas global (em toda a superfície terrestre) e regional (em um continente ou país – por exemplo, América do Sul e Brasil) decorrentes de ações antrópicas (provocadas pelas ações do homem) e naturais. O BESM é composto por quatro grandes componentes, que têm interferência significativa nas alterações climáticas: Atmosfera (massas de ar quente e frio, nuvens, regime de chuvas etc.), Oceano (fenômenos como o El Niño e La Niña), Superfície (parte terrestre, uso da terra, vegetação, hidrologia) e Química (composição) da atmosfera e aerossóis. Esses componentes constituem as variáveis essenciais para a produção de cenários de mudanças climáticas futuras, com ênfase no Brasil e América do Sul.

O projeto do BESM é organizado em torno de um grupo multi-institucional e interdisciplinar de modelagem do sistema climático global (todas as variáveis que determinam o clima do planeta) coordenado pelo INPE, com participação de universidades e centros de pesquisa nacionais, redes estaduais de pesquisa e colaboração internacional. Esse grupo conta com os recursos de supercomputação (supercomputador Tupã, para processamento dos dados) de última geração da Rede CLIMA e Programa FAPESP de Pesquisa em Mudanças Climáticas Globais (PFPMCG), e é responsável por disponibilizar e facilitar o uso de modelos climáticos e seus componentes para a comunidade científica nacional, principalmente para as demais sub-redes da Rede CLIMA. O BESM constitui-se, assim, em um projeto transversal, ou

seja, que interage com as demais sub-redes temáticas da Rede CLIMA e do PFPMCG, que utilizam seus cenários e projeções para aplica-los em suas áreas de pesquisa. A título de exemplo, a Sub-rede Saúde utiliza dados de variação do índice pluviométrico para verificar se isso ocasionará o aumento ou redução de incidência de alguma doença na região afetada, como malária ou dengue na Amazônia.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver o Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global para projeções climáticas de longo prazo**

Análise Situacional da Meta

O estágio atual de desenvolvimento do modelo BESM contempla o acoplamento dos modelos componentes Atmosfera, Oceano e Superfície, este último ainda em fase de acoplamento. A continuidade das tarefas contemplará, em 2014, a finalização do acoplamento do modelo de Superfície e o acoplamento da componente Química da Atmosfera e aerossóis do modelo.

As pesquisas dos últimos anos têm permitido uma evolução significativa na parte de Superfície, que engloba a área de agricultura e, principalmente, a parte de fogo (queimadas), que é uma área inovadora no mundo. Também foi melhorada a representação dos ecossistemas da América do Sul como, por exemplo, o cerrado e a caatinga. Está sendo introduzido o mapeamento do uso da terra.

A maior interação com outras sub-redes da Rede CLIMA, prevista para 2014, irá proporcionar grandes avanços no desenvolvimento do BESM. O modelo tem muito a crescer a partir das pesquisas da Rede CLIMA e, por outro lado, ele provê novas simulações e contribui com novos resultados de projeções de mudanças climáticas, com as melhorias que vêm sendo implementadas.

Em relação à implantação da infraestrutura para atender as demandas das mudanças climáticas, no período de 2012 a 2013 finalizou-se com sucesso a infraestrutura predial em tempo inferior ao inicialmente programado. Para a efetiva utilização do prédio faz-se necessária a implantação da parte de tecnologia da informação (rede e telefonia) nas salas de trabalho, laboratórios e salas de reuniões a serem implantadas ao longo de 2014, possibilitando, assim, a finalização do projeto da implantação da infraestrutura para atender às demandas do grupo de pesquisas em mudanças climáticas.

Com os pesquisadores reunidos numa única estrutura física apropriada, os esforços de integração entre as linhas de pesquisa serão concretizados. Desta maneira, será possível o aumento da produção científica desenvolvida em vários níveis de modelagem ambiental (climático, hidrológico, interação superfície-atmosfera, oceânico, química da atmosfera, socioeconômico e uso da terra); de tecnologias observacionais (clima, hidrologia, gases de efeito estufa e aerossóis e descargas elétricas); e de aplicações ambientais (energias renováveis, interações sociedade-natureza e saúde).

Estima-se que 60% do modelo já tenham sido desenvolvidos.

OBJETIVO: 0540 - Gerar e disseminar conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas por intermédio de uma rede formada pelas instituições públicas e privadas de pesquisa e ensino (Rede CLIMA).

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede CLIMA) foi instituída pelo MCT no final de 2007 e tem como objetivo principal gerar e disseminar conhecimentos para que o Brasil possa responder aos desafios representados pelas causas e efeitos das mudanças climáticas globais. Foi reconhecida pela Lei nº 12.187/2009 como um dos instrumentos institucionais para a atuação da Política Nacional de Mudança do Clima.

A Rede congrega 343 pesquisadores de 78 instituições de ensino e pesquisa de todas as regiões brasileiras. Dividida em 15 sub-redes de pesquisa, a Rede CLIMA tinha, até dezembro de 2013, 83 mestrados em andamento, 86 mestrados concluídos, 83 doutorados em andamento, 40 doutorados concluídos, 34 pós-doutorados em andamento, 16 pós-doutorados concluídos, 55 bolsas de pesquisa vigentes e 357 bolsas de pesquisa encerradas. Além dessa capacitação, as

sub-redes de pesquisa estão envolvidas com 17 programas de pós-graduação relacionados aos temas da Rede CLIMA e coordenados pelas diversas instituições participantes.

Somente em 2013 foram 68 mestrados em andamento; 48 mestrados concluídos; 93 doutorados em andamento; 17 doutorados concluídos; 23 pós-doutorados em andamento; 9 pós-doutorados concluídos; 143 bolsas de pesquisa vigentes; e 215 bolsas de pesquisa encerradas.

A produção científica da Rede CLIMA está registrada em 340 artigos publicados em revistas científicas com avaliação por pares, sendo 221 internacionais e 119 nacionais. Os pesquisadores da Rede CLIMA também são autores de 18 livros e 54 capítulos de livros, além de 6 aplicativos computacionais livres.

Somente em 2013 foram 199 artigos publicados em revistas científicas com avaliação por pares, sendo 127 internacionais e 72 nacionais; 9 livros e 18 capítulos de livros.

Metas 2012-2015

- **Criar uma plataforma integrada de dados de projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico sobre mudanças climáticas**

Análise Situacional da Meta

A biblioteca digital com todas as publicações (artigos em revistas nacionais e internacionais indexadas) da Rede CLIMA foi estruturada na plataforma Mendeley (www.mendeley.com). As publicações inseridas no Mendeley estão sendo disponibilizadas em arquivos PDF no website da Rede CLIMA, segmentadas por sub-rede temática (http://redeclima.ccst.inpe.br/index.php/agricultura-publicacoes).

A sub-rede de Comunicação e Cultura Científica está sendo estruturada, com a proposta de articulação entre a pesquisa e a criação de um conjunto de experimentos interativos que resultarão na elaboração de diferentes materiais, formatos e mídias (revista eletrônica, medialab, oficinas colaborativas, instalações artísticas e um curso de pós-graduação). Ao propor trabalhar com a noção de experimento interativo como eixo principal de sua divulgação científica, a Rede CLIMA tem como objetivo a constituição de uma cultura científica que gere uma efetiva democratização de conhecimentos e um potente engajamento do público nos temas abordados.

A sub-rede de TI não foi implementada.

Várias sub-redes da Rede CLIMA estruturaram sua base de dados de projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico sobre mudanças climáticas, a saber:

- Dados de cenários climáticos futuros produzidos pelo Centro de Ciência do Sistema Terrestre (CCST) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que já vêm sendo utilizados pela Rede CLIMA (acesso: http://dadosclima.ccst.inpe.br/).

- Observatório Nacional de Clima e Saúde, que reúne e conjuga informações de diversas naturezas com o objetivo de facilitar a análise da relação entre clima e saúde. Para tal são necessários dados ambientais, climáticos, epidemiológicos, socioeconômicos e de saúde pública. Estes dados são coletados e disponibilizados por diferentes instituições, porém de maneira dispersa, o que dificulta a sua análise de forma integrada. Nesse sentido, o Observatório atua como um mediador disponibilizando, de forma livre e gratuita por meio de um site interativo, um grande conjunto de dados, estudos, metodologias e resultados. Essas informações possibilitam alertar e acompanhar situações de emergência na saúde oriundas de eventos climáticos, além de permitir acompanhar tendências no longo prazo das mudanças ambientais e climáticas (acesso em: http://www.climasaude.icict.fiocruz.br/).

- SCenAgri – Simulação de Cenários Agrícolas Futuros.

- SiMCosta – Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira (acesso: http://www.simcosta.furg.br/portal/).

- WebRESNAT - criado em março de 2012 pelo IVIG/UFRJ dentro da Sub-Rede de Mudanças Climáticas e Energias Renováveis, tem a finalidade de disponibilizar informações de emissões de gases de efeito estufa em reservatórios hidrelétricos e ambientes naturais (acesso: http://webresnat.ivig.coppe.ufrj.br/).

- NEREUS – Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo (acesso: http://www.usp.br/nereus/?fontes=dados-matrizes).

Uma vez estruturadas as bases de dados das diversas sub-redes, o próximo passo é integrá-las e disponibilizá-las via

web.

Em relação à disponibilização de dados das pesquisas da Rede CLIMA para o público amplo, foi concluída a nova versão do site da Rede na Internet. Em http://redeclima.ccst.inpe.br estão disponíveis vídeos com a apresentação de todas as sub-redes e suas linhas de pesquisa, vídeos e cartilhas educacionais, publicações, relatórios de atividades e outros documentos.

- **Elaborar o Plano de Ação da Rede Brasileira de Mudanças Climáticas**

Análise Situacional da Meta

Nos últimos seis anos, o Plano de Ação da Rede CLIMA vem sendo continuamente reestruturado e adequado de acordo com as demandas de seus pesquisadores, bem como do próprio governo federal. A missão da Rede CLIMA é gerar e disseminar conhecimentos para que o Brasil possa responder aos desafios representados pelas causas e efeitos das mudanças climáticas globais. Enseja o estabelecimento e a consolidação da comunidade científica e tecnológica preparada para atender as necessidades nacionais de conhecimento, incluindo a produção de informações para formulação e acompanhamento das políticas públicas sobre mudanças climáticas e para apoio à diplomacia brasileira nas negociações sobre o regime internacional de mudanças climáticas.

Na síntese do Plano de Ação Assim, é possível verificar que praticamente todas as metas anteriormente acordadas foram cumpridas, com exceção das ações 13 (Participação na elaboração da Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima), 14 (Coordenação do desenvolvimento científico do novo Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa) e 15 (Estruturação das sub-redes em projetos transversais voltados para as áreas de: Segurança hídrica, energética e alimentar; Dimensões humanas das mudanças climáticas; e Modelagem Climática). As ações 13 e 14 foram incluídas em 2013 no Plano de Ação em virtude de demanda recente do governo federal. A ação 15 foi proposta em 2013 em decorrência do desenvolvimento dos trabalhos das sub-redes. A coordenação geral e o Comitê Científico identificaram a necessidade de integrar os resultados das pesquisas das sub-redes e proporcionar maior interação entre as diversas áreas abrangidas pela Rede. A partir de 2014, as pesquisas das 15 sub-redes irão convergir para os três projetos temáticos transversais elencados no item 15 e novo plano de ação será elaborado.

OBJETIVO: 0698 - Desenvolver e implementar instrumentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas considerando o desenvolvimento sustentável e a diversidade regional, de acordo com as diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito da Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC, instituída por meio da Lei nº 12.187/2009, constam como instrumentos centrais o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Plano e Fundo Clima). Nos Artigos 6 e 11 da referida lei constam, respectivamente, os Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento nos Biomas e os Planos setoriais de mitigação e adaptação à mudança do clima.

O Grupo Executivo do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (GEx/CIM), que é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, orienta a implementação de 9 Planos sob a responsabilidade das respectivas pastas setoriais. Os referidos Planos abrangem as maiores fontes de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, com exceção do tratamento de resíduos.

A elaboração dos seguintes Planos Setoriais, conforme previsto no Decreto 7.390/2010 que regulamenta a PNMC, foi concluída em 2012: Transporte (de cargas e mobilidade urbana); Indústria de Transformação (papel e celulose, alumínio, cimento, ferro- gusa e aço, química); Mineração e Serviços de Saúde.

No primeiro semestre de 2013 esses Planos foram tornados públicos no evento oficial do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e passaram para a etapa de implementação. Na mesma ocasião, também foi apresentada à sociedade a terceira revisão do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - PPCDAM.

Ao longo de 2013 o GEx também tratou de temas relevantes, dos quais se destacam: continuidade da atualização do Plano Nacional sobre Mudança do Clima; Estratégia Nacional de REDD; instalação do Núcleo de Articulação Federativa sobre o Clima; e início da elaboração do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima. Em paralelo, o MMA continuou a construir uma proposta para monitoramento e acompanhamento das reduções de emissões de gases de efeito estufa, em articulação com os Ministérios coordenadores dos Planos de Ação e Planos Setoriais.

No âmbito do Fundo Clima, com recursos não reembolsáveis operados pelo MMA estão em andamento 100 projetos contratados nas áreas de combate a desertificação, manejo florestal, adaptação, gerenciamento costeiro, apoio aos planos setoriais, desenvolvimento de tecnologias para mitigação, sistemas e centros de monitoramento.

O ano de 2013 marcou o início das primeiras aprovações e liberações de recursos reembolsáveis para financiamento a projetos pelo BNDES, totalizando R$73,6 milhões. Os investimentos ocorreram na linha de carvão vegetal, com melhoria da eficiência energética em siderurgia; e na linha de mobilidade urbana e modais de transportes eficientes, com aumento na automatização dos controles de trens, aumento da segurança operacional e redução de intervalos entre composições. Com a instituição de nova resolução do Bacen, os juros do Fundo foram diminuídos e os prazos aumentados, ampliando a possibilidade de acesso e o interesse dos investidores.

Em fevereiro de 2013 foi criado o Núcleo de Articulação Federativa sobre o Clima - NAFC, no âmbito do Grupo Executivo do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima. O NAFC constitui-se em uma iniciativa transversal de fortalecimento da interação entre os diferentes entes governamentais e tende a ampliar seus temas de debate para todos os aspectos relacionados à questão da mudança do clima.

Em relação à implementação do Programa Brasileiro de Eliminação dos Hidroclorofluorcarbonos (HCFCs), foi definido o mecanismo de implementação para execução técnica e financeira dos projetos de conversão tecnológica das empresas que eliminarão o HCFC-141b dos processos de fabricação de espumas de poliuretano até 2015. Em relação à redução da emissão para atmosfera do HCFC-22 em equipamentos de refrigeração comercial utilizados no setor supermercadista, foram selecionadas as instituições que realizarão a capacitação dos mecânicos refrigeristas para as regiões Norte, Sul e Centro-Oeste (Amazonas, Rio Grande do Sul e Goiás) em boas práticas de refrigeração. Foi elaborada a apostila dos treinamentos e adquiridos materiais e equipamentos necessários para a realização dos cursos.

Por fim, destaca-se a realização de dois encontros da Rede de Mulheres Brasileiras Lideres pela Sustentabilidade e de reuniões para a discussão de ações voltadas ao consumo sustentável, à promoção de negócios sustentáveis e ao empoderamento feminino. Participaram cerca de 300 mulheres, entre representantes do governo, de empresas e da sociedade civil organizada.

Para os próximos períodos estão previstos o desenvolvimento e implementação do módulo piloto do sistema modular de monitoramento e acompanhamento de redução de emissão de gases de efeito estufa (SMMARE); publicação do texto de atualização do Plano Nacional sobre Mudança do Clima; e implementação da estratégia de gestão de gases de efeito estufa para a Copa do Mundo 2014.

Dentre os desafios a serem superados destacam-se a publicação e implementação da Estratégia Nacional de REDD+ e a ampliação e diversificação das fontes de recursos do Fundo Clima para apoio a projetos, negociando com possíveis doadores e melhorando a eficiência na aplicação dos recursos, a fim de aprimorar as oportunidades de captação no Fundo Social.

Metas 2012-2015

- **Aprovar marco legal do mecanismo de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD)**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2011, o Grupo Executivo sobre Mudança do Clima (GEx) criou um Grupo de Trabalho sobre REDD+ (GT REDD+), sob coordenação do MMA, com a participação de outros seis ministérios - MAPA, MCTI, MDA, MRE, MF e MJ - para propor diretrizes e objetivos para a elaboração de uma estratégia nacional de REDD+ em conformidade com a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/2009, Artigo 5, inciso VI). O documento de trabalho foi submetido ao GEx em 2013.

Após sete anos de rodadas de negociações foi concluído, em 2013, o marco internacional de REDD+, sigla usada na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) para políticas e incentivos a países em desenvolvimento para a redução das emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal. O sinal "+" na sigla REDD contempla a conservação florestal, o manejo florestal sustentável de florestas e o aumento dos estoques de carbono florestal.

As decisões de REDD+, aprovadas na 19ª Conferência das Partes (COP-19) da UNFCCC, em novembro de 2013, orientaram a revisão do texto da Estratégia Nacional que foi submetida ao GEx em dezembro de 2013 para comentários e sugestões, levando também em consideração os processos de consultas de 2010 a 2013, bem como as recomendações do GT REDD+. O texto consolidado após a COP-19 recebeu comentários do GEx até janeiro de 2014 e encontra-se em revisão pelo MMA.

A Estratégia Nacional de REDD+, um dos requisitos para obter o reconhecimento internacional dos resultados alcançados pelo país, é o documento que formaliza à sociedade brasileira e aos países signatários da UNFCCC como o Governo brasileiro estrutura os seus esforços e pretende aprimorá-los de 2014 a 2020 para receber pagamentos por resultados de mitigação de emissões no setor de florestas, com enfoque em ações coordenadas de prevenção e controle do desmatamento.

Para que o Brasil tenha seus resultados reconhecidos na UNFCCC, outro requisito é submeter os níveis de referência de emissões por desmatamento e degradação no setor de florestas. Para cumprir essa etapa, o MMA instituiu o Grupo de Trabalho Técnico de REDD+ por meio da Portaria nº 41, de 4/2/2014, com o propósito de elaborar e revisar insumos para submissões brasileiras à UNFCCC sobre REDD+. Esse Grupo Técnico será igualmente responsável por interagir com especialistas internacionais durante a avaliação de submissões brasileiras.

Em 2014, após a apreciação final do Gex, a Estratégia Nacional de REDD+ será submetida à aprovação do governo brasileiro e enviada à UNFCCC. Para coordenar a implementação da Estratégia será criado um colegiado interministerial. Ainda em 2014 o MMA elaborará, com o apoio do Grupo de Trabalho Técnico de REDD+, documento contendo os níveis de referência e os resultados a serem submetidos pelo Brasil à UNFCCC. Essas informações integrarão um anexo técnico do relatório bienal de atualização da Comunicação Nacional do Brasil à UNFCCC. O reconhecimento, pela UNFCCC, dos resultados pleiteados pelo Brasil ocorrerá somente após a análise internacional do relatório, a ser concluída em 2015.

Em 2014 e 2015 ocorrerá, por processo participativo, a definição de diretrizes, critérios e cotas para a captação e a distribuição de recursos internacionais advindos do pagamento por resultados de REDD+. Nesse mesmo período serão aprimorados sistemas de monitoramento das ações com impacto em REDD+, bem como a coleta de informações de salvaguardas socioeconômicas e ambientais, em conformidade com princípios acordados na UNFCCC.

O estabelecimento do marco internacional para REDD+, na COP-19, possibilitou avanços na formulação da Estratégia Nacional e maior clareza sobre os requisitos necessários para ter os resultados reconhecidos internacionalmente. Eventuais recursos externos decorrentes do pagamento por resultados de REDD+ poderão ser internalizados pelo Brasil por meio de mecanismos existentes, sem prejuízo da criação de novos instrumentos no futuro.

Para implementar a Estratégia Nacional de REDD+ em parceria com os entes da federação, o principal desafio será consolidar uma estrutura de gestão capaz de coordenar processos de captação e distribuição dos recursos externos e de monitoramento de resultados, de forma alinhada com as diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima e os objetivos dos planos de ação para prevenção e controle do desmatamento nos biomas brasileiros.

- **Atualizar o Plano Nacional Sobre Mudança do Clima e acompanhar a execução dos Planos Setoriais (Art. 6º e 11 da Lei nº 12.187, de 2009)**

Análise Situacional da Meta

O Plano Clima, elaborado em 2008, reuniu num só documento todas as iniciativas governamentais em andamento que contribuíam para a mitigação da mudança do clima, apresentando ações para reduzir a emissão de gases de efeito estufa provenientes de diversos setores socioeconômicos, além de estabelecer ações para adaptação à mudança do clima. O Plano Clima é um instrumento de implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/2009,

PNMC).

Em 2013 o Plano Clima passou por um processo de atualização, realizado pelo Grupo Executivo sobre Mudança do Clima (GEx) sob a coordenação do MMA. O GEx está subordinado ao Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), coordenado pela Casa Civil. A contribuição da sociedade, além do processo de consulta pública, também foi identificada como fundamental e, nesse contexto, durante o primeiro semestre de 2013 reuniões foram promovidas pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas denominadas "Diálogos Setoriais", a fim de colher contribuições ao processo de atualização do Plano. Em paralelo, o GEx trabalhou no texto governamental da atualização do Plano Clima, buscando apresentar os principais avanços institucionais ocorridos no Brasil na área de mudança do clima desde a sua elaboração em 2008.

No início do segundo semestre de 2013 realizou-se oficina de apresentação das contribuições da sociedade civil provenientes dos Diálogos Setoriais à atualização do Plano Clima, as sugestões entendidas pelo GEx como pertinentes foram incorporadas ao texto. Após o período de consulta pública (eletrônica e presencial), as novas contribuições foram analisadas e, aquando pertinentes, incluídas ao texto. A versão consolidada do texto foi aprovada pelo GEx e será encaminhada ao CIM.

Para o ano de 2014 está prevista a construção de módulo piloto da Plataforma Eletrônica para Acompanhamento do Plano Nacional sobre Mudança do Clima e dos Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação. Após a conclusão do processo de atualização do Plano Clima será iniciado processo de acompanhamento das ações e dos Planos Setoriais. Dentre os desafios de implementação destaca-se a definição de Indicadores para acompanhamento do Plano Clima. Dentre os objetos possíveis de monitoramento por indicadores estão índices, metas, ações orçamentárias, ações extraorçamentárias e medidas institucionais.

- **Fomentar a execução de 40 projetos e 20 empreendimentos que promovam a adaptação e mitigação às mudanças climáticas**

Análise Situacional da Meta

O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima está planejando o seu desenvolvimento institucional por meio da consolidação de suas perspectivas de longo prazo e da sistematização de suas atividades operacionais. Paralelamente, vem acompanhando os projetos contratados nos anos de 2011 e 2012, além de contratar projetos relativos ao orçamento 2013.

No ano de 2012 foram apoiados 72 projetos com recursos não reembolsáveis, por meio da parceria com 9 instituições públicas e não governamentais. A parceria com o Serviço Florestal Brasileiro apoiou 62 projetos de entidades não governamentais por meio da contratação de serviços de assistência técnica e capacitação para o manejo florestal no bioma Caatinga, com a finalidade de recuperar áreas degradadas e evitar o desmatamento do bioma.

Em 2013 foram apoiados 81 projetos e 2 empreendimentos totalizando, entre 2012 e 2013, 155 projetos e 2 empreendimentos. Com recursos não reembolsáveis foi fortalecida a estruturação da Política sobre Mudança do Clima, com construção e instalação de laboratórios de monitoramento de emissão de gases de efeito estufa e de desastres naturais. Foram desenvolvidas metodologias e modelagens para verificar as vulnerabilidades da biodiversidade e da costa brasileira às variações climáticas; a construção de cenários prospectivos sobre mudança do clima; a instalação de equipamentos de monitoramento e coleta de informações sobre clima; a aquisição e instalação de equipamentos visando monitorar desmatamentos; e a compra de imagens de satélite para apoiar a formação do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Projetos experimentais na área de combate à desertificação estão beneficiando mais de 3.500 famílias com assistência técnica e capacitação em manejo florestal, no desenvolvimento de sistemas agroflorestais, na recuperação de áreas degradadas e na proteção de ecossistemas.

Quanto aos recursos reembolsáveis foram contratados 2 empreendimentos por meio do agente financeiro do Fundo, o BNDES. A dificuldade de mais contratações de projetos reembolsáveis deve-se à baixa geral nos juros, associada à possibilidade de equalização do Tesouro para outras linhas de projetos apoiadas pelo Governo, ter tornado o Fundo Clima uma fonte de recursos de baixa competitividade. Com a aprovação da Resolução do Conselho Monetário Nacional, nº 4.267/2013, baixando os juros do Fundo Clima, bem como iniciativas de divulgação mais ampla do Fundo

pelo BNDES, há a expectativa de melhora no desempenho das linhas reembolsáveis.

Para o ano de 2014 estão previstas a implantação do planejamento organizacional e a execução total do orçamento previsto e disponibilizado. A prioridade será para projetos relativos à Área 1 – Desenvolvimento e Difusão Tecnológica; Área 4 – Adaptação da Sociedade e Ecossistemas; e Área 5 – Monitoramento e Avaliação.
Dentre os desafios imediatos do Fundo destaca-se a necessidade de ser implantada uma metodologia de quantificação e monitoramento dos indicadores dos projetos apoiados, a fim de balizar o real impacto dos recursos aplicados na mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Também deverão ser ampliadas e diversificadas as fontes de origem de recursos para apoio a projetos, negociando com possíveis doadores e melhorando a eficiência na aplicação dos recursos, a fim de melhorar as oportunidades de captação no Fundo Social.

Quantidade alcançada

155

Data de Referência

31/12/2013

- **Implementar o Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis**

Análise Situacional da Meta

Este é o segundo o ano de implementação do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS). Durante esse período muito se avançou, tanto no que tange a implementação do Plano quanto na evolução da equipe no desafio de conduzir os trabalhos para que o sucesso da primeira etapa (2011-2014) seja alcançado. O primeiro período de 2013 foi utilizado, principalmente, no preparo do evento “Semana do Meio Ambiente - Vida Plena e Digna para Todos: o Desafio da Produção e Consumo Sustentáveis”. Esse evento foi realizado com os objetivos de lembrar os compromissos assumidos durante a Conferência Rio +20 e celebrar o Dia Mundial do Meio Ambiente, reunindo diversos atores para discutirem questões socioambientais importantes.
Também foram realizadas oficinas com os parceiros que contribuem na implementação do Plano acerca dos seguintes temas: compras públicas sustentáveis; compras públicas sustentáveis e os setores industriais; consumo consciente e estilos de vida sustentáveis; relatórios de sustentabilidade; embalagens e meio ambiente; consumismo infantil – na contramão da sustentabilidade; e construções sustentáveis. Esses temas eram relacionados à Sustentabilidade no Consumo, nas Compras Públicas, nas Construções e na Produção, fazendo referência ao primeiro ciclo de implementação do PPCS. O objetivo das oficinas foi estabelecer uma base conceitual, compartilhar experiências e desenvolver atividades práticas que implicassem na reflexão e na mudança de hábitos de consumo, de práticas de produção e da percepção do meio ambiente.
Foi realizado o Seminário "Instrumentos Econômicos nas Políticas Ambientais", no qual foram reunidos especialistas da academia e do setor público na área de instrumentos econômicos na política ambiental, com objetivo de estimular a troca de experiências na aplicação de diferentes instrumentos econômicos por Municípios, Estados e Governo Federal. Foram abordados os seguintes temas: incentivos fiscais e creditícios, pagamento por serviços ambientais (PSA), compensações ambientais, fundos financeiros de meio ambiente e instrumentos econômicos na gestão de Unidades de Conservação.
Destacam-se ainda mais duas entregas: a elaboração do planejamento estratégico da Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP, que foi criada pelo Decreto n° 7.746, de 5/06/2012. Esse planejamento estratégico tem como objetivo estabelecer as ações que cada ministério deverá realizar para alcance de níveis de compras públicas sustentáveis capazes de alterar processos produtivos considerados insustentáveis. Além disso, foi elaborado o Plano de Logística Sustentável do MMA, importante instrumento de planejamento que permite aos órgãos ou entidades estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.
Para 2014 são consideradas prioritárias a elaboração de estratégias para implementação das políticas de compras sustentáveis nas concessões públicas; a coordenação dos projetos sustentáveis concernentes a Copa do Mundo de 2014;

o desenvolvimento de estudo relativo a 15 instrumentos econômicos aplicados a políticas ambientais nos três níveis de governo; a conclusão da Rede de Produção e Consumo Sustentáveis, que deverá ser o principal instrumento de mobilização da política; a implementação do sistema de acompanhamento do protocolo verde; a criação do Grupo de Trabalho de Produção e Consumo Sustentáveis em conjunto com a Confederação Nacional da Industria; a implementação das ações de responsabilidade do MMA no âmbito da Comissão Interministerial CISAP; e a elaboração de curso em produção e consumo sustentáveis, em parceria com o SENAI/BA.

- **Monitorar as emissões setoriais de gases de efeito estufa**

Análise Situacional da Meta

A estratégia de monitoramento dos Planos de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima, previstos pelo Decreto 7.390/2010 que regulamenta a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/2009), está sendo delineada por meio do Grupo de Trabalho de Monitoramento de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GT Monitoramento), no âmbito do Grupo Executivo sobre Mudança do Clima (GEx).

O GT Monitoramento é coordenado pelo MMA para auxiliar a proposição de metodologias para o acompanhamento das reduções de emissões de gases de efeito estufa no âmbito dos Planos Setoriais. O MMA contratou o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e, no escopo deste contrato, está previsto o desenho do sistema de monitoramento de emissões, incluindo uma plataforma eletrônica para gerenciamento das informações.

Ao longo de 2013, os produtos do contrato com o CGEE contendo a identificação de metodologias apropriadas ao monitoramento de cada um dos Planos Setoriais foram entregues e a sua implementação foi discutida separadamente com os coordenadores dos Planos, com a identificação de entidades parceiras no desenvolvimento da plataforma. Como resultado, foi proposta a criação do Sistema Modular de Monitoramento e Acompanhamento de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SMMARE). Por serem planos heterogêneos, a proposta é o desenvolvimento do sistema de monitoramento de forma modular. O SMMARE terá seu módulo piloto desenvolvido e implementado em 2014. Além disso, está prevista a continuidade dos trabalhos de desenvolvimento e aprimoramento de metodologias de monitoramento dos Planos Setoriais.

Desafios de implementação do sistema: como os Planos Setoriais foram elaborados com parâmetros diferentes, traduzindo as diferenças de cada setor, é necessário articular e coordenar o plano de gerenciamento de dados no âmbito de cada um dos nove Planos Setoriais; além disso, obter os próprios dados junto aos Ministérios coordenadores de Planos Setoriais e compatibilizar as informações para que sejam comparáveis.

OBJETIVO: 0707 - Reduzir riscos e vulnerabilidades ambientais, econômicas e sociais decorrentes da mudança do clima, processos de desertificação e degradação da terra para minimizar prejuízos materiais, impactos nos ecossistemas e promover a melhoria socioambiental por meio de medidas de adaptação.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Adaptação é o conjunto de iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima. A despeito dos esforços de mitigação adotados pelo Brasil e por outros países, certas alterações climáticas são inevitáveis em decorrência da inércia do sistema climático, com efeitos relevantes sobre os ecossistemas, a sociedade e a economia.

Os efeitos da mudança do clima afetarão a população de modo distinto e com intensidades variáveis; portanto, o diagnóstico dos impactos e das vulnerabilidades nacionais, bem como a resposta do país a esses desafios devem ser abrangentes, coordenados e, ao mesmo tempo, sensíveis às particularidades de cada sistema, setor e região. O nível de renda das populações, o acesso à tecnologia e a capacidade institucional, por exemplo, afetam diferentemente as comunidades em relação à sua vulnerabilidade e ao seu nível de resiliência.

Até o momento, os esforços do governo para promoção da adaptação à mudança do clima tem se concentrado na

elaboração do plano nacional de adaptação e no suporte financeiro ao desenvolvimento de políticas públicas setoriais, de iniciativas de adaptação e de estudos técnicos que têm resultado na identificação de impactos e no mapeamento de vulnerabilidades do país. O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) tem financiado projetos para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos em várias áreas. A modalidade não reembolsável do Fundo, em seu Plano Anual de Aplicação de Recursos de 2013, manteve linhas de financiamento específicas para iniciativas de adaptação, atendendo a algumas iniciativas, conforme se segue.

Na área "Práticas Adaptativas para Desenvolvimento Sustentável do Semiárido" dois temas foram priorizados: manejo florestal de uso múltiplo integrado, restauração ecológica e difusão de tecnologias para melhor convívio com o semiárido; conservação e uso múltiplo integrado e sustentável dos recursos naturais e difusão de tecnologias para melhor convívio com a semiaridez, para o qual foi previsto o apoio a projetos estruturantes em núcleos de desertificação.

Na área "Educação, Capacitação, Treinamento e Mobilização para a mudança do clima" foram alocados recursos para apoio às atividades do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC) que, ao longo do primeiro semestre, promoveu a consulta pública do primeiro relatório de avaliação nacional (RAN1), sistematizando o conhecimento acadêmico existente acerca dos impactos e vulnerabilidade da mudança do clima no país. Ademais, foram alocados para ações de revitalização hidroambiental, por meio de capacitação para oferta de mudas e sementes e recuperação de Áreas de Proteção Permanente - APP, uma típica medida de adaptação baseada em ecossistemas capaz de reduzir a vulnerabilidade das comunidades afetadas.

Na área de "Adaptação da Sociedade e Ecossistemas", que tem foco nos impactos que as mudanças climáticas causam nos biomas brasileiros e nas populações mais vulneráveis aos efeitos das mudanças do clima, foi aprovado pelo Comitê Gestor do Fundo Clima aditivo para o contrato que visa a desenvolver uma Base de Fatos para a componente adaptação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, e foram previstos recursos para realizar mapeamento de impactos das mudanças climáticas globais sobre os recursos hídricos do bioma cerrado. Recursos também foram previstos para a aplicação de metodologias de mapeamento das vulnerabilidades à perda de biodiversidade nos biomas brasileiros e para o fortalecimento do Programa Nacional de Boias (PNBOIA), por meio da aquisição de boias meteooceanográficas.

Há que se registrar que a maioria dos projetos apoiado pelo FNMC em 2011 e em 2012, alguns dos quais ainda estão em fase de implementação, contribuem para a redução de riscos e vulnerabilidades ambientais, econômicas e sociais decorrentes da mudança do clima e para a promoção da melhoria socioambiental por meio de medidas de adaptação, ao possibilitarem, por exemplo, a diversificação da renda de comunidades vulneráveis.

Sobre os trabalhos para elaboração do plano nacional e o desenvolvimento da capacidade adaptativa nacional, o foco tem sido a capacitação e mobilização dos atores governamentais e não-governamentais sobre o tema. Cabe destacar que o próprio entendimento sobre a exposição e a sensibilidade à vulnerabilidade advinda da mudança do clima ainda estão em consolidação. O MMA tem buscado a melhor evidência científica disponível para compreender a vulnerabilidade nacional e as medidas necessárias ao seu tratamento, por meio de estudos contratados, parcerias e articulação com atores relevantes. Neste contexto, a articulação federativa tem se realizado em temas específicos, como no debate sobre uso da metodologia de adaptação baseada em ecossistemas. O detalhamento de atividades realizadas está registrado na análise situacional da meta.

Fatores que contribuíram e que dificultaram a execução do Objetivo.

Os recursos advindos do FNMC têm se mostrado como fator fundamental para a consecução do objetivo em questão, uma vez que tem viabilizado a realização tanto de projetos finalísticos, com resultados diretos para as comunidades vulneráveis, quanto de projetos estruturantes que permitem o mapeamento das vulnerabilidades nacionais, a aplicação de metodologias e a elaboração subsidiada de políticas públicas.

No âmbito do contrato com a FGV, com vistas ao desenvolvimento de uma base de fatos para o componente de adaptação, importantes avanços têm sido obtidos em prol deste objetivo, entre os quais vale destacar: o mapeamento de atores relevantes para o tema tanto no governo quanto na comunidade científica; a identificação das principais pesquisas sobre o assunto e das lacunas existentes; e a indicação de recortes setoriais/temáticos para o tratamento da questão de adaptação no Brasil, à luz de experiências nacionais e internacionais e de contribuições de atores governamentais

relevantes para o tema.

O apoio prestado ao PBMC também foi um fator que contribuiu para uma abordagem mais estruturada do tema, uma vez que a elaboração do RAN1, cuja versão preliminar foi apresentada aos atores governamentais no 1º semestre de 2013, cumpriu com a proposta de divulgação de pesquisas e relatórios relevantes, com a avaliação sobre impactos, vulnerabilidade e adaptação, servindo como subsídio à elaboração de política pública.

Com relação às dificuldades encontradas, vale destacar a falta de conhecimento e informação elaborados sobre a vulnerabilidade nacional, em escala territorial apropriada e nos setores pertinentes para e economia nacional. É preciso se apropriar da experiência de outros países e incentivar estudos na comunidade acadêmica nacional.

Arranjos de gestão e pactuação relevantes.

Há um conjunto de programas governamentais que têm co-benefícios para a agenda de adaptação. O esforço governamental para a inclusão social de grandes parcelas da população e para a erradicação da pobreza, assim como o Programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo, tendem a reduzir a vulnerabilidade das comunidades beneficiadas e da sociedade em geral.

De modo ainda mais patente, o fortalecimento dos Sistemas de Alerta e Prevenção de Desastres, que também contou com apoio financeiro do FNMC, e o Programa Água Doce podem ser vistos como respostas do país ao desafio imposto pela mudança do clima.

A despeito disso, outros desafios estão postos: identificar os programas em andamento que promovem adaptação e fazer com que incorporem essa variável em seu planejamento e execução; garantir, por meio de iniciativas e programas específicos, adicionalidade na redução da vulnerabilidade e aumento da resiliência em relação ao que já seria feito pelo governo, independentemente da mudança do clima; incorporar critérios de desenvolvimento resiliente nas iniciativas e programas de mais longo prazo e que serão afetados pelos impactos previstos; evitar que ações cujo foco seja atender objetivos outros promovam má adaptação endereçando questão relevante para outra agenda, mas aumentando a vulnerabilidade da sociedade ou de um grupo específico.

Uma estratégia abrangente para reduzir riscos e vulnerabilidades ambientais, econômicas e sociais decorrentes da mudança do clima passa, obrigatoriamente, pela integração de iniciativas e planos governamentais em curso, tais como: Plano de Alerta e Prevenção de Desastres; Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE); Gerenciamento Costeiro; Combate a Desertificação; Políticas de Ordenamento Territorial Urbano; Código Florestal; entre outros. Nesse sentido, o MMA tem buscado se articular com outros órgãos do governo federal, merecendo destaque a aproximação com a ANA, Ministério das Cidades, da Integração e da Ciência, Tecnologia e Informação para tratar da questão.

Metas 2012-2015

- **Atualizar o Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca**

  Análise Situacional da Meta

  Tendo em vista o alinhamento da implementação da UNCCD (United Nations Convention to Combat Desertification) no Brasil à estratégia decenal da Convenção, houve o fortalecimento das ações no campo da cooperação técnica para o combate à desertificação, com destaque para a aprovação de projetos junto ao Fundo Global Ambiental – GEF na linha terras degradas, focados em combate à desertificação, que serão implementados com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO; projeto Econormas para o Combate à Desertificação com o Mercado Comum do Sul - Mercosul; implantação de um Escritório da FAO no Nordeste; projeto com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP; projeto PCT/BRA/14/001 de Cooperação Técnica com o IICA, voltado à implementação de estratégias e ações de prevenção, controle e combate à desertificação, face aos cenários de mudanças climáticas e implementação da UNCCD; e projeto PNUD/BRA/07/018 para investimento socioambiental em ações de uso e conservação do solo em comunidades

  Também na Bacia do Rio São Francisco houve a consolidação dos planos estaduais de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca dos 11 Estados inseridos nas Áreas Susceptíveis a Desertificação - ASD.

  Com relação ao fortalecimento da Comissão Nacional de Combate à Desertificação – CNCD, em 2013 foram

realizadas uma reunião ordinária e duas extraordinárias com duas resoluções publicadas, uma delas estabelecendo a criação de 4 câmaras técnicas no âmbito da CNCD e outra com adequações do regimento interno da Comissão. Também foi realizado o II Encontro Nacional de Enfrentamento da Seca e Desertificação – II ENED, preparatório para a COP 11 da UNCCD.

Com relação ao fortalecimento das ações de combate à desertificação no Brasil e consolidação do marco legal, foi realizada a adequação e qualificação no PL 2447, que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca; a definição de uma estratégia financeira que vem promovendo os meios para a implementação dos Programas Estaduais de Combate à Desertificação, junto aos instrumentos de fomento do MMA; o apoio à expansão do manejo florestal integrado de uso múltiplo: e a realização de estudos e definição de estratégias de intervenção para convivência com a seca e o combate à desertificação, possibilitando medidas mitigadoras e de adaptação: i) Consolidação do Sistema de Alerta Precoce de Seca e Desertificação – SAP; e ii) repassados recursos do Fundo Clima para informatizar os dados meteorológicos do Instituto Nacional de Meteorologia - INMET, que possibilitará maior acerto na modelagem matemática nos sistemas de alerta, em especial o SAP.

Ações em curso para 2014: A CNCD vem articulando programas: no Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, para as ações de ATER; na Agência Nacional de Águas – ANA, visando recuperação de áreas degradadas para segurança hídrica e alimentar; no Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, para as ações de inclusão produtiva do Programa Brasil Sem Miséria; na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e Ministério de Minas e Energia – MME, visando a sustentabilidade da matriz energética;

Cooperação Institucional: com o INSA, para fortalecer a Rede Desertificação de pesquisa e a realização de uma pré-conferência sobre desertificação; com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, para a definição de uma estratégia de formação técnica para convivência sustentável com a semiaridez. Com a realização de cursos de especialização e uma estratégia para consolidação do primeiro mestrado da UNILAB, fortalecendo as ações de cooperação Sul x Sul.

Também está prevista cooperação técnica no âmbito da UNCCD com a Rede DesertNet para realizar a Pré-Conferência de Ciência e Tecnologia da América Latina; com o World Overview of Conservation Approaches and Technologies - WOCAT, para realizar um treinamento para possibilitar a difusão das boas práticas brasileiras de convivência sustentável com a semiaridez para o combate à desertificação na rede mundial; e com a CPLP, para realizar visita técnica a fim de conhecer as boas práticas brasileiras e elaborar um programa de difusão e capacitação de práticas de convivência com a semiaridez no âmbito da CPLP.

- **Elaborar o Programa Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas**

Análise Situacional da Meta

A atualização do Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) não está cronologicamente alinhada como a elaboração do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima, porém este, quando terminado, será integrante do PNMC, assim como os planos setoriais.

O Plano Nacional de Adaptação – PNA visa à implementação de medidas para promover a adaptação à mudança do clima pelas três esferas da Federação, com a participação e a colaboração dos agentes econômicos e sociais interessados ou beneficiários, em particular aqueles especialmente vulneráveis aos seus efeitos adversos.

Foi estabelecido um Grupo de Trabalho com o propósito de elaborar o PNA envolvendo o conjunto de órgãos do governo federal interessados no tema. O GT Adaptação, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), teve sua primeira reunião em fevereiro de 2013 e, desde então, vem sendo responsável por um trabalho colaborativo com o objetivo de endereçar as seguintes questões: a) mapear e integrar ações existentes; b) definir diretrizes e propor objetivos e ações; c) identificar impactos, vulnerabilidades e ações em escalas de tempo e espaço apropriadas; e d) considerar os temas prioritários para o país em diálogo com a sociedade.

Entre as definições alcançadas nos trabalhos do GT destaca-se o entendimento de que as medidas de adaptação serão

elaboradas de forma a constituir um Plano com recortes setoriais/temáticos. O modo de trabalho se dará por meio de redes temáticas para prover os subsídios específicos necessários à elaboração do PNA. Para mais detalhes sobre as atividades realizadas vide Relatório de Atividades.

Fatores que contribuíram ou dificultaram a realização do objetivo.

A priorização à agenda é relativamente recente no âmbito do governo, o que exigiu a constituição de uma equipe que se dedicasse prioritariamente ao tema e à elaboração do próprio PNA. Dentre os desafios a serem superados em 2014 estão o estabelecimento de diálogo federativo, diálogo com sociedade civil via Fórum Brasileiro sobre Mudança do Clima e diálogo com a comunidade acadêmica sobre o processo de construção do PNA; e por parte do grupo de trabalho de adaptação, a consolidação do entendimento e mapeamento da vulnerabilidade para orientação dos trabalhos de elaboração do plano.

O Plano Nacional de Adaptação deverá ainda servir de marco institucional para articulação e coordenação entre órgãos do governo federal, entes subnacionais e sociedade civil, visando a reduzir os riscos e vulnerabilidades decorrentes da mudança do clima.

Por fim, por se tratar de uma questão cujos impactos, efeitos e respostas se dão, sobretudo, em nível local, exige-se um processo intenso de articulação federativa sobre o tema e o efetivo engajamento dos entes subnacionais na elaboração e implementação do PNA. Nesse sentido, espera-se que em 2014 seja criado um espaço específico para debater a questão de adaptação e sua relação com os entes subnacionais.

OBJETIVO: 0734 - Avaliar os impactos das mudanças climáticas nos sistemas naturais brasileiros por meio do monitoramento de emissões e de observação das manifestações do clima.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Em 2013, foram envidados esforços visando à definição do marco conceitual do Sistema de Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas:

O relatório do Painel Brasileiro sobre Mudanças Globais do Clima “Impactos, Vulnerabilidades e Adaptação” ressaltou que as zonas costeiras estão entre as áreas mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas globais, sendo atingidas diretamente pelo aumento do nível médio do mar, entre outros fatores. Por este motivo, decidiu-se apoiar a implantação de uma rede de marégrafos no âmbito do Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira (SiMCosta), com o objetivo de desenvolver um sistema integrado que gere medidas contínuas em escala compatível com as dimensões da costa do Brasil. Os dados consolidados da rede maregráfica serão disponibilizados em www.simcosta.furg.br.

O estudo “Estado da Arte dos Sistemas de Monitoramento de Impacto das Mudanças Climáticas em Países Selecionados”, realizado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos mostrou que, nos países estudados, há um predomínio de monitoramento de indicadores que tratam dos efeitos das mudanças climáticas observáveis nos meios físicos, constatação que pode indicar o desafio, mesmo para os países desenvolvidos, de atribuir impactos nos ecossistemas e sistemas humanos à mudança do clima. Além disso, o estudo aponta para a importância do desenvolvimento de estudos e indicadores de vulnerabilidade dos sistemas vivos para o aprimoramento de indicadores de impactos. Em conjunto, os indicadores de impactos e de vulnerabilidades permitirão a indicação de ações de adaptação.

A próxima etapa da definição do marco conceitual do Sistema de Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas será a “tropicalização” de critérios e indicadores de impactos, a ser finalizada em 2014.

Importante dizer que o Sistema de Monitoramento poderá integrar diversas iniciativas em andamento, como a plataforma de elaboração e disseminação do inventário dos gases responsáveis pelo efeito estufa (Pedigree); a publicação das estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil; e o desenvolvimento do Modelo Brasileiro do Sistema Terrestre.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver e implementar sistema de observação das manifestações do clima nos sistemas naturais e nas atividades econômicas brasileiras**

Análise Situacional da Meta

O CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos) apresentou documento contendo subsídios para o desenvolvimento do Sistema de Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas a ser implantado no Brasil, elencando questões chaves do sistema de monitoramento tais como atendimento às principais vulnerabilidades climáticas do país, indicadores monitorados, premissas para a eleição dos indicadores, além de uma referência à estrutura de governança e à forma de operacionalização dos sistemas identificados.

No final de 2013 foi contratado consultor que, considerando os estudos realizados pelo CGEE, deverá coordenar a elaboração de proposta de metodologia de sistematização de informações e critérios necessários para a definição de indicadores a serem utilizados no monitoramento dos impactos observados no âmbito do Sistema de Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas, com vistas a contribuir com o processo de planejamento e estruturação desse sistema.

Assim, espera-se que ao final de 2014 estejam definidas as diretrizes do Sistema de Monitoramento; a estrutura da governança, com destaque aos interessados nacionais a serem envolvidos no monitoramento dos impactos; o detalhamento dos fluxos de informação (entradas, processos e saídas); e as demais informações consideradas relevantes para o efetivo funcionamento do sistema.

OBJETIVO: 0990 - Expandir a previsão de tempo, de qualidade do ar e do clima em escala regional e global.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Em 2013 foram realizados desenvolvimentos e refinamentos no sistema de assimilação de dados com a operacionalização em escala global, porém o sistema ainda se encontra em avaliação de desempenho. A assimilação de dados visa obter o cenário atual (análise) mais realista possível, permitindo assim que o modelo atmosférico realize a previsão do cenário futuro (previsão) com o menor erro.

Na escala regional o modelo foi aperfeiçoado com um novo esquema de superfície provendo ganho de desempenho na previsão de temperatura, umidade e vento em superfície.

Em 2013 o CPTEC aprimorou os sistemas de monitoramento da recepção e armazenamento de dados meteorológicos, com o início da elaboração periódica de boletins de acompanhamento e a utilização do sistema MARS (Meteorological Archival and Retrieval System) do ECMWF (European Centre for Medium-Range Weather Forecasts). Um novo boletim "Previsão para o Semiárido Nordestino" passou a ser elaborado diariamente pelos meteorologistas, atendendo diretamente ao Instituto do Semiárido (INSA/MCTI). Para o monitoramento climático o CPTEC implementou novos produtos (índices) para acompanhar a estação chuvosa no Brasil.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a resolução espacial da previsão climática sazonal para o Brasil de 5 para 10 regiões**

Análise Situacional da Meta

A implementação dos critérios objetivos permite que a previsão climática seja realizada para qualquer número de regiões, dependendo apenas das condições previstas em si. Essa meta foi cumprida em 2012. A previsão pode ser feita para 5 ou mais regiões.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

31/12/0013

- **Atingir um índice de acerto de 75% nas previsões de tempo para 4 a 5 dias**

Análise Situacional da Meta

O modelo MCGA (modelo de circulação geral atmosférico) manteve o índice de acerto (84% até 4 dias e 75% até 5 dias). Para os modelos regionais foi obtida uma melhoria na resolução, com uma leve melhora da acurácia das previsões. Para previsões de 96 horas (4 dias) a acurácia do modelo ETA20 em 2012 foi de 84,5%, enquanto que a acurácia das previsões do modelo BRAMS05 em 2013 foi de 84,8%. O mesmo padrão se observa na acurácia para previsões de 5 dias (120 horas). O ETA20 obtinha uma precisão de 82,8% em 2012 enquanto que o BRAMS05 obtêm 83% em 2013. A acurácia das previsões se manteve, mas obteve-se ganho na resolução espacial de 20 para 5 km, o que é por si só um valor agregado importante.

Com o MCGA o índice de acerto se mantém em 84% até 4 dias e 75% até 5 dias. Com o BRAMS5 o índice de acerto é 85% até 4 dias e 83% até 5 dias. Todos os índices de acerto já superam a meta inicial de 75%.

Quantidade alcançada

75

Data de Referência

31/12/2013

- **Aumentar em 50% o índice de acerto das previsões de precipitação**

Análise Situacional da Meta

O modelo regional BRAMS a 5 km manteve seu desempenho.

Ao modelo global foi incorporado uma nova física e um novo sistema de assimilação de dados variacional, que produziu ganho de desempenho em relação à versão de 2012. O novo modelo global, com assimilação variacional tem índice de acerto (probabilidade de detecção) para precipitação superior ao anterior em todos os limiares de precipitação. Este índice foi verificado desde 1 até 5 dias de antecedência e o aumento médio é de 15%.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2013

PROGRAMA: 2018 - Biodiversidade

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área coberta por unidades de conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação-Bioma Amazônia	%	01/12/2010	25,5	30/08/2013	26,1
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Caatinga	%	01/12/2011	7,4	30/08/2013	7,4
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Cerrado	%	01/12/2010	8,1	30/08/2013	8,2
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Marinho	%	01/12/2010	1,5	30/08/2013	1,5
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Mata Atlântica	%	01/12/2010	9,2	30/08/2013	8,9
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Pampa	%	01/12/2010	3,3	30/08/2013	2,7
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Pantanal	%	01/12/2010	2,9	30/08/2013	4,6
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Caatinga	%	01/12/2008	53,38	20/06/2011	53,38
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Cerrado	%	01/12/2008	51,16	31/08/2011	50,84
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Mata Atlântica	%	01/12/2008	22,25	01/02/2012	22,23
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Pampa	%	01/12/2008	36,06	08/07/2011	35,89
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Pantanal	%	01/12/2008	83,14	21/11/2011	83,07
Número de contratos ou instrumentos equivalentes de utilização do patrimônio genético e repartição de benefícios firmados	unidade	01/08/2011	25	17/12/2013	68
Taxa de conservação de espécie ameaçada de extinção, constantes das listas oficiais com ações de manejo	%	01/12/2010	33,67	16/12/2013	50

Observações:

Área coberta por unidades de conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação-Bioma Amazônia - Apesar do valor estar menor do que o que foi apresentado no monitoramento de 2012, esse é o valor que consta no CNUC - Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. O CNUC está com problemas técnicos e, no momento, é inviável o cálculo de novos dados, por isso a data de apuração é de agosto.

Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Caatinga - Os dados mais atuais relativos ao monitoramento do desmatamento dos biomas brasileiros, relativos ao período de 2010-2011, para o cerrado, e de 2009-2010, para os outros biomas (caatinga, mata atlântica, pantanal e pampa), estão em fase final de análise pelo CSR/IBAMA e devem ser em breve encaminhados ao MMA, para avaliação final, antes de serem divulgados. Por isso, repetem-se aqui os dados informados em 2012, referentes à cobertura remanescentes período 2008-2009.

Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Cerrado - Os dados mais atuais relativos ao monitoramento do desmatamento dos biomas brasileiros, relativos ao período de 2010-2011, para o cerrado, e de 2009-2010, para os outros biomas (caatinga, mata atlântica, pantanal e pampa), estão em fase final de análise pelo CSR/IBAMA e devem ser em breve encaminhados ao MMA, para avaliação final, antes de serem divulgados. Por isso, repetem-se

Plano Mais Brasil

aqui os dados informados em 2012, referentes à cobertura remanescentes, período 2009-2010.

Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Mata Atlântica - Os dados mais atuais relativos ao monitoramento do desmatamento dos biomas brasileiros, relativos ao período de 2010-2011, para o cerrado, e de 2009-2010, para os outros biomas (caatinga, mata atlântica, pantanal e pampa), estão em fase final de análise pelo CSR/IBAMA e devem ser em breve encaminhados ao MMA, para avaliação final, antes de serem divulgados. Por isso, repetem-se aqui os dados informados em 2012, referentes à cobertura remanescentes período 2008-2009.

Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Pampa - Os dados mais atuais relativos ao monitoramento do desmatamento dos biomas brasileiros, relativos ao período de 2010-2011, para o cerrado, e de 2009-2010, para os outros biomas (caatinga, mata atlântica, pantanal e pampa), estão em fase final de análise pelo CSR/IBAMA e devem ser em breve encaminhados ao MMA, para avaliação final, antes de serem divulgados. Por isso, repetem-se aqui os dados informados em 2012, referentes à cobertura remanescentes período 2008-2009.

Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Pantanal - Os dados mais atuais relativos ao monitoramento do desmatamento dos biomas brasileiros, relativos ao período de 2010-2011, para o cerrado, e de 2009-2010, para os outros biomas (caatinga, mata atlântica, pantanal e pampa), estão em fase final de análise pelo CSR/IBAMA e devem ser em breve encaminhados ao MMA, para avaliação final, antes de serem divulgados. Por isso, repetem-se aqui os dados informados em 2012, referentes à cobertura remanescentes período 2008-2009.

Taxa de conservação de espécie ameaçada de extinção, constantes das listas oficiais com ações de manejo - Porcentagem das espécies ameaçadas com estratégias de conservação (Planos de Ação para a Conservação de Espécies Ameaçadas).

OBJETIVO: 0191 - Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito do objetivo, estão em andamento diversos programas, projetos e redes de pesquisa que contribuem para seu alcance, a saber:

1. Sistema de Informação Sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBr): tem como um de seus objetivos disponibilizar os dados de todas as Coleções Biológicas Brasileiras e ferramentas on-line aos tomadores de decisão e à sociedade em geral. Entre as principais realizações, destacam-se: i) cumpridos os compromissos da Chamada MCTI/CNPq nº 45/2012 - SiBBr; ii) instalado o Nodo GBIF (Global Biodiversity Information Facility), no Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC); iii) contratados e lotados no LNCC cinco funcionários para implantar o SiBBr com financiamento GEF (Global Environmental Facility); iv) lançado o Repositório de dados do PELD (Programa Ecológico de Longa Duração), o que tornará os dados sobre biodiversidade acessíveis à sociedade; v) lançada a Chamada MCTI/CNPq/FNDCT-Ação Transversal Nº 67/2013 - Coleções Biológicas para promover a melhoria da infraestrutura e a modernização das coleções; vi) apoiada, por meio de articulação institucional (MCTI/MMA/MUZUSP/JBRJ), a estruturação do "Catálogo da Fauna do Brasil", que funcionará como backbone taxonômico do SIBBr, com meta de finalização em 10/2014; vii) organizado, pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), o Catálogo Flora do Brasil; vii) firmada parceria com o Centro de Referência sobre Informação Ambiental (CRIA), por meio de Carta Acordo, para apoiar a troca de informações para a implantação do SiBBr. Para 2014, estão previstas as seguintes ações: i) lançamento do Catálogo da Fauna; ii) lançamento do portal GBIF-Brasil (SiBBr.gov.br); iii) assinatura de cartas de acordo do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCTI) com Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Museu Nacional, JBRJ, MZUSP (Museu de Zoologia da USP), FIOCRUZ e SFB para implantação do SiBBr.

2. Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) – Em resposta à Chamada MCTI/CNPq/N º 35/2012 – PPBio/Geoma, com a finalidade de contribuir para ampliação e disseminação do conhecimento sobre a biodiversidade e os ecossistemas brasileiros, foram contratadas 7 redes de pesquisa: uma na Amazônia Ocidental, uma no Semiárido, duas na Mata Atlântica, duas no Cerrado e uma nos Campos Sulinos, envolvendo 42 projetos, com execução até 2014. Em 2013, foram cumpridos os compromissos assumidos na Chamada nº 35/2012. Está prevista a realização do Seminário de Acompanhamento do PPBio para abril/2014. Cabe ressaltar que o PPBio tem contribuído para a gestão da informação;

para a formação de recursos humanos; para o estabelecimento de protocolos; para a realização de inventários; para a integração de grupos de pesquisa de cinco biomas - Amazônia, Semiárido, Cerrado, Mata Atlântica e Campos Sulinos.

3. Redes de Pesquisas dos Ecossistemas do Pantanal - Em 2012, foi celebrado novo Termo de Parceria com o MCTI para execução do Projeto "Ciência e sociedade no Pantanal: integrando conhecimentos para a sustentabilidade socioambiental", com vigência até 2015. Esse projeto pretende contribuir para a sustentabilidade socioeconômica e ecológica da planície pantaneira, visando à melhoria da qualidade de vida das populações locais. Em 2013, foi liberada a primeira parcela de recursos ao Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP) para iniciar a execução do Termo de Parceria nº 13.0002.00/2012 e foi realizado o empenho da segunda parcela, a qual deverá ser repassada ao CPP após a execução de 70% da primeira parcela. Com o intuito de proceder ao acompanhamento e avaliação do grau de resultado do Termo de Parceria nº 13.0002.00/2012, foi instituída a Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA), por meio da Portaria MCTI nº 798, de 16/08/13. A primeira reunião da CAA foi realizada em 10/10/2013, na qual verificou-se que os componentes iniciaram suas atividades e que ajustes, nos indicadores dos sete componentes, devem ser realizados.

4. Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA) – O LBA tem contribuído no avanço do conhecimento sobre o funcionamento dos ecossistemas da Amazônia e de áreas de transição com Cerrado; nos estudos sobre os impactos de mudanças ambientais nas interações entre biosfera e atmosfera, na formação de recursos humanos; e no fortalecimento da infraestrutura de pesquisa. No 1º semestre de 2013, foram repassados recursos para estrutura de apoio e de logística de campo, bem como a própria infraestrutura do Programa. Em setembro/2013, foi lançada a Chamada MCTI/CNPq/FNDCT - Ação Transversal Nº 68/2013 Programa de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia – LBA, com o objetivo de apoiar projetos de pesquisa que contemplassem três linhas de ação de caráter inter e/ou multidisciplinares. Como resultados dessa Chamada, foram contratados 14 projetos, com vigência de 36 meses e recursos da ordem de R$ 11 milhões.

5. Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia (Geoma) – Com a finalidade de desenvolver modelos computacionais capazes de analisar e prever a dinâmica espaço-temporal dos sistemas ecológicos e socioeconômicos em diferentes escalas geográficas, foi lançada em 2012 a Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012 – PPBio/Geoma, com o projeto "Modelagem dos efeitos do regime de alagamento e da ação antrópica sobre a vegetação das florestas de várzea da calha do Solimões-Amazonas", comprometendo recursos até 2014. Em novembro/2013, foi realizado o "Evento Científico de Modelagem Ambiental da Amazônia (ECMAA)", no qual foi possível sintetizar os avanços alcançados da modelagem ambiental pela comunidade científica que atua na Amazônia e avaliar as necessidades de integração dos diferentes programas de pesquisa voltados para a Amazônia, visando melhorar a eficiência de uso dos recursos.

6. Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (BIONORTE) – Pelo Edital MCT/CNPq/FNDCT/CT-AMAZÔNIA/BIONORTE Nº 66/2009, foram contratados 20 projetos nas áreas de biodiversidade, conservação e biotecnologia, no formato de redes interestaduais, com período de execução até 2014. Em ,2013, cumpriu-se com os compromissos assumidos nesse Edital e realizou-se reunião do Comitê Científico para definição das próximas ações da Rede. Foi lançada a Chamada MCTI/CNPq/FNDCT Ação Transversal - Redes Regionais de Pesquisa em Biodiversidade e Biotecnologia N º 79/2013 para o período de 2013 a 2014. Como resultados, foram contratados 16 projetos, estruturados em 4 redes de pesquisa, no valor total de R$ 4,9 milhões para a Rede Bionorte. No que tange ao Doutorado, a 1ª turma iniciou em março/2012 e a 2ª em março/2013, com 184 alunos matriculados.

7. Rede Centro Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (Pró-Centro Oeste) – Estão em andamento 16 redes de pesquisa, com 101 projetos, contratados por meio do Edital MCT /CNPq /FNDCT /FAPs /MEC /CAPES/PRO-CENTRO-OESTE Nº 031/2010. Envolvem três linhas de pesquisa: CT&I para Sustentabilidade da Região Centro Oeste; Bioeconomia e Conservação dos Recursos Naturais; Desenvolvimento de Produtos, Processos e Serviços Biotecnológicos. Em 2013, algumas ações foram promovidas: i) assinatura do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o MCTI, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect) para utilização da infraestrutura física computacional e lógica de rede de dados da Faculdade de Computação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Plano Mais Brasil

(Facom-UFMS), para hospedagem do portal da Rede Pró-Centro-Oeste, dos bancos de dados e das ferramentas computacionais de gestão; ii) lançamento do livro "Rede Pró-Centro-Oeste – Construindo o futuro das próximas gerações", o qual apresenta a compilação dos resultados alcançados pelas redes de pesquisa que compõem a Pró-Centro-Oeste; iii) solicitação ao CNPq para prorrogação da vigência dos 101 projetos de pesquisa, a fim de que todas as metas possam ser cumpridas conforme o planejado, já que houve atraso na liberação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e das Fundações de Apoio à Pesquisa (FAPs); iv) disponibilização de 60 vagas para o programa de pós-graduação multi-institucional, em nível de doutorado, que integra os quatro estados da Região Centro Oeste, nas áreas de concentração Biotecnologia e Biodiversidade, das quais foram preenchidas 52. No 2° semestre/2013, foi lançada a Chamada MCTI/CNPq/FNDCT Ação Transversal N º 79/2013 para o período de 2013 a 2014. Como resultados, foram contratados 39 projetos abrangidos por nove redes de pesquisa, com recursos da ordem de R$ 10,6 milhões para a Rede Pró-Centro-Oeste.

8. Rede de Identificação Molecular da Biodiversidade Brasileira (BrBoL) - Rede integrada ao IBoL ("International Barcode of Life Initiative"), tem por objetivo sistematizar programa de caracterização molecular da biodiversidade brasileira através do "código de barras da vida". Com apoio do FNDCT, é composta por mais de 200 pesquisadores e alunos de pós-graduação em 11 subprojetos, sendo 10 por grupo taxonômico e um de banco de dados. Para consolidar e expandir essa Rede, foi previsto o lançamento de uma Chamada com aporte de recursos do FNDCT da ordem de R$ 5 milhões, para os exercícios de 2013 e 2014. Entretanto, como os recursos não foram disponilizados, não foi possível lançar a Chamada.

9. C,T&I Aplicadas aos Conhecimentos Tradicionais Associados aos Recursos Biológicos – Com a finalidade de fomentar pesquisas interdisciplinares e interculturais que incorporem o conhecimento tradicional associado aos recursos biológicos para geração de conhecimento, produtos e processos, foi contratada encomenda, por intermédio do CNPq, para a promoção de articulações necessárias à estruturação do programa para valorização e valoração do conhecimento tradicional associado aos recursos biológicos. Como resultados, foram delineados dois projetos-piloto.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 500.000 espécimes biológicas coletadas, analisadas e depositadas adequadamente em acervos nacionais, aumentando efetivamente o conhecimento da biodiversidade brasileira**

  Análise Situacional da Meta

  Foram lançadas chamadas do CNPq associadas a essa meta, com recursos do MCTI e do CNPq, tais como PPBio (Programa de Pesquisa em Biodiversidade), SiBBr (Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira) e PELD (Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração).

  O Programa de repatriação de informações sobre a Flora Brasileira (Reflora) continua, inclusive em associação com o INCT (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia) Herbário Virtual, disponibilizado ao público em 30 de setembro de 2013, com mais de 420.000 imagens, sendo mais de 120.000 de espécimes repatriados do Herbário do Jardim Botânico de Kew (Reino Unido) e Museu de História Natural de Paris (França). Está sendo negociada com o CNPq a possibilidade de continuidade do Reflora para 2014. Enquanto isso, avançamos para socializar o acesso às informações dos acervos com a estruturação do Sistema de Informações sobre a Biodiversidade e Ecossistemas Brasileiros – SiBBr. Em forma de piloto, o banco de dados do Jardim Botânico do Rio de Janeiro já está disponível para consultas no site do GBIF (Global Biodiversity Information Facility), com mais de 600.000 registros. Esses registros já são acessados pelo nodo Brasil (o sistema que exerce a função de ponto focal para o GBIF), ou seja, só não são visualizados pelo público. Com o lançamento do nodo Brasil do GBIF e as adesões das instituições que já assinaram ou assinarão acordos de cooperação ainda no primeiro semestre de 2014, o número de registros disponibilizados via SiBBr aumentará exponencialmente e o trabalho de quantificar o número de espécimes será muito facilitado, pois será possível fazer a coleta de dados diretamente das instituições que se integrarão ao SIBBr.

  Para o período 2012-2013 foram coletados 580.000 espécimes.

Quantidade alcançada

580.000

Data de Referência

31/12/2013

- **Catalogar 250.000 espécies de invertebrados brasileiros conhecidos em uma plataforma informatizada, integrada e compartilhada**

Análise Situacional da Meta

No Brasil, há cerca de 150.000 espécies de invertebrados terrestres descritos (Lewinsohn, T.M. & P.N. Prado, 2000). No ano de 2013, não houve nenhuma espécie catalogada em uma plataforma informatizada, integrada e compartilhada. Porém, existe a expectativa de os dados da Rede SpeciesLink da ONG CRIA serem incluídos até o final de 2014, fato que acarretará o alcance da meta.

Cabe esclarecer que há também a possibilidade de o valor correspondente a 50% da meta ser atingido até o final do exercício de 2014, uma vez que serão assinados, no primeiro semestre de 2014, dois acordos de cooperação no âmbito do SIBBr – um com o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e um com o Museu de Zoologia da USP (MZUSP).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Concluir as listas de espécies de flora e dos vertebrados brasileiros**

Análise Situacional da Meta

A lista de flora está concluída, enquanto que a lista de fauna(parceria MZUSP/JBRJ/MCTI) deverá ter a sua primeira versão liberada no segundo semestre de 2014.

A Lista da Flora e Fungos Brasileiros foi lançada em 2010 com 40.982 espécies, reunindo os esforços de mais de 500 especialistas. É constantemente atualizada e agora (dezembro de 2013) conta com 43.664 espécies, inclusive com suas sinonímias. A Lista da Fauna começará a ser elaborada em 2014 e incluirá não somente vertebrados, mas também determinados grupos de invertebrados.

Quantidade alcançada: 50% (referente à Flora)

Quantidade alcançada

50

Data de Referência

31/12/2013

- **Proteger 80% das coleções zoológicas, botânicas e microbiológica, em infraestruturas modernizadas e adequadas**

Análise Situacional da Meta

Essa meta está atendida basicamente por duas grandes ações: i) Chamada MCTI/CNPq 045/2012 - recebeu 211 propostas para a informatização e melhoria de infraestrutura das coleções biológicas nacionais, das quais 20 foram financiadas para execução no período de 2012 a 2014; ii) Chamada MCTI/CNPq 67/2013 - recebeu 256 propostas para a informatização e melhoria de infraestrutura das coleções biológicas nacionais, das quais 37 foram contratadas com financiamento total de R$6 milhões para os exercícios de 2013 e 2014.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0504 - Atualizar o marco regulatório sobre a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da biodiversidade, tendo como referência os compromissos assumidos pelo governo brasileiro na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

Plano Mais Brasil

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério do Meio Ambiente continua articulando com seus parceiros visando o estabelecimento de novos marcos regulatórios necessários à conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios oriundos do uso dos recursos genéticos. A construção dessas regulamentações demanda a realização de encontros e reuniões com os diversos setores interessados.

O Ministério do Meio Ambiente se fez presente na Conferência Temática sobre Agrobiodiversidade que teve como tema "Transgênicos e Agrotóxicos". O evento teve como objetivo promover o debate sobre o uso desses elementos dentro do Brasil considerando-se a biodiversidade, bem como discutir suas implicações sobre o desenvolvimento territorial rural. Foram desenvolvidas e aprovadas 10 propostas que foram levadas à coordenação da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – 2ª CNDRSS, realizado em outubro de 2013, de forma a contribuir para a discussão dessa temática nesse fórum nacional.

O MMA mantêm articulações com os diferentes setores do governo na busca de um consenso para adesão ao Protocolo Suplementar de Kuala-Lampur.

Em relação ao marco relacionado à internalização das Metas de Aichi e elaboração de plano de ação 2011-2020, está sendo promovida a revisão e a atualização da Estratégia Nacional e do Plano de Ação de Biodiversidade. Durante o ano de 2011 houve a consulta à sociedade para colher subsídios para o estabelecimento das metas nacionais de biodiversidade, estratégia denominada de "Diálogos sobre Biodiversidade" que consultou diversos setores da sociedade. Os resultados das consultas aos setores foram submetidos a uma consulta pública. Por sua vez, as conclusões desta e de outras consultas públicas anteriores foram submetidas à apreciação da Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO, que durante 2012 e 2013 as analisou e, finalmente, em setembro de 2013, por meio da Resolução nº 6 estabeleceu as metas nacionais de biodiversidade para 2011-2020, no âmbito da Comissão. Em paralelo, o MMA, juntamente com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão está elaborando o Plano de Ação Governamental, com o propósito de propiciar o atingimento das metas de Aichi por meio da participação ativa de vários Ministérios.

Após a publicação do "Informe sobre as Espécies Exóticas Invasoras Marinhas no Brasil", o MMA publicará Portaria para reconhecimento das espécies exóticas marinhas que causam impactos na biodiversidade, prejuízos econômicos e ameaças à saúde como invasoras. A Portaria irá dispor sobre a Lista Oficial das Espécies Exóticas Invasoras Marinhas no Brasil, bem como instituir no âmbito do MMA o Grupo de Trabalho para a Gestão dessas espécies. O reconhecimento da lista oficial de espécies invasoras marinhas no Brasil representa um grande avanço para a implementação da Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras e, finalmente, institucionaliza as espécies exóticas invasoras prioritárias para as ações de manejo e controle.

O MMA, após a formação de grupo de trabalho criado para tratar a questão de regulamentação de pagamento por serviços ambientais, enviou ao Ministério da Fazenda e à Casa Civil uma proposta de alteração do PL 792/2007.

A ratificação do Protocolo de Nagóia foi solicitada pela Presidência da República ao Congresso Nacional em junho de 2012, onde ainda permanece.

Encontra-se em estágio avançado de negociações uma nova proposta de marco legal de acesso aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados e repartição de benefícios dele advindos. Contribuíram com a formulação da proposta, além de setores do Governo Federal, uma coalizão de empresas privadas, associações de comunidades tradicionais e indígenas, a FIESP, CNI e CNA. Espera-se que o Anteprojeto de Lei seja encaminhado à Casa Civil em 2014.

Metas 2012-2015

- **Avaliar a adequação da Lei de Biossegurança (Lei 11.105/2005) com vistas a contemplar as novas tecnologias, em parceria com os demais órgãos do Governo Federal**

Análise Situacional da Meta

A Lei de Biossegurança, Lei nº 11.105/2005, ampliou as competências do CTNBIO (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança). As decisões da CTNBio têm caráter vinculante para os órgãos de fiscalização com relação à biossegurança do OGM (Organismo Geneticamente Modificado) avaliado (Art. 14, § 1º, da Lei nº 11105/2005). De acordo com a Lei 11.105/2005, cabe à CTNBio "identificar atividades e produtos decorrentes do uso de OGM e seus derivados potencialmente causadores de degradação do meio ambiente ou que possam causar riscos à saúde humana" e não mais aos órgãos reguladores do meio ambiente ou da saúde. Quanto aos aspectos de biossegurança do OGM e seus derivados, por exemplo, a decisão técnica da CTNBio vincula os demais órgãos e entidades da administração. Ao órgão competente do MMA, por exemplo, cabe agora emitir autorizações e registros e fiscalizar produtos e atividades que envolvam OGM e seus derivados somente quando liberados nos ecossistemas naturais, de acordo com a legislação em vigor e segundo o regulamento desta Lei, e, no caso do licenciamento, o órgão regulador poderá se manifestar somente nos casos em que a CTNBio deliberar, na forma da Lei nº 11.105, que o OGM é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente.

Em 2013, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS aprovou a criação de um grupo de trabalho (GT) para analisar os impactos dos OGMs e seus derivados na saúde humana e no meio ambiente, além de acompanhar as ações dos órgãos governamentais em cumprimento à Lei de Biossegurança.

O MMA acompanha com particular interesse a discussão desse tema, já que se não houver os devidos cuidados, OGMs liberados no meio ambiente poderão contaminar componentes da diversidade biológica, a exemplo das variedades crioulas e das espécies silvestres aparentadas às espécies geneticamente modificadas liberadas no meio ambiente. Nos dias 20 e 21 de junho de 2013, ocorreu em Brasília/DF a Conferência Temática sobre Agrobiodiversidade. Com o Tema "Transgênicos e Agrotóxicos" o evento teve como objetivo promover o debate sobre o uso desses elementos no Brasil dentro do escopo da Biodiversidade, bem como discutir suas implicações sobre o desenvolvimento territorial rural. Contou com a participação de especialistas representantes de diversas entidades da sociedade civil organizada, movimentos sociais e órgãos governamentais. O Ministério do Meio Ambiente se fez presente nessa Conferência e contribuiu nas discussões relacionadas aos atuais problemas decorrentes do uso dos transgênicos e agrotóxicos. Como resultado dessa Conferência, foram desenvolvidas e aprovadas 10 propostas. Essas propostas serão levadas à coordenação da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – 2ª CNDRSS, de forma a contribuir para a discussão dessa temática nesse fórum nacional, inclusive no que se refere à novas tecnologias em debate em diferentes fóruns internacionais, caso da biologia sintética, que está sendo tratada no âmbito da CDB.

O 2º semestre de 2013 foi um momento de inúmeros debates relacionados à Lei de Biosssegurança. Foram apresentados diversos Projetos de Lei propondo alterações na lei de Biossegurança. A alteração mais significativa se refere à proposta de liberação da tecnologia "Terminator", a qual confere esterilidade à 2ª geração de sementes. Essa proposição fere o direito dos agricultores uma vez que consiste um impedimento do direito à semente para uso próprio. O Ministério do Meio Ambiente se posicionou desfavorável a essa proposição por meio de Parecer técnico. Essa temática foi discutida na reunião do SBSTTA (CDB), em Montreal, uma vez que a CDB adotou, durante a COP-5 (Nairobi, 2000), a Decisão V-5, que estabelece uma moratória do uso da tecnologia.

Além disso, ocorreram ao longo do 2º semestre diversas discussões relacionadas à liberação de transgênicos com resistência ao herbicida 2,4-D, um agrotóxico considerado extremamente tóxico. Essa temática é bastante complexa, uma vez que envolve questões tanto agronômicas quanto de saúde e meio ambiente. O MMA contribuiu com essas discussões e participou da Audiência Pública promovida pelo Ministério Público Federal (MPF) para tratar da liberação comercial do milho e da soja transgênica tolerantes ao herbicida 2,4-D. Da mesma forma, ocorreram reuniões promovidas pela Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com vistas a promover uma maior discussão do tema. As reuniões reuniram representantes dos diferentes segmentos da sociedade interessadas no tema.

Vale considerar ainda que o MMA participa das reuniões mensais do Grupo de Estudos em Agrobiodiversidade. Esse Grupo, criado no âmbito do Ministério da Desenvolvimento Agrário – MDA, conduz uma ampla discussão dos temas relativos à agrobiodiversidade, particularmente no que diz respeito aos possíveis impactos à biodiversidade nativa

decorrentes da liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados.

- **Avaliar, em articulação com os demais órgãos federais competentes, o Protocolo Suplementar de Nagoya - Kuala Lumpur**

Análise Situacional da Meta

O Protocolo Suplementar Nagoya - Kuala Lumpur sobre Responsabilidade e Compensação, aprovado na 10ª Conferência das Partes – COP, da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, em Nagoia, no Japão em 2010, resgata um dos importantes compromissos assumido pelos países Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, especificamente o Artigo 27, que trata sobre "Responsabilidade e Compensação".

De conformidade com esse artigo, a "Conferência das Partes, atuando na qualidade de reunião das Partes do presente Protocolo, adotará, em sua primeira reunião, um processo em relação à elaboração apropriada de normas e procedimentos internacionais no campo da responsabilidade e compensação por danos que resultem dos movimentos transfronteiriços de organismos vivos modificados, analisando e levando em devida consideração os processos em andamento no direito internacional sobre essas matérias e procurará concluir esse processo em um prazo de quatro anos".

O Artigo 1º estabelece que: "De acordo com a abordagem de precaução contida no Princípio 15 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o objetivo do presente Protocolo é contribuir para assegurar um nível adequado de proteção no campo da transferência, da manipulação e do uso seguros dos organismos vivos modificados resultantes da biotecnologia moderna que possam ter efeitos adversos na conservação e no uso sustentável da diversidade biológica, levando em conta os riscos para a saúde humana, e enfocando especificamente os movimentos transfronteiriços".

A regulamentação do Artigo 27 se refere a um dos temas mais desafiantes no que diz respeito à implementação do Protocolo, já que trata da Responsabilidade e Compensação decorrentes do movimento transfronteiriço de organismos geneticamente modificados, incluindo o manuseio, o transporte e o uso. O MMA sempre buscou a aprovação de normativa que pudesse, de alguma forma, responsabilizar e penalizar toda a cadeia (instituições/empresas), desde a produção até o movimento transfronteiriço e uso desses organismos, por eventuais danos ao meio ambiente e à biodiversidade.

No segundo semestre de 2013, o MMA continuou fazendo contatos e articulações com setores do governo federal, particularmente o Ministério das Relações Exteriores, na busca de formação de um consenso. A ratificação do Brasil é a forma do país participar, na condição de membro, desde a primeira Reunião das Partes do referido Protocolo, nesse caso em condições de participar efetivamente dos debates e influenciar as decisões.

- **Elaborar e publicar plano decenal de metas para conservação e uso sustentável da biodiversidade brasileira visando promover uma ação efetiva e coordenada entre os diferentes setores da sociedade e entes da federação**

Análise Situacional da Meta

Inicialmente o Governo convidou a sociedade para participar do processo de definição das metas nacionais de biodiversidade, no que foi chamado de "Diálogos da Biodiversidade". Cinco setores foram reunidos para que estabelecessem quais deveriam ser as metas do Brasil, como uma colaboração para o atingimento das metas estabelecidas pela Convenção sobre Biodiversidade - CDB. O resultado dessas consultas foi consolidado e submetido à uma consulta-pública por meio digital. Durante o ano de 2013, as sugestões de metas nacionais para 2020 resultante desse processo foram discutidas pela Comissão Nacional de Biodiversidade - CONABIO. As 20 metas nacionais foram definidas, no âmbito da Conabio, em setembro. Ainda visando que as Metas nacionais de Biodiversidade para 2020 sejam atingidas, o Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Ministério do Planejamento, estão elaborando o Plano de Ação Governamental para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade que apresenta, entre outros objetivos, o de promover a identificação das causas da perda de biodiversidade e identificar as ações necessárias para sustar esta perda. O Plano deve ser divulgado durante o primeiro semestre de 2014.

- **Elaborar instrumento normativo para a regulamentação do pagamento por serviços ambientais**

Análise Situacional da Meta

O MMA, por meio de um grupo de trabalho formado para tratar a questão de regulamentação de pagamento por serviços ambientais, enviou ao Ministério da Fazenda e à Casa Civil uma proposta de alteração do PL 792/2007 (o qual define os serviços ambientais e prevê a transferência de recursos, monetários ou não, aos que ajudam a produzir ou conservar estes serviços), com o objetivo de transformar a natureza do fundo que viria a ser constituído em decorrência desse PL por meio de regulamento (de contábil para financeiro) e, principalmente, de trazer maior participação da iniciativa privada para financiar o programa. Ademais, o Programa Nacional do Meio Ambiente - PNMA - está em processo de contratação de serviços de pessoa jurídica para fornecer subsídios técnicos, econômicos e jurídicos para a regulamentação dos arts. 47 (Art. 47. O órgão ou empresa, público ou privado, responsável pelo abastecimento de água ou que faça uso de recursos hídricos, beneficiário da proteção proporcionada por uma unidade de conservação, deve contribuir financeiramente para a proteção e implementação da unidade, de acordo com o disposto em regulamentação específica) e 48 (Art. 48. O órgão ou empresa, público ou privado, responsável pela geração e distribuição de energia elétrica, beneficiário da proteção oferecida por uma unidade de conservação, deve contribuir financeiramente para a proteção e implementação da unidade, de acordo com o disposto em regulamentação específica) da Lei 9985, de 18 de julho de 2000 que trata do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.

- **Elaborar plano nacional sobre espécies exóticas invasoras**

Análise Situacional da Meta

A Comissão Nacional da Biodiversidade - CONABIO, aprovou a Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras, por meio da Resolução nº5, de outubro de 2009. O objetivo da Estratégia Nacional se constitui na promoção da prevenção da introdução de espécies exóticas invasoras, bem como a mitigação dos seus impactos. A Estratégia Nacional se fundamenta no planejamento e execução de ações de prevenção, erradicação, contenção ou controle de espécies exóticas invasoras com a articulação entre os órgãos dos Governos Federal, Estadual e Municipal e a sociedade civil, bem como a cooperação internacional. Com o intuito de fortalecer esta estratégia, promover e facilitar sua institucionalização e internalização no país, o MMA trabalha na elaboração e aprimoramento de um Decreto da Presidência da República. Espera-se, a partir deste decreto, a consolidação e implementação da Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras nas diferentes esferas do poder público, tanto federal, estadual e municipal, quanto das organizações não-governamentais e do setor empresarial.

Outra importante linha de ação do MMA se refere ao levantamento e identificação das espécies exóticas invasoras (atuais e potenciais) no Brasil. Com apoio do PROBIO (Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade) coordenou a elaboração do "Primeiro Informe Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras". Esse primeiro informe tratou das espécies exóticas invasoras que afetam o ambiente (marinho, de águas continentais e terrestre), os sistemas de produção e a saúde humana. Os resultados desse informe estão sendo sistematizados, revisados e atualizados para a devida entrega à sociedade, além de fornecerem importantes subsídios às ações de prevenção, controle e monitoramento de espécies exóticas invasoras. Em 2009, o MMA deu início à disponibilização e divulgação dos resultados do Informe com o lançamento do livro "Informe sobre Espécies Exóticas Invasoras Marinhas". No segundo semestre de 2013, foi dado prosseguimento à editoração do livro "Espécies Exóticas Invasoras de Águas Continentais no Brasil", que deve ser publicado até março/2014. Ainda no segundo semestre de 2013 foi realizado o levantamento de dados e informações referentes ao relatório da parte terrestre, que, posteriormente, culminará na publicação do livro "Espécies Exóticas Invasoras de Ambiente Terrestre no Brasil".

O MMA trabalhou, ainda no segundo semestre de 2013, no aprimoramento da Minuta de Portaria para reconhecimento da "Lista Oficial das Espécies Exóticas Invasoras Marinhas no Brasil". Foram promovidas discussões com os órgãos interessados a fim de buscar contribuições não só para a redação da Portaria, mas também para sua institucionalização no poder Executivo. O reconhecimento da lista oficial de espécies exóticas invasoras marinhas no Brasil representa um grande avanço para a implementação da Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras, que institucionaliza as

espécies exóticas invasoras prioritárias para as ações de manejo e controle.

Vale destacar a aprovação da Resolução CONABIO nº6, de 03 de setembro de 2013, que dispõe sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020, e internaliza as Metas de Aichi, definidas pela Convenção sobre Diversidade Biológica. Esta resolução inclui uma meta específica para o tema espécies exóticas invasoras. A adoção dessa Meta é um importante passo para a concretização da implementação da Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras. Além disso, o MMA, em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão está trabalhando na elaboração de um Plano de Ação Governamental para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, que tem como objetivo contribuir para a melhoria da sinergia entre os ministérios e órgãos do Governo Federal, além de buscar a otimização dos recursos e a manutenção de benefícios sociais. Este plano visa contribuir para o atendimento das Metas de Aichi e prioriza, entre outros, a execução de ações voltadas ao monitoramento, controle, contenção e erradicação de espécies exóticas invasoras no país.

- **Instituir novo marco regulatório de uso tradicional e popular de produtos da biodiversidade de ação terapêutica**

Análise Situacional da Meta

A elaboração de uma legislação específica para o uso tradicional e popular, a partir da biodiversidade, agrobiodiversidade e sociobiodiversidade, e dos conhecimentos tradicionais e populares existentes nos biomas brasileiros tem como objetivo a criação de um marco regulatório que possa abarcar as diversas experiências desenvolvidas nos vários biomas que tem com base o uso tradicional e popular de plantas medicinais e fitoterápicos, adotando um enfoque amplo para essas práticas, saberes e seus produtos, que não se enquadram na legislação vigente de medicamentos, e que assim não devem ser tratados. Assim, deve-se tratar dos conceitos envolvidos no tema, do enfoque a ser dado, e da abrangência relacionada. O marco regulatório deve também dar as bases legais para a regulamentação necessária a proteção das práticas e experiências, bem com valorizar e promover o seu desenvolvimento, com modelo de inclusão social e produtiva e de desenvolvimento regional sustentável. Os itens a serem abordados na proposta de legislação devem ser: i) Conceito e definições relativas ao uso tradicional e popular de plantas medicinais; ii) Enfoque a partir das experiências desenvolvidas por povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, com os diversos níveis de complexidade da cadeia produtiva; e iii) Abrangência a partir dos biomas brasileiros, com base nas suas espécies nativas e nas exóticas adaptadas que compõem a agrobiodiversidade em cada bioma.

No primeiro semestre de 2013 foi elaborada, por meio de consultoria técnica especializada, uma estratégia para construção de uma minuta de legislação, com vistas ao reconhecimento e promoção do uso tradicional e popular de plantas medicinais e de fitoterápicos ou de produtos da biodiversidade de uso terapêutico tradicional, a partir da avaliação do estado da arte das diversas experiências existentes nos biomas brasileiros, identificando gargalos e potencialidades. Tal estratégia tem como foco central a realização de oficinas e reuniões técnicas, com o envolvimento de representantes dos diversos segmentos sociais e dos poderes públicos envolvidos com o tema.

Em paralelo, foi elaborada também, por meio de consultoria técnica especializada, estratégia voltada a promover o uso sustentável da biodiversidade e da agrobiodiversidade dos biomas brasileiros por meio do incentivo e fomento à pesquisa, ao manejo, ao cultivo, à produção, à manipulação e à comercialização de plantas medicinais nativas e de seus fitoterápicos, e das exóticas adaptadas a cada bioma, considerando: i) o conhecimento e o uso tradicional e popular das plantas medicinais e as diversas experiências existentes nos biomas; ii) as necessidades epidemiológicas da população residente na área de abrangência de cada bioma; iii) a articulação entre os setores governamentais e a sociedade civil no âmbito das políticas públicas de saúde, meio ambiente, agricultura e afins. Tal estratégia tem como foco viabilizar a criação das Redes de Plantas Medicinais por Bioma, com o objetivo de promover a inclusão das espécies fitoterápicas nativas dos biomas brasileiros no âmbito do Serviço Único de Saúde - SUS.

No segundo semestre de 2013 foram definidas as estratégias para elaboração das farmacopeias populares dos biomas Caatinga e Mata Atlântica, com o objetivo de valorizar as espécies medicinais da flora nativa de uso popular e

tradicional, utilizadas pelas populações localizadas nesses biomas. Também foi definida a estratégia para promover a inclusão das espécies de plantas medicinais nativas dos biomas, com enfoque para as espécies priorizadas na Iniciativa "Plantas para o Futuro", no âmbito do Sistema único de Saúde.

Nesse sentido, foram realizadas várias reuniões para definir a atuação do MMA no âmbito do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e do Comitê Nacional de Plantas Medicinais de Fitoterápicos, com vistas a pautar as estratégias internamente definidas com relação à promoção da utilização sustentável da biodiversidade de uso terapêutico tradicional e popular, por meio da discussão e elaboração de um marco regulatório adequado.

- **Propor a ratificação e implementar o Protocolo de Nagoya de Acesso ao Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios, em parceria com os demais órgãos federais competentes**

Análise Situacional da Meta

A ratificação do Protocolo de Nagoia foi solicitada pela Presidência da República ao Congresso Nacional em junho de 2012. No Congresso Nacional foi formada uma comissão especial para discutir a proposta, mas esta comissão ainda não se reuniu. O Ministério do Meio Ambiente tem participado e está organizando fórum de discussão voltados para informar e sensibilizar sobre a importância da ratificação do Protocolo de Nagoia para o Brasil. Ao mesmo tempo está sendo elaborada a proposta de uma nova Lei de Acesso ao Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios, passo este indispensável para a implementação do protocolo.

- **Propor novo marco regulatório de acesso e repartição de benefícios da biodiversidade, em parceria com os demais órgãos federais competentes**

Análise Situacional da Meta

Foi realizada uma discussão ampla com os principais setores envolvidos (Ministérios, setor produtivo e movimentos sociais); as contribuições foram harmonizadas e compiladas em uma minuta de Anteprojeto de Lei sobre Acesso e Repartição de Benefícios pelo uso dos Recursos Genéticos, que está em fase de finalização para encaminhamento à Casa Civil. Posteriormente a proposta será encaminhada ao Congresso Nacional.

O objetivo da proposta é simplificar o acesso ao patrimônio genético, trazendo regras mais claras para a repartição de benefícios provenientes da utilização de componentes da biodiversidade, segurança jurídica e redução da burocracia.

O aperfeiçoamento do marco legal de acesso ao patrimônio genético, ao conhecimento tradicional associado e a repartição justa e equitativa dele advindos abre espaço para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, podendo resultar em inovações tecnológicas, em dividendos e dinamismo econômico. Espera-se que haverá também o retorno financeiro para as comunidades mantenedoras das florestas e que cuidam da biodiversidade, para que a mata não seja derrubada e usada para outros fins.

- **Regulamentar as categorias de manejo e outros dispositivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)**

Análise Situacional da Meta

Em relação à regulamentação das categorias do SNUC, em 2011 iniciou-se o processo de regulamentação das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Atualmente essas regulamentações estão sendo revistas, pois no processo de consulta pública, surgiram poucas contribuições da sociedade civil. Não houve reunião de consolidação do Grupo de Trabalho Interministerial para deliberar sobre as contribuições advindas da consulta pública e preparar nova minuta de decreto com as contribuições pertinentes. Outra ação refere-se à minuta de portaria que regulamenta processo de eleição da sociedade civil para Câmara Federal de Compensação Ambiental, que atualmente encontra-se na Secretaria Executiva para avaliação. Com relação à regulamentação de pagamento pelos serviços ecossistêmicos (art.47 e 48 da Lei 96.985/2000), foram realizados estudos preliminares em parceria com WWF-Brasil e Fundação Moore no contexto do Programa ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia) e contratação/articulação para desenvolvimento de estudos base para a regulamentação dos artigos, com apoio do Programa Nacional do Meio Ambiente II. Quanto as Áreas de Proteção Ambiental - APA, em 2012 houve contratação

Plano Mais Brasil

de consultoria para subsidiar a realização do Seminário sobre APA e produzir um documento com recomendações para melhorar sua gestão, no âmbito do Projeto Proteção da Mata Atlântica II, no entanto, o conteúdo do documento ainda se encontra em discussão e até o mento não foi aprovado. Diante disso, não houve avanços na regulamentação da categoria.

OBJETIVO: 0506 - Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

O MMA e suas vinculadas, em articulação com outras áreas do governo federal, vêm desenvolvendo ações voltadas à promoção do conhecimento da diversidade biológica brasileira, a conservação e uso sustentável. Estes avanços estão em harmonia com os compromissos assumidos pelo país ao ratificar a Convenção sobre Diversidade Biológica. Nesse período de execução de PPA, buscou-se alinhar a promoção do uso sustentável da biodiversidade com erradicação da pobreza, destacando-se os seguintes resultados: (i) Para remuneração de famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação de recursos naturais no meio rural, implementa-se o Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Bolsa Verde, criado pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, com o objetivo de incentivar a conservação dos ecossistemas, promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural. Até dezembro de 2013 o programa já beneficiou um total de 51.072 famílias residentes em 65 Unidades de Conservação de Uso Sustentável geridas pelo ICMBio (32%), em 767 Projetos de Assentamento do INCRA (62%) e em áreas públicas da União (territórios de ribeirinhos) reconhecidos pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU (6%). Até o final de 2014, o programa pretende atender 73 mil famílias, ou seja, 70% da meta foi alcançada. Também estão sendo contratadas assistência técnica para 26.597 famílias conforme edital de Ater Extrativista lançado pelo Incra em maio de 2013. (iii) Para promover o acesso de Povos Comunidades Tradicionais e Agricultores familiares ao mercado o governo brasileiro, através de instrumentos como a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), viabilizou o acesso de 32 mil famílias extrativistas a operações de subvenção e/ou aquisição de produtos extrativos com investimentos da ordem de R$ 50,8 milhões de reais. (iv) Para promover cadeias de produtos da sociobiodiversidade, foi dada continuidade ao apoio a articulação de 17 cadeias, por meio de 12 APLs distribuídos nos estados de Minas Gerais, Bahia, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas e Rio Grande do Norte. (v) Para fomentar projetos de uso e conservação da biodiversidade, através do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, do Fundo Nacional de Mudanças do Clima – FNMCF e o do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA), instrumentos de fomento a projetos sócio ambientais do MMA, foram apoiados 35 projetos. (vi) Para disponibilizar um banco de dados das organizações e de elaboração de Planos de Desenvolvimento Sustentável de Povos e comunidades Tradicionais, destaca-se a manutenção do Portal YPADÊ, com informações sobre organizações de povos e comunidades tradicionais no Brasil e a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, lançado em janeiro de 2013. Cabe destaque ainda no ano de 2013, a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) – mediante a Portaria Interministerial nº 29 de 8 de fevereiro daquele ano – com a finalidade de elaborar um Plano do Fortalecimento do Extrativismo (PLANAFE). (vii) Para desenvolver e certificar modelos de uso sustentável para 5 espécies da fauna silvestre nativa com tecnologias conhecidas, o Ibama desenvolveu estudos para a revisão normativa de manejo do Jacaré-do-pantanal e da Tartaruga-da-amazônia. Foi publicada a portaria Ibama nº15/2013 de institucionalização do PQA (Programa Quelônios da Amazônia). Ainda em 2013 foi elaborado o plano de manejo do Minhocuçul e encaminhado para análise jurídica. (viii)Para compartilhar os manejos de 10 milhões de filhotes de

quelônios ao ano o IBAMA através do Programa Quelônios da Amazônia, com atividades sendo desenvolvidas em 10 estados brasileiros (Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia, Roraima, Acre, Goiás, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins), dois a mais em relação aos anos anteriores, compartilhou no período 12,948 milhões de quelônios. (ix) Para definir estratégias para a gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos em três sub-bacias da região amazônica, foram realizados estudos para a gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos nas sub-bacias do Tapajós e do Juruena (bacia do Amazonas). Os estudos foram concluídos e os resultados estão sendo analisados pelos dirigentes do Ministério do Meio Ambiente. (x) Foi realizado pelo ICMBio a cadastramento socioeconômico de famílias em 45 unidades de conservação que compor um banco de dados nacional.

Foram realizadas ações de articulação institucional, acordos de cooperação e estudos preparatórios para execução das metas relativas a: (i) caracterização de valor nutricional de espécies nativas, (ii) mapeamento e diagnóstico da distribuição geográfica de variedades crioulas e parentes silvestres, (iii) apoio a redes e sistemas comunitários de conservação da agrobiodiversidade.

Metas 2012-2015

- **Caracterizar o valor nutricional de 40 espécies nativas priorizadas na Iniciativa "Plantas para o futuro", com vistas a diversificar a dieta do brasileiro**

Análise Situacional da Meta

Esta meta está relacionada ao projeto de cooperação internacional "Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem-Estar Humano", conhecido como "Biodiversity for Food and Nutrition" (BFN). No ano de 2012, foi organizada, juntamente com a Bioversity International, a Reunião Técnica Internacional Inicial do Projeto e a Primeira Reunião do Comitê de Coordenação Internacional. Essas reuniões foram realizadas no Rio de Janeiro, de 22 a 26 de abril de 2013. No primeiro semestre de 2013 foram conduzidas uma série de atividades. Em fevereiro foi organizada em Brasília/DF a Primeira Reunião do Comitê Nacional de Coordenação do Projeto BFN, ocasião em que foi realizada apresentação geral do projeto e desenvolvida oficina para definição das atividades iniciais. O Comitê Nacional de Coordenação do Projeto tem a responsabilidade de indicar as prioridades, discutir o orçamento e o plano de trabalho. O Projeto conta ainda com um Comitê Consultivo, onde participam, além dos órgãos acima, o Consea, a Embrapa, a Federação Nacional dos Nutricionistas, o Conselho Federal de Nutricionistas e a Articulação Nacional de Agroecologia. Em março foram realizadas reuniões bilaterais com os parceiros do projeto (MAPA, FNDE, MDA, MMA/SEDR, MS, MDS, Conab), para apresentação do plano de trabalho e definição de estratégias comuns para o desenvolvimento do projeto. Em junho foi iniciada articulação com o FNDE, para juntamente com os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar – CECANES, dar início às atividades de análise da composição (macro e micronutrientes). Ainda em junho foi realizada visita ao CECANE da Bahia, na Universidade Federal da Bahia - UFBA, onde foi apresentado o projeto para os técnicos dos CECANEs, que participaram do "Seminário Nacional sobre Educação Alimentar no Ambiente Escolar".

No segundo semestre de 2013 foram realizadas as seguintes ações. Em julho foram conduzidas reuniões para preparação do relatório de cofinanciamento 2013 e iniciado o levantamento das atividades realizadas pelos parceiros que foram pactuadas no período de elaboração do projeto e que constam das cartas de cofinanciamento enviadas pelos parceiros (MDS, MDS, MMA/SEDR, FNDE, CONAB, MS). Em julho foi realizada um visita ao CECANE de Santa Catarina, na UFSC, oportunidade em que foi apresentado o projeto em evento interno do FNDE, com técnicos dos CECANEs. Em outubro foi realizada a oficina "Introdução à Metodologia para Compilação de Dados de Composição Nutricional de Alimentos", em parceria com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e envolveu representantes dos CECANEs, com vistas ao desenvolvimento de capacidades para que dados de composição nutricional das espécies alimentícias da Iniciativa "Plantas para o Futuro" sejam disponibilizados em Tabelas de Composição de Alimentos - TCAs. A oficina capacitou representantes dos CECANEs, que apóiam a implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e estarão diretamente envolvidos em atividades propostas pelo

Plano Mais Brasil

projeto e forneceu ferramentas para a pesquisa e aquisição de dados de composição nutricional das espécies que são de interesse de iniciativas conduzidas pelos parceiros que participam do projeto BFN. Em novembro foi realizada uma apresentação do Projeto BFN no III Congresso de Nutrição para a Coletividade, em Fortaleza. Ainda em novembro foi publicado o Edital do Funbio de chamada para concessão de bolsas de estudos (Mestrado) para atividades de compilação de dados de composição nutricional de espécies vegetais priorizadas pelo Projeto Biodiversidade para a Alimentação e Nutrição - BFN (espécies de Plantas para o Futuro e Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade). No final de novembro e início de dezembro foram realizadas reuniões com os CECANEs da Universidade Federal de Goiás – UFG, Universidade Federal da Bahia - UFBA e Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Universidade Federal do Paraná – UFPR e Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, para propor a inclusão da temática apresentada pelo projeto nos planos de trabalho a serem elaborados pelos CECANEs. Em dezembro foi iniciada uma articulação para inclusão do Quênia, parceiro do Projeto BFN, no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) África. Foi realizada reunião previamente ao lançamento da segunda fase do Programa PAA Africa, com o objetivo de conhecer melhor o programa e verificar a possibilidade de integração do Quênia ao Programa.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Compartilhar manejos de 10 milhões de filhotes de quelônios ao ano**

Análise Situacional da Meta

Com a ampliação realizada em 2013, as atividades do Programa Quelônios da Amazônia (PQA) estão sendo desenvolvidas em 10 estados brasileiros (Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia, Roraima, Acre, Goiás, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins), dois a mais em relação aos anos anteriores. As atividades do PQA começam por volta de agosto de cada ano e se estende até fevereiro do ano seguinte, dependendo da região. Portanto, cada período deveria seguir a seguinte sistemática: 2012/2013, 2013/2014 e assim por diante. Importante ressaltar que o período de 2013/2014 ainda não está consolidado.

Quantidade alcançada

12.948.998

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	10.000.000	unidade	12.948.998	31/12/0013

- **Criar e assistir 6 redes comunitárias, implementando, no total, 48 sistemas comunitários de conservação e de uso sustentável da agrobiodiversidade**

Análise Situacional da Meta

O MMA trabalha em parceria com a Embrapa, por meio do seu Macroprograma 6 (Macroprogramas são prioridades definidas pelo Programa de Aceleração do Crescimento da Embrapa – PAC Embrapa. O Macroprograma 6 corresponde à prioridade: “Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar e à Sustentabilidade do Meio Rural”). MMA e Embrapa realizaram cinco Workshops regionais intitulados “Agrobiodiversidade e Agroecologia” em 2013. Os encontros ocorreram em Brasília/DF, Petrolina/PE, Belém/PA, Pirenópolis/GO e em Pelotas/RS. Os Workshops contaram com a participação da sociedade civil, de pesquisadores da Embrapa e de representantes de órgãos do governo, parceiros na implementação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). Seu objetivo principal era articular a elaboração/alinhamento de projetos visando o mapeamento contínuo de organizações e instituições, redes e de suas iniciativas envolvidas com a conservação de recursos genéticos da agrobiodiversidade, de

interesse da agroecologia e da produção orgânica, in situ, ex situ e on farm. Os projetos desenvolvidos devem se articular ao PLANAPO e ao Portfólio de Agricultura de Base Ecológica da Embrapa. Em 2013 foi celebrado um Acordo de Cooperação Técnica entre MMA e Embrapa com vistas a envidar esforços interinstitucionais para obtenção de informações relativas a representatividade das espécies, populações, variedades de cultivos dos sistemas agrobiodiversos, representatividade geográfica, situação de conservação das coleções, atividades de pesquisa, infraestrutura disponível para conservação de sementes, necessidades de pesquisa e desenvolvimento.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Definir estratégias para a gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos em três sub-bacias da região amazônica**

Análise Situacional da Meta

Foram realizados estudos para a gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos nas sub-bacias do Tapajós e do Juruena (bacia do Amazonas). Os estudos foram concluídos e os resultados estão sendo analisados pelos dirigentes do Ministério do Meio Ambiente.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	3	unidade	2	31/12/2013

- **Desenvolver e certificar modelos de uso sustentável para 5 espécies da fauna silvestre nativa com tecnologias conhecidas**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi elaborado o plano de manejo de javali e normatizado pela IN 03/2013. Ressalta-se a importância da iniciativa para regulação do setor, no entanto, não é uma espécie da fauna silvestre nativa.

No ano de 2013, o Ibama desenvolveu estudos para a revisão normativa dos manejos de Caiman yacaré, Jacaré do Pantanal, e Podocnemis sp., Tartaruga da Amazônia. Para a primeira espécie, o modelo de manejo pretendido será útil para outras espécies do mesmo gênero. No segundo caso, foi publicada no Ibama a portaria 15/2013 de institucionalização do PQA (Programa Quelônios da Amazônia) em substituição à anterior (portaria 259/2011). Ainda em 2013, foi elaborado o plano de manejo do Minhocuçul e encaminhado para análise jurídica. O Plano de Manejo da capivara está em elaboração, com previsão de término em dezembro de 2014.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	5	unidade	1	31/12/2013

- **Disponibilizar banco de dados das organizações existentes de Povos e Comunidades Tradicionais**

Análise Situacional da Meta

O portal YPADÊ (www.caa.org.br/ypade) é um portal com informações sobre povos e comunidades tradicionais, contendo um mapeamento inicial e banco de dados de entidades representativas desses segmentos. Foi desenvolvido por meio de contratação pelo MMA e Programa BRA 08/012/PNUD, com seu lançamento oficial na 18ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais -CNPCT, realizada durante a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), no Rio de Janeiro,

Plano Mais Brasil

em junho de 2012.

Em 2013, foi lançado edital com o objeto: contratação de consultoria para mapeamento e cadastramento de entidades representativas de povos e comunidades tradicionais, de forma a ampliar o banco de dados existente, bem como atualização e manutenção do portal Ypadê. A análise das propostas das empresas foi finalizada e a empresa deverá ser contratada no início de 2014.

- **Elaborar 6 Planos de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais**

Análise Situacional da Meta

No âmbito da CNPCT- Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, foi instituído em 2012, o Grupo de Trabalho Interministerial, instituído pela Portaria 138/2012 da SEPPIR, com o objetivo elaborar o I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. Coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o GTI contou com a participação dos Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Cultura, da Educação, da Saúde, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Secretaria de Diretos Humanos da Presidência da República, da Fundação Cultural Palmares, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana foi lançado em janeiro de 2013 e tem como objetivo primordial a salvaguarda da tradição africana preservada no Brasil, sendo composto por um conjunto de políticas públicas que objetivam principalmente a garantia de direitos, a proteção do patrimônio cultural e o enfrentamento à extrema pobreza, com a implementação de ações emergenciais e de fomento à inclusão produtiva.

Cabe destaque ainda no ano de 2013, a iniciativa para a elaboração de um plano de desenvolvimento sustentável das comunidades extrativistas: a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) – mediante a Portaria Interministerial nº 29 de 8 de fevereiro daquele ano – com a finalidade de elaborar um Plano do Fortalecimento do Extrativismo (PLANAFE). Esta iniciativa se insere na estratégia do governo federal de articular as políticas do governo voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável, geração de renda e justiça social para as populações extrativistas. O GTI, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), é integrado pelos Ministérios: do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e as organizações da sociedade civil: Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Marinhas e Costeiras (CONFREM). Ao longo de 2013 realizaram-se três (03) reuniões do GTI, além de diversas reuniões com outros parceiros do governo e da sociedade civil.

Ainda no contexto de fortalecimento da pauta extrativista, em novembro de 2013, o Governo Federal apoiou a realização do 2º Chamado da Floresta, organizado pelo CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas. O evento ocorreu no Estado do Pará, com a participação de cerca de 1.600 extrativistas, representantes de diversas categorias e organizações como pescadores, seringueiros, ribeirinhos, geraizeiros, fundo de pasto e quebradeiras de coco babaçu. Além disso, estiveram presentes 4 Ministros (MMA, MDS, MDA e SG/PR) e cerca de 50 técnicos do governo federal (MMA, MDA, MDS, MS, MEC, SPU, ICMBio, Incra e Conab).

Para o Governo Federal foi uma oportunidade para a realização de um balanço e avaliação das políticas públicas implementadas para as populações extrativistas, mas principalmente para propor uma agenda de compromissos e metas com vistas ao desenvolvimento do extrativismo no Brasil, no curto, médio e longo prazo.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

- **Fomentar 200 projetos de uso e conservação da biodiversidade**

Análise Situacional da Meta

Para aferição do cumprimento dessa meta, foram utilizados os dados informados sobre projetos apoiados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA e Fundo Nacional de Mudança do Clima – FNMCF, instrumentos de fomento a projetos sócio ambientais do MMA.

No ano de 2012 o FNMA apoiou com essa temática 5 projetos dos quais 3 direcionados à iniciativas comunitárias conservacionistas protagonizadas por mulheres (pescadoras, marisqueiras, quebradeiras de coco babaçu e agricultoras familiares em geral); e 2 voltados à implementação de Planos de Ação para Conservação de Comunidades de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção. Já o FNMC apoiou 15 projetos envolvendo a temática, somando no total 20 projetos.

Em 2013, o FNMA aprovou 7 projetos de conservação e manejo da biodiversidade, 4 são de instituições públicas e 3 de Organização Não Governamentais. No entanto, os convênios ainda não foram celebrados, o que deve acontecer somente no exercício de 2014. Já o FNMC apoiou 5 projetos, totalizando no período 2012/13, 25 projetos apoiados e mais 7 projetos aprovados.

Soma-se a esses números 10 projetos de redes, aditivados no âmbito do PDA (Projetos Demonstrativos) implementado pelo Ministério do Meio Ambiente.

Quantidade alcançada

35

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar 30 arranjos produtivos locais envolvendo produtos da sociobiodiversidade**

Análise Situacional da Meta

Essa meta tinha como objetivo contribuir para implementação de ações constantes no Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade - PNPSB, instituído por meio da Portaria Interministerial nº 239, de 21 de junho de 2009, cujo objetivo é fomentar o uso sustentável da biodiversidade pelos povos e comunidades tradicionais. Dessa forma, foram identificados 30 espécies com potencial econômico de uso sustentável.

Em 2012, foram apoiadas 12 organizações locais, visando a mobilização, articulação e capacitação das organizações econômicas dos povos e comunidades tradicionais (Cooperativa e Associações) e outros atores que interferem nas cadeias produtivas da sociobiodiversidade, na busca de fortalecer os Arranjos Produtivos Locais – APLs, das cadeias prioritárias, de modo que os segmentos de povos e comunidades tradicionais consigam se organizar para acessar os mercados e estabelecer relações com os outros seguimentos que participam ou interferem nas cadeias de forma mais equilibrada:

Os APLs apoiados em 2012 foram os seguintes:

1 - pequi (Norte de Minas Gerais),

2 - pinhão (Paraná),

3 - umbu e licuri (região de Paulo Afonso - Bahia),

4 - piaçava (baixo Sul da Bahia),

5 - pequi e babaçu (região da Serra do Araripe - Ceará),

6 - babaçu (região do médio Mearim - Maranhão),

7 - buriti (Piauí),

8 - carnaúba (Piaui),

9 – castanhas-do-brasil e óleos de andiroba e copaíba (região da BR 163 - Pará),

Plano Mais Brasil

10 - açaí e óleo de copaíba (região do baixo amazonas – Oriximiná -Pará),
11 - açaí (região da Ilha do Marajó - Pará),
12 - piaçaba (Alto e médio Rio Negro - Amazonas).

Em 2013, o MMA continuou apoiando os mesmos APLs. Com exceção dos APLs do pinhão no Paraná e carnaúba no Piaui, as organizações que executaram esses projetos concluíram o trabalho em 2012.
Dessa forma, em 2013, continua-se apoiando 10 APLs que envolvem 11 espécies de produtos da sociobidiversidade: babaçu, castanha do brasil, pequi, piaçava (BA), piaçaba (AM), umbu, licuri, andiroba, copaíba, Buriti, açai; nos seguintes estados: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Minas Gerais.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	12	unidade	5	31/12/2013
Bioma Caatinga	3	unidade	3	31/12/2013
Bioma Cerrado	8	unidade	2	31/12/2013
Bioma Mata Atlântica	7	unidade	2	31/12/2013

- **Incentivar a ampliação do uso de 12 espécies subutilizadas da flora nativa**

Análise Situacional da Meta

O MMA vem conduzindo uma série de iniciativas voltadas à conservação, ampliação do conhecimento e à promoção do uso sustentável dos recursos genéticos. Em 2011, o MMA publicou o livro: Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial – Plantas para o Futuro – Região Sul. A edição desse livro alcançou enorme repercussão nacional e internacional, que demonstra o acerto do Ministério no desenvolvimento dessa iniciativa. Agora o MMA avança na organização e sistematização do livro: Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial – Plantas para o Futuro – Região Centro-Oeste, com vistas à sua publicação.

No primeiro semestre de 2013, foram revisados e finalizados diversos portfólios referente aos grupos de plantas alimentícias, medicinais e ornamentais. A publicação do livro será mais uma importante contribuição para a promoção do uso da biodiversidade do Centro-Oeste brasileiro. Da mesma forma, foram iniciadas as ações relativas à organização e sistematização das informações para a publicação do livro referente à Região Norte. Nesse contexto, foram realizadas reuniões com o Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém, para dar continuidade as ações referentes à publicação do livro Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial – Plantas para o Futuro – Região Norte. Nessas reuniões, foram avaliadas a qualidade dos portfólios já elaborados e as possíveis espécies que deverão compor os diferentes grupos de plantas.
No segundo semestre de 2013, novos portfólios de espécies da flora nativa da Região Centro-Oeste foram elaborados e revisados e os documentos estão sendo organizados e sistematizados com vistas à publicação do livro.
Essa iniciativa vem promovendo a ampliação do conhecimento sobre a biodiversidade nativa da flora brasileira, estimulando a conservação e uso sustentável de seus recursos genéticos. Espécies que até recentemente não faziam parte da mesa do brasileiro ou que, até então, eram utilizadas apenas em âmbito local começam a alcançar os mercados das grandes capitais e estão, rapidamente, se tornando novas opções para a mesa do brasileiro. É o caso da goiabeira serrana (Acca sellowiana) e da jussara/açaí (Euterpe edulis e Euterpe oleracea). O caso da Jussara e do açaí se refere a uma situação bastante peculiar, já que ambos foram até recentemente explorados apenas para palmito e agora a prioridade volta-se para o uso da polpa do fruto, o que permite um uso e manejo muito mais sustentável. Da mesma forma, a araucária (Araucaria angustifólia), que até pouco tempo era utilizada, basicamente, apenas como opção madeireira, tem agora seu fruto amplamente explorado em diversas regiões do país e já começa a integrar, de forma

definitiva, a culinária do brasileiro, torando-se mais uma opção que corrobora para um uso mais sustentável da biodiversidade nativa.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2013

- **Mapear a distribuição geográfica das variedades crioulas e parentes silvestres de 4 espécies de plantas cultivadas**

Análise Situacional da Meta

Os parentes silvestres de plantas cultivadas representam um patrimônio de grande relevância para o Brasil e para toda a humanidade, na medida em que desenvolveram ao longo de sua existência condições para sobreviver a condições extremas, como secas, inundações, calor e frio, e ainda adquiriram resistências a pragas e doenças que causam tantos danos às culturas afins.

Apesar da promessa da biotecnologia, os melhoristas continuarão a depender de material genético convencional para o desenvolvimento de novas cultivares altamente especializadas. Os parentes silvestres e as raças locais/variedades crioulas das plantas cultivadas fornecem uma importante fonte desse material. A conservação desses parentes silvestres e das raças locais/variedades crioulas é, entretanto, tarefa complexa e tecnicamente difícil e, até certo ponto, negligenciada por diferentes segmentos da sociedade.

Muitas espécies, das quais foram selecionadas as plantas cultivadas, continuam ainda sobrevivendo em condições naturais. O mesmo acontece com as espécies silvestres afins. Esse "pool" de espécies silvestres constitui os parentes silvestres das plantas cultivadas. Apesar de ainda estarem evoluindo na natureza, os parentes silvestres vivem sob regras muito diferentes em relação às culturas: sobrevivem os mais adaptados. Muitas destas espécies desenvolveram resistência a pragas e a doenças que causam tantos danos às culturas afins. Estas são algumas das razões porque os parentes silvestres das plantas cultivadas e suas raças locais/variedades crioulas são de tanta importância para a humanidade.

Apesar disso, predomina uma falta de informação sobre os parentes silvestres de plantas cultivadas, e muitas estão com sua sobrevivência ameaçada, principalmente pela destruição dos ambientes naturais onde ocorrem. É essencial, portanto, que as instituições com governança nessa área realizem esforços visando garantir a conservação dos parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas no País, de modo a torná-los disponíveis para uso pelos atuais e futuros programas de pesquisa que enfrentam constantes dificuldades na superação dos desafios impostos pelas diferentes culturas.

Tendo em vista a dimensão continental do Brasil, o mapeamento da distribuição geográfica das variedades crioulas e dos parentes silvestres é uma tarefa tecnicamente complexa e bastante onerosa. Apesar disso, o MMA já empreendeu uma série de ações voltadas à proteção dos parentes silvestres e das variedades crioulas de culturas como algodão, amendoim, arroz, abóboras, mandioca, milho e pupunha. Agora esforços estão sendo dedicados para a conservação de parentes silvestres e variedades crioulas de outras culturas.

No 1º semestre de 2013, foram realizadas reuniões com a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia com vistas à avaliação das áreas e espécies mais adequadas para a realização desses mapeamentos. No 2º semestre de 2013 as reuniões avançaram sendo levantada a possibilidade da elaboração de um Acordo de Cooperação Técnica entre MMA e Embrapa a fim de realizar o mapeamento da distribuição geográfica das variedades crioulas e parentes silvestres. Assim, e com vistas a subsidiar a organização de um Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA e a Embrapa, foi elaborado um plano de trabalho. Tal plano deverá se constituir na base para o avanço das negociações e implementação de ações que possam conduzir para o mapeamento e conservação desses parentes silvestres.

Plano Mais Brasil

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Promover 17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade em âmbito nacional**

Análise Situacional da Meta

Durante o exercício de 2012, apoiou-se a articulação e fortalecimento das cadeias de 14 espécies dos seguintes produtos da sociobiodiversidade: babaçu, buriti, carnaúba, pequi, piaçava (BA), Pinhão, piaçaba (AM), castanha do brasil, andiroba, copaíba, açai, umbu, licuri, juçara.

Em 2013, permaneceu o apoio à articulação de 17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade com exceção do pinhão, por meio de 11 APLs: pequi e outros frutos do cerrado (no APL do Norte de Minas Gerais), umbu e licuri (no APL da região de Paulo Afonso – Bahia), piaçava (no APL do baixo Sul da Bahia), pequi e babaçu (no APL da região da Serra do Araripe – Ceará), babaçu (no APL da região do médio Mearim – Maranhão), buriti (no APL do Piauí), castanhas-do-brasil e óleos de andiroba e copaíba (no APL da região da BR 163 – Pará), açaí e óleo de copaíba (no APL da região do baixo amazonas - Oriximiná - Pará), açaí (no APL da região da Ilha do Marajó – Pará), piaçaba (no APL do Alto e médio Rio Negro – Amazonas) e Canaúba no APL do Rio Grande do Norte.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	6	unidade	7	31/12/2013
Bioma Caatinga	3	unidade	5	31/12/2013
Bioma Cerrado	4	unidade	3	31/12/2013
Bioma Mata Atlântica	4	unidade	2	31/12/2013

- **Promover o acesso de 100 mil famílias de Povos Comunidades Tradicionais e Agricultores ao mercado**

Análise Situacional da Meta

Os instrumentos para atingimento dessa meta foram a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade - PGPMBio e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

No período de janeiro de 2012 a dezembro de 2013 foram investidos em operações de subvenção a produtos extrativos (PGPMBio) - açaí, pequi, fibra de piaçava, castanha do Brasil, amêndoa de babaçu e borracha – 10,4 milhões de reais, viabilizando 23,4 mil acessos de famílias extrativistas. As operações de subvenção induziram o aumento significativo na quantidade produzida desses produtos, colaborando para formalização de negócios, formação de preços e estruturação de cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Em 2013, o programa viabilizou 12.495 acessos com investimento de R$ 5,5 milhões de reais.

Atualmente, na lista de produtos da PGPMBio, constam 13 produtos extrativistas, com previsão de investimentos da ordem de 120 milhões até 2016. As compras e subvenções governamentais desses produtos promovem o rompimento das relações de exploração e de monopólio por parte de compradores a nível local, e tem gerado competição entre compradores, o que provoca melhoria dos preços pagos aos extrativistas, estímulo à formalização da atividade e estruturação de cadeias extrativistas.

O PAA , entre 2012 e 2013, investiu 40,4 milhões de reais em aquisição de produtos da sociobiodiversidade, recursos acessados por mais de 8,6 mil famílias extrativistas. Em 2013, o programa foi acessado por 2,8 mil famílias extrativistas com investimento de R$ 14,8 milhões de reais. Somam-se a esses números as operações realizadas em parceria com estados e municípios, sobre as quais ainda não temos informações consolidadas.

No período os dois programas foram acessados por 32 mil famílias com investimentos de R$ 50.8 milhões de reais.

Quantidade alcançada

32.064

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar o cadastramento de famílias em 44 unidades de conservação**

Análise Situacional da Meta

Já se realizou o cadastro com o formulário antigo em 33 unidades de conservação. Esses formulários estão sendo sistematizados e analisados pela Universidade Federal de Viçosa para verificação e validação das informações para inclusão no banco de dados. Nesse final de ano de 2013, mais 12 unidades vão finalizar o cadastramento das famílias. No total são 30 UC na região amazônica, 4 no cerrado, 8 na zona costeira e 3 na mata atlântica, num total de 45 unidades. Inicialmente estavam previstas, erroneamente, unidades na caatinga, mas para a ação do cadastramento não estão listadas UC de uso sustentável com população tradicional nesse bioma (caatinga).

Quantidade alcançada

45

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	30	unidade	30	31/12/2013
Bioma Caatinga	2	unidade	0	31/12/2013
Bioma Cerrado	4	unidade	4	31/12/2013
Bioma Mata Atlântica	4	unidade	3	31/12/2013
Zona costeira e marinha	4	unidade	8	31/12/2013

- **Realizar um diagnóstico nacional das instituições envolvidas com a conservação da agrobiodiversidade in situ, on farm e ex situ**

Análise Situacional da Meta

A conservação global da biodiversidade significa maior segurança para os programas relacionados à produção agrícola e à conservação biológica, bem como para a segurança alimentar. Em relação aos recursos fitogenéticos, estimativas da FAO indicam a existência, em âmbito mundial, de cerca de 6,5 milhões de acessos de interesse agrícola mantidos em condição ex situ. Desse total, 50% são conservados em países desenvolvidos, 38% em países em desenvolvimento e 12% distribuídos nos Centros Internacionais de Pesquisa (IARCs), do Grupo Consultivo Internacional de Pesquisa Agrícola (CGIAR). Além da condição ex situ, os recursos genéticos podem ser mantidos também na condição in situ e on farm. Essas três formas de conservação são complementares e formam, estrategicamente, a base para a implementação dos três grandes objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica, ou seja, a conservação da diversidade biológica; o uso sustentável dos seus componentes; e a repartição dos benefícios derivados do uso dos recursos genéticos.

Nos últimos anos ocorreram, em âmbito mundial, importantes avanços relacionados à conservação e à promoção do uso dos recursos genéticos, a exemplo dos acordos logrados pelos países: 1) o Plano Global de Ação para a Conservação e a Utilização Sustentável dos Recursos Genéticos para a Alimentação e a Agricultura; e 2) o Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura. Apesar desses avanços, deve-se reconhecer que a conservação dos recursos genéticos no Brasil, um dos principais países de megadiversidade, não se encontra em condição ideal. Faltam inventários relativos às instituições envolvidas na conservação in situ, on farm e ex situ de recursos genéticos (fauna, flora e microrganismos); representatividade das coleções, tanto em termos regionais quanto nos biomas; infraestrutura existente em cada coleção; nível de uso e intercâmbio de recursos genéticos, bem como informações sobre as necessidades e as medidas necessárias para a conservação desses materiais a curto, médio e longo prazos. Esse levantamento ainda não foi finalizado. O MMA vem desenvolvendo esforços para que o País consiga finalizar esse inventário nacional das coleções que mantém recursos genéticos. Para tanto, o MMA

Plano Mais Brasil

está realizando reuniões internas para definir estratégias para a realização de um diagnóstico nacional das instituições envolvidas na conservação dos componentes da agrobiodiversidade. Atualmente, está sendo avaliada a possibilidade da realização de um termo de cooperação entre o MMA e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE para a realização desse diagnóstico. No 2º semestre de 2013, foi realizada uma análise de custos envolvidos para a realização do diagnóstico e possíveis estratégias a serem adotadas em sua execução. Somente a partir de um levantamento dessa natureza é que o país terá condições de definir uma estratégia para a manutenção desses recursos em âmbito nacional.

- **Remunerar 70 mil famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação de recursos naturais no meio rural (Plano Brasil Sem Miséria)**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Bolsa Verde, criado pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, tem sido implementado com o objetivo de incentivar a conservação dos ecossistemas, promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural. O programa tem se concentrado na Região Norte do país, com 72% das famílias beneficiárias, em função da importância dos ativos ambientais, do elevado número de territórios de uso sustentável e do grande contingente populacional em situação de extrema pobreza nas áreas rurais dessa região. Ainda assim, existem famílias recebendo o benefício em 24 estados, além do Distrito Federal. Em dezembro de 2013 o programa já atingiu um total de 51.072 famílias beneficiadas. Essas famílias residem em 65 Unidades de Conservação de Uso Sustentável geridas pelo ICMBio (32%), em 767 Projetos de Assentamento do INCRA (62%) e em 54 municípios com áreas públicas da União (territórios de ribeirinhos), reconhecidos pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, com um total de 3.367 famílias (6%). Até o final de 2014, o programa pretende atender 73 mil famílias, sendo que 70% da meta foi alcançada até dezembro de 2013. Ainda em 2013, foram celebrados termos de cooperação para elaboração de metodologia para o programa de capacitação ambiental de beneficiários do Programa Bolsa Verde e para o monitoramento amostral, a serem implementadas a partir de 2014. Também estão sendo contratadas empresas que prestarão assistência técnica para o público beneficiário do programa em 11 UCs e 90 assentamentos, beneficiando um total de 26.597 famílias, conforme edital de ATER Extrativista lançado pelo INCRA em maio de 2013.

Quantidade alcançada

51.072

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0507 - Modernizar a gestão, promover o acesso aos recursos genéticos da biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais associados e assegurar a repartição justa e equitativa dos benefícios gerados.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2012, o MMA reiniciou a elaboração de um novo marco legal de acesso ao patrimônio genético e repartição de benefícios, com os objetivos de simplificar os procedimento para obtenção de autorização de acesso, trazendo regras mais claras para a repartição de benefícios, segurança jurídica e redução da burocracia, bem como estimular o uso sustentável dos ativos da biodiversidade e fomentar a ciência, tecnologia e inovação nos setores acadêmico e industrial. Ao mesmo tempo, o MMA fortaleceu institucionalmente o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) com a contratação de novos funcionários e modernização da gestão da Secretaria Executiva. Como parte da estratégia de modernização da gestão, em 2012 e 2013 vem sendo desenvolvido um sistema digital de solicitação de acesso, como também um Portal de Acesso ao Patrimônio Genético voltado para orientar os usuários sobre a aplicação da legislação, de forma eficiente e ágil. Já foi finalizada a tramitação de 80% dos processos do passivo (processos que entraram no CGEN até 2011); 80%

dos processos que entraram em 2012; e cerca de 20% dos processos de 2013;mais de 300 coleções ex situ foram credenciadas como fiéis depositárias. Isto representa um avanço de mais de 1000% em relação à situação encontrada em 2010. Grande parte deste sucesso se deve também às iniciativas do CGEN de aperfeiçoar o marco legal existente para torná-lo mais aplicável e seguro para os usuários e para o próprio CGEN.A edição das Resoluções 35, 37, 39 e 40, as Orientações Técnicas no. 7 e 8, bem como a revisão do regimento interno e das resoluções de remessa de amostra de componente do patrimônio genético exemplificam essa modernização.

Metas 2012-2015

- **60 instituições credenciadas como fiéis depositárias do patrimônio genético**

  Análise Situacional da Meta

  Foram credenciadas 33 Instituições como Fiel Depositária em 2013 e a meta foi alcançada em 55%. O avanço desta dependente das solicitações das instituições públicas em credenciar as coleções de recursos genéticos como fiéis depositárias do patrimônio genético. A expectativa para 2015 é o alcance da meta, devido ao interesse das instituições em atender à Medida Provisória Nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001 e às legislações Brasileiras sobre acesso ao patrimônio genético e ao Protocolo de Nagoia.

  Quantidade alcançada

  33

  Data de Referência

  31/12/2013

- **Credenciar 3 instituições para emissão de autorização de acesso aos recursos genéticos**

  Análise Situacional da Meta

  Esta ação foi postergada, a fim de priorizar a modernização da gestão do patrimônio genético, no que se refere a sua adequação normativa, prioritariamente através da elaboração de um novo marco legal de acesso ao patrimônio genético, no sentido de buscar retorno de benefícios resultantes da utilização dos recursos genéticos. É possível que diante ao novo marco legal, não seja mais estratégico o credenciamento de novas instituições e essa meta poderá vir a ser anulada.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2013

- **Implantar Sistema informatizado de gestão do acesso aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados integrado com todas as instituições credenciadas**

  Análise Situacional da Meta

  O sistema digital de solicitação de acesso encontra-se em desenvolvimento com a firma (BASIS) contratada pelo CGTI –Coordenação Geral de Tecnologia da Informação do MMA, desde 29/08/2012 (1ª reunião), sendo que a primeira fase (modulo I) está sendo finalizada. O módulo II está quase na metade. O módulo III não foi iniciado. Encontra-se em fase inicial de desenvolvimento um Portal de Acesso ao Patrimônio Genético voltado para orientar os usuários sobre a aplicação da legislação, de forma eficiente e ágil. Já foi finalizada a tramitação de 80% dos processos do passivo (processos que entraram no CGEN - Conselho de Gestão do Patrimônio Genético- até 2011); 80% dos processos que entraram em 2012; e cerca de 20% dos processos de 2013; mais de 300 coleções ex situ foram credenciadas como fiéis depositárias. Até o momento, 30% da meta foi alcançada.

OBJETIVO: 0508 - Recuperar o estado de conservação das espécies brasileiras, com ênfase nas ameaçadas de extinção.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Plano Mais Brasil

Análise Situacional do Objetivo

Durante o ano de 2013 o MMA articulou a publicação de um ato normativo que indicasse as obrigações do MMA e de suas instituições vinculadas (ICMBIO e JBRJ) no que se refere à gestão das espécies ameaçadas de extinção. A previsão é que a instrução normativa seja publicada durante o primeiro semestre de 2014.

Com relação à fauna ameaçada de extinção em 2013 foram realizadas 14 oficinas com a participação de mais de 270 especialistas da comunidade científica brasileira e estrangeira para avaliação do risco de extinção de 3.016 espécies. No total, já foram avaliadas 7.635 espécies, em 55 oficinas de trabalho com participação de mais de 800 especialistas da comunidade científica. A avaliação do estado de conservação da fauna chegou a 6.909 animais vertebrados (o que representa 76% de todos os vertebrados descritos para o Brasil).

A legislação atual reconhece 627 espécies da fauna brasileira como ameaçadas de extinção. O ICMBIO coordenou a elaboração de três novos planos em 2013 (Aves do Cerrado e Pantanal, Pequenos Felinos e Fauna Aquática da Bacia do Rio São Francisco) contemplando 21 espécies, totalizando 307 espécies ameaçadas de extinção com Planos de Ação Nacional (PAN) elaborados (49% do total) além de outras 383 espécies não ameaçadas de extinção mas que também foram contempladas nos Planos, já que foram consideradas próximas a entrar na lista de espécies ameaçadas. Em 2013, as oficinas de elaboração dos Planos de Ação para as espécies ameaçadas contaram com a presença de 106 participantes e 65 instituições envolvidas. Ainda em 2013, com relação ao monitoramento das ações de 25 PAN´s, 42% das ações previstas estão em andamento ou concluídas. Participaram destas oficinas 418 participantes e 240 instituições. Além disto, 34 projetos de implementação de planos de ação foram realizados em 2013. Quanto à ocorrência das espécies da fauna ameaçada de extinção nas unidades de conservação já em 2012 foi apurado que 58,8% das espécies da fauna ameaçadas de extinção tinham registro de ocorrência em UC federais. Ainda deverá ser feito o levantamento da ocorrência dessas espécies em UC´s estaduais e municipais. Com base nas informações de distribuição de espécies coletadas em 2013, estima-se que 482 espécies ameaçadas devem ocorrer nas UC federais (77%). Este dado será validado em 2014.

Em 2013, foram avaliadas 4.616 (98% da meta estabelecida) espécies da flora quanto ao risco de extinção (estado de conservação). A lista com o resultado das avaliações das espécies será objeto de avaliação e a nova lista oficial deverá ser divulgada em 2014.

Em 2012, foram elaborados dois planos de ação, oficializados pelo ICMBio, contendo 44 espécies ameaçadas de extinção incluídas na lista oficial (IN 06/2008). Em 2013, foram elaborados dois planos de ação contendo cinco espécies constantes na lista oficial (IN 06/2008). Um plano de ação está sendo elaborado contendo 63 espécies criticamente ameaçadas do bioma cerrado, de modo a avaliar o novo modelo de plano de ação propostos para a flora.

Quanto à flora ameaçada de extinção, a avaliação com relação à conservação ex situ das espécies ameaçadas de extinção indica que 101 espécies, 21,4% das espécies constantes na Lista Oficial (IN 06/2008), são conservadas em condições ex situ (fora da sua área natural de ocorrência). Com relação à conservação in situ, a estimativa é de que 269 espécies, 57% das 472 espécies constantes na Lista Oficial (IN 06/2008), tenham pelo menos a metade de suas extensões de ocorrência dentro de unidades de conservação federais e estaduais.

Quanto à avaliação do comércio de espécies ameaçadas de extinção, até o momento, foram avaliadas 11 espécies ameaçadas de extinção com relação ao comércio internacional CITES - Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora.

Metas 2012-2015

- **80% das espécies da fauna ameaçadas de extinção com populações presentes em unidades de conservação**

Análise Situacional da Meta

Esta é uma meta de acompanhamento. Em 2012 foi apurado que 58,8% das espécies da fauna ameaçadas de extinção tinham registro de ocorrência em UCs federais. Para 2013, estava planejado verificar a ocorrência destas espécies em UC estaduais e municipais, por meio do desenvolvimento de um sistema de informação. No entanto, o desenvolvimento do sistema não foi concluído em 2013, o que impossibilitou a verificação destas espécies em UCs

estaduais.Com bases nas informações de distribuição de espécies coletadas em 2013, estima-se que 482 espécies ameaçadas devem ocorrer nas UC federais (77%). Este dado será validado em 2014.

Quantidade alcançada

58,8

Data de Referência

31/12/2013

- **Avaliar a situação de 20 espécies ameaçadas de extinção com relação ao comércio internacional CITES - Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora**

Análise Situacional da Meta

Foram avaliadas 11 espécies durante os anos de 2012 e 2013, todas elas foram apresentadas em forma de projeto na 16ª Conferência das Partes da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção – CITES. São elas:

1) Carcharhinus longimanus (Tubarão)
2) Sphyrna lewini (Tubarão martelo)
3) Sphyrna mokarran (Tubarão martelo)
4) Sphyrna zygaena (Tubarão martelo)
5) Lamna nasus (Tubarão galha branca)
6) Manta birostris (Arraia)
7) Manta alfredi (Arraia)
8) Tillandsia kautskyi (Bromélia)
9) Tillandsia sucrei (Bromélia)
10) Tillandsia sprengeliana (Bromélia)
11) Aniba rosaeodora (Pau-rosa)

As sete primeiras espécies foram incluídas no anexo II da CITES por serem bastante exploradas pelo comércio internacional e por se enquadrarem nos critérios de avaliação do anexo II. As espécies 8, 9 e 10 foram retiradas do anexo II por não haver ameaçada pelo comércio internacional e por serem encontradas em Unidades de Conservação. Para todas estas espécies, foram elaborados projetos com justificativa para cada uma. Para a espécie 11 foi realizado um ajuste no escopo das partes da espécie que estão incluídas no anexo II com a finalidade de dar uma maior eficiência no produto comercializado da espécie.

Foi realizada avaliação que subsidiou a exclusão de 3 espécies de bromélias e inclusão de 3 espécies de tubarões dos anexos das CITES.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2013

- **Conservar ex-situ e/ou in-situ 40% das espécies da flora ameaçada de extinção**

Análise Situacional da Meta

Permanece a inexistência de uma estratégia nacional para dar suporte à implementação das ações de conservação “ex situ”, especialmente de espécies ameaçadas que necessita de um aprimoramento dos mecanismos legais para facilitar este tipo de conservação e a necessidade de fortalecimento institucional, recursos na forma de editais e fortalecimento do Programa de Fortalecimento de Jardins Botânicos. Torna-se fundamental que as instituições envolvidas e relacionadas a esta meta ganhem escala para suportar o aumento da lista de espécies ameaçadas a medida que avançam as avaliações do risco de extinção das espécies da flora, com base na Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção (IN nº 06/2008). O Centro Nacional de Conservação da Flora do JBRJ realizou avaliação com

Plano Mais Brasil

relação à conservação “ex situ” das espécies ameaçadas de extinção que indica que 101 espécies, (21,4%) das espécies constantes na Lista Oficial (IN 06/2008) são conservadas em condições “ex situ” (fora da sua área natural de ocorrência). Com relação a conservação “in situ”, a estimativa é de que 269 espécies (57%) das 472 espécies constantes na Lista Oficial (IN 06/2008) tenham pelo menos a metade de suas extensões de ocorrência dentro de unidades de conservação federais e estaduais.

Quantidade alcançada

39

Data de Referência

31/12/2013

- **Diagnosticar o estado de conservação de 100% das espécies de vertebrados**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram realizadas 14 oficinas com a participação de mais de 270 especialistas da comunidade científica brasileira e estrangeira para avaliação do risco de extinção de 3.016 espécies. Ao todo já foram avaliadas 7.635 espécies, em 55 oficinas de trabalho com participação de mais de 800 especialistas da comunidade científica, neste universo estão 6.909 animais vertebrados, o que representa 76% de todos os vertebrados descritos para o Brasil. Os resultados foram encaminhados ao Ministério do Meio Ambiente para que sejam discutidos na Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO e subsidiem atualização da Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção.

Quantidade alcançada

76,57

Data de Referência

31/12/2013

- **Diagnosticar o estado de conservação de 4.722 espécies da flora (plantas vasculares)**

Análise Situacional da Meta

Foram avaliadas 4616 (98% da meta estabelecida) espécies quanto ao risco de extinção (estado de conservação). A lista das espécies avaliadas foi encaminhada a SBF/MMA.

Quantidade alcançada

4.617

Data de Referência

31/12/2013

- **Elaborar Planos de Ação para 100% espécies da fauna ameaçadas de extinção**

Análise Situacional da Meta

Atualmente são consideradas ameaçadas de extinção 627 espécies da fauna brasileira. Desde 2006 são elaborados Planos de Ação Nacional – PAN para espécies da fauna ameaçadas de extinção. O ICMBio coordenou a elaboração de 3 novos planos em 2013 (Aves do Cerrado e Pantanal, Pequenos Felinos e Fauna Aquática da Bacia do Rio São Francisco) contemplando 21 novas espécies, totalizando 307 espécies ameaçadas com PAN (49%), além de outras 383 espécies não ameaçadas de extinção, que também foram contempladas nos Planos. Em 2013, as oficinas de elaboração contaram com a presença de 106 participantes e 65 instituições envolvidas.

Em 2013 foram realizadas 25 oficinas de monitoramento, contemplando 25 PAN. Ao todo 42% das ações previstas em PAN estão em andamento ou concluídas. Participaram destas oficinas 418 participantes e 240 instituições. Além disto, 34 projetos de implementação de planos de ação foram realizados em 2013.

Quantidade alcançada

48

Data de Referência

31/12/2013

- **Elaborar Planos de Ação para 500 espécies da flora ameaçadas de extinção**

Análise Situacional da Meta

A partir do diagnóstico realizado pelo Centro Nacional de Conservação da Flora – CNCFlora e encaminhado ao MMA em 2012, verificou-se a necessidade de um aprofundamento no tema relativo a efetividade e monitoramento dos planos quanto a sua implementação, considerando novas abordagens e modelos a serem testados para o planejamento de ações para conservação de espécies ameaçadas da flora. Em 2012, foram elaborados dois planos de ação oficializados pelo ICMBio contendo 44 espécies ameaçadas de extinção incluídas na lista oficial (IN 06/2008). Em 2013, de Janeiro a Julho, foram elaborados pelo CNCFlora dois planos de ação contendo cinco espécies constante na lista oficial (IN 06/2008). Um plano de ação está sendo elaborado contendo 63 espécies criticamente ameaçadas do bioma cerrado, de modo a avaliar o novo modelo de plano de ação propostos para a flora. Meta parcialmente atingida.

Quantidade alcançada

49

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0509 - Aprimorar instrumentos de prevenção, monitoramento, avaliação e controle do uso da biodiversidade visando a biossegurança e o equilíbrio dos ecossistemas.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério do Meio Ambiente e suas instituições vinculadas vem implementando com sucesso ações necessárias ao cumprimento deste objetivo. Entende-se por ações os planos de controle, medidas de prevenção, monitoramento da implementação e publicações regulamentares.

Individualmente, cada meta obteve êxito no exercício de 2013. Houve avanços significativos no âmbito de espécies invasoras, sendo que, em pelo menos 35 unidades, há ações em curso relativas ao controle dessas espécies, das quais em 33 já foram implementadas. Em relação às ações regulamentares, foram publicadas Portarias, Instruções Normativas e Regulamentos, específicos das metas realizadas, conforme previsto inicialmente.

Dessa forma, a interlocução com os diversos atores envolvidos (vinculadas ao MMA, outros Ministérios - Relações Exteriores, da Pesca - Estados, Municípios e Conselhos) proporcionou o bom andamento das políticas relacionadas ao objetivo.

Metas 2012-2015

- **Implementar em 30 unidades de conservação federais medidas de prevenção, controle de uso e dispersão, monitoramento e erradicação de espécies invasoras**

Análise Situacional da Meta

Quanto ao controle de espécies exóticas invasoras em unidades de conservação, em 2013 logrou-se obter, pelo menos, 35 unidades de conservação (UC´s) com ações sendo desenvolvidas voltadas ao controle de espécies exóticas, desde unidades de conservação com planos prontos para serem iniciados a algumas unidades de conservação com programas de manejo bem estruturados. No ambiente marinho-costeiro, 3 UC´s (APA Fernando de Noronha, PARNA Marinho de Fernando de Noronha em sua parte terrestre e Rebio Arvoredo); no Cerrado 6 UC´s (Rebio Contagem, Parna Chapada dos Veadeiros, Parna de Emas, Parna Brasília, Parna Serra da Bodoquena, Parna Serra do Cipó); na Caatinga 2 UC´s (Parna Chapada Diamantina e Esec Seridó); na Amazonia 5 UC´s (Rebio Guaporé, Resex do Rio Cajari, Flona de Bom Futuro, Flona de Jamari e Rebio Lago Piratuba; e na Mata Atlântica 19 UC´s (Parna Serra dos Órgãos, Rebio

Plano Mais Brasil

Guaribas, Apa Petrópolis, Flona de Capão Bonito, Rebio Saltinho, Parna das Araucárias, Parna da Tijuca, Flona do Açungui, Flona de Canela, Flona de Chapecó, Flona de Ibirama, Flona de Irati, Flona de Passo Fundo, Parna Serra Geral/Aparados da Serra, Parna Itatiaia, Apa Serra da Mantiqueira, Parna Lagoa do Peixe, Parna Serra do Itajaí). Em 33 dessas 35 UCs, as ações já estão implementadas.

Quantidade alcançada

33

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	2	unidade	5	31/12/2013
Bioma Cerrado	8	unidade	6	31/12/2013
Bioma Mata Atlântica	15	unidade	19	31/12/2013
Bioma Pampa	1	unidade	0	31/12/2013
Zona costeira e marinha	4	unidade	3	31/12/2013

- **Publicar marco regulatório e planos de ação para controle e monitoramento das 10 principais espécies sinantrópicas consideradas nocivas e promotoras de risco**

Análise Situacional da Meta

Foi estabelecido marco regulatório e planos de ação para controle e monitoramento de 12 espécies sinantrópicas.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2013

- **Regulamentar o uso sustentável e propor medidas de recuperação das populações das principais espécies pesqueiras sobre-explotadas**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram debatidos e propostos, com o MMA e o MPA, os critérios e padrões, normas e procedimentos para o ordenamento das seguintes atividades ligadas ao uso sustentável de recursos pesqueiros sobre- explotados:

- A pesca praticada com o emprego de redes de emalhe nas águas jurisdicionais brasileiras das regiões Sudeste e Sul (INI Nº12, de 22 de agosto de 2012);

- A pesca do camarão-rosa da Costa Norte do Brasil (INI ainda não publicada);

- A pesca, o desembarque, o transporte, o armazenamento e a comercialização de tubarões e raias (INI Nº14, de 26 de novembro de 2012);

- A moratória, por um período de três anos, nas águas jurisdicionais brasileiras, a captura da espécie (Epinephelus itajara), conhecida popularmente por mero, canapú, bodete, badejão, merete e merote (INI Nº13, de 16 de outubro de 2012);

- As áreas proibidas à captura do pargo entre o limite norte do Estado do Amapá até a divisa dos Estados de Alagoas e Sergipe (Foz do Rio São Francisco), em águas mais rasas que 50 (cinquenta) metros de profundidade (INI Nº08, de 8 de junho de 2012);

Em 2013, foram publicadas 2 Instruções normativas e 1 Portaria: A Instrução normativa MPA Nº 9/2013, que regulamentou o uso sustentável do caranguejo-uçá, a Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA Nº 2/2013, regulamentando a pesca na Lagoa de Araruama/RJ, bem como a PORTARIA IBAMA nº 200, que constituiu o Comitê Interinstitucional para acompanhar e avaliar as normas de uso do tambaqui em cultivo de tanques-rede na BH do Tocantins.

Também foram analisadas, discutidas e propostas no âmbito do IBAMA, e estão em tramitação entre os órgãos que compõe o Comitê Técnico de Gestão da Pesca outras 03 Instruções Interministeriais e 01 de Portaria, que tratam dos

seguintes assuntos: Peixes Ornamentais marinhos, Raias de águas continentais, Manejo de corais exóticos invasores e Trânsito e comércio de barbatanas de tubarões e raias

Paralelamente, o IBAMA, na condição de autoridade administrativa brasileira junto à Convenção Internacional sobre o Comércio de fauna e flora ameaçados de extinção - CITES - propôs, com o apoio do MMA, ICMBio e MRE, a inclusão de 3 espécies de tubarão no apêndice II, que inclui espécies não necessariamente em perigo de extinção mas que necessitam de comércio controlado, com o objetivo de fomentar um maior controle e sustentabilidade na pesca dessas espécies em todo o mundo.

- **Revisar e publicar normas legais relativas ao uso sustentável da fauna silvestre**

Análise Situacional da Meta

Com relação ao manejo da fauna, em 2013, com base nos dados levantados pelo grupo de trabalho em 2012, foi publicada a Instrução Normativa nº 03/2013, referente ao manejo para fins de controle da população de javali europeu no território brasileiro. A partir desta IN foi inaugurado o Comitê de Monitoramento da População de "Sus scrofa" (javali europeu), com a participação do Ibama (coordenador), Embrapa, MAPA, ICMBio, Exército e Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMA's). Com relação ao uso direto de fauna nativa, foi publicada a portaria 15/2013 sobre o Programa Quelônios da Amazônia e está em fase final de elaboração da lista de animais a serem criados e comercializados com a finalidade de estimação, baseada na Resolução Conama 394/2007.

OBJETIVO: 0510 - Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

O MMA vêm trabalhando com um conjunto de programas e projetos especiais que aportam recursos para induzir órgãos vinculados (como IBAMA e ICMBio) e parceiros de outras esferas públicas e privadas para buscar a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, sempre relacionando estas atividades com as Unidades de Conservação. Dos projetos em execução pode-se relatar notadamente o Programa de Áreas Protegidas da Amazônia ARPA (hoje em sua fase II e apoiando 95 UC federais e estaduais na Amazônia, que perfazem um total de 52 milhões de hectares), o Projeto Terra do Meio (que trabalha com a mesma estrutura do ARPA porém com foco em 11 UC da região da Terra do Meio no Pará) e o Projeto Corredores Ecológicos, com atuação no Amazonas, Bahia e Espírito Santo fortalecendo a gestão ambiental no entorno das UC. Adicionalmente trabalha-se com a captação de recursos adicionais para fomentar as atividades de conservação, notadamente tem-se hoje duas propostas do Global Environment Facility – (GEF Terrestre) contemplando prioritariamente os biomas Caatinga, Pampa e Pantanal e o Marinho, o Projeto de Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (submetido à Plataforma Life Web da CDB ,Convenção da Diversidade Biológica, e já contando com apoio do Governo Alemão) e a nova reformulação do ARPA, que deve captar recursos adicionais e operar em prazo longo (25 anos). Ademais, o Ministério mantém o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, onde são inseridos, certificados e publicados os principais dados sobre as Unidades de Conservação. O CNUC é hoje a principal ferramenta de sistematização e divulgação de informações sobre as Unidades de Conservação. Visando melhorar esse sistema, o Ministério vem trabalhando em uma nova plataforma (Novo CNUC) de forma a apoiar ações de planejamento, gestão e coordenação do SNUC. Em relação às Unidades de Conservação federais, no ano de 2013, foi criado o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no município Pontal do Paraná - PR, totalizando 313 UCs Federais. Para 2014 há possibilidade de se criar mais 3 unidades de conservação, duas no bioma Mata Atlântica e uma no bioma Amazônico.

Plano Mais Brasil

Metas 2012-2015

- **Adequar as instalações dos 11 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio**

Análise Situacional da Meta

O ICMBio conta agora com 15 centros, pois recebeu em 2013 quatro centros que estavam no Ibama: Cepnor, Cepene, Cepsul e Ceperg, que estão em fase de redesenho de escopo, com foco na conservação e manejo da biodiversidade marinha, mas atualmente são chamados de Centros de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte/Nordeste/Sul e do Rio Grande do Sul, respectivamente. Houve reforma da sede do Cenap (Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros - Cenap, Atibaia/SP) e término da obra da sede do Cepam (Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônia, Manaus/AM). No entanto, a situação ainda é grave em algumas edificações - há perda de estruturas pelas marés no Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos/PE e prédio que necessita de ampla reforma no Cepene. Dois centros precisam de sede própria - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação do Patrimônio Espeleológico (Cecav, Brasília/DF) e Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios (RAN. Goiânia/GO).

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2013

- **Atualizar o Mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, para todos os biomas, incluindo a zona costeira e marinha**

Análise Situacional da Meta

As áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade do cerrado e do pantanal foram atualizadas. Encontra-se em processo de contratação a instituição que deverá realizar a atualização das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade para a caatinga. As áreas prioritárias do pampa serão revistas em uma parceria entre o MMA e o ICMBIO. O início da atualização das áreas da Amazônia iniciou-se no ano de 2013, bem como iniciou-se a atualização das áreas prioritárias marinhas e costeiras, contudo, durante o ano de 2013 a atualização completa não foi concluída. A revisão das áreas prioritárias deverá ser objeto de discussão no âmbito da CONABIO - Comissão Nacional de Biodiversidade - em 2014.

- **Avaliar o estado de conservação em 40 Unidades de Conservação Federais**

Análise Situacional da Meta

Esta meta trata do monitoramento in situ da biodiversidade com conjunto mínimo de variáveis que permitam comparação entre UCs (Unidades de Conservação), aos quais são agregadas outras variáveis. O monitoramento da gestão e o monitoramento remoto é feito para o conjunto das 313 UCs federais. Em relação ao monitoramento in situ tem-se atualmente, além das iniciativas pontuais nas unidades, o monitoramento coordenado em cinco UCs marinhas (Reserva Extrativista Corumbau, Parque Nacional Fernado de Noronha, Parque Nacional Abrolhos, Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais e Reserva Biológia Atol das Rocas), com o protocolo Reef Check, o segundo ano do monitoramento em três UCs da Caatinga (Estação Ecológica Raso da Catarina, PARNA Serra da Capivara e Floresta Nacional Contendas do Sincorá). Está em fase de implantação em campo o monitoramento em seis UCs no Cerrado (PARNAs Emas, Chapada dos Veadeiros, Chapada dos Guimarães, Serra do Cipó, Bodoquena e ESEC Serra Geral do Tocantins), UCs na Mata Atlântica (PARNAs Serra dos Órgãos, Superagui, Iguaçu, Bocaina, Rebios Una e Guaribas) e UCs amazônicas (PARNA Montanhas do Tumucumaque, RESEX Cazumbá-Iracema, Resex Arapiuns , Resex Unini, PARNA Jaú, FLONA Jamari e REBIO Uatumã). Está em desenvolvimento o conjunto de protocolos mais específicos, com ênfase em UCs amazônicas, com enfoque fortemente participativo. O conjunto das ações conta com pequena parcela de recursos orçamentários e contribuição de projetos diversos de cooperação, em que se destacam a Cooperação técnica alemã (BMU/GIZ), projeto ARPA, Fundo Clima, Fundação Moore e Ipê.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	12	unidade	0	31/12/2013
Bioma Caatinga	7	unidade	3	31/12/2013
Bioma Cerrado	7	unidade	0	31/12/2013
Bioma Mata Atlântica	6	unidade	3	31/12/2013
Zona costeira e marinha	8	unidade	5	31/12/2013

- **Celebrar 20 contratos de concessão de direito real de uso com organizações dos povos e comunidades tradicionais das Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais**

Análise Situacional da Meta

Foram celebrados os contratos de cessão de direito real de uso com as associações dos extrativistas em 3 áreas, sendo 2 na Amazônia (reserva extrativista -Resex- Chico Mendes/AC), firmados em 09/11/2012 e outro na zona costeira: Resex Corumbau/BA, em 05/12/2012. Outras 6 áreas foram entregues da Superintendência do Patrimônio da União (SPU) ao MMA e desse ministério ao ICMBio, a saber: 3 áreas na Resex Chico Mendes/AC, uma na Resex Baia do Iguape/BA, uma na Flona Pau Rosa/AM, e mais uma na Resex Canavieiras, BA. Para essa última, o ICMBio está finalizando o processo com a Associação Mãe dos Extrativistas da Resex Canavieiras (AMEX) para celebração do contrato de cessão de direito real de uso (o processo está pronto para assinatura, mas o termo ainda não foi assinado). Outras duas áreas foram entregue ao MMA pela SPU: uma na Resex Lagoa do Jequiá/AL e outra na Floresta Nacional- Flona- Macauã/AC. O MMA ainda não entregou essas áreas ao ICMBio. Vale salientar que em uma unidade de conservação pode haver mais de um contrato.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2013

- **Designar 5 sítios de zonas úmidas de importância internacional na Lista de Ramsar**

Análise Situacional da Meta

O Sítio Ramsar Parque Nacional do Cabo Orange foi designado como Sítio pela Convenção de Ramsar e foi contratado um consultor que está responsável pela elaboração de 6 novas fichas de indicação de Sítios que serão submetidas ao Secretariado da Convenção. A consultoria encontra-se em andamento e houve a entrega de 2 produtos. A oficina ampliada entre SBF/MMA e ICMBio para os gestores dos 12 Sítios Ramsar está em elaboração e está programada para 2014.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

- **Elaborar o programa nacional para a conservação dos recifes de coral e de ecossistemas marinhos**

Análise Situacional da Meta

O Programa nacional para a conservação dos recifes de coral está em reestruturação e conta com diversas ações, incluindo o monitoramento do ecossistema, a capacitação de gestores, e a identificação das medidas de conservação necessárias. O Programa adota a metodologia Reef Check, um protocolo de monitoramento de base comunitária apresentado pela ONU em 1996, e que teve início no Brasil em 2001 com financiamento do projeto "Monitoramento dos Recifes de Coral do Brasil", PROBIO-MMA. O Programa cobre recifes distribuídos ao longo de mais de 2.000 km de costa, com o envolvimento de voluntários e gestores locais, gerando informações úteis também para o manejo das UCs com recifes de coral. Com este monitoramento ressalta-se a importância das unidades de proteção integral e áreas

livres de pesca para a recomposição das comunidades de peixes, mas mesmo ali o declínio de espécies de maior porte é notável, bem como eventos de branqueamento sincronizados em distâncias de mais de 2.000 km, associados ao aquecimento global.

Desde 2011 o programa foi assumido pelo ICMBio, garantindo continuidade na capacitação de pessoas e expedições em cinco unidades de conservação no nordeste brasileiro. Em novembro de 2013 houve uma oficina de avaliação para identificar oportunidades do programa e informações adicionais necessárias para melhor gestão das UCs com presença de recifes de coral.

O Programa de Monitoramento de Costões Rochosos está em fase de elaboração, sob coordenação do ICMBio. Em novembro de 2013 houve reunião técnica para discussão sobre metodologias e indicadores para monitoramento deste ecossistema marinho. A metodologia, baseada no Reef Check, será testada em unidades que apresentam envolvimento com atividades de monitoramento de costões rochosos, como a ESEC Tupinambás, ESEC Tupiniquins e REBIO Arvoredo.

- **Estruturar 30 Unidades de Conservação Federais para visitação e uso público**

Análise Situacional da Meta

O ICMBio trabalha em parceria com outras instituições em âmbito nacional e regional no sentido de promover o fortalecimento da cadeia produtiva do turismo e a inserção das Unidades de Conservação (UC) neste contexto. Dentro das ações do ICMBio para estruturação da visitação estão: diversificação do conjunto de atividades oferecidas aos visitantes, melhoria da infraestrutura e delegação de serviços de apoio à visitação. O planejamento necessário para estruturação para visitação deste conjunto de UC foi realizado e as ações da esfera administrativa foram tomadas e estão em tramitação. A construção de infraestrutura demanda tempo maior de execução e também considerável aporte de recursos financeiros. O ICMBio tem trabalhado para aprimorar as parcerias e a captação de recursos para atingir esta meta.

Em 2012 foram estruturadas 17 UC e em 2013 foram estruturadas outras cinco (05), totalizando vinte e duas (22) unidades estruturadas no biênio, entre Parques Nacionais e outras categorias de UC.

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

31/12/2013

- **Fomentar 90 projetos de pesquisa de manejo em Unidades de Conservação Federais**

Análise Situacional da Meta

Anualmente é lançada uma chamada de projetos, aberta a unidades de conservação e centros nacionais de pesquisa e conservação, com suas parcerias, e com base em conjugação de mérito científico e relevância para a conservação e manejo/gestão das UCs e conservação de espécies ameaçadas são selecionados e priorizados projetos a serem apoiados com recursos orçamentários. Todos os anos é feita uma composição de recursos para financiamento dos projetos selecionados, com ênfase em recursos de compensação ambiental, no programa ARPA e em recursos no PNUD. Em 2012 e 2013 foram apoiados 16 projetos com duração de dois anos por meio de edital junto ao CNPq. Com esta composição de recursos, em 2012 foram apoiados 49 projetos de pesquisa e em 2013 foram apoiados 70, totalizando 119 no biênio. Os projetos tratam de espécies ameaçadas, uso direto de recursos, manejo de impactos, serviços ambientais, inventários em áreas remotas, dentre outros.

Quantidade alcançada

119

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar estrutura de apoio à pesquisa em 20 Unidades de Conservação Federais**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, quatro UCs Federais - PARNAs Serra dos Órgãos, Itatiaia, Viruá e Flona de Açungui tiveram suas estruturas de pesquisa aprimoradas ou reformadas com recursos orçamentárias ou recursos provenientes da compensação ambiental. Para melhorar a estrutura para pesquisa na Amazônia estão sendo propostas bases compartilhadas de pesquisa e proteção, com recursos do Fundo Amazônia. São quatro melhorias ao todo no biênio, além de uma nova base flutuante no PARNA Juruena/MT inaugurada também em 2013 com recursos do WWF.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar reservas genéticas para a conservação in situ de variedades crioulas e parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas em 4 Unidades de Conservação**

Análise Situacional da Meta

Os parentes silvestres de plantas cultivadas e as espécies nativas de valor econômico atual ou potencial constituem uma importante fonte de recursos genéticos, uma vez que toda essa variabilidade genética pode ser acessada para o desenvolvimento de novas variedades, bem como a busca por novos genes que possam conferir resistência a pragas e a doenças e, também, a condições ambientais adversas. A conservação de todo esse material genético é estratégico para a agricultura nacional, tendo em vista à crescente demanda por novas espécies alimentícias e às pressões decorrentes das mudanças climáticas sobre a agricultura.

Apesar das Unidades de Conservação (UCs) representarem importantes instrumentos para a conservação da biodiversidade, o conhecimento dos componentes da biodiversidade conservados nas UCs é, ainda, bastante incipiente. Pouco se sabe a respeito do status de conservação dos parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas e das espécies nativas de valor econômico atual ou potencial presentes em Unidades de Conservação. Dentro desse contexto, faz-se necessário um trabalho de mapeamento e identificação dos parentes silvestres presentes nessas unidades.

O mapeamento e identificação dessas espécies têm o potencial de promover a integração das estratégias de conservação da biodiversidade em Unidades de Conservação com a conservação in situ de recursos genéticos em Reservas Genéticas. Os custos de implantação de Reservas Genéticas serão consideravelmente reduzidos, pois se valerão da infraestrutura já disponível nas UCs. Por outro lado, ao caracterizar as populações das espécies de reconhecido valor, as Reservas Genéticas evidenciarão o valor científico do patrimônio genético presente nessas UCs, ampliando sua utilização em prol da sociedade. Essa situação demonstra que os objetivos da conservação da biodiversidade em Unidades de Conservação e aqueles relacionados à conservação de recursos genéticos em Reservas Genéticas são convergentes, fortalecendo a manutenção das Unidades de Conservação, ao contrário de fragilizá-las.

Para a realização desse trabalho estão sendo realizadas parcerias com instituições acadêmico-científicas, a exemplo da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, com vistas à definição das espécies prioritárias e das Unidades de Conservação mais adequadas para a realização do trabalho. No 2º semestre de 2013 começou a ser elaborado um plano de trabalho elaborado entre o Ministério do Meio Ambiente e a Embrapa de modo a subsidiar um termo de cooperação para apoiar o mapeamento e identificação de populações viáveis de parentes silvestres e espécies nativas, e posterior criação de reservas genéticas. Nesse período, foram realizados também contatos com o ICMBio, órgão gestor das Unidades de Conservação, para levantamento de informações úteis para a realização do trabalho. A criação de reservas genéticas mostrará aos diversos segmentos da sociedade a importância da conservação desses recursos genéticos, bem como a necessidade da condução de mais estudos que possam realçar a riqueza e a diversidade genética presente em UCs.

Quantidade alcançada

0

Plano Mais Brasil

Data de Referência

31/12/2013

- **Implementar instrumentos de gestão de conflitos em 40 Unidades de Conservação Federais com áreas de sobreposição com territórios de povos e comunidades tradicionais**

Análise Situacional da Meta

Para avanço destes instrumentos de gestão, em 2012, foram implementados 7 instrumentos de gestão de conflitos territorial com comunidades tradicionais, sendo 6 termos de compromisso com comunidades tradicionais (contabilizados na quantidade alcançada da meta, conforme o método de apuração) e 1 termo de conciliação com a FUNAI, que foi possível graças a edição do Decreto 7.747/12 , que institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas PNGATI, que versa sobre sobreposições de UCs e TIs.

Destaca-se a edição, em 2012, da IN 26/12, que estabelece orientação sobre a elaboração dos termos de compromisso e a realização de curso de capacitação dos gestores sobre a implementação da Instrução Normativa.

Em 2013, não foi possível a conclusão de processos de celebração de instrumentos de gestão de conflitos territoriais.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2013

- **Incorporar 10 milhões de hectares ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação**

Análise Situacional da Meta

Esta meta vêm sendo alcançada com a operação em duas frentes específicas: com a criação de Unidades de Conservação e com o reconhecimento e cadastramento de novas UC pelo Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC. A primeira atividade recebe apoio financeiro do MMA (hoje com aporte de recursos para a Amazônia, Mata Atlântica e Cerrado). Adicionalmente, a condução política para a esfera federal é levada pelo MMA - hoje com perspectivas sólidas de avanço em articulação com o órgão executor federal (ICMBio) e lançando mão de parcerias com outras pastas de governo, como o MDA. Atualmente o cadastro encontra-se em revisão - sua nova estrutura deve garantir maior eficiência no processo de reconhecimento e cadastramento de novas UCs. Até 2013, foram incorporados 1,4 milhões de ha. Para 2014 há possibilidade de se criar mais 3 unidades de conservação federais, duas no bioma Mata Atlântica e uma no bioma Amazônico.

Quantidade alcançada

1.432.715

Data de Referência

31/12/2013

- **Instituir 131 Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais**

Análise Situacional da Meta

O Monitoramento de 2012 contabilizou 64 novos conselhos gestores instituídos entre a elaboração do PPA em 2011 e final de 2012 (36 conselhos em 2011 e 28 em 2012). Em 2013, finalizaram-se mais 08 , totalizando 72 novos conselhos gestores.

A meta é a universalização deste instrumento a todas as 313 UCs até 2015.

Ao final de 2011, existiam 217 unidades com conselhos já formados. Ao final de 2012, com o acréscimo dos 28 novos conselhos, totalizou-se 245. Portanto, chega-se ao final de 2013 com 253 unidades de conservação federais com conselhos gestores formados.

Quantidade alcançada

72

Data de Referência

31/12/2013

- **Publicar 58 Planos de Manejo para Unidades de Conservação Federais situadas em áreas com prioridade extremamente alta para a conservação da biodiversidade e sob alta pressão antrópica**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013 foram publicados 17 Planos de Manejo, sendo onze de unidades de domínio privado (APA e RPPN) e seis de domínio público (Parque nacional, Floresta Nacional, Reserva extrativista).O processo de elaboração de Planos de manejo vem passando por reformulação de modo a torná-lo mais eficiente. Nesse sentido foram realizadas 4 capacitações para servidores envolvidos em elaboração de Planos de Manejo. Está em curso a elaboração de diretrizes institucionais e normativa do fluxo processual, documentos que devem orientar todos os processos relacionados (previsão de publicação em março de 2014). De qualquer maneira, os resultados acumulados de 2012 e 2013 (total de 38 Planos publicados) e a previsão de publicações previstas para os próximos meses indicam boa possibilidade de atendimento da meta.Uma das maiores dificuldades para cumprimento da meta residem no baixo efetivo do ICMBio, tanto na Coordenação do processo como nas UC, de modo que o tempo necessário à elaboração tenda a aumentar e a necessidade de contratação de serviços, consultorias e outros também fique mais acentuada. A fonte de recursos é variada, o que torna complexo o processo de financiamento das atividades.

Quantidade alcançada

38

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	34	unidade	12	31/12/2013
Bioma Caatinga	2	unidade	3	31/12/2013
Bioma Cerrado	8	unidade	6	31/12/2013
Bioma Mata Atlântica	10	unidade	15	31/12/2013
Zona costeira e marinha	4	unidade	2	31/12/2013

- **Realizar um Inventário do Patrimônio Espeleológico Nacional com revisões anuais**

Análise Situacional da Meta

Para atender o proposto no Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico (portaria MMA nº 358/2009), vem-se dando continuidade ao Inventário do Patrimônio Espeleológico Nacional, que inclui expedições para inventariamento de cavidades subterrâneas. Estes dados obtidos diretamente e outros oriundos de outras fontes são sistematizados por meio do CANIÊ, sistema de informações espeleológicas - lançado em 2013. Em 2013 já foram inventariadas pelo ICMBio 129 cavernas, com realização de 13 expedições em que foram prospectados 180ha de áreas com alta potencialidade espeleológica. Tendo em vista que em 2012 foram inventariadas 389 cavidades, tem-se total de 747 cavernas acrescentadas ao cadastro no biênio a partir de dados primários, além de informações oriundas do processo de licenciamento.

- **Regularizar 10 Unidades de Conservação Federais com concessão de Direito Real de Uso de terras públicas**

Análise Situacional da Meta

O procedimento de transferência destas áreas da União para o ICMBio é regido pela Portaria Interministerial nº436/2009 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério do Meio Ambiente, que delegou à Secretaria de Patrimônio da União – SPU, através das Superintendências Estaduais do Patrimônio da União seu repasse ao MMA, mediante Termo de Entrega, o qual, por sua vez, fará concessão do direito real de uso destas ao ICMBio, possibilitando desta feita a outorga coletiva e gratuita da concessão do direito real de uso (CDRU) às associações e

Plano Mais Brasil

cooperativas representativas das populações tradicionais residentes em Unidades de Conservação de Uso Sustentável. No caso das Glebas Públicas Federais sob domínio ou gestão do Incra sobrepostas às Unidades de Conservação ao ICMBio a transferência se dá por Concessão de Uso e é regida pela Portaria Conjunta Nº- 4, DE 25 DE MARÇO DE 2010.

O estabelecimento destes dois instrumentos possibilitou que entre 2010 e 2011, o Ministério do Meio Ambiente recebesse da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) o Termo de Entrega e realizasse a Concessão de Direito Real de Uso ao ICMBio de cerca de 3 milhões de hectares de terras e bens indubitavelmente da União beneficiando a 30 UC. Por sua vez o INCRA fez a Concessão de Direito Real de Uso ao ICMBio de 10 UC, compreendendo cerca de 7 milhões de hectares de terras de domínio federal.

Em 2012 foram feitas CDRUs de 5 unidades de conservação federais nos biomas Amazônia e Mata Atlântica e em 2013 as áreas de outras 2 unidades de conservação federais, no bioma Amazônia foram concedidas para o ICMBio.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	8	unidade	5	31/12/2013
Bioma Mata Atlântica	2	unidade	2	31/12/2013

- **Regularizar 200.000 hectares de terras privadas localizadas no interior de Unidades de Conservação Federais ao patrimônio do ICMBio**

Análise Situacional da Meta

Há três tipos de processos de incorporação de terras privadas nas UCs ao patrimônio do ICMBio: por doação de terras, por desapropriação amigável ou por desapropriação judicial.

A desoneração de Reserva Legal, previsto pelo artigo nº 44, inciso II, §2º do Código Florestal vigente à época – Lei nº 4.771/1965 permitiu que proprietários pudessem regularizar seu passivo de reserva legal através de doação ao poder público de área localizada no interior da UC de domínio público pendente de regularização fundiária. Posteriormente o artigo nº 66 a Lei nº 12.651/2012, passou a denominar este instrumento de compensação de reserva legal. As doações por compensação de reserva legal no Parque Nacional de Ilha Grande/PR e no Parque Nacional da Serra da Canastra/MG, já atingiram a 11,9 mil ha de terras, o que representou uma economia de recursos da ordem de R$ 29,3 milhões. A elas, se somam outras 15,2 mil ha desapropriadas, que marcam o avanço da meta até 2013.

A Lei nº 9.985/2000, que instituiu o SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação, regulamentado pelo Decreto nº 4.340/2002, alterado pelo Decreto nº 5.566/2005 em seu artigo 36, definiu normas e critérios de utilização dos recursos da Compensação Ambiental, que é um mecanismo financeiro de compensação pelos efeitos de impactos não mitigáveis ocorridos na implantação de empreendimentos. De acordo com o artigo nº 33 do Decreto nº 4.340/2002, a aplicação dos recursos da compensação ambiental deve priorizar a regularização fundiária das UCs.

Quantidade alcançada

27.133

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	115.000	unidade	703	31/12/2013
Bioma Caatinga	20.000	unidade	4.750	31/12/2013
Bioma Cerrado	35.000	unidade	14.885	31/12/2013
Bioma Mata Atlântica	30.000	unidade	6.795	30/09/2013

- **Sinalizar e demarcar o perímetro de 40 Unidades de Conservação Federais**

Análise Situacional da Meta

Houve um avanço considerável nesta ação nos últimos 2 anos.

Em 2012, foram 3 demarcações na Amazônia, financiadas com recursos do PNUD.

Em 2013 foram demarcadas 12 Resex situadas na Amazônia e 1 no Cerrado com recursos oriundos de doação do Governo da Noruega / PNUD; em parceria com SPU e MDA forma demarcadas 04 Unidades da Amazônia; com recursos do Governo do Piauí foi atendida 01 UC no Cerrado; e com recursos de compensação ambiental foi demarcada 01 UC situada no Bioma Mata Atlântica.

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	15	unidade	19	31/12/2013
Bioma Caatinga	5	unidade	0	31/12/2013
Bioma Cerrado	5	unidade	2	31/12/2013
Bioma Mata Atlântica	15	unidade	1	31/12/2013

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número anual de focos de calor	unidade	31/12/2010	126.941	25/12/2013	114.203
Participação da produção de base florestal na economia nacional	%	30/12/2008	1,6	31/12/2009	1,5
Taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal	km²	31/08/2010	6.451	11/12/2013	5.843
Taxa anual de desmatamento no bioma Caatinga	km²	31/12/2009	1.921	-	-
Taxa anual de desmatamento no bioma Cerrado	km²	31/12/2009	7.637	31/12/2010	6.469
Taxa anual de desmatamento no bioma Mata Atlântica	km²	31/12/2008	457	31/12/2009	248
Taxa anual de desmatamento no bioma Pantanal	km²	31/12/2008	713	31/12/2009	188
Taxa anual de desmtamento no bioma Pampa	km²	31/12/2008	363	31/12/2009	331

Observações:

Participação da produção de base florestal na economia nacional - Anuário Estatístico 2012. Participação das Classes e Atividades no Valor Adicionado a Preços Básicos Participação percentual da produção de base florestal na economia nacional = 0,3+0,5+0,7 = 1,5

Taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal - Houve aumento da taxa anual de desmatamento.

Taxa anual de desmatamento no bioma Caatinga - Área desmatada no período 2008-2009. O indicador ainda não foi atualizado

Taxa anual de desmatamento no bioma Cerrado - Área desmatada no período 2009-2010. O indicador não foi atualizado

Taxa anual de desmatamento no bioma Mata Atlântica - Área desmatada no período 2008-2009. O indicador ainda não foi atualizado

Taxa anual de desmatamento no bioma Pantanal - Área desmatada no período 2008-2009. O indicador ainda não foi atualizado

Taxa anual de desmtamento no bioma Pampa - Área desmatada no período 2008-2009. O indicador ainda não foi atualizado

OBJETIVO: 0228 - Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

O Programa 2036, elaborado em 2010 e 2011 e originário do Programa Nacional de Florestas (PNF), possui caráter interministerial e busca a articulação das ações do governo brasileiro com relação aos recursos florestais, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e executado com o apoio da Comissão Nacional de Florestas - CONAFLOR. O cenário da política florestal brasileira, no entanto, passou por mudanças ao longo dos anos, principalmente pela publicação de três normas federais: a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Esses marcos normativos alteraram significativamente o arranjo da gestão florestal no país, o que afetou a estratégia de ação das unidades dentro do MMA.

Dessa forma, atualmente a estratégia para a política florestal está sendo revisada e mudanças estruturais estão sendo

implementadas no MMA, a fim de que a coordenação do processo esteja de acordo com as previsões legais e readequada para atendimento a novas demandas e orientações. Este processo de reorientação da política deverá se traduzir em readequação do Programa do PPA.

No que diz respeito ao Inventário Florestal Nacional – IFN, a meta de implementá-lo em todo país deve ser alcançada até 2016. Para a implementação deste projeto conta-se com recursos externos oriundos do Forest Investment Program (FIP), Global Environment Facity (GEF) e Fundo Amazônia. Destaca-se, ainda, que o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF, enquanto instrumento de fomento florestal, apoia 144 projetos atualmente. O FNDF atua principalmente na promoção do manejo florestal comunitário e familiar em assentamentos e reservas extrativistas na Caatinga e Amazônia; na assessoria para melhoria na gestão de negócios florestais de base comunitária na Amazônia e Cerrado; na promoção da eficiência energética em empresas ceramistas na Caatinga, na capacitação de agentes de ATER e estudantes de escolas técnicas na Caatinga e Amazônia e na capacitação e assistência técnica para coleta de sementes e produção de mudas de espécies florestais nativas da Mata Atlântica.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a elaboração de programas florestais em 27 unidades da federação**

Análise Situacional da Meta

Conforme informado no monitoramento de 2012, há um equívoco no desenho desta meta, uma vez que os próprios estados elaboram seus programas florestais. O MMA os apoia por meio da normatização da gestão florestal, acordos de cooperação, capacitação e outras atividades inerentes ao setor florestal. Portanto, não é possível informar quantitativamente quantos estados tiveram programas florestais elaborados por meio do apoio do MMA exclusivamente. Além disso, as ações desenvolvidas nesta meta estão descritas em outras metas e iniciativas do PPA.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Apoiar, por instrumentos de fomento florestal, 400 atividades produtivas de desenvolvimento florestal sustentável**

Análise Situacional da Meta

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) tem por missão "fomentar o desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis no Brasil e promover a inovação tecnológica no setor". Esse Fundo conta com o Plano Anual de Aplicação Regionalizada – PAAR, o qual indica temas, públicos e biomas prioritários, modalidades de seleção, formas de aplicação e respectivas disponibilidades de recursos, além da situação da carteira de projetos. Em 2012, foram definidas duas linhas de ação do FNDF, a saber: fortalecimento do manejo florestal sustentável e fortalecimento da gestão de negócios florestais madeireiros. Dessa forma, foram selecionados 77 projetos nessas duas linhas de ação, cuja execução iniciou-se em 2013. O FNDF ampliou, ainda, sua escala de atuação, por meio de cooperação técnica com o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), que disponibilizou R$ 7,4 milhões em 2012. Esses recursos foram utilizados na contratação de projetos de apoio ao manejo florestal da Caatinga.

Em 2013 foram selecionados mais 67 projetos que se encontram em fase de contratação, perfazendo um total de 144 projetos. Os temas prioritários para os projetos selecionados em 2013 referiam-se à promoção de atividades florestais sustentáveis nos biomas Amazônia e Caatinga, para as quais se evidenciaram as seguintes estratégias: 1. Capacitação de extensionistas e multiplicadores para o fortalecimento do Manejo Florestal Sustentável; e 2. Assistência técnica para o fortalecimento do Manejo Florestal Comunitário e Familiar.

Quantidade alcançada

144

Data de Referência

31/12/2013

- **Autorizar manejo sustentável de uso múltiplo em 400.000 hectares**

Análise Situacional da Meta

Desenvolveu-se a versão inicial do SICAR com ferramentas para inscrição georreferenciada dos imóveis e áreas de interesse ambiental e para análise dos dados inscritos. Foi realizada manutenção evolutiva do sistema de controle do transporte de produtos e subprodutos florestais-DOF. Continuou-se o desenvolvimento do sistema de Licenciamento das Atividades Florestais, que possibilitará a emissão e formação de banco de dados único de empreendimentos e autorizações de acesso e uso dos recursos florestais.

Com a descentralização da gestão florestal em 2006 e, posteriormente, com a publicação da Lei Complementar nº140 em 2011, outros órgãos do SISNAMA passaram a contribuir com as autorizações de manejo enquanto a contribuição do IBAMA decresceu.

Dessa forma, o valor apurado em 2012 foi 43300,55 hectares e, em 2013, 8009 hectares, totalizando 51.309,55 hectares.

Quantidade alcançada

51.309,55

Data de Referência

31/12/2013

- **Firmar acordos de cooperação técnica para a gestão florestal compartilhada com as 27 unidades da federação**

Análise Situacional da Meta

Com a descentralização da gestão florestal e após a Lei Complementar nº 140/2011, a maior parte dos Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) passaram a ser competência do Estado.

Foram iniciadas tratativas para o estabelecimento de cooperação entre os órgãos do Sisnama com vistas à harmonização das ações para a melhoria na gestão florestal. Foram firmados acordos para implantação do Sistema de Cadastro Ambiental Rural-SICAR.

Os recursos foram utilizados no desenvolvimento/aprimoramento de sistemas eletrônicos visando à gestão florestal descentralizada e em atendimento a demandas de órgãos do SISNAMA, apoio técnico aos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente - OEMAs (parcerias, convênios, acordos de cooperação e capacitação), além de capacitação específica para operação dos sistemas.

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

31/12/2013

- **Implementar o inventário florestal nacional em 27 unidades da federação**

Análise Situacional da Meta

Para a realização do Inventário Florestal Nacional, um conjunto de ações e articulações institucionais são necessárias. Os trabalhos de campo são precedidos de acordos com governos estaduais, acordos com instituições de apoio nas identificações botânicas (em herbários) e análise de solos, além de consultores para controle de qualidade e análise de dados.

Entre os anos de 2012 e 2013 foram assinados oito acordos de cooperação com governos estaduais (CE, RJ, PR, SE, BA, RS, RO e AM) e quatro acordos com universidades (UFC, UFS, UFSM e UFPR) para atuar no apoio ao IFN, e um importante acordo com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, determinando-o como fiel depositário das amostras botânicas coletadas em todo o país.

Foram celebrados os contratos com as empresas executoras dos trabalhos de campo de seis estados – Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Ceará, Sergipe, Rio Grande do Norte. Após os contratos foram realizados quatro cursos, nos estados do RS, PR, RJ e CE, totalizando 75 profissionais capacitados para os trabalhos de coleta de dados e iniciada a coleta de dados em campo nesses estados. Portanto, pode-se afirmar que o IFN foi implementado nestes estados, que somando-se à SC e ao DF onde o IFN já foi concluído, totalizam seis estados com o IFN implementado

até 2013.

A implementação do inventário nos demais estados encontra-se em andamento, nos seguintes estágios: Rio Grande do Sul e Paraná em fase de licitação da segunda etapa. Ceará e Rio de Janeiro, em fase de coleta de campo; Sergipe, Bahia e Rio Grande do Norte início das coletas previstas para 2014 com licitação concluída e empresas selecionadas. Espírito Santo, em fase de articulação com o governo estadual para o lançamento do edital e no Pará, Mato Grosso, Amazonas e Rondônia, editais prontos para publicação.

Os trabalhos empreendidos no âmbito do IFN somente foram possíveis devido aos recursos provenientes de projetos internacionais. No ano de 2013 a quase totalidade dos recursos executados foram provenientes do projeto GP/BRA/079/GEF.

Os dados do IFN realizado em Santa Catarina foram publicados e os do Distrito Federal foram analisados e estão em fase de editoração para publicação. Já os dados coletados em 2013 estão na etapa de recebimento, validação e controle de qualidade.

Ainda em 2013, iniciou-se o desenvolvimento do sistema de informações do IFN com o módulo de entrada e armazenamento de dados e foi elaborado e negociado o projeto "Informações Florestais para uma Gestão Orientada à Conservação e Valorização dos Recursos Florestais do Cerrado pelos Setores Público e Privado" financiado pelo Fundo de Investimento em Clima – Programa de Investimento Florestal – PIF, com um componente voltado à implementação do IFN nos estados do Cerrado, da ordem de 16 milhões de dólares a serem executados por meio do BID. O projeto foi aprovado e será executado a partir de 2014.

O Serviço Florestal Brasileiro, criado em 2007, ainda carece de um quadro técnico amplo, o que torna necessária a contratação de consultores externos para a execução de atividades ligadas à implementação do Inventário Florestal Nacional – IFN. Medidas para sanar tal situação vêm sendo implementadas, tais como a destinação de 50 analistas ambientais ao SFB, além da solicitação ao MPOG de autorização para novo concurso público para analistas atuarem no SFB. Ademais, deve ser advertida a dificuldade de formalizar parcerias, tanto no nível federal quanto estadual, para que se realizem as diferentes atividades associadas à sua implementação (por ex. o controle de qualidade dos dados e a identificação botânica).

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0229 - Promover a recuperação de áreas degradadas, com ênfase nas áreas de preservação permanente e de reserva legal, por meio de pesquisa e instrumentos de adequação e regularização ambiental de imóveis rurais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

O MMA, durante 2013, trabalhou para estabelecer as bases para a recuperação da cobertura vegetal dos biomas brasileiros de acordo com o preconizado na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. O MMA está trabalhando para normatizar isto, analisando as oportunidades e gargalos existentes. A questão de recuperação da cobertura vegetal necessita de grande conhecimento técnico, pois as condições para que a recuperação ocorra dependem de muitos fatores ambientais. A elaboração de metodologias para cada um dos biomas será uma grande contribuição para permitir que as metas estabelecidas sejam atingidas. Articulando-se com os governos estaduais, o MMA promoveu a assinatura de Acordos de Cooperação Técnica com todos os órgãos estaduais de meio ambiente que serão os responsáveis pela análise dos cadastros ambientais rurais (CAR) realizados. Para viabilizar este cadastramento encontra-se em elaboração o SICAR (Sistema de Cadastramento Ambiental de Imóveis Rurais no Brasil).

Metas 2012-2015

- **Estabelecer, para cada bioma, metodologia de recuperação de áreas degradadas e as respectivas análises econômicas**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, o Ministério do Meio Ambiente firmou com a Embrapa o Termo de Cooperação nº 7/2013, com o objetivo de desenvolver um sistema eletrônico, Webambiente, para promover a integração de ações e de informações para disponibilizar soluções tecnológicas para uso, recuperação e restauração de ambientes em Áreas de reserva legal e de preservação permanente nos seis biomas nacionais. O Termo foi assinado em 4 de setembro de 2013 e tem vigência até 30/06/2015, com um orçamento total de R$ 1.016.696,00. Em 2013 foi realizado o levantamento preliminar das informações referentes ao Bioma Cerrado. Esse levantamento será revisado pelos especialistas e os levantamentos dos demais biomas serão realizados ao longo de 2014.

- **Implantar o Cadastro Ambiental de Imóveis Rurais no Brasil - CAR**

Análise Situacional da Meta

Com o intuito de implantar o CAR, foram desenvolvidas as seguintes atividades: aquisição de imagens de satélite de alta resolução dos anos de 2011 e 2012 para todo o território nacional; validação das imagens adquiridas; regulamentação do CAR e do Programa de Regularização Ambiental (PRA) da Lei 12.651/12, por meio do Decreto 7.830/2012; Acordos de Cooperação Técnica firmados com todos os órgãos estaduais de meio ambiente que serão os responsáveis pela análise dos cadastros realizados; Acordos de Cooperação Técnica com instituições representativas dos produtores rurais visando a mobilização do maior número possível de produtores rurais; convênios com 7 estados para apoiar a implantação do CAR, apoio à realização do CAR em 11 municípios do estado do Pará, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Xingú, PDRS-Xingu ; apoio técnico aos Estados do Bioma Amazônia no processo elaboração de projetos ao Fundo Amazônia; ampliação das linhas de financiamento para o CAR por meio da articulação com entes multilaterais e doadores, que implicou a elaboração de projetos de apoio à implantação do CAR no bioma cerrado, por meio do Fundo de Investimento Florestal – FIP e Fundo Internacional do Departamento para Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais do Governo do Reino Unido (DEFRA); em processo de implementação oficinas de capacitação de técnicos das Ematers de cada UF, totalizando 81 técnicos, que serão os multiplicadores do CAR nos órgãos de assistência e extensão rural.

Encontra-se, ainda, em curso:

• o desenvolvimento do Sistema Webambiente, em parceria com a EMBRAPA, visando à sistematização e divulgação de metodologias de recuperação de áreas degradadas de APP e RL a ser disponibilizada via internet, onde o produtor encontrará todas as informações sobre técnicas de recuperação, espécies por bioma, alternativas de recuperação com uso econômico;

• elaboração do Projeto Cerrado Legal, envolvendo ações conjuntas do MMA eMDA/INCRA, visando estimular a regularização ambiental e fundiária em 80 municípios do Cerrado;

• elaboração do CAR nos Assentamentos de Reforma Agrária e Territórios de Comunidades Tradicionais.

- **Implantar o Sistema de Cadastramento Ambiental de Imóveis Rurais no Brasil - SICAR**

Análise Situacional da Meta

Desenvolvimento dos módulos de inscrição, e de integração do SICAR, estando em curso o desenvolvimento do módulo de análise (em curso); capacitação de cerca de 500 (quinhentos) agentes multiplicadores e gestores dos órgãos estaduais de meio ambiente e de entidades representativas dos produtores rurais em 18 Estados (9 estados utilizarão sistemas próprios); classificação das imagens de satélite visando facilitar e automatizar a inscrição e análise das informações no SICAR (em andamento); elaboração, produção e distribuição de material de divulgação; lançamento do Sistema em 20 Estados até o final de 2013; elaborada proposta de Instrução Normativa, prevista no Decreto 7.830/2013, visando o detalhamento de informações para a implantação do Sistema de Cadastro Ambiental Rural –

Em desenvolvimento os conteúdos para implantação de Plataforma EAD de Capacitação no SICAR, voltado para capacitar cerca de 30 mil agentes facilitadores para operacionalizarem o cadastramento no CAR dos agricultores familiares

- **Implementar 12 novos Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs) nos biomas brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Durante 2013, o MMA prosseguiu na contratação de serviços especializados para elaborar uma proposta de modelo de arranjo institucional e de gestão financeira para os CRADs, existentes e futuros, com vistas a promover a sustentabilidade e autonomia financeira desses centros. Além disso, a SBF elaborou uma minuta de Portaria com critérios para reconhecimento de novos CRADs. Essa minuta foi encaminhada aos envolvidos com a temática a fim de discutir o teor e a conveniência do referido ato normativo.

Ainda, o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) lançou, em parceria com diversas secretarias (dentre elas a SBF), edital (nº 02/2013) para apoiar o cumprimento da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, por meio da seleção e apoio a projetos visando ao fortalecimento da produção e oferta de sementes e mudas nativas e a recuperação de áreas de preservação permanente. Segundo o edital, os proponentes de tais projetos deveriam obrigatoriamente estabelecer parcerias com os CRADs da Bacia do Rio São Francisco.

No âmbito do Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica, parceria entre o MMA e o Ministério do Meio Ambiente da Alemanha (BMU), foram realizadas nesse período diversas reuniões entre o MMA e as agências de implementação da cooperação alemã para o desenvolvimento (GIZ – cooperação técnica e KfW – cooperação financeira) para definir os componentes e atividades a serem apoiados pela cooperação financeira do projeto. Como resultado dessas reuniões, ficou definido que o projeto apoiará a implementação de até 3 novos CRADs na Mata Atlântica, conforme estabelecido na Meta do PPA 2012-2015 para o bioma. Serão destinados 1,8 milhões de euros para essa atividade. O projeto possui duração prevista de 4 anos (abril de 2013 a abril de 2017).

A implantação propriamente dita de CRADs nos biomas em 2013 foi suspensa para aguardar a conclusão sobre o teor e a conveniência da Portaria com critérios para reconhecimento de novos CRADs.

Por fim, o Ministério do Meio Ambiente vem apoiando financeiramente o CRAD da UnB, em Paracatu, na realização de suas atividades.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	2	unidade	0	31/12/2013
Bioma Caatinga	2	unidade	1	31/12/2013
Bioma Cerrado	3	unidade	2	31/12/2013
Bioma Mata Atlântica	3	unidade	0	31/12/2013
Bioma Pampa	1	unidade	0	31/12/2013
Bioma Pantanal	1	unidade	0	31/12/2013

- **Instituir plano nacional de recuperação de áreas degradadas e restauração da paisagem**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, o MMA, o IPEA e o Pacto para a Restauração da Mata Atlântica iniciaram uma articulação para executar um projeto estruturante para a elaboração do Plano Nacional de Recuperação de Cobertura Vegetal, visando diagnosticar a infraestrutura e os gargalos (inclusive de ordem legal) da cadeia produtiva de sementes e mudas no território nacional, levantar custos e benefícios da recuperação da cobertura vegetal e, especificamente para a Mata Atlântica, estimar receitas e riscos da restauração florestal e identificar casos de negócio. Foram levantados os viveiros do território

nacional (com base no Registro Nacional de Sementes e Mudas -RENASEM, na literatura e nas informações fornecidas por Secretarias Estaduais) e elaborados questionários para entrevista de viveiristas, gestores públicos (ligados ao RENASEM e a projetos de recuperação florestal) e executores de projetos de recuperação florestal. O Ministério do Meio Ambiente pretende publicar em 2014 esta normatização.

- **Promover a recuperação de 20 milhões de hectares de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais**

Análise Situacional da Meta

O MMA está elaborando uma proposta de estratégia nacional de recuperação da vegetação nativa que objetiva ampliar e reforçar as políticas públicas existentes, incentivos, práticas e outras medidas necessárias para possibilitar a recuperação da vegetação nativa primeiramente em Áreas de Preservação Permanentes APPs e Reservas Legais (RL), mas também em terras degradadas ou com baixa produtividade. Para atingir esse objetivo serão envolvidos neste esforço diversos setores, articulando ações e papeis complementares entre proprietários de terra, comunidades, governos, organizações não governamentais, empresas, instituições de pesquisa e academia. Considerando que a recuperação da vegetação nativa é um processo de longo prazo, essa estratégia inicialmente abrangerá um período de 20 anos, sendo revista a cada cinco anos.

OBJETIVO: 0231 - Instituir sistemas produtivos rurais sustentáveis e implementar instrumentos de pagamento por serviços ambientais em áreas prioritárias para a prevenção e o controle do desmatamento.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

A integração das políticas para o controle do desmatamento com políticas orientadas para a mudança do modelo produtivo está sendo implementada por meio da execução das ações do Subgrupo de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm. Definiu-se como estratégia de monitoramento, o acompanhamento das principais políticas públicas que contribuem para a promoção da viabilidade das cadeias produtivas que constituem alternativas ao desmatamento nos municípios prioritários desse Subgrupo, o que permitirá identificar suas principais dificuldades e necessidades e, a partir daí, potencializá-las.

Metas 2012-2015

- **Elaborar diagnóstico e estratégias de intervenção em 5 cadeias produtivas (carne, soja, madeira, piscicultura, carvão) nos municípios prioritários para prevenção e controle do desmatamento, incorporando a variável ambiental**

Análise Situacional da Meta

Houve alteração no foco da meta, inicialmente definido nas cadeias produtivas indutoras da mudança do modelo produtivo, para uma análise das principais políticas públicas relacionadas (Bolsa Verde, Cadastro Ambiental Rural – CAR, Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade – PGPM-Bio, Ações para o Fomento à Pesca e Aquicultura – MPA, Crédito Rural/BACEN, Concessão Florestal e Manejo Florestal Comunitário e Familiar/SFB e Plano da Agricultura de Baixo Carbono (ABC)), o que permitirá identificar as principais dificuldades e necessidades de fomento às atividades produtivas sustentáveis. Assim, será possível estruturar estratégias de intervenção nas políticas de fomento de maneira a potencializá-las, principalmente nas áreas prioritárias para a prevenção e controle do desmatamento.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Propor instrumento normativo para a regulamentação do pagamento por serviços ambientais em áreas críticas para a prevenção e controle do desmatamento**

Análise Situacional da Meta

O Novo Código Florestal, Lei nº12.651 de 2012, definiu em seu artigo 41 que o poder público federal é autorizado a instituir o Programa de Apoio e Incentivo à Preservação e Recuperação do Meio Ambiente que prevê, entre outros instrumentos, o pagamento ou incentivo a serviços ambientais como retribuição, monetária ou não, às atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas e que gerem serviços ambientais. A regulamentação desse artigo está em curso e possibilitará o atingimento da meta estabelecida.

OBJETIVO: 0469 - Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

As ações de apoio ao manejo florestal comunitário tiveram como principais parceiros, além das secretarias afins do Ministério do Meio Ambiente, o ICMBio, INCRA e Ministério do Desenvolvimento Agrário por serem os órgãos responsáveis pela gestão das áreas onde se desenvolvem as ações de manejo florestal comunitário e responsáveis pela execução da política nacional de ATER para esses produtores.

Para 2013 foram continuadas e ampliadas as ações de assistência técnica e capacitação, pré-requisitos para promover a ampliação da área sob manejo florestal comunitário na Amazônia e na Caatinga. Além disso, houve a publicação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica que trará apoio às atividades de agroextrativismo, importante componente das políticas de manejo florestal comunitário.

No cômputo geral se obteve grande avanço com as chamadas de Assistência Técnica voltadas especificamente para o manejo florestal comunitário e extrativismo tanto em unidades de conservação quanto assentamentos e a inserção da temática nas chamadas voltadas para agricultores familiares, especialmente na Amazônia e Caatinga.

O objetivo vem apresentando alguns resultados mais significativos na Caatinga, devido a melhor interlocução com os atores estaduais e com as representações regionais dos órgãos gestores das áreas de assentamento. Além disso, muitas das ações são desenvolvidas em áreas particulares de agricultores familiares, o que facilita o processo de aprovação dos Planos de Manejo.

Avalia-se que o objetivo é essencial para o controle do desmatamento ao propiciar alternativa de renda aos pequenos produtores residentes em áreas florestais.

Sobre a implementação das metas, depende em grande medida de maior articulação interministerial.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 200 Técnicos em boas práticas de manejo de espécies de produtos florestais não-madeireiros**

Análise Situacional da Meta

Nesta meta foi realizado um curso de capacitação para a formação de agentes multiplicadores no âmbito do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Bolsa Verde, o qual atendeu 120 pessoas. Essa capacitação teve o objetivo de construir conhecimentos práticos da agricultura de base ecológica, manejo sustentável dos recursos naturais, gestão e administração de estabelecimentos familiares e organização sócio-política das comunidades.

A capacitação buscou refletir os processos formativos, a partir das realidades das comunidades rurais e seus territórios nas regiões abrangidas pelo Programa, na Amazônia Paraense.

Os cursos foram realizados em pareceria com o Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB e contou com apoio da Embaixada Britânica. Ocorrerem nos meses de novembro e dezembro de 2013, nos municípios paraenses de Belém, Santarém e Bragança. Em 2014, a partir da experiência e metodologia aplicadas, está prevista a formação de mais 180

agentes multiplicadores.

Quantidade alcançada

120

Data de Referência

31/12/2013

- **Capacitar 6.000 famílias com a promoção de assistência técnica e extensão rural apropriadas ao manejo florestal comunitário e familiar**

Análise Situacional da Meta

Essa meta está sendo realizada a partir da ação de diversos órgãos para a viabilização de uma assistência técnica de qualidade com vistas ao manejo florestal comunitário e familiar. Os órgãos participantes desta ação são o ICMBIO, SFB, MDS, MDA e INCRA.

Essa meta foi contemplada com a contratação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para extrativistas beneficiários do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Bolsa Verde. A proposta de metodologia e o edital foram elaborados no ambiente do programa, envolvendo os órgãos que fazem parte do seu grupo gestor (MMA, MDA, SFB, MDS, INCRA, ICMBio). O público a ser atendido são famílias de áreas de Projetos de Assentamento e de Unidades de Conservação de uso Sustentável.

O edital da chamada pública para Assistência Técnica Extrativista foi lançado pelo INCRA e previa atender a 26.597 famílias residentes que desenvolvem atividades de conservação ou exploração sustentável em Unidades de Conservação e Projetos de Assentamento Agroextrativistas, localizados nos Estados do Acre, Amazonas e Pará. Em setembro de 2013 foram assinados os primeiros contratos e ordens de serviço para prestação de ATER a 16.743 famílias de Projetos Agroextrativistas (PAE) e Reservas Extrativistas (RESEX) em situação de vulnerabilidade social. O valor dos contratos é de cerca de R$ 70 milhões. Pelo menos 63% das famílias desse total estão em noventa PAEs criados pelo INCRA em dez municípios do Marajó e em três RESEX do Nordeste paraense reconhecidas como beneficiárias do Plano Nacional de Reforma Agrária.

Para 2014, está sendo programado o lançamento de novo edital para ampliação da assistência técnica as famílias beneficiarias do programa Bolsa Verde. Os técnicos contratados deverão desenvolver ações de capacitação das famílias beneficiarias, contribuindo para a melhoria do manejo dos recursos florestais já realizado e de outros recursos ambientais utilizados.

Para os demais biomas, as ações de promoção de ATER para o Manejo Florestal Comunitário vêm sendo executadas pelo Serviço Florestal Brasileiro em parceria com o Fundo Nacional para Mudança do Clima, beneficiando 2088 produtores no Cerrado e na Caatinga.

Quantidade alcançada

18.831

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	4.000	unidade	16.743	31/12/2013
Bioma Caatinga	1.500	unidade	1.548	31/12/2013
Bioma Cerrado	500	unidade	540	31/12/2013

- **Elaborar e implementar 4 Planos Anuais de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PAMFCs)**

Análise Situacional da Meta

O último levantamento de informações acerca do manejo florestal comunitário e familiar (MFCF) praticado na Amazônia , identificou 1.213 iniciativas de manejo madeireiro e não madeireiro (biênio 2009/2010). O manejo florestal é praticado por comunidades de todos os demais biomas, havendo dezenas de organizações comunitárias comercializando produtos como pequi, baru, açaí, piaçava, farinha de jatobá, entre outros.

Com vistas a apoiar as cadeias produtivas do manejo florestal comunitário, o Decreto 6.874/2009 estabelece o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, assim como a elaboração dos Planos Anuais de Manejo Florestal Comunitário e Familiar. Desde o estabelecimento do Programa, foram elaborados apenas Planos Anuais de 2010 e 2011. O comitê gestor do Programa, composto pelos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, tem se reunido para reavaliar a metodologia de elaboração dos Planos Anuais, observando os requisitos previstos pelo Decreto. Está prevista reunião para julho de 2014 para iniciar processo de elaboração do Plano Anual de 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Estabelecer manejo sustentável de 10 produtos da sociobiodiversidade em 34 Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais**

Análise Situacional da Meta

Nas Reserva Estrativista (Resex), Florestas Nacionais (Flonas) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) federais estão em execução atividades de manejo e produção sustentável dos produtos da sociobiodiversidade, visando a oferta de produtos extrativistas e geração de renda, a saber:

- Castanha do brasil (Flona Saracá-Taquera, Resex Rio Ituxi, Resex Cazumbá-Iracema, Resex Cajari);
- Jaborandi (Flona Carajas);
- Copaíba (Flona Macauã e Flona Crepori);
- Açaí (Resex Lago do Cunã, Resex Rio Ouro Preto, Resex Médio Juruá, Resex Gurupá melgaço, Resex Quilombo do Frexal, Resex Rio Cajari, Flona Amapá e comunidades do entorno da Flona Trairão, Flona Itaituba I e Flona Itaitúba II);
- Andiroba (Resex Médio Juruá);
- Buriti (Resex Chapada Limpa);
- Cacau Nativo (Resex Arapixi e Resex Médio Purus).
- Seringa (Resex Cazumbá-Iracema, Resex Riozinho do Anfrísio, Resex do Rio Iriri, Resex do Rio Xingu, Flona Tapajós e Resex Tapajós Arapiuns).
- Babaçu (Resex Chapada Limpa, Resex Ciriaco e Resex Extremo Norte do Tocantins).
- Mel de abelha nativa (Flona Crepori).

Atualmente o manejo sustentável abarca 10 produtos da sociobiodiversidade em 28 Unidades de Conservação federais.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	6	unidade	7	31/12/2013
Bioma Cerrado	4	unidade	3	31/12/2013

- **Estabelecer normas e diretrizes técnicas para o manejo florestal sustentável de 27 espécies vegetais de produtos florestais não-madeireiros**

Análise Situacional da Meta

Essa meta foi programada em parceria entre MMA e MAPA, com o objetivo de elaborar parâmetros técnicos que orientem a certificação do extrativismo sustentável orgânico previsto na Instrução Normativa Conjunta

(MMA/MAPA), nº 17 de 29 de maio de 2009, e orientar extrativistas e técnicos extensionistas no manejo das espécies. Inicialmente ficaram 17 espécies sob a responsabilidade do MAPA e 10 sob a responsabilidade do MMA. Posteriormente mais 3 espécias foram adicionadas ao MMA. Das 30 diretrizes programadas 24 foram elaboradas, sendo 17 coordenadas pelo MAPA e 7 pelo MMA, faltando ao MMA elaborar 6.

O processo de elaboração dos parâmetros técnicos contidos nas diretrizes constitui-se de processo participativo envolvendo a realização de oficinas nas áreas de incidência de cada espécies, nas quais participaram pesquisadores, extrativistas e técnicos de órgãos governamentais que trabalham com as espécies em questão.

As diretrizes elaboradas pelo MAPA abrangeram as seguintes espécies: castanha-do-brasil, babaçu, açai, licuri, caroá, baru, buriti, pequi, carnaúba, cajazinho do cerrado, erva mate, murumuru, barbatimão, pracaxi, umbu e mangaba.

As elaboradas pelo MMA foram as seguintes: juçara, pinhão, borracha, piaçaba do rio negro, umburana de cambão, angico de caroço e umburana de cheiro.

Das diretrizes programadas para o MMA falta elaborar as seguintes espécies: andiroba, copaíba, jatobá, piaçava da bahia, aroeira e faveira.

As espécies que foram elaboradas as diretrizes estão distribuídas pelos biomas: Amazônia 7, cerrado 6, caatinga 8 e mata atlântica 3.

O trabalho constitui-se na elaboração de documentos técnicos. Falta ainda a publicação destes documentos em formato e linguagem acessíveis aos extrativistas e técnicos extensionistas, ação que está sob a responsabilidade do MMA e MAPA, e a publicação dos parâmetros técnicos como anexo da Instrução Normativa Conjunta (MMA/MAPA) nº 17 de 2009, que está sob a responsabilidade do MAPA.

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	6	unidade	7	31/12/2013
Bioma Caatinga	7	unidade	8	31/12/2013
Bioma Cerrado	9	unidade	6	31/12/2013
Bioma Mata Atlântica	5	unidade	3	31/12/2013

- **Implementar Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário e Familiar em 180 mil hectares de Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, 4 Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário estão autorizados e em execução em Resex e Flonas federais sendo: 1 PMFS na Flona Tapajós com área autorizada e sob Contrato de Concessão Real de Uso – CCDRU de 18.785 ha; 1 PMFS na Resex Verde para Sempre com área 18.772 ha; 1 PMFS na Resex Chico Mendes com área de 4.233 há; e 1 PMFS na Flona Purus com área de 1.000 ha. Total de área maneja de 42.790 ha.

Quantidade alcançada

42.790

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	175.000	ha	42.790	17/02/2014
Bioma Caatinga	5.000	ha	0	17/02/2014

- **Implementar Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário e Familiar em assentamentos do Incra e do Programa Nacional de Crédito Fundiário em 340 mil hectares**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013 foram elaborados planos de manejo para o Programa Nacional de Crédito Fundiário da SRA/MDA referentes a uma área sob manejo de aproximadamente 20.000 ha com PMFS no estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, beneficiando 2342 famílias. Essa meta foi executada através de parcerias entre SFB, FNMC, Funbio e CEF.

A maior parte da meta será executada em assentamentos da Amazônia, sob responsabilidade do INCRA/MDA, o qual até o presente momento não autorizou a implementação de nenhum plano de manejo. A Resolução Conama que tratava do licenciamento dos assentamentos, recentemente revogada, era apontada como o principal gargalo, uma vez que nenhum assentamento na Amazônia possuía condições de legalização ambiental para a implantação de Planos de Manejo. Com a revogação dessa resolução e a simplificação dos procedimentos internos para análise dos PMFS em 2013, espera-se que, em 2014, possam ser aprovados PMFS em assentamentos diferenciados na Amazônia. Encontram-se hoje em execução, ações prévias de elaboração de inventário florestal e elaboração de Planos de Manejo.

Quantidade alcançada

25.159

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	300.000	ha	0	31/12/2013
Bioma Caatinga	40.000	ha	25.159	31/12/2013

- **Promover o manejo de 5 milhões de hectares de florestas privadas de forma sustentável**

Análise Situacional da Meta

Com a Edição da Lei Federal Complementar No 140/2011 (LC140/2011), a competência da União para aprovação dos Planos de Manejo Florestal Sustentável-PMFS se restringe às florestas públicas federais, terras devolutas federais ou unidades de conservação instituídas pela União, exceto em APAs. Os estados receberam a competência de aprovação dos PMFS em todas as demais áreas, inclusive em áreas privadas. A falta de integração entre os sistemas de informação florestal do país impede uma verificação satisfatória da meta.

Com vistas a viabilizar a geração e integração das informações do manejo florestal, em terras públicas e privadas, o Comitê Técnico de Sistemas de Controle, coordenado pelo IBAMA, realizou reuniões durante o ano de 2013 para avaliar os avanços na integração entre os sistemas de autorização florestal da União e dos estados. A integração destes sistemas, que deve ser concluída em 2014, irá permitir verificação desta meta.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0471 - Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

O programa avançou durante o período com a assinatura de mais 2 contratos de concessão florestal na Flona do Jacundá (RO) totalizando 87.000 hectares. Também houve avanços no processo licitatório do Lote Sul da Flona de Saracá-Taquera com a previsão de assinatura de mais dois contratos, 86.000 hectares, em 2014.

Durante o período também foram lançados 3 editais de concessão florestal, que se encontram em fase de apresentação de propostas, totalizando 1,15 milhões de hectares.

PPA 2012-2015

Metas 2012-2015

- **Conceder 3.000.000 hectares de florestas públicas no bioma Amazônia**

Análise Situacional da Meta

Meta em andamento com a assinatura de 2 contratos relativos a 87.000 hectares, um processo licitatório em fase final envolvendo mais 86.000 hectares e o lançamento de 3 editais de licitação para a concessão florestal, totalizando 1.100.000 milhões de hectares. Com isto, a previsão é de que o programa alcance 1,4 milhões de hectares em contratos no ano de 2014.

Quantidade alcançada

232.000

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0472 - Incentivar a ampliação de florestas plantadas, com vistas ao suprimento da demanda de matéria-prima florestal e à redução da pressão sobre os remanescentes nativos.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Segundo o último relatório de Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (IBGE. Prod. Extr. veg. e Silvic., Rio de Janeiro, v. 26, p.1-55, 2011), a produção primária florestal somou R$ 18,1 bilhões, tendo a silvicultura de florestas plantadas contribuído com 72,6% (R$ 13,1 bilhões) do total apurado, enquanto a extração vegetal participou com 27,4% (R$ 5,0 bilhões). A produção de florestas plantadas está distribuída por todos os estados brasileiros, somando uma área de 7.185.943 hectares, dos quais 70,8% com espécies de Eucalyptus. Apenas três espécies nativas do Brasil têm plantios em extensões relevantes, sendo elas a seringueira, o paricá e a araucária.

O novo Código Florestal trouxe a adoção de dispositivos favoráveis ao desenvolvimento de florestas plantadas, como a obrigatoriedade da reposição florestal para quem utiliza matéria-prima oriunda de supressão de vegetação nativa ou que detenha autorização de supressão de vegetação nativa. Com vistas a maior segurança jurídica, o Código Florestal estabelece textualmente que o plantio ou o reflorestamento com espécies florestais nativas independem de autorização prévia, desde que observadas as limitações e condições previstas na Lei. Neste sentido, a Lei estabelece que o corte ou a exploração de espécies nativas plantadas em área de uso alternativo do solo serão permitidos independentemente de autorização prévia, desde que o plantio ou reflorestamento esteja previamente cadastrado.

Em 2013, o Comitê Técnico de Sistemas de Controle Florestal, coordenado pelo IBAMA, reuniu representantes de diversos setores relacionados à gestão florestal para trabalhar no aprimoramento e integração dos sistemas de controle de origem florestal, simplificando e conferindo maior segurança ao transporte de produtos de florestas plantadas.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a área de florestas plantadas em 6 milhões de hectares**

Análise Situacional da Meta

No período 20062012, o crescimento médio anual foi de 2,8%, com um incremento de aproximadamente 2 milhões de hectares em seis anos. As estatísticas de florestas plantadas de 2013 (ano base 2012) apontam para um aumento líquido de 180.818 ha na área de florestas plantadas no país (ampliação de 228.078 ha de Eucalyptus, retração de 79.110 ha de Pinus e ampliação de 31.850 de outros grupos).

Com vistas a projetar um cenário mais favorável à ampliação de área plantada, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - SAE coordenou em 2011 um esforço interministerial de formulação de diretrizes para uma política de florestas plantadas. Ao longo de 2013 a SAE promoveu reuniões e seminário para o desenvolvimento de instrumentos econômicos que possam promover a ampliação das florestas plantadas. Como materialização desses esforços, o Plano Agrícola 2013/2014 estabelece uma série de incentivos ao setor, como a elevação nos limites de

financiamento, por beneficiário, para os programas Moderinfra, Moderagro, Pronamp e Programa ABC, cujo financiamento seja destinado ao plantio comercial de florestas. Além disto, as florestas passaram a fazer parte das culturas prioritárias do seguro rural. Os reflexos do Plano Agrícola 2013/2014 na área de florestas plantadas devem se iniciar a partir de 2014.

Quantidade alcançada

180.818

Data de Referência

31/12/2012

- **Ampliar em 1 milhão de hectares das áreas plantadas destinadas ao suprimento de lenha e carvão vegetal do setor industrial**

Análise Situacional da Meta

O consumo de madeira em tora para carvão vegetal e lenha industrial em 2012 ultrapassou os 67 milhões de m3 de madeira. Destes, quase 90% são de Eucalyptus. Em relação a 2011, o consumo de madeira em tora de Eucalyptus aumentou 11,1%.

Em 2012, último dado disponível, o Brasil tinha mais de 7 milhões de ha de florestas plantadas, sendo cerca de 16% disso direcionado à Siderurgia. Isso representa uma evolução de cerca de 9% em termos de área plantada com relação à 2010, quando havia 6,5 milhões de ha de florestas plantadas.

Quantidade alcançada

164.212

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar em 600 mil hectares as florestas plantadas com espécies nativas**

Análise Situacional da Meta

Apesar de abrigar milhares de espécies de árvores, o Brasil tem apenas cerca de 3% da área de florestas plantadas com espécies nativas.

Espécies	Área de Plantios (ha)		
	2011	2012	Aumento
Seringueira	165.648	168.848	3.200
Paricá	85.473	87.901	2.428
Araucária	11.179	11.343	164
Múltiplas espécies	1.000	1.000	
Total	262.300	268.092	6.792

É esperado que os novos dispositivos legais que dispensam de autorização o plantio e colheita de espécies nativas tenham efeito positivo sobre a ampliação da área de florestas plantadas com tais espécies.

O MMA está apoiando o desenvolvimento de estudos através do lançamento de ao menos 2 editais para analisar e promover a economia do plantio de florestas plantadas. O objetivo é caracterizar custos, receitas, benefícios socioambientais e riscos associados a atividade em diferentes regiões do pais. Essas informações são chave para identificação de gargalos, soluções, proposições de políticas publicas e analise de viabilidade econômica e financeira de modelos de negócio baseados em florestas plantadas com nativas.

Quantidade alcançada

6.729

Data de Referência

31/12/2012

- **Disponibilizar acesso ao crédito florestal a 250 mil pequenos produtores rurais**

Análise Situacional da Meta

Atualmente há 16 linhas de crédito identificadas para o fomento a empreendimentos florestais. O Guia de Financiamento Florestal 2013 disponibiliza as principais informações sobre estas linhas de crédito: áreas financiadas, beneficiários, limites de valores, taxas de juros, prazos de reembolso e carência, as garantias estipuladas e os agentes financeiros (órgãos ou bancos) que as operam. Dentre as linhas de crédito elencadas, em 2013, agricultores familiares brasileiros fizeram mais de dois milhões de contratos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para financiar sua produção, o que corresponde a mais de R$ 20 bilhões emprestados, em operações de custeio e investimento. O último Anuário Estatístico do Crédito Rural (2012) , indica que Pronaf concedeu, R$489.201,46, repassados por meio de 40.551 contratos de extrativismo de espécies nativas e formação de culturas perenes.

Atualmente, o Anuário Estatístico do Crédito Rural não apresenta o número de contratos e volume de recursos concedidos por linha do Pronaf. O Departamento de Financiamento e Proteção da Produção – DFPP, da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF/MDA está em contato com o Banco Central, com vistas a promover esta discriminação nas próximas edições do Anuário Estatístico, o que permitirá aferimento mais adequado desta meta para os próximos exercícios.

Quantidade alcançada

40.551

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0473 - Prevenir e combater incêndios florestais com enfoque nas áreas remanescentes dos biomas brasileiros.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo está organizado de forma que as metas representem a execução das atividades consideradas prioritárias para a proteção dos biomas contra os incêndios florestais.

As atividades relacionadas à prevenção são direcionadas a evitar a ocorrência de incêndios florestais, por meio da conscientização das pessoas sobre as causas e consequências destes fenômenos.

O Programa de Ação Interagências tem como principal objetivo a ampliação da capacidade de resposta do IBAMA em todo o território nacional, no âmbito das questões relacionadas ao controle de queimadas, prevenção e combate aos incêndios florestais.

Este programa foi concebido para estabelecer parcerias que envolvam ações integradas entre Instituições governamentais e não governamentais, assim como com os mais diversos atores da sociedade civil organizada. Por meio de Oficinas de Planejamento são elaborados planos de ação integrados e fomentada a criação de fóruns interinstitucionais permanentes, denominados “Comitês Estaduais/Municipais de Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais”. Esses Comitês, criados por meio de Decreto Estadual/Municipal, somam esforços e otimizam recursos humanos, financeiros e materiais na busca de uma estratégia de ações integrada para atuar efetivamente no controle de queimadas, prevenção e combate aos incêndios florestais.

Em 2012 e 2013, as metas relacionadas às atividades de prevenção e do programa interagências foram alcançadas.

As atividades relacionadas à contratação de brigadistas permitem a formação de brigadas de prevenção e combate aos incêndios florestais nas áreas remanescentes dos biomas brasileiros. Os brigadistas são selecionados e capacitados, recebem equipamentos de proteção individual e de combate e realizam todas as atividades relacionadas ao manejo integrado do fogo nas áreas prioritárias. Em 2012 e 2013 as metas de contratação de brigadistas pelo Ibama e pelo ICMBio foram atingidas, proporcionando a realização de milhares de atividades de prevenção e combate aos incêndios

florestais em Unidades de Conservação da Natureza, Terras Indígenas, Terras Quilombolas, Assentamentos da Reforma Agrária e outras áreas públicas importantes.

A redução da área atingida por incêndios florestais em Unidades de Conservação é importante para a preservação destas áreas protegidas, mas sofre influência de diversos fatores de difícil controle, como as variações climáticas causadas pelo fenômeno El Niño. A área atingida por incêndios nas Unidades de Conservação passou de 1.030.000 de hectares em 2012 para 610.000 em 2013.

Metas 2012-2015

- **Aumentar em 50% o número anual de atividades e programas interagências na prevenção dos incêndios florestais, com base nas 89 ações executadas em 2010**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 o IBAMA realizou 148 ações de prevenção aos incêndios florestais e dos programas de interagências. Em 2013 foram realizadas 211 ações de prevenção aos incêndios florestais e dos programas de interagências. A meta anual da iniciativa foi ultrapassada em ambos os períodos.

Dentre as atividades e ações, destacam-se a criação e fortalecimento de comitês estaduais ou municipais de queimadas e incêndios florestais, organização e assinatura de protocolos municipais, realização de cursos e oficinas de educação ambiental na temática de queimadas e incêndios florestais e participação na rede sulamericana e mundial de incêndios florestais.

Dentro das atividades definidas no Programa Nacional Políticas para Mulheres, foram realizadas sete oficinas "Queimadas, Incêndios Florestais, Mudanças Climáticas e Vulnerabilidades Sociais" voltadas para a formação de multiplicadores (professores de ensino estadual/municipal e representantes da sociedade civil), três no Ceará e quatro no Tocantins. Participaram 236 pessoas, das quais 146 foram mulheres (62%).

Quantidade alcançada

137

Data de Referência

31/12/2013

- **Contratar 4500 brigadistas de prevenção e combate aos incêndios florestais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 o IBAMA contratou 2.030 brigadistas e o ICMBio contratou 1.729, totalizando 3.759 brigadistas de prevenção e combate aos incêndios florestais.

Em 2013 o Ibama contratou 1.545 brigadistas e o ICMBio contratou 1.743, totalizando 3.288 brigadistas.

A soma dos anos de 2012 e 2013 resulta em 7.047 brigadistas, 56,6% superior à meta de contratar 4.500 brigadistas até o ano de 2015.

Os brigadistas executam todas as atividades relacionadas ao manejo integrado do fogo, tais como monitoramento, abertura de aceiros, prevenção dos riscos, organização e manutenção de equipamentos e ferramentas, realização de queimadas controladas e queimadas prescritas, combate de incêndios florestais e implementação de unidades demonstrativa de alternativas ao uso do fogo na agropecuária. Sem a atuação das brigadas nos períodos críticos de incêndios florestais não seria possível a execução de todas estas atividades.

Além de proteger os grandes remanescentes de vegetação nativa dos biomas brasileiros, as brigadas também desempenham um papel social importante. Muitas delas se localizam nas regiões mais pobres ou inóspitas do País e a maior parte dos brigadistas contratados são indígenas, quilombolas, ribeirinhos ou moradores do entorno de Unidades de Conservação. As capacitações e a renda proporcionadas pelo Programa de Brigadas transformam os brigadistas em protetores da natureza e ajuda na conservação ambiental de Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Assentamentos da Reforma Agrária e Áreas Quilombolas.

Apesar de o combate aos incêndios florestais ser uma atividade predominantemente masculina, 26% dos cargos de gerente são ocupados por mulheres, atendendo às diretrizes do Programa Nacional de Políticas para Mulheres.

Quantidade alcançada

7.047

Data de Referência

31/12/2013

- **Reduzir em 50% a área atingida por incêndios florestais nas unidades de conservação federais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, 1,03 milhões de hectares de Unidades de Conservação foram atingidos por incêndios florestais. Em 2013 foram atingidos 610 mil hectares.

A ocorrência de incêndios florestais tem relação intrínseca com fenômenos climáticos que afetam os regimes de chuvas, como por exemplo, El Niño e La Niña. O ano de 2013 apresentou precipitação bem distribuída, com chuvas ocorrendo em meses comumente secos na região do Cerrado e maior parte da Amazônia, como junho, julho e agosto. Estas chuvas bem distribuídas aumentaram a umidade relativa do ar e do solo e mantiveram a vegetação verde por mais tempo, diminuindo o risco de grandes incêndios.

Este comportamento climático favorável, aliado a melhor capacidade institucional de enfrentamento dos incêndios, quer pela capacitação dos servidores, quer pela distribuição de equipamentos e organização de apoio entre as unidades próximas (Bases Operativas), tornou positivo o cenário de prevenção e combate a incêndios florestais em 2013.

Quantidade alcançada

41,78

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	87.919	ha	20.055,93	31/12/2013
Bioma Caatinga	11.342	ha	13.825,64	31/12/2013
Bioma Cerrado	733.215	ha	564.185,07	31/12/2013
Bioma Mata Atlântica	135	ha	707,53	31/12/2013
Bioma Pantanal	20.000	ha	9.534,24	31/12/2013

OBJETIVO: 0475 - Promover a queda contínua do desmatamento ilegal, com ênfase na fiscalização ambiental e na articulação entre os entes federados.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Para o ano de 2013, estabeleceu-se como linha central de estratégica no combate ao desmatamento na Amazônia a Operação Onda Verde com objetivo de ocupar todas as áreas da Floresta Amazônica acometidas pelo desmatamento ilegal durante 12 meses por ano.

A Operação Onda Verde é uma operação permanente de fiscalização ambiental em seis áreas prioritárias para o combate ao desmatamento na Amazônia, por meio de instrumentos de comando e controle, garantindo a presença do Estado e a governança no processo de combate aos ilícitos ambientais, contínua e preventivamente. Essa é uma ação que conta com o apoio da Força Nacional de Segurança Pública.

Em 2013 foram ocupadas de forma ostensiva os estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Amazonas, considerados pelo monitoramento ambiental como áreas críticas. Nestes estados, foram instaladas bases avançadas de fiscalização.

O efetivo empregado em cada operação é constituído por Agentes Ambientais Federais do IBAMA, Policiais da Força Nacional de Segurança Pública (FNS) e Policiais dos Batalhões de Polícia Ambiental (PM) de alguns dos estados onde as

ações estão.

Além da Onda Verde, o IBAMA executa outras operações de grande porte, tais como a Operação Hiléia Pátria e Ágata que são operações de fiscalização voltadas a combater o desmatamento ilegal na Amazônia, especialmente em terras indígenas e unidades de conservação federais. Essa ação integrada que envolve o IBAMA, ICMBIO, ABIN, DPF, DRPF, CENSIPAM e especialmente o Exército Brasileiro que tem papel fundamental nestas operações.

Desta forma, diferentemente da estratégia de se planejar um grande número de pequenas operações, para o ano de 2013, adotou-se a estratégia de se executar operações de grande porte e impacto na dissuasão do ilícito ambiental.

Os resultados das duas grandes operações (Operação Onda Verde e Hiléia) totalizam mais de R$ 1,7 bilhão em multas e mais de 250 mil hectares de áreas embargadas. Foram apreendidos 160 tratores, 85 caminhões, 39 pás carregadeiras, 290 motosserras, 200mil metros cúbicos de madeira e cerca de 13 mil toneladas de grãos produzidos em áreas desmatadas ilegalmente.

Metas 2012-2015

- **Implementar ações de fiscalização em 248 Unidades de Conservação federais**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013, o orçamento do ICMBio para as ações de fiscalização foi de R$ 6 milhões. Diante do montante de recursos disponíveis, foram priorizadas algumas regiões do país. Desta maneira, manteve-se a presença institucional nas áreas prioritárias. Com a necessidade de priorização das ações de fiscalização, com foco em combate ao desmatamento na Amazônia, houve fortalecimento das parcerias entre ICMBio e outras instituições de comando e controle, que permitiram otimização dos esforços e maior efetividade das ações de fiscalização. Neste sentido, destaca-se a atuação do ICMBio em operações conjuntas, como parte integrante do Gabinete de Gestão Integrada para a proteção do meio ambiente - GGI - MA, juntamente com instituições dos Ministérios do Meio Ambiente da Justiça e da Defesa. Como exemplo, pode ser apontado o planejamento e execução da operação Hiléia Pátria, que contou com a participação de agentes de fiscalização do Ibama, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Censipam, ABIN e do Exército Brasileiro e Policiais Militares. Quanto ao quantitativo de ações executadas, foram realizadas, no ano de 2013, 293 ações de fiscalização em 118 unidades de conservação federais. Destacam-se as ações de proteção que resultaram na manutenção da desocupação da Floresta Nacional de Bom Futuro – RO e manutenção da retomada do controle da região norte da Reserva Biológica do Gurupi – MA. Foram realizadas ainda ações integradas nas Unidades de Conservação na área de influência da BR 163, incluindo a região conhecida como Terra do Meio, num total de 19 áreas federais protegidas que somam cerca de 15 milhões de hectares de florestas e rios. Essas ações se concentraram no Parque Nacional Jamanxim, Floresta Nacional Trairão, Floresta Nacional do Jamanxim, Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, Parque Nacional Serra do Pardo e Estação Ecológica Terra do Meio. Cabe destacar que a destinação final dos materiais apreendidos permanece como uma das principais dificuldades encontradas na operacionalização das ações de comando e controle, altamente influenciadas pelas dificuldades logísticas para retirada dos materiais apreendidos (máquinas, equipamentos e madeira apreendidos na floresta).

Quantidade alcançada

178

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0476 - Monitorar a cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Em relação ao Monitoramento da Cobertura da Terra, em 2013 foram realizadas a complementação do levantamento da taxa de desmatamento na Amazônia para o ano de 2012, a estimativa da taxa de desmatamento na Amazônia para o ano

de 2013 pelo projeto PRODES e foram divulgados os levantamentos mensais de alerta de desmatamento pelo projeto DETER. As iniciativas de monitoramento da cobertura vegetal direcionadas para o Bioma Amazônia foram cumpridas. Estas são o levantamento anual das áreas desmatadas e da taxa de desmatamento (PRODES), da degradação florestal (DEGRAD), da exploração madeireira (DETEX) e o levantamento diário com integração mensal dos alertas de desmatamento e degradação florestal (DETER). Todas as entregas previstas nos projetos PRODES, DETER, DEGRAD e DETEX foram feitas no tempo previsto para as instituições alvos, MCTI, MMA, IBAMA, ICMBio, SFB, INCRA e FUNAI, que lidam com gestão de terras na Amazônia, bem como para a sociedade como um todo através de páginas de rede com pleno acesso aos dados utilizados e mapas e estatísticas deles derivados. As mesmas atividades estão contratadas para o ano de 2014.

Quanto ao monitoramente do impacto do fogo, foram gerados 365 mapas de risco de fogo da vegetação, bem como os 365 arquivos com coordenadas dos focos de queima de vegetação para todo o País. Foram também atendidas necessidades operacionais específicas de monitoramento do IBAMA/PrevFogo, ICMBio, ONS, CIMAN (em Roraima e no País), entre outros, contribuindo para o controle do uso do fogo na vegetação.

Metas 2012-2015

- **Expandir a área de monitoramento do desmatamento, da cobertura da terra e do impacto do fogo para todo território nacional**

Análise Situacional da Meta

A quantidade alcançada hoje é de 4,2 milhões de Km2 referentes ao bioma amazônico.

No que tange ao cerrado, o INPE, hoje, faz parte de um grupo de instituições coordenadas pelo MMA que, com recursos extraorçamentários do GEF-Cerrado produzirá um mapa de cobertura da terra para o bioma Cerrado, atendendo parcialmente a meta. Há ainda em desenvolvimento uma parceria com a GIZ e o Governo Alemão, coordenada pelo MMA, em que o INPE propõe desenvolver pesquisas para aprimorar um futuro sistema de monitoramento do Cerrado. Ademais, o INPE faz parte de um componente de uma proposta ao Programa de Investimento em Floresta do Banco Mundial coordenado pelo MCTI que poderá capacitar o INPE a começar a operar um sistema equivalente ao PRODES para o Cerrado pelo período de três anos.

Quantidade alcançada

4.196.943

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	4.196.943	km²	4.196.943	31/12/2013
Bioma Caatinga	844.453	km²	0	31/12/2013
Bioma Cerrado	2.036.448	km²	0	31/12/2013
Bioma Mata Atlântica	1.110.192	km²	0	31/12/2013
Bioma Pampa	176.496	km²	0	31/12/2013
Bioma Pantanal	150.355	km²	0	31/12/2013

- **Implementar o módulo online de emissão de autorizações de queima controlada do Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (Sisfogo)**

Análise Situacional da Meta

Os sistemas desenvolvidos pela empresa contratada pelo IBAMA só poderão ser entregues a partir da segunda quinzena de maio de 2014, devido ao período necessário para o desenvolvimento dos módulos de acesso e segurança, padronizados. Sendo assim, não foi possível o desenvolvimento do módulo online de emissão de autorização de queima controlada no Sisfogo em 2013. O Centro Especializado Prevfogo, em parceria com o Governo do Reino Unido contratou um consultor que está produzindo o mapeamento de processos do Sisfogo, que dará a base para o

desenvolvimento do sistema. A previsão é de que o módulo de emissão de autorizações de queima controlada esteja disponível para testes até o final de 2014.

- **Implementar sistemas de cadastro de alvos para fiscalização (polígonos de desmatamento a serem fiscalizados)**

Análise Situacional da Meta

Modelo lógico do sistema de cadastro de alvos criado e dividido em três partes: a recepção/produção de polígonos de desmatamento e a disponibilização desses polígonos para a fiscalização já foram implementadas e estão em funcionamento e o retorno das informações encontradas em campo depende da sincronização entre os bancos de dados espaciais e não espaciais do IBAMA. Após a sincronização dos bancos, será necessária etapa de desenvolvimento de software para concluir o sistema.

- **Implementar sistemas de monitoramento de áreas embargadas**

Análise Situacional da Meta

Realizada avaliação dos embargos através da interpretação de imagens de satélite no estado do Acre cuja verificação identificou boa parte dos embargos sendo desrespeitados. O segundo estado verificado foi o estado do Mato Grosso, onde mais de 50% dos casos também foi verificado desrespeito a embargos. Para o ano de 2014 serão analisados através da interpretação de imagens de satélite os demais estados que compõem os Biomas Cerrado e Amazônia.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Licenças de Instalação emitidas	unidade por ano	30/12/2010	90	05/11/2013	96
Licenças de Operação emitidas	unidade por ano	30/12/2010	85	05/11/2013	132
Licenças Prévias emitidas	unidade por ano	30/12/2010	55	05/11/2013	41
Percentual de municípios com Fóruns de Agenda 21 ativos	%	01/01/2009	11,03	04/07/2013	10,26
Percentual de municípios com Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável elaborados	%	01/01/2009	4,49	04/07/2013	3,2

Observações:

Licenças de Instalação emitidas - Referência: Email enviado pelo IBAMA no dia 20 de maio às 09h39 "Indicadores programa Licenciamento Ambiental"
Licenças de Operação emitidas - Referência: Email enviado pelo IBAMA no dia 20 de maio às 09h39 "Indicadores programa Licenciamento Ambiental"
Licenças Prévias emitidas - Referência: Email enviado pelo IBAMA no dia 20 de maio às 09h39 "Indicadores programa Licenciamento Ambiental"
Percentual de municípios com Fóruns de Agenda 21 ativos - Fonte IBGE MUNIC 2012
Total de Municípios = 5565
Nº de municípios iniciaram o processo de Agenda = 1010
Nº de municípios possuem Fóruns de Agenda 21 = 56.6% * 1010 = 571
Percentual de municípios com Fórum de Agenda 21 ativos = 571/5565 = 10,26

Dos municípios que iniciaram o processo de Agenda 21, 56,6% possuem Fóruns de Agenda 21. No entanto, quase metade (47,4%) não se reuniu nos últimos 12 meses e 25,3% tiveram reuniões com periodicidade irregular. (Fonte Munic 2012)

Percentual de municípios com Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável elaborados - IBGE MUNIC 2012 - Nº total de municípios do país - 5565
IBGE MUNIC 2012 - Nº de municípios com PLDS - 178

IBGE MUNIC - IBGE MUNIC - Nº de municípios com PLDS / Nº total de municípios do país X 100 = 178/ 5.565 *100 = 3,20

OBJETIVO: 0487 - Aperfeiçoar os mecanismos de gestão e de controle voltados para a prevenção da contaminação e da poluição ambiental, e para o gerenciamento de substâncias perigosas, visando garantir a melhoria da qualidade ambiental.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

A estratégia de longo prazo para a prevenção da contaminação e da poluição ambiental e para o gerenciamento de substâncias perigosas envolve a elaboração de uma Política Nacional de Segurança Química, que trace objetivos, diretrizes, instrumentos e demais componentes. Para tanto, tem-se buscado conhecer as experiências internacionais de sucesso por meio de cooperações bilaterais e do apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Busca-se o cumprimento das Convenções e Tratados Internacionais que versam sobre esta temática, o que vem sendo executado por meio de Projetos Internacionais e Termos de Cooperação com Universidades e Instituições de Pesquisa.

Outro foco de atuação tem sido a capacitação de servidores tanto do Governo Federal quanto dos governos estaduais, para a prevenção da contaminação e o gerenciamento de substâncias perigosas.

Nesse sentido, foi realizada a capacitação de técnicos brasileiros na aplicação do Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS), tendo em vista que a tendência é que, num futuro próximo, todos os grandes produtores e exportadores de substâncias químicas, como o Brasil, adotarão as estratégias do GHS para classificar e rotular substâncias químicas. Foram capacitados, em 2013, cerca de 15 técnicos do MMA, IBAMA, ANVISA e INMETRO.

Com relação à implementação da Convenção de Estocolmo, foi dada continuidade à parceria com a Fiocruz para análise da contaminação de leite materno por poluentes orgânicos persistentes. O mesmo ocorreu junto à cooperação com a Universidade Federal de Santa Maria para monitoramento da contaminação ambiental e de leite materno por poluentes orgânicos persistentes.

Paralelamente, vem sendo estruturado um projeto junto ao Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) com a finalidade de inventariar as emissões e liberações de mercúrio em processos produtivos industriais, de comércio e serviços e elaboração de plano de ação para o cumprimento da Convenção de Minamata sobre Mercúrio. O projeto foi aprovado pelo Grupo de Trabalho Interministerial para Análise de Projetos de Meio Ambiente (GTAP/MP) e está em fase final de análise pela Divisão de Químicos do PNUMA.

Para a elaboração de minuta do projeto de lei que estabelecerá o controle e regulação do uso, produção, importação e exportação de substâncias químicas, foram aprofundados os conhecimentos sobre algumas experiências internacionais – da União Europeia, Canadá e China, no âmbito do Programa "Diálogos Setoriais Brasil – União Europeia". Esse intercâmbio possibilitou a geração de estudos que constituem a base para a construção da proposta nacional, os quais foram apresentados em seminário para os principais atores nacionais. Como próximos passos está sendo discutida junto à Comissão Nacional de Segurança Química (Conasq) a formação de um grupo de trabalho, com a finalidade de propor a estruturação do referido projeto de lei, bem como a qualificação / capacitação dos parceiros institucionais governamentais envolvidos.

Com relação às questões inerentes ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), cabe destacar que os levantamentos parciais obtidos a partir da base de dados do Cadastro Técnico Federal (CTF) mostram que dos 76.043 representantes legais cadastradas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), 22,70% são mulheres. Os dados do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA) mostram que 14,86% dos 740 representantes são mulheres.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 5% o número de operações anuais de fiscalização, visando coibir os ilícitos relacionados às atividades degradadoras e poluidoras do meio ambiente**

Análise Situacional da Meta

A previsão de aumento das ações de controle e fiscalização tem como referência inicial o valor de 65 operações, que corresponde ao registrado em 2010. A ampliação percentual (anual) de 5% estabeleceu um quantitativo gradual de operações com os seguintes totais: 68 (2012), 71 (2013), 75 (2014), 79 (2015). Cumulativamente, essas operações totalizariam 293 (conforme indicado na quantificação / regionalização da meta).

Em 2012 foi executado um reduzido número de operações (4), tendo em vista a prioridade nas ações de combate ao desmatamento, com o deslocamento das equipes para Amazônia.

Em 2013 foram intensificadas as ações relacionadas ao controle das atividades degradadoras e poluidoras do meio ambiente, tendo sido efetuadas 74 operações. Analisando o valor originalmente previsto para o exercício [71], o resultado demonstra uma forte retomada, representando uma ampliação, em 2013, de quase 9%, considerando o valor de referência para 2012 (que seria de 68). Somadas as operações ocorridas em 2012 tem-se um total acumulado de 78 operações.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	293	unidade	29	30/06/2013

- **Atualizar o Perfil Nacional sobre a Gestão de Substâncias Químicas e publicar o Relatório de Qualidade do Meio Ambiente**

Análise Situacional da Meta

O termo de referência, elaborado em 2012 para auxiliar no processo de atualização do Perfil Nacional sobre a Gestão de Substâncias Químicas, foi contemplado no âmbito da Revisão Substantiva do Projeto GEF/NIP – Desenvolvimento de um Plano Nacional de Implementação no Brasil, como primeira etapa da Implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes. A partir da aprovação da Revisão, o termo de referência deverá ser ajustado de modo a compatibilizar com os prazos e objetivos do projeto.

Com referência ao RQMA (Relatório de Qualidade do Meio Ambiente), os trabalhos intensificados durante 2012 permitiram a definição do escopo e da estrutura do documento. A estratégia de construção do Relatório contou com o envolvimento e contribuição de diferentes instituições. A versão final, composta por 7 (sete) capítulos – Atmosfera; Água; Terra; Biodiversidade; Florestas; Ambiente Costeiro e Marinho; Ambiente Urbano – foi apresentada ao MMA para validação.

- **Elaborar e implementar o plano de ação para gestão de estoques e resíduos de agrotóxicos considerados poluentes orgânicos persistentes**

Análise Situacional da Meta

Essa meta representa um dos compromissos assumidos pelo Brasil ao ratificar a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), ou seja, a disponibilizar informações sobre a avaliação da situação do País com relação aos POPs. Nesse sentido, foi definida a necessidade adotar os seguintes passos; (1) realizar e/ou estabelecer inventários sobre produção, uso, comércio, estoques e resíduos de substâncias químicas previstas na Convenção; e (2) desenvolver estratégias e planos de ação para a redução, eliminação e/ou gestão de tais substâncias. Em 2012 foram iniciados os trabalhos de inventário, com a consolidação dos dados por Unidades da Federação e por substâncias. Essa fase de inventário prosseguiu durante o ano de 2013, chegando a uma versão preliminar. Essa versão será objeto de análise e validação por um grupo de trabalho interinstitucional, em evento previsto para o primeiro trimestre de 2014.

Posteriormente, o documento resultante da reunião do grupo servirá de material de base para a preparação e elaboração do respectivo plano de ação.

- **Elaborar e Implementar o plano de ação para redução de emissões de dioxinas e furanos**

Análise Situacional da Meta

Entre as substâncias abrangidas pela Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), as "Dioxinas e Furanos" constituem um grupo cujo inventário foi realizado em 2012.

Em 2013 foi desenvolvido documento contendo subsídios para a "formulação de estratégias e plano de ação para a redução progressiva das liberações não intencionais de POPs (dioxinas e furanos) de fontes antropogênicas". Esse documento será discutido com os segmentos envolvidos, em reunião de grupo de trabalho interinstitucional previsto para o primeiro trimestre de 2014.

- **Implementar a avaliação do risco ambiental para novos ingredientes ativos registrados como agrotóxicos**

Análise Situacional da Meta

A avaliação de risco exige diferentes níveis de esforços e de complexidade e foi dividida em etapas. A primeira etapa constituiu-se em treinamento da equipe técnica e adoção dos modelos mais simplificados (costumeiramente chamados de fase I).

Quando um produto apresenta risco na fase I é necessário utilizar modelos mais complexos, o que inclui a elaboração de banco de dados e adaptações dos modelos para garantir que estejam adequados à situação local, esta é a segunda fase do processo de implementação. Na terceira fase aplica-se modelos mais complexos, já ajustados às condições

brasileiras, vinculados a normas e procedimentos técnicos que definam passo a passo as etapas futuras do processo de avaliação das moléculas que não foram aprovadas na fase I.

A fase 1 foi implementada em 2012. A implementação das fases seguintes depende de termo de Cooperação Técnica a ser celebrado com a EMBRAPA. Para tanto, em 2013 foram feitas reuniões e videoconferências no sentido de construir o termo de referência, não se obtendo, durante o exercício, um documento consolidado sobre a viabilidade da cooperação.

OBJETIVO: 0488 - Promover a Gestão dos Riscos relacionados às Emergências Ambientais com ênfase nos Produtos Perigosos, visando a Proteção da População e do Meio Ambiente.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

A promoção da gestão de riscos relacionados a emergências ambientais, com ênfase nos produtos perigosos, está disciplinada pelo Decreto nº 5.098, de 2004, que institui o Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (P2R2).

O Ministério do Meio Ambiente tem atuado intensamente na formação e estruturação das Comissões Estaduais do P2R2, principalmente com ações de mapeamento de áreas de riscos, capacitação e equipagem das equipes de resposta. Adicionalmente, procurou promover discussões, a partir de experiências internacionais, para aprimorar a prevenção a emergências ambientais com produtos perigosos nas áreas de mapeamento, análise de risco e na área de planejamento e financiamento de ações de emergência interinstitucionais, com objetivo de estabelecer ações de prevenção e preparação da resposta a emergências ambientais, por meio de planos, programas, mapas de risco e cartas de sensibilidade ambiental a derramamentos de óleo, a partir da prevenção ou mitigação dos impactos ambientais e socioeconômicos advindos destes eventos.

O objetivo encontra-se com desenvolvimento dentro do cronograma previsto, tendo todas as iniciativas apresentado resultados no período de janeiro a dezembro de 2013.

Conseguiu-se avançar na elaboração dos Planos de Área, que já se encontram com 70% elaborados, devendo ser finalizados no ano de 2014. Os Planos de Ação de Emergência Nacional deverá ser concluído até 2015, sendo que dois Estados, São Paulo e Paraná, já foram apoiados nos Planos Estaduais. Já a elaboração do Plano Nacional de Ação de Emergência para Resgate e Reabilitação da Fauna Impactada com Óleo é complexa, envolvendo vários setores e especialistas do Ibama. Já foram concluídos 30% dos trabalhos, devendo o Plano ser finalizado em 2015.

A implantação do Programa de Gestão de Risco de Acidentes Ambientais está definido e aprovado pelo Ibama e o projeto-piloto para as ferrovias no Estado de São Paulo está em andamento, sendo prevista a sua conclusão até 2015.

Com relação ao mapeamento da sensibilidade ambiental ao óleo nas Bacias de Campos e de Pelotas, que envolve várias instituições de ensino e pesquisadores da região, este se encontra em fase final de pesquisa de campo e desenvolvimento das plataformas de dados. O desenvolvimento das Cartas deverá acontecer até 2015.

Metas 2012-2015

- **Elaborar, em parceria com os setores envolvidos, 2 Planos de Área para combate a derramamento de óleo em águas jurisdicionais brasileiras**

Análise Situacional da Meta

Além da meta de elaboração de dois Planos de Área em duas regiões (Nordeste e Sudeste), o Ibama iniciou trabalhos em mais duas regiões, com ações em andamento em São Paulo, Espírito Santo, Ceará e Bahia, a saber: Planos do Espírito Santo e São Paulo (Litoral Norte), em fase de conclusão; Planos do Ceará (Pecém e Mucuripe) e de São Paulo (Santos), em andamento; Plano de Área da Bahia (Aratu), em fase inicial; Plano de Área do Paraná, que foi descontinuado em 2013 mas deverá ser retomado em 2014.

Os planos do Litoral Norte de São Paulo ou do Espírito Santo (Região Sudeste) e Ceará (Região Nordeste), acompanhados para atendimento desta meta, encontram-se em andamento, com cada plano tendo concluído 70% do

total. Além disso, para 2014 o Ibama estima trabalhar com planos de área em dezesseis áreas portuárias, conforme portaria Ibama n. 34/2013.

Ressalta-se, contudo, que algumas questões estão fora da governança do Ibama - por exemplo: o Plano de Área do Espírito Santo foi finalizado pelas empresas em 2013, porém não foi aprovado pelos técnicos do Ibama e parceiros, tendo em vista a baixa qualidade do documento.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Elaborar o Plano Nacional de Ação de Emergência para Acidentes Ambientais com Produtos Perigosos e apoiar a elaboração de 4 Planos de Ação Estaduais**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional de Ação de Emergência para Acidentes Ambientais com Produtos Perigosos ainda está em fase de reuniões de coordenação com os setores envolvidos na sua elaboração. Uma minuta de roteiro encontra-se elaborada e será discutida com os parceiros.

Quanto ao apoio à elaboração dos Planos de Ação Estaduais, o Estado de São Paulo elaborou e assinou o plano estadual, que tem a finalidade de estabelecer uma padronização na gestão das emergências ambientais com produtos químicos naquele estado.

O Protocolo Unificado de Atendimento a Emergências Químicas no Estado de São Paulo tem como objetivos: integrar as atividades dos órgãos públicos (municipais, estaduais e federais), a fim de atender as emergências químicas que representem risco à saúde, segurança pública e meio ambiente, bem como aos patrimônios públicos e privados; estimular trabalhos em parceria e de cooperação do poder público com o setor privado, organizações não governamentais, universidades, comunidade e outros, para atender as demandas geradas pelas emergências químicas; implantar o Protocolo no âmbito interno dos órgãos signatários, sob direção da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC), de forma que haja uma integração efetiva das instituições e agentes públicos diretamente relacionados com o atendimento às emergências químicas; implementar mecanismos permanentes de cooperação e de ajuda mútua para otimizar os recursos humanos e materiais; adotar as medidas para a obtenção dos recursos financeiros necessários à implantação e desdobramentos técnicos operacionais; dar ampla publicidade aos profissionais e técnicos envolvidos nas atividades de atendimento às emergências químicas.

O MMA iniciou o apoio técnico e financeiro ao Estado do Paraná, por meio de convênio para a elaboração do Protocolo de Atendimento a Emergências com Produtos Perigosos do Estado, bem como protocolos regionais, que será o segundo Plano de Ação Estadual dentro desta Meta.

O apoio ao Estado é mais amplo e prevê o fortalecimento da Comissão Estadual do P2R2 do Paraná, por meio de ações integradas na Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências com Produtos Químicos Perigosos, com objetivo de prevenir os impactos, sobretudo nos recursos hídricos; preparar a resposta a emergências com produtos perigosos, com vistas a mitigar os impactos ambientais e à saúde humana; e avaliar e monitorar os danos oriundos dos desastres que envolvem produtos perigosos preservando vidas, a saúde humana e o meio ambiente.

Desta forma, até 2013 são dois projetos estaduais apoiados, sendo que um já finalizado e o outro em fase inicial de elaboração. O Plano Nacional deverá ser concluído até o final de 2015.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2013

- **Elaborar o Plano Nacional de Ação de Emergência para Resgate e Reabilitação da Fauna Impactada com Óleo**

Análise Situacional da Meta

Tendo em vista a nova política do IBAMA para fauna silvestre, em decorrência da Lei Complementar n. 140/2011, foram realizadas reuniões internas ao Ibama para reavaliar o encaminhamento do Plano. Como resultado, foi criada

uma rede de atendimento à fauna e a incorporação dos órgãos estaduais de meio ambiente no processo de discussão. Houve também a participação no Seminário Internacional sobre Fauna Oleada e oficina técnica sobre o assunto, ocorridos em dezembro de 2013, no Rio de Janeiro. Como 30% dos trabalhos foram concluídos, acredita-se que o Plano estará finalizado até o final de 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Elaborar o Programa de Gestão de Riscos de Acidentes Ambientais para as tipologias de empreendimentos e atividades prioritárias**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o Ibama estabeleceu diretrizes nacionais a serem seguidas pelos Núcleos de Prevenção a Emergências das Superintendências, no planejamento de ações, com base nas competências estabelecidas pela lei Complementar 140/2011.

Em 2013 o Programa de Gestão de Riscos foi iniciado e seu projeto piloto encontra-se em andamento. Foi escolhida a tipologia "ferrovias" como primeiro foco do programa, tendo em vista o licenciamento federal, o crescente número de acidentes e a existência de dados que possibilitem análise comparativa entre os empreendimentos.

A implantação deste programa, em 2014, foi aprovada no âmbito do Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental – PNAPA e deverá ser finalizado até 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Mapear a sensibilidade ambiental ao óleo nas bacias sedimentares marítimas de Campos e de Pelotas**

Análise Situacional da Meta

O Projeto de Mapeamento de Sensibilidade Ambiental a Derramamento de Óleo em Áreas Costeiras e Marinhas é mais amplo, constando também o mapeamento das bacias da Foz do Amazonas e do Pará-Maranhão/Barreirinhas para a conclusão do Plano Cartográfico para Mapeamento de Sensibilidade Ambiental a Derramamento de Óleo em Áreas Costeiras e Marinhas, abrangendo nove agrupamentos de bacias sedimentares marítimas da costa brasileira.

Todos os projetos vêm sendo executados por pesquisadores ligados a Universidades, selecionados via CNPq. Em 2013 foram descentralizados créditos e transferidos recursos financeiros para atender às despesas com o Termo de Cooperação com o CNPq para a execução dos projetos. Espera-se a conclusão dos mapeamentos até o final de 2015. Na execução do Mapeamento da Bacia Sedimentar Marítima de Campos, em 2013 avançou-se no levantamento de informações pretéritas dos meios socioeconômicos, físico e biológico, restando apenas complementações para a conclusão da etapa. Paralelamente, as campanhas de campo para verificação e levantamento de dados também avançaram (foram concluídas 80% do total de campanhas previstas), bem como a consolidação do banco de dados. Para 2014 estão previstas a conclusão do preenchimento das planilhas de recursos biológicos (aves e peixes); a definição do índice de sensibilidade do litoral ao óleo (ISL) de algumas áreas; a conclusão do banco de dados; e a produção das Cartas e dos Atlas de Sensibilidade.

O Mapeamento da Bacia Sedimentar Marítima de Pelotas encontra-se com a fase de levantamento de dados pretéritos concluído e as campanhas de campo, com o intuito de preencher as lacunas de informações identificadas (mapeamento de ISL e informações sobre a socioeconomia) em estado adiantado de execução. No entanto, devido a um problema com a embarcação de apoio da equipe, as campanhas tiveram que ser interrompidas, causando um pequeno atraso na conclusão das mesmas. Com isso, a previsão para término das campanhas é para 2014. Apesar desse atraso circunstancial, o processo de integração do Banco de Dados está avançado e já é possível visualizar versões piloto do produto final.

O Mapeamento da Bacia Sedimentar Marítima da Foz do Amazonas está sendo desenvolvido dentro do cronograma

esperado, estando concluída a etapa de levantamento de informações pretéritas e apresentando versões-piloto do produto final do banco de dados. As campanhas de campo terão continuidade em 2014 (para mapeamento de ISL e dados biológicos), uma vez que na região norte a navegação, em determinados períodos do ano, somente é possível a partir de embarcações de grande porte e a equipe precisa se adequar às agendas das instituições parceiras. Houve a importação de equipamentos para mensuração de parâmetros oceanográficos, uma vez que a região norte apresenta lacunas significativas de informações que se estende a todas as vertentes do projeto (meio biológico, socioeconômico e físico).

A equipe que desenvolve o Mapeamento da Bacia Sedimentar Marítima do Pará-Maranhão/Barreirinhas enfrenta as mesmas dificuldades que a equipe da Foz do Amazonas, uma vez que a navegação e a carência de informações faz com que seja necessário intensificar esforços em determinadas áreas. Além disso, houve também a necessidade de importação de equipamentos para mensuração de parâmetros oceanográficos. Apesar disso, os trabalhos de preenchimento das planilhas de informações pretéritas foram concluídos e os trabalhos de consolidação do banco de dados e execução das campanhas de campo estão avançados, com previsão para serem finalizados no início de 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0489 - Promover o aperfeiçoamento do licenciamento e da avaliação ambiental.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Todos os analistas, com exceção dos recém ingressados, foram capacitados em curso de Avaliação de Impacto Ambiental, tanto na Sede quanto nos Núcleos de Licenciamento Ambiental.. O curso em nível de especialização em avaliação de impacto ambiental é prioritário e está sendo estruturado, foi elaborado projeto contendo conteúdo programático e proposta de ensino semi-presencial que permitirá procedimentos para contratação de instituição para ministrar o curso.

O atual Sistema de Acompanhamento do Licenciamento ambiental - SISLIC promove transparência ao processo, sendo todas as licenças disponibilizadas para consulta online. Para aperfeiçoamento do sistema de informações um novo sistema está em desenvolvimento para propiciar o acompanhamento dos prazos de análise e de elaboração de estudos, além de disponibilizar dados ambientais para consulta da população. Em 2013 foi finalizado o desenvolvimento do primeiro módulo do Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA, que trata da Ficha de Caracterização do Empreendimento – FCA. Este módulo foi colocado em consulta pública durante todo o mês de julho de 2013 para a contribuição dos analistas do Ibama, dos empreendedores e da sociedade em geral, a fim de identificar eventuais falhas e oportunidades de melhoria. Novos testes foram realizados e em janeiro de 2014 as solicitações de licenciamento já serão realizadas via o novo sistema SIGA.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 50% a capacidade operacional do licenciamento ambiental federal**

Análise Situacional da Meta

O número base da capacidade operacional do licenciamento ambiental em 2011, conforme registros no SIOP em 2012, era de 380 analistas. Desse modo, para o alcance da meta até 2015 será necessário o acréscimo de 190 analistas. Em 2013 foi homologado concurso para provimento de 108 vagas no Ibama, tendo sido chamados 60 analistas para a Diretoria de Licenciamento.

Quantidade alcançada

15,78

Data de Referência

31/12/0013

- **Capacitar como especialistas em avaliação de impacto ambiental 300 técnicos que atuam no licenciamento ambiental federal**

Análise Situacional da Meta

Os registros de monitoramento de 2012 referiam-se à capacitação de praticamente todos os técnicos no curso de "Avaliação de Impacto Ambiental". A meta se refere ao curso de "Avaliação de Impacto Ambiental" com carga horária em nível de especialização. No entanto, esta atividade ainda está em fase de projeto/programação e não foi totalmente estruturada. Para o ano de 2014 foi solicitada alteração no número de servidores a serem capacitados nesta especialização para 100 técnicos, uma vez que a meta original prevista tornou-se impossível de ser alcançada.
Quantidade alcançada

0
Data de Referência

31/12/0013

- **Implantar o Programa de Qualificação Técnica em Avaliação de Impactos Ambientais em 20 órgãos estaduais de meio ambiente**

Análise Situacional da Meta

Face às modificações trazidas pela lei complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, as ações ligadas à qualificação técnica em avaliação de impactos ambientais tiveram seu escopo revisto e estão em desenvolvimento junto aos órgãos estaduais de meio ambiente, por meio de capacitações mais amplas incluídas no plano de trabalho. Tais ações se darão em conjunto com outras atividades de capacitação para os entes do SISNAMA.
Quantidade alcançada

0
Data de Referência

30/06/2013

- **Implementar sistema informatizado para acompanhamento de custos e prazos do licenciamento ambiental**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram finalizadas as fases de mapeamento dos procedimentos e desenvolvidas as novas telas de interface com os usuários. Em 2013 o primeiro módulo do sistema foi disponibilizado para consulta pública e, em 2014, os acompanhamentos serão realizados no novo Sistema Integrado de Gestão Ambiental – SIGA.

- **Implementar sistema informatizado para disponibilização de dados e informações referentes à avaliação de impactos ambientais de empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental federal**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram finalizadas as fases de mapeamento dos procedimentos e desenvolvidas as novas telas de interface com os usuários. Em 2013 o primeiro módulo do sistema foi disponibilizado para consulta pública durante todo o mês de julho para a contribuição dos analistas do Ibama, dos empreendedores e da sociedade em geral para identificarem eventuais falhas e oportunidades de melhoria neste módulo do sistema. Em 2014 as solicitações de licenciamento já serão realizadas via novo Sistema Integrado de Gestão Ambiental – SIGA.

- **Integrar as bases de dados de licenciamento ambiental dos órgãos integrantes do SISNAMA, considerando padrões estabelecidos pelo governo federal no âmbito da Infraestrutura de Dados Espaciais (INDE) por meio do Decreto 6.666/08**

Análise Situacional da Meta

Para alcançar esta meta esta sendo desenvolvido o Portal Nacional do Licenciamento Ambiental – PNLA, de acordo com o Termo de Cooperação celebrado entre a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e o Ministério do Meio Ambiente – MMA.

Com início da execução das atividades em março de 2013 e com vigência até dezembro de 2014. Atualmente já estão integrados ao Portal Nacional do Licenciamento Ambiental - PNLA os bancos dados do IBAMA e dos órgãos

ambientais do Distrito Federal e de Minas Gerais, e em andamento a integração dos bancos de dados dos demais estados.

OBJETIVO: 0490 - Fomentar a elaboração e a implementação de planos e projetos que promovam políticas públicas voltadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Foi elaborado o planejamento logístico de modo a atender todos os municípios a serem envolvidos, tanto os escolhidos como polo das ações como os municípios que participarão, nos polos, das atividades de apoio a atualização e implementação dos Planos de Desenvolvimento Sustentável. A logística elaborada diz respeito, inicialmente, apenas ao trabalho relativo ao ano de 2013, mas com reflexo nos resultados dos trabalhos para os anos seguintes, visto que a meta é para o período 2012 a 2015.

Ao longo de 2012 e início de 2013 foram levantados os estágios em que se encontram os municípios no que diz respeito à elaboração e implementação de seus Planos de Desenvolvimento Sustentável. Com base nos dados do Sistema Agenda 21(que acompanha as atividades do Fórum de Agenda 21), no levantamento do IBGE de 2009 e em pesquisa feita pelo próprio MMA, constatou-se que o processo de Agenda 21 estava presente em mais de 11% dos municípios brasileiros e que 3 a 5% outros demonstravam interesse em ter o processo de Agenda 21 como parte de seu planejamento.

A partir destes dados foi então elaborado o planejamento logístico de modo a atender aos municípios interessados. Pretende-se, até 2015, alcançar o percentual de 15% de municípios incluídos dentre aqueles que desejavam iniciar seus processos de Agenda 21, os que estavam elaborando ou já possuíam seus PLDs e os que esperavam apoio para implantá-los. Para tanto o Sistema Agenda 21 foi aperfeiçoado de modo a permitir que cada município possa inserir seus dados, bem como atualizá-los na medida em que os resultados do trabalho forem sendo concretizados.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a atualização e a implementação de 100 Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável, em âmbito municipal, pelos respectivos Fóruns de Agenda 21**

  Análise Situacional da Meta

  A logística elaborada diz respeito, inicialmente, apenas ao trabalho relativo ao ano de 2013, mas com reflexo nos resultados dos trabalhos para os anos seguintes, visto que a Meta é para o período 2012 a 2015.

  A logística elaborada procurou identificar o material que se pretende apresentar/distribuir durante as atividades nos polos definidos. Os municípios envolvidos foram reunidos por etapa de execução do processo de Agenda 21, em seguida grupos de municípios foram formados em torno de um polo em quem se distanciariam no máximo 200 quilômetros. Para cada região do país foram definidos, no mínimo de oito (8) polos e, havendo recursos adicionais no período, mais polos seriam trabalhados; enquanto um servidor trabalharia durante uma semana em dois (2) polos, o outro ficaria preparando o material/apresentação e formalizando participação junto aos municípios de modo a que não haja quebra do planejamento. Dadas as dificuldades enumeradas, em 2012-2013 procurou-se a fazer o levantamento detalhado das demandas; das ações a serem desenvolvidas; e a elaboração da logística, inviabilizando a obtenção de resultados parciais.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  17/02/2014

- **Fomentar a implementação de projetos socioambientais abrangendo 200 municípios brasileiros**

  Análise Situacional da Meta

  O alcance desta meta está sob responsabilidade do Fundo Nacional do Meio Ambiente/MMA. O FNMA, criado pela Lei nº 7.797, de julho de 1989, tem por objetivo apoiar projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos

naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental no sentido de elevar a qualidade de vida da população brasileira.

Em 2013 o FNMA contava com uma carteira de 12 projetos voltados ao desenvolvimento sustentável, no âmbito do Objetivo 0490 do PPA. Nove dos projetos foram aprovados por meio da demanda espontânea FNMA, nos temas educação ambiental e recuperação de áreas degradadas. Em geral são projetos locais de pequena escala, com valores até R$300 mil, que abrangem um ou mais municípios. Os municípios contemplados com recursos dessa chamada são: Santa Cruz do Sul/RS; Votuporanga/SP; Lajeado/SC; Luís Eduardo Magalhães/BA; Campo Grande/MS; Brusque/SC; e Rio Branco/AC. Dois projetos de educação ambiental foram apresentados por secretarias estaduais para implementação em diversos municípios dos estados de Tocantins e Sergipe.

Em 2012 o FNMA lançou um edital para a seleção de projetos de elaboração de Planos Estaduais de Recursos Hídricos para os estados da Amazônia Legal. Foram selecionados quatro projetos para apoio no período de 2012-2014. Em 2012 foram celebrados dois contratos de repasse para o apoio aos Planos Estaduais de Recursos Hídricos de Rondônia e Maranhão. Em 2013, foi celebrado contrato de repasse com o Estado do Amazonas, não sendo celebrado ainda com o Amapá. Os projetos contemplam todos os 331 municípios dos três estados. Portanto, somados aos projetos da Demanda Espontânea apoiados desde 2012, a meta de fomento a projetos abrangendo 200 municípios já foi amplamente ultrapassada.

Quantidade alcançada

331

Data de Referência

17/02/2014

OBJETIVO: 0491 - Promover a educação ambiental integrada às políticas e programas socioambientais, contribuindo para construção de sociedades sustentáveis.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

A Educação Ambiental (EA) está apoiada em três pilares básicos para a implementação da Lei nº 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA: (i) processos de Gestão e Articulação; (ii) Formação de Educadores e Educomunicação; e (iii) Comunicação Social. Vários órgãos federais, estaduais, municipais e da Sociedade Civil, bem como áreas do MMA, estão sendo articulados em processos de comunicação para execução de Educação Ambiental de modo integrado. Estão sendo desenvolvidas ações e práticas formativas e mobilizadoras voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões socioambientais, orientadas para a organização e a participação dos cidadãos na defesa da qualidade de vida e do meio ambiente.

A prioridade é ampliar significativamente a escala do público a ser atendido por seus programas e projetos, tanto com a cooperação entre os entes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), quanto na expansão de cursos à Distância (EaD), sempre buscando a redução das desigualdades sociais, a melhoria das condições de vida no campo e na cidade, a transversalização da EA nas demais políticas públicas, a difusão das informações, a participação democrática e a construção de um país mais justo e sustentável.

Foram realizadas e apoiadas tanto em sua preparação quanto na execução duas conferencias nacionais: 4º Conferência Nacional de Meio Ambiente e IV Conferencia Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente. O Projeto Salas Verdes selecionou 133 novas salas em todo o país. Está em andamento o processo de seleção dos vídeos socioambientais para a 5ª Mostra de Nacional de Produção Audiovisual Independente do Circuito Tela Verde, em parceria com o Ministério da Cultura.

O Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF) incentiva ações educativas para o enfrentamento da problemática socioambiental rural, com vistas à adoção de práticas sustentáveis na agricultura familiar e no manejo dos territórios rurais. Foi lançado o Edital "Formação de Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar

e Implementação de Projetos Comunitários de Educação Ambiental no Território Nacional" priorizando a formação de mulheres e agentes jovens, foram selecionados 19 projetos. Além disso, foram realizadas cinco oficinas estaduais, uma municipal e uma territorial. Também estão em fase de finalização dois cursos de EaD: Formação de Educadores Ambientais e Agentes Populares de EA na Agricultura Familiar.

Em relação à implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, foi dada prioridade para a integração com as Políticas Nacionais sobre a Mudança do Clima (Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009), Política de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010) e Plano de Ação para a Produção e Consumo Sustentáveis e Coleta Seletiva Solidária (Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006). Da mesma forma, buscou-se a articulação com outros programas e iniciativas do governo federal como o Projeto Esplanada Sustentável e as licitações sustentáveis. Houve avanços na implementação da A3P tanto por meio da celebração de 34 novos termos de adesão quanto pela Rede A3P, com a inclusão de 105 novas instituições participantes. Foram realizados quatro cursos de capacitação em sustentabilidade na gestão pública, sendo três em Brasília e um na cidade de Fortaleza – CE (168 participantes e 84 instituições públicas federais, estaduais e municipais).

Ainda em relação às ações de EA foi elaborada proposta simplificada para a implementação dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS pelos órgãos públicos. Com essa nova metodologia, a coleta seletiva solidária será perfeiçoada e incrementada o que contribuirá para gerar renda para os catadores de materiais recicláveis. Foi organizada a 5ª edição do prêmio "Melhores Práticas da A3P", que contou com a inscrição de 88 projetos de sustentabilidade em implementação em todo o Brasil. Esse é o maior número de projetos já inscritos, desde a criação do prêmio em 2008.

No âmbito interno do MMA foi contratado estudo para avaliar e propor ações de para buscar a eficiência energética, bem como ações para o uso e conservação da água a serem executadas no edifício sede do MMA. O maior desafio da agenda, mesmo considerando os avanços decorrentes da publicação do Decreto n 7.746/2012, continua sendo o fato de que a sustentabilidade na administração pública ainda não se encontra como prioridade da agenda central do governo. Isso faz com que os avanços dependam do engajamento e compromisso voluntários dos gestores de cada instituição pública.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 2.000 instituições, entes e órgãos federais, estaduais e municipais, governamentais e não governamentais no desenvolvimento de ações de educação ambiental**

Análise Situacional da Meta

No âmbito dos processos de gestão e articulação foram apoiadas, no primeiro semestre de 2013, um total de 1.874 instituições e no segundo semestre foram realizadas 329 articulações, totalizando 2.203 instituições apoiadas. As ações de educação ambiental realizadas nessa articulação foram: apoio na preparação e realização da 4º Conferência Nacional de Meio Ambiente - 4º CNMA e da IV Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente - IV CNIJMA em todas as etapas estaduais e distrito federal, envolvendo os 27 Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, algumas Secretaria Estaduais de Educação e instituições governamentais e não governamentais nos Estados, Distrito Federal e capitais envolvendo 85 instituições. Os cursos de capacitação em sustentabilidade na gestão pública envolveram 84 órgãos públicos e no projeto Salas Verdes foram criadas 133 novas salas. Com os projetos selecionados no edital do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar - PEAAF serão apoiadas mais 19 instituições no período de 2014 e 2015.

Outra ação importante para o próximo período é a contratação de uma consultoria para o desenvolvimento de um Projeto Político Pedagógico que vai apoiar as ações de educação ambiental em todas as Secretarias do MMA e suas vinculadas. A produção e publicação de livros, cartilhas e material pedagógico foram outras ações desenvolvidas para apoiar essas instituições.

Quantidade alcançada

2.203

Data de Referência

17/02/2014

- **Formar 20.000 educadores ambientais, lideranças comunitárias e gestores públicos para gestão e implementação de programas territoriais e locais de educação ambiental**

Análise Situacional da Meta

Até o primeiro semestre de 2013 foram formados 1.777 educadores, sendo que até esse momento não estávamos contando com a colaboração das nossas vinculadas: Jardim Botânico do RJ e Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBio. Nesse segundo semestre foram formados 20.213 pessoas. As atividades desenvolvidas foram: a formação da IV CNIJMA em Paraíba, Bahia, Espirito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro e Macapá com a equipe da Secretaria Estadual de Educação, membros da comissão organizadora estadual e técnicos das regionais de ensino, sendo 260 formados; e a realização de seis oficinas estaduais, uma territorial e uma municipal para a capacitação na implementação do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar – PEAAF, tendo sido formados 418 pessoas (189 mulheres, correspondendo a 45,2 % do total de formados).

Foram capacitadas em eventos estruturados para gestão ou educação ambiental em unidades de conservação 10.195 pessoas. Já o Jardim Botânico do Rio de Janeiro capacitou 359 professores, 7861 alunos, 701 públicos e 251 outros, totalizando 9.172 pessoas formadas. Foram organizados quatro cursos de capacitação em sustentabilidade na gestão pública para 168 servidores.

Quantidade alcançada

21.990

Data de Referência

17/02/2014

- **Realizar 80 adesões da Agenda Ambiental na Administração Pública, nos órgãos e instituições em todos os poderes e esferas de governo**

Análise Situacional da Meta

A implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) em órgãos da administração avançou bastante em 2013. Com vistas a incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da administração pública, no primeiro semestre de 2013 foram celebrados 15 termos de adesão à A3P. No segundo semestre foram assinados mais 19 termos de adesão entre instituições federais, estaduais, municipais e dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Em 2012 foram firmados 31 Termos de Adesão, somando-se aos celebrados em 2013 totaliza-se 65 Termos de Adesão à A3P firmados. Foram organizados quatro cursos de capacitação em sustentabilidade na gestão pública, pois esses servidores atuarão como focos de disseminação dos objetivos e metas da A3P em suas instituições e em outros órgãos do município e estado de lotação.

Quantidade alcançada

65

Data de Referência

17/02/2014

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de Fiscalização da Função Social da Propriedade	%	01/01/2010	0,5	31/12/2013	0,8
Índice de Ordenamento Fundiário na região da Amazônia Legal	%	01/01/2010	7,26	31/12/2013	36,46
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	%	01/01/2010	24,16	31/12/2013	17,52
Índice de Provimento de Assistência Técnica aos Assentamentos de Reforma Agrária	%	01/01/2010	32	31/12/2013	31,05
Índice de Regularização Fundiária (exceto região da Amazônia Legal)	%	01/01/2010	77,36	31/12/2013	49,24

OBJETIVO: 0418 - Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Dando continuidade à política de fortalecimento da governança sobre a malha fundiária brasileira, o Incra tem priorizado a transparência, a qualificação das informações, agilidade nos procedimentos e melhoria no atendimento ao cidadão. Um reflexo disso foi a simplificação do processo de certificação de imóveis rurais a partir da Norma de Execução nº 105/2012 e a divulgação do Acervo Fundiário Nacional (dados geoespaciais) na página do Incra na internet. Neste mesmo sentido, o Incra tem tomado outras iniciativas para publicar as novas estatísticas cadastrais do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, que reúne informações imprescindíveis ao planejamento de políticas públicas para o meio rural, bem como, de subsídio ao meio acadêmico.

Destaca-se o início do funcionamento do Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF, um sistema online em que a certificação de imóveis rurais passou a ser feita de forma digital, trazendo redução da burocracia, mais transparência, agilidade e segurança nos procedimentos de certificação junto ao INCRA. Por ele, são efetuadas a recepção, validação, organização, regularização e disponibilização das informações georreferenciadas de limites de imóveis rurais.

Importante iniciativa no tocante ao acesso à informação é a disponibilização de dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR no site do Incra por meio da Sala da Cidadania Digital, que está em fase de homologação e permitirá ao cidadão consultar informações sobre todos os imóveis rurais cadastrados por município. Dentre as informações que irão ser publicadas, destacam-se: código do imóvel, localização, área, nome da propriedade e nome do proprietário.

No que se refere à modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, que passa pela implantação da Declaração Eletrônica – e-DP foi concluída, em 2013, a especificação do Sistema pelo Inca e SERPRO e teve início o desenvolvimento pelo SERPRO-BH, com acompanhamento do Incra e cronograma de conclusão dos trabalhos de

desenvolvimento para agosto de 2014 e implantação da declaração em setembro de 2014.

No tema do controle de aquisição de terras por estrangeiros entrou em produção em março de 2013 o Sistema Nacional de Aquisição e Arrendamento de Terras por Estrangeiro - SISNATE, módulo do SNCR que atualmente dispõe de estatísticas cadastrais de terras sob domínio estrangeiro por município e UF.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 50% o número de estações ativas de cobertura da Rede Incra de Bases Comunitárias do GPS - RIBAC mediante a instalação de 40 novos equipamentos, totalizando 120, e disponibilizar oportunidades para cooperação internacional em georreferenciamento de imóveis rurais**

  Análise Situacional da Meta

  Após celebrado Acordo de Cooperação Técnica com o IBGE, as metas previstas no plano de trabalho foram executadas conforme planejado, permitindo assim a instalação de dezenove novas estações nas seguintes localidades: Goiânia/GO, Aracaju/SE, Tefé/AM, Sobral/CE, Bacabal/MA, Laranjal do Jari/AP, Afogados da Ingazeira/PE, Araquari/SC, João Pessoa/PB, Pau dos Ferros/RN, Floriano/PI, Corrente/PI, Corumbá/MS, Ilhéus/ BA, Dourados/MS, Pelotas/RS, Alegrete/RS e Cascavel/PR.

  A maioria das estações foi instalada em Institutos Federais de Educação e Universidades.
  Dessa forma, no ano de 2013 o número de estações ativas de cobertura da rede Incra de bases comunitárias foram ampliadas em 19, alcançando 45% da meta do plano.

  Quantidade alcançada

  23,75
  Data de Referência
  31/12/2013

- **Desenvolver e implantar o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) em conjunto com a Receita Federal do Brasil (RFB), mediante a.Formalização da parceria INCRA e RFB; b.Fechamento do modelo conceitual; c.Desenvolvimento e produção**

  Análise Situacional da Meta

  O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Conjunta nº 3.779/2011 concluiu o modelo conceitual e está atuando no batimento de bases de dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR e do Cadastro Fiscal de Imóveis Rurais, da Receita Federal do Brasil - CAFIR bem como trabalhando para o estabelecimento do modelo de negócio para a pré-especificação e definição dos requisitos para o desenvolvimento do sistema. Atualmente, o Grupo de Trabalho se ocupa da pré-especificação do Sistema, etapa programada para ser encerrada em abril de 2014. Os trabalhos estão divididos em dois grupos: Visão Geral do Projeto e Estrutura de Dados. Está em fase de desenvolvimento o Portal CNIR, integrador e redirecionador de serviços relacionados ao SNCR, CAFIR e SIGEF com cronograma de entrega para o primeiro semestre de 2014.

- **Disponibilizar aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais 120 mil polígonos de imóveis rurais através do acervo fundiário digital do INCRA, mediante: a. Inserção no banco de dados geográfico do INCRA de limites de imóveis rurais particulares e áreas públicas georreferenciadas e certificadas; b. Interoperabilidade de dados via rede mundial de computadores, segundo os padrões da infraestrutura nacional de dados espaciais (INDE)**

  Análise Situacional da Meta

  O acervo fundiário foi readequado para facilitar o acesso a todos os dados gerenciados pelo Incra e Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Importante ressaltar, que em 2013 foram incluídos 316.575 imóveis (georreferenciados e certificados) no acervo fundiário, totalizando 518.754 imóveis superando a meta estabelecida para os quatro anos de vigência do plano.

Quantidade alcançada

518.754

Data de Referência

31/12/2013

- **Emitir 2 milhões de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR)**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2013, foram emitidos 2.308.115 Certificados de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR. O desempenho resulta da modernização pela qual passa o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, com a funcionalidade de emissão do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais - CCIR pela internet, o que proporcionou maior agilidade e desburocratizou o processo de emissão. Nos 2 anos de vigência do PPA, já foram emitidos 4.435.527 de CCIRs, ultrapassando em 122% a meta estabelecida para o período de quatro anos. Importante registrar que a emissão do CCIR é voluntária, ou seja, depende da necessidade dos detentores de imóveis rurais demandarem tais certificados ao Sistema.

Quantidade alcançada

4.435.527

Data de Referência

31/12/2013

- **Fiscalizar a aquisição e o arrendamento de terras por estrangeiros em todo o território nacional, com ação cadastral prioritária em imóveis adquiridos por pessoas, inclusive brasileiras com capital estrangeiro, que estejam situados prioritariamente em áreas estratégicas para o País, com alta valoração e acima de 20 módulos de exploração indefinida**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2013 entrou em modo de produção o Sistema Nacional de Aquisição e Arrendamento de Terras por Estrangeiro - SISNATE, módulo do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR desenvolvido para ordenar a tramitação de processos dessa natureza. Atualmente, o sistema dispõe de funcionalidade que permite a geração de estatísticas cadastrais de terras sob domínio estrangeiro por Município, UF e Superintendência Regional. Estão em andamento as ações visando ao desenvolvimento de novas funcionalidades para a troca de informação entre o Incra e os Cartórios de Registro de Imóveis, bem como consulta de trâmite de processo pelo estrangeiro requerente (pessoa física ou jurídica).

- **Implantar um Serviço de Certificação de Imóveis Rurais automatizado, acessível através da rede mundial de computadores, mediante: a. Desenvolvimento e implantação de um módulo de processamento de informações tabulares; b. Desenvolvimento e implantação de um módulo de processamento de informações geográficas**

Análise Situacional da Meta

No dia 23 de novembro de 2013 entrou em vigor a Instrução Normativa INCRA nº 77 que trouxe uma série de mudanças nos procedimentos para certificação de imóveis rurais, dentre elas a mais significativa será o uso do Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF (https://sigef.incra.gov.br), um sistema online em que a certificação de imóveis rurais passou a ser feita de forma digital, resultando em redução da burocracia, mais transparência, agilidade e segurança nos procedimentos de certificação junto ao INCRA.

Esse sistema foi criado para dar suporte à recepção, organização, validação, regularização e disponibilização de dados cadastrais rurais, incluindo sua localização e configuração espacial. Compreende cinco módulos, sendo um deles o de georreferenciamento, utilizado para gestão de dados fundiários, incluindo a certificação de imóveis rurais. O Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF está em pleno funcionamento desde 27 de novembro de 2013.

- **Levar a presença da Rede Nacional de Cadastro Rural para 60% dos municípios jurisdicionados em cada Unidade da Federação, com prioridade para aqueles com maior densidade de imóveis cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)**

Análise Situacional da Meta

A Rede Nacional de Cadastro Rural é composta pelas Superintendências Regionais do Incra e Unidades Municipais de Cadastramento – UMC. Até dezembro de 2013, o aumento do número de UMCs em atividade foi pouco significativo em termos percentuais, passando da casa de 48,6% para 50,5% dos municípios do Brasil. Por outro lado, foi um período em que o Incra intensificou as atividades de capacitação em cadastramento de imóveis rurais junto aos municípios cooperados, uma vez que em 2012 houve eleições municipais e as novas parcerias resultaram, em alguns casos, na mudança dos profissionais das UMC's. Espera-se que as novas parcerias tenham continuidade a partir do primeiro semestre de 2014 e a rede nacional de cadastro seja ampliada. No exercício de 2013, foram implantadas 650 UMC no território Nacional, estando ao fim do exercício com um quantitativo de 2.807 UMC implantadas. Ao longo de 2013 foram capacitados 1.357 servidores de UMC.

Quantidade alcançada

50,5

Data de Referência

31/12/2013

- **Modernizar o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), agregar valor e massificar seu acesso e o dos dados do Acervo Fundiário Nacional à população, mediante: a.Definição dos requisitos necessários para concepção de um novo sistema que contemple os conceitos previstos na Lei nº 10.267/2001; b.Contratação de serviço tecnológico para o desenvolvimento do SNCR; c.Desenvolvimento e implantação dos módulos do novo SNCR; d.Implementação do módulo específico de acessibilidade para a população**

Análise Situacional da Meta

A modernização do SNCR está sendo implementada por meio dos seguintes processos:

a) Em desenvolvimento a declaração eletrônica para imóveis rurais e DP, conjuntamente pelo Incra e SERPRO. No exercício, foi concluída a especificação do Sistema e teve início o processo de desenvolvimento, com cronograma de conclusão dos trabalhos para agosto de 2014, e implantação da declaração em setembro de 2014. De um total de nove etapas de desenvolvimento foram concluídas duas até dezembro de 2013.

b) Em desenvolvimento o Portal da Cidadania, do Módulo "Proprietário Rural", que disponibilizará à sociedade o acesso às informações do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR não protegidas por sigilo, nos termos da Lei de Acesso a Informação.

c) Em março de 2013, entrou em modo de produção o Sistema Nacional de Aquisição e Arrendamento de Terras por Estrangeiros – SISNATE, que constitui parte do processo de Modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR.

- **Promover o Cadastramento Ambiental Rural (CAR) de 600 mil assentados da reforma agrária, com ênfase na Amazônia Legal.**

Análise Situacional da Meta

O Cadastramento Ambiental Rural - CAR é um instrumento de gestão ambiental baseado no ordenamento territorial das propriedades e posses rurais e na identificação das áreas que legalmente não podem ser desmatadas. Sua implementação envolverá as seguintes etapas: elaboração e adequação da base cartográfica digital do município, georreferenciamento e geoprocessamento dos imóveis rurais, diagnóstico ambiental de cada imóvel e inserção dos dados no Sistema Estadual de Licenciamento e Monitoramento Ambiental. A inscrição no CAR terá inicialmente o caráter provisório com o objetivo de agilizar a emissão do cadastro e posteriormente os Órgãos Ambientais Estaduais – OEMAS poderão realizar análise técnica dos dados informados no sistema para fins de regularização ambiental e averbação de reserva legal. O Sistema Federal Eletrônico de Cadastramento de Imóveis Rurais foi disponibilizado pelo Ministério do Meio Ambiente/IBAMA para quase todos os estados que irão adotá-lo. Em 2013, foram solicitados 7.162 CAR, sendo que destes, 4.124 já foram expedidas pelos órgãos Estaduais de Meio Ambiente.

Quantidade alcançada

7.162

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar 1,2 milhão de atualizações cadastrais de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)**

Análise Situacional da Meta

O número de atualizações cadastrais em 2013 foi de 317.582, totalizando nos dois anos de vigência do Plano, 610.130 atualizações cadastrais de imóveis rurais. Com isso, as atualizações cadastrais atingiram 61% da meta prevista para os quatro anos Ressalta-se que nos últimos anos, o cadastramento de imóveis rurais teve maior expressão no segundo semestre, com média mensal de 25.183 atualizações cadastrais. Este comportamento vem se verificando nos últimos anos e a maior ocorrência das atualizações cadastrais tem sido no segundo semestre, acompanhando a dinâmica de mercado imobiliário de imóveis rurais. Espera-se que com o advento da declaração eletrônica esta meta seja alcançada até o fim da vigência do PPA, vez que a declaração a partir de 2014 passará a ser anual e o CCIR terá validade de um ano.

Quantidade alcançada

610.130

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar a fiscalização cadastral de imóveis rurais, elegendo preferencialmente aqueles cuja área ultrapassa a 15 módulos fiscais, verificando a legalidade do domínio e o cumprimento da função social e classificando os imóveis rurais**

Análise Situacional da Meta

O Incra atua para encerrar os processos administrativos de fiscalização cadastral, passivos remanescentes ou não das portarias 558/1999, 596/2001, 835/2004 e áreas de elevada concentração fundiária, conflitos agrários, bem como municípios com registro de trabalho escravo, com base na Portaria nº 12/2006 e Instrução Normativa nº 24/2006. Serão priorizados os imóveis rurais com área igual ou superior a cinco mil hectares e os relacionados no Cadastro de Empregadores do Ministério do Trabalho e Emprego. Neste sentido, estão sendo adotadas as seguintes iniciativas:

a) realização de nivelamento de conhecimentos e métodos de trabalho; b) diagnóstico dos processos remanescentes das portarias 558/1999, 596/2001, 835/2004 e 12/2006;

c) definição da ordem de prioridades dos processos para o início dos trabalhos;

d) desenvolvimento operacional da fiscalização cadastral pela equipe de fiscalização. Em 2013, foram fiscalizados 1,6 milhão de hectares.

OBJETIVO: 0419 - Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

A regularização fundiária é uma das principais ações que contribui para erradicação da pobreza do meio rural. Nesse sentido, o Incra vem continuamente empreendendo esforços para ampliá-la em todo território nacional. Para tanto, algumas ações estão sendo desenvolvidas, tais como:

1) Instituição de grupo de trabalho permanente, cujo objetivo, dentre outros, é aperfeiçoar, padronizar e monitorar a execução dos convênios firmados.

2) Criação de grupo de trabalhoque realizou importantes atividades no âmbito dos convênios de regularização fundiária firmados com os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, em especial a orientação sobre a forma de execução, supervisão e análise de produtos gerados.

3) Aperfeiçoamento do normativo que possibilitará a massificação das ações de legitimação de posse em áreas desapropriadas, arrecadadas ou adquiridas pelo Incra nos estados do sul do país. A minuta de instrução normativa de legitimação de posse foi finalizada e encaminhada para parecer final da Procuradoria Federal Especializada- PFE, para posterior aprovação.

4) Constante interação com os órgãos de terras, visando ao levantamento das demandas e ampliação das parcerias para regularização fundiária das terras devolutas estaduais. Foram elaborados mapas por estado, cruzando diversos indicadores sociais, com o objetivos de identificar áreas prioritárias para a execução da política de regularização fundiária. Nesse sentido, abriu-se diálogo com alguns estados, tais como Piauí e Alagoas, atém de tratativas para a ampliação da política nos estados que já possuem convênios firmados.

Metas 2012-2015

- **Emissão de certidão de certificação de 100 milhões de ha**

  Análise Situacional da Meta

  Em novembro de 2013, entrou em produção o Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF, desenvolvido pelo Incra para gestão de informações fundiárias do meio rural brasileiro. Por ele, são efetuadas a recepção, validação, organização, regularização e disponibilização das informações georreferenciadas de limites de imóveis rurais. O processo de certificação será dinamizado com a integração dos bancos de dados regionais da certificação e padronização dos métodos de análise, resultando no aumento significativo da área certificada.

  Por meio do Sistema Nacional de Certificação de Imóveis – SNCI , que ainda utiliza o método tradicional com a análise de processos, no exercício de 2013 foram certificados 41.999.858,0868 hectares com a seguinte configuração: 22.841.701,2509 ha referentes a certificações feitas pelas Superintendências Regionais do Incra, 7.849.003,2107 ha pelo Centro de Imagens e Informações Geográficas do Exército – CIGEx , 1.917.766,3000 ha referentes a certificações de assentamentos federais e 9.391.387,3252 ha referentes a certificações de glebas federais. Com isso, o somatório das áreas dos imóveis certificados em 2012 e 2013 é de 65.584.851,0868 ha, o que equivale a 64% da meta prevista para o período

  Quantidade alcançada

  65.584.851

  Data de Referência

  31/12/2013

- **Encaminhar 200.000 imóveis rurais para a regularização fundiária**

  Análise Situacional da Meta

  O Incra vem empreendendo esforços no sentido de ampliar e massificar suas ações. No exercício de 2013, foram regularizados 29.431 imóveis, totalizando 65.412 imóveis nos dois anos de vigência do plano. A baixa execução física se explica pelo fato da ação de regularização fundiária ser implementada através de etapas, tais como cadastro e georreferenciamento. Os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco iniciaram recentemente a execução de três convênios firmados com o Incra, cujo somatório das metas previstas é de 76.220 imóveis regularizados. Além dessas novas parcerias, o Incra também está trabalhando no sentido de ampliar suas ações para outros estados, tais como Piauí e

Alagoas, onde os indicadores de pobreza apontam para maior necessidade de implementação das ações de regularização fundiária. Por fim, ressalta-se que no ano de 2013, o Incra trabalhou para massificar a legitimação de posse em áreas matriculadas em nome da União. A expectativa, de acordo com levantamentos preliminares, é de regularização de 2.500 imóveis.

Quantidade alcançada

65.412

Data de Referência

31/12/2013

- **Georreferenciamento de 28 milhões de ha, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal**

Análise Situacional da Meta

A correta identificação das áreas públicas e particulares é um dos pré-requisitos tanto para regularização fundiária dos ocupantes quanto para publicidade das áreas já destinadas aos particulares. Para atingir este objetivo no ano de 2013, foi publicada a 3ª Edição da Norma Técnica de Georreferenciamento do Incra e implantado o Sistema de Gestão Fundiária

- Módulo de Georreferenciamento - SIGEF Geo, com o intuito de qualificar o recebimento e gerenciamento das áreas georreferenciadas. Essas mudanças implicaram a revisão da área georreferenciada no ano de 2012 para 9.208.260 hectares, enquanto no ano de 2013 foi georreferenciada uma área de 7.599.097 hectares, totalizando uma área de 16.807.357 hectares. Avalia-se que a execução das atividades se encontra de acordo com o planejado e a meta será atingida dentro do prazo previsto.

Quantidade alcançada

16.807.357

Data de Referência

31/12/2013

- **Identificação, discriminação, arrecadação e destinação de 11,2 milhões de ha de terras públicas, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram destinados 150.896 hectares e, em 2013, 355.740 hectares, totalizando 506.636 hectares destinados. A execução dessa meta encontra-se atrasada. Para corrigir os problemas identificados serão adotadas as seguintes providências: desenvolvimento de um sistema automatizado para instrução processual e emissão dos títulos; implementação de alterações normativas que simplifiquem os procedimentos de instrução processual e promover a destinação das áreas públicas que serão utilizadas para Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Assentamentos de Reforma Agrária por meio da Câmara Técnica de Destinação de Terras Públicas. Com essas mudanças o objetivo é acelerar a execução das atividades em 2014 visando ao atingimento da meta.

Quantidade alcançada

506.636

Data de Referência

31/12/2013

- **Identificar, cadastrar e georreferenciar 104 mil estabelecimentos agropecuários e domicílios dentro dos 57 milhões de ha de terras públicas federais remanescentes, localizadas na Amazônia Legal - Terra Legal**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram cadastrados e georreferenciados, após revisão dos dados, 30.583 estabelecimentos/domicílios e no ano de 2013, 35.133 estabelecimentos/domicílios, totalizando 65.716 estabelecimentos/domicílios cadastrados e georreferenciados no período. As atividades estão ocorrendo de acordo com o planejado e a meta deverá ser atingida no período previsto. Observe-se que o dado de 2012 aferido anteriormente (34.977 estabelecimentos), foi revisado para 30.583 em função das parcelas que, apesar de recebidas, foram rejeitadas. A demora na aferição desse dado deve-se ao fato de que o processo da análise das parcelas é realizado de forma manual.

Quantidade alcançada

65.716

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	104.000	unidade	65.716	31/12/2013

- **Promover a regularização e a ratificação de 20 mil títulos de posses em faixa de fronteira, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal**

Análise Situacional da Meta

Desde 2012, foram emitidos 288 títulos em faixa de fronteira. Esta meta apresenta diversos problemas para seu alcance. Dentre elas se destacam a necessidade de descriminação e arrecadação de diversas áreas devolutas existem na faixa de fronteira, a necessidade de autorização prévia do Conselho de Defesa Nacional para a titulação nestas áreas, além da prévia identificação dos ocupantes.

Quantidade alcançada

288

Data de Referência

31/12/2013

- **Regularização fundiária de 11,2 milhões de ha de terras públicas federais e estaduais na Amazônia Legal - Terra Legal**

Análise Situacional da Meta

A destinação de terras públicas federais na Amazônia Legal é o objetivo central do Programa Terra Legal. Ocorre que grande parte destas áreas serão afetadas para órgãos públicos federais ou Governos Estaduais. Para organizar e acelerar o processo de manifestação de interesse e repasse das áreas foi implantada, no início do segundo semestre de 2013, a Câmara Técnica para Destinação de Terras Públicas, composta por Funai, SFB/MMA, ICMBio/MMA, Incra, Censipam e Governos Estaduais. Desde 2012, foram regularizados 506.636 hectares. As áreas destinadas deverão ser ampliadas a partir de 2014, como resultado do trabalho da Câmara Técnica.

Quantidade alcançada

506.360

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	11.200.000	ha	506.360	31/12/2013

- **Verificar o cumprimento da Função Social da Propriedade mediante a vistoria de 4 milhões de hectares, com prioridade para o conjunto de imóveis acima de 15 módulos fiscais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)**

Análise Situacional da Meta

A verificação do cumprimento da função social é feita por meio de abertura de processo administrativo de fiscalização cadastral, mediante documentação comprobatória, podendo a vistoria ocorrer ou não. Como resultado, a fiscalização cadastral poderá ou não indicar a desapropriação. Nesse sentido, foi realizado o planejamento das ações de fiscalização e treinamento de 26 servidores sobre normas e procedimentos de fiscalização cadastral e uso do SNCR, que irão se somar aos demais servidores que já possuem conhecimento sobre a matéria, com a finalidade de capacitá-los para instrução, análise e encerramento dos processos administrativos de fiscalização cadastral. No exercício de 2013, foram fiscalizados 1.680.632,2254 hectares, com vistas à verificação do cumprimento da função social e por meio de vistoria mais 565.789 ha, totalizando 2.702.221,2254 ha nos 24 meses de vigência do PPA.

Quantidade alcançada

2.702.221

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Em 2013, foram assentadas 30.359 famílias, em projetos criados nas décadas de 70, 80 e 90, bem como nos criados e reconhecidos nos anos de 2000 a 2013, abrangendo 1.147 municípios brasileiros, nas modalidades: Assentamento Agroestrativista Federal, Assentamento Agroindustrial, Assentamento Casulo, Assentamento Dirigido, Assentamento Estadual, Assentamento Federal, Assentamento Florestal, Assentamento Municipal, Assentamento Quilombola, Assentamento Rápido, Assentamento Estadual, Floresta Estadual, Floresta Nacional, Integrado de Colonização, Projeto de Desenvolvimento Sustentável, Reassentamento de Barragem, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Extrativista.

Quanto à seleção de famílias, foi atribuída nova ordem de preferência para homologação em conformidade com a Lei nº 8.629/93 e Portaria MDA nº 6/2013, passando pelos processos de inscrição seleção e homologação mediante a integração com o CadúÚnico (MDS) e no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS-MPS). Destaca-se o novo fluxo para criação e implantação de projetos de assentamentos, segundo a Nota Técnica conjunta nº 001/2013, que estabelece ações a serem desenvolvidas nos primeiros três anos, obedecendo as etapas de implantação, desenvolvimento e consolidação.

Importante medida tomada em benefício dos assentados foi a liquidação de dívidas do Crédito Instalação. O Crédito Instalação financiou, desde 1985, R$ 11 bilhões em investimentos como habitação, apoio à instalação, produção e infraestrutura básica. Somente para construção e reforma, foram utilizados R$ 8,3 bilhões, em 930 mil operações. De acordo com a MP 636/2012, o saldo devedor das dívidas relativo à habitação deve ser atualizado a uma taxa de 0,5% ao ano, com adoção dos mesmos descontos e prazos garantidos aos beneficiários do Grupo 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida. Assim, o assentado pagará 4% do saldo devedor, dentro de quatro anos. Em relação às demais modalidades do Crédito Instalação, a MP definiu a remissão das dívidas de até R$ 10 mil por beneficiário. Para valores acima de R$10 mil, será concedido rebate de 80% sobre o saldo devedor, mais R$ 2 mil de bônus fixo.

Tal medida veio a ser somada às constantes na Portaria 352/2013, que possibilitou o recolhimento de 1,9 bilhão de recursos do Crédito Instalação ainda não operacionalizados das contas das Associações, para posterior qualificação dos processos, ajustes nos procedimentos de aplicação do crédito e retorno às contas, tendo sido devolvido em 2013 o valor de 240 milhões de reais.

Outra importante definição diz respeito ao acesso das famílias à habitação e reforma que, a partir de 2013, ocorrerá mediante Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, no âmbito do PMCMV, por meio de Entidades Organizadoras - EO que apresentarão propostas aos agentes financeiros - Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. No exercício de 2013, foram assinados 1.035 contratos pelos assentados da reforma agrária junto aos agentes financeiros do Programa Nacional da Habitação Rural - PNHR, sendo 995 com a Caixa Econômica Federal e 40 com o Banco do Brasil.

Ressalte-se que está em discussão proposta de política de financiamento da Reforma Agrária, que propõe substituir o atual programa de crédito instalação por uma nova modalidade de crédito fomento produtivo

A supervisão ocupacional, procedimento fundamental para o alcance das diretrizes operacionais e institucionais do Incra, foi realizada em mais de 44 mil lotes em 2013. O objetivo precípuo é garantir a regular ocupação das áreas públicas (Projetos de Assentamento) sob responsabilidade do Incra propiciando uma adequada governança fundiária das áreas reformadas, mas também proporcionar ações extraordinárias, tais como: resolução de conflitos, retomadas judiciais, requerimentos do Ministério Público Federal e determinações judiciais.

A Resolução Conama 458/2013 estabeleceu nova metodologia para a concessão de licenças ambientais. A regularização ambiental dos assentamentos da reforma agrária se dará por meio do Cadastro Ambiental Rural – CAR e do licenciamento ambiental das atividades em assentamentos nos estados que eventualmente possam vir a adotar essa medida mais restritiva.

Metas 2012-2015

- **Apoiar o usufruto exclusivo dos Povos Indígenas ao seu território através do assentamento de ocupantes não-indígenas no processo de regularização das Terras Indígenas**

  Análise Situacional da Meta

  O Incra identificou 609 famílias ocupantes não indígenas da Terra Indígena Maraiwatsede (MT). Posteriormente, selecionou e providenciou a transferência de 151 famílias público da reforma agrária para o Projeto de Assentamento Santa Rita no município de Ribeirão Cascalheiro (MT). Os cadastrados/selecionados não quiseram permanecer na área destinada para o reassentamento. Considerando a existência de área no entorno do núcleo urbano do município de Alto Boa Vista para o desenvolvimento das atividades econômicas para sustento de suas famílias, o Incra criou, em parceria com a Prefeitura Municipal, mediante Acordo de Cooperação Técnica, o Projeto Casulo denominado PCA Vida Nova, no sentido de reassentar os não índios que preenchem os requisitos do Programa de Reforma Agrária. Os procedimentos para criação do PCA foram adotados pela Portaria INCRA nº 740/2012 que criou a modalidade de assentamento casulo. Para esse Projeto, das 151 famílias selecionadas, foram homologadas e reassentadas 92 as demais aguardam o reassentamento.

- **Assentar 200 mil famílias**

  Análise Situacional da Meta

  Com a publicação das Portarias nºs 5 e 6 do MDA no fim de janeiro/13, foi necessária a readequação do fluxo de criação de projetos de assentamento e, consequentemente, do processo de seleção de famílias, tais como a inclusão dos candidatos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e a observância de densidade de população em situação de pobreza extrema no meio rural, motivo este que levou as Superintendências Regionais do Incra nos Estados a requalificarem o processo de seleção de candidatos ao Programa de Reforma Agrária. No exercício de 2013, foram assentadas 30.359 famílias em novos lotes ou em reposição a assentados evadidos por diversos motivos. Os dados de famílias assentadas em 2012 foram ajustados para 22.571 após conferência com dados do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária -
  SIPRA. Nos dois anos de vigência do PPA 2012/2015 já foram assentadas 52.930 famílias.

  Quantidade alcançada

  52.930

  Data de Referência

  31/12/2013

- **Atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação, sendo 30 mil contratos na modalidade Apoio Mulher**

  Análise Situacional da Meta

  No exercício de 2013, foram atendidas 8.941 famílias nas diversas modalidades do crédito instalação. Dessas, 1.291

foram contempladas com o Crédito Apoio Mulher. Observa-se que não estão contabilizadas nesses números as famílias que tiveram complementação de valores de crédito ao longo do exercício. Em atendimento ao estabelecido na Portaria INCRA Nº 352/2013 e Memorando/Circular/Incra/P/Nº 09/13, que disciplinam os procedimentos de restabelecimento dos recursos do crédito instalação que foram recolhidos das contas correntes bloqueadas, foram estornados recursos no valor de 259.9 milhões para as Superintendências Regionais.

Importante destacar que a partir do exercício de 2013, as modalidades Aquisição Material de Construção - AMC e Recuperação Material de Construção - RMC, não mais oneraram o orçamento do Incra, conforme Resolução/Conselho Diretor do Incra/Nº 03, de 20/03/2013, a exceção de seis famílias assentadas no Projeto de Assentamento Bom Jardim II, no município de Santa Brígida/BA. O total de famílias atendidas desde 2012 com Crédito Apoio Mulher foi de 6.727.

Quantidade alcançada

56.216

Data de Referência

31/12/2013

- **Beneficiar 50 mil famílias com acesso à água**

Análise Situacional da Meta

O abastecimento de água é realizado pelo Incra a partir de convênios e contratos a exemplo do convênio firmado com o Ministério da Integração Nacional no âmbito do Programa Água para Todos, que já atendeu a 229 famílias e estão em andamento obras para o atendimento a mais 1.627 famílias. Além das famílias atendidas pelo Programa Água para Todos, foram beneficiadas com abastecimento de água no exercício de 2013, outras 1.749 famílias. Para os próximos anos estão previstos o atendimento de mais 31 mil famílias. Desde 2012, 7.913 famílias foram beneficiadas com obras de abastecimento de água.

Quantidade alcançada

7.913

Data de Referência

31/12/2013

- **Conceder Crédito Apoio Inicial e Fomento a 50 mil famílias dos assentamentos prioritários do Plano Brasil sem Miséria.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram beneficiadas 1.094 famílias em 35 projetos de assentamento com o Crédito Instalação nas modalidades de Crédito Instalação Fomento e Adicional Fomento dos Assentados (Associações ou pessoas físicas) e mais 3.464 de crédito Apoio Inicial totalizando 4.557. Desde o início do Plano foram atendidas 12.826 famílias. O baixo desempenho foi devido ao recolhimento dos recursos por meio da Portaria Incra/PNº352/2013.

Quantidade alcançada

12.826

Data de Referência

31/12/2013

- **Construir e/ou reformar 120 mil casas**

Análise Situacional da Meta

Foram construídas 6.207 casas e reformadas 3.942 totalizando 10.149 casas no exercício de 2013. O acesso das famílias à habitação e reforma a partir de 2013 ocorrerá mediante Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, no âmbito do PMCMV, por meio de Entidades Organizadoras – EO, que irão apresentar propostas aos Agentes Financeiros - Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Contudo, nos casos em que as obras já haviam iniciado ou em que o material de construção já havia sido entregue, as obras serão continuadas e mais casas serão entregues por

essa modalidade nos próximos anos. Nos dois anos de vigência do PPA, foram construídas/reformadas 29.118 casas.

Quantidade alcançada

29.118

Data de Referência

31/12/2013

- **Construir e/ou reformar 25 mil km de estradas**

Análise Situacional da Meta

Foi finalizada a construção de 902 km de estradas e a recuperação de 2.239 km beneficiando 8.090 e 10.272 famílias, respectivamente, totalizando 3.141 km construídos/recuperados. Importante destacar que se encontram em execução 8.871 km de implantação de estradas e 11.817 km de recuperação, com previsão de conclusão nos próximos exercícios. Importante ressaltar, que as obras não concluídas não estão computadas na meta realizada. Ressalte-se ainda a parceria estabelecida entre o Incra e Prefeituras Municipais, indicadas pelo MDA, para receber equipamentos destinados à construção e reforma de estradas dentro da segunda fase do PAC 2.

Nos dois anos de vigência do Plano, foram construídos/recuperados 8.038 Km de estradas.

Quantidade alcançada

8.038

Data de Referência

31/12/2013

- **Criar 800 projetos de assentamento**

Análise Situacional da Meta

Com a publicação das Portarias nºs 5 e 6 do MDA foi necessária a readequação do fluxo de criação de projetos de assentamento, no tocante aos procedimentos a serem adotados pelas Superintendências Regionais, em especial, a integração com o Plano Brasil Sem Miséria e o estabelecimento do cronograma de execução de políticas para os beneficiários da Reforma Agrária, o que levou as Superintendências Regionais a requalificarem o processo de criação de Projetos de Assentamento. No exercício de 2013, foram criados 132 assentamentos em todo o Brasil, a exceção dos estados de SC, MT, AC, AM, PI e RR. Com isso, desde 2012, foram criados 249 novos assentamentos de reforma agrária.

Quantidade alcançada

249

Data de Referência

31/12/2013

- **Incorporar 1 milhão de hectares à reforma agrária.**

Análise Situacional da Meta

Com a publicação das Portarias nºs 5, 6 e 7 do MDA, que alterou os critérios de obtenção de terras e definiu indicadores a serem observados, os processos que já estavam prontos para publicação via decreto presidencial tiveram que ser devolvidos às Superintendências Regionais do Incra para readequação do fluxo de obtenção de terras, o que motivou a baixa execução da meta. Foram pagos Títulos da Dívida Agrária – TDA em 42 áreas, nos estados da BA, CE, GO, MA, PA, MG, PB, PE, PR, RJ, SC, SE, SP e TO, correspondendo a uma área total de 56.717 ha. Em 2013, foram incorporados 315.573,9112 hectares contemplando as seguintes formas de obtenção: por Arrecadação 85.475,5612, por Compra e venda 4.465,0946, Desapropriação 147.290,9440, Doação 5.687,4772, por Termos de Cooperação Técnica com a SPU – 389,3001, Reconhecimento – 65.964,8780, por Transferência – 6.300,6561, totalizando 423.038,5612 hectares nos dois anos do Plano Plurianual. No final de 2013, foram assinados mais 100 decretos presidenciais, que se referem a 195 mil hectares, os quais ainda não foram incorporados ao Programa de Reforma Agrária.

Quantidade alcançada

423.038,56

Data de Referência

31/12/2013

- **Protocolar licença ambiental para 3.200 Projetos de Assentamentos**

Análise Situacional da Meta

Com a criação do Cadastro Ambiental Rural – CAR, foi instituída nova concepção para regularização ambiental dos Projetos de Assentamento, o que levou ao estabelecimento de nova metodologia para a concessão de licenças ambientais (Resolução Conama 458/2013). Foram protocoladas 237 Licenças Ambientais no exercício de 2013.

Quantidade alcançada

867

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0421 - Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Em fevereiro de 2013, foi lançado o Programa de Agroindustrialização em Assentamentos da Reforma Agrária - TERRA FORTE decorrente de Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre Incra, Secretaria Geral da Presidência da República - SG/PR, MDA, Fundação Banco do Brasil - FBB, Banco do Brasil - BB, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. O Programa pretende ampliar as ações de comercialização de forma combinada com o processo de agroindustrialização, em especial na articulação da participação das famílias assentadas em espaços de comercialização direta e no mercado institucional (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE).

Em 2013, o Incra deu continuidade à promoção do desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamento com geração de renda e incentivo à adoção de alternativas sustentáveis de produção com a atividade de manejo de fauna no estado do Amazonas.

Por sua vez, o Programa Assentamentos Verdes traz uma série de ações concernentes à gestão ambiental para a Amazônia Legal, tais como: acompanhamento de atividades de manejo florestal, vistorias ambientais para o combate e controle de ilícitos e levantamento e coleta de assinatura de termos relacionados aos beneficiários do Programa Bolsa- Verde.

Com relação à titulação, são considerados os seguintes pressupostos para a definição da emissão: a) existência de significativo quantitativo de famílias que ainda não havia recebido qualquer modalidade de título; b) a necessidade de emissão de documentos aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, priorizando aqueles com mais de uma década de criação, que se encontra em condição de autonomia socioeconômica/consolidados; c) emissão do Contrato de Concessão de Uso – CCU de modo a alcançar o máximo de assentamentos, face ao seu caráter estruturante, enquanto pré-condição à concessão e recebimento de créditos para custeio produtivo, em suas diferentes modalidades; d) dar garantia jurídica aos beneficiários do PNRA, sobretudo, em relação ao direito sucessório assegurado no texto constitucional.

No exercício de 2013, foram expedidos 38.865 documentos de titulação com a seguinte distribuição: 32.177 contratos de concessão de uso (CCU), 2.684 títulos de domínio (TD) e 3.964 contratos de concessão de direito real de uso (CCDRU) e

ainda, 40 documentos de Destinação de Bens Remanescentes expedidos. Em 2012 foram expedidos 29.760 títulos.

Metas 2012-2015

- **Apoiar o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ampliando o número de contratos para 60% das famílias assentadas**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, 29% das famílias assentadas realizaram contratos de crédito no amparo do Pronaf 'A' e 'A/C'. O quantitativo de créditos contratados mediante as linhas do Pronaf pelos beneficiários da reforma agrária é fornecido pelos bancos operadores do financiamento (Banco da Amazônia, Banco do Brasil e Banco do Nordeste do Brasil), sendo que o Banco da Amazônia, responsável pela contratação de cerca de 60% das operações efetivadas, ainda não havia informado os números atualizados de contratos efetuados em 2012.

Com a publicação da Portaria nº 102/2012, que modificou as condições e procedimentos para emissão de DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), o Incra passou a emitir também as DAP principal, acessórias e especiais para os agricultores familiares assentados que não fazem parte dos grupos 'A' e 'A/C', incluindo-se os agricultores familiares do grupo 'B' e 'V', o que possibilita ampliar o número de agricultores familiares assentados a terem acesso ao crédito rural. Em 2012, 50% das famílias assentadas tiveram DAP emitidas pelo Incra. Já em 2013, foram emitidas 44.611 DAP em projetos de assentamento. Ainda não é possível, contudo, obter a quantidade de contratos realizados em 2013 e o respectivo aumento percentual, já que o Anuário Estatístico do Banco Central não foi disponibilizado.

Quantidade alcançada

29

Data de Referência

31/12/2013

- **Atender 50 mil famílias em projetos de agroindustrialização e comercialização**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, com a ação Terra Sol foram atendidas 7.359 famílias em 200 assentamentos da reforma agrária. No âmbito do Programa Agroindustrialização em Assentamentos da Reforma Agrária - TERRA FORTE, foram pré-selecionadas 138 pré-projetos abrangendo 502 assentamentos com capacidade para atender 50.543 mil famílias assentadas. À exceção dos Estados de Roraima e do Amapá, todos os demais estados do país apresentaram propostas de projetos. Os primeiros contratos estão previstos para iniciar em junho de 2014, potencializando a ação de agroindustrialização das áreas de reforma agrária.

Quantidade alcançada

15.767

Data de Referência

31/12/2013

- **Atender 750 assentamentos com o Programa Assentamentos Verdes.**

Análise Situacional da Meta

O Programa Assentamentos Verdes tem como foco a redução do desmatamento nos assentamentos compreendidos nos estados que compõem a Amazônia Legal, associada às estratégias do Programa Bolsa Verde, que integra o Plano Brasil Sem Miséria. O Programa, que se baseia na atuação conjunta do Incra com instituições públicas e privadas, além de organizações sociais do campo, possui ações orientadas em quatro eixos: valorização de ativos ambientais e de atividades produtivas; recuperação de passivos ambientais com geração de renda e segurança alimentar para as famílias; regularização fundiária e ambiental via Cadastro Ambiental Rural (CAR), por unidade familiar; além do monitoramento e controle ambiental.

Em 2013, foram atendidos quatro assentamentos no estado do Mato Grosso, contendo 1.316 famílias de assentados em uma área de 96.494,0ha, com ações de cunho ambiental, tais como: acompanhamento de atividades de manejo florestal, vistorias ambientais para o combate e controle de ilícitos e levantamento e coleta de assinatura de termos relacionados

aos beneficiários do Programa Bolsa Verde. Foram, ainda, atendidos 420 projetos de assentamentos com crédito instalação, 621 com titulação e 262 com Bolsa Verde, totalizando 1.303 projetos de assentamento atendidos com estas três ações. Desses, no entanto, 21 receberam simultaneamente créditos instalação, títulos emitidos e Bolsa Verde, totalizando assim 1.282 projetos de assentamentos atendidos no âmbito do PAV com ao menos uma dessas ações.

Quantidade alcançada

1.286

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	750	unidade	1.286	31/12/2013

- **Conceder 50 mil títulos a famílias assentadas, garantindo a titulação conjunta para mulheres e homens, e a entidades públicas ou privadas na forma de doação, cessão ou concessão de uso.**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2013, foram expedidos 38.865 documentos de titulação com a seguinte distribuição: 32.177 contratos de concessão de uso (CCU), 2.684 títulos de domínio (TD) e 3.964 contratos de concessão de direito real de uso (CCDRU) e 40 documentos de Destinação de Bens Remanescentes expedidos. Dos documentos expedidos em 2013, 18.885 foram emitidos de forma conjunta. Cabe esclarecer que, esse número sofre alterações constantes em função da alteração na composição da unidade familiar e outros motivos, resultando em cancelamento e emissão de novos documentos. Em 2012, foram expedidos 29.760 títulos.

Quantidade alcançada

68.625

Data de Referência

31/12/2013

- **Construir instrumentos de priorização do atendimento às mulheres rurais em projetos de organização, estruturação e comercialização produtiva.**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2013, foram convocados servidores de quatro estados (AC, PI, RS, TO) no intuito de contribuir com uma proposta de ajuste da Norma de Execução que regula a ação do Terra Sol. Em dezembro de 2013 foi publicada nova Norma de Execução da Ação Terra Sol – NE 109 de 12/12/13, que revoga a NE/N° 106, de 07/12/2012. Esse novo normativo define o atendimento prioritário aos projetos apresentados por grupos produtivos de mulheres, como forma de contribuir com a redução da desigualdade de gênero e com promoção da autonomia econômica das mulheres assentadas.

Em março, foi publicado Edital INCRA/DD/DDA Nº 01/2013 – Seleção Pública de Pré-Projetos de Apoio a Agroindustrialização e à Comercialização em Assentamentos da Reforma Agrária. Dentre os critérios de seleção e classificação dos pré-projetos, terá melhor pontuação a proponente que apresentar maior percentual de mulheres cooperadas/associadas (0% - 0 ponto; até 30% - 3 pontos; até 50% - 5 pontos; mais de 50% - 10 pontos), bem como maior percentual de mulheres no quadro diretivo da associação/cooperativa (0% - 0 ponto; até 30% - 4 pontos; até 50% - 7 pontos; mais de 50% - 10 pontos).

- **Elaborar diagnóstico nacional sobre a participação das mulheres da reforma agrária na economia dos projetos de assentamento**

Análise Situacional da Meta

Estão sendo realizados levantamento e sistematização da participação das mulheres nos empreendimentos agroindustriais apresentados por meio do Edital INCRA/DD/DDA Nº 01/2013 – Seleção Pública de Pré-Projetos de Apoio a Agroindustrialização e à Comercialização em Assentamentos da Reforma Agrária. Também será feito levantamento da participação das mulheres nos empreendimentos desenvolvidos nos projetos de assentamentos, bem

como, a identificação da participação das mulheres assentadas nos programas governamentais, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

- **Promover ações de gestão ambiental em 1.000 projetos de assentamento**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2013 foram atendidas 35.948 famílias em 367 projetos de assentamentos com ações de cunho ambiental, tendo sido desenvolvidas atividades como: acompanhamento de atividades de manejo florestal e vistorias ambientais para controle/combate à ocorrência de ilícitos. Nos vinte e quatro meses de vigência do plano foram finalizadas ações de gestão ambiental em 393 projetos de assentamento.

Quantidade alcançada

393

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0422 - Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Em 2013, o PRONERA trabalhou na manutenção de 35 parcerias celebradas em exercícios anteriores e mais nove parcerias para novos cursos, com instituições de ensino públicas e privadas sem fins lucrativos, proporcionando assim a elevação da escolarização dos beneficiários. Além das parcerias dos cursos nas áreas de Educação de Jovens e Adultos - EJA, Nível Médio e Superior, a parceria com o Instituo de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, iniciou os trabalhos para a segunda fase da II Pesquisa Nacional de Educação nas áreas de Reforma Agrária – II PNERA. Ademais, por meio da parceria com o CNPq, foram realizados 35 Cursos de especialização na modalidade de Residência Agrária. Destacam-se, ainda, a atuação das Superintendências Regionais no trabalho conjunto com o MDA na divulgação e levantamento da demanda para o Pronatec/Campo, visando ao acesso da população jovem e adulta das áreas da Reforma Agrária neste Programa; a retomada de discussão com Ministério da Cultura sobre o Projeto Arte e Cultura, com vistas à celebração de Termo de Cooperação.

Metas 2012-2015

- **Ampliar as iniciativas de articulação interinstitucional para a construção de creches e escolas de educação básica (infantil, fundamental e média) nos assentamentos**

Análise Situacional da Meta

No mês de junho, o Ministério da Educação constituiu Grupo de Trabalho de Educação Infantil do Campo, com a participação de representantes do Incra, MDA, MEC, outras Secretarias de Governo e Movimentos Sociais. O objetivo do Grupo de Trabalho é a formatação de um plano de ação para assegurar o atendimento no campo, visando ao cumprimento da meta.

- **Atender 8.000 jovens e ou adultos, mantendo 2.000 alunos em formação profissional de nível médio e superior, anualmente**

Análise Situacional da Meta

Ao final de 2012, 3.058 alunos estavam em atendimento. Desses, 90 alunos concluíram a formação no final de 2012, restando 2.968 alunos em sala de aula. Novas parcerias culminaram na inserção de 609 novos alunos, permitindo, assim, em 2013, atender e manter 3.577 alunos em formação profissional de nível médio e superior.

Quantidade alcançada

3.577

Data de Referência

31/12/2013

- **Capacitar 3.000 profissionais com bolsas para a formação complementar técnica e especializada, com vistas à atuação na assistência técnica, pedagógica e social**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, o Incra deu continuidade à parceria celebrada com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, na execução dos 35 projetos selecionados em 2012 (residência agrária), visando capacitar 1.500 profissionais, sendo que todos já estão em fase de capacitação. No âmbito da parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, estão sendo realizados os trabalhos da II Pesquisa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária - II PNERA, na qual estão atuando 500 profissionais, totalizando 2.000 profissionais com bolsas para formação complementar, cuja conclusão está prevista para o segundo semestre de 2014. Desde 2012, 850 profissionais já haviam sido capacitados.

Quantidade alcançada

2.850

Data de Referência

31/12/2013

- **Manter 10.000 alunos em processo de alfabetização e ou escolarização anualmente**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, 8.078 alunos em processo de alfabetização e ou escolarização foram incluídos no programa por meio de nove parcerias estabelecidas com as Superintendências Regionais do Incra. Também houve a manutenção de 6.046 alunos que estavam em atendimento ao final de 2012. Cabe esclarecer que desses, 300 desistiram no decorrer do exercício de 2013, permanecendo em sala de aula 5.746 alunos. Dessa forma, ao final de 2013, 13.824 alunos estavam em processo de alfabetização e escolarização.

Quantidade alcançada

13.824

Data de Referência

31/12/2013

- **Promover articulações com o objetivo de captar investimentos em equipamentos esportivos e desenvolvimento do esporte, com prioridade para os assentamentos com mais de 200 famílias**

Análise Situacional da Meta

Nas reuniões dos colegiados estaduais de educação tem havido discussões sobre as demandas, mas até o momento não houve ações concretas junto aos estados quanto à captação dos recursos para o desenvolvimento de projetos esportivos para atendimento aos assentamentos.

- **Promover articulações com o objetivo de contemplar, nas iniciativas de prevenção e assistência integral à saúde, ações específicas direcionadas ao público da reforma agrária**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, não houve nenhuma ação direta na área de saúde para com o público da reforma agrária. Nos mutirões do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, operacionalizado pelo Incra por meio da parceria com o INSS houve a emissão de carteiras de trabalho e palestra sobre previdência social. Pretende-se iniciar diálogo para a construção de ações na área de saúde, no segundo semestre de 2014.

- **Promover articulações com o objetivo de inscrever nos editais de fomento e difusão cultural ações específicas destinadas ao público da reforma agrária**

Análise Situacional da Meta

Foram retomadas as discussões com o Ministério da Cultura quanto ao Projeto Arte e Cultura, com vistas à assinatura de um Termo de Cooperação para realização de atividades nos Projetos de Assentamento.

OBJETIVO: 0423 - Reduzir a violência no campo com a mediação de conflitos agrários, a prevenção de tensão social no campo e a promoção de assistência às famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terra, garantindo o efetivo acesso às políticas públicas sociais, em especial o combate à fome e à miséria.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

No decorrer do exercício de 2013, o MDA, por meio da Ouvidoria Agrária Nacional, realizou inúmeras atividades de mediação de conflitos agrários; prevenção de tensão social e violência no campo; atendimento de denúncias; assistência social, técnica e jurídica a famílias acampadas; e capacitação de mediadores de conflitos sociais, mediante atividades da administração pública federal direta e indireta e/ou parceiras com diversos órgãos da União e das Unidades Federativas, a exemplo da Justiça Federal, Ministério Público Federal, Polícia Federal, Defensoria Pública da União, Tribunais de Justiça dos Estados, Procuradorias de Justiça Estaduais, Defensorias Públicas Estaduais, Polícias Civil e Militar, entre outros. Essas parcerias, obtidas em boa parte por meio da especialização das entidades para o combate à violência no campo, são fundamentais para um maior alcance das ações. Com relação ao combate à fome e à miséria o Incra e a Ouvidoria Agrária Nacional interagiu junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para que as famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terras, bem como as famílias assentadas, sejam incluídas no Cad-Único, por meio de um trabalho de "busca ativa" específico, que está em andamento, possibilitando a inclusão destas famílias nos programas sociais.

Metas 2012-2015

- **Implementar o cadastramento das famílias acampadas para fins de inclusão nas políticas públicas**

  Análise Situacional da Meta

  A execução do cadastro das famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terra é realizada pelo Incra, por meio de suas Superintendências Regionais. No exercício de 2013, após o trabalho de configuração do cadastro, chegou-se ao número aproximado de 120 mil famílias acampadas. A dificuldade de acesso aos acampamentos, rotatividade das famílias e ausência de documentos pessoais dos trabalhadores foram fatores que dificultaram o trabalho. O Incra e a Ouvidoria Agrária Nacional interagiram junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS) para que as famílias acampadas de trabalhadores rurais sem- terras, bem como as famílias assentadas, sejam incluídas no CadÚnico, para fins de acesso às políticas públicas, trabalho que continua sendo executado. Até o final de 2013, cerca de 66 mil famílias acampadas estavam cadastradas no CadÚnico, das quais 43.932 recebem o Bolsa Família.

- **Reduzir o número de mortes decorrentes de conflitos agrários, por meio da mediação e prevenção de tensão social no campo**

  Análise Situacional da Meta

  Estima-se que o objetivo vem sendo alcançado, resultando na redução do número de mortes decorrentes de conflitos agrários. A classificação de morte decorrente (ou não) de conflito agrário é feita com base no inquérito policial instaurado para apurar o homicídio. Como muitos inquéritos ainda estão em andamento não é possível apresentar dados conclusivos. Em 2012, foram registrados 62 homicídios no campo, sendo que 44 não foram decorrentes de conflitos agrários e 11 mortes foram decorrentes de conflitos agrários (sete ocorrências ainda estão em investigação e o número de mortes decorrentes de conflitos agrários pode oscilar). No exercício de 2013, foram registrados 50 homicídios na zona rural, dos quais 36 não são decorrentes de conflitos agrários, seis são decorrentes de conflitos agrários e oito ainda estão em investigação. Portanto, não é possível apontar, de forma conclusiva, quantos desses homicídios são decorrentes de conflitos agrários. Entretanto, pelos dados registrados até o momento e pelo andamento dos inquéritos policiais estima-se que o exercício de 2013 terá menos mortes decorrentes de conflitos agrários do que em 2012.

OBJETIVO: 0735 - Promover o acesso a terra a trabalhadores e trabalhadoras rurais, por meio de crédito fundiário para a aquisição de imóveis rurais e investimento em infraestrutura produtiva e social, visando democratizar o regime de propriedade e combater a pobreza rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF oferece três linhas de financiamentos: Combate à Pobreza Rural - CPR que tem uma taxa de juros bem reduzida de 0,5% ao ano, e o prazo de 20 anos para pagar, que atende as famílias com renda anual de até 9 mil reais e patrimônio de 15 mil reais, que estão inscritas no CadÚnico. A segunda linha tem a estratégia de incentivar os jovens a permanecer no campo, chamada de Nossa Primeira Terra - NPT. Conta com uma taxa de juros reduzida, de 1% ao ano e atende jovens de até 29 anos. Já a terceira linha – Consolidação da Agricultura Familiar - CAF é para o agricultor ou agricultora, com renda anual de até 15 mil reais e patrimônio até 30 mil reais, com taxa de juros de 2%. O Programa Nacional de Crédito Fundiário completa 10 anos em 2013, com um alcance de aproximadamente 100 mil famílias beneficiadas.

Metas 2012-2015

- **Beneficiar 80 mil famílias com crédito fundiário**

Análise Situacional da Meta

No início de 2013, o Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF passou por uma reformulação nas normas para contratação, com alteração das suas taxas de juros, das estratégias para o alcance da sustentabilidade dos projetos, bem como foi ampliado o acesso a Assistência Técnica – ATER, com a destinação de recursos específicos para ATER. Em virtude destas alterações, as contratações foram suspensas, o que irá provocar dificuldade no alcance da meta. Em 2013, foi possível atender 1.369 famílias rurais. Ressalte-se que a aferição consolidada de 2012 computou 4.526 famílias beneficiadas pelo programa, alterando-se, desta forma, o dado preliminar de 2.600 famílias.

Quantidade alcançada

5.895

Data de Referência

31/12/2013

PROGRAMA: 2012 - Agricultura Familiar

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área total utilizada para a produção da agricultura familiar	ha	31/12/2006	80.250.453	-	-
Disponibilização de recursos pelo Plano Safra da Agricultura Familiar	R$ bilhão	30/06/2011	16	06/06/2013	21
Razão da produtividade da agricultura familiar em relação à não familiar	R$/ha	31/12/2006	1,89	-	-
Rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar	R$	01/09/2009	337,07	30/09/2012	441,3
Valor bruto da produção da agricultura familiar	R$	31/12/2006	54.367.701	-	-

Observações:

Área total utilizada para a produção da agricultura familiar - Não houve apuração no período. Próximo Censo Agropecuário esperado para 2016.

Razão da produtividade da agricultura familiar em relação à não familiar - Não houve apuração no período. Próximo Censo Agropecuário esperado para 2016.

Rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar - PNAD 2012 lançada em SET/2013. Próxima pesquisa somente em SET/2014.

Valor bruto da produção da agricultura familiar - Não houve apuração no período. Próximo Censo Agropecuário esperado para 2016.

OBJETIVO: 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Acessaram o crédito rural do PRONAF, nos anos de 2012 e 2013, mais de 2,5 milhões de famílias . Do total de operações efetivadas 18% foram para mulheres. Foram firmados 844.966 contratos de microcrédito orientado e acompanhadas 908.370 operações de custeio agrícola. No mesmo período, 902.521 contratos de seguro de produção foram realizados e mais de 970 mil agricultores foram beneficiados pelo Garantia-Safra.

Ainda persistem as dificuldades de estratificação dos públicos atendidos pelas políticas de financiamento, fomento, proteção e garantia de preços e renda. Espera-se, contudo, que, com a implantação do SICOR, novo sistema do Banco Central, seja possível solucionar essas dificuldades em um futuro próximo.

Metas 2012-2015

- **Adequar as condições de crédito às particularidades da agricultura familiar, das mulheres rurais, dos quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo e assentados e assentadas da reforma agrária**

Análise Situacional da Meta

O crédito rural do PRONAF está adequado às particularidades da agricultura familiar, das mulheres rurais, dos quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo e assentados e assentadas da reforma agrária. Todas as unidades familiares de produção que necessitam de financiamento rural para a melhoria de suas atividades produtivas geradoras de renda que comprovam ter capacidade de pagamento podem solicitar o apoio

Plano Mais Brasil

creditício de uma ou mais linhas do PRONAF. O crédito do PRONAF tem prazos de carência e de amortização que atendem a todas as realidades. As taxas de juros são negativas em todas as linhas e, para as unidades familiares de menor renda e/ou os assentados da reforma agrária, há bônus (rebates) sobre o principal que vai de 25% até 46%. Além disso, o Seguro da Agricultura Familiar cobre o valor financiado e uma parte de renda liquida esperada. Em caso de flutuações negativas dos preços, o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar cobre atualmente 50 produtos.

- **Adquirir 2,7 milhões de toneladas de alimentos produzidos pela agricultura familiar por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPM-AF)**

Análise Situacional da Meta

Com relação à Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPM/AF), considerando que, em 2013, os preços de mercado pagos aos agricultores familiares estiveram, de maneira geral, acima do Preço Mínimo estipulado pelo Governo, a política foi pouco utilizada. Houve demanda para somente três operações: 1) Escoamento de derivados de uva, autorizada pela Portaria Interministerial nº de 01/ 2013, com recursos de R$ 35 milhões, 2) Compra de Café da Agricultura Familiar e 3) Aquisição de feijão.

Os resultados das operações foram:
- Escoamento de derivados de uva (vinho e destilado), realizada por meio de Prêmio de Equalização Pago ao Produtor Rural (PEPRO) no qual foram negociados 25 milhões de quilos de uva (que equivalem a 19 milhões de litros de vinho), que procurou garantir a renda dos viticultores familiares gaúchos (cerca de 20 mil famílias);
- As operações com café e feijão não se efetivaram em razão da demora na liberação dos recursos, mas, principalmente, pela rápida recuperação dos preços de mercado, em razão da estiagem que ocorreu na região produtora, tanto de café como de feijão, bem como pela publicação de estimativas de quebras de safra anunciados pela Conab e pelo IBGE.

Quantidade alcançada

25.000

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar de forma qualificada o microcrédito orientado e acompanhado para 750 mil agricultores familiares, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram executados 438.016 contratos (cada contrato corresponde a uma família). Em 2013, foram realizados 406.950 novos contratos, dos quais cerca de 48% são firmados com mulheres (fonte: BNB). Assim, tem-se um acumulado de 844.966 contratos firmados.

Os contratos de 2012 foram considerados porque tem dois anos de vigência e as famílias não podem acessar novo crédito antes do término.

Quantidade alcançada

844.966

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar o acesso ao crédito para 5 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar**

Análise Situacional da Meta

Estão ativas e válidas no sistema da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP cerca de 2.200 pessoas jurídicas que estão aptas para acessarem o PRONAF voltado para cooperativas e associações. Com a implantação do SICOR/BACEN em 2013, passará a ser possível, ao final de cada ano civil, quantificar o numero de pessoas jurídicas que acessam o PRONAF.

- **Ampliar o acesso dos assentados e assentadas da reforma agrária, das comunidades quilombolas, indígenas e dos povos e comunidades tradicionais às políticas de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda, por meio da construção de uma proposta de ajuste e qualificação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), ampliação das entidades emissoras e capacitação dessas comunidades**

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Desenvolvimento Agrário em conjunto com as representações sociais das comunidades quilombolas e indígenas está implementando estratégias com a finalidade de ampliar o conjunto das unidades familiares de produção rural dos indígenas e quilombolas. Em relação aos indígenas, um protótipo de aplicativo que observa as características antropológicas, culturais e sociais desse grupo já foi desenvolvido e testado.

Em relação aos quilombolas, a estratégia consiste na execução de mutirões envolvendo todos os órgãos e entidades emissoras de DAP como forma de ampliar significativamente o número de famílias quilombolas identificadas e qualificadas. Ademais, foi editada a Portaria nº 90, de outubro de 2013, que amplia a abrangência da atuação do Incra para emissão de DAP para integrantes de comunidades de remanescentes de quilombos rurais devidamente certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

Com relação aos assentados e assentadas da Reforma Agrária, foi possibilitado ao Incra emitir DAP para os grupos B e V, tornado possível o acesso a outras linhas de crédito . (Portaria MDA nº102, 06/12/2012).

- **Expandir a concessão de crédito de custeio agrícola para 750 mil famílias da agricultura familiar**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram realizados 468.394 contratos de custeio agrícola pelo PRONAF. Em 2013, foram realizados 439.976 contratos de custeio agrícola. O total perfaz o número de 908.370 contratos (fonte: BACEN). Entende-se que o número de contratos aproxima-se do número de famílias que acessam o crédito.

Quantidade alcançada

908.370

Data de Referência

31/12/2013

- **Expandir a concessão de crédito de investimento para organizações de mulheres rurais no Programa Agroindústria Familiar, atendendo a 48 mil mulheres integrantes de 3.200 organizações produtivas**

Análise Situacional da Meta

Não há estratificação sobre a quantidade de mulheres e suas organizações produtivas que acessaram o crédito antes de 2013. Com a implantação do SICOR/BACEN, em 2013, pode-se informar que, de julho até dezembro de 2013, nos seis primeiros meses do plano safra 2013/2014, foram realizadas 297.607 operações de crédito para mulheres, o que significa 25,8% do total de operações realizadas.

- **Expandir o Garantia-Safra para a participação de 1.000.000 famílias da agricultura familiar em situação de vulnerabilidade climática, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

O Garantia Safra é um benefício social cujo objetivo é garantir renda mínima para a sobrevivência de agricultores de localidades atingidas sistematicamente por situação de emergência ou calamidade pública por causa de estiagem ou excesso hídrico. Os recursos para o pagamento do benefício são constituídos das contribuições dos próprios agricultores (taxa de adesão), dos municípios, dos estados e da União. Essas contribuições formam o Fundo Garantia Safra, administrado pela Caixa Econômica Federal desde 2003.

No final de 2012, o programa sofreu importante alteração: foi aberta a possibilidade de expansão a todos os estados e municípios brasileiros. O novo regramento do fundo também concedeu ao órgão gestor do Fundo Garantia-Safra a possiblidade de incluir outras culturas, além de feijão, milho, arroz ou algodão.

A partir de janeiro de 2013, o programa passou a adotar a mulher como titular dos benefícios concedidos às famílias

Plano Mais Brasil

constituídas por um casal atendidas pelo Programa Garantia Safra, independente do seu estado civil.

Durante a safra 2012/2013, 977.552 famílias foram beneficiadas pelo Garantia-Safra. Para o plano safra 2013/2014, o valor do benefício aumentou para R$850,00 e o número de cotas anunciado é o maior de todas as safras em dez anos de existência do programa: 1,2 milhão de agricultores. As adesões para a safra 2013/14 tem balanço parcial de 960.531 aderidos (15/02/2014), porém os estados da BA, PE, PB, AL e SE ainda estão dentro do prazo para adesão dos agricultores e, pela quantidade de inscrições, é possível que seja atingida a meta de 1.200.000 adesões.

Quantidade alcançada

960.531

Data de Referência

17/02/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Área de Atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste	938.462	unidade	960.531	17/02/2014
Região Norte	61.538	unidade	0	17/02/2014

- **Financiar 110 mil equipamentos da indústria nacional com tecnologia apropriada para a agricultura familiar no âmbito do Mais Alimentos**

Análise Situacional da Meta

Segundo o BACEN, em 2012, 178.546 máquinas e equipamentos foram financiados no PRONAF. Em 2013, 200.465 máquinas e equipamentos foram financiados no PRONAF. Ao total, até então, foram financiados 379.011 equipamentos da indústria nacional (fonte: BACEN).

Quantidade alcançada

379.011

Data de Referência

31/12/2013

- **Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo**

Análise Situacional da Meta

Acessaram o PRONAF nos anos de 2012 e 2013 um total de 2.511.039 famílias, garantindo-se a participação de 18% de mulheres. (Fonte Sicor/Bacen)

Quantidade alcançada

2.511.039

Data de Referência

31/12/2013

- **Ofertar seguro da produção para 650 mil famílias da agricultura familiar**

Análise Situacional da Meta

A oferta do seguro da produção está vinculada à meta de ofertar crédito de custeio agrícola. Em 2012, foram realizados 455.135 contratos de custeio com seguro e, em 2013, 447.386, totalizando 902.521 contratos (Fonte: Bacen).

Quantidade alcançada

902.521

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Somados os resultados dos contratos de ATER vigentes em 2012, convênios ainda vigentes com as entidades estaduais de ATER e novas chamadas públicas realizadas em 2013, chega-se a um público de 1,076 milhão agricultores familiares beneficiados com assistência técnica.

No que diz respeito à Assistência Técnica e Extensão para o público da reforma agrária, oito Superintendências Regionais estão em processo de elaboração de chamada pública visando ao oferecimento gratuito e de qualidade de serviços de Assessoria Técnica, Ambiental e Social a famílias assentadas da Reforma Agrária, objetivando promover o desenvolvimento rural sustentável nessas áreas.

No âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, somados os resultados dos contratos de ATER vigentes em 2012, convênios ainda vigentes com as entidades estaduais de ATER, Acordos de Cooperação Técnica com os Estados, e novas chamadas públicas realizadas em 2013, chega-se a um público de 259,8 mil famílias agricultoras em situação de extrema pobreza beneficiadas com assistência técnica. Desse público, 24 mil são assentados da reforma agrária, 32,6 mil extrativistas, 3,5 mil pescadores artesanais, 3 mil indígenas, 9 mil quilombolas.

Metas 2012-2015

- **Atender 3 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar com metodologia de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para produção, organização, gestão e comercialização**

  Análise Situacional da Meta

  Em primeiro lugar, é preciso destacar que existem apenas 2.200 empreendimentos com DAP Jurídica no país hoje, sendo esse o universo total possível, já que os contratos de ATER devem se restringir a empreendimentos que possuem DAP Jurídica. Dentre os que possuem a declaração, existe um quantitativo que se refere a associações de produtores e que, conforme previsto no código civil, não podem realizar atividade comercial, restando um público de 921 potenciais beneficiários.

  No âmbito da ATER Mais Gestão, que tem como público alvo cooperativas da agricultura familiar detentoras de DAP Jurídica, para prestação de assistência técnica em gestão (organização, produção e comercialização), foram lançadas três chamadas públicas em 2012 para o atendimento de 489 cooperativas da agricultura familiar. Em uma delas todas as propostas de quatro lotes foram desclassificadas e/ou inabilitadas em razão de pendências no credenciamento de ATER no seu estado de atuação. Em função disso, o número de pessoas jurídicas beneficiadas foi menor que o esperado e informado em 2012, de forma que, atualmente, estão sendo assistidos 414 empreendimentos da agricultura familiar, o que corresponde a 45% do total de potenciais beneficiários.

  Em 2013, foram realizados três chamamentos públicos de ATER para contratação de projetos em 24 UFs, alguns deles com enfoque específico na venda para o PNAE ou Programa Nacional de Combustível Social - Biodiesel. Desses, foram efetivados contratos em 17 estados (RS, SC, PR, SP, MG, GO, MT, MS, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI, MA) totalizando 392 cooperativas atendidas. Um Contrato de Repasse atende a outros 22 empreendimentos no Acre. Em novembro de 2013, foi publicada chamada pública para beneficiar 42 empreendimentos na Bahia e 15 no Espírito Santo. Atualmente, as entidades selecionadas estão em fase de contratação.

Plano Mais Brasil

Quantidade alcançada

414

Data de Referência

22/01/2014

- **Capacitar 17.292 conselheiros municipais de desenvolvimento rural sustentável, envolvidos na operacionalização do Garantia Safra, como agentes de controle social das políticas públicas**

Análise Situacional da Meta

Ainda não foram realizadas as capacitações dos conselheiros municipais. As coordenações estaduais do Garantia Safra estão em fase de planejamento desta atividade.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com monitoramento e avaliação para 750.000 agricultores familiares que acessam o microcrédito**

Análise Situacional da Meta

Os serviços de ATER para agricultores familiares que acessam o microcrédito (Pronaf B) estão sendo ofertados por convênios assinados antes da Lei 12.188/2010.

Quantidade alcançada

512.000

Data de Referência

13/02/2014

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 15 mil famílias indígenas, com recorte específico para este público**

Análise Situacional da Meta

Estão em execução dois contratos para a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para 1.800 famílias indígenas nos estados do Rio Grande do Sul e Amazonas, com recorte específico para este público.

Quantidade alcançada

1.800

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3.000	unidade	0	31/12/2013
Região Nordeste	6.000	unidade	0	31/12/2013
Região Norte	4.000	unidade	300	31/12/2013
Região Sudeste	1.000	unidade	0	31/12/2013
Região Sul	1.000	unidade	1.500	31/12/2013

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 20 mil famílias quilombolas, com recorte específico para este público**

Análise Situacional da Meta

Estão em execução os contratos de ATER para atendimento a 9.980 famílias quilombolas. A região Sul não teve chamadas em 2013.

Quantidade alcançada

9.980

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data

Região Centro-Oeste	4.000	unidade	1.100	31/12/2013
Região Nordeste	7.000	unidade	7.500	31/12/2013
Região Norte	2.000	unidade	500	31/12/2013
Região Sudeste	4.000	unidade	880	31/12/2013
Região Sul	3.000	unidade	0	31/12/2013

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 750 mil assentados e assentadas da reforma agrária**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, 251.339 famílias estavam sendo atendidas com Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER. Com as chamadas públicas realizadas pelas Superintendências Regionais do Incra esse número subiu para 314.699 famílias. Do total de famílias atendidas, 90.850 fazem parte do Plano Brasil Sem Miséria e 110.282 estão em Territórios da Cidadania. Cabe esclarecer que nesses dois anos algumas famílias deixaram de ser atendidas por não ter os contratos de ATES renovados.

Quantidade alcançada

314.669

Data de Referência

31/12/2013

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 10 mil famílias de agricultores familiares produtoras de tabaco, para a diversificação da produção**

Análise Situacional da Meta

Os contratos de ATER para diversificação produtiva das áreas de tabaco encerraram-se em agosto de 2013 e uma nova chamada pública para atendimento desse público foi lançada para mais 11,6 mil famílias.

Quantidade alcançada

9.600

Data de Referência

13/02/2014

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 203 mil famílias de agricultores e 50 mil famílias assentadas da reforma agrária no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, com acompanhamento diferenciado**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, somados os resultados dos contratos de ATER vigentes em 2012, convênios ainda vigentes com as entidades estaduais de ATER, Acordos de Cooperação Técnica com os Estados e novas chamadas públicas realizadas em 2013, chega-se a um público de 259,8 mil famílias agricultoras em situação de extrema pobreza beneficiadas com assistência técnica. Desse público, 24 mil são assentados da reforma agrária, 32,6 mil extrativistas, 3,5 mil pescadores artesanais, três mil indígenas, nove mil quilombolas.

Atualmente, o Incra possui 789 assentamentos prioritários no Plano Brasil Sem Miséria (BSM) para o recebimento de assistência técnica e recursos do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e mais outros 748 assentamentos com famílias incluídas no Bolsa Verde, outra ação do Plano. Desse grupo, em 2013, 24 mil famílias já estão recebendo assistência técnica. Para 2014, a estimativa é de que todas as famílias incluídas no Programa Bolsa Verde recebam ATER e sejam incluídas por meio do Programa de Fomento, beneficiando, assim, outras 82 mil famílias assentadas e em situação de extrema pobreza. Com isso, a participação de famílias assentadas no Plano Brasil Sem Miséria deverá superar a meta de 50 mil famílias.

No que concerne às metas da agricultura familiar, até final de 2013 todas as contratações de ATER deverão ser finalizadas e, para 2014, o trabalho deverá ser focado na articulação das ações de ATER com outras políticas do Plano

Plano Mais Brasil

Brasil Sem Miséria, como o Programa Cisternas no semiárido e o Programa de Aquisição de Alimentos para comercialização dos excedentes gerados.

Para o alcance desses resultados, será necessária a intensificação das ações de Busca Ativa de famílias assentadas da reforma agrária e de povos e comunidades tradicionais no Cadastro Único. O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, por meio dos mutirões de documentação que a partir de 2013 contam com a participação dos gestores municipais do Cadastro Único tem sido um instrumento importante para a Busca Ativa no meio rural.

Quantidade alcançada

259.800

Data de Referência

13/02/2014

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 50 mil famílias extrativistas para realização de atividades de manejo florestal e implantação de agricultura de baixo carbono**

Análise Situacional da Meta

Chamada pública de agroecologia publicada em outubro de 2013 para o atendimento de 55.460 mil agricultores familiares, assentados da reforma agrária e agroextrativistas em Reservas Extrativistas – RESEX que já desenvolvem a produção agroecológica ou estão em transição, com a garantia de atendimento a 30% de mulheres.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

13/02/2014

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 500 mil famílias de agricultores familiares, assentados, povos e comunidades tradicionais, no desenvolvimento de processos de produção de base ecológica e acesso a mercados agroecológicos e orgânicos**

Análise Situacional da Meta

Desde 2003, o MDA vem ampliando e qualificando as ações de Ater para os diversos públicos da agricultura familiar, alocando seus recursos nas organizações governamentais e privadas com e sem fins lucrativos, prestadoras de serviços de Ater. Com isso, deu início à oferta de serviços específicos de ATER para os povos e populações tradicionais, as quais incluem quilombolas, indígenas, extrativistas e pescadores artesanais, de acordo com suas características sociais, étnicas e econômicas, público que tem grande importância econômica e social e historicamente ficou a margem das políticas públicas e do desenvolvimento.

A chamada pública de agricultura orgânica e agroecologia, lançada em 2013 com o intuito de atender a 50.440 agricultores, está atendendo, atualmente, 8.050 (contratos já realizados).

Com a criação da ANATER, espera-se que haja avanços consideráveis no atendimento desse público. No entanto, existem barreiras como o impedimento de contratação de pessoal pelas organizações estaduais de Ater; a falta de preparo dos profissionais egressos das universidades, e a falta de tradição das organizações de Ater para tratar com esse público, o que dificulta a ampliação da abrangência e a oferta de serviços de qualidade.

Quantidade alcançada

8.050

Data de Referência

13/02/2014

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 50 mil jovens rurais**

Análise Situacional da Meta

Estão sendo atendidos com serviços específicos de assistência técnica 5.180 jovens rurais, no âmbito da chamada pública 03/2012, que planejava atender 5.460 jovens com serviços de ATER.

A chamada pública foi republicada em 2013, mas novamente não houve vencedores. Assim, uma nova estratégia será implantada.

Quantidade alcançada

5.180

Data de Referência

13/02/2014

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 600 mil famílias utilizando a metodologia do Pronaf sustentável**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, por meio de duas chamadas públicas (agricultura sustentável e crédito fundiário) foram contratados serviços para o atendimento a 90.400 agricultores familiares. Em 2013, novos serviços foram contratados para mais 23.400 agricultores nas chamadas públicas das cadeias do leite e café e para o crédito fundiário (PNCF).

Quantidade alcançada

113.800

Data de Referência

13/02/2014

- **Implementar plano de formação e qualificação de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e estabelecer parcerias, considerando as especificidades das comunidades indígenas e quilombolas e das mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

A proposta do Plano de Formação de Agentes de ATER já foi aprovada, em primeira instância, no comitê de ATER do Condraf, que conta com a participação de diversos representantes da Embrapa, do MDA, e da sociedade civil, que participam de entidades com experiência em ATER indígena, quilombola e de mulheres que qualificaram o plano de formação de agentes para estes públicos específicos. A proposta foi, então, submetida ao CONDRAF em novembro de 2013 e será aprovada, com os ajustes sugeridos pelo conselho, noº1° semestre de 2014.

- **Incentivar as Escolas Famílias Agrícolas (EFAS), Casas Familiares Rurais e do Mar (CFR e CFM) a destinarem vagas exclusivas para estudantes quilombolas**

- **Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) qualificada e continuada para 1,5 milhões de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 30% de mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

Somados os resultados dos contratos de ATER vigentes em 2012, convênios ainda vigentes com as entidades estaduais de ATER e novas chamadas públicas realizadas em 2013, chega-se a um público de 1,076 milhão agricultores familiares beneficiados com assistência técnica.

Quantidade alcançada

1.076.000

Data de Referência

13/02/2014

- **Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades indígenas e 250 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres**

Análise Situacional da Meta

Plano Mais Brasil

Em 2012 e 2013, foram realizados 84 cursos de orientação dos Agentes de Ater para Atuação no Plano Brasil Sem Miséria, totalizando 2.838 Agentes formados, sendo desses 26 Agentes com formação específica para atuação com indígenas, 40 com formação específica para atuação com quilombolas, 53 com formação específica para atuação na ATER Mulheres e 37 agentes de ATER que atuam com pescadores artesanais. A participação de pelo menos 35% de mulheres está sendo cumprida em cada um dos cursos. Também foram formados 8.104 pelo PRONATEC Campo, em vagas distribuídas em todo o País. Ao todo, 10.942 Agentes de ATER já foram qualificados.

Quantidade alcançada

10.942

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0413 - Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

A ênfase dada à informação qualificada e capacitação dos empreendimentos dos agricultores e agricultoras familiares para sua inserção nos mercados institucionais tem revelado o aspecto mais positivo desse objetivo, pois, com mais conhecimento e qualificação, os agricultores familiares e suas organizações econômicas tem podido crescentemente acessar aos programas governamentais de compras e, assim, se beneficiar do seu potencial de agregação de renda e ampliação de mercados. Dessa forma, esses agentes econômicos têm aperfeiçoado seus instrumentos de logística e marketing.

Ainda pesa, contudo, a lacuna de organização socioprodutiva existente em algumas regiões do país, notadamente naquelas onde residem as populações de mais baixa renda, fator que restringe a ampliação dos beneficiários das diversas políticas públicas nessa área.

Justamente por essa situação de carência de informações por parte dos agentes, em termos das possibilidades de compras da agricultura familiar, dados os marcos institucionais existentes, tem-se dedicado grande esforço no sentido de informar e capacitar gestores públicos e dirigentes de organizações dos agricultores familiares para, de um lado, ampliar-se os editais e as compras diretas de produtos da agricultura familiar e, de outro, permitir que os agricultores planejem a produção e a logística de distribuição em função desses mercados. Cabe enfatizar, no caso do PNAE, que tal esforço se dá em parceria com o FNDE, DFDA e CECANEs – Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar, com ações junto às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e Entidades Executoras de ATER, visando alcançar e/ou ampliar o montante mínimo de 30% do repasse de recurso da alimentação escolar em compras da agricultura familiar.

Importante destacar-se que, na medida em que os agentes de comercialização se tornam mais eficientes e participam de mercados mais abrangentes e estruturados, também inserem um maior número de agricultores familiares em circuitos de comercialização rentáveis, tanto nos relativos às compras públicas, quanto nos relativos às compras privadas. Nessa perspectiva, é fundamental a ação das cooperativas dos agricultores familiares, que organizam os produtores e a produção segundo as exigências da demanda. Para dar suporte a esse processo, há um conjunto de políticas que, especialmente por intermédio do Programa Mais Gestão, procuram suprir, de maneira transversal, as diferentes necessidades. Com essa estratégia, permite-se a articulação de um conjunto de instrumentos de políticas públicas (assistência à gestão, crédito, formação, etc.) em torno de bases produtivas e de um objetivo de mercado previamente dimensionado.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o percentual de acesso do público da reforma agrária às políticas de compras públicas**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do PAA, de um total de 122 mil famílias beneficiadas, 22% são da reforma agrária.

- **Apoiar 6,8 mil organizações da agricultura familiar para a diversificação e organização econômica, inserção no mercado privado, comercialização, agroindustrialização e desenvolvimento de atividades não agrícolas, garantindo a participação de pelo menos 30% de organizações de mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

1. Desde 2012, foram realizadas nove feiras comerciais nas áreas de supermercados (mercados privados) e orgânicos/agroecologia:

a) eventos de negócios sem venda direta ao consumidor

•BioFach Alemanha - Participação de 9 organizações a agricultura familiar, beneficiando 12,4 mil agricultores familiares. Foram firmados 303 contatos comerciais.

•Natural Products Expo West - Participação de sete empreendimentos, representando oito mil famílias. Foram firmados 162 contatos comerciais

•APAS – 29º Congresso e Feiras de Negócios em Supermercados. Participação de oito organizações da AF, representando 11 mil famílias, incluindo grupos de extrativistas do Cerrado. Foram firmados 130 contatos comerciais

•ABAD – 33ª Convenção Anual do Atacadista Distribuidor. Participação de 14 organizações da AF, representando cinco mil famílias. Contemplou grupos de extrativistas e indígenas de Rondônia. Foram firmados 159 contatos comerciais.

b) eventos de venda direta ao consumidor com encontros de negócios

• Praça da Sociobiodiversidade na Rio +20

Participação de 32 organizações da AF, representando 14 mil famílias

•VIII Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária - Participação de 537 organizações da AF, representando 27 mil famílias.

• Semana Internacional do Café. Participação de 10 organizações da AF, representando 7.183 famílias.

c) eventos de negócios com venda direta ao público consumidor

•Natural Tech – 9ª Feira Internacional de Alimentação Saudável, Produtos Naturais e Saúde

Participação de 21 organizações da AF, representando seis mil famílias, incluindo grupos de extrativistas e 9 empreendimentos dos projetos Talentos do Brasil Moda e Rural. Foram firmados 274 contatos comerciais.

•Expointer - Pavilhão da Agricultura Familiar Participação de 165 organizações da

AF, representando dez mil famílias.

A participação em feiras e eventos comerciais, além da divulgação e comercialização dos produtos da agricultura familiar, promovem o fechamento e prospecção de negócios, melhoria da qualidade de seus produtos e serviços, inovação tecnológica, troca de experiências, oportunidade de lançamento de novos produtos, missões, visitas técnicas, encontros e rodadas de negócios, contribuindo para a permanência das famílias no campo, produzindo alimentos que respeitam a natureza, as relações sociais, a manutenção da floresta de pé e melhoria da qualidade de vida das famílias.

Previsão para o próximo exercício: Realização da IX Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária – Brasil Rural Contemporâneo 2014, com a participação de cerca de 500 organizações da agricultura famliar de todos os estados, incorporando grupos de extrativistas, agricultores familiares, assentados da Reforma Agrária, quilombolas, mulheres trabalhadoras rurais.

Plano Mais Brasil

2. Talentos do Brasil Rural – TBR: Inserção de produtos e serviços da agricultura familiar no mercado turístico, permitindo aos empreendimentos a agregação de valor, por meio do desenvolvimento de ações de qualificação e promoção da produção familiar. O TBR tem abrangência nacional para produção familiar, com foco no mercado das 12 cidades sede da Copa do Mundo de 2014, com perspectivas de beneficiar 83 empreendimentos, e cerca de 25 mil famílias.

3. Talentos do Brasil (moda e artesanato): possibilita o intercâmbio e o aperfeiçoamento do saber-fazer entre as mulheres manufatureiras, bem como a valorização da diversidade cultural no Brasil, na busca de resultados efetivos: produtos de qualidade, de valor agregado, que gerem trabalho e renda. Atualmente, o projeto une agricultoras-artesãs de 12 Estados (AM, TO, PA, MA, PI, PB, BA, PE, MS, MG, RJ e RS), onde estão estruturados 18 grupos de tipologias distintas e em sua maioria mulheres, beneficiando 2 mil famílias. A maior parte dos empreendimentos do Talentos do Brasil Rural e Talentos do Brasil (moda e artesanato) são organizações de mulheres rurais, cerca de 110 empreendimentos.

Os projetos viabilizaram a participação nas seguintes feiras:
•CRAFT DESIGN – Feira de arte e design, onde participaram 10 empreendimentos do TBR.
•6º Salão Internacional de Artesanato, realizada em Brasília-DF, com 10 empreendimentos do TBR.
•24ª Feira Nacional do Artesato – FNA , realizada em Belo Horizonte-MG. Participaram 10 empreendimentos do Talentos do Brasil Moda.
• Festival de Turismo de Gramado-RS
Participaram 13 roteiros turísticos contemplados no eixo serviços do TBR.

Até dezembro de 2013, foram atendidas 3.250 organizações de famílias diferentes em ações que promoveram a diversificação e organização econômica, inserção no mercado privado, comercialização, agroindustrialização e desenvolvimento de atividades não agrícolas. 2.112 organizações acessaram o PAA; 1.313 o PNAE; 414 estão participando do Mais Gestão; e, 123 organizações participaram da Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária – FENAFRA. Cabe destacar que algumas organizações acessaram mais de um desses programas no período.

Quantidade alcançada
3.250
Data de Referência
31/12/2013

- **Apoiar a adequação das legislações sanitária, tributária, fiscal e previdenciária para atendimento das especificidades da agricultura familiar e revisão/elaboração de instrumentos legais relacionados**

Análise Situacional da Meta

I) Legislação Previdenciária

i. Acordada com o Ministério da Previdência Social e Secretaria da Fazenda a adequação para a manutenção da seguridade especial dos agricultores familiares com agroindústria por meio da Medida Provisória 619/2013.

II) Legislação Sanitária

i. Realização de seminários conjuntos entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA e a Confederação Nacional de Municípios – CNM, envolvendo o SISBI-POA (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal) entre os dias 16 de julho a 24 de setembro em 32 cidades do país.

A proposta dos Seminários é ampliar o acesso dos municípios aos instrumentos e programas disponíveis para viabilizar uma maior participação da Agroindústria Familiar nos mercados institucionais e privados de comercialização. Os Seminários buscam orientar os Gestores Municipais (Prefeitos e Secretários de Agricultura), Veterinários, Agrônomos, representantes da Fiscalização e Vigilâncias Sanitárias municipais e estaduais, técnicos agrícolas, sindicatos, associações, agricultores familiares e demais setores voltados à agropecuária para implantação adequada dos Sistemas de Inspeção Municipal, Constituição de Consórcios Municipais e adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA) do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA), condição Fundamental para garantia da qualidade da produção e acesso aos mercados municipal, estadual e federal. Estima-se a participação de 3.500 pessoas

ii. Proposta de simplificação dos requisitos para adesão ao SISBI/POA/SUASA por meio da revisão da Instrução Normativa n°36, que estabelece os requisitos para a adesão voluntária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em reunião extraordinária do Comitê Técnico Consultivo do SISBI-POA do dia 07 de fevereiro de 2013.

iii. Participação desde 28 de janeiro de 2013, na construção da proposta da Minuta do Projeto de Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária da ANVISA, que dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências. Essa proposta foi aprovada no dia 22 de agosto na reunião pública da Diretoria Colegiada da ANVISA e encaminhada para Consulta Pública n° 37, de 26 de agosto de 2013.

iv. Publicação da RESOLUÇÃO-RDC N° 49, de 31 de outubro de 2013, que dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências.

III) Legislação Tributária/Fiscal – perspectivas para 2014
i. Revisar/discutir no âmbito da SAF/MDA proposta de adequação da legislação fiscal/tributária e sobre o MEI/EI (microempresa/empreendedor individual) para os agricultores familiares com agroindústria.
ii. Discutir e acordar no âmbito dos Ministérios e outros órgãos envolvidos a proposta de adequação da legislação fiscal/tributária.
Expectativas para próximo período
•Elaborar proposta de normas sanitárias para os Serviços de Inspeção Municipais (SIM) para venda direta/fracionada em pequenas quantidades de produtos artesanais.
•Elaborar proposta de projeto de lei sanitária no âmbito federal, para agroindústrias de pequeno porte.
•Elaborar materiais didáticos/informativos sobre as legislações específicas para agroindústria de pequeno porte.
•Apoiar os Serviços de Inspeção Estaduais (SIE) e Serviços de Inspeção Municipais (SIM) para que o maior número possível de serviços solicite adesão ao SISBI/POA/SUASA.

- **Apoiar a ampliação da criação das agroindústrias familiares das comunidades indígenas e sua manutenção, respeitando a dinâmica cultural e divisão do trabalho de cada povo**

Análise Situacional da Meta

Para a realização da meta estão colocados desafios como: a forma de organização dos grupos indígenas e de suas entidades de apoio; o desenvolvimento de proposta que respeite a identidade, a integridade cultural e as legislações sanitárias, realização de estudo que deve anteceder o projeto de agroindústrias indígenas e o acesso à DAP e à ATER e

Plano Mais Brasil

outras políticas. Estão previstos, para 2014, mais estudos para subsidiar chamada especifica para indígenas.

- **Criar estratégia para identificar e valorizar os aspectos culturais e ambientais dos produtos oriundos de comunidades quilombolas e indígenas, visando a ampliar a comercialização de gêneros alimentícios no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**

Análise Situacional da Meta

Foi instituído, no âmbito da Resolução FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, Art. 24º, a priorização da compra de alimentação produzida por comunidades quilombolas, para alimentação escolar.

- **Distribuir sementes para 220 mil famílias no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

Por obediência ao calendário de plantio/regime de chuvas e ano safra, de julho de 2012 a julho, de 2013 foram distribuídas 1,395 toneladas de sementes de milho e feijão para 93 mil famílias assistidas pelo PBSM.

Quantidade alcançada

93.000

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar compra mínima de 30% do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) diretamente da agricultura familiar em 100% do território nacional, com 60% das capitais comprando conforme o artigo 14 da Lei 11.947/09 de agricultores familiares do próprio estado**

Análise Situacional da Meta

Com base em informações prestadas pelas entidades de ATER, contratadas pelo MDA para atender cooperativas e associações, pelo menos 18 capitas estão adquirindo produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Segundo dados levantados pelo FNDE, 16 capitais adquiriram produtos da agricultura familiar, em 2012. Na média, adquiriram cerca de 20%, sendo que cinco delas adquiriram mais de 30% da agricultura familiar. Os dados de 2012 ainda são preliminares, já que o FNDE não consolidou a prestação de contas. Com relação aos municípios, cerca de 3.000 (que corresponde a aproximadamente 54% dos municípios), adquiriram produtos da agricultura familiar. O montante adquirido da agricultura familiar no Brasil foi de R$ 310.036.386,97, ou seja, 10% do recurso total disponibilizados pelo FNDE para alimentação escolar.

Quantidade alcançada

54

Data de Referência

31/12/2013

- **Implementação do sistema de monitoramento da comercialização de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar (AF) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de acordo com o artigo 14 da Lei 11.947/2009, garantindo a visibilidade da participação das mulheres**

Análise Situacional da Meta

O sistema de monitoramento está em fase de elaboração e depende da integração de dados com o sistema de prestação de contas do FNDE.

- **Inserir 10 cooperativas nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis**

Análise Situacional da Meta

Da mesma forma que na meta "Inserir 5000 famílias da agricultura familiar nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis", apesar das iniciativas empreendidas, ainda não foi possível avançar no sentido da inclusão de cooperativas da agricultura familiar nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/01/2014

- **Inserir 5000 famílias da agricultura familiar nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis**

Análise Situacional da Meta

A agricultura familiar tem grande potencial para a produção de energia renovável a partir de biomassa, energia eólica e energia solar. A partir de dados e informações de técnicos e colaboradores de campo, sabe-se que existem milhares de famílias produzindo e consumindo fontes renováveis de energia, em especial a partir de florestas energéticas (lenha e carvão) e biomassa. Em relação às vendas, que caracterizaria melhor a inclusão em cadeias de produção de energias, as informações são mais escassas.

De acordo com o Censo do IBGE 2006, ao analisar o consumo de combustíveis e energia pela agricultura familiar no Brasil, existem 37,7 mil estabelecimentos consumidores de álcool, 284 mil estabelecimentos consumidores de carvão vegetal, e 1,2 milhão de estabelecimentos consumidores de lenha (em muitos locais, segundo especialistas, deficitários na produção de florestas plantadas). Existem ainda aproximadamente 1,5 milhão de estabelecimentos consumidores de gás (GLP, GNV e biogás) com grande potencial de aumento da produção de biogás para a redução gradativa no uso de GLP e GNV.

Não obstante o potencial demonstrado, no intuito de organizar e monitorar de forma contínua a produção e, principalmente o autoconsumo e a possível venda de energia ou fontes energéticas não renováveis, é preciso concretizar etapas que ainda estão em andamento.

No 1º semestre de 2013, foram publicados três editais para contratação de consultores via projeto de cooperação com o PNUD a fim de subsidiar o trabalho do MDA nas ações necessárias para a construção de políticas públicas, em especial para o biogás e para florestas energéticas/energia solar/energia eólica .

Os trabalhos de estudos e prospecções sobre o biogás estão mais avançados, pois partem de ações já realizadas a partir de Acordo de Cooperação técnica com a Itaipu Binacional e consultorias contratadas (e já finalizadas), em 2012. A partir de estudos de viabilidade econômica e marco regulatório feitos no ano passado, os editais de 2013 para tratar do tema da produção e uso do biogás a partir do tratamento de dejetos animais pela agricultura familiar têm como objetivo realizar oficinas de validação dos estudos com atores envolvidos na produção de animais e tratamento de dejetos (com três reuniões já realizadas com cooperativas de suinocultores do Paraná, agroindústrias e Embrapa Suínos e Aves de Concórdia-SC), atores potenciais consumidores de biogás e biofertilizantes, distribuidoras de energia elétrica, cooperativas de eletrificação rural, na avaliação estratégica da atual situação da indústria nacional produtora de máquinas, equipamentos e serviços relacionados à produção de biogás e energia no Brasil, na revisão/criação de marco regulatório para especificação do biogás e biometano, entre outros.

Os trabalhos de estudos e prospecções sobre florestas energéticas começam agora a partir da publicação de edital para o tema, com estudos de situação produtiva de florestas energéticas, desafios e oportunidades para a sua produção e uso como energia térmica.

Os trabalhos de estudos e prospecções sobre energia solar e eólica, tema com o menor número de informações e modelos disponíveis, também começaram a partir do segundo semestre com a publicação de edital para o tema, envolvendo estudos de situação produtiva de energia solar/eólica, desafios e oportunidades para sua produção e uso

Plano Mais Brasil

como energia elétrica, com possível compensação a partir do disposto na Resolução da ANEEL 482/2012. Adicionalmente, foi celebrado no 2º semestre de 2013, termo de cooperação para execução do projeto junto à Embrapa Clima Temperado (CPACT), com o objetivo de estudar a viabilidade técnica e econômica do uso de aerogeradores e células fotovoltaicas em propriedades rurais familiares do Rio Grande do Sul.

Todo o trabalho para construir políticas públicas de apoio à produção, autoconsumo e/ou venda de fontes energéticas e energia pela agricultura familiar certamente será potencializado a partir da participação desse público via suas cooperativas e empreendimentos coletivos, uma vez que representam maior volume de necessidade de energia e eletrificação rural, demandadas por processos agroindustriais de aquecimento, secagem, iluminação, entre outros.

No entanto, ainda não foi possível, a partir das iniciativas empreendidas, avançar no número de famílias da agricultura familiar participando de mercados relacionados à energia com alternativas de venda/autoconsumo e faturamento, e em especial, com soluções e rotinas confiáveis de monitoramento.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/01/2014

- **Inserir 90 cooperativas da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel**

Análise Situacional da Meta

Diferente de outras cadeias de energias renováveis que possuem políticas e instrumentos ainda em fase de construção, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) conta com o Selo Combustível Social, instrumento cuja base legal já se encontra consolidada, tanto para produção e uso, quanto para a proteção da inclusão social no programa, cuja responsabilidade cabe ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Atualmente, existem 75 cooperativas participantes do PNPB com contratos com a indústria e vendas de matérias-primas para biodiesel.

No primeiro trimestre de 2014, obter-se-á novas informações por parte das indústrias e cooperativas com as quais será possível atualizar este dado. Cabe destacar o processo de consulta pública realizado em 2013 para discutir alterações na Portaria do MDA nº 60/12 e o recebimento de diversas propostas, críticas e sugestões do setor (incluindo cooperativas e suas entidades representativas) sobre formas de ampliar a participação de cooperativas no programa.

Quantidade alcançada

75

Data de Referência

31/01/2014

OBJETIVO: 0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo tem a perspectiva de contribuir para a promoção da autonomia econômica das mulheres rurais por meio da atuação em três grandes frentes. A primeira delas é a ação de Organização Produtiva que, por meio de convênios com entidades sem fins lucrativos, atua no apoio aos grupos produtivos de mulheres e na organização de redes e feiras. Uma segunda frente implementa o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural especializada para Mulheres, a ATER para Mulheres, que visa qualificar e apoiar processos de gestão, formalização e comercialização de organizações produtivas e econômicas de mulheres. Em ambas frentes, é fundamental o oferecimento de recreação infantil que possibilita a participação efetiva das mulheres nas atividades propostas. Por fim, a terceira frente dedica-se a concretizar o acesso ao crédito para as mulheres, por meio do PRONAF Mulher, linha específica de crédito para as mulheres agricultoras. Destaca-se, ainda, a formação dos agentes de ATER e de crédito para gradativamente oferecer políticas com maior qualidade para as mulheres agricultoras.

Metas 2012-2015

- **Atender 1.500 organizações com políticas integradas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), crédito, comercialização e gestão**

Análise Situacional da Meta

Foram contratadas, em 2013, por meio de chamada pública, 14 organizações sem fins lucrativos para desenvolver projetos de organização produtiva nas modalidades de Apoio à Grupos, Fortalecimento de Redes e Feiras da Economia Feminista e Solidária. Esses projetos irão beneficiar 427 organizações de mulheres distribuídas em 13 Estados da Federação, localizadas nos seguintes Territórios da Cidadania: Do Sisal, Sobral, Agreste Alagoano, Cocais, Norte e Caparaó, Cantuquiriguaçu; Vale do Ribeira; Paraná Centro, Baixo Sul, Carnaubais, Cocais, Guaribas, Capivara, Vale do Canindé, Entre Rios, Campos e Lagos, Médio Mearim, Bico do Papagaio, Sudeste Paranese , Cocais, Sudoeste Paulista, Vale do Ribeira e Pontal do Paranapanema, Açu-Mossoró, Sertão do Apodi, Mato Grande . As atividades pretendem beneficiar organizações de mulheres por meio de projetos de fortalecimento das organizações econômicas, com foco em atividades econômicas sustentáveis e com apoio à gestão econômica articulando ATER, crédito e comercialização, por meio das seguintes atividades:

- Troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais e organizacionais;
- Apoio à gestão e comercialização, baseados nos princípios da economia feminista e solidária;
- Apoio a produção e comercialização da produção das mulheres na economia rural;
- Fortalecimento das cadeias produtivas das hortaliças, frutas e pequenos animais, panificação, produtos extrativistas e artesanato;
- Qualificação dos processos de beneficiamento e transformação de produtos.

No ano de 2012, foram beneficiados 573 grupos produtivos de mulheres, com atendimento a 5.735 mulheres. Ressalta-se que os projetos que haviam sido contratados em 2012 passaram por ajustes, ampliando o número de 4.447 mulheres atendidas para 5.735. Ainda, das 17 entidades que estavam contratadas, uma não pôde receber recursos dada situação de inadimplência.

Quantidade alcançada

1.000

Data de Referência

31/01/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	150	unidade	173	31/01/2014
Região Nordeste	750	unidade	508	31/01/2014
Região Norte	150	unidade	26	31/01/2014

Plano Mais Brasil

Região Sudeste	225	unidade	190	31/01/2014
Região Sul	225	unidade	103	31/01/2014

- **Atender 3.200 organizações produtivas de mulheres com Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Setorial para Mulheres**

Análise Situacional da Meta

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Setorial para Mulheres objetiva fortalecer a organização produtiva das trabalhadoras rurais, promover a agroecologia e a produção de base ecológica, ampliar o acesso às políticas públicas, especialmente as voltadas para a produção, comercialização e fortalecimento dos empreendimentos econômicos, além de apoiar a articulação em rede das atrizes e atores envolvidos nesta política. Em 2013, foram contratados 10 lotes de ATER para Mulheres, que beneficiaram 240 grupos produtivos de mulheres e estão distribuídos nos seguintes Territórios da Cidadania: Serão do Apodi - RN, Sertão do Canindé - CE, Médio Mearim - MA, Baixo Jequitinhonha - MG, Carnaubais – PI, Vale do Ribeira – SP, Do Alto Sertão – AL, Sertão do Pajeú – PE, Vale dos Guaribas – PI, Vale do Curu e Aracatiaçu – CE. Em 2012, já havia sido contratados sete projetos de ATER, atendendo 200 grupos produtivos nos seguintes Territórios da Cidadania: Central - RO, Marajó – PA, Irecê – BA, Alto Acre e Capixaba (AC), Baixo Tocantins (PA), Jalapão (TO) e Médio Alto Uruguai (RS).

Quantidade alcançada

440

Data de Referência

31/01/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	320	unidade	0	31/01/2014
Região Nordeste	1.600	unidade	216	31/01/2014
Região Norte	320	unidade	152	31/01/2014
Região Sudeste	480	unidade	48	31/01/2014
Região Sul	480	unidade	24	31/01/2014

- **Atender 70 mil mulheres com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Mulher**

Análise Situacional da Meta

Na safra 2013/2014, a agricultora familiar passou a receber orientação e acompanhamento financeiro. A linha Pronaf Mulher até R$ 30 mil em atividades específicas passou a ser operada pela metodologia do Microcrédito Produtivo Orientado em todo o Brasil. O Plano Safra 2013/2014 definiu ainda que, nos casos de financiamentos destinados às mulheres integrantes das unidades familiares de produção enquadradas em qualquer grupo, a instituição financeira deve priorizar a efetivação da operação nas condições estabelecidas. Ainda não há informações segregadas por público nos bancos de dados disponíveis.

- **Capacitar 200 agentes de crédito para atendimento às demandas e qualificação de oferta de crédito para mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

Em outubro de 2013, o tema das mulheres no crédito foi apresentado e debatido no Fórum do Crédito e do Seguro da Agricultura Familiar, onde foi realizada capacitação sobre a importância do crédito para as mulheres rurais na presença de 42 pessoas, sendo 20 agentes de crédito. Em dezembro, o Seminário Nacional sobre Mulheres Rurais e Crédito, que reuniu movimentos sociais e agentes financeiros, discutiu e buscou propostas para facilitar o acesso das mulheres rurais ao crédito. O Seminário teve como participantes 47 pessoas, dentre as quais sete eram agentes de crédito. Além disso, está em processo de contratação um estudo sobre as mulheres que acessam o PRONAF Mulher, de forma a obter uma avaliação dos limites e dos avanços ao acesso de suas organizações a estas políticas e sobre as necessidades de capacitação dos técnicos que operam as atividades estaduais.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/01/2014

- **Capacitar 200 técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em metodologia de trabalho com as mulheres**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram realizadas capacitações para 38 técnicos e técnicas de entidades executoras de serviços ATER selecionadas e para seis técnicos/as fiscais de contrato, com o objetivo de apresentar a ATER especializada para Mulheres. Também foram capacitados/as na operacionalização do Sistema Informatizado de ATER do MDA – SIATER, apresentando o Manual de Fiscalização de ATER e o Guia de Operacionalização das chamadas de ATER para Mulheres. Em 2012, já haviam sido capacitados 20 técnicos e técnicas de entidades executoras de serviços de ATER.

Quantidade alcançada

64

Data de Referência

31/01/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	20	unidade	0	31/01/2014
Região Nordeste	100	unidade	40	31/01/2014
Região Norte	20	unidade	15	31/01/2014
Região Sudeste	30	unidade	9	31/01/2014
Região Sul	30	unidade	0	31/01/2014

OBJETIVO: 0760 - Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

O principal destaque do objetivo se refere ao lançamento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO 2013-2015, que conta com iniciativas como crédito rural específico para o setor, com recursos no valor de R$7 bilhões; assistência técnica especializada, com recursos da ordem de R$ 750 milhões, com vistas a beneficiar agricultores/as orgânicos e agroecológicos, promover o agroextrativismo sustentável em unidades de conservação e assentamentos da reforma agrária e a Transição para sistemas sustentáveis de produção; o incentivo a aquisição dos mercados institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE) de produtos agroecológicos e orgânicos, com destinação de mais de R$280 milhões.

Também se destacam: destinação de R$ 100 milhões para o fortalecimento de Redes de Agroecologia, de Agroextrativismo e de Produção Orgânica; oferta de R$ 8,4 milhões no fortalecimento da estruturação produtiva de mulheres rurais e R$ 15 milhões para jovens rurais; R$ 150 milhões na aquisição e distribuição de recursos genéticos vegetais e animais, entre eles sementes crioulas, varietais, orgânicas e agroecológicas, pelo PAA; e destinação de R$ 65 milhões em pesquisa e extensão tecnológica.

Com relação ao aumento da participação dos produtos orgânicos e de base ecológica no mercado, destaca-se o projeto: "Fortalecimento da Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista", que foi responsável entre outros, por:

• apoiar a estruturação da Associação Brasileira da Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista –

Plano Mais Brasil

ABRABIO, entidade setorial que objetiva representar o setor e que é formada por 50 organizações da Agricultura Familiar, totalizando 12,5 mil agricultores familiares que conjuntamente comercializam mais de R$ 80 milhões por ano.
• apoiar a participação de 27 organizações da agricultura familiar orgânica e agroecológica nas seguintes feiras e eventos.
• foram selecionadas e diagnosticadas 31 organizações da agricultura familiar orgânica e agroecológica, apoiadas nas ações de qualificação em acesso a mercados nacionais e internacionais, no âmbito do projeto. E, em especial, participaram da Oficina de Definição dos Mercados prioritários para a Agricultura Familiar Orgânica em maio de 2013. Ressalta-se, ainda, as atividades do Núcleo Copa Orgânica e Sustentável, coordenado pela SAF, que estruturou uma campanha deconscientização e consumo dos produtos de origem agroecológica, orgânica e da agrobiodiversidade brasileira por ocasião dos grandes eventos internacionais que o país sediará nos anos vindouros. Foi lançada a campanha de consumo denominada: "Brasil Orgânico e Sustentável" que pretende inserir junto ao segmento de hotelaria, bares e restaurantes a oferta dos referidos produtos como diferencial de qualidade e também como oportunidade para apresentar aos consumidores do Brasil e do Mundo a riqueza e a força da nossa agricultura familiar e da nossa agrobiodiversidade. Com vistas à formalização dos produtores familiares como orgânicos, foram realizadas 14 oficinas de Certificação Participativa ou por Organismos de Controle Social – OCS nos estados e uma oficina nacional, em que participaram 577 multiplicadores pertencentes à cerca de 350 instituições diferentes.

Metas 2012-2015

- **Articular a inserção do conteúdo da Agroecologia na educação formal e informal**

  Análise Situacional da Meta

  No período de 2012/13, no âmbito do Programa de Qualificação Profissional para a Agricultura Familiar, com o apoio do PRONATEC, foram qualificados três mil jovens agricultores familiares; 13 jovens e adultos mil participaram de cursos de formação inicial e continuada e outros quatro mil participaram de cursos de formação de agentes de ater com foco em questões como gestão e agroecologia. Até 2015, estima-se que mais de 100 mil técnicos e agricultores serão qualificados

- **Aumentar a participação dos produtos orgânicos e de base ecológica no mercado**

  Análise Situacional da Meta

  Com o objetivo de aumentar a participação dos agricultores familiares agroecológicos e orgânicos no mercado foi realizado o apoio à participação das organizações da agricultura familiar orgânica e agroecológica nas seguintes feiras e eventos realizados no período:

  • APAS – 29º Congresso e Feiras de Negócios em Supermercados (maio de 2013), onde participaram cinco organizações da agricultura familiar, representando 6 mil famílias agroecológicas ou orgânicas.

  • Natural Tech – 9ª Feira Internacional de Alimentação Saudável, Produtos Naturais e Saúde (junho de 2013), onde participaram 16 organizações da agricultura familiar, representando diretamente 4,8 mil famílias agroecológicas e orgânicas.

  • ABAD – 33ª Convenção Anual do Atacadista Distribuidor (agosto de 2013), onde participaram seis organizações da agricultura familiar, representando diretamente 2.000 famílias agroecológicas e orgânicas.

  Além disso, os programas de aquisição pública dos produtos oriundos da agricultura familiar – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – estimulam a produção agroecológica, orgânica e do agroextrativismo por intermédio da priorização da aquisição e do pagamento de um prêmio de 30% de sobre preço para esses produtos (no caso do PAA). Atualmente esses programas representam os principais mecanismos de fortalecimento das cadeias produtivas da agricultura familiar com ênfase na dinamização do comércio local. Persiste, contudo, o desafio de cadastramento desses agricultores familiares no Cadastro Nacional de Produtos Orgânicos para que se garanta o pagamento do diferencial pela qualidade orgânica.

- **Cadastrar 25.000 agricultores e agricultoras familiares no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG)**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos totalizou 2.410 agricultores familiares na modalidade Organismo de Controle Social – OCS, exclusiva de agricultores familiares.

Quantidade alcançada

2.410

Data de Referência

31/12/2013

- **Consolidar um banco de informações sobre a produção orgânica e de base ecológica no Brasil, com dados desagregados por sexo**

Análise Situacional da Meta

Permaneceram, em 2013, os contatos com o IBGE com relação à necessidade de realização de um estudo sobre o público da Agroecologia e Produção Orgânica e sua produção e comercialização.

- **Elaborar e implementar a Política Nacional de Agroecologia e de Agricultura Orgânica**

Análise Situacional da Meta

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO, que objetiva integrar, articular e adequar as políticas públicas, programas e ações indutores dos sistemas produtivos de base agroecológica e orgânica com vistas a incrementar a oferta de alimentos saudáveis, foi lançada em agosto de 2012. A Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO, instância executiva da referida política, se reuniu, durante o ano de 2013, com o objetivo de formular o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica –PLANAPO que foi concluído e lançado durante a II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – II CNDRSS.

Em 2013, o MDA continuou o apoio a projetos que visam fortalecer a Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista por meio de parcerias, divulgação dos produtos dos agricultores familiares em eventos nacionais e internacionais, e também em espaços do comércio varejista.

- **Garantir o atendimento de 200 pessoas jurídicas com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento a sistemas de produção de base ecológica e orgânica.**

Análise Situacional da Meta

No período 2012/13 foi implantado o projeto: "Fortalecimento da Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista". Esse projeto foi responsável entre outros, por:

- realizar ações de qualificação das organizações da agricultura familiar orgânica e agroecológica em comércio varejista e comércio exterior por ocasião da preparação e participação das Feiras Internacionais Biofach Alemanha 2012 e Expo West na Califórnia – EUA 2012, além da participação na Feira de Supermercados APAS 2012 e 2013; Natural Tech – 9ª Feira Internacional de Alimentação Saudável, Produtos Naturais e Saúde em 2013 e a Feira Nacional da Associação brasileira de Distribuidores – ABAD também em 2013.
- selecionar entre as organizações da agricultura familiar orgânica e agroecológica, 30 empreendimentos para serem apoiados em 2013 nas ações de qualificação em acesso a mercados nacionais e internacionais. Esses empreendimentos foram diagnosticados já em 2012 por meio de visitação in locus e terão suas deficiências e fraquezas enfrentadas pelo projeto nas etapas seguintes por meio de consultoria técnica especializada para essa finalidade.

Em 2013, ainda, foi realizado no âmbito do referido projeto a Oficina de Definição dos Mercados prioritários para os 30 empreendimentos diagnosticados.

Plano Mais Brasil

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15	unidade	1	31/12/2013
Região Nordeste	75	unidade	7	31/12/2013
Região Norte	20	unidade	4	31/12/2013
Região Sudeste	40	unidade	4	31/12/2013
Região Sul	50	unidade	14	31/12/2013

- **Garantir o atendimento de 500.000 famílias com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento para sistemas de produção de base ecológica e orgânica, com a participação de pelo menos 30% de mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foi dada continuidade à prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural específica para os agricultores familiares agroecológicos e orgânicos, por meio das seguintes chamadas públicas:

Chamada de Sustentabilidade - destinada a atender 70.700 agricultores familiares em transição agroecológica ou inseridos na Rota de Sustentabilidade, ou seja, com acesso a tecnologias, conhecimentos e práticas sustentáveis para atividade agrícola;

Chamada de Agroecologia e Produção Orgânica – destinada a atender 55.000 agricultores familiares agroecológicos e orgânicos

Chamada para Jovens Agroecológicos e Orgânicos – destinada a atender 11.000 jovens agricultores agroecológicos e orgânicos;

Chamada para Mulheres Agroecológicas e Orgânicas - destinada a atender 4.000 mulheres agricultoras agroecológicas e orgânicas.

Foi disponibilizado para a Safra 2013/14 um total de R$ 100 milhões para crédito de investimento e custeio para agricultores familiares de base agroecológica, orgânica ou agroextrativistas, recurso suficiente para atender 70 mil unidades produtivas de agricultura familiar.

Devido a correções efetuadas no cômputo das chamadas, chegamos a um público de 158.860 que começaram a ser atendidos em 2013, com perspectivas de aumento, a partir do disponibilizado para a safra 2013/14, que deverão atender cerca de 70 mil unidades produtivas da agricultura familiar.

Quantidade alcançada

158.860

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	25.000	unidade	16.060	31/12/2013
Região Nordeste	50.000	unidade	55.550	31/12/2013
Região Norte	250.000	unidade	8.610	31/12/2013
Região Sudeste	75.000	unidade	21.730	31/12/2013
Região Sul	100.000	unidade	56.910	31/12/2013

OBJETIVO: 0761 - Promover e garantir o espaço das políticas públicas da agricultura familiar e reforma agrária por meio do fortalecimento do processo de integração regional, cooperação internacional e participação nas negociações internacionais e de comércio exterior envolvendo o país.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

A Assessoria para Assuntos Internacionais e de Promoção Comercial (AIPC) atuou: i) na coordenação da Seção Nacional Brasileira da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL (REAF MERCOSUL); ii) integrando a execução da agenda de cooperação internacional do governo brasileiro nas áreas de agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional; iii) participando da politica de comércio exterior formulada e executada pela Câmara Brasileira de Comércio Exterior (CAMEX), a qual o MDA integra.

Metas 2012-2015

- **Promover negociações internacionais e de comércio exterior, projetos de cooperação técnica e propostas de regulamentos do Mercosul que fortaleçam o espaço das políticas públicas da agricultura familiar, reforma agrária e de povos e comunidades tradicionais**

Análise Situacional da Meta

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Por iniciativa do MDA, a Resolução nº 22 do Conselho de Ministros da Camex, de 28/03/2013, criou o GT para Análise, Seleção e Acompanhamento do Programa Mais Alimentos Internacional (GT Mais Alimentos), que reúne representantes de todos os órgãos envolvidos no Programa Mais Alimentos Internacional (PMAI). Os trabalhos do GT Mais Alimentos já mostram resultados, sendo as principais: maior velocidade na articulação interministerial e na tomada de decisões; aprovação de um fluxograma conjunto do processo e padronização de documentos.

Também foi alterada a metodologia de precificação e participação das empresas no PMAI com a publicação da Portaria nº 65, de 05/08/13. Essa alteração visa a facilitar a negociação entre o país beneficiário da cooperação com o setor industrial e, assim, tornar o processo mais ágil.

Por fim, foram realizadas as seguintes atividades de cooperação técnica:

I Oficina Internacional de Governança Fundiária (SRA/MDA e AIPC), em BSB, 15-17/04/13;
III Módulo do Programa Regional do MERCOSUL de "Intercâmbio de Experiências sobre modelos de Gestão de Políticas de Compras Públicas da AF", por meio de financiamento da ABC") (MDV, Uruguai, 24-27/06/13); Curso Internacional para os países da Comunidade do Caribe - CARICOM. "Políticas Públicas Voltadas para a AF e a Segurança Alimentar e Nutricional",(BSB, 24-28/06/13);
I Missão de cooperação técnica no Estado Plurinacional da Bolívia para prestação de assistência técnica para o Ministério de Desenvolvimento Rural e Terras – MDRyT, na implementação do Registro Único da AF da Bolívia em coordenação com a FAO (Bolívia, La Paz, 20-22/05/13);
II Missão de cooperação técnica no Estado Plurinacional da Bolívia para prestação de assistência técnica para o Ministério de Desenvolvimento Rural e Terras – MDRyT, na implementação do Registro Único da AF da Bolívia, em coordenação com a FAO (Bolívia, La Paz, 5-19/08/13).

INTEGRAÇÃO REGIONAL

Durante o 1° semestre de 2013, no escopo das atividades da equipe de Integração Regional e no âmbito da REAF MERCOSUL, foram realizadas duas reuniões da Seção Nacional Brasileira: XXXVI SNB, nos dias 21 e 22 de março e XXXVII SNB, no período 08, 09 e 10 de maio) e a XIX REAF na cidade de Atlântida, no Uruguai (27- 30/05/13). Além disso, foram realizadas as seguintes atividades:

III Curso de Formação de Jovens Rurais (Canelones, Uruguai, 20-28/05/13);
III Módulo do Programa Regional do MERCOSUL de "Intercambio de Experiências sobre modelos de Gestão de

Plano Mais Brasil

Políticas de Compras Públicas da AF", por meio de financiamento da ABC (MVD, Uruguai, 24-27/06/13);

Curso de capacitação para atores institucionais do MERCOSUL: princípios, conceitos e práticas do processo de Integração Regional e processo de Negociação MERCOSUL/UE em parceria com o Centro de Formação para a Integração Regional (CEFIR). (MVD, Uruguai, 22/04 a 07/06/13).

NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS

Com o apoio do MDA, foi aprovada em fevereiro de 2013 na CAMEX a Resolução nº 02, de 05/02/2013, que prorroga o direito antidumping definitivo, por um prazo de até cinco anos, aplicados às importações brasileiras de leite em pó, integral ou desnatado, não fracionado, originárias da Nova Zelândia e União Européia. Esta medida contribui para a defesa comercial do setor lácteo nacional contra a concorrência desleal e predatória praticada pelo país e bloco investigados.

O MDA também atuou para a prorrogação da elevação da alíquota da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul para 11 linhas tarifárias de produtos lácteos e três de pêssegos em calda. Da mesma forma, estas medidas contribuem para a proteção dos determinados setores contra a concorrência internacional desleal, e foram aplicadas pelas Decisões CMC nº 38/12 e 39/12.

Por fim, o MDA acompanhou a Negociação do Acordo de Associação Birregional Mercosul – União Europeia, acompanhando reuniões intragovernamentais e intrarregionais sobre o tema, assim como determinando as sensibilidades da agricultura familiar no âmbito das Ofertas em Acesso à Mercados (bens), de Compras Governamentais e de Serviços e Investimentos.

PROMOÇÃO COMERCIAL

Foram realizadas e/ou apoiadas as seguintes ações de promoção e capacitação comercial:

Participação de quatro cooperativas de agricultura familiar nas seguintes feiras, em Johanesburgo, África do Sul, no período de 20/06 a 02/07 de 2013: Southern African International Trade Exhibition - SAITEX 2013 e Africa's Big Seven 2013.

Parceria junto com o MAPA e com a Associação de Médios e Pequenos Produtores de Lácteos, para realização de Missão Pampa - visitas técnicas a fazendas e indústrias de leite na Argentina e no Uruguai. Participaram 11 cooperativas de agricultura familiar, no período de 12-18/05/2013.

Participação de 9 empreendimentos familiares nas rodadas de negócios internacionais na Feira de Negócios em Supermercados da Associação Paulista de Supermercados (APAS), no período de 06-9/05/2013.

PROGRAMA: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área de pastagens degradadas recuperadas pelo programa ABC	ha	01/01/2011	0	31/12/2013	608.400
Área plantada com grãos	ha	31/10/2010	47.415.700	31/12/2013	53.870.000
Disponibilidade de calorias per capita provenientes de produtos agropecuários brasileiros	kcal/hab.dia	31/12/2010	3.148	31/12/2013	3.495
Evolução da área sob utilização de sistemas sustentáveis de produção (Agricultura Orgânica + Plantio Direto)	%	01/01/2011	40	31/12/2013	43,58
Evolução da produção de carnes	%	30/06/2010	2,83	31/12/2013	2,58
Evolução da produção nacional de grãos	%	31/12/2010	10,45	31/12/2013	12,45
Participação das exportações agropecuárias brasileiras no comércio internacional	%	31/12/2009	5,04	31/12/2013	5,65
Percentual de área coberta pelo seguro rural subvencionado	%	31/12/2010	7,83	31/12/2013	13,88
Produção nacional de grãos	tonelada	31/10/2010	149.254.900	31/12/2013	186.864.100
Produção total de energia a partir de biomassa agropecuária	milhões de tep	31/12/2009	79	31/12/2013	-
Taxa de desfrute de bovinos e bubalinos	%	31/12/2010	13,19	31/12/2013	11,45
Taxa de produção apoiada pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e por mecanismos de comercialização	%	31/12/2010	11,35	31/12/2013	6,41
Taxa de variação anual da produção de produtos não alimentares e não energéticos	%	31/12/2010	3,67	31/12/2013	3,83
Taxa de variação anual das exportações de produtos do setor agropecuário	%	31/12/2010	10	31/12/2013	2,32
Taxa média dos juros reais de financiamento da safra	%	31/12/2010	3,37	31/12/2013	1,73
Volume de grãos exportados pelos portos do Arco Norte	milhões de toneladas	31/12/2010	4,68	31/12/2013	7,77

Observações:
Produção total de energia a partir de biomassa agropecuária - Valor não apurado

OBJETIVO: 0350 - Utilizar os mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e Aperfeiçoar a geração e a disseminação de dados sobre safras, preços, custo de produção e abastecimento de produtos e insumos agropecuários para subsidiar a formulação de políticas públicas visando a garantia do abastecimento interno, a geração de divisas cambiais e renda aos produtores rurais.

Plano Mais Brasil

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A implementação dos mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários é demarcada pela necessidade de intervenção no mercado, com o objetivo de manutenção da renda do setor. Na esfera da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), cabe à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) sua execução, mediante a operacionalização de instrumentos de intervenção oficial no comércio de produtos agrícolas, o que exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo ao alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, internas e externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção. Tendo como público-alvo os produtores rurais, as cooperativas, as associações e grupos de agricultores, são efetuadas aquisições pelo governo federal (AGF) ou lançados Contratos de Opção de Venda, que representam uma promessa de compra futura, quando as cotações de preços dos produtos no mercado apresentam-se inferiores às fixadas para os preços mínimos oficiais. Alternativamente, ao invés de realizar aquisições, são lançados instrumentos de subvenção econômica (PEP) ou prêmios equalizadores para escoamento dos produtos agrícolas (PEPRO) que, da mesma forma, garantem a remuneração aos produtores.

Os instrumentos mencionados estão à disposição do governo federal, que os aciona nos momentos em que é preciso uma ação pública para sustentar os preços e a renda dos produtores rurais. A garantia de uma comercialização com preços remuneradores é um dos elementos essenciais, juntamente com a oferta de crédito rural, para assegurar a saúde financeira dos agricultores e proporcionar as condições para a consecução de safras abundantes.

Entretanto, o momento e a intensidade de atuação estão vinculados às condições de comercialização da safra de cada um dos produtos básicos de alimentação e das matérias-primas agrícolas amparadas. Em geral, em anos de grandes safras, tais instrumentos têm um papel mais importante para regularizar os preços do que em anos de safras curtas.

No ano de 2013 ficou evidente, a partir do 2º trimestre, que era necessário acionar os mecanismos de sustentação de preços do milho, em especial no estado de Mato Grosso, em decorrência do grande volume da colheita desse cereal na 2ª safra, e também para o café, a partir de setembro, em face das perspectivas baixistas de preços, nos principais estados produtores. Para produtos como o arroz, o trigo, o algodão e o feijão, que são clientes frequentes das políticas oficiais, as condições de oferta e demanda de seus mercados dispensaram qualquer tipo de intervenção oficial.

No caso do milho, foram disponibilizados aos produtores três tipos de instrumentos de sustentação de preços: Aquisição do Governo Federal (AGF); Contratos de Opção de Venda e o Prêmio Equalizador ao Produtor Rural (PEPRO). O total das operações realizadas atingiram 11,6 milhões de toneladas, sendo 645 mil toneladas adquiridas em AGF, cerca de 9 milhões de toneladas amparadas pelas subvenções oferecidas pelo PEPRO e aproximadamente 2 milhões de toneladas arrematadas nos leilões dos Contratos de Opção. Em termos de participação estadual, o estado de Mato Grosso foi alvo de 95% das ações, Mato Grosso do Sul quase 3% e Goiás, 2%. As estatísticas de preços mostram que a combinação dessas ações, que atingiram 25% do total colhido na 2ª safra de milho, teve o efeito de sustentar os preços de comércio acima dos mínimos oficiais, para todos os produtores, e atendeu ao propósito da política oficial.

Para o café em grãos, foi ofertado um total de 30.000 contratos de 100 sacas de 60 kg, perfazendo um total de 180.000 toneladas do produto, equivalentes a 3,0 milhões de sacas. Com esse mecanismo (Contratos de Opção), os arrematantes dos leilões, que somaram 155,6 mil toneladas, adquiriram o direito de fechar a operação de venda com a política oficial e receber o preço de exercício pactuado de R$ 343,00 por saca de 60 kg.

Para balizar a forma, o momento adequado e a intensidade da intervenção oficial, a Conab se utiliza de seu acervo de informações sobre a dimensão da safra, dos estoques, do comércio internacional e dos níveis de consumo doméstico dos produtos amparados e, também, da rede armazenadora disponível. Da mesma forma, possui especialistas que acompanham o comportamento dos mercados desses produtos e efetua um monitoramento contínuo da situação do abastecimento público. Para cumprir esse mister, atualiza e disponibiliza dados sobre o balanço da oferta e demanda dos principais produtos da pauta da PGPM, publica regularmente análises de conjuntura dos mercados agrícolas e mantém uma forte interação com os representantes dos setores de produção e comercialização dos produtos agropecuários. O conjunto das informações coletadas e processadas, como o acompanhamento das safras, os custos de produção e os

preços praticados pelos mercados para os principais produtos, estão disponíveis no endereço eletrônico da Conab. Parceiros estatais e não estatais participam da coleta de dados, assim como diversos segmentos interessados têm acesso à informação, de maneira democrática. Nas pesquisas de comportamento das safras, implementadas de forma regionalizada, são levantados dados de área plantada, produção estimada, produtividade média das culturas e sua evolução desde o preparo do solo à colheita, pacote tecnológico utilizado pelos produtores, influência climática, dentre outros. Os dados das safras são o ponto de partida das análises sobre o abastecimento público e a qualidade dessas informações é um objetivo permanente da empresa, traduzido, por exemplo, pelo recente esforço na implantação da nova metodologia de coleta e tratamento de informações.

Todos os anos, são elaborados estudos e apresentadas propostas para preços mínimos relativos às safras de verão e de inverno, ocorrendo no período que antecede o plantio. A proposta final apresentada pela Conab em 2013, para 40 produtos, foi integralmente aprovada, compondo o Plano Agrícola e Pecuário Safra 2013-2014.

A guarda e a conservação dos estoques de produtos passados à propriedade do Governo Federal são realizadas por empresas armazenadoras públicas ou privadas, mediante a formalização de contratos de depósitos com a Conab, que fiscaliza regularmente as condições dos produtos, de modo a garantir suas condições fitossanitárias para sua reposição ao mercado nos momentos em que é requerida a complementação da oferta privada desses produtos. Para monitorar a capacidade nacional de estocagem de produtos, especialmente de grãos, a Conab administra o cadastro nacional de unidades armazenadoras, realizando o levantamento das informações e atualizando o banco de dados dos armazéns do país. Pelo censo das unidades armazenadoras são identificados os espaços para armazenamento, permitindo acompanhar o índice de disponibilidade de armazenagem em âmbito nacional, o qual, em 2013, mostrou-se inferior ao apurado no final de 2012.

A Conab dispõe de uma rede própria de armazéns, boa parte em áreas não atendidas pela iniciativa privada, que representam um complemento às unidades privadas e respondem por mais de 98% dos espaços disponíveis no país. Em 2013, por ocasião da divulgação do Plano Agrícola e Pecuário 2013/3014, foi lançado o Plano Nacional de Armazenagem, com o objetivo de ampliar e modernizar a rede armazenadora, visando ao aumento da capacidade estática de armazenagem privada e pública e, ainda, acompanhar o crescimento da produção agrícola. O Governo Federal destinou recursos da ordem de R$ 500 milhões de reais, sendo R$ 350 milhões para a construção de 10 novas unidades e R$ 150 milhões para reformar e modernizar as já existentes. Com essa medida, e contando com a parceria estabelecida com o Banco do Brasil, a Companhia almeja evoluir de 2.319 para 2.976 mil toneladas, ampliando a capacidade de atendimento aos programas sociais do governo e de intervenção no mercado.

Em determinadas situações, objetivando atender programas oficiais específicos, o Governo Federal precisa reposicionar os estoques públicos para viabilizar o atendimento do público-alvo. Em 2013, foram contratadas remoções de 303.465 toneladas, sendo 205.781t de milho em grãos, cerca de 67,81% do total efetivado, destinado a atender o Programa Venda em Balcão. Tais operações foram balizadas por estudos que abordaram a logística de escoamento desses produtos.

Metas 2012-2015

- **Atualizar mensalmente os quadros de oferta e demanda dos principais produtos da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)**

Análise Situacional da Meta

Para acompanhar o funcionamento dos mercados e monitorar a situação do abastecimento público, agregando às informações sobre safras e estoques, a Conab atualiza e disponibiliza o balanço da oferta e demanda dos principais produtos da pauta da PGPM. Está sendo atualizado e informado, na página eletrônica da Conab e na Revista Indicadores da Agropecuária, o balanço da oferta e demanda brasileira de 8 produtos da pauta (algodão em pluma, arroz em casca , feijão, milho, soja em grãos, farelo de soja, óleo de soja e trigo). O quadro da oferta e demanda, por produto, contempla os dados referentes a estoque inicial, produção, importação, suprimento, consumo, exportação e estoque final. Com base nesses dados, são elaboradas análises de mercado e conjunturas agrícolas, que auxiliam na formulação de políticas públicas de abastecimento. A Conab tem buscado sempre assegurar a qualidade da informação, por meio de metodologias que geram informações isentas e atualizadas assim como conhecimento consistente e

Plano Mais Brasil

confiável.

- **Elaborar nova metodologia de coleta, tratamento e disseminação de informações agrícolas e de abastecimento**

Análise Situacional da Meta

O processo de elaboração de uma nova metodologia de coleta de preços, que teve início em 2012, culminou com o desenvolvimento do aplicativo para divulgação de preços, em nível de produtor e atacado, de cerca de 120 produtos, disponibilizados na página eletrônica da Conab, em 2013, contribuindo assim para a democratização do acesso à informação e ao conhecimento de diversos segmentos e por diferentes meios de comunicação. Quanto às informações sobre safras, em decorrência do continuado crescimento da produção agrícola, tem sido necessária a utilização de técnicas mais apuradas para acompanhar sua evolução. Para tanto, a Companhia vem adicionando mais tecnologias, como o monitoramento da safra por imagens de satélites e dados meteorológicos. Esse processo permite qualificar as estimativas de área e produtividade, incluir novas parcerias como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA) e Universidades e, ainda, fortalecer relações institucionais com as parcerias existentes. Essa meta trata de processos de aperfeiçoamentos contínuos, intensificados em 2013.

- **Elevar a abrangência da amostra de 70% para 90% dos municípios com produção relevante, nas pesquisas de safra para levantamento da produção de grãos**

Análise Situacional da Meta

O número de municípios contemplados pela amostra da pesquisa de safra, atualmente, é de 644, ou seja, 88% do número de municípios com produção representativa de grãos. Novos roteiros de levantamento de safra 2013/2014 foram inseridos para que a amostra fosse mais representativa, notadamente o norte de Mato Grosso e as novas áreas de fronteira agrícola, como o sul do Piauí e Maranhão, Tocantins e o oeste da Bahia.

Quantidade alcançada

88

Data de Referência

31/12/2013

- **Elevar a capacidade estática de armazenagem da rede própria da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) de 2.148,0 para 3.100 mil toneladas**

Análise Situacional da Meta

A rede armazenadora própria atual está composta por 181 armazéns, agrupados em 99 Unidades Armazenadoras, distribuídas em 26 estados da Federação e no Distrito Federal. Em 2013, houve um pequeno acréscimo (2,89%) da capacidade estática na comparação com os dados apresentados para 2012 no Relatório de Avaliação Anual do PPA (2.254.323 toneladas); assim, a capacidade estática de armazenagem chegou a 2.319.620 toneladas.

Foi realizada, no entanto, uma reavaliação dos dados existentes no Sistema Nacional de Cadastro das Unidades Armazenadoras da Conab quanto à capacidade da rede própria da Companhia, abrangendo todos os armazéns (convencional, granel e frigorífico), tendo sido detectadas inconsistências e providenciada a correção. Também foram realizados estudos e apresentadas propostas para a desativação/encerramento de algumas unidades armazenadoras, em decorrência de má localização, baixo índice de ocupação, desempenho econômico e financeiro deficitário, dentre outros. O Plano Nacional de Armazenagem prevê investimentos, no biênio 2014/2015, de R$500 milhões para ampliar a capacidade estática da rede própria da Companhia, que poderá atingir 2.976 mil toneladas.

Quantidade alcançada

2.319.620

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	534.400	TON	651.900	31/12/2013
Região Nordeste	477.300	TON	271.080	31/12/2013

Região Norte	233.900	TON	92.940	31/12/2013
Região Sudeste	909.300	TON	704.100	31/12/2013
Região Sul	637.600	TON	599.600	31/12/2013

- **Elevar o índice de disponibilidade de armazenagem de 0,85 para 1,2 da produção agropecuária nacional**

Análise Situacional da Meta

A capacidade estática da rede de armazéns disponíveis, em âmbito nacional, foi de 145.485,5 mil toneladas e a produção nacional de grãos safra 2012/2013 atingiu 186.864,1 mil toneladas, o que equivale ao índice de disponibilidade de armazenagem de 78% em 2013, denotando um decréscimo no índice apresentado em dez/2012, que correspondeu a 86%. No período de 2012 e 2013, a produção de grãos cresceu 12% enquanto a capacidade estática disponível evoluiu 2%. Isso exigirá uma compatibilização da expansão da capacidade armazenadora com o aumento do quantitativo de grãos produzidos no país, visando à redução do déficit de armazenagem e ao atendimento da demanda por armazenagem no local da produção agrícola, em regiões prioritárias e de fronteiras agrícolas, em consonância com o Plano Nacional de Armazenagem.

O referido Plano tem dois eixos: a) ampliação da rede armazenadora privada, beneficiando produtores e cooperativas, via financiamento público, com a criação de linha de crédito de R$ 25 bilhões, durante 5 anos, distribuídos em 5 parcelas de R$5 bilhões ao ano a partir de 2014, para a construção de armazéns. A taxa de financiamento é de 3,5% ao ano e o período de financiamento é de 15 anos, sendo 3 anos de carência e 12 anos de pagamento. Essa ação poderá agregar aproximadamente 13 milhões de toneladas de capacidade estática ao ano, totalizando 65 milhões de toneladas de capacidade estática ao final dos 5 anos; b) a ampliação da rede da Conab, com recursos previstos de R$500 milhões, sendo R$350 milhões para construção de 10 novas unidades em regiões prioritárias e de fronteira agrícola do país e R$150 milhões para reformar, modernizar e ampliar 80 armazéns da rede. Com a conclusão das obras programadas, a capacidade estática do setor público federal evoluirá das atuais 2,32 para 2,98 milhões de toneladas, ampliando a possibilidade de atendimento aos programas sociais do Governo e de intervenção no mercado. Em 2014, serão destinados recursos orçamentários da ordem de R$ 226 milhões a serem aplicados na reforma e modernização de 54 armazéns já existentes e na construção de 4 novas unidades (Xanxerê/SC, Luís Eduardo Magalhães/BA, Itaqui/MA e Anápolis/GO) e, para 2015, serão realizados investimentos de R$ 274 milhões na reforma e modernização de mais 26 armazéns já existentes e também na construção de 6 novos (Quixadá/CE, Viana/ES, Campina Grande/PB, Petrolina/PE, Eliseu Martins/PI e Estrela/RS). A ação para a rede pública federal de armazenagem, gerida pela Conab, está sendo executada por meio da lei nº 12.873, de 24/10/2013, que autorizou a Conab a contratar o Banco do Brasil (BB) ou suas subsidiárias para atuar na gestão e na fiscalização de obras e serviços de engenharia relacionados às atividades anteriormente citadas, tendo sido repassados R$ 450mil ao BB, em dezembro de 2013, para a contratação de empresas visando à elaboração dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA.

Quantidade alcançada

0,78

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0600 - Ampliar a infraestrutura, disponibilizar on-line séries históricas das informações meteorológicas e climáticas e incentivar, por meio do desenvolvimento de produtos e aplicações especiais e da interação direta entre meteorologistas e usuários, a utilização desses dados nos processos de planejamento e de tomada de decisão dos setores público e privado.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A modernização da Rede de Observação Meteorológica permite o aumento quantitativo de dados meteorológicos coletados, que melhora a qualidade e a acuidade das previsões de tempo e clima. A ampliação da capacidade de

monitoramento da atmosfera propicia melhores condições para o planejamento de ações e tomada de decisão governamental, visando à proteção e salvaguarda de vidas, além da orientação à agricultura e ao agronegócio, por meio da disseminação antecipada de alertas e avisos de eventos meteorológicos severos. Além disso, o monitoramento climático e a disseminação de informações meteorológicas precisas constituem-se em ferramentas essenciais para a preservação do meio ambiente e adaptação a eventos climáticos.

A ampliação da infraestrutura de observação meteorológica está em curso, ancorada em dois processos independentes de aquisições de estações meteorológicas, que preveem a aquisição de 200 novas estações.

A primeira atividade, visando à aquisição de 100 novas estações meteorológicas, teve início em 2012, por meio de Programa de Cooperação Técnica com a Organização Meteorológico Mundial (OMM). Os processos administrativos da OMM adiaram a conclusão da aquisição das estações meteorológicas automáticas. A OMM realizou licitação internacional em dezembro de 2013 e o processo licitatório se encerrará em janeiro de 2014. Uma vez que se efetive o processo, a empresa vencedora iniciará o processo de fabricação e entregará, ao longo de 2014, dois lotes de 50 estações meteorológicas automáticas (perfazendo o total de 100 equipamentos), que serão então instaladas.

Em 2013, iniciou-se outro processo de aquisição de estações meteorológicas. Essa aquisição será realizada por meio de acordo entre o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e a OMM. O recurso disponível foi transferido para o Programa de Cooperação Internacional e deverá balizar novo processo de aquisição de mais 100 estações automáticas pelo organismo internacional em 2014.

Em relação à instalação das estações automáticas, foi iniciado o levantamento das áreas adequadas para localização desse tipo de equipamento, garantindo a segurança dos instrumentos e a qualidade da informação da rede meteorológica automática do INMET. Destaca-se, ainda, a modernização de 91% das estações de radiossondagem da rede de observação de altitude (8 foram adquiridas pelo INMET e 2 foram cedidas pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA).

Considerando a importância da divulgação das informações meteorológicas e climáticas, o novo portal do INMET (www.inmet.gov.br/portal/) está em operação desde maio de 2012 e teve 3.502.325 visitas (de 01/05/2012 a 31/12/2013). Por meio dele, o cidadão tem acesso aos dados meteorológicos atualizados e aos históricos, bem como à previsão de tempo e aos avisos de tempo severo. Estão disponíveis no portal, para acesso pelo cidadão, os seguintes produtos:

- Banco de Dados Meteorológicos (BDMEP), disponível no endereço http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=bdmep/bdmep, com 20943 assinantes cadastrados até 31/12/2013. Entre janeiro/2012 e dezembro/2013, foram realizadas 292.652 consultas a seus dados;
- Aplicativo desenvolvido por encomenda do Ministério do Meio Ambiente, disponível no endereço http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=clima/mma, com o propósito de fornecer informações climáticas para a execução de aterros sanitários de pequeno porte;
- Aplicativo INMET – Tempo e Clima, para telefones celulares, desenvolvido com apoio da FUNCEME (Fundação Cearense de Meteorologia) e disponibilizado no portal para que os cidadãos acessem as informações pelo sistema telefônico móvel;
- Resultados do modelo estatístico de previsão climática sazonal do INMET, bem como boletins de previsão de tempo, que passaram a ter 5 dias de validade sendo que, nos 2 primeiros dias, a previsão é oferecida por período, de forma que o cidadão tenha uma informação mais clara e acessível;
- Aplicativo para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que utiliza informações climáticas para estimar as perdas de produtividade decorrentes de déficit hídrico, em apoio ao Seguro Garantia Safra, voltado à agricultura familiar no semiárido.

A recuperação dos dados históricos armazenados em papel e sua conversão para o formato digital estão se desenvolvendo dentro da normalidade, com o cumprimento das atividades agendadas, tendo-se executado 76,6% da meta do objetivo.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a rede de estações meteorológicas automáticas de superfície de 465 para 965 estações**

Análise Situacional da Meta

A aquisição de novas estações meteorológicas, iniciada em 2012 com o apoio de Programa de Cooperação Técnica com a Organização Meteorológica Mundial (OMM), teve de superar diversos obstáculos para atender os requisitos operacionais da Organização para o processo de compra. Superado os problemas a documentação técnica foi elaborada pelo INMET e adequada por técnicos da OMM, com a licitação sendo realizada em dezembro de 2013 e devendo se encerrar o processo licitatório no primeiro semestre de 2014. A empresa vencedora deverá entregar, ao longo de 2014, dois lotes de 50 estações meteorológicas automáticas (perfazendo o total de 100 equipamentos.

O processo de aquisição de outras 100 estações foi afetado pela indisponibilidade dos recursos até outubro de 2013. Inicialmente, planejou-se aquisição feita junto a representantes de empresas internacionais no país, mas, consulta realizada com órgãos estaduais mostrou que essa aquisição seria muito difícil pela quantidade de empresas sem tradição na área, que oferecem equipamentos de baixa qualidade, o que leva a uma demorada seleção. Em vista disso, planejou-se a realização de licitação internacional, mas o pouco tempo não permitiu o desenvolvimento desse processo. Levantamento realizado mostrou que os recursos disponíveis seriam suficientes para a aquisição de apenas 40 estações, pois os impostos elevam consideravelmente o custo do equipamento importado. Tentou-se a aquisição direta, baseada no princípio da padronização de equipamentos, de forma a garantir a homogeneidade de equipamentos, processos de manutenção e aquisição de sobressalentes. Entretanto, foram verificadas restrições de ordem jurídica. Por fim, após acerto do INMET com a OMM, o recurso disponível foi transferido para o Programa de Cooperação Internacional e deverá balizar novo processo de aquisição de mais 100 estações automáticas pelo organismo internacional em 2014. Paralelamente ao processo de aquisição do primeiro lote de 100 estações meteorológicas automáticas, teve início em outubro de 2013 o levantamento de áreas seguras que possam receber esse tipo de equipamento.

Foram adquiridos 8 equipamentos de radiossondagem, visando a substituição e a modernização dos sistemas em uso, que foram instalados nas seguintes localidades: Fortaleza; Salvador; Bom Jesus da Lapa; Recife; Petrolina; Floriano; Carolina e Caravelas. As equipes de observadores foram treinadas durante a instalação e os novos equipamentos já estão coletando e disseminando os dados de altitude, que são imprescindíveis para a segurança da navegação aérea e para a alimentação de modelos numéricos de previsão de tempo. As estações de radiossondagem de Cuiabá e Confins, operadas em conjunto pelo INMET e a Força Aérea Brasileira, foram modernizadas pelo DECEA (Departamento de Controle do Espaço Aéreo).

Quantidade alcançada

484

Data de Referência

31/12/2013

- **Digitalizar o acervo de 4,5 milhões de documentos de registro de dados disponíveis apenas em papel**

Análise Situacional da Meta

Em relação ao processo de preservação de documentos e recuperação de dados históricos, estão sendo desenvolvidas diversas atividades. Uma empresa especializada na conversão de documentos em papel para o formato digital foi contratada por meio de procedimento licitatório. O processamento da informação digital foi iniciado com a digitação de 102.136 páginas de cadernetas (documento de registro mensal das informações meteorológicas coletadas nas estações climatológicas principais e auxiliares do INMET). Desse montante de páginas digitadas, 56.916 páginas estão em processo de crítica para homologação da informação e migração para o Banco de Dados.

A primeira fase da meta foi realizada em 2012, quando 3.315.677 documentos foram higienizados, classificados, separados, arquivados e digitalizados. Está em curso a realização da 2ª fase, em que os documentos estão em processo de digitação, de forma a integrar novos dados meteorológicos ao Banco de Dados Meteorológicos do INMET.

Em 2013, o total de documentos resgatados foi de 3.446.205 (76,5% da meta) e aproximadamente 26.000.000 de

Plano Mais Brasil

informações foram recebidos pela base de dados. Também em 2013, foi realizada licitação de empresa de engenharia para a construção de novo prédio que abrigue o acervo histórico de documentos em papel. A construção do Arquivo Histórico permitirá que o acervo de documentos esteja concentrado apenas em um local (campus do INMET em Brasília) e garantirá que os documentos sejam preservados, conforme preconizado pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

Quantidade alcançada

3.446.205

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0601 - Prover mecanismos de prevenção ao risco, de modo a minimizar seus efeitos na atividade agropecuária.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A atividade rural está sujeita a um conjunto de fatores de risco que foge ao domínio dos produtores, sendo os mais relevantes os decorrentes de fenômenos climáticos adversos e da incidência de pragas e doenças, com reflexos negativos na produtividade das culturas. Esse Objetivo visa mitigar fatores de risco, por meio de instrumentos como a subvenção ao prêmio do seguro rural e as orientações do zoneamento agrícola de risco climático, proporcionando assim, uma estabilização da renda dos produtores rurais ao longo dos anos.

Durante os anos de 2012 e 2013, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) participaram de reuniões e seminários em diversas regiões do país, com o objetivo de promover o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). O reflexo dessa iniciativa foi a entrada de mais duas empresas seguradoras no Programa, aumentando para nove o número de empresas habilitadas, sem contar o destaque cada vez maior do seguro rural na mídia e dentro do próprio Governo Federal. Conforme o Plano Agrícola e Pecuário 2013-2014, foram destinados R$ 700 milhões para custear o pagamento da subvenção econômica ao prêmio do seguro rural na safra 2013/2014.

Paralelamente ao crescente volume de recursos destinados ao PSR ao longo dos anos, o MAPA vem desenvolvendo estudos com o intuito de aprimorar o Programa de Subvenção, como a definição de um nível mínimo de cobertura da produtividade das culturas seguradas e a alocação dos recursos do PSR por atividades, ao invés de seguradoras, que passam a receber quantias igualitárias de subvenção, eliminando o sistema de quotas e proporcionando igualdade de condições entre as empresas que operam com o PSR.

Quanto à regulamentação do Fundo de Catástrofe do Seguro Rural (FCSR) de que trata a Lei Complementar n.º 137, de 2010, o Ministério da Fazenda elaborou uma proposta para a implantação do Fundo, cujo modelo está pronto desde o fim de 2012. Entretanto, por conta das alterações do PSR, ocorridas durante este ano, interrompeu-se o encaminhamento para poder avaliar o modelo proposto à luz das alterações.

Em relação ao desenvolvimento de novos mecanismos de prevenção aos riscos da atividade agropecuária e operacionalização do Sistema Observação e Monitoramento da Agricultura no Brasil (SOMABRASIL), sob a responsabilidade da EMBRAPA/CNPM, transcorreu normalmente, cumprindo os cronogramas físico e financeiro previstos. Foram gerados três relatórios sobre a execução, sendo que o montante de recursos disponibilizados e empenhados foram suficientes para levar a cabo o projeto em 2013. O SOMABRASIL irá contribuir para dar agilidade no manuseio de informações oriundas dos estudos de zoneamento e do PSR, o que facilitará sobremaneira o cruzamento de estatísticas e geração de relatórios técnicos.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a área coberta pelo seguro rural de 6,7 milhões para 12 milhões de hectares**

  Análise Situacional da Meta

  Os dados obtidos referem-se ao desempenho do Prêmio do Seguro Rural (PSR) no exercício de 2013. Portanto,

contemplam apólices com subvenção ao prêmio do seguro rural com data de 01/01/2013 até 31/12/2013, mesmo que algumas operações tenham sido submetidas ao MAPA somente no início de 2014, conforme acordado entre o Ministério e as seguradoras.

Finalizado o exercício, houve a cobertura securitária de 9.603.450 hectares, maior valor alcançado desde o início do PSR, em 2005, e 83% superior ao obtido em 2012, de 5,24 milhões de hectares. O citado valor indica que a meta de 12 milhões de hectares provavelmente será atingida até o final do PPA, ou seja, em 2015. Quanto à regionalização, destaque para as Regiões Nordeste e Norte, que alcançaram 0,62 e 0,1 milhão de hectares segurados, respectivamente, atingindo, já em 2013, as metas estipuladas para 2015. A Região Sudeste ficou muito próxima da meta de 2015, alcançando 1,66 milhão de hectares, contra 1,7 de meta estabelecida. A Região Centro-Oeste também se aproximou de sua meta de área segurada, atingindo 2,62 milhões de hectares para uma meta de 2,9 milhões, indicando que esse índice provavelmente será alcançado até 2015. A exceção ficou por conta da Região Sul, que obteve 4,6 milhões de hectares segurados frente a uma meta de 6,9 milhões de hectares, porém, com boas chances de também atingir sua meta até o fim do PPA.

Quantidade alcançada

9,6

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2,9	milhão	2,62	31/12/2013
Região Nordeste	0,4	milhão	0,62	31/12/2013
Região Norte	0,1	milhão	0,1	31/12/2013
Região Sudeste	1,7	milhão	1,66	31/12/2013
Região Sul	6,9	milhão	4,6	31/12/2013

- **Ampliar de 56 mil para 105 mil o número de produtores rurais beneficiados pelo Programa de Subvenção Prêmio do Seguro Rural (PSR)**

Análise Situacional da Meta

Analogamente ao ocorrido com a meta da área coberta pelo seguro rural, os dados obtidos referem-se ao desempenho do PSR no exercício de 2013. Portanto, contemplam apólices com subvenção ao prêmio do seguro rural com data de 01/01/2013 até 31/12/2013.

Finalizado o exercício de 2013, o PSR beneficiou 66.060 produtores rurais com a subvenção ao prêmio do seguro rural, maior valor alcançado desde o início do PSR, em 2005, e 52% superior ao obtido em 2012, de 43.538 produtores rurais. No tocante à regionalização, na Região Sudeste foram beneficiados 16.132 produtores rurais, para uma meta estipulada para 2015 de 18 mil produtores beneficiados, enquanto que na Região Centro-Oeste foram beneficiados 8.063, para uma meta de 10 mil produtores, na Região Nordeste foram 1.378 produtores, para uma meta de 1.500, e na Região Norte foram 355 beneficiários, para uma meta de 500 produtores, respectivamente. A Região Sul apresentou um desempenho proporcional em relação à meta abaixo das outras regiões, com 40.132 produtores beneficiados, para uma meta de 75 mil produtores em 2015.

Quantidade alcançada

66.060

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	10.000	unidade	8.063	31/12/2013
Região Nordeste	1.500	unidade	1.378	31/12/2013
Região Norte	500	unidade	355	31/12/2013
Região Sudeste	18.000	unidade	16.132	31/12/2013
Região Sul	75.000	unidade	40.132	31/12/2013

Plano Mais Brasil

OBJETIVO: 0618 - Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A crescente inserção do Brasil no mercado agrícola internacional, destacando-se como um dos principais produtores e exportadores de produtos agropecuários, revela sua capacidade de responder às oportunidades ditadas pela crescente demanda por alimentos, impulsionada principalmente pelo aumento de renda dos países emergentes e em desenvolvimento. Essas perspectivas representam, simultaneamente, uma oportunidade e um desafio ao agronegócio brasileiro. Para continuar expandindo a produção e as exportações agropecuárias, e consolidar a posição de liderança do país no mercado agrícola internacional, faz-se necessário intensificar os esforços conjuntos dos produtores rurais e do governo, cujas políticas públicas devem assegurar níveis adequados de apoio e contribuir para a melhoria das condições de logística e de infraestrutura.

Esse é o propósito da política agrícola, implementada por meio de seus instrumentos, cujas medidas consubstanciadas no Plano Agrícola e Pecuário são persistentemente revistas, adequando-as ao cenário macroeconômico e ao comportamento dos mercados interno e externo. Em igual sentido, se busca, também, aprimorar a política agrícola e seus instrumentos em sintonia com as demais políticas públicas relacionadas com o setor.

Nesse sentido, o Plano Agrícola e Pecuário para a safra 2013/14, que teve início em julho de 2013, constituiu um avanço na adoção de medidas de apoio ao produtor, que incorporam os objetivos de melhoria das condições de infraestrutura produtiva e de controle inflacionário por meio da estabilidade de preço dos alimentos, além da incorporação de novas tecnologias e melhoria nas condições de acesso ao crédito e ao seguro rural.

O Governo Federal, a exemplo do ocorrido na safra 2012/13, ampliou a disponibilidade de recursos destinados aos financiamentos de custeio, comercialização e investimento, e à subvenção ao prêmio do seguro rural, bem como melhorou as condições de financiamento do crédito rural. Além de reduções adicionais de taxas de juros, foram ampliados os limites de crédito em diversas linhas de financiamento, principalmente as de investimento.

Foram disponibilizados R$ 136.063.000.000,00 para a agricultura empresarial, sendo R$ 97.627.000.000,00 para custeio e comercialização e R$ 38.436.000.000,00 para investimento. No investimento, os destaques são os programas com maior volume de recursos: Agricultura de Baixo Carbono (ABC); Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro); Programa de Sustentação de Investimentos (PSI-bk); Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp); e o Programa de Construção e Ampliação de Armazéns (PCA).

Como as informações do PPA são atualizadas por ano civil, as informações do crédito agrícola dizem respeito ao segundo semestre da Safra 12/13 e ao primeiro semestre da Safra 13/14. Somando-se os dois períodos, o ano de 2013 apresentou um desempenho no crédito rural acima do esperado, demonstrando que as metas do volume de crédito e do número de contratos poderão ser alcançadas antes de 2015. Na safra 2012/2013, foram aplicados R$ 122.636.000.000,00 por meio de 869.757 contratos.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 107,2 para 140,5 bilhões de Reais, o volume de crédito rural oficial disponibilizado ao setor agropecuário**

Análise Situacional da Meta

Os dados acumulados exibem uma aplicação de recursos do crédito rural no montante de R$ 122,62 bilhões na safra 2012/2013. Esse valor representa um forte crescimento em relação ao período anterior, e indica a possibilidade da meta prevista para 2015 ser alcançada ainda em 2014. O Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014 aumentou a oferta total de recursos para financiamento à agricultura em 18% em comparação ao Plano anterior. O limite de crédito de custeio, por produtor, aumentou em 25%. O volume de recursos para financiar investimentos cresceu ainda mais, 46%. Entre os

investimentos priorizados, destacam-se aqueles destinados à armazenagem e à irrigação, que foram beneficiados, ainda, com uma redução de 36% na taxa de juros.

Na mesma direção, deu-se apoio ao médio produtor rural, com redução de 10% na taxa de juros, e às cooperativas, cujos juros sofreram redução da ordem de 28%, nos empréstimos destinados a capital de giro. Essas medidas deixam clara a determinação do Governo Federal em manter níveis elevados de apoio creditício ao agronegócio, reconhecendo sua importância no contexto da economia brasileira.

Para a safra 13/14, foram destinados R$ 136 bilhões para crédito à agricultura, dos quais R$97,6 bilhões para financiamento de custeio e comercialização, 9,8% acima da safra passada, e os restantes R$ 38,4 bilhões destinados para investimentos, com substancial aumento de recursos para os programas ABC, PSI-BK, Procap-Agro, Pronamp e PCA (Construção e Ampliação de Armazéns).

Dos recursos aplicados no ano, a região que mais tomou crédito agrícola foi a Região Sul, com destaque para custeio de soja e trigo e para os programas de investimentos, principalmente o PSI-BK, destinado à compra de caminhões e tratores, e o Procap-Agro, destinado à recuperação ou à reestruturação patrimonial das cooperativas de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira.

Quantidade alcançada

122,62

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	22,2	R$ bilhão	29,52	31/12/2013
Região Nordeste	12,3	R$ bilhão	10,36	31/12/2013
Região Norte	4,4	R$ bilhão	4,58	31/12/2013
Região Sudeste	48,2	R$ bilhão	35,9	31/12/2013
Região Sul	53,4	R$ bilhão	42,26	31/12/2013

- **Aumentar de 750 mil para 830 mil o número de contratos de crédito rural oficial (agricultura de médio e grande porte)**

Análise Situacional da Meta

Os dados acumulados ao longo do ano de 2013 exibem um número de contratos de 869.757 mil unidades. Esse número já ultrapassa o valor estimado para o ano de 2015, refletindo o bom desempenho do crédito ofertado aos produtores rurais. Do total de contratos, a região que apresentou maior procura foi a Região Sul, com destaque para crédito de custeio da soja, confirmando o Paraná e o Rio Grande do Sul como os maiores produtores de soja, juntamente com o estado do Mato Grosso. No investimento, o destaque foi para o Programa PSI, principalmente na compra de colheitadeiras, máquinas e implementos agrícolas.

Quantidade alcançada

869.757

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	97.000	unidade	126.318	31/12/2013
Região Nordeste	47.000	unidade	85.556	31/12/2013
Região Norte	16.000	unidade	29.317	31/12/2013
Região Sudeste	210.000	unidade	231.568	31/12/2013
Região Sul	460.000	unidade	396.998	31/12/2013

OBJETIVO: 0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor.

Plano Mais Brasil

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Os recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) são destinados ao desenvolvimento de pesquisas, difusão e transferência de tecnologia, incentivo à produtividade e competitividade, à qualificação de técnicos e produtores, à publicidade e promoção dos Cafés do Brasil no país e exterior, priorizando a disponibilização de linhas de crédito para custeio/colheita, estocagem, Financiamento para Aquisição de Café (FAC), contratos de opções e de operações em mercados futuros, capital de giro para indústria de café solúvel, de torrefação e cooperativas de produção, assim como para recuperação de cafezais danificados. Este serviço tem por objetivo beneficiar os integrantes do agronegócio café como produtores, cooperativas, indústrias de café solúvel, beneficiadores e exportadores. As linhas de crédito somente podem ser implementadas mediante aprovação de resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional (CMN), as quais estabelecem todas as condições operacionais, financeiras e contratuais para cada caso, de acordo com a proposta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A produção de café tem mantido o crescimento nos últimos anos, em função de investimentos em pesquisa e tecnologia, melhoria dos tratos culturais, maior utilização de mecanização e irrigação, plantio mais adensado, renovação permanente de cafezais com perfil de variedades mais produtivas e melhor adaptadas a cada região, além de boa gestão da atividade. Daí resultarem safras mais homogêneas e de melhor qualidade, fatores necessários e importantes para o avanço e modernização da cafeicultura nacional.

Desde 2011, os preços do café no mercado internacional vêm sofrendo forte depreciação, motivada pela retração nos estoques nos países importadores e pela preferência por café de outras origens de preço e qualidade inferiores ao produto nacional. Para dar sustentação ao cafeicultor neste período, foram tomadas medidas de prorrogação de dívidas e alongamento de prazos, para que se mantenha a produção em níveis desejados e os preços futuros se recuperem voltando a patamares remuneradores. Tais medidas visaram atender às necessidades prementes do setor, emanadas por meio do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC).

Em 2013, ampliou-se o volume de recursos destinados ao setor cafeeiro no Brasil para a safra 2013/2014, totalizando R$5,824 bilhões. Desse total, as linhas de financiamento do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) respondem por R$3,160 bilhões, 53,33% do total. Os recursos oriundos do Funcafé foram distribuídos para atendimento das linhas de financiamento de: Custeio - R$ 650 milhões; Estocagem - R$ 1,14 bilhão; Aquisição de Café (FAC) - R$ 500 milhões; Contratos de Opções e de Operações em Mercados Futuros - R$ 50 milhões; Capital de Giro para Indústria de Café Solúvel - R$ 150 milhões; Capital de Giro para Indústria de Torrefação - R$200 milhões; Capital de Giro para Cooperativa de Produção - R$ 450 milhões; e Recuperação de Cafezais Danificados - R$ 20 milhões. Os beneficiários dessas linhas são produtores, cooperativas, indústrias torrefadoras e de café solúvel, beneficiadores e exportadores.

Como estratégia de aumento de consumo, o Governo Federal apoiou a participação de Associações de cafeicultores em feiras internacionais na América do Norte, Europa, Ásia e Oceania, por meio da formalização de 8 convênios para as ações de Promoção do Café Brasileiro no País e no Exterior, e Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio Café. Outra ação que mereceu destaque foi a realização da Semana Internacional do Café, em Belo Horizonte - MG, maior evento do setor, que comemorou o cinquentenário de fundação da Organização Internacional do Café (OIC). As reuniões da OIC contaram com a participação de 294 representantes de 70 países-membros da Organização, que discutiram tendências do mercado, tecnologias e qualidade do produto e apresentaram significativos avanços, principalmente no que se refere ao apoio aos produtores, visando à melhoria do preço do produto. Durante o evento, também foi promovida a 8ª Edição do Espaço Café Brasil - Feira Internacional de Café, que reuniu aproximadamente 12 mil visitantes brasileiros e estrangeiros. Nesse evento, houve a participação de cooperativas, indústrias, serviços, expositores de máquinas e acessórios, cafeterias e profissionais do setor, contando, inclusive, com a participação de estande do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, além de palestras, workshops, rodadas de negócios, salas de provas de cafés e campeonatos de baristas. Esse evento resultou em R$ 24 milhões de negócios gerados diretamente na feira e R$ 50 milhões pós-feira, contribuindo de forma positiva para fomentar os negócios entre

produtores e compradores.

No contexto do desenvolvimento da política cafeeira, destaca-se o papel do CDPC. Esse conselho tem por finalidade discutir e aprovar as políticas públicas para a cafeicultura brasileira, entre elas o plano de safra, proposta orçamentária do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé, programas e projetos de pesquisa agronômica e promoção do café no país e exterior. O CDPC atua, também, como controle social da política cafeeira, uma vez que possui representantes das diversas entidades do agronegócio café, como a produção, exportação, indústria e comércio, além dos membros do Governo.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 1,16 bilhão para 1,60 bilhão ao ano, o montante das linhas de financiamento com recursos do Funcafé**

Análise Situacional da Meta

Para o exercício de 2013, foram disponibilizados R$ 3,16 bilhões, entre as várias linhas de financiamento, com recursos do Funcafé (superando a meta em quase 2 bilhões). Dos R$ 3,16 bi disponibilizados ao setor cafeeiro, por meio da Resolução CMN nº 4.229, de 18 de junho de 2013, R$ 2.58 bi foram efetivamente liberados às Instituições Financeiras, dos quais – até 31/12/2013 - foram tomados R$ 1,92 bi pelos beneficiários das linhas de crédito.

Os prazos de aplicação dos recursos do Funcafé são estabelecidos mediante Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN e conforme as etapas da produção do café, e não coincidem com o ano civil, fato que justifica parte dos recursos disponibilizados às instituições financeiras permanecer em aplicação em 31/12/2013. O valor em aplicação nessa data refere-se às linhas de crédito para financiamentos de estocagem, cujo prazo de contratação encerrou em 31/1/2013, opções e operações em mercados futuros, cuja contratação pode ocorrer até 28/2/2013, e custeio, cuja contratação ocorreu até 31/7/2013. Esses recursos totalizaram R$ 232.312.787, que foram tomados por 3.979 beneficiários das linhas de crédito de estocagem e custeio das lavouras de café. Além dos 8.659 beneficiários, no ano base de 2013, que tomaram R$ 1.923.213.330.

Quantidade alcançada

3,16

Data de Referência

31/12/2013

- **Aumentar de 12.444 para 17.000 o número de beneficiários atendidos pelas linhas de financiamento, com recursos do Funcafé**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012, foram atendidos, pelas linhas de financiamento com recursos do Funcafé, o total de 16.478 beneficiários.

No ano de 2013, em função da conjuntura da cafeicultura e em virtude do maior comprometimento do setor com financiamentos anteriores, verificou-se que menos beneficiários tomaram um volume maior de recursos do Funcafé. 3.979 beneficiários tomaram emprestados R$ 232.312.787 nas linhas de crédito de estocagem e custeio das lavouras de café. Além disso, 8.659 beneficiários tomaram R$ 1.923.213.330 nas linhas de crédito para Estocagem; FAC - Financiamento para Aquisição de Café; Custeio; Capital de Giro para Indústria de Café Solúvel; Capital de Giro P/Indústria de Torrefação de Café; e Capital de Giro para Cooperativas de Produção.

Quantidade alcançada

12.638

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0692 - Ampliar, diversificar e consolidar as exportações de produtos agropecuários brasileiros,

Plano Mais Brasil

visando a geração de divisas, empregos e renda.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2013, foram obtidos importantes resultados para o agronegócio brasileiro, considerando as negociações de abertura e manutenção de mercados para a promoção comercial dos produtos agropecuários do país. O maior destaque foi a abertura do mercado japonês (o maior do mundo) para as exportações brasileiras de carne suína. Inclusive, já foram realizadas as primeiras exportações de carne suína para o Japão.

Importante destacar, também, a abertura do mercado de aves do México ao Brasil. O México é grande importador de carne de frango e seu mercado é quase que totalmente abastecido por importações dos Estados Unidos da América (EUA). Na Rússia, maior importador de carnes do Brasil, foram retomadas as exportações de carnes (bovina, suína e de aves) do Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso, suspensas desde 15 de junho de 2011, e foi aberto o mercado para as exportações de carne eqüina brasileira.

Quanto ao embargo às exportações de carne bovina após a divulgação do caso atípico de Encefalopatia Espongiforme Bovina no Brasil, foram reabertos os mercados de Jordânia, Chile e Peru.

Existe ainda boa perspectiva de que se dê um passo fundamental para concluir as negociações para abertura do mercado dos EUA para as exportações de carne bovina brasileira. A expectativa é de habilitação de áreas livres de febre aftosa com vacinação para exportação de carne bovina. Além da importância do mercado propriamente dito, há também um efeito sobre outros países, cujas autoridades sanitárias se baseiam nas liberações da autoridade norte-americana.

Quanto aos produtos de origem animal, no que diz respeito à carne suína, pode-se citar: a remoção do embargo às exportações para a Ucrânia, que vinha se posicionando como segundo mercado para o produto brasileiro; a retomada das exportações para o Peru; e a autorização do Japão, para carne suína de Santa Catarina. A Rússia liberou a importação da carne bovina de mais oito estabelecimentos brasileiros; também foi reaberta a exportação de produtos processados de carne para o mercado da União Europeia; a China autorizou o reinício de aquisições de produtos da bovinocultura brasileira e se espera para breve a reabertura do mercado de carne bovina e suína com África do Sul, fechado desde 2005. Foi acordado o modelo de Certificado Sanitário Internacional para a exportação de pet food ao Uruguai; com a Venezuela foram atualizados os protocolos para exportação de material genético bovino, e para exportação de carne bovina congelada em cortes. Em relação à carne de frango, a China liberou mais cinco estabelecimentos; foram concluídas as negociações com o Paquistão, restando apenas acordar o modelo de Certificado Sanitário Internacional; o México abriu o mercado para carne de frango e ovos férteis; e se avançou nas negociações com o Chile, o que permitirá o reconhecimento do Estado do Rio Grande do Sul como livre da doença de Newcastle. As negociações com os EUA para o reconhecimento de 14 Estados brasileiros como livres de febre aftosa com vacinação avançaram significativamente, com a publicação pelos norte-americanos, em dezembro de 2013, da consulta pública sobre a norma que permitirá as exportações da carne bovina brasileira. A abertura deste mercado tem alta relevância dado ao nível de exigências do mesmo.

Na área vegetal, houve a liberação pelo Chile para importação de melão e melancia do Rio Grande do Norte e do Ceará; e a aprovação pela China da soja (Intacta) geneticamente modificada, além da assinatura de protocolo para compra de milho.

Quanto às negociações comerciais internacionais, o fato mais relevante no período foi a realização da 8ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), ocorrida em Bali já ao final de 2013. A Conferência injetou novo ânimo na OMC, o que pode reabrir a possibilidade de retomada nas discussões sobre eliminação ou corte de subsídios às exportações agrícolas, tarifas e apoios. Além disso, foram realizadas negociações para a entrada de novos membros na OMC (Afeganistão, Argélia, Azerbaijão, Bielorússia, Bósnia, Cazaquistão, Iêmen e Sérvia); e a negociação para a entrada da Croácia na União Europeia. No que diz respeito a contenciosos na OMC, em 2013, o Governo Federal trabalhou ativamente nos processos do Algodão (EUA); Carne de frango (Indonésia); e Carne bovina (União Europeia).

Em relação às missões de promoção comercial, destacam-se o apoio e a organização da participação oficial brasileira em

feiras comerciais do setor de bebidas e alimentos: Foodex Japão, SIAL Xangai e Food Hotel, China; Winter Fancy Food Show, Summer Fancy Food Show, SIAL Toronto e Americas Food & Beverage; Alimentaria & Horexpo, Macfrut e World Food Moscow. Esses eventos contaram com 257 participações de 169 empresas e associações brasileiras, que acessaram um ambiente que reuniu um público de mais de 330 mil compradores globais.

Por último, ressaltam-se os esforços para atração de Investimento Estrangeiro Direto (IED). Foram recepcionadas delegações da Austrália, Canadá, China, Cuba, Equador, Japão, Nigéria, Nova Zelândia, Quênia, Sudão, e Vietnã. Ademais, coordenou-se a participação brasileira no seminário Global AG Investing (EUA), ocasião em que produtores brasileiros puderam apresentar oportunidades de investimento para um grupo seleto de fundos de investimento especializados no setor agrícola.

Metas 2012-2015

- **Realizar 360 missões internacionais para promoção do Agronegócio incluindo a participação das cooperativas brasileiras**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas as seguintes Ações Comerciais: participação nas reuniões do Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), que é a instância decisória no âmbito do Poder Executivo em questões relacionadas ao comércio exterior; participação no processo negociador para a entrada de Azerbaijão, Bósnia, Cazaquistão, Sérvia e Tajiquistão na Organização na Mundial do Comércio (OMC); início das negociações com a União Europeia para a entrada da Croácia no bloco econômico, cujo resultado será a compensação por modificações nos compromissos assumidos pela Croácia na OMC; acompanhamento do cumprimento do acordo firmado entre o Brasil e os EUA em virtude do contencioso vencido pelo Brasil na OMC; participação nas reuniões sobre a agenda negociadora da Rodada de Doha em virtude da 9ª Conferência Ministerial da OMC realizada em Bali, Indonésia, em dezembro de 2013, bem como participação na própria conferência ; elaboração de notas técnicas relativas a possíveis contenciosos na OMC; no âmbito da Comissão de Comércio do Mercosul, atuação nas consultas realizadas com outros membros acerca de temas agrícolas, como o comércio de animais bovinos e bubalinos vivos, gelatina, merluza, uvas e uvas passas, banana, melancia, frutas cítricas e abacate; no âmbito do Comitê Técnico de Tarifas e Nomenclatura do Mercosul, elaboração e avaliação de pedidos de abertura tarifária para fins estatísticos de frutas e avaliação do pedido de revisão das nomenclaturas referentes ao algodão, com o objetivo de eliminar códigos desnecessários que geravam alguns desvios estatísticos; defesa da permanência dos produtos de interesse da agricultura na lista de exceções à Tarifa Externa Comum do Mercosul, tais como fertilizantes, alho, cogumelo, pêssego em calda, vinho, álcool combustível, ácido fosfórico, ácido sulfúrico, fosfato bicálcico e algodão; inclusão temporária do feijão na referida lista, além de acompanhamento do pedido de inclusão da batata pré-frita; elaboração da lista de oferta brasileira de bens agrícolas e participação nas reuniões para criação da lista (negativa) de compras governamentais; participação nas negociações entre o Mercosul e União Europeia, para celebração de um eventual acordo de livre comércio até 2014; participação nas discussões exploratórias para avaliar a possibilidade de lançamento de negociações de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e o Canadá; participação nas discussões para aprofundamento e ampliação do acordo com a Índia; participação nas reuniões de monitoramento do comércio bilateral entre Brasil-Argentina e entre Brasil-Uruguai, especialmente referente ao comércio de produtos lácteos. Também foi realizado o acompanhamento dos pedidos de redução tarifária temporária, por razões de inexistência de produção regional, para o óleo de palmiste e soro de leite. Considerando os esforços realizados, a meta totalizou 140 missões, sendo 75 missões em 2012 e 65 missões em 2013.

Quantidade alcançada

140

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	360	unidade	140	31/12/2013

Plano Mais Brasil

- **Realizar 76 ações de promoção do agronegócio no exterior**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) realiza ações de promoção do agronegócio, no exterior e também no país, voltadas para o exterior, tais como informações sistematizadas sobre os requisitos necessários para a exportação de produtos agropecuários.

As missões internacionais foram realizadas pelo MAPA em parceria com o Ministério de Relações Exteriores (MRE), com disponibilidade financeira de recursos de ambos os órgãos. O MRE dispõe de capilaridade internacional, por meio das Embaixadas e Consulados Brasileiros, de forma que sua atuação conjunta com o MAPA resulta em ganhos de economicidade, eficiência e qualidade para as missões.

Conforme a prática estabelecida, os postos do MRE nos países onde são realizados os eventos se incumbem do contato com os interlocutores locais e da seleção, contratação e pagamento dos serviços solicitados pelo MAPA. Cabe a este Ministério, entre outras atividades: a elaboração do calendário anual de eventos, com base nas demandas do setor agropecuário, nas potencialidades identificados por meio de estudos de mercado e em restrições comerciais decorrentes de exigências sanitárias e fitossanitárias; a elaboração da estratégia de atuação em cada evento; a arregimentação de expositores; o planejamento e a elaboração do layout básico e das especificações técnicas para contratação da montagem dos estandes; a elaboração e publicação dos catálogos; a definição das peças gráficas utilizadas nos estandes, a coordenação da delegação brasileira presente na missão; e o acompanhamento in loco e avaliação de cada evento.

Realizaram-se um total de 38 eventos, sendo 19 em 2012 e 19 em 2013. Os eventos podem ser divididos entre feiras, seminários e ações de imagem. Feiras: Missão Comercial aos Estados Unidos (feira Winter Fancy Food Show 2013); Missão Comercial ao Japão (FOODEX 2013); Missão Comercial a Portugal (feiras Alimentaria & Horexpo); Missão Comercial ao Canadá (feira SIAL Canadá); Missão Comercial à China (feira SIAL China 2013); Missão de Atração de Investimentos aos Estados Unidos (evento Global Ag Investing); Missão Comercial aos Estados Unidos (feira Summer Fancy Food 2013); Missão Comercial à África do Sul (feira SAITEX simultaneamente com a Africa's Big Seven Food and Beverage Trade Expo); Missão Comercial à Rússia; Missão Comercial à Itália; Missão Comercial ao Peru; Missão Comercial aos Estados Unidos; Missão Comercial à China .

A avaliação dessas missões comerciais realizadas em 2013 aponta que os resultados alcançados foram exitosos. Foram criadas e ampliadas parcerias comerciais e institucionais. Segundo informações prestadas pelas empresas participantes, tanto os negócios efetuados durante as feiras quanto as expectativas de negócios a serem realizados no curto prazo representaram valores consideráveis. Assim sendo, as missões comerciais contribuíram para o melhor aproveitamento, por parte do agronegócio brasileiro, das oportunidades existentes no mercado internacional.

Os Seminários do Agronegócio para Exportação (AgroEx) são seminários gratuitos realizados em todas as regiões do país, com duração de um dia, que pretendem disseminar informações estratégicas para o aumento da inserção do agronegócio brasileiro no mercado internacional. O público alvo são produtores rurais, sindicatos rurais, associações, cooperativas, agroindústrias, distribuidores e instituições de apoio ao agronegócio em seus variados fins. Os principais temas abordados são as oportunidades e desafios do agronegócio brasileiro, a integração contratual das cadeias produtivas e os caminhos para exportar (passo a passo, os casos de sucesso, entre outros).

Em 2013, foram realizadas as seguintes edições do evento: 52º AgroEx, Aracaju – SE; 53º AgroEx, Uberlândia – MG; 54º AgroEx, Ji-Paraná – RO; e 55º AgroEx, Pato Branco – PR; 56º AgroEx, Castelo – ES; 57º AgroEX, Gurupi - TO. Ao se avaliarem essas ações, observa-se que elas foram exitosas, ao contribuírem para o fortalecimento da cultura exportadora nas regiões onde foram realizadas. Os participantes dos seminários fizeram análise positiva deles, destacando a organização dos eventos e a qualificação das palestras proferidas.

O MAPA coordenou ação de imagem do agronegócio brasileiro junto às autoridades da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), um dos organismos internacionais de referência para questões técnicas referentes ao Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio (OMC) e seus países membros, de maior relevância para o acesso a mercado e comercialização internacional dos produtos brasileiros. A ação aconteceu durante reunião

anual na sede da entidade em Paris, França.

Quantidade alcançada

38

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	76	unidade	38	31/12/2013

OBJETIVO: 0743 - Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

O Plano Setorial para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) faz parte do Plano Nacional sobre Mudanças do Clima, previsto no parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC.

O Plano ABC é uma política pública que apresenta o detalhamento das ações de mitigação e adaptação às mudanças do clima para o setor agropecuário e aponta, de forma clara, metas para cumprir os compromissos assumidos voluntariamente de redução de emissão de gases de efeito estufa, até o ano de 2020. Nesse sentido, cabe destacar que o grande avanço na implementação do Plano ABC se deu no estabelecimento dos Grupos Gestores Estaduais (GGE's), em todo o território nacional (26 estados mais o Distrito Federal), que promoveram a elevação na divulgação e a capacitação de técnicos e produtores rurais, e contribui para o crescimento da tomada de crédito junto ao Programa ABC (Linha de Crédito do Plano Agrícola e Pecuário). No ano-safra 2010/11 (1º ano da criação do Programa ABC), foram aplicados somente R$ 418,5 milhões do Programa ABC, de um total disponível de R$ 2 bilhões no Plano Agrícola e Pecuário. Já no ano safra 2011/12, foi utilizado em torno de R$ 1,5 bilhão de reais, de um total disponível de R$ 3,15 bilhões, o que correspondeu a um aumento de 262,2% em comparação ao ano safra anterior. Para o ano safra 2012/13, de um total disponível de R$ 3,4 bilhões de reais, foram tomados cerca de R$ 2,3 bilhões, o que corresponde a um aumento de 546%. No ano safra 2013/14, até dezembro de 2013, de um montante de 4,5 bilhões disponíveis, já foi liberado em torno de 1,2 bilhões de reais. Assim, é possível afirmar que o Plano ABC, bem como a utilização da sua linha de crédito na viabilização da adoção das tecnologias previstas (recuperação de pastagens degradadas, integração lavoura-pecuária-floresta, plantio direto, florestas plantadas, fixação biológica de nitrogênio e tratamento de dejetos), está em franca expansão e viabilizará, dessa forma, o atingimento das metas previstas para mitigação da emissão de gases de efeito estufa até 2020.

Quanto ao monitoramento das mitigações realizadas pelo setor, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em conjunto com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), vem envidando esforços no sentido de estabelecer todo o procedimento de monitoramento, bem como a formatação da governança de todo o processo.

Por último, destaca-se sanção da lei No 12.805, de 29 de abril de 2013, que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, com o objetivo de aperfeiçoar a produtividade e qualidade dos produtos, utilizando sistemas sustentáveis de exploração que integram atividades agrícolas, pecuárias e florestais. A norma prevê a recuperação de áreas degradadas e a redução dos desmatamentos por meio dos sistemas de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF). O sistema de iLPF faz parte do Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), que permite a preservação e melhoria das condições físicas, químicas e biológicas do solo, de forma conjunta ou alternada, proporcionando o aumento da produtividade e da renda das atividades agropecuárias.

Plano Mais Brasil

Metas 2012-2015

- **Ampliar o uso de tecnologias para tratamento de 1 milhão de metros cúbicos de dejetos animais**

Análise Situacional da Meta

O Plano ABC vem sendo implantado em todo o território nacional, com o uso crescente das tecnologias previstas, bem como o acesso a linha de crédito. No entanto, as tecnologias de tratamento de dejetos animais têm uma forte aderência junto aos produtores do Estado de Santa Catarina, por sua tradição na produção de suínos. O Estado em questão, além de outros que também manifestaram interesse em estabelecer ações para o tratamento de dejetos animais, ainda estão trabalhando na definição específica desta meta, dentro dos seus Planos Estaduais ABC. Outro aspecto relevante para o aferimento desta meta, refere-se ao laboratório para monitoramento do Plano ABC, que está em fase de implementação, bem como, a estruturação dos planos estaduais. Assim, tanto o Estado de Santa Catariana como o Estado do Paraná estão construindo a métrica para acompanhar o cumprimento da referida meta.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Expandir a adoção da Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN) em 1 milhão de hectares de áreas de cultivo, em substituição ao uso de fertilizantes nitrogenados**

Análise Situacional da Meta

Esta tecnologia já se encontra consolidada para a cultura da soja, o desafio imposto ao Plano ABC está no uso dessa ferramenta em novas culturas, como feijão, oleaginosas em geral, bem como em algumas gramíneas, tais como milho. O crescimento da área com o uso desta tecnologia é gradativo, mas tem demonstrado incremento após o início de implementação do ABC. Tais dados vêm sendo coletados por informações nas revendas, tipo do fabricante e agropecuárias, bem como na área de fertilizantes do MAPA, sendo as quantidades vendidas, convertidas em área.

Quantidade alcançada

9.320

Data de Referência

31/12/2013

- **Expandir a adoção do Sistema Plantio Direto (SPD) em 2,8 milhões de hectares**

Análise Situacional da Meta

A adoção das tecnologias do Plano ABC vem crescendo gradativamente, à medida que se avança na implementação do Plano. Houve aumento significativo em termos da contratação de crédito do Plano Agrícola e Pecuário. A tecnologia do Sistema Plantio Direto (SPD) está passando por uma retomada de rumos, onde algumas práticas abandonadas ao longo dos anos estão sendo reaprendidas pelos produtores rurais, por exemplo, a rotação de culturas, terraços entre outras. Por se tratar de uma tecnologia que já vem sendo praticada ao longo dos anos e com o apoio do Plano ABC, essa tecnologia está sendo melhorada. O aumento de área com o SPD foi acima do esperado, pois, na safra 2012/2013, houve incremento aproximado a 1.382.409 hectares, totalizando cerca de 27,4 milhões de hectares no acumulado nos últimos anos, em todo o país.

Quantidade alcançada

1.382.409

Data de Referência

31/12/2013

- **Expandir o plantio de florestas em 1 milhão de hectares**

Análise Situacional da Meta

Com o crescimento da adoção das práticas sustentáveis de produção, preconizadas pelo Plano ABC, e, consequentemente, com o crescimento da utilização do crédito disponível, as florestas plantadas também tiveram um

aumento de área plantada, cujo quantitativo foi estimado. Os valores são levantados junto ao sistema bancário operador do crédito rural, principalmente pelo Banco do Brasil e o BNDES. Considerando o período de avaliação da meta, verificamos expansão de 900 mil hectares de área plantada. Tal crescimento ocorreu principalmente nas regiões dos Estados de Minas Gerais, Tocantins, Mato Grosso do Sul e Maranhão.

Quantidade alcançada

900.000

Data de Referência

31/12/2013

- **Promover a adoção de sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) em 1,5 milhão de hectares**

Análise Situacional da Meta

A ILPF é uma tecnologia de implementação mais complexa, que depende, na sua totalidade, de uma forte capacitação, tanto de técnicos, quanto de produtores rurais. No entanto, cabe comentar que houve uma expansão das áreas com ILPF. Os dados em termos de área ainda são preliminares, pois todo o processo de medição está sendo estruturado. De acordo com as estimativas realizadas, verifica-se um incremento em torno de 420.000 mil hectares no biênio 12/13.

Quantidade alcançada

420.000

Data de Referência

31/12/2013

- **Recuperar 6 milhões de hectares de pastagens degradadas**

Análise Situacional da Meta

Do total de recursos disponibilizados via linha de crédito, no período de 2010 a 2013 foram utilizados pelos produtores rurais em torno de R$ 6,6 bilhões, dos quais aproximadamente 65% foram destinados a essa prática agropecuária de recuperação, alcançando em 2012-2013, área acumulada próxima a 665.774 hectares.

Quantidade alcançada

665.774

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

No que diz respeito às políticas públicas relacionadas à agricultura orgânica, em 2013 foram priorizados: i) a instituição do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; ii) a implantação do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade orgânica e controle social em venda direta; e iii) o desenvolvimento de atividades voltadas para divulgação, orientação e capacitação junto a entidades e agentes atuantes na rede de produção orgânica.

No que se refere ao incentivo ao desenvolvimento da agricultura orgânica, as atividades têm sido desenvolvidas a contento, com aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, incentivo à introdução do tema da agroecologia no ensino técnico e superior e disponibilização de tecnologias agropecuárias sustentáveis que podem ser utilizadas na produção orgânica.

Para as cadeias produtivas agrícolas, as ações de incentivo ao desenvolvimento de sistemas de agricultura sustentável referem-se à adoção das Boas Práticas Agrícolas e da Produção Integrada por parte dos produtores rurais brasileiros, que

Plano Mais Brasil

se dará pela capacitação de produtores, implantação de unidades comparativas no campo e pela elaboração de normativos com vistas à adoção de práticas sustentáveis que agreguem valor ao produto agrícola brasileiro. Em 2013, foram capacitados 1800 agentes do agronegócio (produtores rurais, extensionistas e técnicos), mas não houve implantação de novas unidades comparativas, mantendo-se as 67 já implantadas em 2012. Em setembro de 2013, foi publicada, no Diário Oficial da União, a Norma Técnica Específica da Produção Integrada do Café. Esta norma é uma importante ferramenta para o produtor brasileiro de café, pois permite a certificação do processo produtivo, o que agrega mais valor a este produto agrícola. Em 2013, foram elaboradas mais 5 normas para as culturas do trigo, tabaco, batata, amendoim e raízes (gengibre, taro e inhame). Essas normas serão publicadas em 2014.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 26 para 90 o número de núcleos de estudos em agroecologia em Instituições de ensino de educação profissional e superior**

Análise Situacional da Meta

Existem 44 núcleos apoiados no momento, sendo 22 por meio do edital MAPA/MEC/MCTI/CNPq nº 46/2012, com um montante total de R$ 3.744.906,00, em projetos para o biênio 2013/2014; e outros 22 por meio do edital MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq nº 81/2013, com um montante total de R$ 5.161.151,97, em projetos para o biênio 2014/2015. Os núcleos apoiados apresentam a seguinte a seguinte distribuição regional: 7 na região norte; 13 na região nordeste; 3 na região centro oeste; 12 na região sudeste e 9 na região sul.

Quantidade alcançada

44

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	11	unidade	3	31/12/2013
Região Nordeste	34	unidade	13	31/12/2013
Região Norte	22	unidade	7	31/12/2013
Região Sudeste	14	unidade	12	31/12/2013
Região Sul	9	unidade	9	31/12/2013

- **Ampliar de 8.000 para 28.000 o número de unidades de produção adotando sistemas orgânicos de produção sob controle oficial**

Análise Situacional da Meta

Atualmente existem 12.160 Unidades de Produção Orgânica sob controle oficial pelos 3 mecanismos de controle regulamentados (certificação por auditoria, certificação participativa e controle social em venda direta). Há 1.023 Unidades de Produção na região norte, 3.198 no nordeste, 269 no centro-oeste, 2.409 no sudeste e 3.165 no sul e mais 2.096 no exterior. No Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) são 19 Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica credenciados, sendo 8 certificadoras por auditoria e 11 Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica, e um total de 163 Organizações de Controle Social, atuando em venda direta ao consumidor. É importante destacar que os dados relativos ao número de unidades de produção controlada são constantemente atualizados, podendo sofrer reduções ou ampliações, na medida em que se avança o trabalho de regularização da rede de produção orgânica brasileira e se implanta o cadastro nacional de produtores orgânicos.

Quantidade alcançada

12.160

Data de Referência

31/12/2013

- **Capacitar 40.000 produtores e 20.000 técnicos do setor em tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos e/ou mecanismos de controle da qualidade orgânica**

Análise Situacional da Meta

Considerando os dados consolidados do biênio 2012/2013 são 3.652 em 2012 e 7.292 em 2013, totalizando 10.944 entre produtores e técnicos capacitados, além de outros perfis de pessoas capacitadas principalmente nos projetos/atividades: Semana do Alimento Orgânico, Bancos Comunitários de Sementes, Auditoria e Fiscalização e Núcleos de Estudo que ocorrem nas 27 Unidades da Federação.

Quantidade alcançada

10.944

Data de Referência

31/12/2013

- **Capacitar 8.000 técnicos e produtores em bem-estar animal, 40.000 em produção integrada agropecuária e 80.000 em qualidade e segurança do leite e da carne**

Análise Situacional da Meta

As capacitações na área de bem-estar animal totalizaram 2.689 pessoas em 2012 e 2.252 pessoas capacitadas em 2013, o que significa uma execução de 61,76% da meta final do PPA, devido, principalmente, às parcerias firmadas com as entidades públicas e privadas. Na área de boas práticas agropecuárias das cadeias pecuárias, especificamente em relação aos programas alimento seguro das cadeias do leite, foram capacitados, até o momento, 236 instrutores, 435 trabalhadores rurais, além de outras 250 pessoas, entre técnicos e produtores, durante o Sindileite realizado em novembro de 2013, em Salvador / BA.

Em 2013, foram capacitados 1400 produtores e técnicos em Produção Integrada Brasil e Boas Práticas Agrícolas. Essas capacitações referem-se às palestras ministradas em eventos técnicos como seminários, congressos, cursos ministrados em eventos de instituições parceiras, cursos para supermercadistas e produtores no âmbito do Acordo de Cooperação com a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS). As capacitações abordam temas relacionados à produção sustentável de alimentos, adoção de boas práticas agrícolas, redução do uso de agrotóxicos, certificação e rastreabilidade nas cadeias produtivas agropecuárias.

Considerando o biênio 2012-2013, foram capacitados 7.262 técnicos e produtores em bem-estar animal, produção integrada agropecuária e qualidade e segurança do leite e da carne.

Quantidade alcançada

7.262

Data de Referência

31/12/2013

- **Consolidar a formação de 800 bancos comunitários de sementes e/ou mudas com ênfase em variedades crioulas, espécies florestais nativas e aquelas utilizadas como adubos verdes**

Análise Situacional da Meta

Atualmente há 363 bancos comunitários apoiados em 15 Unidades da Federação (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Acre, Tocantins, Bahia, Piauí, Paraíba), abrangendo 148 municípios.

A meta também inclui atividades executadas no âmbito do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade - PROBIO-II, com destaque para a produção de 10 cartilhas orientadoras para obtenção e conservação de sementes de cultivares locais, tradicionais ou crioulas, importantes para a segurança alimentar e de espécies vegetais utilizadas para adubação verde, em propriedades rurais e em bancos comunitários.

Quantidade alcançada

363

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	80	unidade	14	31/12/2013
Bioma Caatinga	200	unidade	13	31/12/2013
Bioma Cerrado	200	unidade	139	31/12/2013

Plano Mais Brasil

Bioma Mata Atlântica	120	unidade	152	31/12/2013
Bioma Pampa	120	unidade	7	31/12/2013
Bioma Pantanal	80	unidade	38	31/12/2013

- **Elaborar ou atualizar 45 regulamentos técnicos para produção orgânica**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram publicadas duas Instruções Normativas (IN) regulamentando 7 especificações de referência para produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica.

No ano de 2013, foi publicada a Instrução Normativa nº 2, de 12/07/2013, que estabelece especificações de referência de produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica. Além disso, foi finalizado o texto para publicação de mais 3 Instruções Normativas que estão em análise pelo MAPA (Instruções Normativas nº 46, que estabelece o regulamento técnico para os sistemas orgânicos de produção animal e vegetal; Instrução Normativa nº 50, que institui o selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica; e Instrução Normativa nº 54, que regulamenta a estrutura, composição e atribuições das Comissões da Produção Orgânica).

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2013

- **Elaborar Projeto de Lei sobre Produção Agropecuária Sustentável**

Análise Situacional da Meta

No segundo semestre de 2013 iniciou-se a elaboração de um projeto de lei sobre Produção Agropecuária Sustentável. Estão sendo pesquisadas as legislações brasileiras sobre agricultura orgânica e sobre a integração lavoura-pecuária bem como os projetos que tramitam no Congresso Nacional que tratam de assuntos semelhantes. No âmbito internacional, estão sendo estudadas as legislações da Espanha e da Itália sobre Produção Integrada. Em 2014, pretende-se finalizar os trabalhos de elaboração da proposta de lei.

- **Implantar 100 unidades comparativas entre produção integrada agropecuária**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, não houve incremento de unidades comparativas, mantendo-se as existentes em 2012, ou seja, 67 unidades comparativas de Produção Integrada da Cadeia Agrícola implantadas, a saber: 56 unidades na região norte para a cultura do abacaxi; 2 unidades na região nordeste para a cultura das anonáceas; e mais 9 na região sul para as culturas da uva para processamento.

Quantidade alcançada

67

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15	unidade	0	31/12/2013
Região Nordeste	20	unidade	2	31/12/2013
Região Norte	15	unidade	56	31/12/2013
Região Sudeste	30	unidade	0	31/12/2013
Região Sul	20	unidade	9	31/12/2013

- **Implantar a subcomissão temática de produção orgânica e garantir o funcionamento das 27 comissões de produção orgânica nas Unidades da Federação**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, há 27 Comissões da Produção Orgânica implantadas e em funcionamento, em cada uma das Unidades da Federação. O Decreto nº 7.794/2012, que estabeleceu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, alterou o artigo 33 do Decreto nº 6.323, que regulamenta a Lei da Agricultura Orgânica no Brasil, demandando do

MAPA a necessidade de reorganização de suas Comissões para atuação no contexto desta Política. Assim, foi finalizado o texto da Instrução Normativa nº 54, que regulamenta a estrutura, composição e atribuições das Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação e da Comissão Nacional o qual, atualmente, está em análise no MAPA.

Quantidade alcançada

28

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	1	unidade	1	31/12/2013
Região Centro-Oeste	4	unidade	4	31/12/2013
Região Nordeste	9	unidade	9	31/12/2013
Região Norte	7	unidade	7	31/12/2013
Região Sudeste	4	unidade	4	31/12/2013
Região Sul	3	unidade	3	31/12/2013

- **Instituir a Política Nacional de Agricultura Orgânica**

Análise Situacional da Meta

Foi instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, por meio do Decreto nº 7.794, de 20/08/2012 , e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, por meio da Portaria Interministerial nº 54/2013, de 17/10/2013.

- **Publicar 15 normas técnicas específicas de produção integrada agropecuária e 3 manuais bem estar animal**

Análise Situacional da Meta

Das 15 normas previstas para publicação até 2015, 10 referem-se às cadeias produtivas agrícolas e 5 às cadeias produtivas pecuárias. No ano de 2013, foi publicada uma norma técnica específica da Produção Integrada do Café. Em 2014, está prevista a publicação de mais 4 normas para as culturas da batata, tabaco, raízes e trigo. Em relação às cadeias produtivas pecuárias, estão sendo elaboradas 3 normas técnicas específicas do leite, carne suína e carne bovina. Com relação à publicação dos manuais de bem-estar animal, a meta proposta foi superada, uma vez que, em 2012, foram publicados 5 manuais em parceria com o Grupo ETCO-Unesp, tratando de manejo de vacinação, cura de umbigo, identificação, embarque e transporte de bovinos. Os manuais de bem estar animal podem ser acessados no sítio: http://www.agricultura.gov.br/animal/bem-estar-animal. Considerando o biênio 2012-2013, foram publicados 5 Manuais de Bem-Estar Animal e 1 Norma Técnica de Produção Integrada Agropecuária.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2013

- **Tornar acessível 250 tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção para os produtores rurais**

Análise Situacional da Meta

Foram publicadas 15 especificações de referência para produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica; foram disponibilizadas 9 diretrizes e orientações técnicas para adoção de boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável orgânico e 8 estão em fase final de ajustes para disponibilização; 120 fichas com tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção estão em fase de revisão e validação final por consultoria no âmbito do PROBIO II; e 10 cadernos para multiplicação e conservação de sementes pelos agricultores com elaboração técnica já realizada estão em fase de produção de publicação para divulgação.

Quantidade alcançada

Plano Mais Brasil

24
Data de Referência
31/12/2013

OBJETIVO: 0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2013, o fortalecimento do cooperativismo e do associativismo rural ocorreu mediante o apoio à implementação de consórcio de cooperativas e agroindústrias (complexo agroindustrial do cacau) e realização de chamada pública para projetos que beneficiaram diversas cooperativas e associações rurais de pequenos produtores.

Em relação ao crédito às cooperativas e às associações, são divulgados os valores das operações por parte das instituições: Banco da Amazônia (BASA); Banco do Nordeste do Brasil (BNB); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco do Brasil (BB); com aumento das operações em relação ao ano de 2012.

A consolidação da Câmara Temática de Cooperativismo Agropecuário, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), favoreceu o debate sobre acesso aos recursos creditícios, assistência técnica e extensão rural, desenvolvimento em geral do cooperativismo e do associativismo rural.

A realização de cursos acerca da operacionalização do sistema SICONV deve qualificar os projetos oriundos de emendas parlamentares, com favorecimento no alcance das metas em infraestrutura.

Metas 2012-2015

- **Adquirir 10.400 patrulhas mecanizadas, mediante parcerias com as prefeituras municipais**

Análise Situacional da Meta

A meta referente à aquisição de patrulhas mecanizadas se materializa via contratos de repasse, cuja mandatária é a Caixa Econômica Federal. As patrulhas mecanizadas perfazem o objeto da maior parte dos contratos de repasse celebrados.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) presta apoio contínuo para atendimento aos convenentes, de modo a dirimir as dúvidas e encaminhar os processos da forma mais eficaz possível. Para continuidade do processo de implementação da meta, pretende-se avançar no que diz respeito à capacitação do quadro de pessoal do MAPA na legislação pertinente e no sistema SICONV. Ressalta-se que foram realizados, no exercício de 2013, cursos sobre o Sistema de Gestão de Convênios - SICONV, que foram divididos em quatro etapas, nos quais foram capacitados 151 (cento e cinquenta e um) servidores das Superintendências Federais de Agricultura e do MAPA. Em 2012, foi possível a aquisição de 58 patrulhas mecanizadas. No ano de 2013, foram adquiridas 3.006 patrulhas mecanizadas.

Quantidade alcançada
3.064
Data de Referência
31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2.565	unidade	247	31/12/2013
Região Nordeste	1.375	unidade	366	31/12/2013
Região Norte	1.035	unidade	204	31/12/2013
Região Sudeste	2.140	unidade	700	31/12/2013
Região Sul	3.285	unidade	1.547	31/12/2013

- **Apoiar 15.400 Projetos de Desenvolvimento do setor agropecuário**

Análise Situacional da Meta

As metas referentes aos projetos de desenvolvimento agropecuário correspondem à soma de todos os projetos que se materializam via contratos de repasse, cuja mandatária é a Caixa Econômica Federal. Agregam projetos de aquisição de patrulhas mecanizadas, manutenção e recuperação de estradas vicinais, aquisição de maquinário para agroindústria, construção/reforma de mercados locais e centros de distribuição, entre outros.

Até o momento as regiões Centro-Oeste, Norte e Sul o desempenho não alcançou as metas estipuladas. Sobre a região Sul, pode-se pontuar que a meta a ela relacionada é bastante alta, mas, historicamente, é uma região com bastante demanda, o que deve contribuir para o cumprimento adequado da meta.

Internamente, há o apoio contínuo do MAPA no atendimento aos convenentes, de modo a dirimir as dúvidas e encaminhar os processos da forma mais eficaz possível.

Até o final do período de vigência deste PPA, pretende-se avançar no que diz respeito à capacitação do quadro de pessoal do MAPA na legislação e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV). Também planeja-se informar de maneira mais efetiva os parlamentares quanto ao objeto e destino das emendas parlamentares. Em 2012, foi possível apoiar 1.903 projetos de desenvolvimento do setor agropecuário. No ano de 2013, foram 1.600 projetos apoiados.

Quantidade alcançada

3.503

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.600	projeto	274	31/12/2013
Região Nordeste	1.900	projeto	515	31/12/2013
Região Norte	1.600	projeto	278	31/12/2013
Região Sudeste	2.100	projeto	772	31/12/2013
Região Sul	8.200	projeto	1.664	31/12/2013

- **Apoiar a formação de consórcios entre cooperativas e agroindústrias em 20 cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, por meio da celebração de convênios**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foi formado apenas 01 (um) consórcio entre 06 (seis) cooperativas de produção e 01 (uma) cooperativa de agroindustrialização da cadeia produtiva do chocolate, vinculada ao complexo agroindustrial do cacau.

O apoio ao consórcio não ocorreu mediante convênio e sim por meio de transferência de recursos para a organização vinculada ao MAPA, a Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), que operacionalizou os projetos de apoio ao citado consórcio.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

- **Apoiar a recuperação de 65.400 Km da malha de estradas vicinais**

Análise Situacional da Meta

As metas referentes à recuperação de estradas vicinais se materializam via contratos de repasse, cuja mandatária é a Caixa Econômica Federal. Ressalta-se o apoio contínuo do MAPA aos convenentes, de modo a esclarecer e/ou dirimir dúvidas, assim como encaminhar os processos da forma mais eficaz possível. Para o futuro (até o final da vigência do PPA atual), pretende-se avançar no relativo a capacitação de pessoal do MAPA na legislação e no sistema SICONV. Também se planeja informar mais efetivamente os parlamentares quanto a objeto e destino das emendas parlamentares. Ressalta-se que em 2013 foi realizado curso sobre o Sistema de Gestão de Convênios - SICONV, dividido em quatro

Plano Mais Brasil

etapas, tendo sido capacitados 151 (cento e cinqüenta e um) servidores das SFA's e MAPA.

Quantidade alcançada

3.510

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	20.100	km	120	31/12/2013
Região Nordeste	7.100	km	1.123	31/12/2013
Região Norte	8.100	km	1.260	31/12/2013
Região Sudeste	10.100	km	407	31/12/2013
Região Sul	20.000	km	600	31/12/2013

- **Capacitar 360 entre dirigentes, funcionários e integrantes do quadro social de cooperativas para uma gestão profissionalizada, no âmbito do programa ProfiCoop - Profissionalização da Gestão Cooperativa**

Análise Situacional da Meta

A meta prevista para ser alcançada em 2015 foi praticamente atingida em 2013. Em face da ampliação de parcerias institucionais e o sucesso do edital de chamamento público, para capacitação em associativismo e em cooperativismo, foram celebrados 08 (oito) convênios, que permitiu a capacitação de 270 (duzentos e setenta) dirigentes de associações e cooperativas para uma gestão profissionalizada, no âmbito do programa ProfiCoop - Profissionalização da Gestão Cooperativa, no exercício de 2013, e cumulativo total de 358 pessoas capacitadas.

Quantidade alcançada

358

Data de Referência

31/12/2013

- **Certificar 6.000 unidades armazenadoras que prestam serviços remunerados a terceiros (por CNPJ e capacidade estática)**

Análise Situacional da Meta

A certificação está sendo realizada em todo o país, principalmente nas Empresas de Armazéns Gerais que prestam serviços de armazenagem para o Governo Federal e também nas Empresas Estatais Estaduais de Armazenagem. Em 2012, foram certificadas 1.500 unidades armazenadores que prestam serviços remunerados a terceiros. Em 2013, outras 1230 unidades, totalizando no biênio 2012-2013 2.730 unidades.

Quantidade alcançada

2.730

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.500	unidade	573	
Região Nordeste	300	unidade	87	31/12/2013
Região Norte	200	unidade	78	31/12/2013
Região Sudeste	1.000	unidade	491	31/12/2013
Região Sul	3.000	unidade	1.501	31/12/2013

- **Elaborar o Plano Nacional de Armazenagem**

Análise Situacional da Meta

Em 09/05/2012, foi publicada a Portaria MAPA nº379, que criou Grupo de Trabalho para a construção do Plano Nacional de Armazenagem. O Plano Safra 2013/2014 contemplou de maneira estratégica a questão da armazenagem.

- **Implantar 40 projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações rurais e cooperativas, apoiando organização social e produtiva de mulheres e jovens para acesso aos mercados e aumento da renda**

Análise Situacional da Meta

Os projetos de desenvolvimento e de inclusão social obtiveram avanço, principalmente a partir do segundo semestre de 2013, com a ampliação das parcerias institucionais e também devido ao sucesso do edital de chamamento público, para capacitação em associativismo e em cooperativismo.

Já foram implementados 12 projetos nos seguintes estados: 1 em Alagoas; 1 no Pará; 2 em Pernambuco; 2 no Rio Grande do Norte; 1 na Bahia; 1 em Roraima; 2 no Piauí e 2 no Paraná. Os projetos visam a capacitação de mulheres e jovens para o desenvolvimento e inclusão social de pessoas integrantes dos quadros sociais de associações rurais e cooperativas, visando ao acesso a mercados e ao aumento de rendas.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2014

- **Promover a capacitação técnica ou gerencial de 3.200 pessoas pertencentes aos quadros de cooperativas e associações rurais**

Análise Situacional da Meta

A capacitação ampliou o quantitativo em função do avanço nas parcerias institucionais e também devido ao sucesso do edital de chamamento público, para capacitação em associativismo e cooperativismo. Em 2013, foram capacitadas 4.592 pessoas pertencentes aos quadros de associações e cooperativas, totalizando 9.514 no biênio 2012/2013.

Quantidade alcançada

9.514

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	3.200	pessoas	9.514	31/12/2013

OBJETIVO: 0750 - Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A difusão de tecnologias e a capacitação de produtores rurais, extensionistas e equipes de assistência técnica, com foco na competitividade e sustentabilidade da produção agroenergética, a disponibilização de linhas de crédito para renovação e ampliação de canaviais, a distribuição de mudas de dendê, dentre outras, foram ferramentas utilizadas para propiciar uma maior produção de combustíveis a partir da biomassa agrícola.

Algumas medidas adotadas em 2013 em benefício do setor sucroenergético propiciaram uma retomada da produção. A produtividade obtida na atual temporada da safra 2013/14 apresentou uma considerável melhora em relação à safra passada, com um crescimento de 7,9% na média geral, passando de 69,4 ton/ha para 74,9 ton/ha, mas ainda aquém da média recente de 85 ton/ha. Além disso, a área de renovação dos canaviais no Brasil prevista para a safra 2013/14 deverá alcançar 969 mil hectares e a produção total de cana-de-açúcar está prevista para 659,85 milhões de toneladas, com aumento de 12% em relação à safra 2012/13, que foi de 588,92 milhões de toneladas.

Neste contexto, foram disponibilizados R$ 4 bilhões, por meio do programa PRORENOVA – BNDES, para financiamento da expansão de canaviais. Após seu lançamento, a linha passou por algumas mudanças, para facilitar a adesão ao crédito. Foram disponibilizados, também, R$ 2 bilhões (metade via BNDES e metade via Poupança Rural) pelo Programa de Financiamento à Estocagem de Etanol (linha de financiamento que visa disponibilizar recursos financeiros para carregamento de estoques até o período de entre safra). Além disso, houve a elevação da mistura de etanol anidro na gasolina de 20% para 25%, a partir de 1º de maio de 2013, redução de tributos PIS/COFINS e o Governo

Plano Mais Brasil

Federal concedeu aos produtores um crédito tributário no mesmo valor do imposto cobrado.

Para o setor de biodiesel, cuja produção em 2013 alcançou 2,93 bilhões de litros, ainda concentrada na soja (74%) e no sebo bovino (20%), foram desenvolvidas ações de difusão de tecnologias e capacitação. Para tanto, foram realizados em 2013: a I Semana da Bioenergia; o IV Dia de Campo da Canola; o II Simpósio de Biorrefinarias; e o I Congresso Brasileiro de Macaúba - Consolidação da Cadeia Produtiva; consolidando um total de 900 pessoas capacitadas e 4 projetos de difusão de tecnologias organizados.

Além disso, visando desenvolver a produção de óleo de palma (dendê) na Bahia, foram produzidos e distribuídos, numa parceria entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 70 mil mudas de dendezais de alta produção, o que permitiu aos agricultores familiares ampliarem a área de cultivo em mais 512 hectares e promoverem a renovação de 960 hectares, com mudas do cultivar Tenera, mais precoce e mais produtivo (engloba substituição dos plantios subespontâneos que ora oferecem baixíssima produtividade). Foram superados, também, obstáculos para a utilização do óleo de dendê como matéria-prima na produção de biodiesel e comercialização para a Unidade de Biodiesel de Candeias - BA, viabilizada pela cooperativa dos agricultores, diante das vantagens comparativas em face de sua localização próxima ao Recôncavo Baiano.

Por fim, houve a ampliação do banco de germoplasma de dendê no Sul da Bahia e o início da implantação de outro no Pará, e consolidou-se o georrefenciamento de 1.609 propriedades rurais produtoras de dendê e de 234 unidades artesanais de extração de óleo, o que permitirá a difusão de boas práticas de manejo da lavoura e de processamento do dendê.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 4.000 produtores rurais, extensionistas e equipes de assistência técnica em produção agroenergética**

Análise Situacional da Meta

Foi definido como procedimento para o cumprimento desta meta em 2013 o apoio, mesmo que parcial, a eventos de capacitação, tais como: dias de campo; seminários; congressos; workshops; etc. Isto se deu pela possibilidade de atingir um maior número de pessoas com o menor orçamento possível, otimizando assim o efeito da ação.

Durante o ano 2013, foi realizada a Semana da Bioenergia, em Brasília, em parceria com a Embrapa Agroenergia. O evento teve como objetivo a capacitação de 50 especialistas de outros países em desenvolvimento das Américas e da África que compartilham condições ambientais de produção semelhantes à brasileira para produção sustentável de matérias-primas agroenergéticas. Foram apresentadas aos participantes as experiências brasileiras, como o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e da palma de óleo. O evento divulgou, também, os programas brasileiros de produção de biocombustíveis e mostrou a aplicação dos indicadores de sustentabilidade da Parceria Global de Bioenergia (GBEP, sigla em inglês) às condições brasileiras. Considerando o biênio 2012-2013, foram capacitados 2.350 produtores rurais, extensionistas e equipes de assistência técnica em produção agroenergética.

Quantidade alcançada

2.350

Data de Referência

31/12/2013

- **Modernizar duas unidades artesanais de extração de óleo de dendê**

Análise Situacional da Meta

A meta de implantação de duas miniusinas para funcionamento como unidades pilotos de processamento de dendê foi alcançada mediante parceria entre Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e Petrobras, tendo seu início com a aquisição dos equipamentos em 2012 e processos de instalação nesse ano e no seguinte. Estas unidades de processamento têm como objetivo a capacitação de agricultores familiares dos territórios da cidadania do Baixo Sul e Litoral Sul da Bahia, com vistas ao beneficiamento adequado dos subprodutos do dendê, além de se constituírem em unidades demonstrativas e modelos de plantas para processamento em pequena escala pelos segmentos da agricultura familiar. De posse dos equipamentos, executou-se em 2013 a instalação da primeira miniusina, localizada na Estação Experimental Lemos Maia, área da CEPLAC, no município de Una, Bahia,

cumprindo sua função de treinamento de produtores e base de ensaio experimental sobre beneficiamento, no centro de produção de dendê do Território da Cidadania do Litoral Sul da Bahia. Com a modernização desses processos, busca-se, além da produtividade e competitividade do setor, melhorar a qualidade do óleo e superar obstáculos para a utilização do óleo de palma como matéria-prima na produção de biodiesel, consolidando assim sua comercialização para a Unidade de Biodiesel de Candeias, na Bahia, diante de vantagens comparativas, dada a sua localização próxima ao parque produtivo no Recôncavo Baiano, onde está instalada a segunda miniusina, no município de Valença, BA. A apuração quantitativa e qualitativa da meta está regionalizada para o parque produtivo de dendê localizado nos Territórios da Cidadania do Baixo Sul e Litoral Sul, no Estado da Bahia, Região Nordeste e está registrada de modo cumulativo dentro do ciclo do PPA.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	2	unidade	2	31/12/2013

- **Organizar 30 projetos de difusão de tecnologias de produção de matérias primas agroenergéticas**

Análise Situacional da Meta

Visando atingir as referidas metas do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), além de solucionar outros problemas relativos à agroenergia, como a ampliação e renovação de canaviais e o aproveitamento de resíduos da produção agropecuária na produção de energia, em 2013 foram desenvolvidas as seguintes atividades: 1) Monitoramento das cadeias produtivas sucroenergéticas e de oleaginosas, assim como o acompanhamento dos processos judiciais referentes à aplicação do Plano de Assistência Social – PAS relacionados à produção de açúcar e etanol; 2) Realização da Semana da Bioenergia, em Brasília – DF, de 18 a 23/03/2013 (50 participantes). Nesse evento foi difundida a tecnologia do zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e da palma de óleo.

Dando continuidade às atividades de 2013, foram realizados mais três eventos votados para a difusão e capacitação tecnológica, como: Dia de Campo da canola, difundindo as tecnologias voltadas para a colheita, corte e enleiramento da canola; II Simpósio de Biorrefinaria, abordando a utilização de biomassa para biorrefinarias - oleaginosas, açúcares e amido, lignocelulósica (resíduos, papel e celulose); I Congresso Brasileiro de Macaúba - Consolidação da Cadeia Produtiva, difundindo as boas práticas para o manejo dos frutos de Macaúba, Sistemas de produção, propagação e cultivo, integração lavoura-pecuária e agregação de valor aos subprodutos da Macaúba.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2013

- **Promover a implantação de 10.000 ha de dendezais**

Análise Situacional da Meta

A partir de parceria entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), consolidada em 2012, viabilizou-se a produção e a distribuição de sementes e mudas selecionadas do cultivar Tenera, permitindo, ainda neste ano, a expansão de mais 50 hectares de novos cultivos no primeiro semestre e mais 12 hectares no segundo semestre, somados aos 450 hectares já implantados no exercício de 2012. A apuração quantitativa da meta está expressa de modo cumulativo, representando, até 2.013, expansão acumulada de 512 hectares de novos cultivos, índice inferior a 10%, diante de entraves associados à normatização da produção de material botânico.

A produção de sementes selecionadas para distribuição aos agricultores familiares encontra-se paralisada, em razão de restrições contidas na Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001. O processo de regularização da

Plano Mais Brasil

produção de sementes está em andamento junto ao CGEN.

Ressalta-se que, em relação à implementação da meta na Região Norte, a estratégia consiste na implantação, pela Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), de um campo de produção de sementes melhoradas de dendê no estado do Pará.

Quantidade alcançada

512

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	6.000	ha	512	31/12/2013
Região Norte	4.000	ha	0	31/12/2013

- **Promover a renovação de 6.000 ha de dendezais**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2013, esta meta tem sofrido limitações quanto à disponibilidade de mudas melhoradas, tendo em conta restrições já enunciadas na meta de expansão da área de cultivo de dendê, relativas a proibições decorrentes da falta de regulamentação da produção e distribuição de sementes e mudas de dendê.

A partir de parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), consolidada em 2012, viabilizou-se a produção e distribuição de sementes e mudas selecionadas do cultivar Tenera, permitindo, além da expansão de novos cultivos, a renovação de 960 hectares de cultivos tradicionais – subespontâneos, pois consiste na substituição progressiva dos plantios decadentes com baixos níveis de produção e produtividade, por cultivares mais produtivos e precoces. Outras dificuldades ainda presentes se situam na operacionalização das linhas de crédito, especialmente aos agricultores familiares, como entrave para a renovação de dendezais.

Providências encontram-se em curso no sentido de regularizar a produção de sementes e mudas junto à Superintendência Federal de Agricultura, na Bahia, assim como esforços junto ao Banco do Brasil e Banco do Nordeste para simplificar os processos de contratação dos projetos de créditos elaborados.

Quantidade alcançada

960

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	6.000	ha	960	31/12/2013

OBJETIVO: 0976 - Modernizar a gestão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário, em benefício da sociedade brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no intuito de melhorar sua gestão e o seu desempenho operacional, busca, na implementação deste objetivo, programar suas metas, iniciativas e medidas institucionais e normativas, que caracterizam prioridades na gestão, para que sejam integradas e estruturadas em novos padrões, coerentes com o significativo papel de executor de políticas públicas, baseadas nos princípios abaixo destacados, para alcançar os resultados esperados: 1.desenvolvimento da gestão institucional; 2.aperfeiçoamento dos mecanismos de comunicação social integrada; 3.integração do planejamento estratégico e do planejamento setorial; 4.gestão de pessoas por competência e capacitação; 5.gestão da informação e do conhecimento; 6.políticas de produção e disponibilização de

informações ao cidadão; e 7.gestão da tecnologia da informação.

Para o alcance dos resultados das metas e iniciativas que buscam a modernização da gestão institucional do MAPA, destacam-se as seguintes atividades: institucionalização da Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA e a identificação dos macroprocessos e, em alguns casos, dos processos vinculados; definição do instrumento de monitoramento, com adaptação de uma metodologia de monitoramento da gestão por processo, para o contexto do Mapa; ampliação do acesso à informação pública por meio do Serviço de Informação ao Cidadão-SIC; alimentação da Base de Dados Nacional – AGROBASE e Base Internacional (disponíveis na internet 10.172 registros novos até dezembro de 2013); manutenção e alimentação do Sistema de Legislação Agrícola do MAPA - Sislegis, base de dados da legislação agrícola, disponibilizando a todos os visitantes do Portal do MAPA, por meio do Módulo Cidadão, bem como para todos os Servidores via Web e Intranet, com as seguintes atualizações e/ou inclusões - 107.301 atos da legislação federal, 9.520 atos da legislação agropecuária e 1.566 atos publicados no boletim de pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; consolidação da Gestão Estratégica do Mapa, retomada a abordagem tradicional do método balanced scorecard (foram catalogados vinte e sete projetos estratégicos, realizada a mensuração dos indicadores dos objetivos estratégicos e a capacitação da nova equipe); consolidação do Sistema de Comunidade Virtual/CATIR (total de participantes - 6.539 usuários em 178 comunidades); modernização das soluções de tecnologia da informação no MAPA (realizado um upgrade na conectividade das unidades regionais com a sede e, respectivamente, da sede com a internet); certificação digital - serviços técnicos especializados em certificação digital para usuários e servidores, dentro das especificações e normas ICP – Brasil. Somam-se: serviços técnicos especializados em rede de dados, sendo administração, manutenção e monitoramento da rede privada - VPN/MAPA, apropriada para tráfego de dados, a ser conectada ao Backbone da rede SERPRO com o objetivo de interligar as localidades remotas do MAPA, por meio de links exclusivos, acesso à internet e utilização da infraestrutura da INFOVIA - Brasília, provendo serviços de dados e imagens; manutenção da Central de Relacionamento do MAPA, para dar continuidade a prestação dos serviços de atendimento aos Usuários da Rede MAPA e da Sociedade; prestação de serviços de manutenção preventiva, programada e corretiva da Sala Cofre e seus componentes, preservando as características de desempenhos atuais, visando garantir a continuidade dos padrões de segurança e certificação adquiridos; operacionalização da modalidade "Enterprise Agreement Subscription", visando à aquisição de cessão de direito de uso temporário de softwares; realização do Plano Anual de Educação Continuada - PAEC 2013; aprovação do PAEC 2014; fortalecimento do Programa de Valorização e Excelência em Recursos Humanos; e, crescimento das notícias espontâneas favoráveis, contribuindo para que a sociedade tenha cada vez mais acesso ao trabalho desenvolvido pelo MAPA.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a média anual de horas de capacitação dos servidores do MAPA de 7,5 para 40**

Análise Situacional da Meta

Nesta análise, considerou-se o total de horas cursadas (86.245,20 horas/ Fonte: CGDP), distribuídas pelos servidores ativos deste Ministério (10.673 servidores/Fonte: COPES/Divisão de Cadastro/CGAP), obtendo o resultado de 8,08 h/servidor.

A evolução do resultado de 2013, comparado a 2012, teve como ponto fundamental a definição de capacitação estabelecida na Portaria do MAPA Nº 482, de 28 de maio de 2012, que considerou como eventos de capacitação: cursos presenciais e à distância; aprendizagem em serviço; grupos formais de estudos; intercâmbios; estágios; seminários; congressos; conferências; encontros e palestras; que contribuíram para o desenvolvimento do servidor e atendimento dos interesses do Mapa. Foram computadas também as horas derivadas de cursos que não tiveram custos para o Ministério, como, também, maior participação dos servidores nestes eventos.

Neste ano, foram desenvolvidas as seguintes ações: 1) participação no Projeto Piloto de implantação do "Sistema Capacitação" do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; 2) aprovação pelo Comitê Gestor de Educação Continuada (CGEC) do Plano Anual de Educação Continuada - PAEC 2013; 3) emissão de Certificados de 13 eventos

Plano Mais Brasil

realizados no âmbito interno do MAPA; 4) consolidação das demandas de capacitação para o PAEC 2014; 5) aprovação do PAEC 2014; 6) estruturação e manutenção de banco de dados e informações relativas ao sistema de capacitação e treinamento; e 7) manutenção do cadastro de instrutores internos e externos, para suporte às atividades docentes envolvidas na capacitação e treinamento.

Quantidade alcançada

8,08

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar de 10% para 70% o percentual de processos em uso, mapeados e melhorados**

Análise Situacional da Meta

O resultado desta meta alcançado em 2013 corresponde a 18% dos processos em uso mapeados e melhorados. Esse número mantém-se estável desde 2012. Como estratégia para o alcance da meta ao final do PPA, no ano de 2013, foram realizadas ações estruturantes de desenvolvimento do projeto estratégico "Implantação da Gestão por Processos", um dos pilares para a consecução desta meta, que está vinculado ao objetivo estratégico "Melhorar continuamente a infraestrutura e os processos de trabalho", constante do tema "Excelência Administrativa", da Perspectiva de Processos Internos, do Plano Estratégico do Mapa. Dentre as ações que efetivamente contribuirão para o alcance total da meta em 2015, desenvolvidas em 2013, pode-se citar: 1) a institucionalização da Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA, que identifica seus macroprocessos, desenhada conforme suas funções estruturantes; 2) o detalhamento do macroprocesso finalístico de primeiro nível da cadeia de valor, o de Desenvolvimento do Cooperativismo e Associativismo Rural e de seus principais processos, com validação no primeiro quadrimestre de 2014; e 3) a definição do instrumento de monitoramento, com adaptação de uma metodologia de monitoramento da gestão por processo, para o contexto do Mapa, agregada ao modelo de gestão do escritório de processos. Com estas ações e o comprometimento das unidades de negócio na identificação dos principais processos e no mapeamento e aprimoramento destes, espera-se alcançar a meta programada.

Quantidade alcançada

18

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar de 45% para 95% a Taxa de servidores participantes de comunidades virtuais do ambiente institucional CATIR (Comunidades de Aprendizagem, Trabalho e Inovação em Rede)**

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Comunidades de Aprendizagem, Trabalho e Inovação em Rede (CATIR) foi implantado em 2006, e o total de participantes até dezembro de 2013 alcançou 6.539 usuários, em 178 comunidades.

A meta prevista para o biênio 2012/2013, de 156 comunidades, foi ultrapassada em 22 comunidades. Este resultado positivo tem impacto direto no Objetivo Estratégico "Melhorar a Gestão da Informação e do Conhecimento", estabelecido no Mapa Estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Esse sistema tem como proposta maior a integração entre os elementos de uma Comunidade Virtual (CV), no qual as pessoas compartilham informações de seu interesse. No ano de 2013, houve um aumento de 89 usuários cadastrados e a criação de 2 novas comunidades virtuais. Isto contribuiu para o aumento da taxa em 1%.

Quantidade alcançada

58

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar de 60% para 70% o percentual de notícias positivas veiculadas na mídia sobre o MAPA**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 a análise qualitativa e quantitativa passou a englobar mais veículos de comunicação, como rádios, televisão e veículos específicos de cobertura do agronegócio. O percentual apurado de notícias positivas chegou a 83,75%.

Quantidade alcançada

83,75

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar o índice de satisfação dos servidores em relação às ações dos serviços de qualidade de vida de 30% para 70%**

Análise Situacional da Meta

Para 2013, o descritor da meta foi alterado. Está sendo formatado um instrumento a ser aplicado para avaliar a satisfação dos servidores em relação às ações dos serviços de qualidade de vida, sendo que estes dados estarão disponíveis em junho de 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Passar de 2 para 4 o Índice de Atendimento (acessibilidade, navegabilidade, usabilidade, interface, qualidade das informações, satisfação dos gestores dos sistemas) dos sistemas de informação do MAPA**

Análise Situacional da Meta

Visando identificar e aferir o nível de satisfação com os Sistemas de Informação desenvolvidos no Ministério, foi elaborado um questionário, disponibilizado por e-mail, a cada gestor de sistema (70 gestores identificados), para análise quanto aos requisitos de acessibilidade, navegabilidade e qualidade das informações disponibilizadas por esses sistemas. A apuração deste índice de atendimento indica o quanto os sistemas implantados na instituição estão sendo úteis aos usuários, na percepção deles. A premissa é de que os usuários informem se estão satisfeitos com os sistemas, na medida em que eles sejam úteis para a realização dos trabalhos. .

Os sistemas de informação devem assegurar que as informações sejam de fácil compreensão e utilização. O acesso às informações deve se dar de forma intuitiva e de fácil localização. As informações devem possuir integridade e registro fiel ao fato que representam. Deve-se atentar às dificuldades representadas pela não obtenção de respostas dos questionários enviados aos gestores. Nem todos os gestores avaliam os seus sistemas e isso aumenta o risco de não cumprimento da meta definida.

O resultado apurado no ano de 2013 (índice 3) representa 60% de satisfação com os sistemas entregues e demonstra unicamente uma consonância com o nível de acessibilidade, navegabilidade e qualidade das informações disponibilizadas. Isto indica que a qualidade dos sistemas permanece estável.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 1005 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e de difusão de tecnologias para produtores rurais

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Esse objetivo busca promover a adoção de inovações tecnológicas, gerenciais, ambientais, mercadológicas e sociais pelos produtores e comunidades rurais, por meio dos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), em articulação com a pesquisa agropecuária brasileira, criando condições para apropriação de tecnologias que levem ao aumento da

Plano Mais Brasil

produtividade e da renda dos agricultores.

A viabilização dos serviços de assistência técnica e extensão rural se dará por meio da Agência de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER. A Lei nº 12.897, que autoriza o Poder Executivo Federal a instituir a ANATER, foi publicada em 19 de dezembro de 2013. Espera-se, para o início de 2014, a publicação de Decreto que criará a referida Agência.

No ano de 2013, com vistas a cumprir compromisso de Governo assumido no Plano Safra para o Semiárido, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento firmou 5 convênios com entidades estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) dos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, para prestação de serviços de assistência técnica a médios produtores da região do Semiárido. Como os convênios foram firmados no final de 2013, os resultados da prestação dos serviços serão verificados no ano de 2014.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 10.000 agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para apoio ao produtor rural**

Análise Situacional da Meta

A implementação desta meta deverá ocorrer a partir de 2014, uma vez que a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) teve sua criação autorizada em 2013. A capacitação de técnicos extensionistas será executada com apoio da área de transferência de tecnologia do sistema nacional de pesquisa agropecuária, de forma a permitir acesso às inovações geradas pela pesquisa e promover a integração entre a extensão rural e as instituições de pesquisa.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) participa do processo para implantação da ANATER com apoio para a estruturação da nova entidade (elaboração de minuta de decreto, regulamento, definição do organograma da entidade).

Outra ação preparatória adotada foi a criação de grupo de trabalho que está definindo e qualificando as demandas de assistência técnica para o médio produtor. Dessa forma, quando a ANATER entrar em operação, o MAPA já terá definido as prioridades para as contratações dos serviços de assistência técnica para o médio produtor no ano de 2014, observando a orientação geral já indicada pelo Governo Federal: pecuária de leite; região do Semiárido; tecnologias do plano de agricultura de baixa emissão de carbono (Plano ABC); agricultura de precisão; agricultura irrigada; e agricultura orgânica (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Planapo).

Quantidade alcançada

79

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2.500	unidade	24	31/12/2013
Região Nordeste	2.000	unidade	24	31/12/2013
Região Norte	2.500	unidade	16	31/12/2013
Região Sudeste	1.500	unidade	8	31/12/2013
Região Sul	1.500	unidade	7	31/12/2013

- **Prestar assistência técnica e extensão rural direcionada à adoção de tecnologias, agropecuária sustentável, gestão e organização de produtores e de estabelecimentos rurais para 230.000 produtores**

Análise Situacional da Meta

A implementação desta meta deverá ocorrer a partir de 2014, em articulação com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER). O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) participa do processo para a implantação da ANATER, a partir da sanção da Lei pela Presidenta da República, com apoio para a estruturação da nova entidade (elaboração de minuta de decreto, regulamento, definição do organograma da entidade).

Outra ação preparatória adotada foi a criação de grupo de trabalho que está definindo e qualificando as demandas de assistência técnica para o médio produtor. Dessa forma, quando a ANATER entrar em operação, o MAPA já terá definido as prioridades para as contratações dos serviços de assistência técnica para o médio produtor no ano de 2014, observando a orientação geral já indicada pelo Governo Federal: pecuária de leite; região do Semiárido; tecnologias do plano de agricultura de baixa emissão de carbono (Plano ABC); agricultura de precisão; agricultura irrigada; e agricultura orgânica (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica Planapo).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2013 - Agricultura Irrigada

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área dotada de infraestrutura para uso em irrigação	ha	30/12/2006	4.453.925	-	-
Intensidade do uso da infraestrutura de agricultura irrigada em projetos públicos de irrigação	%	30/12/2010	51	31/12/2012	61,6
Percentual da área colhida que aplica as técnicas de irrigação e drenagem	%	30/12/2006	11,19	-	-

Observações:

Área dotada de infraestrutura para uso em irrigação - A previsão para apuração é o próximo censo agropecuário de 2016, ano base 2015.

Intensidade do uso da infraestrutura de agricultura irrigada em projetos públicos de irrigação - Informações encaminhadas pelo MI, Codevasf e Dnocs

Percentual da área colhida que aplica as técnicas de irrigação e drenagem - A previsão para apuração é o próximo censo agropecuário de 2016, ano base 2015.

OBJETIVO: 0128 - Regulamentar o marco legal da Política Nacional de Irrigação, elaborar Planos de Irrigação e reestruturar a gestão da agricultura irrigada em articulação com as políticas públicas afins.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

A Política Nacional de Irrigação, instituída através da Lei 12.787/2013, será regulamentada a partir da publicação de decretos que especifiquem os instrumentos a serem implementados para a consecução de seus objetivos. Elaborou-se minuta de Decreto para regulamentação do Art. 19 da Lei, que trata da Certificação dos Projetos de Irrigação. Além disso, foram elaboradas outras duas minutas de Decretos, um que enquadra os Projetos Públicos de Irrigação como de Interesse Social, regulamentando o parágrafo único do Art. 24, e outro que institui o Conselho Nacional de Irrigação, que é um instrumento da Lei 12.787/2013, previsto no Art. 21. O Ministério da Integração Nacional (MI) também elaborou minuta de Decreto que define como de interesse social os barramentos para fins de irrigação e as infraestruturas correlatas, regulamentando o parágrafo 2º do Art. 22 da Lei. Também foi elaborada uma minuta de Decreto para regulamentação da alínea "e" do inciso VIII do Art. 3º e da alínea "g" do inciso IX do Art. 3º da Lei 12.651/2012 (Novo Código Florestal) no sentido de enquadrar os barramentos para fins de irrigação e as infraestruturas correlatas como de utilidade pública e de interesse social.

Tratativas do MI com outros órgãos e entidades estão sendo realizadas para viabilizar a regulamentação da Política Nacional de Irrigação, a exemplo das discussões para viabilizar Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que prevê a implantação de unidades demonstrativas de produção integrada em sistemas de irrigação nos projetos públicos e privados de irrigação. Encontra-se em elaboração o Acordo de Cooperação Técnica e o Termo de Referência para o desenvolvimento do Plano Diretor da Agricultura Irrigada do Distrito Federal, previsto para 2014/2015 com recursos do Programa Interáguas. Os produtos referentes ao Plano Diretor de Irrigação do Mato Grosso do Sul foram entregues e encontram-se em processo de análise. Os Planos Diretores de Irrigação dos Estados do Paraná, Pernambuco, Bahia, Ceará e Espírito Santo foram cancelados devido ao não atendimento dos requisitos estabelecidos no processo licitatório. Oportunamente, esses Planos serão repactuados contemplando os princípios e fundamentos da Política Nacional de Irrigação (Lei nº 12.787/2013). Foram concluídos em 2012 e 2013, respectivamente, os Planos Diretores de Agricultura Irrigada de Minas Gerais (http://www.pai-mg.coop.br)

e do Rio Grande do Sul (http://www.piuma-rs.coop.br). Realizou-se em Belo Horizonte – MG (2013) o II Seminário Nacional de Agricultura Irrigada e Desenvolvimento Sustentável, com a apresentação e discussão dos resultados alcançados com os Planos Diretores de Irrigação de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Foi elaborado um Termo de Referência para "Análise Territorial de Indicadores para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada no Brasil", a ser executado com recursos do PCT/IICA. Este é um dos estudos a serem contratados que definirão o escopo do Plano Nacional de Irrigação. Ademais, outros estudos estão sendo propostos.

A regulamentação e a implementação da Política Nacional de Irrigação deve se dar em articulação com as demais políticas afins, como as de recursos hídricos, meio ambiente, desenvolvimento regional, agrícola, energética, entre outras. Neste sentido, o MI tem atuado no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e suas Câmaras Técnicas, no Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e na Câmara Temática de Agricultura Sustentável e Irrigação do MAPA.

Outra importante instância de articulação é o Fórum Permanente de Agricultura Irrigada, que reúne representação de produtores irrigantes e de órgãos públicos, criado pelo MI pela Portaria nº 1.869, de 5 de dezembro de 2008. O Fórum é um colegiado de intercâmbio, articulação e difusão de conhecimentos, experiências e de cooperação para construir novas soluções, constituído por uma rede de especialistas e instituições brasileiras - públicas e privadas - com o objetivo geral de contribuir para o desenvolvimento da capacidade político-institucional, técnica e gerencial de seus integrantes, operando também como instrumento de integração nacional para a gestão do conhecimento relacionado com a agricultura irrigada e drenagem agrícola.

O Conselho Nacional de Irrigação (CONIR), a partir da sua implementação prevista para o segundo semestre de 2014, será um importante mecanismo de articulação entre políticas afins. A implementação dos instrumentos da Política Nacional de Irrigação depende de articulação com outros órgãos públicos e representações setoriais, sendo que as discussões envolvem representantes das entidades de acordo com o tema a ser tratado.

Tratativas do MI com outros órgãos e entidades estão sendo realizadas para viabilizar a regulamentação da Política Nacional de Irrigação, a exemplo do Acordo de Cooperação Técnica com o MAPA já citado. Outro Acordo de Cooperação Técnica está em vias de ser assinado pelo MI, MAPA, Ministério do Meio Ambiente (MMA) com vistas a tratar conjuntamente de seis temas prioritários definidos pelos partícipes: capacitação, certificação, pagamento por serviços ambientais, aperfeiçoamento dos procedimentos de outorga, conservação de solo e água e Sistema Nacional de Informações da Irrigação.

Metas 2012-2015

- **Cadastrar 100% dos irrigantes do setor privado**

  Análise Situacional da Meta

  Tratativas com a Agência Nacional das Águas (ANA) estão em pauta para viabilizar Acordo de Cooperação Técnica com o objetivo de utilizar a base de dados do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos, desenvolvido e implementado pela Agência, para subsidiar o cadastro de irrigantes do setor privado. O cadastro das outorgas emitidas pela ANA corresponde a 10% das outorgas do País. Para incluir a base de dados dos órgãos outorgantes das demais unidades da federação, deverá ser dispendido grande esforço articulador, a ser iniciado após o acesso à base de dados da ANA, que já possui integração com alguns estados. O processo de implementação da meta foi revisto e deverá focar os irrigantes que tem outorga de direito de uso de água. Os irrigantes que não possuem outorga serão objeto de orientação e fiscalização dos órgãos competentes.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2013

- **Cadastrar e manter os dados de 100% dos irrigantes de projetos públicos de irrigação**

Análise Situacional da Meta

O Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação (SINIR) está em fase de desenvolvimento. O Grupo de Trabalho instituído (em 2012) delineou o escopo e o acompanhamento do desenvolvimento do SINIR. O primeiro módulo a ser implementado é o Módulo I – Projeto Público de Irrigação. Esse módulo compõe-se das seguintes partes: (i) informações gerais dos projetos; (ii) cadastro de irrigantes; e (iii) dos indicadores relacionados aos impactos socioeconômicos do projeto e ao funcionamento da infraestrutura de irrigação de uso comum do projeto. Para o primeiro semestre de 2014 estão previstos a conclusão da parte que trata das informações gerais dos projetos (submódulo i) e desenvolvimento da plataforma do cadastro de irrigantes dos projetos públicos de irrigação (submódulo ii). Para o segundo semestre de 2014, há a previsão de desenvolvimento dos indicadores socioeconômicos (submódulo iii). Discussões com as entidades vinculadas, Companhia de Desenvolvimento da Vale do São Francisco e Parnaíba (Codevasf) e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) definirão as estratégias a serem implementadas visando o cadastramento e manutenção dos dados dos irrigantes dos projetos públicos de irrigação na plataforma de suporte das informações. Há expectativa de implementação do cadastro para o primeiro semestre de 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar o Conselho Nacional de Irrigação**

Análise Situacional da Meta

O Conselho Nacional de Irrigação (CONIR) é um dos instrumentos da Política Nacional de Irrigação, prevista no artigo 21 da Lei nº 12.787/2013. A minuta do decreto de regulamentação do Conselho já está concluída, assim como a minuta do Decreto que enquadra os Projetos Públicos de Irrigação como de Interesse Social. Espera-se implantar o CONIR ainda em 2014.

- **Implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação**

Análise Situacional da Meta

Foi instituído pela Portaria MI nº 643, de 20 de novembro de 2012, o Grupo de Trabalho responsável pela discussão do escopo e acompanhamento do desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação (SINIR), instrumento previsto na nova Política Nacional de Irrigação (Lei nº 12.787/2013). No escopo do SINIR constam os seguintes módulos: I- Projeto público de irrigação; II- infraestrutura de suporte à agricultura irrigada; III- informações hidrológicas; IV- agricultura irrigada; V- agrometeorologia; VI- pesquisa/ensino/extensão; e VII- mercado/comercialização.

O primeiro módulo a ser implementado é o Módulo I, referente aos Projetos Públicos de Irrigação. Esse módulo compõe-se das seguintes partes: (i) informações gerais dos projetos; (ii) cadastro de irrigantes; e (iii) dos indicadores relacionados aos impactos socioeconômicos do projeto e ao funcionamento da infraestrutura de irrigação de uso comum do projeto. Para o primeiro semestre de 2014 está prevista a conclusão da parte desse módulo que trata das informações gerais dos projetos (área irrigável, área irrigada, métodos de irrigação, principais culturas, produção vegetal, valor bruto de produção, vias de acesso, localização, dentre outras), assim como sua disponibilização no endereço eletrônico do Ministério da Integração Nacional. Para o 1º e o 2º semestre de 2014, respectivamente, há a previsão de desenvolvimento da plataforma do cadastro de irrigantes dos projetos e dos indicadores socioeconômicos (submódulos do módulo I).

A execução dos Módulos IV, VI e VII está prevista para operacionalização ao fim do primeiro semestre de 2015 e os Módulos II, III e V, para o fim do segundo semestre de 2015.

- **Regulamentar o novo marco legal da Política Nacional de Irrigação**

Análise Situacional da Meta

Foram elaboradas quatro minutas de Decreto para a regulamentação da Política Nacional de Irrigação, a saber: (i) minuta de Decreto que cria o Conselho Nacional de Irrigação (artigo 21); (ii) minuta de Decreto para a implementação de Certificação dos Projetos de Irrigação (artigo 10); (iii) minuta de Decreto que define como de interesse social os barramentos para fins de irrigação e as infraestruturas correlatas (parágrafo 2º do artigo 22); e (iv) Decreto que enquadra os Projetos Públicos de Irrigação como de Interesse Social (parágrafo único do artigo 24, parágrafo 1º do artigo 32 e parágrafo 1º do artigo 35). No total, doze pontos da Política carecem de regulamentação, dos quais quatro já estão com minutas de decreto em análise e os restantes poderão ser agrupados em três decretos: o primeiro ainda no segundo semestre de 2014 (Inciso I do art. 2º e parágrafo 1º do artigo 3º), o segundo para 2015 (artigo 16, com decreto prevendo portaria interministerial) e o terceiro para 2016, devido a sua complexidade e impactos socioeconômicos (Inciso IV do artigo 3º, parágrafos 2º e 7º do artigo 28, parágrafo 1º do artigo 37, artigo 39 e artigo 43).

OBJETIVO: 0163 - Aperfeiçoar as políticas creditícia e securitária voltadas à irrigação com vistas a ampliar a área irrigada, a aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos e a contribuir para a contenção do avanço da fronteira agrícola.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

As medidas adotadas para impulsionar a agricultura irrigada - destacando a redução da taxa de juros de 5,5 para 3,5% ao ano -, tiveram reflexo altamente positivo nas operações bancárias destinadas a irrigação, elevando o crédito destinado à irrigação para novo patamar, R$ 946,3 milhões em 2013, aumento de 362% em relação a 2012 (R$ 204,9 milhões).

A adequação da política securitária continua sendo trabalhada buscando seu ajuste às peculiaridades, especificidades e garantias inerentes à atividade de irrigação. No seguro agrícola destacou-se o Programa de Subvenção ao Seguro Rural (PSR) subvencionando o prêmio do seguro englobando parte das culturas irrigadas.

A alíquota do adicional para enquadramento no PROAGRO de empreendimentos irrigados financiados caiu de 3,0% para 1,0%, independentemente da região, da linha de crédito ou do programa a que esteja vinculado o beneficiário. O número de operações e/ou beneficiários do crédito cresceu também de forma significativa, passando de 647 em 2012 para 10.032 em 2013.

Metas 2012-2015

- **Disponibilizar R$ 4 bilhões para linhas de crédito destinadas a Agricultura Irrigada**

Análise Situacional da Meta

O volume de recursos da meta está disponibilizado no Programa de Sustentação do Investimento PSI/BK e nos outros recursos do BNDES. O total de crédito à agricultura irrigada, em 2013, chegou a R$ 946,3 milhões. No acumulado 2012 e 2013 o crédito à agricultura irrigada atingiu R$ 1.466.124.158.

Quantidade alcançada

1.466.124.158

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	480.000.000	R$ 1	121.844.196	31/12/2013
Região Nordeste	880.000.000	R$ 1	674.851.751	31/12/2013
Região Norte	100.000.000	R$ 1	3.915.596	31/12/2013
Região Sudeste	1.440.000.000	R$ 1	446.419.634	31/12/2013
Região Sul	1.100.000.000	R$ 1	219.092.981	31/12/2013

OBJETIVO: 0171 - Promover e fortalecer a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e inovação voltados para a agricultura irrigada e a sua difusão visando o incremento nos ganhos em produtividade, com qualidade e redução dos custos de produção.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Dado o potencial brasileiro, o desenvolvimento da agricultura irrigada ainda está aquém do desejável. A integração de esforços para o fortalecimento das pesquisas em irrigação e drenagem se constitui numa das principais estratégias para reverter esse quadro. Esse é, também, o mecanismo para fazer permear os progressos em gestão e em inovações nos negócios com base na racional utilização dos recursos hídricos na agricultura.

O apoio às pesquisas e sua difusão, e a capacitação de técnicos e agricultores são fatores fundamentais a uma agricultura mais intensiva, mais produtiva e mais eficiente no uso da água, especialmente se for levado em consideração o descompasso existente entre o desenvolvimento das culturas irrigadas e a oferta de informações tecnológicas aos agricultores irrigantes, no tocante a cultivares, fertiirrigação, fitossanidade, controle de ervas daninhas, colheita, pós-colheita.

Diversas ações estão em marcha para dinamizar o objetivo, destacando: Portaria Interministerial MAPA/MMA Nº 25-A/2013, criando Grupo de Trabalho com a finalidade de estabelecer linhas de ação e escala de execução no que se refere a gestão integrada dos recursos hídricos no meio rural; Portaria MAPA Nº 403 e 457/2013, que cria o GT para estruturar as ações de agricultura irrigada e drenagem no âmbito do MAPA; entendimentos junto a Codevasf/MI para implantação de 15 unidades demonstrativas em perímetros públicos de irrigação com prioridade para o semiárido nordestino; apoio ao Grupo de Trabalho com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para o planejamento do portfólio em agricultura irrigada, que constitui um instrumento gerencial relativo a P&D, transferência de tecnologia, comunicação e difusão de informação.

Diversas ações estão em fase final de consolidação para dinamizar o este objetivo, destacando-se: i - Acordo de Cooperação Técnica Mapa/MMA/ANA, abordando diferentes assuntos relacionados ao tema água, agricultura e irrigação; ii - Acordo de Cooperação Técnica Mapa/MI envolvendo unidades vinculadas (Embrapa, Codevasf, INMET, etc) tratando de diferentes questões relacionadas a agricultura irrigada, especialmente no que tange a implantação de unidades demonstrativas; iii - lançamento do Portfólio da Embrapa relacionado a agricultura irrigada, que constitui um importante instrumento gerencial associado a P&D e transferência de tecnologia, comunicação, difusão e informação.

Metas 2012-2015

- **Consolidar 4 redes de pesquisa e transferência de tecnologia em agricultura irrigada: água e agricultura; drenagem e salinidade; fruticultura; e hortaliças.**

  Análise Situacional da Meta

  O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) vem apoiando a consolidação da Rede AgroHidro no âmbito da Embrapa, que tem como ponto central o uso eficiente da água na agricultura, permeando transversalmente os 04 temas objetos desta meta.

  Atualmente a rede AgroHidro é formada por 45 pesquisadores, de 12 centros de pesquisa da Embrapa e de 8 universidades brasileiras, sem considerar parceiros indiretos e externos, inclusive internacionais, que já participam de pesquisas em desenvolvimento na Embrapa.

  O objetivo da rede é estudar as interações da agricultura com os recursos hídricos em bacias hidrográficas de diferentes biomas brasileiros, avaliando-se as alterações hidrológicas advindas de mudanças climáticas e de uso e cobertura da terra, com vista a sustentabilidade da agricultura, dos ecossistemas aquáticos e à manutenção da qualidade de vida das comunidades rurais. Para isso, estão previstas estratégias de gestão, comunicação, capacitação e trabalho interativo para a rede, bem como atividades que visam à transferência de conhecimentos e tecnologias de uso sustentável da água nas regiões a serem estudadas.

A montagem das outras redes nos termos propostos está em revisão, considerando a participação de diferentes instituições relacionadas ao tema, a exemplo de universidades, fundações, instituições privadas. Estão sendo mantidos entendimentos junto a Embrapa visando estudar alternativas para redimensionamento e qualificação do processo de implementação da meta, em que serão avaliados novos temas.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

- **Contratar 30 estudos incrementais sobre diferentes temas associados ao desenvolvimento dos cultivos irrigados, métodos e sistemas de irrigação e drenagem**

Análise Situacional da Meta

Esta meta busca identificar os fatores tecnológicos que mais promovem inovações incrementais no processo produtivo agropecuário (com a utilização da tecnologia de irrigação), que contribuem diretamente para a melhoria da produtividade com qualidade, redução dos custos de produção, dentre outros.

Foram firmados 04 termos de cooperação MAPA/Embrapa neste sentido, cujos resultados deverão estar consolidados em 2013/14. Um novo acordo de cooperação com a Embrapa Café deverá resultar em estudos incrementais relativos a irrigação e drenagem. O Termo de Cooperação foi pactuado, e aguarda-se o relatório de execução para consolidação dos dados e informações.

Em 2012, foram acertados quatro estudos incrementais, sendo: a) dois com a EMBRAPA Pecuária Sudeste; b) um com a EMBRAPA Solos; e c) um com a EMBRAPA Suínos e Aves.

Conforme dados apurados na Embrapa, foram produzidos 14 estudos em 2013, tratando de diferentes temas relacionados a agricultura irrigada e que servirão de suporte aos planos, programas e projetos de irrigação do país. Desde 2012 foram realizados 18 estudos.

Quantidade alcançada

18

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar 25 projetos demonstrativos em irrigação e drenagem**

Análise Situacional da Meta

Com a consolidação dos acordos de cooperação MAPA/MI e MAPA/MMA e órgão vinculados, há perspectivas de implantação das unidades demonstrativas (UD), salientando que a Lei 12.787/2013 preconiza que cada perímetro irrigado deve dispor de pelo menos uma UD.

As atividades associadas a esta meta em 2013 mantiveram-se em três frentes: a) a regionalização; b) um acordo de cooperação técnica MAPA/Embrapa com o MMA/ANA; e c) concepção de Acordo de Cooperação com a Codevasf/Ministério da Integração Nacional (MI).

Os objetivos estão associados à ampliação da capacidade produtiva com análise das potencialidades e vocações para definição de alternativas de sistemas de produção sustentáveis e atividades de agregação de valor nas propriedades rurais com a agricultura irrigada.

As propostas do ano de 2012 foram reprogramadas e ajustadas para 2013, ou seja, são sete unidades demonstrativas, com as seguintes localizações: Embrapa de Bagé; Embrapa de Pelotas; Embrapa de Bento Gonçalves; Embrapa de Passo Fundo; da Universidade UNISC, em Santa Cruz do Sul; da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em Santa Maria/RS; e da Associação dos Usuários do Distrito de Irrigação (AUD), em Camaquã/RS. Os planos de trabalho das sete iniciativas estão consolidados aguardando a liberação de recursos para início da implantação.

Estão sendo consolidados os trabalhos iniciados em 2013 com a Codevasf/MI para execução conjunta com o MAPA/Embrapa de duas frentes de trabalho. A primeira refere-se a implementação da Lei nº 12.787, de 11 de janeiro

de 2011, que trata da Política Nacional de Irrigação, que em seu art. 30 define que "Em cada Projeto Público de Irrigação, ao menos uma unidade parcelar com área não inferior à da unidade de agricultor irrigante familiar, será destinada às atividades de pesquisa, transferência de tecnologia e treinamento de agricultores irrigantes". A Codevasf selecionará projetos prioritários para montagem, conjuntamente com o MAPA e Embrapa, no primeiro semestre de 2014, de um plano de ação imediata: no curto prazo com 04 unidades e no médio prazo com 10 unidades. A segunda linha de trabalho é a de ampliar a produção agrícola e pecuária, inclusive de forrageiras, nas áreas circunvizinhas aos projetos públicos de irrigação, de modo a elevar a produção com pesquisa, demonstração, capacitação e organização dos agricultores.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

A irrigação se mostra fundamental para aumentar a produtividade, diminuir a sazonalidade da oferta de alimentos no decorrer do ano e, principalmente, permitir a produção de alimentos onde a falta de chuvas é um fator limitante.

Em 2012, foi lançado o Programa Mais Irrigação com o objetivo de dinamizar o desenvolvimento regional por meio de projetos públicos de irrigação, promovendo a estruturação de arranjos de projetos de infraestruturas hídricas voltadas à agricultura irrigada e, principalmente, potencializando a geração de emprego e renda. O programa é composto de quatro eixos: 1- PPP em Irrigação; 2- Implantação e Revitalização; 3- Agricultura Familiar e Pequenos Irrigantes; e 4- Estudos e Projetos. O objeto do Eixo 2 é o investimento em projetos cujas infraestruturas de irrigação estejam parcialmente implantadas, permitindo o início da ocupação em parte considerável da área irrigável em prazo razoável.

O Ministério da Integração Nacional (MI) junto com Codevasf, Dnocs e os governos estaduais têm implantado campos de agricultura irrigada em pontos estratégicos do País. Alguns perímetros já estão em plena produção, outros em fase de implantação, e há novos projetos em fase de estudos.

No ano de 2012, foram investidos R$ 349,2 milhões, destacando-se os investimentos integrantes da carteira do PAC 2, realizados nos Perímetros de Tabuleiro de Russas e Baixo Acaraú (CE), Platôs de Guadalupe (PI), Salitre e Baixio de Irecê (BA) e Nilo Coelho e Pontal (PE). Outras importantes ações desenvolvidas em perímetros públicos de irrigação referem-se à elaboração do projeto de revitalização de Formoso do Araguaia (TO); Costa Doce (RS) e Luís Alves do Araguaia (GO); conclusão do projeto de irrigação Várzeas de Sousa (PB) e desenvolvimento de ações de apoio à operação inicial. Em 2013, os investimentos acumulados totalizaram R$ 598,5 milhões no Programa de Agricultura Irrigada, sendo tal valor, para o ano de 2014, previsto em R$ 1.187.661.570,00.

Para efetivo cumprimento do objetivo prevê-se a execução das ações do Plano Operativo para os perímetros assistidos pelo PAC 2, com vistas a viabilizar a transferência de gestão, otimizar os recursos hídricos, buscar alternativas para melhoria da eficiência energética dos perímetros de irrigação e executar os serviços de regularização fundiária e ambiental, visando concluir a infraestrutura, organizar a operação e a manutenção e adicionar novas áreas à produção, compreendendo o desenvolvimento agrícola e o funcionamento integral dos projetos.

Metas 2012-2015

- **Concluir as infraestruturas para ampliar a área irrigada em 148.920 ha**

Análise Situacional da Meta

Essa meta contempla as obras em infraestrutura de irrigação de uso comum que serão feitas para implementar os perímetros, incluindo principalmente estações de bombeamento, estações pressurizadoras, canais de irrigação, reservatórios, drenos, etc.

Contribuem para o alcance desta meta os seguintes empreendimentos: Nordeste: Baixio de Irecê-BA (47.925ha); Jacaré-Curituba-SE (3.150ha); Marituba-AL (3.136ha); Marrecas-Jenipapo-PI (1.000ha); Pontal-PE (7.812ha); Salitre-BA (25.296ha); Tabuleiro São Bernardo-MA (5.598ha); Várzeas de Sousa-PB (4.100ha); Araras Norte-CE (1.619ha); Baixo Acaraú-CE (4.144ha); Platôs de Guadalupe-PI (10.632ha); Tabuleiros de Russas-CE (3.101ha); Tabuleiros Litorâneos-PI (6.985ha); Jaguaribe Apodi-CE (5.393ha); Norte: São João - TO (3.582ha); Passarão-RR (1.000ha); Centro-Oeste: Luiz Alves-GO (3.797ha); e Sul: Arroio Duro - RS (10.650 ha). Total: 148.920 ha; S 10.650 ha; NE 129.891 ha; CO 3.797 ha; N 4.582 ha.

Dentre os perímetros mencionados acima, os que possuem áreas com infraestruturas concluídas são: Baixio de Irecê (4.723 ha), Pontal Sul (3.588 ha), Salitre (4.600 ha), Várzeas de Sousa (4.100 ha), Tabuleiros de Russas (3.101 ha) e São João (3.582 ha), contribuindo, até o momento, com 23.694 hectares para ampliar a área irrigada no Brasil. A lista supra, com os projetos que contribuem para o alcance da meta, foi revista em 2012.

No exercício de 2012, foram concluídas as obras do Perímetro Várzeas de Souza, na Paraíba, localizado entre os municípios de Sousa e Aparecida, com área de 4.100 hectares, beneficiando 178 lotes para pequenos produtores e 18 lotes empresariais.

Em 2013, destacaram-se as seguintes ações:

- no Perímetro de Irrigação Marrecas/Jenipapo, situado no município de São João do Piauí, possui como meta a implantação de 1.000 ha no assentamento do INCRA/MST. As obras de implantação da infraestrutura hídrica do projeto estão com 40% de execução, abrangendo estações de bombeamento, canais e estações elevatórias, com previsão de conclusão até o final de 2014, embora o prazo seja 2015. Os investimentos totalizam R$ 51,03 milhões e prevê-se uma produção agrícola anual de 17.584 toneladas.

- no Perímetro de Irrigação Jacaré-Curituba (SE), foram concluídos 95% da implantação do sistema de irrigação parcelar, integralmente nos setores 0, 1 e 2 e concluída a licitação da complementação das obras, referentes à construção de Estações de Bombeamento, implantação de adutoras e obras de arte.

- no Perímetro de Irrigação Pontal (PE) a parte Sul já está concluída e na parte Norte foi realizado em torno de 47% do empreendimento.

- em relação ao projeto Luiz Alves do Araguaia, foi emitida a licença de instalação em dezembro de 2013, bem como concluído o edital para licitação da retomada das obras, prevista para meados de 2014.

Para 2014, estão previstas a conclusão das infraestruturas e ocupação dos projetos Pontal Norte (PE), da 1ª Etapa do Baixio de Irecê (BA) e do Jacaré-Curituba (SE); a conclusão do projeto Marrecas/Jenipapo (PI) e da infraestrutura da Etapa II do Salitre (BA); o início da implantação das infraestruturas das Etapas 3 a 9 do projeto de irrigação Baixio de Irecê (BA).

Quantidade alcançada

23.694

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3.797	ha	0	31/12/2013
Região Nordeste	129.891	ha	20.112	31/12/2013
Região Norte	4.582	ha	3.582	31/12/2013
Região Sul	10.650	ha	0	31/12/2013

- **Construir infraestrutura de apoio à produção em 44 perímetros públicos de irrigação**

Análise Situacional da Meta

A meta contempla obras que devem ocorrer até o ano de 2015, considerando a construção de benfeitorias e equipamentos para beneficiamento, armazenagem, escoamento e transformação da produção agrícola, para apoio às ações de comercialização, pesquisa, assistência técnica e extensão, bem como para treinamento e capacitação dos agricultores irrigantes.

Em 2013, no Projeto Mirorós/BA, foi adquirida e instalada a balança rodoviária e realizados cerca de 25% da reabilitação e revestimento da estrada de acesso para escoamento da produção. No Projeto Baixio de Irecê/BA foi publicado edital para o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental e o Anteprojeto de Engenharia Rodoviária de uma estrada, com aproximadamente 152,02 km de extensão, para o acesso ao projeto. No Projeto Nilo Coelho estão sendo reabilitadas e pavimentadas as estradas principais, com 95% realizados (cerca de 30% em 2013). Nos Projetos Betume, Cotinguiba/Pindoba e Propriá/SE foi dada a ordem de serviço para reabilitação das estradas vicinais.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Implementar a regularização fundiária de 61 projetos públicos de irrigação**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o DNOCS realizou atividades referentes a titulações de lotes nos Perímetros Irrigados Jaguaruana (CE), Quixabinha (CE), Forquilha (CE), Jaguaribe-Apodi (CE), Morada Nova (CE), Gurguéia (PI), Baixo Açu(RN), Cruzeta (RN) e Itans (RN), totalizado 328 lotes com títulos assinados (Concessão de Direito Real de Uso e Escritura Pública).

Em 2013, destacam-se a contratação dos serviços de georreferenciamento das áreas dos Perímetros de Irrigação de Propriá, Betume e Cotinguiba-Pindoba em Sergipe, no valor de R$ 2,3 milhões, como etapa da certificação de imóveis rurais para permitir a titulação definitiva dos lotes; e o ajuizamento de nove ações de reintegração de posse relativas às invasões ocorridas no Perímetro de Irrigação Barreiras Norte e Povoado Boa Sorte; outras 82 ações encontram-se ajuizadas, das quais 55 foram julgadas procedentes ou com acordo em homologação. Ainda em 2013, foi concluída a atualização cadastral no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) dos imóveis rurais do Projeto Baixio de Irecê, situados nos municípios de Itaguaçu da Bahia e/ou Xique-Xique (BA).

No perímetro Salitre encontra-se em execução os serviços de georreferenciamento e elaboração do cadastro físico e socioeconômico, visando à aquisição de propriedades destinadas à implantação das Etapas 3, 4, 5 e Área de Reserva Legal. Além disso, foram adquiridos 15.462,42 ha, sendo 3.730,03 ha para regularização fundiária da 2ª etapa do Perímetro. Foram selecionados 142 agricultores para ocupar a Etapa I por meio de CDRU. Também, foi firmado termo de compromisso entre a Codevasf e a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA/BA) visando à regularização de terras pertencentes ao estado da Bahia na área de implantação do Projeto, no município de Juazeiro/BA.

No Perímetro de Irrigação Pontal (PE) foram adquiridas 100% de terras irrigáveis e ainda 20.139,07 hectares para regularização fundiária, sendo 8.763,68 hectares para regularização fundiária do Pontal Norte.

Foi autorizada a negociação para aquisição de área com 5.033,93 hectares para compor a reserva legal do Perímetro de Irrigação Gorutuba e parte da reserva legal do Perímetro de Irrigação Pirapora no valor previsto de R$ 2,8 milhões. Devido a problemas com a certificação das áreas no INCRA por falta de matrícula, foi protocolado pedido de retificação administrativa junto ao cartório competente, com vistas à compra da área.

Foi realizado convênio no valor de R$ 2 milhões com a Fundação Rural Mineira (Ruralminas), visando à contratação dos serviços de georreferenciamento do Perímetro de Irrigação Jaíba, e estão em elaboração os Termos de Referência para o georreferenciamento dos perímetros Gorutuba e Pirapora.

No Sistema de Barragens de Múltiplo Uso do Projeto Jequitaí (MG) foi realizada a atualização dos cadastramentos físico, jurídico e fundiário das propriedades localizadas na área de inundação, a atualização do levantamento socioeconômico com vistas ao remanejamento e reassentamento de populações, a aquisição da área relativa ao eixo da barragem Jequitaí I e a aprovação do Laudo de Avaliação dos Imóveis rurais da Bacia Hidráulica da Barragem Jequitaí I (Resolução nº 424 de 02/05/2013).

No tocante aos perímetros do Dnocs, em 2013 foram concluídos os diagnósticos da situação fundiária dos Perímetros Várzea do Boi e São Gonçalo. Realizou-se atividades referentes a titulações de lotes nos Perímetros Irrigados Curu Pentecoste (CE), Curu Paraipaba (CE), Jaguaruana (CE), Quixabinha (CE), Forquilha (CE), Icó Lima Campos (CE), Morada Nova (CE), Tabuleiros de Russas (CE), Gurguéia (PI), Itans (RN) e Sabugi (RN), totalizando 178 lotes com títulos assinados (CDRU e Escritura Pública). No entanto, ainda é necessário concluir a Regularização Fundiária dos perímetros, promovendo ações como o georreferenciamento das áreas dos projetos.

Além disso, em atenção ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no Perímetro Jaguaribe Apodi (CE), firmado entre o DNOCS e o Ministério Público Federal, que objetiva regulamentar a ocupação e promover a regularização fundiária do Perímetro, foi concluído o levantamento cadastral dos ocupantes das áreas a serem desapropriadas e a elaboração da Planta e Memorial Descritivo dessas áreas. Com a publicação do Decreto Desapropriatório da área objeto do TAC, espera-se avançar nas atividades necessárias ao seu cumprimento, como a unificação da área, sendo necessários recursos para concretização desses objetivos. No ano de 2012 esse perímetro gerou um valor bruto de produção de R$ 38.091.992,40.

Para meados de 2014, estão previstas a publicação dos editais de licitação de georreferenciamento dos Perímetros Baixo Acaraú, Estreito, Bebedouro, Gorutuba, Maniçoba, Formoso, Curaçá, Mirorós, Nilo Coelho e Jaíba; a contratação, por meio de carta convite, do georreferenciamento do Perímetro Tabuleiro de Russas; e a realização dos diagnósticos da situação fundiária dos Perímetros Várzea de Flores, Icó-Lima Campos e Pau dos Ferros.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Obter a conformidade ambiental de 61 perímetros em fase de operação**

Análise Situacional da Meta

Segundo a Lei nº 12.787/2012, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação (artigo 22), a implantação de projeto de irrigação dependerá de licenciamento ambiental, quando exigido em legislação federal, estadual, distrital ou municipal específica. Dessa forma, para obtenção da conformidade ambiental de um Perímetro Público de Irrigação é necessário solicitar ao órgão competente o licenciamento ambiental específico para cada fase (Licença Prévia, de Instalação ou de Operação). Nesse sentido, a meta contempla a conclusão dos processos de conformidade ambiental, o que deve ocorrer até o ano de 2015.

Entre as medidas já tomadas destacam-se:

- Os perímetros Gorutuba e Pirapora ainda não possuem Licença de Operação (LO), estando sua obtenção condicionada ao cadastramento das Reservas Legais dos perímetros. Para tanto, foi adquirida área com 5.033,93 hectares, localizada nos municípios de Porteirinha e Riacho dos Machados, no estado de Minas Gerais, para compor a reserva legal do Perímetro de Irrigação Gorutuba e parte da reserva legal do Perímetro de Irrigação Pirapora, no valor previsto de R$ 2,8 milhões; também foram contratados a execução dos Serviços de Avaliação da Qualidade de Água e Sedimentos em conformidade com o estabelecido no Programa de Monitoramento de Recursos Hídricos dos Projetos de Irrigação Gorutuba, Pirapora e Jaíba (com LO vigente, tendo concluído a licitação para a execução de ações de atendimento às condicionantes ambientais para renovação da LO), localizados na área da 1ª Superintendência Regional, no valor de R$ 123.855,28.

- Os perímetros Barreiras Norte, Estreito, Formoso, Mirorós, Nupeba/Riacho Grande, São Desidério/Barreiras Sul,

Bebedouro, Nilo Coelho, Betume, Cotinguiba/Pindoba, Propriá, Boaciaca e Itiúba encontram-se com suas LOs vencidas, mas o pedido de renovação já foi realizado junto ao órgão competente, aguardando-se sua análise, o que torna as LOs vigentes.

- Os perímetros Salitre, Tourão, Várzeas de Sousa, Manuel Alves, São João, Gurita e Formoso do Araguaia possuem Licença de Operação vigente.

Dentre as ações de 2013, citam-se: contratados os Serviços de Avaliação da Qualidade de Água para 25 Projetos Públicos de Irrigação em operação da Codevasf, no valor de R$ 925,2 mil, e os Serviços de Avaliação da Qualidade de Solos para os Projetos Públicos de Irrigação em operação localizados nos estados de Pernambuco, Sergipe e Alagoas, no valor de R$ 969,8 mil; no perímetro Baixio de Irecê foi renovada a Licença Prévia, concluídos estudos ambientais para solicitação da licença de instalação complementar e protocolada a Licença de Operação da etapa 1, para atender às obras complementares; no Perímetro Pontal foi protocolada a Licença de Implantação do empreendimento, concluída a atualização e revisão do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e emitida a Licença de Operação para o Pontal Sul com validade até 18/01/2015; no Sistema de Barragens de Múltiplo Uso do Projeto Jequitaí (MG) foram realizados os serviços de levantamento de informações cadastrais físicas, agrícolas e jurídicas dos imóveis e estudos ambientais para seleção de reserva legal e validação do cadastro. Ademais, foi obtida outorga de uso de água para os perímetros Araras Norte, Baixo Acaraú, Ema, Icó-Lima Campos, Jaguaribe Apodi, Jaguaruana, Morada Nova, Quixabinha, Tabuleiros de Russas e Várzea do Boi, estando em andamento a obtenção da outorga dos Perímetros Ayres de Souza e Curu-Pentecoste. No perímetro Baixo Acaraú/CE foi obtida a Licença de Instalação e Operação (LIO), estando em andamento as LIOs para os projetos Ayres de Sousa, Icó-Lima Campos, Jaguaribe-Apodi, Tabuleiros de Russas e Várzea do Boi. Além disso, foi dada entrada no órgão ambiental competente o registro da Reserva Legal dos projetos Ayres de Souza, Icó-Lima Campos e Jaguaribe Apodi; no perímetro Várzea do Boi foi concluído o diagnóstico ambiental; Foram obtidas as licenças de Operação (400 ha) e Instalação (600ha) do Perímetro Passarão e renovação da Licença de Instalação do Perímetro Sampaio. No perímetro Luís Alves do Araguaia foram concluídas 10 campanhas dos programas ambientais, condicionantes para obtenção da licença de instalação. A referida licença foi emitida em dezembro de 2013.

Para meados de 2014, estão previstas a publicação dos editais de ações complementares de atendimento às condicionantes ambientais dos Perímetros Bebedouro, Gorutuba, Maniçoba, Formoso, Curaçá, Mirorós e Nilo Coelho; a realização do diagnóstico ambiental dos Perímetros Pau dos Ferros, Icó-Lima Campos e Várzeas de Flores; e a obtenção da Licença Prévia do Canal do Xingó.

Quantidade alcançada

31

Data de Referência

31/12/2013

- **Revitalizar as infraestruturas de uso comum que atendam a 117.234 ha**

Análise Situacional da Meta

A meta contempla obras que devem ocorrer até 2015. A revitalização de infraestruturas de irrigação de uso comum consiste em reabilitar estruturas como estações de bombeamento, canais de irrigação, drenos, etc, bem como estruturas elétricas, conjuntos motobombas, enfim, estruturas essenciais para o pleno funcionamento do perímetro.

Entre os empreendimentos que contribuem para o alcance da meta estão: Nordeste: Piancó-PB (1.255ha); Baixo Açu-RN (5.168ha); Bebedouro-PE (2.091ha); Curaçá-BA (4.350ha); Estreito-BA (2.735ha); Formoso-BA (12.048ha); Maniçoba-BA (4.293ha); Mirorós-BA (2.145ha); Nilo Coelho-PE (18.857ha); Curu Paraipaba-CE (3.357ha); São Gonçalo-PB (2.404ha); Norte: Rio Formoso-TO (28.500ha) e Sudeste: Jaíba-MG (24.745ha); Gorutuba-MG (5.286ha). Sendo um total de 117.234 ha; SE30.031 ha; NE 58.703 ha; N 28.500 ha.

Quantidade alcançada

0
Data de Referência
31/12/2013

- **Transferir a gestão de 18 perímetros públicos de irrigação**

Análise Situacional da Meta

Para que a transferência de gestão seja realizada, diversos passos são fundamentais. Dentre os principais destaca-se: a reabilitação e/ou conclusão das infraestruturas de uso comum; regularização da situação fundiária e ambiental; capacitação dos produtores para que estes realizem a gestão do projeto; disponibilização de Assistência Técnica e Extensão Rural contínua e de qualidade; delegação de competência para entidades de irrigantes assumirem atividades de administração, operação e manutenção da infraestrutura de um perímetro de irrigação; e pactuação do governo federal com Estados e Municípios para que os serviços públicos de educação, saúde, segurança, saneamento e transporte sejam fornecidos aos projetos públicos de irrigação.

Em 2013, o Ministério da Integração Nacional (MI), por meio da Portaria N° 87, de 12 de março de 2013, instituiu um grupo de trabalho para estudar e analisar os desafios da transferência de gestão e propor uma solução para a questão da efetiva emancipação de projetos públicos de irrigação. O grupo promoveu nos dias 12 e 13 de novembro de 2013 o I Seminário Nacional sobre Transferência de Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação. O evento reuniu produtores irrigantes, membros de distritos de irrigação, servidores públicos federais, estaduais e municipais para debaterem sobre os desafios e as oportunidade para construção de propostas para Política Nacional de Irrigação relacionadas a transferência de gestão. O Grupo de Trabalho no momento está elaborando relatório final a ser entregue ao Tribunal de Contas da União (TCU) com estudos e sugestões para transferência de gestão dos perímetros públicos irrigados do País. Os trabalhos deverão ser finalizados no primeiro semestre de 2014.

Quantidade alcançada
0
Data de Referência
31/12/2013

OBJETIVO: 0176 - Promover a capacitação para a Agricultura Irrigada em parceria com instituições governamentais, não-governamentais e da iniciativa privada.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Desde 2011 têm sido avaliadas alternativas de formatos e conteúdos de programa de capacitação, a partir de um relatório de consultoria que apontou os públicos alvo e estratégias para capacitação em agricultura irrigada: reciclagem e inclusão de produtores irrigantes; operadores de sistemas de irrigação; técnicos de nível médio e superior em projetos, operação, manutenção de sistemas e manejo da agricultura irrigada e técnicos atuantes na Política Pública de Irrigação. Houve interlocução com diversas instituições de ensino superior públicas e privadas na área de ciências agrárias, empresas e institutos de capacitação, comunicação e produção de cursos (SENAR, CPT) e entidades setoriais (CNA), além do MAPA, ANA e Embrapa, que habilitam a Secretaria Nacional de Irrigação (SENIR) do MI a desenvolver, em articulação com as empresas vinculadas e demais instituições públicas e de representação setorial e de ensino, um programa estruturado de capacitação e inclusão no próximo orçamento dos recursos necessários. As ações de capacitação deverão estar integradas com as ações na área de pesquisa e extensão. No Acordo de Cooperação Técnica a ser formalizado entre MI, MAPA, MMA e ANA, um dos temas prioritários é a formação de recursos humanos para a agricultura irrigada.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 20.000 irrigantes para aplicação das técnicas de irrigação e drenagem**

Análise Situacional da Meta

Há uma previsão de levantamento de necessidades de capacitação nos perímetros públicos de irrigação para posterior aplicação presencial de cursos de curta duração com demanda específica. Posteriormente ao levantamento, serão organizados os cursos de capacitação para aplicação das técnicas de irrigação. Esforços institucionais deverão ser dispendidos para elaborar o programa de capacitação de irrigantes em 2014 e obter recursos para capacitar 500 irrigantes em 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Capacitar 4.000 profissionais de nível superior para agricultura irrigada**

Análise Situacional da Meta

Encontra-se em fase de discussão e elaboração o Termo de Referência "Estruturação e disponibilização de cursos de especialização em irrigação e drenagem na modalidade à distância ou semipresencial", com recursos do programa Interáguas, que tem como objetivo mobilizar instituições públicas de ensino superior com Plataforma de Educação à Distância e experiência reconhecida na oferta de cursos, na modalidade à distância ou semipresencial. Há uma previsão de capacitar 150 técnicos de nível superior, compatível com a fase de estruturação do curso, com os recursos disponíveis e a duração mínima, até o final do ano de 2015.

Além disso, simultaneamente, está sendo estruturado um curso de doutorado estratégico com foco mercadológico. Reuniões iniciais estão sendo realizadas junto a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e entidades internacionais, a fim de que a concepção do curso se faça de forma integrada, segundo normas de entidade que regulamenta cursos de pós-graduação no país. Edital básico concebido dentro do programa intitulado "Programa CAPES/MI – Edital Pró-integração de Pesquisa e Inovação Tecnológica/2014" encontra-se em análise pela equipe técnica da entidade.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Capacitar 6.000 profissionais de nível médio para agricultura irrigada**

Análise Situacional da Meta

Esforços interinstitucionais deverão ser dispendidos para elaborar em 2014 o programa de capacitação de técnicos de nível médio e obter recursos para capacitar 100 técnicos em 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0180 - Promover a Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER nas áreas de agricultura Irrigada, visando o uso racional do solo e da água e o manejo adequado das culturas.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Encontra-se em fase de discussão e elaboração um Termo de Referência com o objetivo geral de desenvolver modelos inovadores de assessoramento técnico ao produtor irrigante, com o envolvimento do MAPA e do MDA, numa proposta de incorporar efetivamente o assessoramento técnico às linhas de crédito. Em parceria com os técnicos do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) o modelo deverá contemplar como premissa quatro eixos

fundamentais, em ordem de precedência, para a formação do Capital Humano que atuará no assessoramento técnico: a) Comportamento do produtor ou produtora e da sua família; b) A cooperação entre os membros da família e os membros da comunidade; c) O planejamento e a gestão da propriedade; d) A introdução de tecnologias e inovações.

Este objetivo também tem relação direta com a estruturação e a disponibilização de cursos de Especialização em Irrigação e Drenagem (Objetivo 0176 - Promover a capacitação para a Agricultura Irrigada em parceria com instituições governamentais, não-governamentais e da iniciativa privada.) aos técnicos de nível superior em parceria com instituições públicas de ensino e pesquisa na área de Ciências Agrárias, cujo Termo de Referência já está sendo concluído em parceria com os técnicos do Banco Mundial, no escopo do Programa Interáguas. As discussões com as Unidades da Federação dentro do contexto dos Planos Diretores é importante para a implantação dos Projetos de ATER voltados para a agricultura irrigada, por serem detentoras dos mandatos oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural. Ademais, o Ministério da Integração Nacional tem procurado uma integração das ações no âmbito estadual e também municipal, tornando os interesses, responsabilidades, atribuições, deveres e obrigações claramente definidos e endossados por todos os atores envolvidos. Para atingir as metas, estão em andamento discussões com a alta direção da Embrapa para a efetivação dos Centros de Referência em Agricultura Irrigada, um para cada região geográfica do Brasil, e capacitação dos assistentes técnicos de nível superior e nível médio. Com base nos Planos Diretores, os Estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul têm uma previsão de iniciar em curto prazo os programas de capacitação, em parceria com o Sistema Embrapa.

Metas 2012-2015

- **Disponibilizar serviços de ATER nas áreas da agricultura irrigada de 8.000 agricultores familiares que se enquadrem na PNATER**

Análise Situacional da Meta

Esforços interinstitucionais no âmbito da PNATER deverão ser dispendidos para estruturar as ações em 2014 e obter recursos em 2015 para atingimento da meta.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Disponibilizar serviços de ATER para 30.000 pequenos produtores dos projetos públicos de irrigação**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, a Codevasf investiu R$ 3,3 milhões a preços iniciais dos contratos de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nos perímetros de interesse eminentemente social (Ceraíma, Estreito, Formosinho, Betume, Cotinguiba/Pindoba, Propriá, Boacica e Itiúba), atendendo a 3.236 famílias alocadas em uma área irrigável de 13.702,1 ha.

Em 2013, foram investidos cerca de R$ 8,1 milhões na execução de contratos de ATER nos perímetros de Gorutuba, Jaíba, Formoso e Formosinho, Barreiras Norte, Nupeba/Riacho Grande, São Desidério/Barreiras Sul, Mirorós, Bebedouro, Nilo Coelho, Curaçá, Mandacaru, Maniçoba, Tourão, Estreito, Ceraíma, Caraíbas, Brígida, Manga de Baixo, Icó-Mandantes, Apolônio Sales, Barreiras Bloco I, Betume, Cotinguiba/Pindoba, Propriá, Boacica, Itiúba, Pedra Branca, Glória, Rodelas e Salitre, beneficiando 11.929 famílias.

Esforços interinstitucionais deverão ser despendidos para estruturar ações em 2014 e obter recursos para 2015 para atingimento da meta.

Quantidade alcançada

15.165

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0543 - Viabilizar a administração, operação, manutenção, revitalização, regularização e o apoio à produção dos perímetros de interesse social, visando garantir sua gestão operacional

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Mais Irrigação, lançado em 2012, tem como um de seus principais objetivos o investimento em projetos cujo modelo de ocupação é exclusiva ou majoritariamente por meio de pequenos produtores, em lotes familiares, que são geridos sob um modelo de estreita dependência do Poder Público, tanto no custeio da operação e manutenção, quanto no fornecimento de assistência técnica e extensão rural (ATER). Nesses projetos, almeja-se modernizar as estruturas internas dos Distritos de Irrigação, seja reforçando as estruturas associativas já existentes entre seus produtores, seja incentivando a organização dos mesmos como cooperativas, para que possam, eles mesmos, organizados e com o apoio institucionalizado do Poder Público, caso seja do interesse dos produtores, receber a concessão do projeto e gerir as infraestruturas de forma mais eficiente e estruturada. Como resultado dessa articulação, pretende-se ainda reforçar o apoio institucional à atividade-fim desses pequenos irrigantes, por meio de abordagens mais modernas de ATER, focadas não só na produção, mas principalmente na comercialização e distribuição competitiva da produção, promovendo o comércio socialmente responsável.

Com a reformulação do marco legal da Política Nacional de Irrigação, a partir da sanção da Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, o Ministério da Integração Nacional propôs a publicação de Decreto para dispor, dentre outros temas, sobre a caracterização de projetos públicos de irrigação considerados como de interesse social. A proposta em questão evidencia que a Política Nacional de Irrigação preconiza ações que priorizam a inserção social e a geração de empregos no campo, conjugando objetivos econômicos e sociais e contribuindo para o aumento da renda e o bem-estar social dos agricultores irrigantes familiares, sempre em sinergia com políticas públicas implementadas no campo por outros órgãos e entidades governamentais. A proposta está em discussão no âmbito dos órgãos e instituições responsáveis pelo tema.

Metas 2012-2015

- **Revitalizar 40 empreendimentos de interesse social**

  Análise Situacional da Meta

  Trata-se de ações relacionadas a operação e manutenção; apoio à administração; participação nos custos operacionais; atividades de prestação de assistência técnica; atividades de organização de produtores; regularização fundiária; despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas; atendimento das condicionantes ambientais; capacitação de técnicos e agricultores; recuperação e manutenção das infraestruturas de irrigação de uso comum já implantadas (reservatórios, canais, adutoras, sistemas de bombeamento, diques, estradas, etc); bem como implantação de novos sistemas que garantam a otimização e atualização do empreendimento (tais como novos sistemas de captação, drenagem, etc), gerando acréscimo na produtividade e qualidade das culturas.

  No projeto Sumé/PB foram concluídos os Projetos Básico e Executivo da revitalização, reconversão, recuperação e modernização da infraestrutura de irrigação.

  No Projeto Boa Vista/PE, foi emitida ordem de serviço para elaboração do Projeto Executivo de Recuperação e Modernização da Infraestrutura de Irrigação de uso comum e concluído o diagnóstico da situação fundiária.

  No Projeto Cruzeta/RN, foi obtida a outorga de uso da água e concluídas as obras de recuperação das pontes-canais e do prédio do Distrito de Irrigação.

  No Projeto Moxotó/PE, foi concluído o projeto Executivo de Revitalização e Modernização da infraestrutura de uso comum.

  No Projeto Pau dos Ferros/RN, foram iniciadas as obras relacionadas com a Recuperação e Manutenção dainfraestrutura de uso comum e as referentes à recuperação dos equipamentos hidromecânicos da tomada d'água do projeto.

No Projeto Várzea do Boi/CE foram concluídos os Projetos Básico e Executivo para recuperação da infraestrutura de uso comum. No Projeto Várzea do Flores/PI foi finalizado o processo licitatório para conclusão do projeto executivo para recuperação da infraestrutura do projeto e finalizado o diagnóstico da situação ambiental e fundiária.

No Projeto Ayres de Souza/CE foi concluído o levantamento da situação física e elaborado pelo DNOCS o Projeto Básico para recuperação do Projeto.

No projeto Icó-Lima Campos/CE foi finalizado o processo licitatório para execução das obras de ampliação e adequação das estruturas de adução de água, construção do canal gravitário e finalizado o diagnóstico da situação ambiental e fundiária. No projeto São Gonçalo/PB foi solicitada à Agência Nacional de Águas a outorga de uso d'água e concluída a elaboração do Projeto Básico para modernização da infraestrutura do projeto.

No Projeto Mirorós/BA, foi concluída a perfuração de 25 poços e a montagem dos equipamentos, concluída licitação para a execução de ações de atendimento às condicionantes ambientais (visando a regularidade da licença de operação,) e concluída a melhoria do sistema de distribuição de água da barragem.

No Projeto Itiúba/AL foi contratada a aquisição de máquinas e equipamentos componentes das infraestruturas de captação, condução, distribuição e drenagem de água, sendo que algumas máquinas e equipamentos já foram adquiridos; licitada a aquisição de Centro de Controle de Motores e Bancos de Capacitores para 5 Estações Bombeamento; contratado o fornecimento com fabricação e instalação de 6 conjuntos motobombas de eixo vertical; contratada a aquisição de 6 comportas deslizantes com acionamento elétrico para o dique de contenção do rio Itiúba; publicado edital para a aquisição de flutuante.

No projeto Boacica/AL foi contratada a aquisição de máquinas e equipamentos componentes das infraestruturas de captação, condução, distribuição e drenagem de água; concluída a licitação de aquisição de Centro de Controle de Motores e Bancos de Capacitores para as estações de bombeamento de aspersão; concluída a recuperação de 80 metros de canais de adução; concluída a aquisição de máquinas e equipamentos; contratada a reabilitação eletromecânica das estações de bombeamento; e publicado edital para a aquisição de flutuante para estação de bombeamento Ceci Cunha.

OBJETIVO: 0544 - Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Mais Irrigação, lançado em 2012, prevê em seu Eixo 4 - Estudos e Projetos- o investimento em projetos cuja infraestrutura principal de irrigação não tenha sido iniciada ou onde há necessidade de investimentos cujos custos sejam relevantes. São projetos nos quais ainda não há ocupação de terras irrigáveis. Abrange a construção, o funcionamento, a ocupação e o desenvolvimento agrícola. Grande parte dos empreendimentos encontra-se em fase de elaboração de estudos de viabilidade.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a área irrigada em 88.239 ha**

Análise Situacional da Meta

A meta contempla obras que devem ocorrer até o ano de 2015. Entre os empreendimentos que contribuem para o alcance da meta estão: Sul: Canal de Irrigação Jaguari/RS (17.000ha); Canal de Irrigação Taquarembó/RS (15.000ha); Nordeste: Estudos e projetos p/ implantação de perímetros de irrigação no NE (11.263ha); Perímetro de Irrigação Santa Cruz do Apodi/RN (4.024ha); Perímetro de Irrigação Manoel Dionísio/SE (1.716ha); Perímetros de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano/AL (3.140ha); Centro-Oeste: Perímetro de Irrigação Jonas Pinheiro/MT (1.296ha); Perímetro de Irrigação Itamarati II/MS (800ha); e Sudeste: Estudos e Projetos para o Perímetro Irrigado de Jequitaí/MG (18.000ha); Norte: Prodoeste/TO (16.000ha). No total, 88.239 ha (Sul: 32000 ha; Nordeste: 20143 ha; Centro-Oeste: 2096 ha; Sudeste 18000 ha; Norte:16000 ha). No momento, a maior parte das ações se concentra na elaboração de estudos de

viabilidade e projetos básicos e executivos.

Referente aos canais Jaguari/RS e Taquarembó/RS, o Estado do Rio Grande do Sul está elaborando o anteprojeto de engenharia para licitar o restante dos projetos e as obras via Regime Diferenciado de Contratação - RDC. Para o Perímetro de Irrigação Jonas Pinheiro foi concluído o projeto executivo e espera-se licitar a obras no primeiro semestre de 2014. Essas obras irão beneficiar 218 famílias expandindo a área irrigada em 1.296 hectares.

O projeto executivo do Perímetro de Irrigação Manoel Dionísio já foi licitado e será finalizado em novembro de 2014. Esse perímetro irá beneficiar 930 produtores familiares e 21 empresários.

Em março de 2013 foram inaugurados os primeiros 65 km do Canal do Sertão Alagoano, considerado a maior obra de infraestrutura hídrica de Alagoas que disponibilizará água para consumo humano, animal e atividade agrícola nos municípios alagoanos de Delmiro Gouveia, Pariconha e Água Branca. Na ocasião, foi autorizada a elaboração dos projetos executivos dos futuros perímetros irrigados de Delmiro Gouveia e Pariconha.

O perímetro de Delmiro Gouveia abrangerá uma área de 6,2 mil hectares e o perímetro Pariconha, por sua vez, alcançará outros 6,5 mil hectares, que abrangerá os municípios de Pariconha, Água Branca e Delmiro Gouveia. Serão investidos R$ 5,1 milhões na elaboração dos projetos executivos, assegurados pelo programa Mais Irrigação, que conta com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Também está prevista a elaboração de Estudos para o projeto Tapera–Carneiros (AL) com 1.520 ha.

No exercício de 2013, destacaram-se, (i) a contratação para elaboração dos Projetos Básico e Executivo, cartografia e cadastro físico-jurídico-agrícola-social do perímetro irrigado Delmiro Gouveia; (ii) conclusão da licitação da elaboração do Projeto Básico de um Sistema Adutor de Abastecimento (SAA), para consumo humano e aproveitamento agrícola em comunidades rurais difusas localizadas nos municípios de influência do canal do Sertão Alagoano; e (iii) conclusão da licitação para a consolidação dos Projetos Básicos existentes e a elaboração do Projeto Executivo para o Perímetro de Irrigação Inhapi, com 4.300 hectares, com suprimento hídrico pelo Canal do Sertão Alagoano.

Também em 2013 foram iniciadas as obras de implantação da Barragem I de Múltiplo Uso no Rio Jequitaí, com investimentos previstos de R$ 316 milhões. O projeto consiste em empreendimento de usos múltiplos e de desenvolvimento regional composto por dois barramentos, Jequitaí I (montante) e Jequitaí II (jusante) e de um perímetro de irrigação com 35.000 hectares, o qual deverá gerar 105 mil empregos diretos e indiretos. No empreendimento foram aplicados R$ 146 milhões, sendo R$ 50 milhões no exercício de 2013.

No exercício de 2013, destacaram-se as seguintes realizações: Iniciadas as obras da Barragem I - Realizado 3%; ii. Em andamento as atividades de regularização fundiária, ambiental, atualização do inventário socioeconômico reassentamentos – Realizado 18%; iii. Obtida Licença de Instalação; iv. Contratado o fornecimento dos equipamentos Hidromecânicos (comportas, válvulas, grades); v. Contratada a Supervisão e Apoio à Fiscalização das Obras da barragem I; e vi. Concluída a atualização do Projeto Executivo da Barragem II.

Também foram realizadas as licitações visando à contratação dos estudos e projetos de viabilidade para implantação de perímetros de irrigação no nordeste: (i) publicado edital para a atualização do estudo de viabilidade e para a consolidação do anteprojeto de engenharia para o projeto de irrigação Iuiú – etapas 2 e 3 (BA); (ii) concluída a licitação para elaboração do Estudo de Viabilidade do projeto de irrigação Terra Nova (PE); (iii) publicado edital para elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental do projeto Salinas (PI); e (iv) publicado edital para a elaboração de Estudo de Viabilidade e a consolidação do anteprojeto de engenharia para atividades de irrigação para as Etapas 1 e 2 do projeto Mocambo/Cuscuzeiro (BA).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0545 - Incentivar a ampliação da utilização das áreas potencialmente irrigáveis para aumentar a oferta de alimentos, bioenergéticos e fibras de forma sustentável.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Foram implementados procedimentos para enquadramento de Projetos de Irrigação no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), da Lei nº 11.488, de 15 de julho de 2007, Portaria do MI nº 403, de 29 de agosto de 2013, que suspende a exigência da contribuição para o PIS/PASEP, de 1,65%, e da COFINS, de 7,6%, no custo dos materiais, serviços e equipamentos em projetos privados de irrigação. Desta forma, o REIDI permite baixar os custos de instalação de infraestruturas de projetos de irrigação gerando aumento da área irrigada, aumento da produção de alimentos e matérias primas de origem agropecuária, incremento na produtividade e melhoria na qualidade da produção, reduzindo a escassez da oferta da produção. O benefício só pode ser aproveitado por Pessoas Jurídicas, o que não é a realidade da grande maioria dos produtores agrícolas, que são pessoas físicas. Por isso, estão sendo realizados estudos para avaliar a extensão do benefício fiscal às pessoas físicas. Em 2012 foram aprovados, no âmbito do MI, projetos de irrigação enquadrados no REIDI que totalizam 3.358,59 ha. Em 2013 os enquadramentos no REIDI totalizam 9.675,87 ha de área irrigada.

Também foi elaborada minuta de Decreto que define como de interesse social os barramentos para fins de irrigação e as infraestruturas correlatas, regulamentando o parágrafo 2º do Art. 22 da Lei 12.787/2013.

Foi encaminhado pelo MI ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), para emissão de parecer, uma minuta de Decreto de regulamentação da alínea "e" do inciso VIII do Art. 3º e da alínea "g" do inciso IX do Art. 3º da Lei 12.651/2012 (Novo Código Florestal) no sentido de enquadrar os barramentos para fins de irrigação e as infraestruturas correlatas como de utilidade pública e de interesse social. Espera-se, com estas regulamentações, que o órgão licenciador tenha maior segurança jurídica em autorizar os reservatórios de acúmulo de água para agricultura irrigada, essenciais para a expansão da atividade.

Outro fator essencial à expansão da agricultura irrigada é a disponibilidade e o custo adequado da energia elétrica. Em 2013, a Lei 12.783 trouxe a possibilidade de estender o horário de tarifas reduzidas em até 40 h semanais, a depender da disponibilidade de energia e de programas estaduais de incentivos fiscais. O MI deverá, juntamente com o Ministério de Minas e Energia e as companhias energéticas, articular-se no sentido de viabilizar a implementação deste benefício.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a atual área irrigada pelo setor privado em 100% nos próximos 4 anos**

  Análise Situacional da Meta

  De acordo com a Lei n° 12.787/2013, as iniciativas desenvolvidas pelo MI com vistas à ampliação da área irrigada pelo setor privado dizem respeito à promoção da implantação de infraestrutura para reservação e distribuição de água e promoção da implantação de redes de energia elétrica.

  Independentemente da ação do MI, os cenários atuais apontam para uma ampliação da área privada irrigada próxima do previsto (100% da atual) em função do grande desenvolvimento da agricultura brasileira, que vem direcionando investimentos para a irrigação. De acordo com o Relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos – 2013 da Agência Nacional de Recursos Hídricos (ANA), a área irrigada no Brasil saltou de 4,5 milhões de ha em 2006 para 5,4 milhões de ha em 2010, e para 6,1 milhões de ha em 2012.

  Em 2012 foram aprovados, no âmbito do Ministério da Integração Nacional (MI), projetos de irrigação enquadrados ao REIDI que totalizam 3.358,59 ha. Em 2013 os projetos de irrigação enquadrados ao REIDI totalizam 9.675,87 ha de área irrigada.

  No primeiro semestre de 2014, seis Projetos de Irrigação da cultura da cana de açúcar deverão ser enquadrados no REIDI, totalizando mais de 51.000 ha. Encontra-se em fase de elaboração o anteprojeto "Projeto Sistema de Distribuição da Barragem do Arroio Jaguari e Taquarembó", em Dom Pedrito / RS, que depende da conclusão das barragens, e que incrementará aproximadamente 100 mil hectares de área a ser irrigada.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

PROGRAMA: 2028 - Defesa Agropecuária

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área do território nacional reconhecida pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) como livre de febre aftosa	%	31/12/2010	58	31/12/2013	60
Índice de conformidade de insumos agropecuários	unidade	31/12/2010	0,9	31/12/2013	0,9153
Índice de conformidade de produtos de origem vegetal	unidade	31/12/2010	0,73	31/12/2013	0,81
Índice de conformidade na fiscalização do trânsito internacional de animais e vegetais, de seus produtos e de insumos agropecuários	%	31/12/2012	97	31/12/2013	100
Índice de fitossanidade	número índice	31/12/2010	6	31/12/2013	5,56
Porcentagem de notificação de suspeitas de doenças atendidas no prazo legal (síndrome vesicular, hemorrágica dos suínos, respiratória e nervosa das aves)	%	31/12/2010	82,41	31/12/2013	89,5
Taxa de adesão das Unidades da Federação que aderiram ao SUASA	%	30/06/2011	11	31/12/2013	26
Taxa de adesão dos Municípios ao SUASA	%	30/06/2011	0	31/12/2013	0,3
Taxa de atendimento à demanda por ensaios laboratoriais	%	30/06/2011	85	31/12/2013	92,23
Taxa de atendimento à demanda por validação de método	%	30/06/2011	46	31/12/2013	39,9
Taxa de conformidade de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal e vegetal	%	31/12/2010	99,83	31/12/2013	98,64
Taxa de conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal (TCpa)	unidade	31/12/2010	0,73	31/12/2013	0,89
Taxa de Implementação na rede oficial de laboratórios de diagnóstico de enfermidades de animais aquáticos listados pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE)	%	30/06/2011	0	31/12/2013	100
Taxa de monitoramento da rede credenciada	%	30/06/2011	62,34	31/12/2013	39,2
Taxa de monitoramento de resíduos e contaminantes nas áreas de produção de moluscos bivalves	%	30/06/2011	0	31/12/2013	16,1
Taxa de órgãos estaduais de defesa sanitária animal com parceria estabelecida com MPA para ações em sanidade pesqueira e aquìcola	%	30/06/2011	0	31/12/2013	22

Plano Mais Brasil

OBJETIVO: 0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Na saúde animal, foram mantidas as zonas livres de febre aftosa com vacinação implantadas nas regiões Norte e Nordeste do país, que equivalem a 1.965.769 Km2 e representam 48% da área total dessas regiões, registradas no início do período do PPA. Os trabalhos para reconhecimento nacional de nova zona livre de febre aftosa com vacinação foram concluídos nos estados de Alagoas, Ceará, norte do Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte. Em seguida, o pleito para reconhecimento internacional dessa nova zona livre será encaminhado à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE, siglas em inglês), para análises e possível reconhecimento internacional no primeiro semestre de 2014. Os trabalhos avançaram no Estado do Amazonas e será providenciada a alteração na classificação de risco para febre aftosa, da parte ainda não reconhecida como livre da doença, no próximo semestre, devendo passar à condição de Médio Risco – BR3. No Território Nacional, ainda não estão reconhecidos pela OIE como livres de febre aftosa, 967.643 Km2 no Nordeste e 2.462.591 Km2 no Norte do país. Até 31 de dezembro de 2013, houve a manutenção do status das zonas livres de febre aftosa implantadas ao longo dos últimos anos no país. No segundo semestre deste ano, foi possível firmar o reconhecimento nacional, como zona livre de febre aftosa com vacinação, de sete estados do Nordeste (Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte) e de quase todo norte do estado do Pará. Em seguida, foi encaminhado pleito à OIE para o reconhecimento internacional dessa nova zona. A decisão final ocorrerá até sua Assembleia Geral no primeiro semestre de 2014.

Desta forma, está previsto um incremento de 1.489.458 Km2 nas zonas livres reconhecidas pela OIE no próximo ano. Os impedimentos legais para que ocorram transferências financeiras aos Serviços Veterinários Oficiais (SVOs) dos Estados do Amazonas, Amapá e Roraima tem comprometido o apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e isso exigirá ações de gestão junto às autoridades desses estados para que equacionem a situação e habilitem seus SVOs a receberem transferências voluntárias nos próximos exercícios. Quanto ao atendimento das suspeitas da Síndrome Vesicular Hemorrágica dos suínos e da Síndrome Respiratória e Nervosa das aves, o nível registrado mantém-se dentro de um padrão geral satisfatório. Entretanto, a análise segundo a síndrome envolvida, demonstra que o não cumprimento do prazo de 24 horas para atendimento às suspeitas apresentadas, concentrou-se principalmente nas suspeitas de síndrome hemorrágica dos suínos, sendo que das 92 suspeitas apresentadas, apenas 63 (68,5%) foram atendidas pelo serviço veterinário oficial dentro do prazo estabelecido. Os maiores problemas foram registrados no Estado do Rio Grande do Sul, com índice de atendimento em menos de 24 horas de 39,5%. Para as demais síndromes, o índice manteve-se superior a 90%, com valores específicos de 91,8% para a síndrome vesicular hemorrágica dos suínos e 91,5% para a síndrome respiratória e nervosa das aves.

A Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul (Seapa) identificou os municípios, regionais e veterinários que ultrapassaram o prazo estipulado. A Seapa repassou documento às unidades regionais e locais para orientar e melhorar o índice de atendimento. Também foi realizado concurso público para contratação de 100 novos fiscais agropecuários estaduais, a fim de melhorar o atendimento e reduzir o número de notificações atendidas fora do prazo.

Na Sanidade Vegetal, foram elaborados os planos de contingência do Amarelecimento Letal do Coqueiro e da ErwiniaAmylovora (fogo bacteriano das palmáceas). A situação da mosca da carambola é de 21 municípios com foco da praga: 16 no Amapá; 01 no Pará; e 04 em Roraima. Na região transfronteiriça, a Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa apresentam alta densidade da praga, devido à baixa efetividade das ações de controle ou erradicação em seus territórios, causando dispersão para os estados do norte do Brasil. Faz-se necessário, portanto, negociar a realização de monitoramentos bilaterais com esses países para que possamos identificar os locais com a presença da praga e implementar um programa regional de erradicação nas áreas de vigilância transfronteiriça.

Quanto à lagarta das maçãs “Cydia pomonella”, no Rio Grande do Sul (municípios de Bom Jesus e Caxias do Sul) e em Santa Catarina (municípios de Lages e Vacaria), não há registro de capturas da praga há sete, cinco, três e dois anos, nos

respectivos municípios, cumprindo, assim, o prazo de dois anos sem nenhuma detecção, requisito para que o município seja considerado livre da praga. Portanto a erradicação da Cydia pomonella do território nacional deverá ser anunciada em evento a ser realizado nos próximos meses.

Quanto às atividades de controle da doença vassoura de bruxa nos cacauais brasileiros, toma-se como referência o esforço institucional de controle integrado da enfermidade diretamente nas propriedades rurais, por meio dos processos de inovação e difusão de conhecimentos tecnológicos e gerenciais. Utilizam-se também campanhas educativas dentro do recorte regional das regiões produtoras de cacau. Registra-se a cobertura de monitoramento e controle integrado da doença em 550 mil hectares.

Quanto à vigilância em fronteiras, as importações de animais vivos, de vegetais e seus produtos nos pontos de ingresso ao país foram fiscalizadas regularmente, atendendo ao estabelecido na meta. Em relação aos passageiros, campanhas são realizadas regularmente nos principais aeroportos e pontos de entrada do país. Em 2013 o Brasil sediou dois grandes eventos internacionais, a Copa das Confederações, em junho, e a Jornada Mundial da Juventude, em julho. Foram mobilizados servidores para reforçar as equipes nas cidades-sede dos jogos da Copa e nas fronteiras durante os eventos. Entre as ações desenvolvidas estava a distribuição de folders da campanha "Mala Legal", visando conscientizar os cidadãos sobre as regras da vigilância agropecuária internacional. Foram realizadas 11 campanhas de conscientização de passageiros que, somadas às 54 realizadas em 2012, resultam em um total de 65. As campanhas são realizadas durante todo o ano, como procedimento de rotina nos aeroportos de Manaus/AM, Fortaleza/CE, Natal/RN, Recife/PE, Salvador/BA, Brasília/DF, Campo grande/MS, Guarulhos/SP, Viracopos/SP, Galeão/RJ, Porto Alegre/RS.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 470mil para 600 mil hectares a área controlada de Vassoura de Bruxa nos cacauais**

Análise Situacional da Meta

Para o desempenho da meta reúnem-se os esforços de controle integrado da doença, envolvendo pesquisas laboratoriais e de campo, assistência técnica nos imóveis rurais, além de campanhas de prevenção e demais medidas de monitoramento, com cobertura de alcance em toda a área de cacaueiros assistidos nos estados de atuação, conforme apuração regionalizada: Amazonas – 2.000 ha; Bahia – 406.100 ha; Espírito Santo – 22.100 ha; Mato Grosso – 1.300 ha; Pará – 80.000 ha; e Rondônia – 38.500 ha.

Registra-se , em 2013, a cobertura de monitoramento e controle integrado da doença em 550 mil hectares assistidos, representando o alcance de 91,67% da meta final do no PPA 2012-2015. Alguns resultados relevantes são destacados, como: 1) criação e registro, tanto para a agricultura convencional como para sistemas orgânicos, do Biofungicida Tricovab, com alto potencial de controle do fungo da vassoura de bruxa, sem resíduos químicos – em fase de desenvolvimento para produção em escala comercial; 2) continuação do sequenciamento do genoma do patógeno Moniliophthora perniciosa e do hospedeiro Theobroma cacau, permitindo, com isso uma nova estratégia de controle de pragas; e 3) esforços conjuntos da Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), MAPA e Órgãos Estaduais de Defesa Agropecuária, nos estados da Bahia e Região Norte, para a dinamização do plano de contingenciamento da Monilíase do cacaueiro, visando proteger a cacauicultura nacional dos danos econômicos, sociais e ambientais associados ao risco de entrada, dispersão e estabelecimento dessa grave doença. Ressalta-se que, embora ainda não ocorrente em território brasileiro, a moléstia já se instalou em países limítrofes à região norte brasileira.

No contexto da pesquisa e inovação, destaca-se o Projeto RENOBRUXA – Rede de Cacau do Renorbio – Vassoura-de-Bruxa - projeto financiado pelo Fundo nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, por intermédio da CEPLAC, com o objetivo de revitalizar e dinamizar a cacauicultura baiana nacional, respectivamente, mediante o controle da doença vassoura de bruxa do cacaueiro (Moniliophthora perniciosa), com ênfase no melhoramento genético e na biologia molecular.

Dentre os resultados obtidos no projeto destaca-se a identificação de diversas novas fontes de resistência por meio do

Plano Mais Brasil

mapeamento de mais de uma dezena de diferentes genes ou fatores de resistência à incidência natural da doença em campo; a seleção de 400 clones com associação de genes de resistência, além de outros genes de interesse para avaliação regional e 96 progenitores para constituição de novo ciclo de melhoramento genético; o estabelecimento de 5 ensaios regionais de variedades contemplando 367 clones e mais de 100 fazendas; a indicação de 14 variedades de cacau para cultivo comercial; a identificação de marcadores moleculares para resistência; a decifração de 8 genomas de cacau – genoma funcional de resistência; a compreensão da evolução do patógeno; e a identificação dos múltiplos modos de penetração do patógeno – fungo da vassoura de bruxa.

Quantidade alcançada

550.000

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	240	ha	1.300	31/12/2013
Região Nordeste	481.300	ha	406.100	31/12/2013
Região Norte	95.460	ha	120.500	31/12/2013
Região Sudeste	23.000	ha	22.100	31/12/2013

- **Ampliar dos 82% para 100% o número de atendimentos nos prazos legais das suspeitas de síndromes Vesicular, Hemorrágica dos Suínos, Respiratória e Nervosa das Aves**

Análise Situacional da Meta

Houve redução do número de atendimentos nos prazos legais, passando de 96,4% ao final de 2012 para 89,5% ao final do primeiro semestre de 2013. Apesar da redução observada, em relação ao período anterior, o nível registrado mantém-se dentro de um padrão geral satisfatório. Entretanto, a análise segundo a síndrome envolvida, demonstra que o não cumprimento do prazo de 24 h para atendimento às suspeitas apresentadas concentrou-se principalmente nas suspeitas de síndrome hemorrágica dos suínos. Das 92 suspeitas apresentadas, apenas 63 (68,5%) foram atendidas pelo serviço veterinário oficial dentro do prazo estabelecido. Os maiores problemas foram registrados no Estado do Rio Grande do Sul, com índice de atendimento, em menos de 24h, de 39,5%. A Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul (SEAPA) identificou os municípios, regionais e veterinários que ultrapassaram o prazo estipulado. A SEAPA repassou documento às unidades regionais e locais para orientar e sanar esses desvios. Em termos administrativos, foi realizado concurso público pela SEAPA e as nomeações ocorrerão em breve, para empossar 100 novos fiscais agropecuários estaduais. Isto ajudará a melhorar o indicador, pois se constatou que nas regionais com maior carência de veterinários os intervalos de atendimento e o número de notificações atendidas fora do prazo foram maiores.

Para as demais síndromes, o índice manteve-se superior a 90%, com valores específicos de 91,8% para a síndrome vesicular e 91,5% para síndrome respiratória e nervosa das aves. Ações específicas foram implantadas junto ao serviços veterinários estaduais para reduzir as inconformidades nos atendimentos.

Quantidade alcançada

89,5

Data de Referência

31/12/2013

- **Elaborar 100 planos de contingência sobre as principais ameaças de pragas e doenças**

Análise Situacional da Meta

Foram elaborados o Plano de Contingência do Amarelecimento Letal do Coqueiro e o Plano de Contingência da Erwinia Amylovora (fogo bacteriano das palmáceas). Esses dois planos, somados ao plano de contingência da monilíase do cacaueiro, elaborado em 2012, resultam em três planos de contingência até o ano de 2013. Em relação à área animal, a estratégia adotada será a de definir um plano que abranja as ações para contingenciamento de qualquer evento emergencial que possa ocorrer.

O MAPA apresenta "planos de contingência" publicados para as seguintes doenças: febre aftosa; influenza aviária; New Castle; peste suína clássica; e encefalopatia espongiforme bovina (BSE). Além disso, estão sendo revisados os referidos planos e todo o arcabouço normativo referente à atuação em emergências veterinárias. A proposta é elaborar um único plano de contingência nacional, apoiado por planos de ação específicos para cada doença emergencial, bem como incluir as doenças reconhecidas como de maior impacto econômico e social, na classificação de "desastres", permitindo inseri-las de forma mais destacada no Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) e no Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC). A revisão foi iniciada pelo Plano de Ação da Febre Aftosa, que se encontra em andamento, e pelo desenvolvimento do SISBRAVET (Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergência Veterinária).

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2013

- **Erradicar a Mosca da Carambola do território nacional, reduzindo o número de ocorrência de 14 municípios para zero**

Análise Situacional da Meta

Ao final do ano de 2013, foram registrados 21 municípios com foco da praga: 16 no Estado do Amapá; 1 Município no Pará (Monte Dourado); e 4 em Roraima (Uiramutã, Normandia, Bonfim e Paracaima). O número de focos em cada estado vem aumentando. Em Roraima, a elevação decorre da inexistência de qualquer ação no lado da Guiana, impossibilitando erradicação dos focos na fronteira. O objetivo principal do MAPA é não permitir a disseminação da praga para outras regiões, pois a chegada da praga nos pólos frutícolas inviabilizaria a produção e comercialização de Manga, Acerola, Laranja, Limão, Carambola e das demais 25 plantas hospedeiras da praga. No Amapá, um dos gargalos é a insuficiência de Técnicos Agrícolas e Fiscais Federais Agropecuários na SFA-AP. Foi firmado um acordo de cooperação técnica com a Agência de Defesa Agropecuária do Amapá (DIAGRO) para fornecimento de técnicos e agrônomos para trabalharem nos Planos de Erradicação no estado.

Em Roraima a presença da praga era registrada somente no município de Uiramutã na fronteira com a Guiana, até agosto, quando ocorreram novas detecções. Estão sendo conduzidos Planos Emergenciais nos municípios de Bonfim, Normandia e Pacaraima. As ações de fiscalização realizadas nas barreiras fitossanitárias das localidades de Surumu, Passarão e Normandia/Bonfim demandam mais veículos para serem atendidas.

Em dezembro de 2013, foi firmado convênio entre o MAPA e a DIAGRO com vistas a fortalecer o Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) no Estado do Amapá. Serão apoiadas ações de monitoramento, controle e erradicação da mosca da carambola e ações de educação sanitária. Também, firmou-se convênio com a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARA). Em 2014, o Estado de Roraima deverá firmar convênio com o MAPA.

Quanto à região transfronteiriça, a Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa apresentam alta densidade da praga, pois não realizam ações de controle ou erradicação em seus territórios, causando dispersão para os estados do norte do Brasil. Faz-se necessário, portanto, negociar a realização de monitoramentos bilaterais com esses países. Em dezembro de 2013 firmou-se projeto de cooperação técnica internacional, que haverá de fortalecer a inspeção agropecuária e apoiar sistema internacional para erradicação da mosca-da-carambola. No que se refere ao Programa de Erradicação e Vigilância da Praga em região transfronteiriça, o passo inicial, em 2014, será a elaboração dos termos de referência para conceituação e delimitação de áreas de vigilância fitossanitária nas fronteiras. Após apresentação desses termos aos técnicos de Guiana, Brasil e Suriname, a cooperação permitirá que representantes dos três países desenvolvam: a) proposta de Programa Regional de Erradicação da Mosca da Carambola; e b) ações para sensibilizar as autoridades dos respectivos países sobre a necessidade de ações de prevenção e erradicação da praga.

Quantidade alcançada

21

Plano Mais Brasil

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	14	unidade	21	31/12/2013

- **Manter a fiscalização nas fronteiras de 100% das importações de animais vivos, de vegetais e de seus produtos nos pontos de ingresso no país**

Análise Situacional da Meta

As importações regulares de animais vivos, vegetais e de seus produtos nos pontos de ingresso no país foram fiscalizadas regularmente, atendendo ao estabelecido na meta. O Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro) realiza a fiscalização de todas as partidas de produtos e insumos agropecuários regularmente importados, como pré-requisito para o desembaraço aduaneiro dessas mercadorias.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2013

- **Obter o Reconhecimento Internacional de País Livre de Febre Aftosa**

Análise Situacional da Meta

Foram mantidas as zonas livres de febre aftosa com vacinação implantadas nas regiões Norte e Nordeste do país, que equivalem a 1.965.769 Km2 e representam 48% da área total dessas regiões, registradas no início do período do PPA. Os trabalhos para reconhecimento nacional de nova zona livre de febre aftosa com vacinação foram concluídos nos estados de AL, CE, norte do PA, PB, PE, PI e RN. Os trabalhos avançaram no Estado do Amazonas e, no próximo semestre, será providenciada a alteração na classificação de risco para febre aftosa da parte ainda não reconhecida como livre da doença, devendo passar à condição de Médio Risco – BR3. Os planos de ações elaborados para execução no Amapá e Roraima estão sendo acompanhados e apontam necessidades de incremento de recursos financeiros para investimento e custeio capaz de proporcionar melhorias na estrutura e sistema de informação, gestão de cadastro de propriedades, controle de trânsito e de aglomerações de animais, planejamento e controle das etapas de vacinação e comercialização de vacinas, capacitação do corpo técnico, planejamento e execução de ações relacionadas à vigilância epidemiológica, capacidade de atendimento a notificações de suspeitas de doenças vesiculares, padronização de procedimentos, educação sanitária e participação comunitária para seu cumprimento. Foi efetuada uma revisão geral dos dados da meta, com correção das áreas de alguns estados, ajustadas aos dados do IBGE, o que implicou na modificação dos resultados de alguns estados e na redução da meta original, que passou para 3.430.234 Km2. Desta área, que representa a área do Território Nacional ainda não reconhecida pela OIE como livre de febre aftosa, 967.643 Km2 estão no Nordeste e 2.462.591 Km2 estão no Norte do país. Até 31 de dezembro de 2013, houve a manutenção do status das zonas livres de febre aftosa implantadas ao longo dos últimos anos no país. No segundo semestre deste ano, foi possível firmar o reconhecimento nacional, como zona livre de febre aftosa com vacinação, de sete estados do Nordeste (Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte) e quase todo norte do estado do Pará. Em seguida, foi encaminhado pleito à OIE para o reconhecimento internacional dessa nova zona e a decisão final ocorrerá até sua Assembleia Geral de maio de 2014. Desta forma, está previsto um incremento de 1.489.458 Km2 nas zonas livres reconhecidas pela OIE no próximo ano, completando-se a meta estabelecida para região Nordeste e se avançando significativamente com a meta na região Norte. Assim, a área do Território Nacional com zonas livres de febre aftosa reconhecidas pela OIE passará para 77,2%. Ademais, em 2013, foi alterada a classificação de risco, de Alto Risco (BR-4) para Médio Risco (BR-3), da maior parte do estado do Amazonas, tornando-se assim mais próxima da condição necessária para um futuro reconhecimento de todo aquele estado como zona livre de febre aftosa com vacinação. Entretanto, foi mantida a classificação de risco para febre aftosa dos estados do Amapá e Roraima como Alto Risco (BR-4), pois não se constatou avanços estruturais e técnicos satisfatórios em seus serviços veterinários oficiais (SVO). Novas auditorias foram realizadas em seus SVO para conferir a situação e melhor orientar as próximas

medidas a serem implementadas e que promovam os avanços necessários na condição sanitária da região até o final do PPA. Os impedimentos legais para que ocorram transferências financeiras aos SVO dos três estados têm comprometido o apoio do MAPA e exigirá maiores gestões junto às autoridades desses estados para que equacionem a situação e habilitem seus SVO a receberem possíveis transferências voluntárias do MAPA nos próximos exercícios.

- **Realizar 235 campanhas de conscientização de usuários do transporte aéreo internacional**

Análise Situacional da Meta

As campanhas são realizadas regularmente nos principais aeroportos e pontos de entrada do país. Em 2013, em virtude do Brasil sediar dois grandes eventos internacionais, a Copa das Confederações, em junho, e a Jornada Mundial da Juventude, em julho, foram mobilizados servidores para reforçar as equipes nas cidades-sede dos jogos da Copa e nas fronteiras durante a Jornada. Entre as ações desenvolvidas estava a distribuição de folders da campanha "Mala Legal", visando conscientizar os cidadãos sobre as regras da vigilância agropecuária internacional. Em 2013, foram realizadas 11 campanhas, que, somadas às 54 realizadas em 2012, resultam em um total de 65. As campanhas do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro) são realizadas durante todo o ano nos principais aeroportos e pontos de entrada do país.

Quantidade alcançada

65

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	47	número	8	31/12/2013
Região Nordeste	47	número	18	31/12/2013
Região Norte	47	número	11	31/12/2013
Região Sudeste	47	número	15	31/12/2013
Região Sul	47	número	13	31/12/2013

- **Reduzir de 2% para 1% o índice nacional de passageiros que ingressam com não conformidade na bagagem**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram emitidos 109.852 termos de fiscalização de bagagens de passageiros e encomendas provenientes do exterior. No ano de 2013 houve ampliação em 10% nesse número de fiscalizações. Esse aumento foi atingido a partir do reforço às equipes de fiscalização durante a realização dos dois grandes eventos internacionais. Entretanto, não foram observadas, ainda, reduções significativas nos percentuais de não conformidades.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2013

- **Reduzir o número de municípios com incidência da praga Cydia pomonella de 3 para 0**

Análise Situacional da Meta

Para a safra 2013/2014 foram instaladas 2.000 armadilhas, que estão sendo monitoradas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com a colaboração da Associação Brasileira dos Produtores de Maçã – ABPM. Vale destacar que nas ações de monitoramento realizadas no âmbito do antigo contrato MAPA X MOSCAMED na safra 2012/2013, não houve capturas de insetos em nenhum dos municípios monitorados. Já na safra 2011/2012, apenas um inseto adulto foi capturado na área urbana do município de Vacaria/RS, no mês de novembro de 2011. Assim os municípios de Bom Jesus, Caxias do Sul, Lages e Vacaria estão sem registro de capturas da praga há sete, cinco, três e dois anos, respectivamente. Os municípios são declarados livres da praga após dois anos de monitoramento contínuo sem detecções. A meta foi integralmente cumprida. A erradicação da Cydia pomonella do território nacional deverá ser anunciada oficialmente no primeiro semestre de 2014. Destaca-se que monitoramentos preventivos continuarão a ser realizados.

Plano Mais Brasil

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Para o alcance deste objetivo, o MAPA efetuou reuniões com o Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária - FONESA, com o intuito de esclarecer detalhes sobre o desenvolvimento das ações preconizadas no Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e como poderiam ser compartilhadas com os serviços de defesa agropecuária estaduais. No que se refere à defesa sanitária animal e vegetal, houve avanços, resultando em uma melhor integração. As inspeções animal e vegetal ainda estão em fase de consolidação. Quanto à área de insumos agropecuários, estão sendo feitas gestões para que haja uma maior articulação no SUASA.

Com a celebração dos convênios, a implementação das ações de defesa agropecuária será agilizada e implantada. Ainda, no âmbito do Suasa, cabe mencionar a criação de um Grupo de Trabalho com a finalidade de propor a modelagem do Sistema Brasileiro de Defesa Agropecuária aplicado à cadeia produtiva dos produtos de origem vegetal (SISBI-POV), estabelecido por meio da Portaria nº 78 de 07.06.2013 da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 20.000 profissionais de defesa agropecuária nas três instâncias do SUASA**

Análise Situacional da Meta

O sistema de capacitação para profissionais de defesa agropecuária encontra-se em articulação com o Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (FONESA), a Rede de Inovação Tecnológica em Defesa Agropecuária – RIT, o Sistema "S" (conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica) e as entidades de classe. Em 2013, não foram realizadas atividades de capacitação. Com a efetivação dos convênios com as unidades da Federação, as ações de capacitação serão desenvolvidas pelos agentes das instâncias intermediárias do SUASA. Em 2014, essas ações permitirão capacitar 10.000 profissionais no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Destaca-se que, em 2012, foram capacitados 10.000 técnicos e auxiliares.

Quantidade alcançada

10.000

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3.000	pessoas	1.000	31/12/2013
Região Nordeste	5.100	pessoas	3.000	31/12/2013
Região Norte	2.800	pessoas	1.000	31/12/2013
Região Sudeste	4.100	pessoas	2.000	31/12/2013
Região Sul	5.000	pessoas	3.000	31/12/2013

- **Implantar um Centro de Inteligência e Formação em Defesa Agropecuária**

Análise Situacional da Meta

Foram efetuadas reuniões com a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), o Ministério da Defesa (MD), a Secretaria

de Receita Federal, o Comando da Aeronáutica, além de algumas apresentações no Senado Federal e no Comando do Exército sobre a implantação do Centro de Inteligência e Formação Agropecuária. Também foram realizados alguns treinamentos com o corpo técnico da ABIN, da Escola Superior de Guerra e do Ministério da Defesa (MD).

No segundo semestre ocorreram reuniões com órgãos do Sistema Nacional de Inteligência (IBAMA, Banco do Brasil e Receita Federal). O grupo de trabalho desenvolveu projeto básico de Atividades de Inteligência em Defesa Agropecuária. Em 2014 será dado andamento à aprovação do projeto, definição dos integrantes do centro de inteligência, capacitação do integrantes e realização de ações de inteligência conjuntas e integradas com os demais órgãos e entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN).

- **Implementar Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA)**

Análise Situacional da Meta

O sistema informatizado está em fase final de construção, em parceria com a Confederação Nacional da Agricultura – CNA. Houve a conclusão do módulo da rastreabilidade bovina – SISBOV, que se encontra em fase de validação quanto à parte do sistema relacionada aos registros de propriedades rurais e agroindustriais. O sistema deverá entrar em operação até 2015.

- **Promover a adesão de 1.110 municípios ao SUASA**

Análise Situacional da Meta

Estão sendo efetuadas reuniões com estados e municípios com vistas à adesão daqueles entes ao SUASA. Até o final de 2013 foram celebrados 17 convênios de adesão.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	90	município	5	31/12/2013
Região Nordeste	350	município	0	31/12/2013
Região Norte	60	município	0	31/12/2013
Região Sudeste	360	município	1	31/12/2013
Região Sul	250	município	11	31/12/2013

- **Promover a adesão de todos os Estados e o Distrito Federal ao SUASA**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas reuniões com todas as unidades Federativas para formalização do convênio SUASA. Nestas reuniões as discussões sobre os sistemas de defesa agropecuária foram realizadas no sentido de aprimorar e informatizar as ações de defesa agropecuária.

Até o momento, foram celebrados convênios com 17 Unidades da Federação. As outras Unidades não tiveram seus convênios assinados por motivos administrativos que as mesmas deverão resolver. Até o momento, 7 estados obtiveram o reconhecimento da equivalência de seus sistema de inspeção com o Sistema de Inspeção Federal e, assim, concluíram o processo de adesão ao Suasa (BA, PR, MG, DF, RS, SC e ES).

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2013

- **Promover o acesso de 500 mil produtores e famílias rurais brasileiras a eventos de educação sanitária**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram realizados eventos envolvendo a participação de 143.000 pessoas, por meio do Fórum Nacional dos

Plano Mais Brasil

Executores de Sanidade Agropecuária (FONESA), das Empresas Estaduais de Assistência Técnica de Extensão Rural (EMATERs) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Serviços estaduais de defesa agropecuária têm realizado treinamentos e a celebração de convênios com as unidades intermediárias visará fortalecer as ações de educação sanitária. A celebração dos convênios possibilitará a participação de 150.000 produtores em projetos de educação sanitária em 2014.

Quantidade alcançada

143.000

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	30.000	pessoas	8.000	31/12/2013
Região Nordeste	220.000	pessoas	50.000	31/12/2013
Região Norte	40.000	pessoas	10.000	31/12/2013
Região Sudeste	110.000	pessoas	40.000	31/12/2013
Região Sul	100.000	pessoas	35.000	31/12/2013

OBJETIVO: 0367 - Modernizar os Laboratórios Nacionais Agropecuários e Qualificar a Oferta de Serviços da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, com vistas a aprimorar o atendimento às demandas de Defesa Agropecuária.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

As análises de amostras coletadas pela fiscalização da Defesa Agropecuária são executadas pela Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, constituída por seis Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros) – laboratórios oficiais – e 673 laboratórios credenciados.

A rede de laboratórios dá suporte às ações ligadas à saúde animal, à sanidade vegetal e à garantia da qualidade dos alimentos de origem animal e vegetal e dos insumos agrícolas e pecuários. Em 2012, foram realizadas 32,6 milhões de ensaios laboratoriais. Em 2013, foi contabilizada a marca de 24,01 milhões de ensaios laboratoriais realizados. Essa redução está relacionada a fatores não controlados pelo MAPA, como o quantitativo de produtos exportados e importados (que influencia diretamente no número de amostras coletadas), a variação cambial, novas demandas analíticas apresentadas por parceiros comerciais, e o redimensionamento do número de amostras enviadas em decorrência de redelineamentos de estudos epidemiológicos e de ocorrência de surtos ou suspeitas de doenças e pragas que impactam na atividade agropecuária nacional. No intuito de atender às demandas, foram adotadas ações visando aumentar a capacidade operacional da rede, tanto em relação ao volume de análises quanto à variedade de métodos disponibilizados.

O processo de realização de auditorias em laboratórios credenciados foi afetado pelo quantitativo de recursos humanos especializados e a instituição de uma nova sistemática de elaboração de cronograma de realização de auditorias, que demandou um período de adaptação das áreas técnicas ao novo método de organização. Com contratação de Fiscais Federais Agropecuários (FFA), Técnicos de Laboratório e Auxiliares de Laboratório, prevista para 2014, espera-se que seja alocada uma quantidade adequada de recursos humanos para os laboratórios oficiais.

Com vistas a tornar os processos de gerenciamento de laboratórios mais efetivos, especialmente os procedimentos de auditorias, foi contratada consultoria especializada em implementação de sistema de gestão da qualidade, com base na norma ISO 9001. Os procedimentos referentes aos processos de auditorias de credenciamento e monitoramento de laboratórios estão em fase de mapeamento e elaboração. Foram realizados ajustes na sistemática de estabelecimento do cronograma de auditorias, racionalizando seu planejamento e execução, buscando agilizar o processo.

Em relação ao processo de implantação do sistema informatizado de gestão laboratorial, foi finalizado o módulo de gerenciamento das atividades realizadas por cada laboratório oficial ou credenciado. A construção de outros módulos referentes às áreas técnicas deverá ser realizada após a renovação do contrato com a empresa especializada em tecnologia

da informação.

A estratégia para o alcance pleno do Objetivo 0367 está expressa no Mapa Estratégico elaborado para institucionalizar os objetivos estratégicos da área de laboratórios do MAPA. Entretanto, foram encontradas dificuldades na implementação dos indicadores estratégicos de desempenho e, por consequência, na análise crítica dos dados. As medidas para saneamento das dificuldades confluíram no sentido de destacar técnicos para atuarem na condução das atividades pertinentes ao planejamento e monitoramento de seus objetivos e indicadores.

As principais realizações do ano de 2013 envolvem: ampliação da acreditação dos ensaios nos laboratórios oficiais do MAPA; planejamento de ferramentas para aprimorar o acompanhamento do Plano Operativo Anual (POA); revisão da Instrução Normativa nº 01/2007 e subsequente publicação da Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, que estabelece os critérios e requisitos para o credenciamento e monitoramento de laboratórios pelo MAPA; expansão do convênio com o CNPq para alocação de bolsistas que desempenham atividades relacionadas à validação de métodos e gestão da qualidade; e continuação da implantação da ISO 9001 na área gerencial dos laboratórios oficiais.

A busca pela modernização e ampliação dos laboratórios oficiais do MAPA necessitou de recursos suplementares de investimento. Em 2013, foram liberados R$ 40,4 milhões e na LOA 2014 foram aprovados R$ 48 milhões. Esse montante visa à aquisição de equipamentos para atualização e automação de processos laboratoriais, bem como adequação das estruturas prediais dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros). Ressalta-se que a ampliação da capacidade analítica da rede laboratorial exige uma série de ações ligadas, especialmente, à modernização do parque de equipamentos dos laboratórios oficiais e adequação de suas instalações, envolvendo reformas, construções e ampliações, e ao treinamento constante de servidores, de forma a acompanhar o progresso científico.

O atendimento a todas essas condições contribui para que seja possível ao MAPA não apenas manter sua rede de laboratórios oficiais adequada, de acordo com normas internacionalmente aceitas, mas também exigir que a rede credenciada cumpra rigorosas normas técnicas e de qualidade e rastreabilidade em ensaios realizados dentro de seus escopos de credenciamento junto ao Ministério. Tudo isso permite que a rede laboratorial do MAPA ofereça a capacidade operacional requerida pela defesa agropecuária nacional.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 25,4 para 33 milhões o número de ensaios realizados anualmente pela Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários**

Análise Situacional da Meta

O resultado obtido pela rede laboratorial do MAPA para a meta física "Ampliar de 25,4 para 33 milhões o número de ensaios realizados anualmente pela Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários" apresentou valor igual a 24,01 milhões de ensaios, portanto, abaixo do esperado. Em 2012, foram realizadas 32,6 milhões de ensaios laboratoriais. A flutuação observada nos 2 anos de coleta de informações nos mostra um desafio para o atingimento dessa meta, devido especialmente à existência de fatores não controlados pelo MAPA, como o quantitativo de produtos exportados e importados (que influencia diretamente no número de amostras coletadas), a variação cambial, novas demandas analíticas apresentadas por parceiros comerciais, e o redimensionamento do número de amostras enviadas em decorrência de redelineamentos de estudos epidemiológicos e de ocorrência de surtos ou suspeitas de doenças e pragas que impactam na atividade agropecuária nacional. Isso nos leva a entender que certa variação no resultado da meta é esperada. Com vistas a aprimorar a coleta de dados relativos aos ensaios realizados pela rede laboratorial, o MAPA iniciou a revisão de suas ferramentas, no sentido de auxiliar a tomada de decisão no que diz respeito à alocação de recursos materiais e humanos.

Quantidade alcançada

24,01

Data de Referência

31/12/2013

- **Aumentar de 305 para 610 o número de ensaios realizados pelos Lanagros e acreditados na NBR ISO/IEC**

Plano Mais Brasil

17.025

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram realizados 421 ensaios. Para melhorar a resposta deste indicador, é necessário que os Lanagros priorizem seu papel como laboratórios de referência, favorecendo a comprovação de desempenho e validação de ensaios, um dos fatores precípuos para alcançar acreditações na ABNT NBR ISO/IEC 17.025.

O processo de avaliação dessa meta foi reformulado. Ela passou a ser monitorada em função do número de ensaios acreditados e não mais em razão do número de métodos acreditados, motivo pelo qual não é possível estabelecer uma comparação entre os períodos de 2012 e 2013. A estimativa para o ano de 2014 é alcançar 534 ensaios acreditados.

Quantidade alcançada

421

Data de Referência

31/12/2013

- **Aumentar de 71 para 142 o número de auditorias realizadas anualmente em laboratórios credenciados**

Análise Situacional da Meta

Foi necessária uma reavaliação dos valores estabelecidos para as metas intermediárias, visando o alinhamento à meta final de 142 auditorias anuais em 2015. Desta forma, para o ano de 2013, foi estabelecida a realização de 107 auditorias, das quais 42 foram executadas.

Os fatores que contribuíram para este resultado foram o quantitativo de recursos humanos especializados e a instituição de uma nova sistemática de elaboração de cronograma de realização de auditorias, que demandou um período de adaptação das áreas técnicas ao novo método de organização. Também contribuíram a falta de harmonização dos procedimentos de auditoria e o aumento da complexidade para programação de despesas com deslocamentos de servidores. Foram realizados ajustes na sistemática de estabelecimento do cronograma de auditorias, racionalizando seu planejamento e execução, buscando agilizar o processo. Com vistas a tornar os processos de gerenciamento de laboratórios mais efetivos, especialmente os procedimentos de auditorias, foi contratada consultoria especializada em implementação de sistema de gestão da qualidade, com base na norma ISO 9001. Os procedimentos referentes aos processos de auditorias de credenciamento e monitoramento de laboratórios estão em fase de mapeamento e elaboração.

Considerando que, com a publicação da IN 57, de 11 de dezembro de 2013, que estabelece os critérios e requisitos para o credenciamento e monitoramento de laboratórios pelo MAPA, existe a necessidade de adequação documental por parte dos laboratórios credenciados preferencialmente antes da auditoria de monitoramento.

Quantidade alcançada

42

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A promoção da qualidade dos insumos agropecuários tem sido fator preponderante no avanço do mercado interno e externo de produtos agropecuários. As ações do MAPA nesta área estão direcionadas para o desenvolvimento de ferramentas de melhoria da eficiência da fiscalização, visando encontrar soluções operacionais para suprir a demanda da sociedade, bem como de organismos internacionais representantes dos países com os quais o Brasil mantém relações comerciais no campo dos alimentos, fibras e combustíveis renováveis.

Assim, a fiscalização tem como objetivo assegurar a conformidade e inocuidade dos produtos disponibilizados à população e garantir que isso ocorra sem impactos negativos para o meio ambiente. Naturalmente estas ações de fiscalização, incluindo a revisão de legislação e a capacitação dos agentes envolvidos, devem ser realizadas em momento oportuno e na intensidade programada. A não realização das mesmas implica em correr o risco de redução da qualidade dos alimentos, com possíveis danos à saúde da população, assim como o risco de retaliações dos parceiros comerciais do Brasil, podendo levar a prejuízos para todo o agronegócio brasileiro.

De maneira geral, em 2013 houve manutenção do número de fiscalizações. As operações de fiscalização foram organizadas nas proximidades das bases de atuação dos fiscais com o intuito de otimização de recursos humanos e financeiros, priorizada em estados de maior risco e com grandes demandas de coleta de vacinas para controle oficial. A atividade de fiscalização necessita de recursos financeiros para o deslocamento dos fiscais, tendo em vista que o Brasil é um País de dimensões continentais e os locais de produção estão distribuídos por todo o território nacional. Ademais, existe uma grande demanda dos órgãos de controle e de toda a sociedade para que o MAPA atenda às denúncias de irregularidades e garanta a regulação dos insumos agropecuários. Com contratação de Fiscais Federais Agropecuários (FFA), prevista para 2014, espera-se que sejam ampliadas as atividades de fiscalização agropecuária.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 4.408 para 5.116 as fiscalizações de produtos de uso veterinário**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram realizadas 1.042 fiscalizações de produtos veterinários. A fiscalização foi priorizada em estados de maior risco e com grandes demandas de coleta de vacinas para controle oficial. Para o ano de 2014, está prevista a realização de concurso público para a contratação de novos fiscais agropecuários, o que possibilitará a intensificação das fiscalizações, visando, desta forma, o alcance da meta prevista quando da elaboração do PPA.

Quantidade alcançada

1.042

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	708	unidades/ano	71	31/12/2013
Região Nordeste	2.227	unidades/ano	451	31/12/2013
Região Norte	769	unidades/ano	118	31/12/2013
Região Sudeste	869	unidades/ano	284	31/12/2013
Região Sul	543	unidades/ano	118	31/12/2013

- **Aumentar de 4475 para 5345 o número de fiscalizações anuais na área de alimentação animal**

Análise Situacional da Meta

A execução das metas do setor de fiscalização de produtos para alimentação animal no ano de 2013 foi de 3.918 fiscalizações. Em 2012, foram realizadas 3.590 fiscalizações. A expectativa para o próximo período é continuar o processo de ampliação das fiscalizações.

Quantidade alcançada

3.918

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	564	unidades/ano	360	31/12/2013
Região Nordeste	2.221	unidades/ano	1.254	31/12/2013
Região Norte	653	unidades/ano	407	31/12/2013
Região Sudeste	1.329	unidades/ano	912	31/12/2013

Plano Mais Brasil

Região Sul	578	unidades/ano	985	31/12/2013

- **Aumentar de 874 para 1.049 as fiscalizações de material genético animal**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2013, o Programa de Fiscalização de Material Genético Animal - FISCGENE realizou 597 fiscalizações de material genético animal. A maioria das fiscalizações realizadas foi concentrada em estabelecimentos comerciais e industriais localizados nas regiões metropolitanas.

Quantidade alcançada

597

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	159	unidades/ano	64	31/12/2013
Região Nordeste	119	unidades/ano	82	31/12/2013
Região Norte	20	unidades/ano	22	31/12/2013
Região Sudeste	235	unidades/ano	138	31/12/2013
Região Sul	516	unidades/ano	291	31/12/2013

- **Aumentar o número de fiscalizações de 1236 para 1484 de atividades com Organismos Geneticamente Modificados**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2013, o Programa FISCORGEN (Fiscalização de Atividades com OGM) realizou 1244 ações de fiscalização.

Quantidade alcançada

1.244

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	392	unidade	324	31/12/2013
Região Nordeste	185	unidade	202	31/12/2013
Região Norte	51	unidade	67	31/12/2013
Região Sudeste	371	unidade	317	31/12/2013
Região Sul	485	unidade	334	31/12/2013

- **Construção da Politica Interna de Gestão de Risco Aplicada na Fiscalização de Insumos Agropecuários**

Análise Situacional da Meta

A metodologia para construção da política interna de gestão de risco aplicada na fiscalização de insumos agropecuários é baseada no levantamento de dados da população sobre os requisitos de ponderação de importância das áreas de atuação da fiscalização de insumos agrícolas.

O modelo da Política Interna de Gestão de Riscos prevê a identificação dos principais parâmetros de risco para a atuação dos profissionais de fiscalização, calcados em suas percepções, bem como na frequência e relevância dos eventos. Foram definidos diversos índices, cada um para um parâmetro de risco identificado. Tais índices, que possuem características dinâmicas, servirão para direcionar os recursos humanos e materiais para as atividades fiscalizatórias de maior importância para a sociedade, no que tange à qualidade dos insumos agrícolas. Até o final de 2015, o modelo de gestão de riscos deve ser adaptado e colocado em prática para as demais áreas de fiscalização de insumos agrícolas.

- **Desenvolver e implantar sistema de auditoria interna**

Análise Situacional da Meta

A auditoria interna consiste no exame do desempenho operacional dos Serviços de Fiscalização Agropecuária do

MAPA, no segmento de fiscalização de insumos agrícolas. É constituída de ferramentas de exame da conformidade do ambiente institucional e de eventos inerentes à atividade fiscalizatória. A abordagem é realizada pelo Fiscal Federal Agropecuário (FFA) auditor, envolvendo a coleta de dados, as técnicas de tratamento desses dados, a interpretação dos resultados e a elaboração do relatório de auditoria.

O projeto compreende as seguintes etapas: definição dos parâmetros do sistema de qualidade dos serviços; definição de critérios para a seleção da unidade executora do serviço de fiscalização objeto de análise; definição de parâmetros para a seleção de FFA envolvidos na implantação do sistema; composição das equipes e execução dos trabalhos de melhoria, incluindo auditorias; capacitação das equipes para execução dos trabalhos de melhorias e operação do sistema; execução e gerenciamento da realização das auditorias. À exceção da execução propriamente dita das auditorias, as demais etapas já foram concluídas. Para 2014, estão previstas pelo menos cinco auditorias nos Serviços de Fiscalização.

- **Desenvolver e promover a adesão de 440 estabelecimentos produtores de insumos agrícolas às Boas Práticas de Fabricação**

Análise Situacional da Meta

O MAPA tem realizado atividades de capacitação em boas práticas de fabricação para os profissionais ligados à fiscalização para que estes possam realizar o novo enquadramento das indústrias. Encontra-se em desenvolvimento um procedimento para adesão dos estabelecimentos e certificação em boas práticas de fabricação. Para tanto, estão sendo construídos modelos de auditoria que contemplam a definição dos requisitos a serem auditados e dos requisitos para a escolha de instituições capacitadas a executar as atividades de supervisão e certificação no Programa de Boas Práticas de Fabricação.

Entretanto, no decorrer do ano de 2013, verificou-se a necessidade de revisão da regulamentação referente à área de insumos agropecuários que deve ser concluída anteriormente à certificação dos estabelecimentos produtores de insumos em Boas Práticas de Fabricação. Já foi publicada a alteração do Decreto sobre fertilizantes e está em curso a elaboração de novas instruções normativas. Portanto, as perspectivas são de que a implantação do programa de adesão às boas práticas de fabricação seja iniciada a partir de 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar auditoria em 100% dos serviços de fiscalização de insumos agrícolas**

Análise Situacional da Meta

As etapas do projeto de desenvolvimento do sistema de auditoria interna dos serviços de fiscalização de insumos agrícolas já foram concluídas. Para 2014, estão previstas pelo menos cinco auditorias nos Serviços de Fiscalização.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0570 - Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2013, foram realizadas ações de fiscalização em estabelecimentos produtores de alimentos e bebidas que, em conjunto com as ações de monitoramento da qualidade e segurança do Programa Nacional de Monitoramento de

Plano Mais Brasil

Resíduos e Contaminantes, contribuíram para atingir o índice de 0,90 para Taxa de conformidade de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal e vegetal.

No âmbito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em alimentos de origem animal, foram analisadas 13.768 amostras, encontrando-se um índice de conformidade de 99,2%. Na área vegetal, foram analisadas 193 amostras, com um índice de conformidade de 81,86%.

As ações na área de qualidade vegetal foram direcionadas ao desenvolvimento de ferramentas de melhoria da eficiência da fiscalização e controle visando encontrar soluções operacionais para suprir demandas da sociedade, bem como de organismos internacionais representantes de países com os quais o Brasil mantenha relações comerciais no campo dos produtos vegetais. No setor de bebidas e vinhos, além das ações de inspeção e fiscalização, ressalta-se a revisão da legislação e a elaboração de procedimentos administrativos que permitam atualização dos padrões de identidade e qualidade das bebidas brasileiras, simplificação dos procedimentos de registro de forma a tornar mais rápido o cadastro das empresas, lançamento de novos produtos e inclusão da produção familiar e artesanal.

Encontra-se em elaboração uma minuta de Projeto de Lei de Inspeção Vegetal. A falta de uma Lei da Inspeção Vegetal continua sendo um dos fatores limitadores do melhor desempenho das equipes na direção do alcance das metas.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 72% para 80% a taxa de amostras analisadas em relação às amostras sorteadas no âmbito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC em produtos de origem animal**

  Análise Situacional da Meta

  Com relação ao PNCRC - Animal, informamos que 19.845 amostras foram sorteadas e 13.768 foram analisadas, resultando em uma taxa de 69%. A redução na taxa de amostras analisadas deveu-se principalmente ao número de amostras extraviadas ou que chegam ao laboratório fora do prazo estipulado, que chegou a 3.499 amostras. Outras 1.123 amostras foram descartadas devido a problemas de logística no transporte e falhas nos procedimentos de coleta. O transporte das amostras é fonte recorrente de problemas, considerando que muitos estabelecimentos frigoríficos, onde as mesmas são coletadas, localizam-se em regiões distantes dos laboratórios nos quais são realizadas as análises. No que se refere às falhas nos procedimentos de coleta, essas deverão ser solucionadas mediante a realização de treinamentos regulares junto aos técnicos responsáveis.

  Quantidade alcançada

  69

  Data de Referência

  31/12/2013

- **Ampliar de 76% para 90% a conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal**

  Análise Situacional da Meta

  Os resultados alcançados em 2013 são inferiores ao esperado, tendo em vista a redução do número de supervisões realizadas nos estabelecimentos produtores. Para 2014, as mensurações a serem realizadas trarão diferenças em relação ao número de amostras coletadas, tendo em vista a adoção de um novo modelo de distribuição amostral baseado em delineamento estatístico.

  Quantidade alcançada

  89

  Data de Referência

  31/12/2013

- **Ampliar de 86,8% para 90% a taxa de amostras analisadas em relação às amostras distribuídas no âmbito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC em produtos de origem vegetal**

  Análise Situacional da Meta

  Os dados relativos ao ano de 2013 correspondem às informações do ano-safra 2012/2013. Isso ocorre devido ao fato de que no PNCRC-Vegetal se trabalha com o conceito de ano-safra: período de julho a junho do ano subsequente em que

é desenvolvida grande parte das práticas culturais agrícolas em países de clima tropical. O PNCRC-Vegetal relativo ao ano-safra 2012/2013 teve início em abril de 2013. Neste ano, foram coletadas 222 amostras de culturas agrícolas; sendo descartadas 29 amostras devido às condições insatisfatórias as quais elas chegaram ao laboratório. Portanto, a meta de 90% de amostras analisadas ainda não foi atingida, uma vez que o percentual de atendimento ficou em 87%.

Em 2014, para se atingir a meta são necessários: aprimoramento dos procedimentos de acondicionamento das amostras, tal como a implantação de acondicionamento resfriado ou congelado; treinamento dos responsáveis pela coleta das amostras; e atualização e publicação do Manual de Coletas de Amostras.

Quantidade alcançada

87

Data de Referência

31/12/2013

- **Construir e aplicar a metodologia baseada nos princípios de análise de risco aos procedimentos de inspeção dos estabelecimentos e fiscalização dos produtos de origem vegetal**

Análise Situacional da Meta

O atingimento desta meta depende da publicação da Lei de Inspeção Vegetal, bem como de sua regulamentação, o que permitirá o estabelecimento de ações de controle oficial baseado em risco. Para tanto, foi elaborada, em 2013, uma minuta de Projeto de Lei de Inspeção Vegetal, o qual se encontra em processo de tramitação no governo.

Segundo a regulamentação vigente, foram elaborados procedimentos operacionais padrão (POP) que contemplam itens de verificação nos procedimentos de autocontrole dos processos, a serem utilizados na inspeção dos estabelecimentos e na fiscalização dos produtos de origem vegetal.

Espera-se que com a publicação da Lei da Inspeção Vegetal o controle oficial se torne mais eficiente e que as inspeções e fiscalizações ocorram preferencialmente com base na avaliação de risco. Como exemplo, a frequência de inspeções/fiscalizações, em estabelecimentos/produtos de origem vegetal, deverá ser intensificada onde a análise de risco indicar que é prioritário para garantir a segurança dos alimentos.

- **Construir e aplicar metodologia baseada nos princípios de análise de risco aos procedimentos de registro dos produtos de origem vegetal**

Análise Situacional da Meta

O atingimento desta meta depende da elaboração e publicação da Lei de Inspeção Vegetal, bem como de sua regulamentação, o que permitirá o estabelecimento de ações de controle oficial baseado em risco.

A fim de proporcionar um controle oficial eficiente, faz-se necessário o aperfeiçoamento dos procedimentos de registro dos produtos de origem vegetal, com base em análise de risco. Dessa forma, o produto poderá ser enquadrado em níveis de risco que abrangem desde a isenção do registro até um registro mais detalhado.

Em 2013, foi elaborada uma minuta de Projeto de Lei de Inspeção Vegetal, o qual se encontra em processo de tramitação no governo.

OBJETIVO: 0620 - Estruturar os serviços em sanidade e rastreabilidade pesqueira e aquícola para garantir a sustentabilidade e a qualidade dos recursos pesqueiros

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Análise Situacional do Objetivo

Para garantir a sustentabilidade e a qualidade dos recursos pesqueiros brasileiros, o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) vem implementando ações que visam proteger a condição zoossanitária dos animais aquáticos nacionais, como o credenciamento de estabelecimentos quarentenários para animais aquáticos importados e a realização de análises de risco

Plano Mais Brasil

de importação de animais aquáticos e suas commodities. Somam-se a essas o monitoramento de resíduos e contaminantes em recursos pesqueiros, a estruturação de uma rede nacional de laboratórios com alto padrão de excelência e a formação de uma Rede de Colaboração em Epidemiologia Veterinária para subsidiar tecnicamente a política sanitária nacional para organismos aquáticos. Além disso, o MPA vem trabalhando na revisão de toda a base legal para a estruturação dos serviços em sanidade e rastreabilidade de animais aquáticos. A estruturação do serviço em sanidade e rastreabilidade pesqueira e aquícola é fortalecida a partir de parcerias com os órgãos estaduais de defesa agropecuária nos estados, mediante convênio e repasse de recursos.

Foi publicada a Instrução normativa MPA n° 18/2013, que possibilita a habilitação de médicos veterinários privados para atuarem na coleta e remessa de amostras oficiais para a Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura – RENAQUA. Também foi publicada a Instrução normativa Interministerial MAPA/ MPA n° 32/2013, que permite a importação de insumos para uso em laboratórios oficiais e em pesquisa científica. Essas ações garantirão maior capilaridade da coleta oficial e maior celeridade na implementação e validação de metodologias analíticas laboratoriais dependentes de insumos importados.

Haja vista a necessidade de pessoal especializado para atuar no âmbito da sanidade pesqueira e aquícola, o MPA vem, desde 2011, realizando gestões visando a alteração da Lei nº 10.883/2004, a fim de ampliar as atribuições dos ocupantes dos cargos da carreira de Fiscal Federal Agropecuário (FFA) para atuarem no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura.

O MPA avaliou os resultados obtidos nos quatro primeiros anos de existência da Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado (RENIMP) e identificou a possibilidade de desenvolvimento de novas ações, buscando a aplicação das informações geradas até o momento. Dentre essas, pode-se citar o projeto de construção de um Centro Nacional de Identificação Molecular de Pescado (CENIMP), em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, e a possibilidade de desenvolvimento de kits de diagnóstico molecular de pescado, otimizados para a detecção de casos de fraude conhecida.

Metas 2012-2015

- **Credenciar 12 estações quarentenárias para importação e exportação de animais aquáticos**

Análise Situacional da Meta

Como medida de redução do risco de introdução de doenças de animais aquáticos por meio da importação, todos os animais aquáticos importados devem ser submetidos a um período de quarentena de no mínimo sete dias, em estabelecimentos credenciados para tal fim. O credenciamento de estações quarentenárias é uma ação que demanda inspeções in loco por médicos veterinários do serviço veterinário oficial. Em 2013 foram credenciadas mais 6 estações quarentenárias, 1 na região nordeste e 5 na região sudeste, totalizando, assim, o credenciamento de 11 estações quarentenárias, restando apenas o credenciamento de 1 unidade quarentenária na região nordeste para concluir os credenciamentos previstos no PPA 2012-2015. Atualmente, estão em análise solicitações de ajustes estruturais e documentais de 2 unidades quarentenárias, uma no Distrito Federal e outra no Amazonas, com vistas a um posterior credenciamento junto ao MPA. Uma vez sanadas as pendências observadas, estes 2 estabelecimentos deverão ser credenciados em 2014.

O credenciamento de estabelecimentos quarentenários é feito a partir da demanda dos importadores. Desta forma, não é possível prever a quantidade total de estabelecimentos quarentenários que serão credenciados em 2014. No entanto, o MPA atendeu à demanda prévia existente para o credenciamento de tais estabelecimentos. Para o efetivo monitoramento contínuo dos estabelecimentos quarentenários, o MPA vem propondo políticas de formação de recursos humanos especialmente para tal fim, a serem contratados, treinados e lotados nas Superintendências Federais de Pesca e Aquicultura.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	2	unidade	1	31/12/2013
Região Sudeste	10	unidade	10	31/12/2013

- **Desenvolver 5 sistemas (kits) de diagnóstico molecular do pescado, otimizados para a detecção de casos de fraude conhecida, no âmbito da Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado (RENIMP)**

Análise Situacional da Meta

Quanto ao desenvolvimento dos kits, encontram-se em fase de definição as espécies, ou grupos de espécies, assim como qual a melhor tecnologia a ser empregada. Contudo, já foi elaborada a proposta inicial para formalização do instrumento de contratação, e o repasse dos recursos deverá ocorrer ainda no primeiro semestre de 2014. Buscar-se-á, junto ao proponente, a melhor maneira para operacionalizar as demandas identificadas pelo MPA, de modo a garantir o cumprimento da meta.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Estabelecer métodos oficiais para diagnóstico de 20 enfermidades em animais aquáticos**

Análise Situacional da Meta

Ao considerar a competência do MPA de monitorar, controlar e fiscalizar a sanidade pesqueira e aquícola, tanto no ambiente natural quanto na aquicultura, no que se refere à ocorrência de doenças e à presença de resíduos e contaminantes naturais ou artificiais nos recursos pesqueiros, foi instituída em 2012 a Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura (RENAQUA). Integram a RENAQUA os Laboratórios Oficiais Centrais - AQUACENs, como unidades laboratoriais de referência técnica altamente especializada, pertencentes às instituições públicas de pesquisa, ensino ou extensão. Esta rede é responsável pela realização de diagnósticos e análises oficiais, bem como pelo desenvolvimento contínuo de novas metodologias analíticas, de modo a contribuir para a proteção sanitária dos organismos aquáticos e para a segurança dos alimentos obtidos de recursos pesqueiros.

Em 2013, a RENAQUA passou por seu primeiro teste de proficiência internacional, conduzido pelo laboratório de referência da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE, sigla em inglês), para doenças de camarões, em que o AQUACEN foi aprovado em 100% das análises. Também em 2013, a RENAQUA superou a meta de implementação de métodos oficiais planejada para o PPA 2012-2015, pois foram estabelecidos 40 métodos oficiais para diagnóstico de doenças de peixes, moluscos, crustáceos e anfíbios (8 em 2012 e 32 em 2013).

Atualmente, a RENAQUA conta com metodologia de diagnóstico validada para todas as doenças de notificação obrigatória à OIE, além de doenças bacterianas de interesse para o país. O MPA continua trabalhando na implementação de metodologias analíticas para outras doenças e tem expectativa de ampliar ainda mais o escopo analítico da RENAQUA.

As doenças com metodologia de diagnóstico válida são as seguintes: infecção por Batrachochytrium dendrobatidis, infecção por ranavirus, praga do caranguejo do rio (Aphanomyces astaci), doença da cabeça amarela, doença da cauda branca, doença das manchas brancas (WSD), hepatopancreatite necrosante, mionecrose infecciosa (IMN), necrose hipodérmica e hematopoiética infecciosa (IHHN), síndrome de Taura, anemia infecciosa do salmão (ISA), herpesvirose da carpa Koi (KHD), infecção por Gyrodactilus salaris, iridovirose da dourada japonesa (RSIVD), necrose hematopoiética epizoótica (EHN), necrose hematopoiética infecciosa (IHN), septicemia hemorrágica viral (VHS), síndrome ulcerativa epizoótica (EUS), viremia primaveril da carpa (SVC), contaminação por Salmonella sp. em pescado, infecção por aeromonas móveis, infecção por Edwardsiella ictaluri, infecção por Edwardsiella tarda, infecção por Flavobacterium columnare, infecção por Francisella noatunensis subsp. orientalis, infecção por Lactococcus garvieae, infecção por Photobacterium damselae subsp. piscicidae e subsp. damselae, infecção por Streptococcus

Plano Mais Brasil

agalactiae, infecção por Streptococcus dysgalactiae, infecção por Streptococcus iniae, infecção por Vibrio sp., infecção por Weissella sp., infecção por herpervírus abalone, infecção por Bonamia exitosa, infecção por Bonamia ostrae, infecção por Marteilia refringens, infecção por Perkinsus marinus, infecção por Perkinsus olseni e infecção por Xenohaliotis californiensis.

Quantidade alcançada

40

Data de Referência

31/12/2013

- **Estabelecer o controle do trânsito nacional de animais aquáticos nas 27 unidades federativas**

Análise Situacional da Meta

Uma das principais formas de disseminação de doenças de animais é por meio de animais vivos, seu material de multiplicação, seus produtos destinados ao consumo humano e subprodutos. Nesse sentido, controlar o trânsito de animais aquáticos é uma ação primordial em defesa sanitária para garantir a sustentabilidade das cadeias produtivas. O MPA vem buscando realizar convênios com os estados a fim de fortalecer o controle de trânsito interestadual de animais aquáticos por meio da atuação dos órgãos estaduais de defesa sanitária.

O MPA já logrou êxito na celebração de convênios para a realização do controle do trânsito nacional de animais aquáticos com as seguintes unidades da federação: Santa Catarina, Ceará, Pernambuco, Pará, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Também estão em curso tratativas com os estados do Amazonas, Tocantins, Roraima, Mato Grosso do Sul e Goiás.

No intuito de despertar o interesse dos estados em celebrar convênios na área de sanidade aquícola e pesqueira, o MPA vem sensibilizando os órgãos estaduais de defesa sanitária animal sobre o potencial aquícola e pesqueiro brasileiro e sobre a necessidade de implementação de ações visando a manutenção da condição sanitária brasileira, principalmente por meio do controle do trânsito nacional de animais e produtos de origem animal.

Além disso, o MPA, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), vêm trabalhando em conjunto no desenvolvimento de módulos específicos para o controle de trânsito de animais e seus produtos, que serão integrados com os sistemas estaduais com a finalidade de garantir a rastreabilidade de animais e produtos de origem animal.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2013

- **Estabelecer parcerias nas 27 unidades federativas com todos os órgãos de defesa sanitária animal para monitoramento dos sistemas de produção**

Análise Situacional da Meta

O MPA encontra-se em tentativa constante de articulação com os órgãos de defesa estaduais de modo a firmar a parceria com vistas ao monitoramento dos sistemas de produção. No intuito de despertar o interesse dos estados em celebrar convênios na área de sanidade aquícola e pesqueira, o MPA vem sensibilizando os órgãos estaduais responsáveis pela defesa sanitária de animais aquáticos sobre o potencial aquícola e pesqueiro brasileiro e, consequentemente, sobre a necessidade de implementação de ações visando a manutenção da condição sanitária nacional. O MPA já celebrou convênio com os órgãos executores de defesa agropecuária de Santa Catarina, Ceará, Pernambuco, Pará, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Tratativas com os estados do Amazonas, Tocantins, Roraima, Mato Grosso do Sul e Goiás já foram iniciadas para celebração de convênio. O MPA realizou convênio com 2 dos 10 estados listados como prioritários no Plano Safra da Pesca e Aquicultura: PE e MG.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2013

- **Inserir o Ministério da Pesca e Aquicultura como órgão participante do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA)**

Análise Situacional da Meta

O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal (SUASA), instituído pelo Decreto n°5.741/2006, inovou ao transferir a execução de atividades de inspeção de produtos agropecuários, antes atribuída somente ao Sistema de Inspeção Federal (SIF), para outras instâncias (estaduais, municipais ou regionais), ficando para a instância central e superior do SUASA a responsabilidade pelas atividades de natureza política, estratégica, normativa, reguladora, coordenadora, supervisora, auditora, fiscalizadora e inspetora. Assim, surge a necessidade de aprimoramento do Decreto, a fim de adequá-lo à nova realidade do setor.

O Decreto n° 5.741/2006 estabelece, como Instância Central e Superior do SUASA, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), uma vez que, quando da regulamentação do SUASA, o MAPA era o único órgão responsável pela sanidade animal. Posteriormente, com o advento da Lei nº 11.958/2009, que criou o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), foi atribuída ao MPA a responsabilidade pela sanidade pesqueira e aquícola, atribuição essa regulamentada pelo Decreto n° 7.024/2009. Dessa forma, o MPA ficou responsável por todas as atividades de natureza política, estratégica, normativa, reguladora, coordenadora, supervisora, auditora, fiscalizadora e inspetora relativas a animais aquáticos.

Assim, surge a necessidade de aprimoramento da legislação sobre o SUASA, regulamentado pelo Decreto 5.741/2006, adequando-o à nova realidade do setor. Nesse sentido, estão sendo realizadas tratativas institucionais para inserção do MPA como órgão participante do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

- **Manter 1 centro de referência da Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado (RENIMP)**

Análise Situacional da Meta

Em relação à Manutenção do Centro de Referência, o MPA apoiará a construção do Centro Nacional de Identificação Molecular de Pescado (CENIMP), em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Uma vez formalizado o instrumento legal para contratualizar a parceria, o repasse deverá ocorrer ainda no primeiro semestre de 2014. A justificativa para tal investimento está embasada no fato de o laboratório que executa as análises de identificação molecular ainda não possuir certificação junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), o que prejudica a credibilidade das análises realizadas.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	1	unidade	1	31/12/2013

- **Monitorar resíduos e contaminantes naturais e artificiais nos recursos pesqueiros de 40 áreas**

Análise Situacional da Meta

O monitoramento de resíduos e contaminantes em recursos pesqueiros visa proteger a saúde publica do consumo de pescado contaminado por biotoxinas marinhas, metais pesados, pesticidas, antibióticos, outros resíduos e contaminantes, e visa garantir a inocuidade do pescado consumido.

O MPA vem propondo políticas de formação de recursos humanos específicas a fim de evoluir no estabelecimento de marcos regulatórios para o monitoramento de resíduos e contaminantes nos sistemas produtivos de produtos pesqueiros. Para 2014, a capacidade de processamento e análise aumentará substancialmente em virtude da aquisição, em 2013, de um espectrômetro de massa de alta capacidade de resolução.

A INI MPA/MAPA nº 7/2012 regulamenta o monitoramento de resíduos e contaminantes em moluscos bivalves. Já os

Plano Mais Brasil

critérios para monitoramento de resíduos e contaminantes nos sistemas produtivos foram definidos nas Portarias MPA nº 204/2012 e nº 175/2013.

Atualmente, o órgão de defesa agropecuária do Estado de Santa Catarina - CIDASC é o único que está realizando o monitoramento de resíduos e contaminantes naturais e artificiais nos recursos pesqueiros (monitorando 15 áreas) e que vem se estruturando para ampliar o número de áreas monitoradas. Para 2014, há expectativa de que seja iniciado o monitoramento de 10 áreas no Estado do Rio de Janeiro, por meio de convênio com o órgão de defesa sanitária daquele Estado.

Atualmente, há publicado um programa específico para o monitoramento de resíduos e contaminantes em moluscos bivalves, uma ação conjunta do MPA com o MAPA denominada de Programa Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de Moluscos Bivalves (PNCMB). Hoje, apenas Santa Catarina cumpre o PNCMB no Brasil, entretanto já foram assinados, em 2013, convênios com Rio de Janeiro e Pernambuco para iniciar o monitoramento em 2014. Há expectativa de iniciar o monitoramento no Rio de Janeiro após repasse dos recursos do convênio celebrado no final de 2013. A tendência, até 2015, é superar a meta de 40 áreas monitoradas

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	5	unidade	0	30/06/2013
Região Sul	35	unidade	15	31/12/2013

- **Publicar 10 Análises de Risco de Importação de Animais Aquáticos e Derivados**

Análise Situacional da Meta

A análise de risco de importação - ARI é um processo minucioso e demorado que demanda extenso levantamento bibliográfico, informações científicas e dados oficiais. Até o presente momento, o MPA finalizou três Análises de Risco de Importação (Alevinos de Tilápia do Nilo - Oreochromis niloticus - originários de aquicultura de Singapura, Camarões congelados da espécie Pleoticus muelleri originários de pesca extrativa da Argentina e Alevinos de tilápia do Nilo- Oreochromis niloticu - originários de aquicultura dos Estados Unidos). Para 2014, há previsão de conclusão de mais cinco análises de risco de importação que estão em fase final de elaboração.

A criação, em 2013, da Rede de Colaboração em Epidemiologia Veterinária do MPA (AQUAEPI), composta por especialistas na área de epidemiologia veterinária, dará maior celeridade ao processo de elaboração de análises de risco de importação.

Em 2013, foi publicada a Instrução Normativa n 10/2013, de criação da Rede de Colaboração em Epidemiologia Veterinária do MPA (AQUAEPI), e a designação da Universidade de São Paulo (USP) como Unidade Central de Colaboração. Para 2014, está prevista a celebração de convênios com entidades integrantes da AQUAEPI. Ainda em 2014, espera-se concretizar o convênio com a USP com plano de trabalho que prevê auxílio técnico-científico ao MPA para finalizar várias análises de risco de importação.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2013

- **Publicar 8 planos de Contingência para doenças de Animais Aquáticos**

Análise Situacional da Meta

A implantação de planos de contingência para doenças de animais aquáticos depende de recursos humanos especializados para sua execução em nível estadual, bem como do estabelecimento de equipes para atendimento de

emergências sanitárias, ponto indispensável nos planos de contingência. Isso, por sua vez, depende da existência de médicos veterinários oficiais trabalhando com animais aquáticos.

Em 2013, foram elaborados 2 planos de contingência para doenças de animais aquáticos, cuja publicação ainda depende de revisão final e validação por especialistas na área. Para 2014, está prevista a finalização de mais um plano de contingência e início da elaboração de pelo menos outros cinco.

Há expectativa de publicação dos planos de contingência em 2015 (devido a contratação de consultoria externa da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês) para as doenças: Infecção por iridovirus, betanodavirus, Aeromonas hydrophila, Streptpcoccus spp., Flavobacterium columnare, Yersinia ruckeri, Nocardia seriolae, Gyrodactylus, Ichthyophonus, Aphanomyces, Branchiomyces, Saprolegnia, Dactylogyrus, RLOs (incluindo Francisella) e Edwaedsiella tarda.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Reconhecer 4 compartimentos ou áreas com condições sanitárias diferenciadas para doenças dos animais aquáticos**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, o estado da Paraíba é oficialmente considerado como área com condição sanitária diferenciada em virtude da ocorrência da infecção por Perkinsus marinus em ostras. Neste sentido, visando à manutenção da condição sanitária do país em relação a essa doença, o MPA proibiu o egresso de moluscos bivalves do Estado da Paraíba. Foram, ainda, propostas duas metodologias para a realização de estudos de prevalência em Santa Catarina, uma sobre doenças de camarão e outra sobre doenças de moluscos. Essas metodologias servirão de subsídio para a elaboração de estudos epidemiológicos que culminarão na definição de áreas com condições sanitárias diferenciadas, o que possibilitará a compartimentação do país de acordo com as condições sanitárias das diversas regiões produtoras. Entretanto, nenhum dos dois estudos foi finalizado por problemas de ordem técnica envolvendo os parceiros locais.

O MPA tem trabalhado na sensibilização dos órgãos estaduais e do setor produtivo para que possam ser realizados estudos de prevalência de doenças para, posteriormente, propor o reconhecimento oficial de compartimentos ou áreas com condições sanitárias diferenciadas. Há uma interpretação errônea de que o conhecimento da situação sanitária de um estado possa vir a prejudicar o comércio de animais aquáticos e seus produtos. Alternativamente, para atendimento da meta, o MPA planeja trabalhar em norma para compartimentação de larvicultura de alevinos de tilápia, de piscicultura em parques aquícolas e piscicultura em tanques escavados.

O MPA está, primeiramente, realizando estudos para a definição das exigências de biossegurança nos sistemas de produção de organismos aquáticos, a fim de publicar normas sobre aspectos sanitários, tais como restrições de trânsito e exigências de realização de exames laboratoriais periódicos para diagnóstico de doenças em laboratórios credenciados pelo MPA. Somente após o cumprimento dessas etapas poderá ser realizado o referido reconhecimento de compartimentos ou áreas em condições sanitárias diferenciadas.

O MPA, juntamente com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e a Associação Brasileira de Normas Técnica – ABNT, vêm trabalhando para a definição de normas de biossegurança em aquicultura que garantam a manutenção da condição sanitária diferenciada dos sistemas produtivos de animais aquáticos certificados. Em dezembro de 2013 foram disponibilizadas para consulta pública normas de requisitos gerais para a aquicultura e específicas para os sistemas de produção de tilápia, tambaqui e moluscos bivalves. A expectativa é que, ao final de 2014, o MPA submeta à consulta pública normas para certificação obrigatória de larviculturas. A Rede de Colaboração em Epidemiologia Veterinária do MPA (AQUAEPI), composta por especialistas na área de epidemiologia veterinária, validará as metodologias previstas na definição dos processos oficiais de certificação sanitária, assim como os estudos epidemiológicos necessários para sua proposição.

Plano Mais Brasil

A edição das normas de biossegurança deverá propiciar um aumento significativo do número de compartimentos ou áreas oficialmente certificadas com condições sanitárias diferenciadas para doenças de animais aquáticos. A Rede Nacional de Laboratórios do MPA (RENAQUA) também vem desenvolvendo métodos de diagnóstico que auxiliarão na implantação de programas de certificação sanitária no país.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

PROGRAMA: 2042 - Inovações para a Agropecuária

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Indicador de Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Agropecuária (número de projetos de P&D e de TT)	unidade	31/05/2011	782	31/12/2013	1.166
Indicador de desenvolvimento científico, tecnológico e de transfêrencia de tecnologia nas regiões cacaueiras (número de projetos de P&D, TT e tecnologias disponibilizadas)	unidade	31/12/2010	292	31/12/2013	297
Índice de Conservação Ambiental - ICA das propriedades rurais assistidas nas regiões cacaueiras	%	31/12/2010	56	31/12/2013	62,47
Índice médio de Impacto Ambiental de tecnologias geradas e avaliadas no ano	número índice	30/04/2011	0,63	31/12/2013	0,82
Índice médio de Impacto Social das tecnologias geradas e avaliadas no ano	número índice	30/04/2011	1,98	31/12/2013	2,1
Número de empregos gerados pelas tecnologias avaliadas no ano	unidade	30/04/2011	93.442	31/12/2013	70.539
Número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa no ano	unidade	31/05/2011	1.703	31/12/2013	1.920
Participação das Empresas e Instituições de Ciência e Tecnologia Agropecuárias nos Processos de Inovação	%	01/01/2011	17,64	31/12/2013	17,64
Produtividade agrícola dos grãos	kg por ha	31/12/2010	3.149,8	31/12/2013	3.508
Valor do retorno dos Investimentos em Pesquisa na Embrapa para cada real (R$) aplicado	R$	30/04/2011	9,35	31/12/2013	8
Volume de produção de cacau processada por organizações de produtores nas regiões cacaueiras	%	31/12/2010	0,1	31/12/2013	0,12

Observações:

Indicador de desenvolvimento científico, tecnológico e de transfêrencia de tecnologia nas regiões cacaueiras (número de projetos de P&D, TT e tecnologias disponibilizadas) - Dados consolidados até novembro de 2013 pelos três Centros de Pesquisas (BA, PA, RO) e Gerências (AM, ES, MT) confirmam 134 projetos de pesquisas em áreas temáticas diversas, 123 pesquisas validadas e consumadas como projetos de transferência de tecnologias em execução e 40 tecnologias disponibilizadas no ano. Quando aplicada à Fórmula de cálculo, equação a seguir I = (134+123+40) temos como resultado 297 processos tecnológicos diversos apurados, mantendo o patamar de 1,7% sobre a meta inicial.

Índice de Conservação Ambiental - ICA das propriedades rurais assistidas nas regiões cacaueiras - A apuração do Índice de Conservação Ambiental – ICA dos imóveis rurais assistidos nas regiões cacaueiras continua sendo gerado pelo Sistema de Gerenciamento das Ações de Extensão Rural da CEPLAC - SisCENEX. Afere através de dados relativos o coeficiente de cobertura vegetal conservacionista instalada nas propriedades assistidas expressado na seguinte fórmula de cálculo: ICA (%) = (Cult.Perm.*100) + (Cult.Temp.*10) + (Pastagens*20) + (Outros *100) : (da área total dos imóveis assistidos).

O resultado do ICA apurado no sistema para o exercício de 2013 registra índice de 62,47%, representando evolução

Plano Mais Brasil

de 10,71% em relação à meta inicial de 56%.

Índice médio de Impacto Ambiental de tecnologias geradas e avaliadas no ano - Fonte: Balanço Social da Embrapa 2012

Índice médio de Impacto Social das tecnologias geradas e avaliadas no ano - Fonte: Balanço Social da Embrapa 2012

Número de empregos gerados pelas tecnologias avaliadas no ano - Fonte: Balanço Social da Embrapa 2012

Número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa no ano - Fonte: Relatório de Gestão da Embrapa - Ano base 2012

Participação das Empresas e Instituições de Ciência e Tecnologia Agropecuárias nos Processos de Inovação - O MAPA informa não ter meios que possibilitem a mensuração desse índice e solicita a sua reformulação.

Produtividade agrícola dos grãos - Referente a safra agrícola 12/13

Valor do retorno dos Investimentos em Pesquisa na Embrapa para cada real (R$) aplicado - Fonte: Balanço Social da Embrapa 2012

Volume de produção de cacau processada por organizações de produtores nas regiões cacaueiras - Para o exercício em apreço consolidou-se a apuração do processamento nacional de cacau até o mês de outubro/2013 e estimaram-se os meses de novembro e dezembro, tendo-se como referência o processamento verificado no ano de 2012 para o mesmo período. O volume nacional total de cacau processado consumado em 2013, com esse exercício é de 242.407 toneladas no ano. O volume de cacau processado em pequenas plantas industriais foi de 285 toneladas, com apuração até 15.12.2013. Aplicada a Fórmula de cálculo para o Indicador: ICPpP = (285t : 242.407t) X 100, temos como resultado apurado o índice de 0,118%.

OBJETIVO: 0842 - Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A busca pela consecução deste objetivo tem se dado por meio de um forte alinhamento dos esforços dedicados pela Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa) aos grandes problemas da Agricultura Brasileira, bem como por uma atitude de prontidão frente a emergências que, eventualmente, surgem. Na primeira vertente, a Embrapa tem se dedicado a identificar problemas de pesquisa com impactos de médio e longo prazo, tendo em vista os aspectos relacionados ao aumento da produção e às mudanças climáticas, dentre outras prioridades. No tocante à prontidão frente às emergências nacionais, a Embrapa tem atuado, por exemplo, no mapeamento de áreas de risco agrícola e no combate imediato à Helicoverpa armigera.

Estes resultados são fruto de esforços contínuos que antecedem o atual Plano Plurianual (PPA) e estão destinados a promover a contínua incorporação de inovações tecnológicas aos sistemas sociais e econômicos. Destacam-se, como resultados para o ano de 2013:

•Lançamento de cultivares de algodão herbáceo: BRS Araçá, BRS Buriti, BRS 286, BRS 293, BRS 335 e BRS 336. A produtividade média da cultivar BRS 335 é superior a 4 toneladas por hectare. Já a BRS 336 é recomendada tanto para os cerrados como para o semiárido.

• Lançamento do cultivar de arroz BRS Esmeralda. O material, já atestado pela indústria desde o processo de melhoramento das linhagens, está sendo multiplicado por meio de oferta em edital que autorizou quatro licenciados no Mato Grosso. É uma cultivar de arroz de terras altas de grande produtividade e adaptada ao Cerrado.

•Lançamento de cultivares de feijão: BRS Estilo, BRS Ametista, BRS Notável e BRSMG Realce. A BRS Estilo tem grãos graúdos e claros. A planta possui porte ereto, podendo ter colheita mecânica. A cultivar tem alto potencial produtivo, 4.011 kg/ha, e estabilidade de produção. É resistente ao acamamento e a oito tipos de doenças do fungo causador da antracnose e ao mosaico-comum. Já a cultivar de BRS Ametista tem ciclo de produção de 85 a 94 dias, potencial produtivo de 4.265 kg/ha, arquitetura semiereta e adaptada à colheita mecânica. Possui resistência à Antracnose, à Murcha do Fusarium e ao Crestamento Bacteriano comum. A cultivar BRS Notável tem como principal

característica a alta resistência à Antracnose, ao Crestamento Bacteriano Comum e à Murcha de Curtobacterium e de Fusarium. A cultivar tem potencial produtivo de 4.470 kg/ha, estabilidade de produção e é adaptada à colheita mecânica. A BRSMG Realce é uma cultivar de feijão rajado, com excelentes características para a culinária. É adaptada à colheita mecânica e possui resistência intermediária ao crestamento bacteriano.

•Lançamento da variedade de uva de mesa vermelha, cultivar BRS Isis: sem sementes e resistente ao míldio, a mais danosa doença da videira em condições tropicais brasileiras. A resistência ao míldio pode significar uma redução no número de aplicações de fungicidas tradicionalmente adotados para uvas finas de mesa, ou seja, a cultivar se enquadra na perspectiva de promoção da agrosustentabilidade: conceito prioritário para o Programa de Melhoramento Genético de Uva da Embrapa. Outro atributo é o tamanho grande de baga (18,5 milímetros de diâmetro por 28,5 milímetros de comprimento), acima do mínimo exigido pelo mercado internacional. No Vale do São Francisco, no Nordeste do Brasil, a variedade alcançou produtividade de 26 toneladas por hectare por safra, em quatro colheitas sucessivas. Isso se traduz em uma produção de 52 t/ha anuais, diante da possibilidade de se fazer, na região, duas safras da cultivar por ano. Adapta-se bem às condições de clima tropical do Brasil. Áreas de validação da cultivar foram implantadas em Curaçá (BA), em Petrolina (PE), em Jaíba (MG) e em Elias Fausto (SP). Ela também tem altos níveis de compostos fenólicos, presentes naturalmente na uva, e que têm sido destacados na literatura especializada por contribuir para a prevenção de doenças cardiovasculares.

• Lançamento da cultivar de arroz BRSMA 357: desenvolvida especialmente para o estado do Maranhão e, principalmente, para a Baixada Maranhense. A nova cultivar tem uma base genética que reúne características importantes para o ambiente da Baixada, como o baixo porte, a alta produtividade, o fácil manejo e a possibilidade de cultivo em pequenas áreas, sendo adequada à agricultura familiar. Foi desenvolvida para ser cultivada em terras baixas, várzeas úmidas ou sob regime de irrigação, atendendo aos níveis de produtividade e à qualidade requerida pelo consumidor.

•Lançamento de duas novas cultivares de guaranazeiro BRS Saterê e BRS Marabitana: apresentam alta produtividade e resistência a doenças. São recomendadas para plantio como forma de aumentar a barreira à antracnose, principal doença do guaranazeiro no Amazonas. Uma característica das novas cultivares é a alta produtividade, em torno de 1 a 1,5 quilo de sementes secas por planta. Isso representa uma produtividade de 400 a 600 quilos por hectare, ou cinco vezes mais do que a produtividade atual obtida no Amazonas. A tecnologia permite o aumento da produção sem abertura de novas áreas, o que contribui para a redução do desmatamento. Pelas características da planta, é possível ter maior adensamento no plantio, elevando para 625 plantas por hectare. A adoção dessa tecnologia teria um ganho bastante representativo, entre 500% e 600% em relação aos plantios tradicionais do Amazonas, levando o estado a retomar a posição de primeiro lugar em termos de produção de guaraná no Brasil. As plantas foram avaliadas no campo, no município de Maués, por ser uma região com grande ocorrência do fungo da antracnose. Além da resistência estável a antracnose, ambas cultivares apresentaram, nas avaliações, resistência completa à hipertrofia da gema vegetativa e galha do tronco, e suscetibilidade à hipertrofia da gema floral, que são outras doenças que afetam a planta. As plantas foram avaliadas durante oito anos em ensaios preliminares e por mais de dez anos em ensaios em rede estadual.

•Ações emergenciais propostas pela Empresa para o manejo integrado da Helicoverpa spp. e participação no grupo de trabalho instituído pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) sobre lagartas de difícil controle. Foram disponibilizadas recomendações técnicas de manejo e controle da Helicoverpa spp. e outras lagartas para os públicos de interesse como importante ferramenta para utilização no seu combate.

•Atuação no Plano Brasil Sem Miséria com a oferta de tecnologias em sistemas de produção de hortaliças, processamento da raiz da mandioca, cultura da mandioca, avicultura alternativa, tecnologias das culturas de milho e sorgo com manejo integrado de doenças/insetos/pragas e para a produção de sementes de milho e sorgo (variedade contemplando agricultores familiares, associações de produtores rurais, estudantes e assentamentos rurais de reforma agrária em todo o Brasil). Com isto, os produtores da agricultura familiar e de assentamentos podem produzir suas sementes de variedades de milho para cultivo próprio.

•Lançamento do Suplementa Certo, primeiro aplicativo para smartphones e tablets com sistema operacional Android, para auxiliar na tomada de decisão do produtor de bovinos de corte e na avaliação do custo da suplementação no período

Plano Mais Brasil

da seca. Desenvolvido para ajudar na escolha de produtos e estratégias pertinentes à nutrição de bovinos de corte.

•Oferta de informações ao público em geral: (a) 48 Árvores do Conhecimento sobre os produtos pesquisados pela Embrapa; (b) Sistemas Embrapa de Produção, divididos em 65 temas (com um total de 4.340.413 visitas), (c) 39 programas televisivos e 193 programas de rádio com foco em conteúdos resultantes do trabalho de pesquisa de Unidades da Embrapa e parceiros; (d) sistema de acesso aberto à informação (com um total de 1.476.249 consultas e 2.285.266 downloads); (e) distribuição de 237 kits para minibibliotecas.

No tocante à adaptação às mudanças climáticas, redução da emissão de carbono, desenvolvimento sustentável e uso racional dos recursos naturais, pode-se citar a criação de plantas resistentes às novas condições climáticas e o desenvolvimento de práticas de produção agrícolas integradas. Neste sentido, a Embrapa dedica parte de seus esforços ao desenvolvimento de genes que confiram propriedades adaptativas a plantas e animais. Um exemplo deste esforço é a introdução de propriedades de resistência à seca que está sendo realizada com prioridade para variedades de soja, commodity relevante para a economia nacional. Outro esforço importante é o desenvolvimento de alternativas de cultivo integradas voltadas para ganhos sinérgicos entre sistemas de produção. A integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF) apresenta um enorme potencial de mitigação, inclusive no atendimento dos compromissos voluntários assumidos pelo Brasil na Conferência das Partes, em Copenhague em 2009.

Outro foco de atuação da Embrapa que permeia as vertentes deste objetivo diz respeito a sua participação na formulação e melhoria de políticas públicas. O conjunto de ações com esta finalidade inclui: (i) a atuação no eixo produtivo rural do Programa Brasil Sem Miséria, (ii) a ação e as recomendações de tecnologias úteis para implementação nas edições do Plano Safra, (iii) o monitoramento das obras do PAC, (iv) a participação com orientações e assessoria em praticamente todas as ações de segurança biológica da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA, e (v) a atuação na formulação e implantação do Plano ABC (Agricultura com Baixa Emissão de Carbono).

Metas 2012-2015

- **Desenvolver plataforma funcional de validação de novos genes (Programa ABC)**

  Análise Situacional da Meta

  A plataforma funcional de validação de novos genes constitui-se de um conjunto de ações coerentes, articuladas e direcionadas ao aproveitamento de recursos humanos, financeiros e estruturais de forma sinérgica, com foco em melhoramento genético. Dentre as ações relacionadas à plataforma e, conforme previsto no final de 2012, foi aprovado projeto para transformação de plantas a partir do gene Dreb, que confere resistência à seca. Os produtos inicialmente priorizados são soja, feijão, arroz, cana e eucalipto.

  Em adição, após a assinatura de Convênio entre a Embrapa e a Unicamp em dezembro/2012 para a criação da Unidade Mista de Pesquisa em Genômica Aplicada a Mudanças Climáticas (Umip GenClima), cuidou-se no primeiro semestre de 2013 de se discutir a melhor forma jurídica de estruturar a referida Unidade. O laboratório da unidade se encontra em construção, tendo já sido realizadas algumas experiências in silico (experimento com o uso de simulação computacional). Esta Unidade fornecerá a infraestrutura básica para a busca de avanços na adaptação e, ao mesmo tempo, a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

  Ainda em 2013, além da elaboração do projeto de construção da futura unidade física da UMIP GenClima, foi iniciada a construção de base de dados e ferramentas de bioinformática que permitirão a descoberta de novos genes relacionados com a tolerância à seca e outros fatores abióticos/bióticos relacionados com as mudanças climáticas do planeta, que já estão impactando a produção agrícola. Também foram implantadas as tecnologias de suporte do programa, como escolha e avaliação das melhores linhagens de milho (cultura escolhida como modelo inicial de trabalho), e obtenção e estabelecimento de linhagens de bactérias utilizadas na biologia molecular e no processo de engenharia genética de plantas. No nível de coordenação do processo de desenvolvimento da plataforma, foram

trabalhados os itens de propriedade intelectual, assuntos regulatórios e a discussão de parcerias com outras unidades da Embrapa.

- **Estabelecer 2 (dois) cenários de referência nacionais para Recuperação de Pastagens Degradadas e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta**

Análise Situacional da Meta

A meta deverá ser alcançada a partir da constituição e do desenvolvimento de projetos de pesquisa voltados para os temas Recuperação de Pastagens Degradadas e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF). O passo inicial foi dado com a articulação dos especialistas nestas áreas em torno da organização de um portfólio de projetos em iLPF. A proposta do portfólio foi concluída e encaminhada ao Comitê Gestor da Programação de Pesquisa, sendo a sua criação efetivada em maio/2013. Na primeira chamada de projetos para composição do portfólio, realizada também em Setembro/2013, foram selecionados três projetos voltados (i) ao desenvolvimento e adaptação de sistemas de integração lavoura-pecuária- floresta para produção sustentável no Bioma Mata Atlântica, (ii) à estruturação de sistemas de Integração Lavoura-pecuária-floresta como alternativa para o desenvolvimento sustentável da bovinocultura leiteira em propriedades familiares em áreas montanhosas, e (iii) à caracterização de componentes bióticos e abióticos e suas interações em Sistemas Integrados (iLP e iLPF) na região do Cerrado e áreas de abrangência. Além disso, há 34 projetos já em andamento com potencial de integração ao portfólio, dependendo apenas de análise de conteúdo para esta inclusão.

O cenário de referência para recuperação de pastagens degradadas será elaborado por meio da implantação de uma Unidade de Referência Tecnológica (URT) com a demonstração de práticas de recuperação de pastagens degradadas e publicação de circular técnica descrevendo os resultados finais obtidos na URT. O cenário de referência da iLPF será estabelecido com a implantação de uma Unidade de Referência Tecnológica (URT) com o sistema proposto e publicação de circular técnica descrevendo os resultados finais obtidos na URT.

As ações realizadas direcionadas ao cumprimento da meta são: i - produção de vídeo sobre Recuperação de Pastagens Degradadas e iLPF em conjunto com a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). Este material faz parte do esforço de sensibilização da população com relação à importância dos temas; ii - elaboração de projeto no escopo da Rede Fomento iLPF, tendo como principal objetivo a incorporação de sistemas de iLPF no processo produtivo agropecuário, por meio de atividades de transferência de tecnologias a serem realizadas nos diferentes biomas brasileiros. O processo de elaboração do projeto requer uma reflexão entre pares a ser realizada em encontros, nos quais se espera obter parte dos elementos necessários à composição dos cenários; iii - Articulação com as Unidades Descentralizadas da Embrapa envolvidas no projeto, para que elas detalhem o planejamento da sua participação no mesmo. Foi realizado evento em outubro para consolidar a forma de participação de cada Unidade no projeto e nivelar as mesmas; iv - Realização de projeto-piloto para recuperação de pastagens degradadas com a introdução de iLPF na Fazenda Santa Brígida, em Ipameri, Goiás. Considerando as atividades realizadas, verifica-se que 45% das ações direcionadas para composição dos cenários já foram realizadas.

- **Executar uma carteira de P&D e TT com, em média, 750 projetos ao ano**

Análise Situacional da Meta

A Embrapa conta atualmente com uma carteira de projetos na ordem de 1.166 projetos de pesquisa e desenvolvimento e de transferência de tecnologia, implantados ou em execução. Esses projetos geraram uma série de novas tecnologias, que contribuíram para a agregação de valor à agricultura brasileira. Cabe notar que estes resultados são fruto de esforços contínuos que antecedem o atual PPA. Em relação à quantidade alcançada em 2012 (884 projetos), verifica-se em 2013 um acréscimo de 282 projetos.

Quantidade alcançada

1.166

Plano Mais Brasil

Data de Referência

17/02/2014

OBJETIVO: 0845 - Pesquisar e desenvolver tecnologias para os sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos biomas Mata Atlântica e Amazônia.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

O Objetivo em questão consiste na execução de um conjunto de 134 projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (P&DT) nos Estados da Bahia e Espírito Santo (no Bioma Mata Atlântica) e nos Estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia (no Bioma Floresta Amazônica), nas seguintes áreas de conhecimento: Melhoramento Genético: 42; biotecnologia: 10; fisiologia da produção e manejo: 28; fortalecimento econômico e social das comunidades: 09; manejo, conservação e fertilidade do solo: 11; tecnologia de pós-colheita, engenharia agrícola e agroindústria: 02; manejo integrado de pragas: 5; manejo de pequenos animais: 3; manejo integrado da vassoura de Bruxa: 11; recursos ambientais: 7; sistema de produção de leite: 1; avaliação e manejo de pastagens: 5.

O aumento de produtividade e de produção do cacau, metas desse objetivo e principal demanda dos produtores regionais, têm contribuído para criar um novo ambiente de esperança para o agronegócio regional, com boas perspectivas de produção de excedentes exportáveis de forma competitiva e de suprimento integral da demanda do maior parque moageiro nacional, além da elevação da participação do Brasil no mercado mundial de cacau e ampliação da capacidade de geração e ingresso de divisas externas no País. Na área social, foram criados novos postos de trabalho, com mais qualidade de vida. Para alavancar esse objetivo, então sendo revisados o Plano da Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) de Metas Físicas e Financeiras e os cronogramas de execução de 88 projetos voltados para elevar a resistência do cacaueiro a pragas e doenças com aumento de produtividade, 6 projetos na cultura do dendê e 11 na da seringueira. E os projetos restantes são voltados para os cultivos de palmáceas - açaí, juçara e pupunha -, assim como fruticultura - cajá, cupuaçu, goiaba, graviola, mamão-, e também nas culturas do café e mandioca, bem como nas criações de bovinos e de pequenos animais.

A integração desse objetivo de Pesquisa, Desenvolvimento e Transferência (PD&T) com o objetivo de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), em associação com os parceiros Secretarias de Governos Estaduais e Municipais e outras entidades sem fins lucrativos (Universidades, Cooperativas, Associações de Produtores, Trabalhadores, Biofábrica, Consórcios, Sebrae, Embrapa), tem gerado reflexos positivos, com mais ênfase para a cadeia do cacau. De acordo com o IBGE, ocorreu um aumento de produção de 19,82%, elevando de 218.487 toneladas, em 2009, para 261.788 t, em 2013, apontando para um aumento de produtividade na ordem de 11,34%, elevando de 343,55 Kg/ha, em 2009, para 382,50 Kg/ha, em 2013. Esses resultados têm contribuído para manutenção do parque moageiro do cacau e retorno dos níveis médios de processamento nacional e contribuído com os níveis de redução da importação de matéria prima por parte das indústrias do setor de produção de chocolate.

Como primeiro entrave da área fim, mantêm-se os baixos níveis médios de produtividade e produção do cacau, bem aquém dos níveis desejados e, como segundo entrave, o baixo nível de renda e o alto nível de endividamento dos produtores. Aliado a essa situação, somou-se um conjunto de variáveis que contribuíram negativamente, como: incidência da praga “Vassoura de Bruxa”, já há muitos anos instalada no cultivo do Bioma Floresta Amazônica sem gerar maiores prejuízos, mas, posteriormente, se instalando de forma bem agressiva no cultivo do Bioma Mata Atlântica, mais especificamente da Bahia e Espírito Santo; incapacidade de contrair novos créditos a título de custeio operacional e investimento em tecnologia e infraestrutura das propriedades agrícolas no curto e médio prazo; escassez e limitações de recursos financeiros para pagamento de despesas operacionais e aplicação de pacotes tecnológicos de manejos agrícolas recomendados pela CEPLAC. Como fator crítico da área meio, há um reduzido número de produtores com boas condições técnicas; com visão estratégica em agregação de valor aos produtos e subprodutos da agricultura; conhecedores e dispostos a exercerem boas práticas de compras de insumos e vendas da produção, em comum; e, ainda, com perfil para

exercer atividades solidárias, cooperativas e corporativas de médio e grande porte.

O esforço para mitigar os efeitos negativos do primeiro entrave e gerar novas perspectivas para os produtores, por parte da CEPLAC, contempla novos desafios na melhoria dos seus processos internos e de gestão, e avança nos processos de reestruturação e inovação, ao alavancar as principais cadeias produtivas regionais, com ênfase na agregação de valor, desenvolvimento territorial rural e inclusão social e produtiva em bases sustentáveis. Para tanto, os processos internos e externos foram aperfeiçoados, de forma a tornar mais efetivo o suporte técnico voltado para melhoria dos serviços de PD&T. Tem-se trabalhado na elaboração de propostas de adequação, calibração e compatibilidade das novas políticas agrícolas regionais, levando em conta a situação estrutural da lavoura do cacau da Bahia e Espírito Santo e a necessidade de equalização da dívida dos produtores, visando proporcionar a retomada de novos investimentos para acelerar o crescimento da economia regional.

A CEPLAC tem trabalhado conjuntamente com os parceiros por meio das Câmaras Setoriais em nível dos Estados da Federação e da União, para propor um novo Plano de Metas para as cadeias do cacau, dendê e seringueira, vislumbrando, principalmente, recuperar parte do status do País de segundo maior produtor mundial de cacau. O plano de Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau está voltado a alavancar as cadeias produtivas do cacau, dendê, seringueira e outras culturas regionais, exploradas economicamente em dois blocos geográficos: o primeiro abrange o Bioma da Mata Atlântica, nas Regiões do Sudeste, no Espírito Santo e do Nordeste, na Bahia, onde têm sido desenvolvidos esforços para recuperar o parque produtivo de cacau pela elevação da produtividade e qualidade dos produtos. Segundo o IBGE, registra-se, nestas mesmas regiões, uma produtividade média de 293,23 Kg/ha em 2013, com expectativa de incremento. O segundo bloco abrange o Bioma Floresta Amazônica, na região Centro Oeste do País, no Mato Grosso e, na Região Norte, nos Estados do Amazonas e Rondônia, com destaque para o Estado do Pará, onde se registra franca expansão da área plantada e produtividade média estadual de 766,68 kg/ha/ano. O objetivo de PD&T definiu dois resultados estratégicos: elevar a produtividade e a produção de cacau do País, com a finalidade de recuperar parte do status do País de segundo maior produtor de cacau mundial e melhorar as condições de vida dos produtores. Para isso, estima-se, inicialmente, a expansão de 236.000 hectares sendo 70.500 em Sistema Agroflorestal (SAF) tradicional, 20.000 em cultivo irrigado e 145.500 em Sistema Agroflorestal (SAF) intensivo (cacau com seringueira e cacau com essências florestais).

No contexto internacional, fortaleceram-se os laços de parcerias para executar o projeto "ATP – SEPANG: Seleção Genômica Aplicada" (visando melhorar e tornar o cacaueiro mais resistente a doenças e mais produtivo), aprovado pelas Fundações: CAPES do Brasil e AGROPOLIS da França, por meio de colaboração científica entre a CEPLAC, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Universidade Federal de Lavras, o Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (Cirad) da França, e o Instituto de Pesquisa Agrícola para o Desenvolvimento (IRAD), des Camarões. No contexto nacional, celebraram-se parcerias visando a execução do Projeto "Rede de Cacau - RENORBIO - Vassoura de Bruxa", tendo como concedente a Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (FINEP/MCTI), como convenente, a Fundação Pau Brasil (FUNPAB), como executores, o Mapa/CEPLAC, as universidades Universidade de Campinas e UESC, o Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA) e o Centro Nacional de Pesquisa de Recursos Genéticos e Biotecnologia (CENARGEN/Embrapa) e como Interveniente o Estado da Bahia – Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura (SEAGRI). Foi celebrado, também, o Convênio de Cooperação Mútua para Operacionalização do Programa de Capacitação Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento de Estudos e Projetos Aplicados às regiões produtoras de cacau - Bolsistas, tendo como concedente a CEPLAC/Mapa, como convenente, a Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa (FAPESPA) e, como interveniente, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (SEDECT/PARÁ).

Metas 2012-2015

- **Incrementar a produção nacional de cacau de 234 mil para 334 mil toneladas nas regiões cacaueiras**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

O Norte do País, representado pelos Estados produtores do Amazonas, Pará e Rondônia, apresentou crescimento de 72.570 toneladas, em 2009, para 98.360 t, em 2013, o que representa um crescimento de 35,54%. No mesmo período, a Região Nordeste representada pelo Estado produtor da Bahia, cresceu de 137.929 toneladas, em 2009, para 158.109 t, em 2013, significando um crescimento de 14,63%. A Região Sudeste representada pelo Estado produtor do Espírito Santo apresentou uma redução da produção de 7.688 toneladas, em 2009, para 4.737 t, em 2013, apresentando um decréscimo de (-) 38,38%. Já a Região Centro Oeste, representada pelo Estado do Mato Grosso, apresentou um crescimento de 300 toneladas, em 2009, para 582 t, em 2013, aumento de 94% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE jan/2014). Ainda de acordo com o IBGE, a produção de nacional de cacau em 2013 foi estimada em 261.788 toneladas de amêndoas secas.

Analisando a produção de cacau na ótica do Bioma da Floresta Amazônica, representado pela Região Norte, nos Estados do Amazonas, Pará e Rondônia e pela Região do Centro Oeste, no Estado do Mato Grosso, verifica-se um aumento da produção de cacau de 72.870 toneladas, em 2009, para o patamar de 98.942 t, em 2013, representando um crescimento de 35,78%.

Analisando a produção de cacau do Bioma da Mata Atlântica, representado pela Região do Nordeste no Estado da Bahia, e pela Região do Sudeste, no Estado do Espírito Santo, verifica-se aumento da produção de cacau de 145.617 toneladas, em 2009, para o patamar de 164.416 t, em 2013, representando um crescimento de 12,91%.

Quantidade alcançada

261.788

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	805	TON	582	31/12/2013
Região Nordeste	208.818	TON	158.109	31/12/2013
Região Norte	116.242	TON	98.360	31/12/2013
Região Sudeste	8.402	TON	4.737	31/12/2013

- **Incrementar a produtividade de cacau de 360 Kg/ha para 480 Kg/ha das regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia**

Análise Situacional da Meta

Segundo apuração do IBGE, verificou-se um aumento de produtividade anual de 11,34%, saindo da produtividade média nacional de 343,55Kg/ha, em 2009, para o patamar estimado de 382,50Kg/ha em 2013.

Analisando a produtividade do cacau na ótica do Bioma Floresta Amazônica, representado pelas Regiões Norte, nos Estados do Amazonas, Pará e Rondônia e Centro Oeste, no Estado do Mato Grosso, a produtividade de cacau passou de 721,04 Kg/ha, em 2009, para o patamar estimado pelo IBGE de 766,68 Kg/ha, em 2013, significando um crescimento de 6,33%. A produtividade de cacau do Bioma Mata Atlântica, representado pelas Regiões Nordeste, no Estado da Bahia, e Sudeste, no Estado do Espírito Santo, passou de 272,23 Kg/ha, em 2009, para o patamar estimado de 293,23 Kg/ha, em 2013, representando um crescimento de 7,71% pelas estimativas do IBGE.

Analisando a meta de produtividade de cacau na ótica das Regiões do País, o Norte, representado pelos Estados produtores do Amazonas, Pará e Rondônia, passou de 723,84 Kg/ha, em 2009, para o patamar de 767,68 Kg/ha, em 2013, representando um crescimento de 6,06%. O Centro Oeste, representado pelo Estado produtor do Mato Grosso, cresceu de 372,21 Kg/ha, em 2009, para o patamar estimado de 628,51 Kg/ha, em 2013, representando um crescimento de 68,86% segundo o IBGE. A produtividade de cacau no Nordeste, representado pelo Estado produtor da Bahia, elevou-se, de 268,38 Kg/ha, em 2009, para o patamar de 296,50 Kg/ha, em 2013, representando um crescimento de 10,48%. O Sudeste, representado pelo Estado produtor do Espírito Santo, apresentou redução da produtividade de cacau de 366,50 Kg/ha, em 2009, para o patamar de 214,24 Kg/ha, em 2013, representando um decréscimo de 41,54%, em função da incidência da “Vassoura de Bruxa”.

Quantidade alcançada

382,5

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	480	kg/ha	766,68	31/12/2013
Bioma Mata Atlântica	480	kg/ha	293,23	31/12/2013

OBJETIVO: 0846 - Modernizar a infraestrutura, a estrutura organizacional - institucional e a gestão, visando a inovação e a consolidação da atuação interna e externa em PD&I agropecuária.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

As iniciativas direcionadas à implementação desse objetivo visam: i) fomentar um programa de capacitação que promova o desenvolvimento de competências tanto em áreas portadoras de futuro ou emergentes do conhecimento técnico-científico, bem como gerenciais e administrativas; ii) melhorias na estrutura organizacional e iii) adequação da infraestrutura organizacional de instituições de pesquisa pública na agropecuária, especificamente a implantação da unidade Embrapa Quarentena Vegetal, de Centros de Pesquisas da Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e das Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuárias (OEPAs).

Sobre o desenvolvimento de competências, foram realizados em 2013: i - Cursos de pós-graduação: 59 empregados (56 da Embrapa e 3 de OEPAs) iniciaram seus estudos nas áreas e subáreas constantes dos Planos Diretores da Embrapa e das Unidades (PDE e PDUs). Considerando-se o foco estratégico e prospectivo, as áreas aprovadas para os cursos de pós-graduação podem ser entendidas como portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico. São exemplos de áreas que tiveram empregados incorporados em 2012: agroenergia, bioinformática e metagenômica; ii - Cursos de curta duração: 4.101 empregados realizaram ação de capacitação corporativa. Destes, 397 empregados estiveram em cursos de idiomas, com custeio pela Embrapa ou liberação de horas. Porém, pelas características de grande parte dos cursos de idiomas, estes não são considerados na apuração quantitativa da meta, visto que este tipo de treinamento ainda não é contabilizado nas ações de capacitação; iii - Com relação à modernização da estrutura organizacional, destaca-se a criação do Sistema Agropensa, sua proposta e seu potencial de impacto. O Agropensa auxiliará no delineamento de cenários prospectivos e na identificação de tendências do setor agropecuário. O conhecimento gerado e difundido por meio de diferentes meios de comunicação tem potencial para orientar a decisão e o planejamento da Embrapa, com externalidades positivas aos parceiros e à sociedade de modo mais amplo.

Sobre a ampliação e modernização da infraestrutura física, realizou-se em 2013:

i - Embrapa Quarentena Vegetal: a obra está em fase de concretagem das estacas da fundação, sendo que a Licença de Instalação foi concedida em setembro de 2013;

ii - Centros de Pesquisas da CEPLAC nos Estados da Bahia, Pará e Rondônia: as entregas programadas consistem na reforma e modernização da estrutura física e do parque laboratorial dos Centros de Pesquisas da CEPLAC nas superintendências da Bahia, Pará e Rondônia. A reforma e adequação dos centros deverá ocorrer a partir de 2014. No ano de 2013, utilizando de parcerias institucionais no estado de Rondônia, construiu-se um laboratório temático para pesquisas em entomologia no Centro de pesquisas situado em Ouro Preto do Oeste;

iii - Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAs): assinatura de convênio entre Embrapa e OEPAs e tratativas para Termo de Cooperação entre Embrapa e FINEP, ambas visando repasse de recursos de investimento para ampliação/manutenção de infraestrutura física de apoio às instituições.

Metas 2012-2015

- **Implantar a unidade Embrapa Quarentena Vegetal (DF)**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

Até o momento, já foram finalizados a limpeza do terreno, o fechamento, a instalação dos barracões de obra e a terraplanagem, foi refeito o projeto de fundação com base no tipo de solo do local, foram perfuradas e concretadas mais de 80% das estacas da fundação, estando a obra na fase de forma dos blocos e das vigas baldrame.

O avanço desta meta, em 2013, foi afetado pela dificuldade de obtenção da Licença de Instalação junto ao Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), o que só foi conseguido em setembro desse ano. A empresa contratada para execução da obra iniciou os trabalhos de mobilização de execução dos serviços no mês de outubro de 2013. Considerando as atividades desenvolvidas, verifica-se um percentual de 35 % de alcance da meta.

- **Promover a formação de competências na Embrapa e OEPAs através da formação de Profissionais em nível de pós-graduação, beneficiando 88 profissionais, em áreas portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico, incluindo áreas promotoras de eficiência administrativa**

Análise Situacional da Meta

Esta meta trata da participação de empregados da Embrapa e das OEPAs em cursos de pós-graduação lato e stricto sensu em 2013. Em 2012, 70 empregados participaram. No ano de 2013, 59 empregados previamente aprovados no processo seletivo de pós-graduação iniciaram os seus cursos. Assim, a meta acumula 129 empregados participantes. Considerando-se o foco estratégico e prospectivo, as áreas aprovadas para os cursos de pós-graduação podem ser entendidas como portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico. São exemplos de áreas que tiveram empregados incorporados em 2012: agroenergia, bioinformática e metagenômica.

Dos 59 empregados que foram incorporados ao programa de pós-graduação corporativo, 56 são empregados da Embrapa e 3 de OEPAs. Do total de empregados da Embrapa, 30 estão cursando no país e 26 no exterior. No país, são 12 em mestrado, 17 em doutorado e 1 em pós-doutorado. No exterior, são 5 em doutorado e 21 em pós-doutorado. Destaca-se que, dos empregados de OEPAs, um está cursando mestrado no país e dois estão cursando doutorado no país.

Ao longo do ano 2013, 205 profissionais realizaram curso de pós-graduação, sendo 177 empregados da Embrapa e 28 empregados de OEPAs. Do total de empregados da Embrapa, 105 estavam em curso no país: 13 em curso de especialização, 35 em mestrado, 56 em doutorado e um em pós-doutorado. Outros 72 empregados da Embrapa estavam com curso em andamento no exterior, sendo 26 em doutorado e 46 em pós-doutorado. Dos 28 empregados de OEPAs, três estavam em curso de mestrado no país, 24 em doutorado no país e um em doutorado no exterior.

Em relação aos cursos de especialização lato sensu, desde 2012 não foram realizadas novas incorporações, em função de ter sido necessário normatizar o processo. O processo seletivo para pós-graduação stricto sensu também foi suspenso em 2013, devido à revisão de todas as normas referentes a esses processos. A expectativa é de que as normas sejam publicadas em 2014 e que sejam retomadas as incorporações ao programa a partir do segundo semestre.

Ainda que o processo seja retomado em 2014, as características do quadro de pessoal da Empresa, sobretudo com as contratações de pesquisadores com doutorado, indicam que o público alvo das ações de pós-graduação stricto sensu tende a diminuir, ao passo que as demandas para pós-doutorado tendem a aumentar. Em razão disso, existe a necessidade de se reprogramar o quantitativo de pós-doutorado no período de 2013-2015, de 15 empregados para 25. Assim, observa-se que, nos anos de 2012 e 2013, 129 profissionais iniciaram cursos de pós-graduação no âmbito do programa corporativo. Deste total, 31 para mestrado, 41 para doutorado no país, 11 para doutorado no exterior e 46 para pós-doutorado. Em relação ao quantitativo de profissionais contemplados, nesses dois últimos anos, um total de 326 estiveram em cursos de pós-graduação.

Apesar de a meta abranger empregados da Embrapa e das OEPAs para as ações de pós-graduação lato e stricto sensu, bem como para o pós-doutorado, os empregados das OEPAs têm participado apenas das ações de pós-graduação stricto sensu (Mestrado e Doutorado), de acordo com as normas vigentes, não havendo perspectiva de que passem a ser contemplados nos outros processos (especialização lato sensu e pós-doutorado).

Quantidade alcançada

129

Data de Referência

31/12/2013

- **Promover a formação de competências na Embrapa e OEPAs através do aperfeiçoamento de profissionais via cursos de curta duração, beneficiando 5.550 profissionais, em áreas portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico, incluindo áreas promotoras de eficiência administrativa**

Análise Situacional da Meta

Esta meta visa capacitar empregados em cursos de curta duração no país, individuais ou coletivos, presenciais ou à distância, de caráter técnico ou gerencial.

O foco dos treinamentos de curta duração em 2013 foi estabelecido levando-se em consideração o Plano de Metas da Embrapa e as necessidades de capacitação identificadas para os empregados, tanto relacionadas a conhecimentos técnico-científicos como de gestão e administração.

Em 2013, 4.101 empregados da Embrapa realizaram cursos de curta duração. Ainda pela ação de capacitação corporativa, destaca-se que 397 empregados estiveram em cursos de idiomas, com custeio pela Embrapa ou liberação de horas. Porém, pelas características de grande parte dos cursos de idiomas, estes não são considerados na apuração quantitativa da meta visto que este tipo de treinamento ainda não é contabilizado nas ações de capacitação. Considerando a quantidade alcançada em 2012 (4.483), totaliza-se na meta acumulada: 8.584 profissionais aperfeiçoados via cursos de curta duração.

Considerando-se o período 2012 – 2013, um total de 8.584 empregados participaram de capacitações de curta duração no país, individuais ou coletivas, relacionadas a temas técnicos específicos e relevantes para o desempenho do trabalho ou gerenciais.

Em 2013, a Embrapa realizou cursos presenciais, tanto individuais quanto coletivos, em diversas áreas de atuação da empresa. São exemplos de áreas de atuação que foram contempladas com ações de capacitação no ano passado: biodiesel; quimiometria; sanidade aquícola; geotecnologias; gestão da qualidade; business intelligence; e biossegurança. Para o ano de 2014, buscar-se-ão alternativas para que as capacitações continuem sendo executadas por meio de parcerias, treinamento em serviço e uso de instrutoria interna.

Apesar de a meta prever a formação de empregados da Embrapa e das OEPAs, as ações de capacitação de curta duração em 2013 estão sendo disponibilizadas aos empregados da Embrapa, tendo em vista a dificuldade de se operacionalizar a aquisição de cursos de curta duração para empregados externos à Empresa. Em relação às medidas para estender as ações de aperfeiçoamento aos empregados das OEPAs, em 2014, será avaliado a inclusão deste público no objeto dos contratos de instrutoria, para cursos in company, relacionados a temas de interesse comum entre as instituições, bem como a inserção em ações sem ônus para a Embrapa.

Quantidade alcançada

8.584

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0968 - Difundir e adaptar tecnologias sustentáveis para os sistemas agrossilvopastoris nas regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Alinhado aos objetivos estratégicos de melhoria da qualidade de vida por meio da geração de emprego, trabalho e renda e promoção da competitividade e sustentabilidade do setor agrícola nas regiões cacaueiras do Brasil, este objetivo se opera por meio das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), desenvolvidas pela Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) nos territórios rurais, tendo como foco o desenvolvimento de agrossistemas sustentáveis e organização do setor agropecuário, com inserção junto às comunidades rurais, em especial nos segmentos da agricultura familiar. O enfoque das ações está nas metodologias participativas, com realce à

transferência de conhecimentos tecnológicos e gerenciais e à organização socioprodutiva. Consoante os desafios da política nacional de ATER, o esforço do Objetivo está integrado à dinâmica do desenvolvimento territorial rural, incluindo, produtiva e socialmente, agricultores familiares, quilombolas, indígenas e ribeirinhos em 17 territórios da cidadania, além de 5 territórios rurais de identidade, com cerca de 70 mil produtores rurais cadastrados num sistema próprio de gerenciamento da extensão. Também foram concedidos apoio técnico e associativo a 1.182 cooperativas e associações rurais, com repercussões em um universo de influência superior a 150 mil famílias que cultivam sistemas agroflorestais correlatos à cacauicultura.

A Lei nº 12.897/2013, que autoriza a instituição da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), representa grande avanço na gestão integrada e fomento ao sistema nacional de ATER, com consequente resgate do Estado aos processos de desenvolvimento territorial rural sustentável no campo brasileiro.

A meta de ATER registra apuração acumulada no exercício de 50.912 produtores rurais assistidos nos estados de atuação da CEPLAC. Registra-se incremento de 2.149 novos produtores inseridos no exercício. A área física dos cultivos definidos como foco na estratégia institucional e meta do objetivo (cacau, seringueira e dendê) alcança assistência técnica em superfície de 684.310 hectares acumulado no exercício, além do atendimento a outros cultivos complementares e criações no espectro de atuação.

A meta, que realça o esforço na organização socioprodutiva, registra atendimento a 1.182 organizações cadastradas no ciclo analisado, envolvendo 14.676 agricultores associados assistidos de forma coletiva.

Constataram-se, ainda, contingente de 36.200 famílias beneficiadas diretamente e capacitação técnica de 23.500 trabalhadores e agricultores em cultivos, criações e processos diversos de aproveitamentos de produtos e gestão da propriedade rural. Promoveu-se, com esses métodos, o acesso dos Agricultores Familiares ao crédito qualificado do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), bem como ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Governo Federal. Na Amazônia, compartilham-se iniciativas e metas de ATER dentro do eixo de fomento à produção sustentável, no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM): acompanhamento de 72 organizações associativas ; capacitação de 961 trabalhadores rurais; Adaptação e difusão de 11 tecnologias; elaboração de 341 projetos de crédito; distribuição de 11,7 milhões de sementes e propágulos e 9.448 famílias beneficiados com ATER.

A regionalização das ações se opera em três Superintendências (Bahia, Pará e Rondônia) e três Gerências (Espírito Santo, Mato Grosso e Amazonas). Circunscrita ao recorte regional das regiões produtoras de cacau do Brasil, as iniciativas e ações contemplam dois relevantes Biomas, a Floresta Amazônica e a Mata Atlântica, envolvendo população superior a seis milhões de habitantes, distribuída em 223 municípios e 22 territórios rurais nos seis estados produtores de cacau. A apuração tem base no esforço regionalizado de atendimento aos produtores rurais e associações rurais, com o resultado agregado por região: 1.570 no Centro Oeste; 29.766 no Norte; 18.255 no Nordeste e 1.321 no Sudeste.

Alinhado aos esforços de ATER e crédito rural, encontra-se em curso a produção e distribuição anual de 24 milhões de propágulos de espécies diversas, com destaque para 20 milhões de sementes de cacau e essências florestais distribuídas por ano, de forma dirigida aos sistemas agro sustentáveis, em consonância com o Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC).

O Centro de Extensão da CEPLAC na Bahia tem dedicado especial atenção à questão da sucessão rural, de modo a desestimular o movimento migratório dos jovens para os centros urbanos a partir de ações que venham favorecer sua permanência na propriedade rural, com trabalho, renda e cidadania, por meio da constituição de empreendimentos produtivos por jovens rurais. Em 2013 não houve processo de qualificação de jovens, o esforço se deu na elaboração de Projeto de Cooperação Técnica a ser executado em 2014, com o MDA e Governo da Bahia, além da Federação da Agricultura do Estado da Bahia (FAEB).

Esforços articulados junto a segmentos do governo possibilitaram a inserção do cacau na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), alcançando a cadeia produtiva do cacau num momento de franca recuperação no Brasil. Projeções baseadas na curva de consumo de cacau e derivados dos últimos 40 anos sinalizam demanda mundial crescente para o próximo quinquênio (da ordem de um milhão de toneladas de cacau/ano), com incremento no consumo de chocolate e de

cacau no Brasil e nos demais países dos BRICS (Rússia, Índia, China e África do Sul). A partir de 2003, o país saiu de um consumo por pessoa de 800 gramas de chocolate, para o patamar de 2,2 Kg de chocolate per capita em 2012. Vale registrar que, coincidência ou não, os preços internos do cacau saíram do patamar de sessenta para cem reais a arroba, entre julho e dezembro de 2013, após adoção do preço mínimo.

Evidenciam-se, em todos os estados de atuação, uma maior participação associativa e melhora de qualidade na gestão do sistema associativo e/ou cooperativista rural, com saldos positivos na elevação da competitividade e oferta de produtos e serviços qualificados, por iniciativas de certificação de produtos e processos, a exemplo de orgânicos e indicação geográfica.

Quanto à agregação de valor, destaca-se o desenvolvimento de tecnologia de processamento de chocolate fino e de equipamentos para pequenas plantas industriais, representando um novo salto tecnológico na agroindústria regional e na capacitação de produtores e mão de obra na verticalização da produção. Com este estímulo ao processamento do cacau, registrou-se, em 2013, o volume de 285 toneladas de cacau já processadas em pequenas agroindústrias regionais, com seis instaladas na Bahia, duas no Pará e uma no Espírito Santo. Nessa dinâmica, foram realizadas, naquele ano, a quinta edição do Festival do Chocolate, na Bahia, e a primeira no Pará, com a participação de produtores e instituições brasileiras, e a terceira edição do Salão Internacional do Chocolate, em Paris, França. Em 2012, foi realizada, em Salvador, Bahia, a primeira edição do Salão do Chocolate no Brasil.

Num cenário prospectivo para o ciclo do PPA em curso, o desafio da cacauicultura no Brasil, setor mais destacado do Objetivo, estará realçado em dois flancos: de um lado, os esforços para recuperação do parque produtivo da Bahia e Espírito Santo, com potencial instalado de incremento rápido da produção física de amêndoa, pela elevação da produtividade e qualidade dos produtos; de outro, os estados do Norte registrando franca expansão das áreas plantadas e colhidas, com expectativa de incremento em até 10 mil hectares/ano até o final da década em curso.

Em harmonia com as Câmaras Setoriais do Cacau, Borracha e Agroenergia, bem como com iniciativas de governos estaduais, encontra-se em curso plano de desenvolvimento, com metas delineadas de expansão, recuperação e modernização de cultivos, com destaque para as seguintes cadeias em 2014: a) Cacau, 23 mil hectares de implantação e 38 mil de renovação; b) Dendê, 3 mil hectares de implantação e 1,5 mil de renovação; c) Seringueira, com 5 mil hectares de substituição do sombreamento e 6 mil de plantio em SAFs; e d) Fruticultura, 200 hectares de implantação, além de apoio às demais cadeias produtivas complementares.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 5.300 para 7.000 o número de produtores associados em organizações nas regiões cacaueiras**

  Análise Situacional da Meta

  Do contingente de organizações e produtores associados atendidos diretamente nos imóveis rurais e comunidades, apurou-se, em 2013, a inclusão de novas 233 associações que, somadas as 949 existentes em 2012, acumula, até dezembro desse ano, 1.182 organizações associativas acompanhadas dentro do ciclo do PPA. Isto representa 14.676 agricultores associados, sendo 5.909 incluídos nesse exercício. Promoveu-se o acesso dos Agricultores Familiares ao crédito qualificado do PRONAF, bem como ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Governo Federal.

  O alcance do resultado com superação do índice estabelecido para esta meta no PPA é decorrência do esforço de priorização das metodologias coletivas e atendimento preferencial às organizações associativas do campo, em particular junto ao público da agricultura familiar, assim como do atendimento focado nas parcerias institucionais, por meio de cooperações técnicas junto às prefeituras e estados de atuação.

  A meta está regionalizada por Bioma, conforme posição descrita a seguir: Amazonas – 1.898; Bahia – 7.502; Espírito Santo – 214; Mato Grosso – 442; Pará – 520 e Rondônia – 4.100. Por região, o resultado consumado é: 442 no Centro Oeste; 6.518 no Norte; 7.502 no Nordeste e 214 no Sudeste.

  A qualificação das metodologias participativas de ATER na abordagem junto às comunidades rurais tem estimulado a

Plano Mais Brasil

organização e eficácia na gestão do sistema associativo e/ou cooperativista rural, com saldos positivos na elevação da competitividade e na oferta de produtos e serviços, por meio de esforço solidário na verticalização e integração das cadeias produtivas regionais. Constata-se certo dinamismo em esforços solidários na verticalização e integração das cadeias produtivas regionais, favorecido pelo atual contexto do campo brasileiro, que tem influenciado sobremaneira o crescimento das demandas de organização social e produtiva, bem como a ampliação do acesso aos programas e políticas públicas transversais.

Quantidade alcançada

14.676

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	138	unidade	442	31/12/2013
Região Nordeste	2.393	unidade	7.502	31/12/2013
Região Norte	4.279	unidade	6.518	31/12/2013
Região Sudeste	190	unidade	214	31/12/2013

- **Ampliar de 53 mil para 70 mil o número de produtores atendidos por ATER nas regiões cacaueiras**

Análise Situacional da Meta

A apuração consolidada da meta a partir do esforço das unidades regionais descentralizadas constata incremento de 1.465 novos produtores atendidos no primeiro semestre e mais 684 no segundo semestre (total de 2.149 inclusos em 2013) que, somados aos 48.763 de 2012, consolida atendimento direto pelos serviços de ATER a 50.912 produtores rurais. A consecução dessas metas contou em parte com atividades desenvolvidas em parcerias institucionais junto aos governos estaduais e municípios, por meio de cooperações técnicas.

A apuração regionalizada da meta de atendimento aos produtores rurais nos territórios e estados de atuação é a seguinte: Amazonas – 4.075; Bahia – 18.255; Espírito Santo – 1.321; Mato Grosso – 1.570; Pará – 14.134 e Rondônia – 11.557. O resultado agregado por região é o seguinte: 1.570 no Centro Oeste; 29.766 no Norte; 18.255 no Nordeste e 1.321 no Sudeste.

Consoante às demandas territoriais, o Centro de Extensão da CEPLAC na Bahia tem promovido o fortalecimento da agricultura familiar, com especial atenção à questão da sucessão rural, de modo a desestimular o movimento migratório para os centros urbanos a partir de ações que venham favorecer a permanência do jovem na propriedade, com trabalho, renda e cidadania. Para tanto, tem estimulado a constituição de empreendimentos produtivos por jovens rurais. Já foram capacitados 480 jovens rurais em 10 turmas de 124 horas de conteúdo. Objetivando, ainda, aperfeiçoar as metodologias de extensão rural, foram implantadas 35 unidades demonstrativas ou unidades de referência tecnológica (URT), em parceria com os produtores rurais, em sistemas de produção e manejo integrado de pragas.

Considerando-se o conjunto de métodos e técnicas de atendimento e qualificação tecnológica na assistência ao público alvo, registram-se 23.500 trabalhadores e agricultores capacitados e um contingente de 36.172 famílias rurais beneficiadas pelas iniciativas e ações de ATER desenvolvidas.

Articulações do setor produtivo com governo e agentes financeiros têm superado gargalos do desenvolvimento rural nas regiões cacaueiras, especialmente quanto à repactuação de dívidas dos produtores rurais e à disponibilização de novas linhas de crédito. A qualificação de metodologias de transferência e a difusão de tecnologias, por meio das unidades demonstrativas e da instalação de sistemas agroflorestais implantados de forma participativa com os agricultores, têm se constituído em alternativas, diante da necessidade de otimização dos recursos disponíveis. Essas iniciativas propiciam a retomada da produção e produtividade dos imóveis rurais, com reflexos na dinamização das cadeias produtivas regionais, na manutenção do parque moageiro do cacau, nos níveis de processamento e na redução da importação de matéria prima para as indústrias processadoras de chocolate.

Quantidade alcançada

50.912

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.373	unidade	1.570	31/12/2013
Região Nordeste	23.934	unidade	18.255	31/12/2013
Região Norte	42.790	unidade	29.766	31/12/2013
Região Sudeste	1.902	unidade	1.321	31/12/2013

- **Ampliar de 649,4 mil ha para 696,4 mil ha a área assistida de cacau, dendê e seringueira**

Análise Situacional da Meta

Essa meta consiste no registro consolidado de atendimento direto às unidades produtivas pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), considerando-se a superfície em hectares dos cultivos definidos como foco das ações e do objetivo, que são: cacau, seringueira e dendê. A meta apurada de atendimento direto às unidades produtivas contemplou cobertura de assistência técnica a uma superfície de 684.310 hectares em 2013, somando-se as áreas dos 3 cultivos priorizados, tanto em cultivo único como em sistemas agroflorestais (SAFs).

O esforço de ampliação quantitativa e qualitativa de cobertura pelos serviços de ATER e de difusão das tecnologias validadas nessa área e nos arranjos produtivos focados permitirá ao Brasil voltar a ser grande no mercado de cacau, possibilitando atingir as metas estratégicas, estabelecidas pelo setor, de elevação da produtividade média nacional para o patamar de 480 kg/ha/ano e de alcance das 380 mil toneladas/ano, com os cultivos já instalados e em expansão, até o final de 2015.

A distribuição da área assistida atende à seguinte regionalização: Centro Oeste – 926 ha de cacau no Mato Grosso; Nordeste - 453.459ha de cacau, 17.341ha de dendê e 14.500ha de seringueira de cultivos instalados na Bahia; Norte - 13.000ha de cacau no Amazonas, 126.800ha de cacau no Pará e 37.284ha de cacau em Rondônia; e, Sudeste - 21.000ha de cacau no Espírito Santo.

Ressalva-se, em 2013, a realização de ajustes das áreas assistidas em cada estado, em razão de atualização da base de dados do IBGE conciliados com o diagnóstico do sistema de gerenciamento da extensão rural da CEPLAC. Ao final, percebe-se uma estabilidade nos quantitativos: em 2012 a área apurada foi de 683.983 hectares assistidos; em 2013, incrementou-se 327 hectares, acumulando uma área de 684.310 hectares.

Quantidade alcançada

684.310

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2.013	ha	926	31/12/2013
Região Nordeste	522.044	ha	485.300	31/12/2013
Região Norte	151.328	ha	177.084	31/12/2013
Região Sudeste	21.005	ha	21.000	31/12/2013

OBJETIVO: 0969 - Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na disseminação da cultura de propriedade intelectual e no desenvolvimento da biotecnologia, da agricultura de precisão, da proteção de cultivares, da indicação geográfica e marcas coletivas, visando às necessidades do pequeno e médio produtor e à competitividade e agregação de valor aos processos, produtos, sistemas e serviços agropecuários.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

No tocante ao fomento à Indicação Geográfica (IG) e Marcas Coletivas, em 2013 foram realizadas ações contínuas nos Estados, apoiando 74 diferentes projetos com produtos e regiões, registradas ou potenciais, para uso de IG ou Marca

Plano Mais Brasil

Coletiva no Brasil. Essas ações foram realizadas por meio de reuniões, estudos, visitas técnicas, capacitações de produtores, diagnósticos, orientações e acompanhamento técnico.

Considera-se que este Objetivo foi realizado de maneira satisfatória até 2013. Isso porque foram buscadas articulações com outros órgãos e instituições através de termos de cooperação, convênios e parcerias, visando contornar os gargalos enfrentados desde 2012. Exemplo disso são os projetos apoiados com recursos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês), do Banco Mundial ou realizados diretamente por Universidades parceiras e Secretarias de Estado da Agricultura.

No que se refere à inovação do agronegócio, em 2013 foram cadastradas 23 empresas prestadoras de serviços de agricultura de precisão que, somadas às 88 empresas já cadastradas até 2012, totalizam o cadastramento de 111 empresas prestadoras de serviços de AP. Também foram capacitados 60 profissionais na área de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação (RGAA), que, somados aos 52 já capacitados em 2012, totalizam 112 profissionais capacitados até o momento. Ainda em relação à inovação no agronegócio, foram firmados 7 projetos no ano de 2013, que, somados aos 9 firmados em 2012, totalizam 16 projetos com esse foco.

No âmbito do registro da propriedade intelectual voltada ao melhoramento de espécies vegetais, até 31 de dezembro de 2013 foram reconhecidas 273 novas variedades de plantas, totalizando 2.340 cultivares protegidas, além do monitoramento de aproximadamente 1.800 cultivares já protegidas anteriormente. O sistema de registro confere segurança aos investimentos em melhoramento vegetal, cujo crescimento se reflete na maior disponibilização de cultivares para o sistema agrossilvipastoril. Atualmente existem 156 espécies dentro do regime de proteção. A previsão é proteger mais 240 cultivares em 2014 e ampliar o número de espécies para 170.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 1658 para 2400 o número de cultivares protegidas**

Análise Situacional da Meta

As metas estabelecidas para 2013 foram reprogramadas de 240 para 273 cultivares protegidas, perfazendo, em 2013, o total de 2.340 cultivares protegidas. Deve-se ressaltar que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) atua por demanda dos obtentores nacionais e internacionais e executa ações visando a divulgação da proteção de cultivares e a capacitação de fiscais federais e obtentores. Tais esforços estão permitindo o incremento no número de pedidos de proteção, especialmente ornamentais e florestais.

Quantidade alcançada

2.340

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar de 65 para 150 o número de cadeias produtivas organizadas para o uso de indicações geográficas e marcas coletivas**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2013, foram realizadas ações contínuas nos Estados por intermédio das Superintendências Federais de Agricultura (SFAs), perfazendo um total de 74 cadeias produtivas organizadas para o uso de indicações geográficas e marcas coletivas. Consideramos que os resultados obtidos são relativamente satisfatórios, pois as 74 diferentes regiões apresentam um quantitativo de aproximadamente 600 municípios envolvidos e 4.070 produtores atendidos até o momento. O alcance pleno da meta exigirá uma readequação dos recursos humanos disponíveis, além da suficiência de recursos orçamentários. No entanto, para superação de possíveis restrições, buscaram-se articulações com outros órgãos e instituições parceiras, por meio de termos de cooperação, convênios e parcerias. Exemplo disso são os projetos apoiados com recursos da FAO/ONU, do Banco Mundial ou executados diretamente por Universidades parceiras. Também foi criada uma metodologia de execução indireta, disponibilizada em forma de manual, para multiplicação junto a parceiros.

No cenário internacional, como parte das negociações entre os blocos da União Européia (EU) e MERCOSUL, a EU apresentou uma proposta de reconhecimento mútuo de IG, que contempla uma lista de 250 indicações geográficas europeias. As negociações estão em andamento, mas o número de registros que o Brasil possui (atualmente são 23 indicações geográficas de produtos agropecuários) demonstra a necessidade de ampliar os esforços para fortalecer o país, considerando essa nova tendência de mercado. Atualmente a lista de potenciais indicações geográficas do Brasil, levantadas pelo MAPA, é de aproximadamente 230 regiões.

Quantidade alcançada

74

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	30	unidade	12	31/12/2013
Região Nordeste	35	unidade	13	31/12/2013
Região Norte	15	unidade	7	31/12/2013
Região Sudeste	35	unidade	24	31/12/2013
Região Sul	35	unidade	18	31/12/2013

- **Aprovar o Plano de Ações Estratégicas de Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos para a Agricultura e Alimentação - RGAA**

Análise Situacional da Meta

Durante o primeiro ano do PPA 2012-2015, foi realizada a articulação com a sociedade civil e elaborada uma minuta de proposta para edição de Decreto Presidencial. O processo passou por discussão interna no MAPA e, atualmente, aguarda os encaminhamentos decorrentes da tramitação do Projeto de Lei do Senado, PLS nº15/2013, que altera o artigo 3º da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, que regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, que dispõem sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização.

- **Aumentar de 110 para 170 o número de novas espécies no regime de proteção de cultivares**

Análise Situacional da Meta

A meta original estabelecida no PPA 2012-2015 foi superada, atingindo um total de 156 espécies passíveis de proteção no país. Sendo assim, sugeriu-se a ampliação da meta final do PPA de 150 para 170 novas espécies no regime de proteção de cultivares. Em 2012, a quantidade alcançada era de 144. Somados aos 12 publicados em 2013, perfaz-se o total de 156 em 2013.

O MAPA atua por demanda dos obtentores nacionais e internacionais e executa ações visando a divulgação da proteção de cultivares, bem como a capacitação de fiscais federais e de obtentores. No ano de 2013 foi alcançado significativo incremento nas solicitações de novas espécies, principalmente as ornamentais e frutíferas.

Quantidade alcançada

156

Data de Referência

31/12/2013

- **Cadastrar 100 empresas prestadoras de serviços em Agricultura de Precisão - AP**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, as atividades desenvolvidas atingiram um total de 88 empresas cadastradas, o que significa o alcance de 88% da meta do PPA de 100 empresas cadastradas até 2015. Em 2013, a Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão, reestruturada em 2012, trabalhou para dar continuidade à organização das instituições que atuam com Agricultura de Precisão - AP, com vistas à formação de um diagnóstico do setor. Nesse ano, foram cadastradas mais 23 empresas,

Plano Mais Brasil

totalizando 111 empresas cadastradas. Esse valor supera a meta do PPA e mostra o grande potencial do setor de Agricultura de Precisão no Brasil. As empresas cadastradas têm foco de atuação na fabricação de máquinas e implementos agrícolas para AP, na Assistência Técnica para AP, no desenvolvimento de softwares de informática para AP, instituições representativas de produtores rurais, além de instituições Públicas e Privadas de ensino agrícola.

Quantidade alcançada

111

Data de Referência

31/12/2013

- **Capacitar 200 profissionais em gestão, curadoria, pesquisa, fomento e agregação de valor de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação - RGAA**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, 52 profissionais foram capacitados. Em 2013, foram 60 profissionais capacitados, por meio da "Oficina sobre proteção e registro de cultivares, OGM e Recursos Genéticos", realizada de 3 a 5 de abril de 2013, em parceria com a UnB; e da Oficina "Legislação Ambiental para Recursos Genéticos", realizada de 19 a 21 de junho em parceria com a Universidade Federal de Viçosa.

Quantidade alcançada

112

Data de Referência

31/12/2013

- **Implementar 12 projetos com foco em inovação no agronegócio (Propriedade Intelectual, Biotecnologia, Agricultura de Precisão-AP, Recursos Genéticos)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram implantados 9 projetos com valores reduzidos, com o intuito de atender a um maior número de instituições. Em 2013, foram firmados 7 Termos de Cooperação, sendo eles: 1) Termo de Cooperação com o Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), para a preservação de Recursos Genéticos no sul de Minas, por meio da catalogação e troca de sementes crioulas; 2) Termo de Cooperação com a Embrapa Cenargen, para apoiar na busca pela espécie Rhizobium tropici; 3) Termo de Cooperação com a Universidade Federal de Viçosa, para apoiar o 7º Congresso Brasileiro de Melhoramento de Plantas; 4) Participação no Convênio com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), com o objetivo de cooperação técnica para regionalização de políticas de desenvolvimento do Agronegócio e Cooperativismo Brasileiros; 5) Termo de Cooperação com a Embrapa Solos, para impressão do livro de Agricultura de Precisão; 6) Termo de Cooperação com a Universidade Federal de Lavras, para apoiar a impressão da obra "Cafeicultura de Precisão"; 7) Termo de Cooperação com a Embrapa Algodão, para apoiar o IX Congresso Brasileiro do Algodão.

Observa-se que já foi superada a meta do PPA, em virtude do aumento do número de parcerias estabelecidas e da redução dos valores dos projetos apoiados para que um maior número de instituições e iniciativas pudesse ser atendido.

Quantidade alcançada

16

Data de Referência

31/12/2013

PROGRAMA: 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Percentual do território com comitês interestaduais instalados	%	31/12/2010	13	31/12/2012	15,74
Percentual do território com planos de bacias interestaduais elaborados	%	31/12/2010	51	31/12/2012	54
Qualidade das águas - percentual da extensão de rio em situação ruim, péssima, ou razoável	%	31/12/2010	8	31/12/2012	8
Regulação - relação percentual entre vazão total outorgada e vazão total para atendimento aos usos consuntivos (demanda existente estimada)	%	31/12/2010	64	31/12/2011	64
Uso dos recursos hídricos - percentual da extensão de rio onde a relação demanda / disponibilidade hídrica é preocupante, crítica ou muito crítica	%	31/12/2010	18	31/12/2012	23

Observações:

Percentual do território com comitês interestaduais instalados - O percentual é de 15,74% ou cerca de 16%. São 10 Comitês Interestaduais.

A data de apuração foi uniformizada em 31/12/2012 porque o Conjuntura 2013 consolida suas informações a partir da melhor informação disponível em dezembro de 2012.

Percentual do território com planos de bacias interestaduais elaborados - Amazônica - 66%; Paraguai - 0%; Tocantins-Araguaia - 100%; Paraná - 27%; Uruguai - 0%; Atlântico-Sul - 0%; Atlântico-Sudeste - 66%; São Francisco - 100%; Atlântico-Leste - 0%; Parnaíba - 0%; A. Nordeste-Ocidental - 0%; A. Nordeste-Oriental - 0%. São 9 planos interestaduais

A data de apuração foi uniformizada em 31/12/2012 porque o Conjuntura 2013 consolida suas informações a partir da melhor informação disponível em dezembro de 2012.

Qualidade das águas - percentual da extensão de rio em situação ruim, péssima, ou razoável - Amazônica - 0,3%; Paraguai - 4%; Tocantins-Araguaia - 4%; Paraná - 20%; Uruguai - 17%; Atlântico-Sul - 20%; Atlântico-Sudeste - 25%; São Francisco - 12%; Atlântico-Leste - 25%; Parnaíba - 13%; Nordeste-Ocidental - 16%; e Nordeste-Oriental - 29%. Dados de 2010 - Informação publicada no Conjuntura 2013.

A data de apuração foi uniformizada em 31/12/2012 porque o Conjuntura 2013 consolida suas informações a partir da melhor informação disponível em dezembro de 2012.

Regulação - relação percentual entre vazão total outorgada e vazão total para atendimento aos usos consuntivos (demanda existente estimada) - Amazônica - 7% Paraguai - 2% Tocantins-Araguaia - 81% Paraná - 88% Uruguai - 25% Atlântico-Sul - 37% Atlântico-Sudeste - 58% São Francisco - 100% Atlântico-Leste - 75% Parnaíba - 13% Nordeste-Ocidental - 0% Nordeste-Oriental - 37%. Não foi possível atualizar o indicador, pela indisponibilidade de dados mais atuais (mesmo valor de 2012).

A data de apuração continua inalterada em 31/12/2011 porque o Conjuntura 2012 consolida suas informações a partir da melhor informação disponível em dezembro de 2011.

Uso dos recursos hídricos - percentual da extensão de rio onde a relação demanda / disponibilidade hídrica é preocupante, crítica ou muito crítica - Amazônica - 0,4%; Paraguai - 6%; Tocantins-Araguaia - 8%; Paraná - 36%; Uruguai - 44%; Atlântico-Sul - 61%; Atlântico-Sudeste - 31%; São Francisco - 64%; Atlântico-Leste - 69%; Parnaíba - 33%; A. Nordeste-Ocidental - 36%; e Nordeste-Oriental - 98%. Dados de 2010 - Informação publicada no Conjuntura 2013.

A data de apuração foi uniformizada em 31/12/2012 porque o Conjuntura 2013 consolida suas informações a partir da melhor informação disponível em dezembro de 2012.

OBJETIVO: 0646 - Coordenar a formulação, o planejamento e a avaliação da Política Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os Estados, com a política ambiental e com as demais políticas setoriais, considerando a necessária participação da sociedade.

Plano Mais Brasil

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) tem entre as suas atribuições, "propor a formulação da Política Nacional dos Recursos Hídricos, bem como acompanhar e monitorar sua implementação, nos termos da Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e da Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000". Também cabem ao MMA o apoio aos Estados na implementação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos e das Políticas Estaduais de Recursos Hídricos e a coordenação da implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), em articulação com os setores governamentais, os segmentos usuários de recursos hídricos e a sociedade civil organizada (Decreto n 6.101, de 26 de abril de 2007).

Os planos de recursos hídricos são instrumentos estruturantes para a gestão dos recursos hídricos, pois conferem maior organicidade ao desenvolvimento da Política e do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SINGREH) nas três escalas de gestão: nacional, dos Estados e das bacias hidrográficas. O apoio à elaboração de 6 Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERHs), visando completar o número de Estados da Federação com Planos de Recursos Hídricos, é, portanto, uma ação estratégica do MMA que auxilia os Estados na estruturação das políticas e sistemas estaduais de recursos hídricos, contribuindo para a articulação do planejamento de recursos hídricos e conferindo maior capilaridade ao PNRH. Além disso, cabe destacar que a "Elaboração de Planos de Recursos Hídricos" é uma das 22 Prioridades do PNRH para 2012-2015 (Resolução CNRH n 135 de 2011).

Também tiveram início em novembro de 2013, as atividades de criação do termo de referência para a elaboração da avaliação do PNRH (período 2006-2014) e de recomendações para a revisão e a implantação do Sistema de Gerenciamento Orientado para Resultados do PNRH (SIGEOR/PNRH) a ser contratado via Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS. O MMA estabeleceu como uma das metas no Programa 2026 do PPA Federal 2012-2015 "Implantar o Sistema de Gerenciamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos (SIGEOR/PNRH)".

Em relação à articulação com a política ambiental e com as demais políticas setoriais, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), cuja presidência e secretaria executiva são exercidas pelo MMA, tem atribuições relativas à regulamentação da Política Nacional de Recursos Hídricos, reunindo representantes de órgãos do Governo Federal, que conduzem políticas setoriais com interface com a gestão dos recursos hídricos, além de representantes dos principais setores usuários de recursos hídricos e da sociedade civil.

Em 2013 foram realizadas 36 reuniões do Conselho (34 Câmaras Técnicas e 2 Reuniões Ordinárias) resultando daí, deliberações sob a forma de Resoluções e Moções aprovadas.

Segue abaixo, a relação das resoluções e deliberações que se destacam em 2013.

RESOLUÇÕES E MOÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS EM 2013

• Resolução nº 152, de 17 de dezembro de 2013, que decide pela elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai (PRH Paraguai) e a constituição de Grupo de Acompanhamento da elaboração do PRH Paraguai.

• Resolução nº 148, de 13 de dezembro de 2012, que aprova o Detalhamento Operativo do Programa IX do Plano Nacional de Recursos Hídricos

• Resolução nº 147, de 13 de dezembro de 2012, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água para o período 2013/2015.

• Resolução nº 145, de 12 de dezembro de 2012, que estabelece diretrizes para a elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas e dá outras providencias.

• Resolução nº 144, de 10 de julho de 2012, que estabelece diretrizes para implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, em atendimento ao art. 20 da Lei n° 12.334, de 20 de setembro de 2010, que alterou o art. 35 da Lei nº

9.433, de 8 de janeiro de 1997.

• Resolução nº 143, de 10 de julho de 2012 , que estabelece critérios gerais de classificação de barragens por categoria de risco, dano potencial associado e pelo volume do reservatório, em atendimento ao art. 7° da Lei n° 12.334, de 20 de setembro de 2010.

• Moção nº 64, de 28 de junho de 2013, que recomenda a aprovação da proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab.

• Moção nº 61, de 10 de julho de 2012, que recomenda a promoção de ações de ciência e tecnologia para melhoria de técnicas de monitoramento e de tratamento de água de abastecimento e de efluentes, visando a remoção de micropoluentes emergentes e eliminação de micro-organismos patogênicos emergentes.

• Moção nº 60, de 10 de julho de 2012, que recomenda a aprovação da proposta do Plano Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a elaboração de 6 Planos Estaduais de Recursos Hídricos**

Análise Situacional da Meta

O MMA está em articulação com seis Estados da Federação (Amazonas-AM, Goiás-GO, Maranhão-MA, Pará-PA, Rondônia-RO e Rio Grande do Sul-RS) para o apoio à elaboração dos seus Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERHs). O fomento aos PERHs do AM, MA e RO foram objeto do Edital do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) nº 01/2012 para a seleção de projetos na Região Hidrográfica Amazônica e região da Amazônia Legal, onde é verificada a maior lacuna de planejamento estadual de recursos hídricos. Em visitas de supervisão técnica ao MA e RO, verificou-se que ambos deram início ao processo licitatório para a contratação de consultoria especializada para o desenvolvimento dos estudos técnicos necessários. O Estado do AM assinou contrato de repasse com o FNMA ao final de 2013. A perspectiva é de que o processo de elaboração dos PERHs do AM, MA e RO tenha início no primeiro semestre de 2014.

Já o PERH de Goiás, está sendo elaborado no âmbito do Programa Interáguas, por meio de contratação direta do FNMA, com o envolvimento do órgão gestor estadual de recursos hídricos em todas as etapas do processo. Em dezembro de 2013, foi contratada a empresa de consultoria especializada que desenvolverá os estudos técnicos. A conclusão da primeira etapa dos trabalhos, correspondente ao diagnóstico dos recursos hídricos de GO, está prevista para o primeiro semestre de 2014.

O PERH do RS é objeto de convênio firmado em 2004 com o MMA. Naquela ocasião o Estado completou apenas a primeira etapa dos trabalhos, correspondente ao diagnóstico dos recursos hídricos do Estado. Em 2012-2014 o Estado retomou as atividades de elaboração do PERH, que estão previstas para conclusão no primeiro semestre de 2014.

Em 2013, o Estado do Pará, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, apresentou demanda ao MMA para a elaboração do seu PERH, no âmbito do Programa Interáguas.

Assim, até o presente momento, tendo em vista a meta de apoiar a elaboração de seis PERHs, o MMA repassou recursos para os Estados do AM e RO (Região Hidrográfica Amazônica) e para o Estado do MA (Região Hidrográfica do Atlântico Nordeste Ocidental). Além disso, o MMA contratou a elaboração do PERH/GO (Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia).

Também está em fase de conclusão do PERH/RS (RH Atlântico Sul) em 2014 e a contratação do PERH/PA (RH Amazônica) é prevista para 2015.

Dessa forma, a regionalização inicialmente prevista (apoio da elaboração de 2 PERHs na RH Amazônica, 1 PERH na RH Atlântico NE Ocidental, 1 PERH na RH Atlântico Sudeste e 2 PERHs na RH Atlântico Sul) sofreu os seguintes ajustes:

3 PERHs na RH Amazônica, 1 PERH na RH Atlântico Nordeste, 0 PERH na RH Atlântico Sudeste, 1 PERHs na RH Atlântico Sul e 1 PERH na RH Tocantins-Araguaia.

Plano Mais Brasil

As quantidades alcançadas foram as seguintes:

2 PERHs na RH Amazônica, 1 PERH na RH Atlântico Nordeste, 0 PERH na RH Atlântico Sudeste, 0 PERHs na RH Atlântico Sul e 1 PERH na RH Tocantins-Araguaia.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Amazônica	2	unidade	2	31/12/2013
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental	1	unidade	1	31/12/2013
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	1	unidade	0	31/12/2013
Região Hidrográfica Atlântico Sul	2	unidade	0	31/12/2013

- **Implantar o Sistema de Gerenciamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos (SIGEOR/PNRH)**

Análise Situacional da Meta

O MMA incluiu no plano de aquisições do Programa Interáguas (Programa de Desenvolvimento do Setor Água) a contratação de consultoria especializada para a realização de avaliação externa da implementação e execução do PNRH no período 2006-2013. A avaliação do PNRH terá como objetivo, entre outras questões, propor recomendações para a revisão do PNRH, prevista para 2015, assim como para o aperfeiçoamento do Sistema de Gerenciamento Orientado para Resultados do PNRH (SIGEOR/PNRH). Dessa forma, busca-se conferir visibilidade à implementação do PNRH e fornecer indicadores para o seu monitoramento e avaliação, visando a correções de rumos, sempre que necessárias.

Cabe destacar que o MMA está elaborando seu Planejamento Estratégico (PE) para o período 2014-2022, sendo que a implantação do SIGEOR e avaliação do PNRH figuram como a Iniciativa Estratégica do PE-MMA para a área de recursos hídricos.

Em síntese, o SIGEOR envolve o comprometimento dos atores com as metas do PNRH, o monitoramento dessas metas por meio de indicadores de desempenho dos programas, a avaliação periódica do PNRH, visando orientar suas revisões e um sistema informatizado a ser alimentado com essas informações. A contratação deverá observar o prazo para a revisão do PNRH, que seria aprovada no CNRH ao final de 2015, conforme exposto acima.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Qualificar 30.000 pessoas para participarem do processo de formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos**

Análise Situacional da Meta

O MMA desenvolveu, em 2012 e 2013, uma série de atividades dialógicas e formativas em Gestão Integrada dos Recursos Hídricos - GIRH, voltadas para atores do SINGREH e para a sociedade, abrangendo um público de aproximadamente 1.600 beneficiários diretos. Dentre as atividades, destacam-se: i) Mesa Redonda “Gestão de Águas e Educação Ambiental” e Oficina “EA e a Política Nacional de Recursos Hídricos”, durante o VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental (FBEA) rumo à Rio+20 (Salvador-BA); ii) Realização do Curso “Planejamento e Gestão Integrada de Recursos Hídricos” para gestores e ativistas bolivianos (La Paz - BO); iii) Organização e co- organização de atividades no Pavilhão Azul da Cúpula dos Povos e Parque dos Atletas, durante a Rio+20: II Fórum Ético da Água; Exposição “Água, rios e povos”; Encontro dos Rios da EA para a Gestão Participativa das Águas no Brasil; Seminário Transdisciplinaridade e Mudança de Paradigmas na Relação com a Água; Diálogos de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata (Rio de Janeiro - RJ); iv) Seminário “Diálogos Interculturais de Água” durante o

XII Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros (Vila de S. Jorge/Alto Paraíso - GO); v) Seminário "Diálogos sobre a Água" na IV Semana do Folclore do Lago Serra da Mesa (Uruaçu-GO); vi) Roda de Diálogo "Cerrado, berço das águas: iniciativas comunitárias e experiências de políticas públicas de recursos hídricos", durante o VII Encontro e Feira dos Povos do Cerrado, na Tenda Wanderley de Castro, Memorial dos Povos Indígenas (Brasília-DF); vii) 3 Oficinas Temáticas no XIV Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas - ENCOB : a) Participação Pública, Comunicação e Educação no contexto do Programa Marco da Bacia do Prata, b) Comunicação e Processos Formativos no contexto do PNRH, e c) Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata (Cuiabá-MT); viii) Roda de Conversa "Água no Espaço Ecos da Tradição" do VII Festival Brasília de Cultura Popular (Brasília-DF); ix) Realização da 6ª Edição do Curso "Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos" no âmbito do Programa de Formação Iberoamericano em Matéria de Águas da Conferência dos Diretores Gerais Iberoamericanos de Água – CODIA (Brasília-DF); x) III Encontro Formativo Nacional de EA e Gestão de Águas e I Encontro Formativo de EA e Gestão de Águas da Bacia do Rio Doce (Ouro Preto-MG).

Além das atividades acima relacionadas, o MMA vem desenvolvendo também diversas ações formativas para a capacitação de pessoas para atuarem no processo de formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Em 2012 foram realizados: 113 turmas de 49 cursos diferentes. No total foram capacitados 7.308 pessoas, entre participantes dos 9 Comitês de bacias de rios de domínio da União, órgãos estaduais e usuários de todos os estados da federação. Em 2013 foram realizadas 60 turmas de capacitação. Foram capacitadas 2.800 pessoas, entre participantes dos 9 Comitês de Bacias de rios de domínio da União, órgãos estaduais e usuários de todos os estados da federação. Para 2014, está prevista a capacitação de 7.000 pessoas, entre participantes dos 9 Comitês de Bacias de rios de domínio da União, órgãos estaduais e usuários de todos os estados da federação.

Para 2014 está prevista a realização de curso sobre "Planificación y Gestión de Recursos Hídricos", no âmbito do Programa de Formación da Conferéncia de Directores Iberoamericanos de Águas (CODIA). O curso tem como público alvo aproximada 25 técnicos dos órgãos de recursos hídricos e pesquisados. Na última edição do cursos 10 países da Iberoamerica estiveram representados.

Além disso, está previsto o desenvolvimento do processo de construção participativa do PERH/GO, contratado pelo MMA, por meio de oficinas de trabalho e seminário, que irá envolver interessados em 6 cidades-pólo de Goiás, nas etapas de construção do diagnóstico, cenários e diretrizes para o PERH/GO.

Quantidade alcançada

11.700

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0650 - Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Até o momento destacaram-se como principais avanços na implementação dos instrumentos de regulação e gestão dos recursos hídricos:

-Ampliação do universo de usuários de recursos hídricos regularizados totalizando 9.103. Observa-se que o processo está em aprimoramento e automação, o que pode acelerar os procedimentos e elevar a média anual de usuários regularizados.

-Em 2013, a cobrança pelo uso de recursos hídricos arrecadou recursos da ordem de R$ 36 milhões, aplicados em projetos priorizados pelo Comitê, nas bacias em que o instrumento encontra-se implementado: Paraíba do Sul, São Francisco, Doce e Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Também destaca-se o apoio técnico para implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em duas novas bacias, nos rios Verde Grande (R. H. São Francisco) e Paranaíba (R. H. do Paraná), com breve previsão de início.

Plano Mais Brasil

- Fase final de elaboração do estudo para implementar a cobrança na Bacia do Rio Grande (R. H. do Paraná). A expectativa é de iniciá-lo no primeiro semestre de 2014. Também está prevista a elaboração de estudo para a implementação da cobrança na Bacia Hidrográfica do rio Paranapanema e na bacia do rio Paranaíba, ambas da R. H. do Paraná.
- Nas bacias dos rios Grande e Paranapanema, (R.H. do Paraná) estão em elaboração os termos de referência para os Planos de Bacia, a serem contratados em 2014. O Plano de Bacia do Piranhas Açu esta em elaboração, já foram executados cerca de 50% do orçamento previsto, e seu término está previsto para o primeiro semestre de 2014.
- A Rede Nacional de Qualidade das Águas Superficiais atuará em regime de parceria entre União e Estados. A atual fase é de aquisição dos equipamentos para distribuição aos Estados e estudo da melhor alternativa de instrumento para o repasse financeiro aos Estados, para o custeio logístico da rede.
-Finalização da construção do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações e disponibilização dos mapas de todos os estados brasileiros, com diagnóstico da ocorrência e dos impactos das inundações graduais nos trechos dos principais rios brasileiros. Está disponível para download no website da ANA (www.ana.gov.br) e no Portal "Observatório das Chuvas" da Presidência da República (www.brasil.gov.br/observatoriodaschuvas/index.html). Além disso, até o momento, 23 Salas de Situação para acompanhamento de eventos hidrológicos críticos encontram-se em operação (AC, AL, AM, AP, BA, CE, MA, MT, TO, GO, PA, PB, PE, PI, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SP, PR e SE). As Salas de Situação vêm sendo implantadas nos estados por meio de Acordos de Cooperação Técnica entre a Agência e os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos. As ações da ANA relativas ao Atlas de Vulnerabilidade a Inundações e às Salas de Situação Estaduais integram o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Desastres Naturais, que constitui um esforço de diferentes instituições do governo federal para proteger vidas, garantir a segurança das pessoas, minimizar os danos decorrentes de desastres e preservar o meio ambiente. As ações da ANA inseridas no Plano se enquadram nos eixos Mapeamento (Atlas) e Monitoramento e Alerta (Salas de Situação).
- Localização e classificação das barragens por categoria de risco, por dano potencial associado e pelo seu volume, segundo Resolução CNRH nº 143/2012, que regulamentou o art. 7º da Lei n° 12.334/2010. A perspectiva é a estruturação de um Sistema informatizado para disponibilização dessas informações na internet. O Sistema está em fase final de concepção para ser licitado ainda no primeiro semestre de 2014 com previsão de estar operacional e disponível em 2015.
- Em 2013, foram modernizadas 333 estações hidrometeorológicas. De 2012 até o momento, foram modernizadas 706 estações. Em 2014, deverão ser modernizadas 150 estações hidrometeorológicas.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 7.643 para 10.700 o universo de usuários de recursos hídricos regularizados**

Análise Situacional da Meta

O processo de regularização é longo e contínuo. Em 2012 foram regularizados 1003 usuários, totalizando 7.362. Em 2013, um total de 1.741 usuários regularizados totalizando 9.103. Foi realizada uma revisão por parte da Superintendência de Regulação, ajustando o que ajustou para baixo o valor total de usuários regularizados. Observa-se que o processo esta está em aprimoramento e automação, o que pode acelerar os procedimentos e elevar a média anual de usuários regularizados.

Quantidade alcançada

9.103

Data de Referência

31/12/2013

- **Dotar 3 bacias hidrográficas de instrumentos de gestão de recursos hídricos: plano, outorga, cobrança ou estudos de viabilidade para cobrança (somando um total de 7 bacias)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, 1/3 da meta foi alcançado por meio de estudo elaborado para subsidiar o Comitê de Bacia do Rio Paranaíba

(R. H. Paraná) na implementação da cobrança no Rio Paranaíba.

A cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias dos rios Verde Grande (R. H. São Francisco) e rio Paranaíba (R. H. Paraná) está sendo implantada, e seu andamento depende da intervenção dos próprios Comitês de Bacias.

Encontra-se em fase final de elaboração o estudo para implementar a cobrança na Bacia do rio Grande (Região Hidrográfica do Paraná). Esse estudo irá subsidiar a elaboração do Plano de Bacia que tem início previsto para o segundo semestre de 2014.

Também está prevista a elaboração de estudo para a implementação da cobrança na Bacia Hidrográfica do rio Paranapanema, da R. H. do Paraná.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Paraná	2	unidade	1	31/12/2013
Região Hidrográfica São Francisco	1	unidade	0	31/12/2013

- **Elaborar o atlas de vulnerabilidade às inundações, na escala de 1:1.000.000 dos principais rios brasileiros**

Análise Situacional da Meta

A construção do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações foi finalizada e foram disponibilizados os mapas de todos os estados brasileiros, com diagnóstico da ocorrência e dos impactos das inundações graduais nos trechos dos principais rios brasileiros. O Atlas está disponível para download no website da ANA (www.ana.gov.br) e no Portal "Observatório das Chuvas" da Presidência da República (www.brasil.gov.br/observatoriodaschuvas/index.html). O Atlas reúne informações qualificadas sobre o grau (alto, médio ou baixo) dos impactos nos trechos dos rios avaliados em todas as Unidades da Federação, podendo ser utilizado por gestores federais, estaduais e municipais para a implementação de políticas públicas de prevenção e mitigação de efeitos de eventos críticos, de uso e ocupação do solo, de planejamento de infraestrutura de controle de cheias e de medidas não estruturais (sistemas de alerta e mapeamento de riscos), para alocação mais racional de recursos públicos, além de possuir caráter informativo para a sociedade.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2013

- **Estruturar o Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens**

Análise Situacional da Meta

A Resolução CNRH nº 143/2012, que regulamentou o art. 7º da Lei n° 12.334/2010, classifica as barragens por categoria de risco, por dano potencial associado e pelo seu volume. Com base nessa resolução, a ANA identificou a localização das barragens e categorizou-as segundo esses critérios.

A perspectiva é a estruturação de um Sistema informatizado para disponibilização dessas informações na internet. A Concepção do Sistema está em fase final de elaboração para ser licitado ainda no primeiro semestre de 2014 com previsão para estar com todos os módulos operacionais em 2015.

- **Implantar sistemas estaduais de Monitoramento Hidrológico**

Análise Situacional da Meta

As Salas de Situação Estaduais apoiadas pela ANA e integradas à própria Sala da Agência, funcionam como centros de gestão de situações críticas. Nelas , estão presentes o órgão gestor de recursos hídricos, instituto de meteorologia e Defesa Civil Estadual, que buscam identificar ocorrências e permitir a adoção antecipada de medidas mitigadoras dos

Plano Mais Brasil

efeitos de secas e inundações. As Salas de Situação vêm sendo implantadas nos estados por meio de Acordos de Cooperação Técnica entre a Agência e os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos. Até o momento, 23 Salas de Situação para acompanhamento de eventos hidrológicos críticos encontram-se em operação (AC, AL, AM, AP, BA, CE, MA, MT, TO, GO, PA, PB, PE, PI, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SP, PR e SE). Duas Salas encontram-se em fase final de implantação (MS, e MG), e ES e o DF encontram-se em negociação para assinatura do Acordo de Cooperação Técnico. Em 2014, será fortalecido o apoio técnico às Salas de Situação Estaduais, com diagnóstico da implantação dos planos de trabalho, levantamento de necessidades de capacitação e suporte e definição de recomendações.

- **Modernizar 990 estações da Rede Hidrometeorológica Nacional**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram modernizadas 333 estações hidrometeorológicas. De 2012 até o momento, foram modernizadas 706 estações hidrometeorológicas. Em 2014, deverão ser modernizadas 150 estações hidrometeorológicas.

Quantidade alcançada

706

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Amazônica	236	unidade	126	31/12/2013
Região Hidrográfica Atlântico Leste	60	unidade	32	31/12/2013
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental	35	unidade	34	31/12/2013
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental	34	unidade	74	31/12/2013
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	105	unidade	58	31/12/2013
Região Hidrográfica Atlântico Sul	65	unidade	62	31/12/2013
Região Hidrográfica Paraguai	110	unidade	37	31/12/2013
Região Hidrográfica Paraná	80	unidade	77	31/12/2013
Região Hidrográfica Parnaíba	35	unidade	25	31/12/2013
Região Hidrográfica São Francisco	81	unidade	50	31/12/2013
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	81	unidade	81	31/12/2013
Região Hidrográfica Uruguai	68	unidade	50	31/12/2013

OBJETIVO: 0662 - Promover a consolidação e a estruturação técnico e institucional dos entes envolvidos no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com foco nas instâncias de representação colegiada e órgãos gestores estaduais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Nos anos de 2012 e 2013, foram empreendidas as seguintes ações para o fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos:

-. Em 2012 foram pouco mais de 30 mil inscritos, 16 mil vagas e 7 mil capacitados, em 2013 mais de 45 mil inscrições foram processadas, para 24 mil vagas e 12,5 mil pessoas capacitadas. As comprovações desses resultados constam dos respectivos relatórios de cursos e turmas. Para 2014, está prevista a capacitação de 7.000 pessoas.

- Consolidação do funcionamento dos Comitês de bacias por meio de diferentes atuações, como: a elaboração dos termos de referência para os Planos de Bacia, a serem contratados em 2014, dos Comitês da Bacia dos rios Grande e Paranapanema; a discussão da implantação da cobrança no Comitê de Bacia do rio Verde Grande e a elaboração de proposta de novo arranjo institucional na bacia do rio Piranhas-Açu.

-Acompanhamento pela ANA de nove comitês interestaduais: Paraíba do Sul; Piracicaba, Capivari e Jundiaí; São Francisco; Doce; Paranaíba; Verde Grande; Piancó-Piranhas-Açu; Paranapanema e Grande.

- Adesão de 18 Estados (AL, PB, RN, PI, SE, MA, AC, RO, AM, TO, PA, MT, MS, GO, RJ, PR, SC e RS) ao Progestão (programa que foi desenhado em 2013 para materializar uma parte do Pacto Nacional de Gestão das Águas) e manifestação de Carta de Interesse de 2 Estados (DF, RJ). Desses 18 Estados, 16 Estados pactuaram metas para estruturar a gestão e já receberam 750 mil reais cada um. O restante, dos Estados, esta em processo de negociação para pactuarem as metas, celebrarem os contratos e receberem os recursos.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 100% dos órgãos gestores estaduais e comitês de bacias de rios de domínio da União com cursos em gestão integrada de recursos hídricos**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, mais de 45 mil inscrições foram processadas, para 24 mil vagas em cursos presenciais e à distância e 12,5 mil pessoas capacitadas. De 2012 até o momento, foram capacitadas 19.500 pessoas, com representantes dos órgãos gestores das 27 Unidades da Federação e de todos os nove comitês de bacias de rios de domínio da União.

Para 2014, está prevista a capacitação de 7.000 pessoas, entre participantes dos 9 Comitês de Bacias de rios de domínio da União, órgãos estaduais e usuários de todos os estados da federação.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2013

- **Consolidar o funcionamento de 5 Comitês em bacias de rios de domínio da União**

Análise Situacional da Meta

A apuração da meta se refere ao Comitê instalado, reunindo-se periodicamente e emitindo resoluções pertinentes às suas atribuições. No caso, os Comitês de Bacia encontram-se no seguinte estágio de discussão:

-Na bacia do rio Grande: elaboração dos termos de referência para os planos de bacia, a serem contratados no segundo semestre de 2014.

- Na bacia do rio Paranapanema: termos de referência para os planos de bacia a serem contratados em 2014.

-Na bacia do rio Verde Grande: discussão da implantação da cobrança.

-Na bacia do rio Piranhas-Açu: elaboração de proposta de novo arranjo institucional.

-Na bacia do rio Uruguai: ao longo de 2013 foram realizadas 4 reuniões de mobilização e fechada a minuta do Acordo de Cooperação que devera ser firmado entre os estados do RS e SC e a ANA, como um dos requisitos para a criação do CBH Uruguai.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental	1	unidade	1	31/12/2013
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	1	unidade	0	31/12/2013
Região Hidrográfica Paraná	2	unidade	2	31/12/2013
Região Hidrográfica São Francisco	1	unidade	1	31/12/2013

- **Pactuar metas de gestão e de condições de entrega de água entre rios de diferentes dominialidades com 5 Estados da federação**

Análise Situacional da Meta

Dando continuidade aos esforços de articulação com os estados da Federação para fortalecer a gestão integrada dos recursos hídricos no País, foi assinada a da Carta de Brasília em 13 de dezembro de 2011, por 24 Estados (AC, AL,

Plano Mais Brasil

AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, SP, SC, RN, RO, RS, RJ, PI, PB, PA, MT, MS, MG, MA, SE e TO). Em 2012, a Agência Nacional de Águas – ANA elaborou os documentos-base do Pacto Nacional pela Gestão das Águas que apresentam seus aspectos conceituais e sua estratégia de implementação. O Pacto se configura como uma grande estratégia de cooperação federativa para o fortalecimento dos Sistemas e Órgãos Estaduais, visando a maior integração no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH.

Tendo em vista as negociações com Estados, a Agência priorizou inicialmente a pactuação de metas de gestão para que os Estados se estruturassem e se preparassem para futuramente alcançarem as condições de entrega de água entre rios de diferentes dominialidades. Progestão é o programa que foi desenhado em 2013 para materializar uma parte do Pacto Nacional de Gestão das Águas. Nesse Programa, a partir da adesão dos Estados, por meio da publicação de um decreto ao pacto, o Estado indica o interlocutor sobre recursos hídricos (Secretaria de Recursos Hídricos, etc). A partir disso, a ANA inicia, em conjunto com o Estado, um processo de negociação das metas (relativas a cadastro, outorga, servidores, monitoramento hidrológico, etc), que são pactuadas e submetidas à apreciação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Caso as metas sejam aprovadas, os Estados celebram um contrato com a ANA formalizando as metas e os valores a serem repassados para execução dessas metas.

Em 2013, 18 Estados (AL, PB, RN, PI, SE, MA, AC, RO, AM, TO, PA, MT, MS, GO, RJ, PR, SC e RS) aderiram ao Progestão. Desses 18 Estados, 16 Estados pactuaram metas para estruturar a gestão e já receberam 750 mil reais cada um. Os demais Estados estão em processo de negociação para pactuarem as metas, celebrarem os contratos e receberem os recursos.

Quantidade alcançada

18

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0663 - Instituir instrumentos de apoio técnico e institucional para promover a integração do Planejamento e da gestão dos recursos hídricos com a formulação e implementação das Políticas, Planos e Programas dos principais setores relacionados com vistas a assegurar os usos múltiplos de forma sustentável.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Em 2013, destacaram-se os seguintes avanços para subsidiar a articulação de políticas públicas e setores usuários:

- desenvolvimento de estudos para subsidiar a definição de áreas de restrição de uso dos recursos hídricos em bacias hidrográficas prioritárias.

- desenvolvimento das "Contas Econômicas Ambientais da Água do Brasil", utilizando os coeficientes técnicos de uso de recursos hídricos na indústria e irrigação.

-Os processos licitatórios que envolvem as atividades relacionadas à elaboração do Atlas de despoluição de bacias hidrográficas e ao estudo de modelagem de bacias críticas encontram-se adiantados e a perspectiva é que sua execução se inicie no primeiro semestre de 2014. Ainda no primeiro semestre de 2014 será iniciada a elaboração do Plano Nacional de Segurança Hídrica, resultado da parceria firmada entre o Ministério da Integração Nacional e a Agência Nacional de Águas e que tem como objetivo geral a definição das principais intervenções de natureza estratégica e relevância regional, necessárias para garantir a oferta de água para abastecimento humano e redução de riscos associados a eventos críticos (secas e cheias).

Metas 2012-2015

- **Definir áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos, em 5 bacias hidrográficas prioritárias**

Análise Situacional da Meta

O MMA está desenvolvendo um estudo que visa orientar os usos dos recursos hídricos na bacia hidrográfica dos rios Tapajós e Juruena (Região Hidrográfica Amazônica). Os resultados dessa ação poderão ser utilizados como subsídio à definição de áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos, no âmbito do planejamento de recursos hídricos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Desenvolver coeficientes técnicos de uso da água para 3 setores usuários (indústria, irrigação e saneamento)**

Análise Situacional da Meta

O estudo da matriz de coeficientes técnicos de usos da água para os setores de indústria e agricultura irrigada foi concluído em 2011 e está sendo utilizado como subsídio para construção das Contas Econômicas Ambientais da Água do Brasil, em parceria com a Agencia Nacional de Águas - ANA e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. A previsão para a entrega da "parte física" das contas da água, referente à identificação das entradas e saídas de água nos sistemas natural e econômico, é de meados de 2014. Em relação às contas monetárias, o processo demandará mais tempo, sendo a entrega prevista para os próximos 5 anos. Quanto à elaboração matriz de coeficientes técnicos para o saneamento, anteriormente prevista, considerou-se mais relevante neste momento o desenvolvimento de um trabalho de identificação das lacunas de informações sobre o tema, necessárias à sua inclusão nas contas da água.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Desenvolver o detalhamento de 2 programas previstos em planos de bacia para apoiar sua implementação e orientar as políticas públicas relacionadas aos recursos hídricos**

Análise Situacional da Meta

Os processos licitatórios que envolvem as atividades relacionadas à elaboração do Atlas de despoluição de bacias hidrográficas e ao estudo de modelagem de bacias críticas encontram-se adiantados e a perspectiva é que sua execução se inicie no primeiro semestre de 2014. Ainda no primeiro semestre de 2014 será iniciada a elaboração do Plano Nacional de Segurança Hídrica, resultado da parceria firmada entre o Ministério da Integração Nacional e a Agência Nacional de Águas e que tem como objetivo geral a definição das principais intervenções de natureza estratégica e relevância regional, necessárias para garantir a oferta de água para abastecimento humano e redução de riscos associados a eventos críticos (secas e cheias).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0665 - Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

A revitalização implementada pelo Governo Federal consiste em promover e fortalecer um conjunto de ações integradas de recuperação e conservação de bacias hidrográficas, concebidas e executadas de forma articulada e participativa.

No período de 2012-2013, dentre as principais avanços alcançados pelo Objetivo em prol da revitalização de bacias hidrográficas, destacam-se a continuidade dos projetos prioritários do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica

do São Francisco, como projetos de manejo integrado de microbacias que contemplam intervenções destinadas à conservação da água e do solo na região do Alto São Francisco; implementação das atividades dos Centros de Recuperação de Áreas Degradadas – CRAD, na região do Alto São Francisco, em parceria com a Universidade Federalde Lavras – UFLA e do Baixo São Francisco, com a Universidade Federal de Alagoas – UFAL, que visam implantar e difundir modelos demonstrativos de restauração de ambientes florestais na bacia do São Francisco; e realização de Operações de Fiscalizações Preventivas Integradas – FPI, com vistas a promover a recuperação dessa bacia e estimular práticas que reparem e previnam danos ambientais.

Em 2013, concluiu-se o Projeto Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do rio Uberabinha, visando à melhoria da qualidade e quantidade de água dos mananciais que abastecem o Município de Uberlândia em Minas Gerais, executado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia. O projeto apresentou os seguintes resultados: revegetação de Áreas de Preservação Permanente, adequação de estradas vicinais, construção de 161 barraginhas e 35 ha de curvas de nível, redução do assoreamento e do carreamento de sedimentos, produtores rurais capacitados e plantio de 36.000 mudas de espécies florestais nativas do cerrado.

Na Região Hidrográfica do Alto Paraguai destacam-se as ações de recuperação e conservação ambiental na microbacia hidrográfica das nascentes do rio Aquidauana, localizada no município de São Gabriel do Oeste/MS, por intermédio da recuperação de 18 km de matas ciliares;, o terraceamento de 1.200 hectares;, a adequação de 6 km de estradas rurais; e a estabilização de processos erosivos, culminando com o plantio de 32.000 mudas de espécies florestais nativas. Além disso, foram concluídas ações de revitalização no perímetro urbano do município de Anastácio/ – MS, nas margens do rio Aquidauana, por meio do cercamento de Áreas de Preservação Permanente, do reflorestamento concomitantemente com ações de educação ambiental. Como principais resultados se destacam o isolamento de 3.000 metros de APP no perímetro urbano; plantio de 20.000 mudas de espécies florestais nativas; população local conscientizada e informada por meio da realização de reuniões e da distribuição de cartilhas informativas; melhoria das condições ambientais; e recuperação ambiental de 3 Km de mata ciliar ao longo do rio Aquidauana.

Com relação às ações de recuperação e controle de processos erosivos executadas pela Codevasf, foram empenhados R$ 234 milhões pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, no período de 2007 a 2013, estando previstos mais de R$ 154 milhões. A partir de 2011, as ações de revitalização foram incluídas no PAC-2 (2011-2014), dando continuidade aos empreendimentos e à inclusão de novos projetos, dados a necessidade de recuperação de áreas degradadas na bacia dos rios São Francisco e Parnaíba e o forte apelo social e ambiental da ação. Em 2013, foram aplicados recursos para a recuperação e Controle de Processos Erosivos em diversos Municípios nos estados Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Pernambuco, Sergipe e Piauí, abrangidos pelas Bacias do São Francisco e do Parnaíba.

Em 2013, foram recuperados e conservados: 521 ha de solo, 1124 ha de matas ciliares e nascentes, totalizando 1645 ha. De 2012 até o momento, foram recuperados e conservados um total de 3424 ha. O principal legado desses projetos é a função de influenciar o resto da bacia em práticas conservacionistas de solo e água. Ressalta-se que o resultado é parcial, pois há muitos projetos em fase de consolidação que ainda não foram finalizados.

Em relação à despoluição das bacias hidrográficas, para o período considerado, após revisão por parte da área técnica responsável, no período de janeiro a dezembro de 2013 foram abatidos e certificada a remoção de 7.610,82 ton de DBO (demanda bioquímica de oxigênio), o que corresponde a remoção média de 20.851,56 Kg de DBO/dia (para os 365 dias de 2013). As remoções de DBO foram certificadas nos Contratos das Estações de Tratamento de Esgotos - ETEs: Dornelas, Monjolinho, Conchas, Padilha Sul, Guararema e Pedreira.

Metas 2012-2015

- **Conservar e recuperar 6000 hectares de solos, matas ciliares e áreas de nascentes**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013, foram recuperados e conservados: 521 ha de solo, 1124 ha de matas ciliares e nascentes, totalizando 1645 ha. De 2012 até o momento foram recuperados e conservados um total de 3424 ha. O principal legado desses projetos é a função de influenciar o resto da bacia em práticas conservacionistas de solo e água. Ressalta-se que o resultado é

parcial, pois há muitos projetos em fase de consolidação que ainda não foram finalizados.

Quantidade alcançada

3.424

Data de Referência

31/12/2013

- **Reduzir os níveis de poluição hídrica em bacias críticas em 28.000 Kg DBO/Dia - média anual**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a carga removida pelos empreendimentos do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES obteve a média de remoção de 29.798,01 Kg de DBO/dia. Após revisão por parte da área técnica responsável, no período de janeiro a dezembro de 2013 foram abatidos e certificada a remoção de 7.610,82 ton de DBO, o que corresponde a remoção média de 20.851,56 Kg de DBO/dia (para os 365 dias de 2013).

As remoções de DBO foram certificadas nos Contratos das ETEs:

- ETE Dornelas, município de Muriaé/MG, Departamento Municipal de Saneamento Urbano - DEMSUR.
- ETE Monjolinho, Município de São Carlos - SP, Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE.
- ETE Conchas, município de Conchas, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.
- ETE Padilha Sul, Município de Curitiba, Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.
- ETE Guararema, Município de Guararema – SP, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.
- ETE Pedreira, Município de Pedreira – SP, Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE.

Quantidade alcançada

25.324,78

Data de Referência

31/12/2013

- **Revitalizar 60 sub-bacias hidrográficas**

Análise Situacional da Meta

Foram apoiados com transferência de recursos projetos para revitalização em 11 sub-bacias na Região Hidrográfica do Rio São Francisco, sendo 4 sub-bacias na região do Alto São Francisco, 4 sub-bacias no Médio São Francisco, 1 no Submédio São Francisco e 2 no Baixo São Francisco.

Na região hidrográfica do Alto Paraguai destaca-se continuidade das ações de recuperação e conservação ambiental na microbacia hidrográfica das nascentes do rio Aquidauana em Mato Grosso de Sul e do projeto de recuperação das nascentes e mobilização para conservação dos recursos hídricos do pantanal matogrossense, na sub-bacia do Rio Paraguai, no Estado de Mato Grosso.

Na Região Hidrográfica do Atlântico Sudeste, destaca-se o projeto realizado no município de São João de Meriti para recuperar a sub-bacia de 7,1 ha, por intermédio do plantio de cerca de 15.000 espécies nativas do bioma Mata Atlântica e atividades de educação ambiental e mobilização social.

A meta nacional apoiou o Projeto Conservação e Revitalização da sub-bacia do rio Uberabinha, visando a melhoria da qualidade e quantidade de água dos mananciais que abastecem o Município de Uberlândia em Minas Gerais.

Acrescenta-se que a ocorrência de dificuldades na disponibilidade orçamentária foi um obstáculo para que as metas estipuladas fossem alcançadas em sua totalidade para o ano de 2013.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2013

Plano Mais Brasil

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	15	unidade	1	31/12/2013
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	6	unidade	1	31/12/2013
Região Hidrográfica Paraguai	9	unidade	2	31/12/2013
Região Hidrográfica São Francisco	24	unidade	11	31/12/2013
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	6	unidade	0	31/12/2013

PROGRAMA: 2052 - Pesca e Aquicultura

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Consumo de pescado pelo mercado institucional	tonelada	31/12/2010	4.060,85	31/12/2013	4.060,93
Consumo de pescado por alunos da rede pública	kg/indivíduo/ano	31/12/2010	0,18	-	-
Consumo interno de pescado per capita	kg/hab/ano	31/12/2009	9,03	31/12/2013	17,16
Número de projetos de pesquisa em desenvolvimento financiados pelo MPA	unidade	31/12/2010	93	31/12/2013	93
Número de registros da pesca artesanal no RGP	unidade	31/12/2010	938.478	31/12/2013	1.033.124
Número de registros da pesca industrial no RGP	unidade	31/12/2010	7.545	31/12/2013	8.843
Percentual da produção nacional composta por recursos sobreexplotados ou ameaçados de sobreexplotação	%	31/12/2009	40	31/12/2013	32
Percentual de pescadores analfabetos inscritos no RGP	unidade	31/12/2010	6,29	31/12/2013	5,31
Percentual de pescadores inscritos no RGP sem casa própria	%	31/12/2010	53,39	-	-
Percentual do número de espécies sobreexplotadas ou ameaçadas de sobreexplotação	%	31/12/2009	23	31/12/2013	23
Produção da Aquicultura	tonelada	31/12/2009	415.649	31/12/2013	969.370,6
Produção da pesca	tonelada	31/12/2009	825.164	31/12/2013	1.561.429,62
Resultado da Balança Comercial de Pescado em Valor	US$			31/12/2013	-1.209.163.000
Resultado da Balança Comercial de Pescados em Volume	tonelada			31/12/2013	-381.618
Valor exportado	US$	31/12/2010	199.374.163	31/12/2013	243.309.000
Volume exportado	tonelada	31/12/2010	28.454,02	31/12/2013	37.019

Observações:
Consumo de pescado por alunos da rede pública - Indicador não apurado em 2013
Percentual de pescadores inscritos no RGP sem casa própria - Indicador não apurado em 2013

OBJETIVO: 0567 - Promover a produção aquícola e pesqueira de forma sustentável com foco no potencial brasileiro e nos recursos sub-explotados e inexplotados

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Análise Situacional do Objetivo

O estímulo à produção aquícola e pesqueira realizado por meio das metas deste Objetivo está alcançando resultados efetivos de aumento da produção. Em 2012, a produção de pescado foi de 1,55 milhão de toneladas e, em 2013, a

produção da pesca e aquicultura ultrapassou 2,4 milhões de toneladas de pescado. Assim, a meta estabelecida no Plano Safra de o Brasil produzir dois milhões de toneladas por ano de pescado a partir de 2014 foi atingida já em 2013.

As metas que vêm colaborando diretamente para o aumento da produção são aquelas relacionadas à operação de parques aquícolas (estudos, demarcação, regularização e implantação); à capacitação de extensionistas, pescadores e aquicultores; e à extensão aquícola e pesqueira.

As águas públicas de domínio da União podem ser acessadas por demandas espontâneas (áreas aquícolas) ou por meio da política de parques aquícolas do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). O aproveitamento das águas da União por meio de parques aquícolas, sejam continentais ou marinhos, depende de uma sequência de ações que inclui a realização de estudos de zoneamento dos ambientes e ordenamento da atividade, demarcação de parques aquícolas, implantação e regularização dos parques.

Em 2013 foram instalados 6 parques aquícolas no estado de Santa Catarina, nos municípios de Biguaçu, Bombinhas, Palhoça, Penha, Porto Belo e São Francisco do Sul. Para o ano de 2014, estão disponíveis para processo seletivo público 17 (dezessete) parques aquícolas marinhos, sendo 5 no estado do Paraná, 4 no Maranhão e 8 em Sergipe.

As metas relacionadas com a assistência técnica e a extensão aquícola e pesqueira estão sendo trabalhadas por meio dos chamamentos públicos. Em 2013, priorizou-se a realização de Chamadas Públicas de ATER para seleção de entidades prestadoras de serviços de assistência técnica e extensão rural. Durante o ano de 2013, foram publicadas três chamadas que possibilitaram o atendimento de 5.050 famílias. Também foram celebrados convênios com 4 entidades estaduais de extensão rural (MG, PE, ES e AM), que possibilitarão o atendimento de mais 4.000 famílias a partir de 2014.

A capacitação de técnicos das instituições públicas de assistência técnica mostra-se como estratégia relevante na perspectiva de ampliação dos conhecimentos técnicos disponíveis ao público do MPA, uma vez que resulta de articulação com governos estaduais e municipais, que recebem recursos para a qualificação dos profissionais disponíveis em seus quadros e, em troca, garantem o atendimento de demandas na área da pesca e aquicultura. Em 2013 foram celebrados dois termos de cooperação e um convênio com governos estaduais e municipais, os quais possibilitarão a capacitação de 430 técnicos em 2014. Ainda em 2013, iniciaram-se as ações decorrentes do acordo de cooperação celebrado entre o MPA, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para o atendimento de pescadores artesanais abaixo da linha da pobreza no Plano Brasil Sem Miséria. Destaca-se, ainda, a capacitação de 25 técnicos da instituição que irão atuar no Território da Cidadania Sertão do São Francisco, na Bahia, atendendo a 2.500 famílias. Durante a vigência do contrato (24 meses), estas famílias serão atendidas com assistência técnica e extensão diferenciada, tendo ainda acesso a recursos de fomento não reembolsáveis no montante de R$ 2.400,00, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. No final de 2013, finalizou-se o processo de seleção de entidade para atendimento a 1.000 famílias do Território da Cidadania Transamazônica, no Pará, que deve iniciar as atividades no primeiro semestre de 2014.

Prioritariamente, os projetos de pesquisa apoiados pelo MPA têm sido viabilizados por meio de editais de chamamento público de demanda induzida. Por meio desta ferramenta, busca-se o atendimento das necessidades identificadas em conjunto com o setor produtivo.

A capacitação de pescadores e aquicultores promove o uso de ferramentas que otimizam a produção e reduzem os desperdícios de matérias primas. Em parceria com o Ministério da Educação (MEC), têm sido oferecidas vagas para formação continuada por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). O MPA está envidando esforços para a divulgação dos cursos e realização das pré-matrículas de pescadores e aquicultores nesses cursos ofertados pelos institutos federais de ensino. A formação básica na área de informática, além de promover a inclusão digital dos indivíduos das comunidades, possibilitará aos pescadores, por exemplo, acompanhar cotações de preços e a meteorologia, que são fatores que interferem diretamente no seu cotidiano.

Na área da capacitação, outra demanda forte com reflexo direto sobre o aumento do consumo de pescado e utilização local da produção da pesca e aquicultura é a capacitação de merendeiras em manipulação de pescados. Foi firmado acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI), para a capacitação teórica e prática de manipuladores de alimentos de escolas públicas (merendeiras) e

filantrópicas. Serão capacitados, no exercício de 2014, 200 profissionais em cada Unidade da Federação, resultando em torno de 3.080 merendeiras.

O MPA tem investido, ainda, na instalação de polos de ensino a distância e unidades de ensino que ministrem cursos de pesca ou aquicultura. Em 2013, foi dada continuidade aos cursos "Técnico em Pesca" e "Técnico em Aquicultura", fruto do Acordo de Cooperação Técnica entre o MPA e o Instituto Federal do Paraná (IFPR). Os cursos foram realizados em 48 Telecentros da Pesca Maré, que se transformaram em polos de apoio presencial de ensino à distância para receber as aulas transmitidas via satélite, diretamente do estúdio do Instituto Federal do Paraná. Foram atendidos 1.383 pescadores e aquicultores nos cursos de "Técnico em Pesca" e "Técnico em Aquicultura". Para 2014, o MPA estabeleceu parceria com o Ministério da Educação (MEC), no âmbito do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). A parceria atenderá a demanda de polos de ensino à distância, pois a rede ofertante do PRONATEC possui ampla distribuição e possibilitará o atendimento ao público do MPA, conforme o princípio da economicidade.

Para apoiar o desenvolvimento sustentável da pesca, o MPA investe em projetos de agregação de peixes, como as bóias atratoras no Estado do Ceará, um projeto desenvolvido com pescadores artesanais que viabilizou a instalação de 120 atratores artificiais.

Em apoio à renovação da frota pesqueira brasileira, que data da década de 70, estão em andamento alguns projetos firmados entre universidades para pesquisa de novos modelos de embarcações para a pesca artesanal e renovação das frotas artesanais e industriais. Tais projetos servirão como modelo para os Programas Revitaliza e Profrota Pesqueira.

O MPA apoia cerca de 8 projetos demonstrativos na atividade de pesca, que vão desde a elaboração de protótipos de barcos de pesca artesanal, zoneamento pesqueiro, diagnóstico da cadeia produtiva pesqueira, aquisição de embarcações, projeto de capacitação de pescadores, pesquisa para qualificar 240 pescadores artesanais para a pesca oceânica de atuns, afins e grandes demersais, diminuindo, assim, a pressão sobre os estoques pesqueiros costeiros tradicionais sobrexplotados.

O MPA vem trabalhando no ordenamento da pesca amadora e no conhecimento da abrangência de seus impactos, sejam econômicos, sociais ou ambientais, como ferramenta importante para o desenvolvimento sustentável da atividade. Entre as ações de fomento adotadas pelo MPA, estão o apoio a feiras e competições. Além disso, em 2014 será formalizado um projeto junto a Universidade Federal do Ceará para o diagnóstico da pesca amadora no Estado do Ceará.

Quanto à comercialização, o MPA vem atuando em diferentes frentes para desenvolver o consumo de pescado, por meio de ações de promoção, como o apoio a feiras e a realização da Semana do Peixe.

A compra de pescado oriundo da pesca artesanal e da aquicultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) depende da atuação do MPA e suas superintendências junto aos órgãos parceiros, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). As ações do PAA são importantes para garantir a venda da produção de comunidades tradicionais onde o consumo é inferior à produção e garantem um preço de venda compatível com os custos de produção. De acordo com informações da CONAB, em 2013 as operações do PAA totalizaram a venda de 2,75 mil toneladas.

Em 2013 foi publicado o 1º Censo Aquícola Brasileiro, trabalho inédito no país, que apresentou e mapeou os principais empreendimentos comerciais da aquicultura. Essas informações são fundamentais, tanto para o governo quanto para o setor realizar o planejamento e o desenvolvimento da atividade.

Foram finalizadas tratativas junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quanto à inclusão da aquicultura na Pesquisa de Produção Municipal (PPM) daquele Instituto. A inclusão da aquicultura na metodologia PPM requer um esforço de levantamento de cadastros e de fontes de informação, treinamento e revisão de questionários, além de visitas técnicas para capacitação da equipe de planejamento, viagens de supervisão de coleta de dados e apoio de técnicos estaduais do MPA. Estas ações estão contempladas no acordo e visam coletar os dados de maneira padronizada e tratar os dados mais adequadamente, de modo a qualificá-los.

Na área de associativismo e cooperativismo, foi celebrado Termo de Cooperação entre o MPA e o Ministério do Trabalho e Emprego que possibilitará o atendimento a pescadores e aquicultores por meio de 3 projetos regionais de apoio ao cooperativismo e à economia solidária.

Plano Mais Brasil

Metas 2012-2015

- **Ampliar a inserção do pescado no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) passando das atuais 5 mil ton para 20 mil ton**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi vendido para o PAA cerca de 4.173 toneladas de pescado, enquanto que em 2013 foi registrada a venda de 2,75 mil toneladas. O MPA tem articulado com o MDS e com a Conab na busca de ferramentas administrativas e políticas para aumentar a aquisição da pesca artesanal/aquicultura familiar, a fim de que o PAA seja um canal de escoamento do pescado nos locais que vêm apresentando excesso de produção.

Quanto ao aumento da participação do pescado no mercado institucional, o MPA firmou o acordo de cooperação com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a promoção da participação do pescado na alimentação escolar nas escolas públicas e filantrópicas de educação básica brasileira, por meio do desenvolvimento de ações e soluções técnicas. Esse acordo irá englobar a disponibilização de recursos profissionais, tecnológicos, materiais e serviços que suportem o planejamento, execução, controle e logística para apoio ao consumo de pescado nas escolas, melhorando a qualidade dos alimentos consumidos pelos alunos e, consequentemente, estimulando hábitos de alimentação saudável na população brasileira. Assim, foi selecionado, mediante edital de chamamento público, o Serviço Social da Indústria (SESI), por meio do seu Departamento Regional de Goiás, para realização de capacitação teórica e prática de manipuladores de alimentos de escolas públicas e filantrópicas, visando aumentar a variedade de formas de preparo de pescado e melhorar as técnicas higiênico-sanitárias de manipulação e conservação de pescado nas cozinhas escolares. O público prioritário são os manipuladores de alimentos vinculados às secretarias de educação municipal, estadual ou distrital, de escolas públicas e filantrópicas do estado do Amazonas, Bahia, Ceará, Pará, Santa Catarina e São Paulo e o Distrito Federal. Serão capacitados, no exercício de 2014, no mínimo 200 profissionais em cada Unidade da Federação, somando em torno de 3.080 manipuladoras de alimentos de escolas públicas e privadas (“merendeiras”).

Ainda com relação à inserção do pescado no Mercado Institucional, iniciou-se articulação com os órgãos que operam o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) (a CONAB e o MDS) para estabelecer modelo de trabalho conjunto, tendo em vista a meta estabelecida quando do lançamento do Plano Safra da Pesca e Aquicultura: aumentar a aquisição de pescado pelo Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, de 5.000 para 20.000 toneladas. Como decorrência dessa ação, iniciou-se um processo de monitoramento trimestral do quantitativo de pescado comercializado no PAA, por meio de consultas periódicas ao PAA Data, sistema do MDS.

Quantidade alcançada

2.750

Data de Referência

30/12/2013

- **Apoiar 06 unidades de ensino e escolas profissionalizantes atuantes em pesca e aquicultura**

Análise Situacional da Meta

Em relação ao apoio à unidade de pesquisa, este tem sido realizado prioritariamente por meio de editais de chamada pública. Contudo, convênios e termos de cooperação também têm sido utilizados como instrumentos para viabilizar o atingimento da meta. Em 2013 foram apoiadas três instituições de ensino na realização de congressos que primam pela difusão do conhecimento científico gerado, bem como pela formação e qualificação de recursos humanos voltados à pesca e aquicultura e pela inserção das instituições no cenário nacional e internacional de eventos científicos.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data

Região Nordeste	3	unidade	1	31/12/2013
Região Norte	2	unidade	0	31/12/2013
Região Sul	1	unidade	2	31/12/2013

- **Apoiar e desenvolver 9 eventos de promoção do pescado brasileiro no âmbito nacional e internacional**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2013, foi realizada a X Semana do Peixe, campanha que tem como foco o aumento do consumo de pescado pela população brasileira, por meio de uma massiva divulgação sobre a importância do pescado na alimentação, atrelada a uma política de preços justos nos mercados locais.

O MPA financiou e organizou a participação de 7 empresas exportadoras de pescado na maior feira internacional de pescado, a XXI European Seafood Exposition, em Bruxelas, na Bélgica.

Além disso, o MPA apoiou o V Festival Internacional do Camarão da Costa Negra, que ocorreu no mês de novembro, no município de Acaraju, no Estado do Ceará.

Também foram apoiados: o Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca (CONBEP), em sua XVIII edição, em conjunto com o 1° Simpósio Nacional de Pesca Esportiva – I SINPE, ambos em Paulo Afonso/BA, no período de 20 a 24 de outubro de 2013; o IV Congresso Latino Americano de Biotecnologia Algal e o IV Workshop da Rede Algas, ocorridos em Florianópolis/SC, entre 18 a 22 de novembro de 2013. Em 2014, será apoiado o Congresso da Sociedade Brasileira de Aquicultura e Biologia Aquática (Aquaciência), que se realizará no período de 1 a 5 de setembro de 2014, na cidade de Foz do Iguaçu/PR.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2013

- **Atender 116.500 mil famílias pela extensão pesqueira e aquícola**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram lançadas 3 Chamadas Públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (nº 14/2013 - Pesca Artesanal Continental, 15/2013 - Pesca Artesanal Marinha e 16/2013 - Aquicultura Familiar), em parceria com o MDA. As chamadas previam a contratação de serviços de ATER para 25.600 famílias de pescadores e aquicultores, distribuídos em 31 lotes e 14 estados. Em razão dos prazos legais e de problemas nas propostas aprovadas (que demandaram complementação de documentos e informações), no ano de 2013 foram celebrados somente 10 contratos, que possibilitarão o atendimento de 5.050 famílias dos seguintes estados: AM, RO, CE, RN, GO, MT, PI e SC. O restante dos contratos deverá ser celebrado em 2014, sendo necessária ainda a republicação de alguns lotes (9) para os quais não houve entidade habilitada. Os contratos celebrados em 2013 deverão iniciar a execução até março de 2014. Além disso, no final do ano de 2013 foram celebrados convênios com 4 entidades estaduais de ATER (PE, MG, ES e AM), o que permitirá o atendimento de mais 4.000 famílias de pescadores e aquicultores a partir do ano de 2014. Em relação aos atendimentos efetivamente realizados em 2013, os mesmos são decorrentes de convênios e acordos de cooperação celebrados em 2012 ou em anos anteriores. Para se obter informações mais precisas sobre o total de beneficiários efetivamente contemplados, demandou-se a apresentação de relatório de acompanhamento, elaborado pelos fiscais dos instrumentos de repasse. O referido levantamento demonstrou que em 2013 foram atendidos com serviços de ATER/ATEPA um total de 4.529 beneficiários que, somados às 9.822 famílias beneficiadas em 2012, resultam, até o momento, em 14.351 famílias beneficiadas no período de vigência do PPA 2012-2015. A reduzida execução detectada em 2013 deve-se ao atraso no início das atividades de grande parte dos convênios celebrados em 2012 (principalmente em função da dificuldade de cumprimento das cláusulas condicionantes), além da demora no repasse de parcelas de convênios de outros anos ainda em execução.

Quantidade alcançada

14.351

Plano Mais Brasil

Data de Referência

31/12/2013

- **Atender 30 polos de produção com assessoria para inserção do pescado no mercado institucional**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, o MPA publicou o Edital de Chamamento Público nº 001/2013, visando à capacitação de merendeiras de escolas públicas e filantrópicas para o desenvolvimento de receitas regionais à base de pescado, contemplando 7 unidades federativas (AM, PA, BA, CE, DF, SP e SC), identificadas como polos de inserção do pescado na alimentação escolar. Essa capacitação será realizada em 2014 por meio de um convênio assinado em 2013 com o Serviço Social da Indústria (SESI). Em 2012 foi iniciado o processo de acompanhamento de 10 polos de produção contemplados com o kit despolpadeira.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

31/12/2013

- **Atender 3.500 famílias com assistência técnica e extensão rural diferenciada com recursos de fomento não reembolsáeis de R$ 2.400,00 - Plano Brasil sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

O processo de seleção da entidade responsável pela prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no Território da Cidadania Transamazônica (PA) foi concluído em dezembro de 2013. Atualmente, o processo encontra-se em fase de contratação da entidade selecionada e início das atividades, o que deve ser efetivado no primeiro semestre de 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Capacitar 12.750 trabalhadores da pesca e aquicultura**

Análise Situacional da Meta

Os convênios e contratos resultantes das chamadas públicas de ATER, celebrados em 2013, possibilitam a capacitação de 5.140 pescadores e aquicultores, o que deverá ocorrer a partir de 2014. Além disso, em 2013 foram disponibilizadas 612 vagas para pescadores e aquicultores em cursos oferecidos por meio do PRONATEC.

Em relação aos trabalhadores da pesca e aquicultura efetivamente capacitados em 2013, está em curso no momento o levantamento de tal informação junto aos fiscais dos convênios. As capacitações realizadas no ano de 2013 são decorrentes de convênios e acordos de cooperação celebrados em 2012 ou em anos anteriores. No presente relatório apresentam-se dados preliminares, os quais poderão sofrer modificação após a finalização do levantamento e sistematização dos dados (previsto para o 1º semestre de 2014).

A partir de 2013, as capacitações de pescadores e aquicultores passaram a ser realizadas prioritariamente no âmbito de convênios ou contratos de assistência técnica e extensão aquícola e pesqueira, de forma a potencializar os resultados. No que tange às capacitações realizadas em 2013, os relatórios encaminhados pelos fiscais dos convênios e os termos de cooperação demonstram que atingiu-se o montante de 3.693 pescadores e aquicultores capacitados que, somados aos 7.946 capacitados em 2012, resultam em 11.639 trabalhadores capacitados até o momento no período do PPA 2012-2015. A presente contagem inclui também os pescadores e aquicultores capacitados por meio de cursos do PRONATEC resultantes de Acordo assinado entre MPA e MEC.

Além disso, há previsão de realização de atividades de capacitação, ao longo de 2014, nos contratos de ATER decorrentes das Chamadas Públicas lançadas no ano passado, que devem contemplar mais 2.420 pescadores e aquicultores.

Quantidade alcançada

11.639

Data de Referência

31/12/2013

- **Capacitar 2.500 merendeiras em manipulação e preparo de pescado**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foi lançado edital de chamamento público, por meio do qual selecionou-se a entidade que irá realizar a capacitação de 3.080 manipuladoras de alimentos em escolas públicas e filantrópicas ("merendeiras") em 7 unidades da federação: Amazonas, Bahia, Ceará, Pará, Santa Catarina, São Paulo e o Distrito Federal . A proposta selecionada prevê a capacitação, prioritariamente nas regiões metropolitanas das capitais destas 7 Unidades da Federação. Também está previsto que sejam contemplados outros 190 profissionais, principalmente nutricionistas e gestores escolares. A capacitação deverá ser iniciada no primeiro semestre de 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Capacitar 5.000 pescadores artesanais em informática básica**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o MPA lançou edital de chamamento público para a formalização de convênio para a realização de capacitação de pescadores e aquicultores em informática básica, contudo, a única proponente não conseguiu habilitar-se. Por isso, nos anos de 2012 e 2013, não foi viabilizada a capacitação de pescadores em informática básica. O MPA buscará viabilizar parceria com a Universidade do Estado da Bahia e a Universidade Federal do Pará, que possuem grande capilaridade e expertise na modalidade educação à distância, voltada para telecentros, pois ambas são polos de formação do Programa Telecentros BR. A previsão de conclusão do acordo é para o primeiro semestre de 2014, com a oferta dos cursos de capacitação em informática básica nos Telecentros Pesca Maré ainda no ano 2014. Avalia-se que em torno de 1000 alunos iniciem a capacitação até o final de 2014. A intenção é elaborar turmas piloto por região (considerando as peculiaridades de cada região).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Demarcar parques aquícolas continentais em 39 reservatórios**

Análise Situacional da Meta

Para demarcação de parques aquícolas, são selecionadas áreas definidas a partir de uma análise integrada que considera diversos critérios, a saber: a avaliação das comunidades locais lindeiras, as condições locais meteorológicas e hidrográficas, a batimetria da área, o índice trófico e os parâmetros químicos da água e, ainda, as condições de acesso e a disponibilidade de área em terra para instalação de infraestrutura de apoio. Foram demarcados 210 parques aquícolas em 44 reservatórios.

Quantidade alcançada

44

Data de Referência

27/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	6	27/12/2013
Região Nordeste	6	unidade	8	27/12/2013

Plano Mais Brasil

Região Norte	6	unidade	3	27/12/2013
Região Sudeste	13	unidade	17	27/12/2013
Região Sul	10	unidade	10	27/12/2013

- **Demarcar parques aquícolas marinhos em 7 Estados Costeiros**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 e 2013, foram demarcados parques aquícolas marinhos em 6 estados litorâneos (Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe e Paraná), configurando um total de 60 parques nestes estados. Na região Norte foram demarcados 16 parques no estado do Pará, enquanto que na região Nordeste foram demarcados 34 parques (4 parques no Maranhão, 12 no Ceará, 10 parques no Rio Grande do Norte e 8 em Sergipe). Na região Sul, demarcaram-se 10 parques aquícolas marinhos no Paraná, sendo que 2 estão regularizados e 8 em fase final de regularização, aguardando o licenciamento ambiental. No Espírito Santo, estão sendo realizados estudos por meio de convênio com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), com vistas à demarcação de parques aquícolas.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

27/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	4	unidade	4	27/12/2013
Região Norte	1	unidade	1	27/12/2013
Região Sul	2	unidade	1	27/12/2013

- **Financiar 100 projetos de pesquisa, no âmbito do Consórcio Brasileiro em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Transferência de Tecnologia (P,D&I e TT) em Pesca e Aquicultura (CBPA) – Plano Safra da Pesca e Aquicultura**

Análise Situacional da Meta

Em termos do financiamento de projetos de pesquisa, no âmbito do Consórcio, destaca-se que foram retomadas as tratativas junto à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para consolidação e operacionalização do CBPA. Adicionalmente, está em negociação o apoio a um projeto estruturante, com foco no desenvolvimento de pacotes tecnológicos de espécies aquícolas, o qual, possivelmente, dará início às atividades do referido Consórcio. O apoio a projetos poderá se dar, também, por meio de editais.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Financiar 12.500 embarcações no âmbito do Programa Revitaliza (pesca artesanal)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi publicada a Instrução Normativa MPA nº 10/2012, com as novas regras para o Programa Revitaliza, com o objetivo de atender aos pequenos produtores e pescadores artesanais tanto para aquisição de novas embarcações quanto para a reforma de barcos. Foram emitidas, em 2012/2013, 2.186 anuências ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) pelo MPA, por meio das suas Superintendências Federais da Pesca e Aquicultura nos Estados.

A emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) habilita o interessado a acessar o PRONAF, que posteriormente solicitará a anuência do MPA para acesso ao Revitaliza. Desta forma, de posse do documento o interessado se dirigirá aos agentes financeiros e solicitará o crédito, cabendo a estes a análise financeira para sua aprovação. Porém, a anuência emitida pelo MPA não garante ao pescador acesso ao crédito, haja vista que ela só assegura ao agente financeiro que o pescador se enquadra nas diretrizes do programa. Ainda não é possível obtermos o total de operações de crédito realizadas por meio do Revitaliza, pois o Banco Central do Brasil ainda não

operacionalizou a quantificação de financiamentos por programa. Diante disso, o único indicador para aferir esta meta é a quantidade de anuências emitidas.

Quantidade alcançada

2.186

Data de Referência

31/12/2013

- **Financiar 200 projetos de pesquisa básica e aplicada (em áreas não cobertas pelo CTPA), infraestrutura laboratorial, formação de recursos humanos especializados (com ênfase para bolsas de pós-graduação stricto sensu) e ações de cooperação com universidades e centros de pesquisa internacionais**

Análise Situacional da Meta

Prioritariamente, os projetos de pesquisa apoiados pelo MPA têm sido viabilizados por meio de editais de chamamento público de demanda induzida. Por meio desta ferramenta, busca-se o atendimento das necessidades identificadas pelas secretarias finalísticas em conjunto com o setor produtivo, bem como se prima pela livre concorrência e pelo mérito das propostas selecionadas. Nessa linha, dois editais serão lançados em 2014: o primeiro, em conjunto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), voltado à temática de agroecologia e produção orgânica na pesca e aquicultura; e o segundo, em conjunto com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), com foco em projetos em rede, que visem o desenvolvimento tecnológico e a geração de informações aplicadas ao desenvolvimento do setor. Foram apoiados 93 projetos, 76 em 2012 e 17 em 2013, sendo o arranjo institucional em rede uma das premissas nos projetos apoiados.

Quantidade alcançada

93

Data de Referência

31/12/2013

- **Financiar 20 embarcações no âmbito do Programa Profrota Pesqueira**

Análise Situacional da Meta

Não houve execução no exercício de 2013. O Programa Profrota Pesqueira encontra-se em fase de reestruturação em face da edição da Lei n.º 12.712, de 30 de agosto de 2012 que alterou os artigos 2º, 3º, 4º e excluiu o artigo 5º da Lei 10.849/2004, que cria o Profrota Pesqueira, o que deverá dar maior dinamicidade ao programa. Foram realizadas reuniões regionais para levantamento de demandas junto ao setor produtivo.

Também foi iniciada a revisão dos atos normativos do programa em face da edição da Lei 12.712/2012, com interlocução dos órgãos competentes. A proposta de decreto de regulamentação encontra-se em fase de homologação junto à Comissão de Avaliação do Programa para envio à Consultoria Jurídica (Conjur) do MPA e posterior remessa à Casa Civil.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar 02 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, havia sido implantado o Centro de Referência em Aquicultura e Recursos Pesqueiros do Vale do Parnaíba (CERAQUA-PHB) da Bacia do Rio Parnaíba no Piauí. Em 2013, dando continuidade a implementação da meta foi implantado o Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Três Marias (MG).

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

27/12/2013

Plano Mais Brasil

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	2	unidade	2	27/12/2013

- **Implantar 05 Estações de Piscicultura**

Análise Situacional da Meta

O MPA vem buscando parcerias com as instituições públicas para implantar, modernizar e fomentar unidades produtoras de formas jovens para a aquicultura e o repovoamento dos corpos d´água dos reservatórios de médio e grande porte do Departamento Nacional de Obras Contras as Secas (DNOCS) e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), visando à geração de renda e à produção de alimentos no Nordeste brasileiro. Duas estações de piscicultura serão implantadas pela Codevasf e as outras três serão implantadas pelo DNOCS em 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

27/12/2013

- **Implantar 50 polos de ensino a distância de pesca e aquicultura**

Análise Situacional da Meta

Para o alcance da meta, o MPA estabeleceu parceria com o MEC, no âmbito do PRONATEC. A parceria atenderá a demanda de polos de ensino à distância, pois a rede ofertante do PRONATEC possui ampla distribuição e possibilitará o atendimento ao público do MPA.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

17/02/2014

- **Implantar e manutenir 31 unidades demonstrativas de aquicultura em tanques-rede, tanques escavados e canais de irrigação**

Análise Situacional da Meta

Esta é uma ação contínua da Codevasf, que mantém unidades demonstrativas nos Estados da Bahia, Piauí, Pernambuco e Alagoas, na região Nordeste, e em Minas Gerais, no sudeste. Portanto, a meta estabelecida no PPA será cumprida em sua totalidade.

Quantidade alcançada

31

Data de Referência

27/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	30	unidade	30	30/06/2013
Região Sudeste	1	unidade	1	27/12/2013

- **Implantar parques aquícolas continentais em 21 reservatórios**

Análise Situacional da Meta

O MPA implantou 107 parques aquícolas em 11 reservatórios, sendo 3 em 2012 e 8 em 2013. A implantação ocorre após obtenção das outorgas para cada parque aquícola, cessão das áreas através da SPU e concordância da viabilidade em relação ao tráfego aquaviário pela Marinha do Brasil.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

27/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	4	27/12/2013
Região Nordeste	3	unidade	1	27/12/2013
Região Norte	2	unidade	2	27/12/2013
Região Sudeste	4	unidade	3	27/12/2013
Região Sul	8	unidade	1	27/12/2013

- **Implantar parques aquícolas marinhos em 7 Estados Costeiros**

Análise Situacional da Meta

Estão sendo implantados parques aquícolas marinhos em 7 estados litorâneos. Deste total, já foram implantados 25 parques aquícolas marinhos no estado de Santa Catarina, sendo 21 até 2012 e 4 em 2013. Restam 5 parques aquícolas a serem demarcados em Santa Catarina que aguardam a anuência da SPU para entrega das áreas e posterior implantação. No estado do Paraná, existem 2 parques regularizados aguardando processo seletivo público e 8 parques em fase final de regularização junto ao órgão estadual de meio ambiente. Nas regiões Norte e Nordeste, serão implantados 50 parques aquícolas, sendo 16 no Pará, 4 no Maranhão, 12 no Ceará, 10 no Rio Grande do Norte e 8 no Sergipe. Os parques encontram-se em fase final de regularização para a implantação de 50 parques aquícolas marinhos.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

27/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	4	unidade	0	30/06/2013
Região Norte	1	unidade	0	30/06/2013
Região Sudeste	1	unidade	0	30/06/2013
Região Sul	1	unidade	1	27/12/2013

- **Instalar 140 Dispositivos de Agregação de Peixes (boias atratoras)**

Análise Situacional da Meta

O MPA formalizou convênio com entidade privada e, no ano de 2012, já instalou 120 dispositivos de agregação de peixes no estado do Ceará, nas cidades de Itarema e Icapuí.

Para a execução total da meta, foi celebrado termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Ceará (UFC) para a realização de um estudo prévio para instalação de mais 20 boias atratoras na costa do estado. A conclusão de tal estudo está prevista para dezembro de 2013 e a instalação dos dispositivos, para 2014.

Quantidade alcançada

120

Data de Referência

30/12/2013

- **Modernizar 06 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura**

Análise Situacional da Meta

O Centro de Referência em Aquicultura e Recursos Pesqueiros do Vale do Parnaíba (CERAQUA-PHB) da Bacia do Rio Parnaíba, que se encontrava inoperante, passou por reestruturação física e operacional para entrar em operação. Destaca-se que, a fim de dar cunho oficial às análises moleculares realizadas, o MPA optou pelo apoio à construção do Centro Nacional de Identificação Molecular de Pescado (CENIMP), em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A justificativa para tal investimento está embasada no fato de o laboratório que executa as análises moleculares, atualmente, não possuir certificação junto ao INMETRO. Sendo assim, as análises realizadas não podem ser consideradas oficiais, podendo ser contestadas em qualquer tempo. Será formalizado instrumento e o repasse será realizado ainda no primeiro semestre de 2014.

Plano Mais Brasil

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

27/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	4	unidade	1	27/12/2013
Região Sudeste	2	unidade	0	30/06/2013

- **Operar e manter 21 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura, Estações de Piscicultura e Centros de Pesquisa em Aquicultura"**

Análise Situacional da Meta

Estão em operação na região Sudeste 2 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura: o de Três Marias/MG e o de Nova Porteirinha/MG.. Na região nordeste, estão em operação 5 Centros, nos municípios de Guanambi e Xique-Xique/BA, Petrolina/PE, Neópolis/SE, Porto Real do Colégio/AL e o Centro de Referencia do Vale do Parnaíba (CERAQUA-PHB) no município do Parnaíba/PI.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

27/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	19	unidade	5	27/12/2013
Região Sudeste	2	unidade	2	27/12/2013

- **Promover 3 estudos e prospecção de mercado para o levantamento de informações técnicas, econômicas e mercadológicas sobre a cadeia produtiva de pescado**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, o MPA elaborou um termo de referência visando à contratação de um estudo de mercado com foco na prospecção e análise mercadológica da cadeia comercial da pesca e aquicultura em todo o país. Não foi possível realizar a contratação do estudo ainda em 2013, porém o termo está em revisão de forma a possibilitar a contratação de um estudo em 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Qualificar 750 técnicos extensionistas em pesca e aquicultura**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2013, foram celebrados dois acordos de cooperação técnica (com instituições federais) e dois convênios, especificamente para a capacitação de técnicos de órgãos estaduais e municipais de extensão rural. Além disso, foram celebrados dois convênios que possuem como objetivo principal a disponibilização de serviços de assistência técnica e extensão e têm como uma de suas metas a capacitação de extensionistas em pesca e aquicultura. No somatório de tais ações, serão capacitados 460 profissionais a partir do início do ano de 2014. Em 2013, foram capacitados 26 técnicos que, somados aos 210 capacitados em 2012, resultam em 236 extensionistas capacitados até o momento. Em 2014, serão capacitados 430 extensionistas de 5 Unidades da Federação (Pernambuco, Santa Catarina, Espírito Santo, Tocantins e Amazonas).

Quantidade alcançada

236

Data de Referência

31/12/2013

- **Qualificar 750 técnicos, pescadores e aquicultores em metodologia para elaboração de plano de negócios e gestão de empreendimentos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram qualificados 210 técnicos. Em 2013, a implementação dessa meta foi revista e foram avaliadas outras alternativas para qualificação de técnicos, pescadores e aquicultores para elaboração de plano de negócios e gestão de empreendimentos.

Quantidade alcançada

210

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar 28 projetos demonstrativos para a idealização de protótipos de embarcações pesqueiras para a readequação e diversificação da frota de acordo com a área de atuação e a modalidade de pesca**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foi firmado termo de cooperação para descentralização de crédito com a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) para construção de uma embarcação de pesquisa para a região Norte, cuja entrega está prevista para o final de 2014. Em 2013, foi firmado termo de cooperação para descentralização de crédito com a Universidade Federal do Ceará para a construção de uma embarcação de pesquisa, com entrega prevista para o primeiro semestre de 2014.

Foi firmado, ainda, termo de descentralização de recursos do MPA com a UFRA para construção de quatro protótipos de embarcações de pesca artesanal, com previsão de entrega em agosto de 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar 5 estudos de impacto sócio-econômico e ambiental nas atividades da pesca amadora**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram cancelados 2 convênios para estudo de pesca amadora (Fundação de Proteção ao Meio Ambiente e Ecoturismo do Estado do Piauí (FUNPAPI) e Prefeitura Municipal de Iraí de Minas/MG), em decorrência da inexecução das metas previstas nos planos de trabalho.

A Universidade Federal do Ceará apresentou proposta para realização do diagnóstico da pesca amadora naquele Estado, com mapeamento dos principais pontos de turismo de pesca e os impactos que geram na localidade, com a elaboração da análise socioeconômica. Tal estudo está previsto para ser entregue no ano de 2014. A formalização de três instrumentos de repasses voluntários aos estados de Alagoas, Pará e Santa Catarina para a realização dos estudos sobre o impacto socioeconômico da pesca amadora está prevista para 2014 e os resultados para 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar estudos de zoneamento e ordenamento da atividade aquícola em 14 Estados costeiros**

Análise Situacional da Meta

Os estudos para o zoneamento e ordenamento da atividade aquícola previsto para 14 estados costeiros foram realizados no Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe e Paraná, por meio dos estudos para demarcação dos parques aquícolas marinhos. Ainda, por meio do convênio nº 014/2012, estão sendo realizados estudos para demarcação de parques aquícolas marinhos no litoral do Espírito Santo, com previsão de término em junho de 2015. Nos estados do Piauí, Pernambuco, Paraíba e Alagoas os estudos ainda não foram contratados. Em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia,

Plano Mais Brasil

os estudos não foram finalizados devido a problemas técnicos e administrativos com as empresas contratadas e conveniadas, porém será lançado, em 2014, um edital com vistas à complementação destes estudos, que serão concluídos até meados de 2015. No mesmo sentido, em Alagoas há uma proposta de convênio em fase final de aprovação para demarcação dos parques a ser concluída até o final de 2015. Em Pernambuco e na Paraíba foi contratado um consultor pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês) para prospectar o potencial aquícola destes Estados, por meio de um levantamento prévio. Para Piauí, Amapá e Rio Grande do Sul, será lançado outro Termo de Referência ainda em 2014, visando à prospecção de parques aquícolas marinhos.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	9	unidade	4	31/12/2013
Região Norte	1	unidade	1	31/12/2013
Região Sudeste	3	unidade	0	31/12/2013
Região Sul	1	unidade	1	31/12/2013

- **Realizar estudos de zoneamento e ordenamento da atividade aquícola em 42 reservatórios**

Análise Situacional da Meta

Foram realizados estudos e zoneamentos em 36 reservatórios. A realização de estudos e zoneamentos da atividade aquícola leva em consideração uma série de fatores, os quais se baseiam em levantamentos de dados secundários e na coleta de dados primários.

Quantidade alcançada

36

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	6	unidade	5	27/12/2013
Região Nordeste	8	unidade	8	27/12/2013
Região Norte	6	unidade	5	27/12/2013
Região Sudeste	12	unidade	8	27/12/2013
Região Sul	10	unidade	10	27/12/2013

- **Reestruturar 9 unidades de produção de formas jovens**

Análise Situacional da Meta

Foi reestruturada uma unidade em Santarém/PA. Existem mais três em andamento no Pará , com previsão de conclusão ainda em 2014.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

- **Regularizar parques aquícolas em 27 reservatórios**

Análise Situacional da Meta

A regularização dos parques aquícolas (licenciamento ambiental) é a etapa de maior dificuldade para consecução da política de desenvolvimento da aquicultura. Porém, após articulação com os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs), foram regularizados parques aquícolas em 10 reservatórios. Outra ação que está beneficiando positivamente esta meta é a articulação junto aos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, no intuito destes aderirem à Resolução

CONAMA 459/2013 (licenciamento único simplificado para parques aquícolas). Em 2014, serão regularizados parques aquícolas em 14 reservatórios, sendo 1 no Centro-Oeste, 3 no Nordeste, 3 no sudeste e 7 no Sul.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

27/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	3	27/12/2013
Região Nordeste	5	unidade	1	27/12/2013
Região Norte	3	unidade	2	27/12/2013
Região Sudeste	5	unidade	3	27/12/2013
Região Sul	10	unidade	1	27/12/2013

- **Regularizar parques aquícolas marinhos em 6 Estados costeiros**

Análise Situacional da Meta

Os parques aquícolas marinhos nos estados do Pará, Ceará e Rio Grande do Norte estão em fase final de regularização junto aos órgãos envolvidos nos processos de autorização de uso em águas marinhas da União, ou seja: na Capitania dos Portos da Marinha do Brasil, para anuência quanto ao tráfego aquaviário e segurança à navegação; na SPU, para emissão dos termos de entrega para cessão de uso dos parques; e nos OEMAs, para o licenciamento ambiental.

Atualmente encontram-se regularizados parques aquícolas marinhos no Paraná, Maranhão e Sergipe. Desde 2012, têm sido regularizados parques aquícolas marinhos em Santa Catarina, os quais já se encontram em fase de licitação/concorrência pública. Nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Pará, os parques encontram-se em fase de regularização.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

27/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	4	unidade	2	27/12/2013
Região Norte	1	unidade	0	27/12/2013
Região Sul	1	unidade	1	27/12/2013

- **Viabilizar 18 projetos regionais para assessoramento da criação e consolidação de cooperativas e associações da pesca e aquicultura**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram apoiados quatro projetos, que deverão beneficiar 36 entidades já existentes. Em 2013, o MPA celebrou Termo de Cooperação com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o qual tinha por objeto o apoio a iniciativas de fortalecimento do associativismo e cooperativismo pesqueiro e aquícola, com base nos princípios da economia solidária, nos estados da Bahia, Sergipe e Santa Catarina. Por meio do referido Termo de Cooperação, foram apoiados 3 projetos regionais de fortalecimento do associativismo e cooperativismo pesqueiro e aquícola. As ações relativas a estes convênios começarão a ser executadas no primeiro semestre de 2014.

Além disso, foram disponibilizados recursos para a continuidade do projeto desenvolvido em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), o qual tem por objetivo a qualificação e incubação de cooperativas de pesca para atuação no âmbito do Programa Profrota Pesqueira, no sul da Bahia. Este projeto vem sendo desenvolvido desde 2010, devendo ser concluído no ano de 2015.

Plano Mais Brasil

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0572 - Implementar infraestruturas integrantes da cadeia produtiva aquícola e pesqueira para promover a produção, a agregação de valor e a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Análise Situacional do Objetivo

A implementação de infraestruturas das cadeias produtivas da aquicultura e da pesca tem sido tratada pelo MPA levando-se em conta a estruturação das atividades em todas as regiões, em especial naquelas com maior carência de estruturas e maior potencial produtivo, buscando o desenvolvimento da atividade e dos seus atores.

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar no Brasil visa apoiar o desenvolvimento da aquicultura familiar por meio da construção e recuperação de viveiros escavados de piscicultura. Esse Programa proporciona a melhoria na infraestrutura e cria alternativas de renda para produtores rurais familiares, comunidades quilombolas, assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais, pescadores artesanais, comunidades indígenas, entre outros que trabalhem e residam nas áreas rurais dos municípios.

O MPA, por meio da celebração de convênios, contratos, descentralizações e outros instrumentos, apoia estados e municípios na implementação de unidades de produção aquícola e de infraestruturas de apoio, tais como unidades de beneficiamento de pescado, sendo que até o final de 2013 foram atendidas 19.000 famílias. Em 2013, foi publicada a Portaria MPA nº 77/2013, com o objetivo de selecionar municípios ou consócios públicos de municípios para o fomento à aquicultura familiar por meio da aquisição de patrulhas mecanizadas para atender a 170 municípios.

Os Terminais Pesqueiros Públicos (TPPs) estão sendo adequados (seis unidades) ou implantados (nove unidades) obedecendo a critérios de segurança de navegação e exigências do Sistema de Inspeção Federal e Regularização Ambiental. Para os terminais entregues em condições de operar, o MPA está promovendo a nomeação dos membros dos Conselhos de Terminais Pesqueiros (CTP). Em 2013, foi implantado o CTP de Manaus.

Para organizar e incentivar a cadeia de peixes ornamentais, o MPA criou o Grupo Técnico de Trabalho GTT-Ornamentais. Esse Grupo elabora diagnósticos para apontar em quais localidades serão construídas as embarcações para apoio à atividade a partir de 2014. A implantação ou adequação de unidades de estocagem de peixes ornamentais será objeto de chamamento público para formalização de cooperação com entidades privadas da região Norte, sabidamente a maior produtora de organismos ornamentais.

O MPA apoia projetos de estruturação da cadeia produtiva pós-pesca/despesca, que inclui as fases de beneficiamento e comercialização, investindo em mercados públicos, caminhões-feira, unidades de beneficiamento e pontos de comercialização fixos. Estas iniciativas dependem da participação dos parceiros (entidades não governamentais, secretarias estaduais e prefeituras) nos chamamentos públicos e da publicação de editais de compra de equipamentos. A cessão dos equipamentos aos parceiros selecionados nos chamamentos públicos é feita por meio de termos de permissão de uso.

Os Centros Integrados da Pesca Artesanal (CIPAR) foram idealizados como um conjunto de ações voltado a diminuir os gargalos enfrentados pela cadeia produtiva para produção e distribuição de pescado da pesca artesanal. O Programa encontra-se em fase de reformulação, tendo em vista as necessidades de adequações de empreendimentos antigos e de estabelecimento de procedimentos para o desenvolvimento de novas ações com diretrizes de acordo com a política para a pesca artesanal.

Metas 2012-2015

- **Adequar 6 terminais pesqueiros públicos**

Análise Situacional da Meta

São os seguintes os Terminais Pesqueiros Públicos (TPPs) planejados para serem adequados até o final de 2015: Jacundá; Niterói; Aracaju; Cananéia; Angra dos Reis e Vitória. Os TPPs de Recife/PE e Bragança/PA serão implementados durante o próximo PPA.

Em relação à adequação dos terminais pesqueiros, destacamos a seguir:

- TPP de Jacundá/PA: Em 2012 foi elaborado o projeto básico de adequação às normas do Serviço de Inspeção Federal (SIF) e, ao final do mesmo ano, realizou-se licitação para contratação da empresa de engenharia para a execução das obras civis, que não logrou êxito. Em 2013, houve a atualização do projeto para as obras de complementação e adequações ao SIF, sendo elaborado o respectivo projeto executivo com a expectativa de sua conclusão e das obras previstas até o final de 2014.

- TPP Niterói/RJ: Foi iniciada em 2012 a desobstrução do canal de acesso ao empreendimento, na baía de Guanabara, com previsão de conclusão em 2014. Foi celebrado um termo de cooperação com a Diretoria de Obras Civis do Comando da Marinha para elaboração do projeto executivo de dragagem. A dragagem propriamente dita tem previsão de iniciar-se em 2014 e possibilitará, ao seu término, o acesso dos pescadores da região ao equipamento pesqueiro. Ao longo de 2013, foram realizados diversos procedimentos administrativos, junto aos órgãos de fiscalização, visando a regularizar a situação documental do TPP. Para 2014, está previsto, também, a complementação do seu aparelhamento.

- TPP Aracaju/SE: Ao final de 2013, a empresa contratada pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (convenente) manifestou não possuir mais interesse em cumprir o contrato acordado. A convenente pretende convocar as demais empresas concorrentes e, caso não ocorra seu manifesto interesse, será iniciado novo processo de licitação. O MPA manterá o acompanhamento de perto, de modo que a retomada das obras aconteça ainda no início de 2014.

- TPP Angra dos Reis/RJ: Houve rescisão contratual com a construtora responsável pela execução das obras civis da primeira etapa de implantação do terminal, em virtude de ter sido condenada a estrutura recém-edificada do cais. A perspectiva de retomada da execução do empreendimento fundamenta-se na nova apresentação de proposta de trabalho da Prefeitura de Angra dos Reis, ora sendo analisada, no tocante à existência de espaço orçamentário, no âmbito do MPA.

- TPP Cananéia/SP: A rescisão unilateral do contrato de arrendamento oneroso pactuado com a antiga administradora do terminal já foi realizada. As ações para a continuidade da adequação do terminal deverão ser implantadas após a conclusão do distrato. Encontra-se em análise, pela Conjur/MPA, a possibilidade de realizar a reforma do TPP, ainda que não tenha sido resolvida a questão, uma vez que a citada rescisão contratual foi fundamentada, entre outras coisas, na falta de investimento em reformas pelo arrendatário.

- TPP Vitória/ES: Existe uma decisão judicial recente de retomada da posse do referido TPP ao MPA. Serão recebidas as instalações e os levantamentos necessários para recuperação e adequações de todo o TPP. A perspectiva de finalização das referidas obras e serviços de engenharia para adequação das infraestruturas é final de 2015. Encontra-se em andamento a contratação de vigilância para o referido TPP.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Atender 65 territórios com equipamentos para o desenvolvimento da infraestrutura e da logística pesqueira e aquícola**

Análise Situacional da Meta

Existem 11 convênios destinados a adquirir equipamentos para o desenvolvimento da infraestrutura pesqueira e aquícola. Não houve finalização e o consequente atingimento da meta ao longo de 2013, mas todos têm previsão de finalização em 2014. Os equipamentos são caminhões frigoríficos (para escoamento e comercialização da produção) e

Plano Mais Brasil

retroescavadeiras (para escavação de tanques para piscicultura). Desta forma, o MPA atende tanto a cadeia produtiva da pesca quanto da aquicultura. Existe a previsão de celebração de novos convênios ao longo de 2014, o que permitirá aproximar-se um pouco mais da meta estabelecida no PPA. Em 2012, foram contemplados, com equipamentos, o Território Sul Sergipano/SE, na região Nordeste, e o Território Baixo Amazonas/PA, na Região Norte.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3	unidade	0	30/06/2013
Região Nordeste	20	unidade	1	31/12/2013
Região Norte	36	unidade	1	31/12/2013
Região Sudeste	3	unidade	0	30/06/2013
Região Sul	3	unidade	0	30/06/2013

- **Disponibilizar 3 embarcações para transporte de peixes ornamentais**

Análise Situacional da Meta

Estão em fase de elaboração, com universidades da região Norte, projetos de protótipos de embarcações para atividades referentes à cadeia produtiva dos organismos aquáticos com fins ornamentais e de aquariofilia. A finalização está prevista para o final de semestre de 2014.

O grupo técnico de trabalho GTT-Ornamentais considera prioritárias para atendimento as localidades de Barcelos/AM, Altamira/PA, São Félix do Xingu/PA e Santa Isabel do Rio Negro/AM, sabidamente as maiores produtoras de organismos ornamentais, tanto para atendimento do mercado interno quanto externo.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar 11 Centros Integrados da Pesca Artesanal - CIPAR**

Análise Situacional da Meta

O Programa CIPAR encontra-se em fase de avaliação quanto à efetividade da política pública para as comunidades, uma vez que o objetivo principal da iniciativa, que era integrar os diferentes elos da cadeia produtiva (como beneficiamento, armazenamento e comercialização) e as diferentes formas de apoio às comunidades pesqueiras (inclusão digital, educação continuada, espaço para uso da comunidade), não foi alcançado nos projetos estabelecidos em anos anteriores.

Existe a necessidade de avaliar técnicamente a continuidade desta política. Após esta avaliação, será necessário adequar os empreendimentos antigos e estabelecer procedimentos (atos normativos) para a implantação dos Centros Integrados da Pesca Artesanal.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar 150 cozinhas comunitárias**

Análise Situacional da Meta

O edital nº 2/2008 foi finalizado com o atendimento de 20 cozinhas comunitárias. Em 2013, foi lançada uma chamada pública para a entrega de uma cozinha comunitária remanescente do edital de 2008, no entanto, nenhuma entidade aderiu ao edital, por esta razão em 2014 será lançado um novo edital para entrega desta cozinha. Em 2014, será lançada

nova chamada pública para a distribuição de 50 kits de cozinha comunitária.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar 150 pontos comerciais fixos**

Análise Situacional da Meta

O edital nº 2/2008 foi finalizado com o atendimento de 27 empreendimentos no período de 2008 a 2011. Em 2014, será lançada nova chamada pública para distribuição de 50 pontos comerciais fixos. .

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar 15 Conselhos de Terminais Pesqueiros Públicos**

Análise Situacional da Meta

O Conselho Terminal Pesqueiro de Manaus foi implantado em 2013. Pretende-se efetuar a implantação de seis Conselhos de Terminais Pesqueiros Públicos em 2014 e oito em 2015. O principal desafio está no elevado número de órgãos e entidades previstos no Decreto nº 5321/2004 para compor os Conselhos, além da necessidade de convencimento para que indiquem os seus representantes.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	6	unidade	0	31/12/2013
Região Norte	4	unidade	1	31/12/2013
Região Sudeste	4	unidade	0	31/12/2013
Região Sul	1	unidade	0	31/12/2013

- **Implantar 9 terminais pesqueiros públicos**

Análise Situacional da Meta

Os Terminais Pesqueiros Públicos (TPP) planejados para serem implantados até o final de 2015 são os de Campos, Belém, Salvador, Ilhéus, Manaus, Cabedelo e Camocim. Em 2013, foram concluídas as obras civis e o aparelhamento dos TPP de Salvador/BA e Ilhéus/BA. Em relação à implementação dos demais terminais pesqueiros, destacamos a seguir:

-TPP Campos Goytacazes/RJ: Foi celebrado termo de cooperação por meio da descentralização de recursos nº 39/2013, para elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) e projeto executivo do respectivo terminal. A previsão de sua implantação é o ano de 2015;

-TPP de Belém/PA: Tem conclusão prevista para julho de 2014. Atualmente, encontra-se em fase de elaboração um termo de referência para contratação do projeto executivo do Cais e, posteriormente, o mesmo processo será cumprido para o seu aparelhamento;

-TPP de Salvador/BA e Ilhéus/BA: As obras civis e o aparelhamento foram concluídos em 2013;

-TPP de Manaus/AM: Entregue ao MPA pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), ao longo de 2013. A administração será direta e haverá necessidade de aparelhamento e adequações às Normas do SIF. Será elaborado um projeto executivo para as referidas necessidades e existe a expectativa de conclusão do processo licitatório em 2014;

-TPP Cabedelo/PB: Foi celebrado um acordo de cooperação com o Comando do Exército para a reforma do terminal,

Plano Mais Brasil

que já dispõe de serviço de vigilância. A expectativa é de que o Terminal esteja pronto ao final de 2014;

-TPP Camocim/CE: Terminal em funcionamento, com serviço de mão de obra e vigilância contratado pelo MPA, necessitando de obras e serviços de engenharia, adequação ao SIF e recuperação do cais. Está sendo elaborado um Termo de Referência para licitação em 2014.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	5	unidade	2	31/12/2013
Região Norte	3	unidade	0	31/12/2013
Região Sudeste	1	unidade	0	31/12/2013

- **Implantar e adequar 15 mercados públicos/pontos de comercialização**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram construídas as infraestruturas das Unidades de Comercialização de Pescado de Caponga, em Cascavel/CE, e da Ceasa de Brasília/DF, além de implantadas as Unidades Móveis de Comercialização pela ADS/Manaus/AM. Já existem convênios formalizados visando à implantação dos Mercados Públicos em Alenquer/PA, Cascavel/CE, Itajaí/SC, Jaguaruana/CE e Imperatriz/MA. Além disso, existem propostas em análise para execução em Soure/PA, Bragança/PA, João Pessoa/PB, Vigia de Nazaré/PA, Itaituba/PA, Bom Jesus da Lapa/BA, Governador Luiz Rocha/MA, com expectativa de conclusão das obras até o final de 2015.

O principal desafio a ser superado continua sendo a capacitação das equipes dos municípios. O MPA continua buscando uma maior interação/orientação entre os servidores das superintendências e da sede para ampliar o entendimento e cumprimento da legislação referente aos convênios.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar e adequar 15 unidades de recepção de pescado**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram implantados os atracadouros programados para execução na cidade do Rio de Janeiro/RJ, para atendimento às comunidades pesqueiras da Ilha do Governador instaladas nas praias de Tubiacanga e da Ribeira. A convenente está em fase de finalização dos editais de licitação, tendo em vista que foi superada a questão do licenciamento ambiental. A expectativa é de que a construção dos cais aconteça ainda no primeiro semestre de 2014. Existe a previsão de celebração de novos convênios ao longo de 2014, o que permitirá aproximar-se um pouco mais da meta estabelecida no PPA. Um dos principais desafios a serem superados refere-se à capacitação das equipes dos municípios. O MPA vem buscando uma maior interação/orientação entre os servidores das superintendências e da sede para ampliar o entendimento e cumprimento da legislação referente aos convênios.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar e adequar 4 unidades de estocagem de peixes ornamentais**

Análise Situacional da Meta

O Grupo Técnico de Trabalho de Organismos Ornamentais (GTT Ornamentais) definiu que as ações devem ser focalizadas nos municípios de Barcelos/AM, Altamira/PA, São Félix do Xingu/PA e Santa Isabel do Rio Negro/AM. Está em execução convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Barcelos para o fomento e desenvolvimento da pesca ornamental naquele município. No primeiro semestre de 2014, será realizada chamada pública para formalização de cooperação com entidades privadas da região Norte e construção das quatro unidades de estocagem.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar e adequar 58 Unidades de Beneficiamento de Pescado – UBP (sendo o aparelhamento de 25 Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar –Uadaf)**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foi concluída a UBP de Três Fronteiras/SP. Além disso, foi assinado o convênio para a construção da UBP de Itauçu/GO, com expectativa de conclusão das obras até o final de 2014. Encontram-se em execução 6 UBP no Estado do Ceará, 5 UBP no Estado do Pará, e as UBP dos municípios de Iracema/RR, Pinhalão/PR, Bananeiras/PB, Saubara/BA, Luis Eduardo Magalhães/BA, Anhembi/SP, Cássia/MG, Seberi/RS, Presidente Castelo Branco/SC, Abelardo Luz/SC, Dois Irmãos do Buriti/MS e Dourados/MS, com expectativa de conclusão das obras até o final de 2015. Os municípios de Itanhaem/SP, Cabo Frio/RJ, Dourados/MS e Breu Branco/PA apresentaram propostas de convênio para implantação e adequação de Unidades de Beneficiamento de Pescado.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar ou adequar infraestrutura aquícola (viveiros, tanques redes e tanques escavados) para atender 30.000 famílias**

Análise Situacional da Meta

Um total de 19.004 famílias foram atendidas por meio da destinação de máquinas e convênios de aquicultura familiar em vários estados da federação, totalizando cerca de 63 % de atendimento da referida Meta. Ainda em 2013, por meio da Portaria nº 77/2013, foi realizada a seleção de propostas para a ação de aquisição de patrulha mecanizada, composta de uma escavadeira hidráulica e um trator de esteiras, para o fomento à aquicultura familiar no Brasil.

Para execução em 2014, foram firmados convênios de diversos projetos para construção de viveiros escavados por meio de aquisição de horas-máquina e aquisição de máquinas. Do total de famílias atendidas por esta meta, 13.311 foram atendidas em 2012 e 5.693 em 2013. Em 2014 está previsto o atendimento de 11.000 famílias.

Quantidade alcançada

19.004

Data de Referência

31/12/2013

- **Manter 13 Centros Integrados da Pesca Artesanal - CIPAR**

Análise Situacional da Meta

Em 2008, o MPA elaborou o projeto de Centros Integrados da Pesca Artesanal (CIPAR), com previsão de implantação de 13 unidades, cujo objetivo principal é o de integrar a cadeia produtiva da pesca nas comunidades escolhidas por meio da interação dos diferentes elos da cadeia produtiva (como beneficiamento, armazenamento e comercialização) e das diferentes formas de apoio às comunidades pesqueiras (inclusão digital, educação continuada, espaço para uso da comunidade).

Ao analisar os resultados obtidos nas comunidades escolhidas como piloto, o MPA concluiu que o projeto não alcançou as metas pretendidas. Entre os obstáculos observados estão dificuldades de implantação das estruturas físicas

Plano Mais Brasil

e a falta de entidades organizadas aptas a gerir os empreendimentos nos moldes previstos no projeto.

Atualmente não há CIPAR mantido, pois os existentes não atenderam aos requisitos estabelecidos pela política pública para integração das ações/empreendimento. Uma nova metodologia de implantação do CIPAR foi elaborada para prosseguimento do projeto.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0576 - Promover a inclusão social, o acesso à cidadania, à educação e à qualificação profissional com vistas à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquicultura

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) busca a promoção da inclusão social, do acesso à cidadania, da educação e da qualificação profissional para os trabalhadores da pesca e da aquicultura, por meio de ações de capacitação, inclusão digital e da regularização das áreas historicamente utilizadas pelas famílias para a atividade econômica.

Sabidamente o setor pesqueiro possui um grande contingente de pescadores e trabalhadores analfabetos ou com baixo grau de escolaridade. O MPA está trabalhando para conhecer a realidade em cada região para, em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e outros órgãos da Administração Pública federal, estadual e municipal, oferecer cursos e realizar ações voltadas para atender este público.

A parceria entre o MPA e o MEC inclui ações de alfabetização, elevação do nível de escolaridade e capacitação profissional de pescadores e aquicultores. Dentre estas ações, tem especial destaque o Programa Pescando Letras, que busca alfabetizar pescadores profissionais e aquicultores familiares que não tiveram acesso à educação durante a idade escolar.

O Programa utiliza uma metodologia própria, respeitando a cultura, a experiência e a realidade dos pescadores e aquicultores. As turmas são formadas levando em consideração a disponibilidade irregular de tempo desses trabalhadores e aproveitando os períodos de defeso/piracema. É executado por meio do Programa Brasil Alfabetizado, do MEC. O tempo para a alfabetização dura em média entre seis e oito meses. Em 2012 e 2013 foram matriculados mais de 17.000 pescadores e profissionais da pesca. Desde a sua criação, em 2003, o Pescando Letras atendeu mais de 190.000 pescadores.

Outra parceria de destaque entre MPA e MEC, no âmbito da Bolsa-Formação Trabalhador do PRONATEC, visa a qualificação e o acesso de pescadores e aquicultores à formação técnica e profissional. Cabe destacar que o MEC criou a modalidade PRONATEC PESCA E AQUICULTURA, a fim de atender o público alvo do MPA. O ano de 2013 marcou também a formação de aproximadamente 971 técnicos em pesca e aquicultura. Eles participaram de cursos à distância apoiados pelos Telecentros da Pesca e ministrados pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR).

O Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE) instituiu o Grupo Técnico de Trabalho Formação e Capacitação do Pescador, por meio da Portaria MPA nº 247, de 19 de julho de 2012, com o objetivo de propor ações para padronizar o fluxo de carreira e a matriz curricular do Ensino Profissional Marítimo para o Pescador, bem como demais ações necessárias para a regularização da profissão dos pescadores. Este grupo técnico é composto por conselheiros representantes da sociedade civil, do segmento empresarial e de pescadores e por conselheiros representantes governamentais do MEC, da Marinha do Brasil e do MPA.

O grupo vem trabalhando, desde então, na formatação e planejamento de um novo modelo de formação profissional do pescador, visando ampliar a rede de oferta dos cursos de habilitação, bem como atualizar e adequar os conteúdos e o fluxo de carreira às exigências internacionais sobre o tráfego e a segurança no mar, em função de acordos internacionais

dos quais o país é signatário e devido ao aumento do tráfego de embarcações observado nos últimos anos.

Três institutos federais já assinaram acordos de cooperação técnica para capacitação de pescadores: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará (IFCE); o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado da Paraíba (IFPB); e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina (IFSC). Dentro do Programa Mulheres Mil, foram realizadas 300 matrículas em comunidades pesqueiras nos Institutos Federais de Ensino (IF's) que estão realizando as atividades do programa.

Outra importante ação foi a parceria entre o MPA e o Ministério das Comunicações para a implantação do Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades – TELECENTROS.BR. Esses espaços, destinados a pescadores e aquicultores, dispõem de equipamentos de informática, internet, bolsa de monitoria e curso de capacitação de monitores. No biênio 2012/2013, foram instalados 27 telecentros e já foram entregues equipamentos em outros 19. Para atuar nos telecentros no auxílio aos usuários, foram selecionados 65 monitores bolsistas, em dois editais de seleção pública.

Por fim, destaca-se a transferência de áreas sob domínio da União ao MPA e a cessão para comunidades pesqueiras que têm o objetivo de garantir a atividade tradicional da pesca e o uso pelas comunidades de terras tradicionalmente utilizadas pelas famílias para o armazenamento de petrechos e embarcações.

Metas 2012-2015

- **Alfabetizar 80.000 pescadores em todo o Brasil, em parceria com o Ministério da Educação**

Análise Situacional da Meta

O programa “Pescando Letras” possibilitou a alfabetização de trabalhadores da pesca e pescadores artesanais por meio de parceria entre o MPA e o MEC. Em 2013, foram atendidos 10.799 trabalhadores da pesca e 6.554 pescadores artesanais, totalizando 17.353 beneficiados. Em 2012, foram atendidos 9.092 trabalhadores da pesca e 7.108 pescadores, totalizando 16.200 beneficiários. Considerando o biênio 2012-2013, temos, ao todo, 33.553 trabalhadores alfabetizados no Programa de Alfabetização "Pescando Letras".

As turmas do programa “Pescando Letras” são formadas levando-se em consideração a disponibilidade irregular de tempo desses trabalhadores e aproveitando-se dos períodos de defeso/piracema, por meio de uma metodologia diferenciada, atendendo a especificidade da atividade pesqueira (tempo irregular para o estudo e a forte cultura dos pescadores). Assim, a metodologia adotada pelo programa visa, além de respeitar a cultura, a experiência e a realidade dos pescadores artesanais, utilizar-se do período de defeso para intensificar as aulas. Desde sua criação no ano de 2003, o programa “Pescando Letras” atendeu mais de 190 mil pescadores e aquicultores.

Quantidade alcançada

33.553

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	8.000	unidade	127	31/12/2013
Região Nordeste	32.000	unidade	24.386	31/12/2013
Região Norte	24.000	unidade	8.308	31/12/2013
Região Sudeste	8.000	unidade	315	31/12/2013
Região Sul	8.000	unidade	417	31/12/2013

- **Capacitar 2.000 pescadoras e aquicultoras dentro do 'Programa Mulheres Mil' do Ministério da Educação**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram realizadas 300 matrículas em comunidades pesqueiras no Programa Mulheres Mil, sendo 200 no nordeste e 100 no sul do Brasil. A partir de setembro de 2013, este Programa passou a ser executado dentro do PRONATEC, tendo como demandante o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com o qual o MPA está articulando parcerias para demandar o atendimento de mulheres pescadoras no ano de 2014.

Plano Mais Brasil

Quantidade alcançada

300

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	200	unidade	0	31/12/2013
Região Nordeste	800	unidade	200	31/12/2013
Região Norte	600	unidade	0	31/12/2013
Região Sudeste	200	unidade	0	31/12/2013
Região Sul	200	unidade	100	31/12/2013

- **Criar 150 pontos de leitura nos Telecentros da Pesca Maré**

Análise Situacional da Meta

A implementação da meta requer articulação com o Ministério da Cultura (MinC) para sua realização, pois a implementação dos pontos de leitura nos telecentros ocorre por editais realizados pelo MinC para parcerias com entes da federação. O MPA desenvolve articulações junto às entidades do setor pesqueiro para que se inscrevam no processo seletivo do MinC.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Elevar a escolaridade de 20.000 pescadores, em parceria com o Ministério da Educação**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foi dada continuidade aos cursos “Técnico em Pesca” e “Técnico em Aquicultura”, fruto do Acordo de Cooperação Técnica nº 11/2009 celebrado entre MPA e o Instituto Federal do Paraná (IFPR). Os cursos foram realizados em 48 telecentros da Pesca Maré, que se transformaram em polos de apoio presencial de ensino à distância para receber as aulas transmitidas via satélite, diretamente do estúdio do IFPR, e possuem carga horária total de 2.400 horas.

Em 2013, foram atendidos 1.383 pescadores e aquicultores nos dois cursos, sendo 339 da Região Norte, 766 da Região Nordeste, 65 da Região Centro-Oeste, 108 da Região Sudeste e 105 da Região Sul. Em 2012, foram atendidos 1684 beneficiários. Considerando o biênio 2012/2013, foram beneficiados 3.067 pescadores.

Além desta iniciativa, no ano de 2013 foram matriculados mais 6.904 alunos nos cursos de pesca, aquicultura, recursos pesqueiros e construção naval dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, cursos esses ofertados por meio da Política Nacional de Formação Humana na Área de Pesca e Aquicultura do MEC.

Quantidade alcançada

3.067

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2.000	unidade	144	31/12/2013
Região Nordeste	8.000	unidade	1.700	31/12/2013
Região Norte	6.000	unidade	752	31/12/2013
Região Sudeste	2.000	unidade	239	31/12/2013
Região Sul	2.000	unidade	232	31/12/2013

- **Implantar 187 telecentros para pescadores artesanais e aquicultores familiares em parceria com o Ministério das Comunicações**

Análise Situacional da Meta

Desde 2010, o MPA faz parte do Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades Telecentros - BR, promovido pelo Ministério das Comunicações (MC). Por meio deste programa, os telecentros da Pesca Maré foram selecionados, via edital de seleção pública, para receberem equipamentos de informática e/ou mobiliário, conexão com internet e bolsa de capacitação para monitores. A entrega dos equipamentos e dos mobiliários é de responsabilidade do MC. Ao MPA cabe o acompanhamento, controle e gestão dos referidos telecentros selecionados..

No ano de 2013, a parceria entre o MPA e o MC implantou 27 telecentros e entregou 19 kits telecentros para entidades beneficiárias do Programa. Em 2012, foram implantados 18 telecentros e entregues 59 kits telecentros para entidades beneficiárias do Programa. Considerando o biênio, 45 telecentros foram implantados. Ressaltamos que os kits telecentros já disponibilizados para as entidades beneficiadas possibilitarão a implantação de outros 78 telecentros para pescadores artesanais e aquicultores familiares.

Quantidade alcançada

45

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	19	unidade	3	31/12/2013
Região Nordeste	75	unidade	13	31/12/2013
Região Norte	55	unidade	4	31/12/2013
Região Sudeste	19	unidade	14	31/12/2013
Região Sul	19	unidade	11	31/12/2013

- **Regularização da transferência de áreas da União ao MPA e cessão de 15 áreas para comunidades pesqueiras**

Análise Situacional da Meta

O MPA e a SPU finalizaram a minuta de Portaria que determinará os procedimentos para a regularização de terrenos para as comunidades pesqueiras. A previsão é que a norma seja editada ainda no primeiro semestre de 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0583 - Orientar a gestão da atividade pesqueira para a promoção da exploração sustentável dos recursos pesqueiros.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Análise Situacional do Objetivo

A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, define como conjunta entre o MPA e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) a competência pelo ordenamento da pesca, que visa ao alcance dos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Para a operacionalização da gestão compartilhada, foram publicados o Decreto nº 6.981, de 13 de outubro de 2009, e a Portaria Interministerial nº 2, de 13 de novembro de 2009, determinando as competências, estabelecendo os colegiados e suas formas de atuação. Em seguida, os Ministérios levantaram quais as principais pescarias brasileiras a serem regularizadas, em conformidade com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, e considerando aspectos como as principais bacias e o enfoque ambiental, social e econômico das pescarias.

O Sistema de Gestão Compartilhada (SGC) é responsável pela operacionalização da atuação conjunta do MPA e do MMA, nos aspectos relacionados à definição de normas, critérios, padrões e medidas de ordenamento para o uso sustentável dos recursos pesqueiros. O SGC é coordenado pela Comissão Técnica de Gestão Compartilhada dos Recursos

Pesqueiros (CTGP), órgão consultivo e implementador das atividades do Sistema. Dentro desse cenário, o MPA, em conjunto com o MMA, tem implantado e operacionalizado os Comitês Permanentes de Gestão – CPG.

Atualmente encontram-se em pleno funcionamento dois Comitês: CPG atuns e afins e CPG lagosta. A previsão é de criação e implantação de 21 CPGs. Em 2013, foram criados seis novos comitês: CPG Camarões; CPG Recursos Pesqueiros da Bacia Amazônica; CPG Demersais Sul/Sudeste; CPG Demersais Norte/Nordeste; CPG Pelágicos Sul/Sudeste; e CPG Recursos Pesqueiros da Bacia do São Francisco. Esses comitês serão instalados após a definição da composição, conforme a Instrução Normativa Interministerial (INI) nº 10/2011, de 10 de junho de 2011. Dentre as atribuições conferidas aos CPGs, está a contribuição para a elaboração e publicação dos planos de gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros. O funcionamento dos comitês instituídos em 2013 permitirá a elaboração de novos planos para as pescarias assistidas por eles e contribuirá para o alcance do objetivo de implantação de sistemas de informação para a coleta e gestão de dados dos programas de monitoramento e controle.

O Grupo Técnico de Trabalho instituído dentro do Sistema de Gestão Compartilhado para discutir a pesca da tainha (GTT Tainha) deverá finalizar o Plano de Gestão da Tainha até julho de 2014.

O ordenamento pesqueiro, em especial, é instrumento para garantir a exploração sustentável dos recursos pesqueiros. Com o intuito de aprimorar a eficiência do MPA no que tange ao recebimento e controle dos Mapas de Bordo, foi implantado um sistema teste para preenchimento e entrega desses documentos via internet. O teste indicou a necessidade de desenvolvimento de um sistema mais robusto, que possibilite a todo o universo de embarcações o preenchimento e entrega online, bem como permita ao MPA tratar e sistematizar os dados e informações de forma mais ágil e precisa. A implantação de tal sistema foi iniciada em dezembro de 2013, com previsão de finalização e entrada em funcionamento em dezembro de 2014. Os Mapas de Bordo são formulários específicos, regidos pela INI MMA/SEAP-PR nº 26, de 19 de julho de 2005, de registro de dados e informações sobre as operações de pesca de uma embarcação pesqueira. Os dados gerados pelos formulários são fundamentais para subsidiar ações afetas ao monitoramento e ao ordenamento da atividade pesqueira, sendo também importantes para a realização de pesquisas na área.

O sistema atual do Regime Nacional de Certificação de Capturas (RCC) permite a geração dos certificados de captura com numeração exclusiva, além do cadastro de embarcações pesqueiras e empresas exportadoras habilitadas a, respectivamente, fornecer pescado e efetuar as exportações à União Europeia. Todavia, os procedimentos exigidos não são efetuados de forma automática pelo sistema, o que acarreta morosidade nas análises e nas validações de certificados de captura. Dessa forma, a implantação do novo sistema do RCC se revela imprescindível para incrementar a eficiência e eficácia do MPA nesse tema.

O Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) é também um instrumento que visa contribuir para a gestão e o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira, e que permite, ainda, aos usuários (pescador, armador, aquicultor, etc), o exercício da atividade pesqueira. Com relação ao RGP do Pescador Profissional, o MPA iniciou em fevereiro de 2013 um recadastramento nacional desses pescadores, desenvolvendo o processo de atualização e substituição das suas licenças. Com o recadastramento, foi criada uma metodologia para coibir as fraudes ao Seguro Defeso (pago durante a época de reprodução das espécies) e manter apenas o verdadeiro pescador de posse da Licença de Pescador. Cadastraram-se, nesse período, 439.047 pescadores profissionais. Durante o processo, 221 mil licenças foram suspensas, o que deverá proporcionar redução no pagamento do Seguro-Defeso, em virtude da obrigatoriedade do registro para acesso ao benefício junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

No que se refere ao RGP do Aquicultor, houve avanço com a publicação da Instrução Normativa MPA n° 8/2013, que facilitou a emissão do registro inicial do aquicultor, tornando desnecessária a apresentação de alguns documentos, como a licença ambiental, para obtenção do Registro. Com a implantação do Plano Safra da Pesca e Aquicultura, o Programa de Distribuição de Patrulhas Mecanizadas para Municípios e com o empenho dos órgãos estaduais em regularizar a atividade, houve um acréscimo de 460% no número de aquicultores registrados no Sistema de Informação do Registro Geral da Pesca (SisRGP), em relação a 2012. Outra categoria que teve um crescimento significativo foi a da pesca amadora, na qual foram emitidas 401.549 licenças de pesca amadora – aumento de 16% em relação ao ano de 2012-, e autorizada a realização de 165 competições nessa modalidade.

Ainda no RGP, aproximadamente 58.000 embarcações receberam autorizações nas modalidades de linha, emalhe, arrasto, cerco e armadilha ou qualquer outra modalidade de pesca cuja operação requeira o auxílio de embarcação de pesca.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver 2 sistemas de informação para a coleta e a gestão dos dados dos programas de monitoramento e controle**

Análise Situacional da Meta

O MPA iniciou, em 2013, o desenvolvimento de dois sistemas de informação de significativa relevância para o ministério: o Sistema de Informações dos Mapas de Bordo e o Sistema de Informações do Regime Nacional de Certificação de Capturas (RCC).

O Sistema de Mapa de Bordo tem o seu regramento próprio definido pela INI MMA-SEAP/PR nº 26/2005, que estabelece os critérios e procedimentos para o preenchimento e entrega dos Mapas de Bordo das embarcações nacionais ou estrangeiras arrendadas, devidamente permissionadas, atuantes em águas jurisdicionais brasileiras. Os Mapas de Bordo possibilitam, dessa maneira, a coleta de dados e informações sobre a atividade pesqueira por meio de formulários específicos que devem ser apresentados ao final de cada cruzeiro de pesca. De acordo com a referida norma, os mapas de bordo em papel podem ser entregues no MPA ou no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Nacionais Renováveis (IBAMA), o que dificulta o controle, análise e aproveitamento das informações geradas.

No que tange à entrega de mapas de bordo, o MPA lançou, em março de 2013, um módulo teste para o sistema, no qual foram selecionados representantes de algumas empresas de pesca para preencherem de forma online os formulários relativos a cada cruzeiro de pesca realizado pelas embarcações. Os testes foram bem sucedidos, indicando a viabilidade e pertinência do desenvolvimento do sistema definitivo dos Mapas de Bordo. Considerando que se trata de sistema robusto, que contemplará um grande número de formulários estabelecidos pela normativa dos Mapas de Bordo, e que haverá a necessidade de integração com outros sistemas do MPA, a previsão é que o sistema de Mapas de Bordo seja finalizado e entre em funcionamento em dezembro de 2014. Para tanto, será necessário adequar a INI MMA-SEAP/PR nº 26/2005. Dentre as alterações necessárias, está o reconhecimento do método de entrega online. Isso facilitará a compilação e análise dos resultados do cruzeiro, bem como o acesso a diferentes dados das embarcações a todos os envolvidos no processo.

O Regime Nacional de Certificação de Capturas (RCC), instituído pela Instrução Normativa MPA nº 5, de 11 de dezembro de 2009, é composto por um conjunto de normas e procedimentos necessários à validação de certificados de captura, documentos que devem acompanhar a exportação de produtos oriundos da pesca extrativa marinha aos países integrantes da Comunidade Europeia. Todavia, os procedimentos exigidos pela normativa e pelo Regulamento Operacional do RCC para fins de validação desses certificados, bem como as verificações quanto à regularidade no rastreamento da embarcação junto ao Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações por Satélite (PREPS), não são efetuados de forma automática pelo sistema. Tal situação acarreta morosidade nas análises e validações de certificados de captura. Dessa forma, a implantação do novo sistema do RCC se revela imprescindível para incrementar a eficiência e eficácia do MPA nesse tema. O sistema possibilitará aos usuários o preenchimento e entrega via internet de toda a documentação necessária à validação dos certificados de captura, reduzindo o trâmite de documentos em papel e eliminando a necessidade do interessado deslocar-se para uma unidade do MPA. E possibilitará a geração de vários relatórios de gestão, incluindo relatórios automáticos indicando, por exemplo, a quantidade de pescado exportado por espécie. As tratativas para o desenvolvimento do sistema do RCC ocorreram ao longo de todo o ano, porém a sua conclusão deverá ocorrer somente no segundo semestre de 2014.

Quantidade alcançada

0

Plano Mais Brasil

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar e operacionalizar 21 Comitês Permanentes de Gestão**

Análise Situacional da Meta

Atualmente se encontram em pleno funcionamento 2 Comitês: CPG atuns e afins e CPG lagosta. Em 2013, foram criados 6 CPG: CPG Camarões; CPG Recursos Pesqueiros da Bacia Amazônica; CPG Demersais Sul/Sudeste; CPG Demersais Norte /Nordeste; CPG Pelágicos Sul /Sudeste e CPG Recursos Pesqueiros da Bacia do São Francisco . Esses comitês estão em fase de instalação.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2013

- **Publicar 15 planos de gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, está em fase de construção o Plano de Gestão da Tainha, elaborado pelo Grupo Técnico de Trabalho - GTT Tainha. Os Comitês Permanentes de Gestão (CPG) estão em fase de criação, e contribuirão para a construção e posterior publicação dos planos de gestão dos recursos pesqueiros.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

Anexo

Execução Financeira das Ações Orçamentárias Vinculadas às Inciativas

PROGRAMA: 2055 - Desenvolvimento Produtivo

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**5.581.311**	**5.813.729**	**4.555.516**
Despesas Correntes	913.983	1.069.817	688.977
Despesas de Capital	4.667.328	4.743.912	3.866.539
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**6.721.299**	**4.823.339**	**3.876.951**
Totais	**12.302.611**	**10.637.069**	**8.432.467**

OBJETIVO: 0853 - Incentivar a implantação de indústrias competitivas de componentes e equipamentos eletrônicos, com ênfase no desenvolvimento local, e promover a produção de software, conteúdos digitais interativos e serviços de TI, para posicionar o País como exportador relevante do setor.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03HP - Fabricação de dispositivos eletrônicos e semicondutores**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6432	79.437.548	79.437.548	73.943.561	55.452.297	55.449.897
Total	**79.437.548**	**79.437.548**	**73.943.561**	**55.452.297**	**55.449.897**

OBJETIVO: 0847 - Promover a competitividade, a agregação de valor e o adensamento da indústria, por meio da avaliação, aprimoramento, reformulação e expansão dos mecanismos existentes.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03GV - Fiscalização do Processo Produtivo Básico para bens de informática**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2692	91.984	91.984	51.136	49.136	49.136
Total	**91.984**	**91.984**	**51.136**	**49.136**	**49.136**

- **04F6 - Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais e das Cadeias Produtivas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210E	98.777.239	98.777.239	21.168.573	8.802.609	8.802.609
Total	**98.777.239**	**98.777.239**	**21.168.573**	**8.802.609**	**8.802.609**

OBJETIVO: 0850 - Expandir, diversificar e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades, capacitações e potencialidades das empresas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03HB - Aperfeiçoamento dos mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades e potencialidades das empresas, setores e cadeias produtivas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

Plano Mais Brasil

210D	3.150.000	3.150.000	2.031.500	401.000	401.000
Total	**3.150.000**	**3.150.000**	**2.031.500**	**401.000**	**401.000**

OBJETIVO: 0851 - Orientar junto às entidades competentes, o direcionamento da oferta de treinamento, qualificação e formação de mão de obra em adequação às necessidades das empresas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03HM - Programas especiais de qualificação profissionalizante para atender as demandas específicas de setores e cadeias produtivas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20QR	8.000.000	8.000.000	0	0	0
Total	**8.000.000**	**8.000.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0854 - Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03HY - Fabricação de de equipamentos para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20V1	94.833.940	94.833.940	94.288.008	94.288.008	61.454.171
Total	**94.833.940**	**94.833.940**	**94.288.008**	**94.288.008**	**61.454.171**

OBJETIVO: 0856 - Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03IC - Fabricação de produtos petroquímicos e de química fina**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
20PR	2.196.000	1.941.000	1.876.660
20PQ	12.936.000	37.258.000	37.027.186
Total	**15.132.000**	**39.199.000**	**38.903.846**

- **03IN - Fabricação de fertilizantes nitrogenados**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
6597	23.284.000	25.724.000	27.182.536
6595	127.445.000	171.922.000	164.234.761
1C61	29.748.000	177.779.000	185.213.983
151F	0	31.351.000	40.735.228
1C62	10.860.000	9.428.000	8.937.675
Total	**191.337.000**	**416.204.000**	**426.304.183**

- **047O - Construção das Unidades de Etilbenzeno e de Estireno no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
124O	43.869.000	0	0
Total	**43.869.000**	**0**	**0**

- **047P - Construção de Unidade de Etilenoglicol no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
124Q	25.291.000	0	0
Total	**25.291.000**	**0**	**0**

- **047Q - Construção das Unidades de Polietileno e de Polipropileno no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
124S	375.204.000	0	0
Total	**375.204.000**	**0**	**0**

- **047R - Implantação da Unidade de Ácido Tereftálico (PTA), em Ipojuca (PE)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
125T	10.800.000	301.664.000	221.203.136
Total	**10.800.000**	**301.664.000**	**221.203.136**

- **047S - Implantação de Complexo de Poliéster e Resina PET, em Ipojuca (PE)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
125U	2.284.278.000	1.090.017.000	930.254.800
Total	**2.284.278.000**	**1.090.017.000**	**930.254.800**

- **047T - Implantação da Unidade de Estireno no Polo Petroquímico do Sul, em Triunfo (RS)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146U	104.234.000	400.000	0
Total	**104.234.000**	**400.000**	**0**

- **047U - Implantação de Unidades de Produção de Fertilizantes Nitrogenados I (período 2011-2017)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12NC	266.934.000	202.605.000	199.431.256
Total	**266.934.000**	**202.605.000**	**199.431.256**

- **047V - Implantação de Unidade de Produção de Amônia com capacidade de aproximadamente 520 mil t/ano**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	

Plano Mais Brasil

12NF	247.038.000	25.152.000	20.807.469
Total	**247.038.000**	**25.152.000**	**20.807.469**

- **047X - Implantação de Unidade de Produção de Fertilizantes Nitrogenados, com Capacidade Produtiva de 1.109 mil t/ano de Ureia e 796 mil t/ano de Amônia**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
124V	2.183.547.000	1.822.018.000	1.485.776.258
Total	**2.183.547.000**	**1.822.018.000**	**1.485.776.258**

- **047Y - Construção de Unidades de Produção de Petroquímicos de 1ª e 2ª Geração do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
14LD	680.953.000	633.398.000	374.439.614
Total	**680.953.000**	**633.398.000**	**374.439.614**

OBJETIVO: 0859 - Fomentar a competitividade, a inovação e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade, normalização e regulamentação técnica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03JC - Promoção da justa concorrência e proteção ao cidadão**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20TV	498.121.505	578.121.504	473.567.491	461.775.359	460.533.895
Total	**498.121.505**	**578.121.504**	**473.567.491**	**461.775.359**	**460.533.895**

- **04F5 - Consolidação e desenvolvimento da infra estrutura física de comunicação e colaboração de ensino, pesquisa e inovação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4172	3.055.370	3.055.370	3.055.369	3.055.369	3.055.369
Total	**3.055.370**	**3.055.370**	**3.055.369**	**3.055.369**	**3.055.369**

OBJETIVO: 0881 - Conceder direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03LB - Ampliação da inserção do tema propriedade intelectual e inovação junto aos setores produtivo, acadêmico, tecnológico e governamental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20TW	5.219.000	5.219.000	3.690.441	3.393.255	3.393.255
Total	**5.219.000**	**5.219.000**	**3.690.441**	**3.393.255**	**3.393.255**

OBJETIVO: 0194 - Fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00N4 - Adequação e ampliação do parque produtivo brasileiro de produtos e serviços estratégicos para atendimento ao SUS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8636	60.720.000	72.720.000	48.127.149	15.650.421	15.204.577
20K7	134.000.000	160.000.000	115.435.482	7.577.597	7.183.997
Total	**194.720.000**	**232.720.000**	**163.562.630**	**23.228.018**	**22.388.573**

- **00N7 - Implantação da Indústria de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1H00	292.682.452	292.682.452	179.830.051
Total	**292.682.452**	**292.682.452**	**179.830.051**

- **00N8 - Expansão da FIOCRUZ através da implantação de centros de desenvolvimento tecnológico e produção de insumos para o SUS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14UO	11.440.000	8.008.000	8.003.689	863.773	863.773
Total	**11.440.000**	**8.008.000**	**8.003.689**	**863.773**	**863.773**

- **00N9 - Instalação de Novas plataformas tecnológicas na FIOCRUZ para o desenvolvimento de insumos estratégicos para o SUS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20K1	8.900.000	8.900.000	8.535.267	5.328.882	5.255.152
Total	**8.900.000**	**8.900.000**	**8.535.267**	**5.328.882**	**5.255.152**

- **00NA - Modernização das Unidades da FIOCRUZ**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7674	31.000.000	37.644.000	35.974.987	33.726.935	33.678.798
13DT	1.000.000	700.000	0	0	0
Total	**32.000.000**	**38.344.000**	**35.974.987**	**33.726.935**	**33.678.798**

- **00NB - Produção de fármacos, medicamentos e fitoterápicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2522	55.810.000	55.810.000	44.916.104	34.552.751	33.280.583
2E47	85.000.000	102.000.000	0	0	0
Total	**140.810.000**	**157.810.000**	**44.916.104**	**34.552.751**	**33.280.583**

- **047Z - Construção do Polo de Biotecnologia da FIOCRUZ em Fortaleza/CE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

Plano Mais Brasil

13DU	42.000.000	29.400.000	25.755.569	2.246.483	2.246.483
Total	**42.000.000**	**29.400.000**	**25.755.569**	**2.246.483**	**2.246.483**

- **0480 - Construção do Polo de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da FIOCRUZ em Belo Horizonte/MG**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
13DV	5.000.000	3.500.000	336.600	336.293	325.000
Total	**5.000.000**	**3.500.000**	**336.600**	**336.293**	**325.000**

- **04AA - Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos da Fundação Oswaldo Cruz**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
13DW	88.000.000	88.000.000	88.000.000	13.041.890	13.041.890
Total	**88.000.000**	**88.000.000**	**88.000.000**	**13.041.890**	**13.041.890**

OBJETIVO: 0757 - Modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira e o parque nacional de estaleiros de modo a atender à navegação de longo curso, de cabotagem e navegação interior.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0305 - Fomento ao desenvolvimento da Marinha Mercante e à indústria naval brasileira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
00NE	0	108.605.878	108.605.878	108.605.878	108.605.878
0118	4.176.389.664	4.176.389.664	3.664.565.577	3.664.565.577	3.660.753.244
Total	**4.176.389.664**	**4.284.995.542**	**3.773.171.455**	**3.773.171.455**	**3.769.359.122**

OBJETIVO: 0196 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00ND - Catalogação de materiais e produtos com padrão internacional (SOC/OTAN)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20T4	1.800.000	1.800.000	851.897	550.131	531.683
Total	**1.800.000**	**1.800.000**	**851.897**	**550.131**	**531.683**

- **00NH - Incentivo à ampliação do conteúdo tecnológico nacional nos produtos para a Defesa Nacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2B28	900.000	900.000	844.328	798.843	762.088
Total	**900.000**	**900.000**	**844.328**	**798.843**	**762.088**

- **00NI - Provimento às Forças Armadas de material de defesa a partir da cadeia produtiva instalada no país**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4528	88.665.000	88.665.000	77.796.304	40.453.407	39.583.730
Total	**88.665.000**	**88.665.000**	**77.796.304**	**40.453.407**	**39.583.730**

PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**5.457.989**	**6.121.143**	**3.773.639**
Despesas Correntes	4.156.822	4.878.780	3.447.735
Despesas de Capital	1.301.166	1.242.363	325.904
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**5.457.989**	**6.121.143**	**3.773.639**

OBJETIVO: 0400 - Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **016Y - Cooperação nacional e internacional em ciência, tecnologia e inovação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6147	6.346.447	6.346.447	4.915.755	4.451.995	4.451.995
Total	**6.346.447**	**6.346.447**	**4.915.755**	**4.451.995**	**4.451.995**

- **0171 - Execução do Plano Nacional de Astronomia (PNA) e expansão da participação brasileira nos telescópios internacionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
200D	4.275.000	4.275.000	4.275.000	4.275.000	4.275.000
Total	**4.275.000**	**4.275.000**	**4.275.000**	**4.275.000**	**4.275.000**

- **0176 - Fomento à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em recursos hídricos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2223	31.289.816	31.289.816	17.397.135	7.687.349	4.519.926
Total	**31.289.816**	**31.289.816**	**17.397.135**	**7.687.349**	**4.519.926**

- **0177 - Fomento a projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e a projetos voltados à geração e disseminação de conhecimento, novas tecnologias, produtos e processos inovadores**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20I4	1.224.213.996	1.172.313.996	831.587.621	435.953.560	222.147.885
20UP	7.979.134	7.979.134	5.538.594	294.620	174.156
20UQ	99.400.955	101.600.955	36.015.626	3.345.646	951.269
20US	129.542.821	129.142.821	101.798.288	81.748.072	80.544.461
20V6	71.142.025	71.032.025	18.767.812	5.363.594	1.530.869
4148	7.832.146	7.832.146	5.351.843	3.669.115	3.447.526
4947	14.999.999	14.999.999	14.416.983	8.053.061	7.999.245

Plano Mais Brasil

6702	26.583.102	26.413.102	21.607.140	12.329.598	11.725.198
Total	**1.581.694.178**	**1.531.314.178**	**1.035.083.907**	**550.757.266**	**328.520.608**

OBJETIVO: 0401 - Fortalecer as instituições científicas e tecnológicas da Amazônia para desconcentrar a produção científica e tecnológica do país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **017F - Fortalecimento das instituições científicas e tecnológicas da Região Amazônica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
13DM	1.004.000	200.800	0	0	0
210K	3.794.244	2.001.000	2.000.000	666.566	666.566
4542	4.900.000	4.320.000	3.919.348	1.435.191	1.435.191
4949	16.054.097	16.054.097	8.958.268	6.095.848	1.215.782
Total	**25.752.341**	**22.575.897**	**14.877.616**	**8.197.605**	**3.317.539**

OBJETIVO: 0403 - Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **017O - Construção de uma Fonte de Luz Síncrotron de 3ª geração**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
13CL	15.530.000	15.530.000	15.530.000	15.530.000	15.530.000
Total	**15.530.000**	**15.530.000**	**15.530.000**	**15.530.000**	**15.530.000**

- **017Z - Expansão e modernização da infraestrutura técnico-científica das instituições científicas e tecnológicas do país**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2095	404.936.144	404.936.144	366.763.330	183.972.958	155.902.228
Total	**404.936.144**	**404.936.144**	**366.763.330**	**183.972.958**	**155.902.228**

- **0182 - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas unidades de pesquisa e nas organizações sociais do MCTI**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20UI	6.012.550	6.012.550	5.470.779	3.841.217	3.841.217
20UJ	2.740.779	3.240.779	3.073.032	1.125.882	1.071.368
20UK	3.884.000	3.884.000	3.038.897	2.110.924	2.110.924
20UL	4.141.317	4.141.317	3.803.315	2.757.282	2.717.572
20UM	4.904.500	4.904.500	4.901.578	4.019.773	4.019.773
20UO	1.281.850	1.281.850	1.267.281	616.836	616.836
20UR	14.397.107	14.397.107	12.792.255	8.346.081	8.335.983
20V7	13.965.645	13.095.645	11.203.126	5.112.693	5.096.693
211M	0	0	0	0	0
213C	0	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000

2C67	2.083.929	2.083.929	1.899.850	252.109	252.109
4122	45.996.500	80.996.500	80.996.500	80.996.500	63.632.044
4125	3.570.300	3.570.300	3.237.796	1.990.703	1.907.146
4126	1.139.905	1.139.905	1.122.519	765.189	754.944
4128	1.830.000	1.830.000	1.797.036	1.259.155	1.129.071
4132	8.868.400	8.668.400	6.837.710	2.552.074	2.552.074
4139	3.409.500	3.409.500	2.907.188	2.522.324	2.522.324
4188	21.366.955	26.366.955	26.366.955	26.366.955	26.366.955
4192	76.601.251	172.711.251	172.601.251	172.601.251	100.768.983
4475	38.641.850	38.641.850	37.615.000	16.056.850	16.056.850
4655	70.800.000	142.600.000	141.300.000	137.400.000	58.959.000
Total	**325.636.338**	**542.976.338**	**532.232.067**	**480.693.796**	**312.711.865**

OBJETIVO: 0486 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01MK - Fomento à pesquisa em Tecnologia da Informação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4185	35.385.918	35.385.918	27.520.618	15.067.943	12.220.381
Total	**35.385.918**	**35.385.918**	**27.520.618**	**15.067.943**	**12.220.381**

- **01MN - Promoção do desenvolvimento de bens e serviços de TIC para aplicações avançadas em áreas estratégicas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UT	2.895.706	2.495.706	2.256.977	466.477	466.477
Total	**2.895.706**	**2.495.706**	**2.256.977**	**466.477**	**466.477**

OBJETIVO: 0493 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal: biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01O4 - Fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação em Biotecnologia**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UU	3.944.945	3.944.945	3.743.000	3.581.000	3.581.000
4031	40.625.936	40.625.936	30.638.318	24.010.596	2.034.673
Total	**44.570.881**	**44.570.881**	**34.381.318**	**27.591.596**	**5.615.673**

OBJETIVO: 0494 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01OL - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em energia e biocombustíveis**

Plano Mais Brasil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UN	6.771.915	6.771.915	5.585.681	2.161.609	2.108.250
2189	78.547.323	77.547.323	63.419.320	31.153.045	15.581.330
Total	**85.319.238**	**84.319.238**	**69.005.001**	**33.314.654**	**17.689.580**

- **01OM - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em minerais estratégicos, nas áreas de geologia, mineração e transformação mineral**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2119	8.467.162	8.467.162	7.255.067	4.081.240	1.074.118
Total	**8.467.162**	**8.467.162**	**7.255.067**	**4.081.240**	**1.074.118**

- **01ON - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em petróleo e gás**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4156	175.598.087	168.598.087	81.697.382	37.073.728	30.991.276
Total	**175.598.087**	**168.598.087**	**81.697.382**	**37.073.728**	**30.991.276**

- **01OO - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2997	89.455.124	89.455.124	59.358.777	27.458.898	14.802.125
Total	**89.455.124**	**89.455.124**	**59.358.777**	**27.458.898**	**14.802.125**

- **01OP - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em transportes, especialmente nos setores aeroespacial, naval e ferroviário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
212I	0	1.523.121	30.462	30.462	30.462
2191	451.110	451.110	298.112	9.022	9.022
2357	3.419.135	3.419.135	2.741.091	1.668.708	896.389
2E63	50.000.000	30.000.000	0	0	0
4053	38.978.639	38.978.639	32.099.457	8.717.353	5.721.923
8563	25.838.221	25.838.221	20.464.725	8.832.570	4.999.014
Total	**118.687.105**	**100.210.226**	**55.633.848**	**19.258.115**	**11.656.811**

- **01OR - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação para a produção agrícola sustentável, defesa agropecuária, aquicultura e pesca**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4043	81.258.565	81.258.565	55.131.787	33.387.347	9.303.786
Total	**81.258.565**	**81.258.565**	**55.131.787**	**33.387.347**	**9.303.786**

- **01OT - Implantação do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10ZS	946.100	946.100	946.100	946.100	946.100
Total	**946.100**	**946.100**	**946.100**	**946.100**	**946.100**

OBJETIVO: 0495 - Estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01P9 - Apoio à inovação nas empresas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
007Z	3.012.944	3.012.944	60.259	60.259	60.259
00LY	100.000.000	0	0	0	0
0741	308.300.000	308.300.000	308.300.000	308.300.000	121.249.343
0745	100.282.643	100.282.643	57.051.072	2.051.072	2.051.072
0748	1.000.000	1.000.000	879.999	879.999	20.000
0A29	365.826.520	365.826.520	344.971.567	215.831.781	198.731.639
2113	130.249.108	117.249.108	60.612.709	27.746.681	22.128.031
Total	**1.008.671.215**	**895.671.215**	**771.875.606**	**554.869.792**	**344.240.345**

OBJETIVO: 0497 - Expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, tecnologia e inovação e impulsionar o intercâmbio e a atração de recursos humanos qualificados radicados no exterior por meio de concessão de bolsas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01Q1 - Concessão de bolsas para formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, desenvolvimento tecnológico, extensão e inovação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00LV	1.409.172.426	2.048.420.443	2.077.289.453	1.762.781.797	1.746.616.628
Total	**1.409.172.426**	**2.048.420.443**	**2.077.289.453**	**1.762.781.797**	**1.746.616.628**

OBJETIVO: 0499 - Promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação científica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01QE - Desenvolvimento de espaços e iniciativas científico-culturais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
201W	2.100.777	2.100.777	2.100.777	1.775.199	1.775.199
Total	**2.100.777**	**2.100.777**	**2.100.777**	**1.775.199**	**1.775.199**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2047 - Micro e Pequenas Empresas

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**63.281**	**71.581**	**4.296**
Despesas Correntes	51.531	52.481	4.296
Despesas de Capital	11.750	19.100	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**63.281**	**71.581**	**4.296**

OBJETIVO: 0836 - Regulamentar no âmbito da União e incentivar a implementação nos estados e municípios do marco legal das micro e pequenas empresas, com vistas a fortalecer e ampliar os incentivos governamentais para o desenvolvimento econômico e social do segmento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03EL - Atualização de instrumentos legais que versam sobre micro e pequenas empresas de forma a consolidar o tratamento favorecido e diferenciado a esse segmento**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0473	8.979.600	8.979.600	6.979.600	3.268.477	3.268.477
Total	**8.979.600**	**8.979.600**	**6.979.600**	**3.268.477**	**3.268.477**

OBJETIVO: 0837 - Promover a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito, a inserção comercial, o encadeamento produtivo e o fomento às relações cooperativas e associativas para micro e pequenas empresas, de forma a estimular seu crescimento e competitividade, potencializando sua participação nos processos de geração de emprego e renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **04E2 - Apoio a projetos de desenvolvimento integrado de micro e pequenas empresas, inclusive artesanais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210C	54.301.500	62.601.500	9.660.496	1.027.117	1.027.117
Total	**54.301.500**	**62.601.500**	**9.660.496**	**1.027.117**	**1.027.117**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2023 - Comércio e Serviços

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**58.051**	**66.161**	**18.139**
Despesas Correntes	53.451	61.561	16.521
Despesas de Capital	4.600	4.600	1.619
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**58.051**	**66.161**	**18.139**

OBJETIVO: 0823 - Mapear e diagnosticar os setores de comércio e serviços no Brasil para levantar informações oficiais que orientem as políticas e os investimentos no país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03D7 - Elaboração e divulgação do Atlas Nacional do Comércio e do Atlas Nacional de Serviços**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147Q	500.000	500.000	0	0	0
Total	**500.000**	**500.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0824 - Estimular o processo de ativação econômica sustentável dos segmentos de comércio e serviços, contribuindo para o crescimento da economia nacional, geração de emprego e renda, e para o bem estar do consumidor.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03DF - Desenvolvimento e melhoria da competitividade dos segmentos de comércio e serviços**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TT	14.100.000	14.100.000	10.089.082	8.398.615	8.398.615
Total	**14.100.000**	**14.100.000**	**10.089.082**	**8.398.615**	**8.398.615**

OBJETIVO: 0822 - Simplificar, modernizar e gerir a governança dos procedimentos de abertura, alteração e encerramento de empresas e das atividades afins, com vistas a melhorar o ambiente de negócios.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03CX - Implantação de Centros de Prestação de Serviços aos Empreendedores**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147K	28.600.000	28.600.000	600.000	0	0
Total	**28.600.000**	**28.600.000**	**600.000**	**0**	**0**

Plano Mais Brasil

- **03D0 - Monitoramento e avaliação da prestação dos serviços de registro mercantil, bem como da fiscalização dos agentes auxiliares do comércio, executados pelas Juntas Comerciais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2031	14.850.750	22.961.392	11.643.062	9.740.750	9.740.750
Total	**14.850.750**	**22.961.392**	**11.643.062**	**9.740.750**	**9.740.750**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2024 - Comércio Exterior

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.850.194**	**3.411.664**	**1.035.285**
Despesas Correntes	1.344.516	1.905.986	380.696
Despesas de Capital	1.505.678	1.505.678	654.589
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**2.850.194**	**3.411.664**	**1.035.285**

OBJETIVO: 0805 - Fortalecer o Sistema de Defesa Comercial brasileiro, bem como estruturar novas formas de combate a práticas desleais de comércio.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **039B - Realização de investigações de defesa comercial e fraude de origem**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2022	1.777.740	1.777.740	1.748.360	1.703.300	1.703.300
Total	**1.777.740**	**1.777.740**	**1.748.360**	**1.703.300**	**1.703.300**

OBJETIVO: 0807 - Aprimorar a política creditícia voltada ao comércio exterior a fim de incrementar a utilização dos instrumentos de financiamento e garantia oficiais à exportação, visando ao aumento da competitividade internacional das empresas brasileiras.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **039Y - Financiamentos oficiais à exportação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0267	1.060.847.000	1.660.847.000	1.240.847.000	346.853.700	346.853.700
0A84	1.500.000.000	1.500.000.000	1.500.000.000	650.896.853	650.896.853
Total	**2.560.847.000**	**3.160.847.000**	**2.740.847.000**	**997.750.552**	**997.750.552**

- **039Z - Operações de seguro de crédito à exportação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0027	243.124.324	204.594.075	50.973	50.973	50.973
Total	**243.124.324**	**204.594.075**	**50.973**	**50.973**	**50.973**

OBJETIVO: 0809 - Fortalecer a promoção comercial brasileira no exterior e diminuir o número de barreiras ao produto nacional, com ênfase na ampliação das exportações de bens e serviços, na diversificação da pauta exportadora e dos mercados-destino e na maior agregação de valor ao produto e serviço exportado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03AS - Construção e implementação de estratégias para promover o Comércio Exterior Brasileiro**

Plano Mais Brasil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZO	4.466.981	4.466.981	1.454.657	1.421.341	1.421.341
Total	**4.466.981**	**4.466.981**	**1.454.657**	**1.421.341**	**1.421.341**

OBJETIVO: 0820 - Implantar, manter e aprimorar os sistemas de informação e gestão do comércio exterior, com vistas a conferir maior celeridade, simplificação e segurança aos processos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03CJ - Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TU	39.978.140	39.978.140	36.843.447	34.358.648	34.358.648
Total	**39.978.140**	**39.978.140**	**36.843.447**	**34.358.648**	**34.358.648**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2076 - Turismo

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.609.168**	**3.520.245**	**161.654**
Despesas Correntes	364.660	335.826	149.451
Despesas de Capital	2.244.508	3.184.420	12.202
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**2.609.168**	**3.520.245**	**161.654**

OBJETIVO: 0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02V4 - Adequação da infraestrutura turística pública para o desenvolvimento sustentável do turismo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10V0	2.013.839.555	2.992.101.155	1.675.889.399	7.707.989	7.415.489
Total	**2.013.839.555**	**2.992.101.155**	**1.675.889.399**	**7.707.989**	**7.415.489**

- **02V6 - Apoio aos entes públicos na contratação e execução dos projetos com recursos oriundos de financiamentos externos para o desenvolvimento sustentável do turismo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14TJ	146.916.679	106.666.679	76.945.357	11.926.556	11.926.556
Total	**146.916.679**	**106.666.679**	**76.945.357**	**11.926.556**	**11.926.556**

- **02V9 - Estabelecimento de padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança para a prestação de serviços e equipamentos turísticos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8990	100.000	100.000	0	0	0
Total	**100.000**	**100.000**	**0**	**0**	**0**

- **02VC - Fiscalização dos serviços turísticos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2658	2.700.000	2.700.000	47.463	47.463	47.463
Total	**2.700.000**	**2.700.000**	**47.463**	**47.463**	**47.463**

- **02VF - Promoção de investimentos privados e financiamento no setor de turismo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2C01	2.000.000	2.000.000	653.810	291.396	291.396
0454	33.201.924	33.201.924	0	0	0

Plano Mais Brasil

Total	**35.201.924**	**35.201.924**	**653.810**	**291.396**	**291.396**

- **02VH - Qualificação de profissionais e gestores da cadeia produtiva do turismo e incentivo a certificação de pessoas, equipamentos, serviços e produtos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4590	42.220.000	27.220.000	163.056	163.056	163.056
Total	**42.220.000**	**27.220.000**	**163.056**	**163.056**	**163.056**

OBJETIVO: 0738 - Estruturar, qualificar e promover os destinos turísticos brasileiros para os megaeventos esportivos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02VM - Adequação da infraestrutura turística pública para os megaeventos esportivos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14KP	84.000.000	84.000.000	83.999.999	0	0
Total	**84.000.000**	**84.000.000**	**83.999.999**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0739 - Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02W0 - Realização de campanhas de promoção do turismo interno**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20Y3	110.254.000	103.519.998	71.670.331	39.133.478	39.133.478
Total	**110.254.000**	**103.519.998**	**71.670.331**	**39.133.478**	**39.133.478**

OBJETIVO: 0740 - Divulgar no exterior a imagem do país, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como apoiar a internacionalização das empresas brasileiras do segmento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02W3 - Promoção, marketing e apoio a comercialização para a divulgação do turismo brasileiro no mercado internacional, inclusive vinculada ao combate ao turismo sexual - Plano Aquarela**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20Y5	147.359.570	148.359.567	143.748.209	93.795.055	93.205.351
Total	**147.359.570**	**148.359.567**	**143.748.209**	**93.795.055**	**93.205.351**

OBJETIVO: 0741 - Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02W5 - Apoio ao desenvolvimento da gestão compartilhada e ao planejamento integrado do Sistema Nacional de Turismo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20Y4	26.576.000	20.376.000	16.892.316	8.588.536	8.588.536

Total	**26.576.000**	**20.376.000**	**16.892.316**	**8.588.536**	**8.588.536**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2050 - Mudanças Climáticas

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**427.650**	**427.673**	**20.988**
Despesas Correntes	45.832	48.856	18.342
Despesas de Capital	381.818	378.818	2.646
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**427.650**	**427.673**	**20.988**

OBJETIVO: 0536 - Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **020S - Desenvolvimento do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VA	23.328.930	23.352.214	22.210.362	18.885.327	18.613.685
Total	**23.328.930**	**23.352.214**	**22.210.362**	**18.885.327**	**18.613.685**

OBJETIVO: 0698 - Desenvolver e implementar instrumentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas considerando o desenvolvimento sustentável e a diversidade regional, de acordo com as diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02MM - Fomento a estudos, projetos e empreendimentos que visem à mitigação e à adaptação à mudança do clima, inclusive o Fundo Amazônia**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00J4	360.000.000	360.000.000	360.000.000	0	0
20G4	28.388.000	28.388.000	14.576.927	1.283.239	1.283.239
Total	**388.388.000**	**388.388.000**	**374.576.927**	**1.283.239**	**1.283.239**

- **02MO - Implementação do Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20M8	1.748.926	1.748.926	141.333	104.850	104.850
Total	**1.748.926**	**1.748.926**	**141.333**	**104.850**	**104.850**

- **02MP - Implementação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20W1	3.534.000	3.534.000	609.927	388.064	388.064
Total	**3.534.000**	**3.534.000**	**609.927**	**388.064**	**388.064**

OBJETIVO: 0707 - Reduzir riscos e vulnerabilidades ambientais, econômicas e sociais decorrentes da mudança do clima, processos de desertificação e degradação da terra para minimizar prejuízos materiais, impactos nos ecossistemas e promover a melhoria socioambiental por meio de medidas de adaptação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02OC - Adequação ecológica e socioambiental de instrumentos de uso, produção e consumo sustentável em áreas suscetíveis à desertificação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20W2	10.650.000	10.650.000	576.937	326.937	326.937
Total	**10.650.000**	**10.650.000**	**576.937**	**326.937**	**326.937**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2018 - Biodiversidade

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**263.712**	**337.694**	**184.931**
Despesas Correntes	241.147	258.861	178.135
Despesas de Capital	22.565	78.833	6.796
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**263.712**	**337.694**	**184.931**

OBJETIVO: 0191 - Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00ME - Estruturação de jardins botânicos, nos âmbitos federal, estadual e municipal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WL	752.500	752.500	752.500	109.637	109.637
Total	**752.500**	**752.500**	**752.500**	**109.637**	**109.637**

- **00MV - Pesquisa científica em biodiversidade, processos, serviços ecossistêmicos e modelagem ambiental, integrando dados biológicos e geoespaciais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VD	6.513.498	6.513.498	6.312.796	4.200.421	4.200.421
20WK	2.034.222	2.034.222	2.033.975	413.347	413.347
Total	**8.547.720**	**8.547.720**	**8.346.771**	**4.613.768**	**4.613.768**

OBJETIVO: 0506 - Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01TU - Fomento a projetos que visem a conservação e o uso sustentável da biodiversidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20N1	5.090.000	5.090.000	32.912	22.655	22.655
20VO	526.533	368.574	148.556	0	0
Total	**5.616.533**	**5.458.574**	**181.469**	**22.655**	**22.655**

- **01U9 - Licenciamento e manejo da fauna em vida livre ou com potencial de uso, com foco no uso sustentável e na conservação dos ecossistemas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WG	1.200.000	1.100.000	970.564	966.548	966.548

Total	**1.200.000**	**1.100.000**	**970.564**	**966.548**	**966.548**

- **01UB - Pagamento por serviços de conservação de recursos naturais no meio rural prestados no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20VP	91.221.000	91.221.000	58.666.051	54.183.676	54.183.676
Total	**91.221.000**	**91.221.000**	**58.666.051**	**54.183.676**	**54.183.676**

- **01UD - Promoção das cadeias e arranjos produtivos locais da sociobiodiversidade e da conservação e uso sustentável das espécies da agrobiodiversidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20VQ	400.000	400.000	117.982	78.940	78.940
Total	**400.000**	**400.000**	**117.982**	**78.940**	**78.940**

OBJETIVO: 0507 - Modernizar a gestão, promover o acesso aos recursos genéticos da biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais associados e assegurar a repartição justa e equitativa dos benefícios gerados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01UU - Promoção da repartição de benefícios decorrentes do acesso e uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20TS	2.771.350	3.261.819	2.925.749	2.618.258	1.361.256
Total	**2.771.350**	**3.261.819**	**2.925.749**	**2.618.258**	**1.361.256**

OBJETIVO: 0508 - Recuperar o estado de conservação das espécies brasileiras, com ênfase nas ameaçadas de extinção.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01UZ - Aprimoramento da gestão dos Centros de Triagens de Animais Silvestres**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4969	3.700.000	4.120.000	3.859.737	3.454.350	3.454.350
Total	**3.700.000**	**4.120.000**	**3.859.737**	**3.454.350**	**3.454.350**

- **01V4 - Conservação e Uso Sustentável de Espécies Ameaçadas de Extinção**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2976	400.000	400.000	367.456	67.456	67.456
Total	**400.000**	**400.000**	**367.456**	**67.456**	**67.456**

- **01V6 - Elaboração de planos de gestão e recuperação para as espécies aquáticas ameaçadas e espécies sobre-explotadas da pesca marinha e continental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**

20LU	166.196	136.196	87.800	0	0
Total	**166.196**	**136.196**	**87.800**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0509 - Aprimorar instrumentos de prevenção, monitoramento, avaliação e controle do uso da biodiversidade visando a biossegurança e o equilíbrio dos ecossistemas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01VP - Avaliação do potencial sustentável e monitoramento dos recursos vivos marinhos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20WF	700.000	560.000	280.016	279.026	279.026
Total	**700.000**	**560.000**	**280.016**	**279.026**	**279.026**

- **01W3 - Fiscalização para a redução do uso, comercialização e transporte ilegal de recursos naturais e da biodiversidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20WE	8.000.000	6.400.000	3.782.728	3.592.853	3.592.853
Total	**8.000.000**	**6.400.000**	**3.782.728**	**3.592.853**	**3.592.853**

OBJETIVO: 0510 - Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01WK - Ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20LX	1.151.910	896.337	416.995	353.293	353.293
20WN	17.200.000	14.200.000	13.633.206	11.349.936	11.320.795
Total	**18.351.910**	**15.096.337**	**14.050.201**	**11.703.229**	**11.674.088**

- **01WR - Conservação de ecossistemas aquáticos vulneráveis para manutenção de bens e serviços ambientais para a sociedade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20VN	524.752	373.897	39.402	0	0
Total	**524.752**	**373.897**	**39.402**	**0**	**0**

- **01WU - Consolidação territorial das Unidades de Conservação Federais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6381	9.000.000	66.212.730	312.788	284.507	284.507
Total	**9.000.000**	**66.212.730**	**312.788**	**284.507**	**284.507**

- **01WW - Implantação de Corredores Ecológicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
101V	5.738.776	15.215.554	13.251.520	3.774.674	3.774.674
Total	**5.738.776**	**15.215.554**	**13.251.520**	**3.774.674**	**3.774.674**

- **01X1 - Implementação e gestão das Unidades de Conservação Federais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WM	100.393.233	111.877.898	104.576.841	94.166.797	91.131.377
20WO	6.000.000	6.400.000	6.124.976	5.014.809	5.012.817
Total	**106.393.233**	**118.277.898**	**110.701.817**	**99.181.606**	**96.144.194**

- **01X2 - Integração do Sistema Nacional de Unidades de Conservação a outras áreas protegidas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2566	228.000	159.600	0	0	0
Total	**228.000**	**159.600**	**0**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**249.848**	**299.779**	**189.593**
Despesas Correntes	240.158	287.180	184.270
Despesas de Capital	9.690	12.599	5.322
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**249.848**	**299.779**	**189.593**

OBJETIVO: 0476 - Monitorar a cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01KU - Monitoramento da cobertura da terra na Amazônia e demais biomas brasileiros por satélite**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20V9	6.389.700	6.389.700	6.150.547	4.475.542	4.469.906
Total	**6.389.700**	**6.389.700**	**6.150.547**	**4.475.542**	**4.469.906**

- **01KW - Monitoramento e controle do desmatamento, das queimadas e dos incêndios florestais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6329	42.000.000	33.600.000	19.954.672	18.088.157	18.088.157
Total	**42.000.000**	**33.600.000**	**19.954.672**	**18.088.157**	**18.088.157**

OBJETIVO: 0228 - Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00OS - Aprimoramento da estrutura e atuação dos órgãos do SISNAMA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8294	1.800.000	1.800.000	1.793.121	1.132.557	1.132.557
Total	**1.800.000**	**1.800.000**	**1.793.121**	**1.132.557**	**1.132.557**

- **00OV - Aprimoramento do controle das atividades florestais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8296	1.800.000	1.700.000	1.491.449	1.288.413	1.288.413
Total	**1.800.000**	**1.700.000**	**1.491.449**	**1.288.413**	**1.288.413**

- **00OX - Capacitação, pesquisa e fomento de atividades produtivas florestais sustentáveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WB	3.605.000	3.605.000	1.228.901	1.036.635	1.036.635
Total	**3.605.000**	**3.605.000**	**1.228.901**	**1.036.635**	**1.036.635**

- **00P2 - Produção, sistematização e disponibilização de informações e estatísticas florestais em âmbito nacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WD	17.473.750	17.473.750	719.378	422.299	422.299
Total	**17.473.750**	**17.473.750**	**719.378**	**422.299**	**422.299**

OBJETIVO: 0229 - Promover a recuperação de áreas degradadas, com ênfase nas áreas de preservação permanente e de reserva legal, por meio de pesquisa e instrumentos de adequação e regularização ambiental de imóveis rurais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00PA - Implantação do Cadastro Ambiental Rural e de sistema de regularização ambiental em todas as unidades da federação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8308	54.708.048	55.808.048	31.543.839	30.158.251	30.158.251
Total	**54.708.048**	**55.808.048**	**31.543.839**	**30.158.251**	**30.158.251**

- **00PB - Implementação de Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs) e elaboração e execução do Plano Nacional de Recuperação de Áreas Degradadas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8288	4.842.028	4.673.623	350.621	289.823	101.255
Total	**4.842.028**	**4.673.623**	**350.621**	**289.823**	**101.255**

OBJETIVO: 0231 - Instituir sistemas produtivos rurais sustentáveis e implementar instrumentos de pagamento por serviços ambientais em áreas prioritárias para a prevenção e o controle do desmatamento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00PT - Instituição de sistemas e cadeias produtivas sustentáveis, como estratégia de prevenção e controle do desmatamento ilegal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20M4	650.000	650.000	399.409	149.409	149.409
Total	**650.000**	**650.000**	**399.409**	**149.409**	**149.409**

OBJETIVO: 0469 - Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01IX - Promoção do manejo florestal sustentável, por meio de assistência técnica e extensão rural, capacitação, instrumentos econômicos e financeiros e fomento**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WA	4.075.000	4.075.000	2.435.499	1.742.128	1.742.128
8292	277.679	222.144	49.050	49.050	49.050
Total	**4.352.679**	**4.297.144**	**2.484.550**	**1.791.179**	**1.791.179**

OBJETIVO: 0471 - Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01J9 - Planejamento, gestão e monitoramento das Concessões Florestais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WC	5.600.000	5.600.000	3.803.334	3.257.762	3.257.762
Total	**5.600.000**	**5.600.000**	**3.803.334**	**3.257.762**	**3.257.762**

OBJETIVO: 0472 - Incentivar a ampliação de florestas plantadas, com vistas ao suprimento da demanda de matéria-prima florestal e à redução da pressão sobre os remanescentes nativos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01JJ - Fomento à expansão da base florestal plantada para atividades produtivas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VV	177.000	141.600	0	0	0
Total	**177.000**	**141.600**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0473 - Prevenir e combater incêndios florestais com enfoque nas áreas remanescentes dos biomas brasileiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01JV - Prevenção e combate aos incêndios florestais e controle de queimadas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MY	26.000.000	28.851.000	28.738.747	23.404.361	23.288.110
6074	21.500.000	21.500.000	17.418.306	16.941.510	16.941.510
Total	**47.500.000**	**50.351.000**	**46.157.053**	**40.345.871**	**40.229.620**

OBJETIVO: 0475 - Promover a queda contínua do desmatamento ilegal, com ênfase na fiscalização ambiental e na articulação entre os entes federados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01KD - Aperfeiçoamento das atividades de fiscalização e combate ao desmatamento**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6037	6.000.000	6.000.000	5.636.585	5.180.708	5.180.708
Total	**6.000.000**	**6.000.000**	**5.636.585**	**5.180.708**	**5.180.708**

- **01KK - Formulação, implementação, monitoramento e avaliação de planos e estratégias de prevenção e controle do desmatamento de forma integrada entre os órgãos federais, Estados e Municípios**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VU	450.000	450.000	200.481	109.996	109.996
Total	**450.000**	**450.000**	**200.481**	**109.996**	**109.996**

- **01KQ - Policiamento e fiscalização ambiental orientados pelo planejamento estratégico federal de combate ao desmatamento**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6307	52.500.000	107.239.564	92.278.036	81.865.932	81.548.964
Total	**52.500.000**	**107.239.564**	**92.278.036**	**81.865.932**	**81.548.964**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**35.406**	**33.906**	**13.094**
Despesas Correntes	32.171	30.271	12.857
Despesas de Capital	3.236	3.636	237
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**35.406**	**33.906**	**13.094**

OBJETIVO: 0487 - Aperfeiçoar os mecanismos de gestão e de controle voltados para a prevenção da contaminação e da poluição ambiental, e para o gerenciamento de substâncias perigosas, visando garantir a melhoria da qualidade ambiental.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01MO - Adequação dos procedimentos de controle do perigo e avaliação do risco de substâncias químicas e produtos perigosos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WH	2.400.000	2.400.000	2.304.752	2.009.470	2.009.470
Total	**2.400.000**	**2.400.000**	**2.304.752**	**2.009.470**	**2.009.470**

- **01MR - Aprimoramento da fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos considerados efetivo ou potencialmente poluidores, degradadores e contaminantes**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6124	2.000.000	1.600.000	426.954	426.954	426.954
Total	**2.000.000**	**1.600.000**	**426.954**	**426.954**	**426.954**

- **01MW - Fomento aos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) para o aperfeiçoamento de redes de monitoramento de qualidade do ar, assim como para a elaboração de inventários regionais de poluentes atmosféricos e para o aperfeiçoamento de seus processos internos de gestão**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VX	504.468	504.468	429.368	411.123	411.123
2D05	88.450	88.450	0	0	0
Total	**592.918**	**592.918**	**429.368**	**411.123**	**411.123**

OBJETIVO: 0488 - Promover a Gestão dos Riscos relacionados às Emergências Ambientais com ênfase nos Produtos Perigosos, visando a Proteção da População e do Meio Ambiente.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01N4 - Gestão de Risco de Emergências Ambientais, Preparação e Atendimento à Ocorrência de Acidentes Ambientais com Produtos Perigosos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

20MM	800.000	800.000	569.997	569.426	569.426
20VW	1.765.884	1.765.884	1.475.646	742.739	742.739
Total	**2.565.884**	**2.565.884**	**2.045.643**	**1.312.165**	**1.312.165**

OBJETIVO: 0489 - Promover o aperfeiçoamento do licenciamento e da avaliação ambiental.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01N9 - Aperfeiçoamento de normas e da gestão das informações, e desenvolvimento institucional dos órgãos integrantes do SISNAMA responsáveis pelo licenciamento ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20N0	200.000	200.000	185.950	155.884	155.884
6925	8.900.000	8.900.000	8.154.796	7.658.024	7.658.024
8342	353.198	353.198	185.435	185.435	185.435
8499	8.555.000	8.555.000	5.483.476	164.819	164.819
Total	**18.008.198**	**18.008.198**	**14.009.656**	**8.164.162**	**8.164.162**

- **01NB - Fortalecer os órgãos integrantes do SISNAMA para a gestão compartilhada por meio da capacitação de gestores e conselheiros ambientais (Plano Nacional de Capacitação e Gestão Ambiental - PNC)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6687	500.000	500.000	0	0	0
Total	**500.000**	**500.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0490 - Fomentar a elaboração e a implementação de planos e projetos que promovam políticas públicas voltadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01NF - Apoio à implementação das ações prioritárias dos Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VZ	1.100.000	1.100.000	98.189	84.324	84.324
Total	**1.100.000**	**1.100.000**	**98.189**	**84.324**	**84.324**

- **01NI - Fomento a planos e projetos que promovam políticas públicas voltadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20M6	4.600.000	4.600.000	1.798.800	0	0
Total	**4.600.000**	**4.600.000**	**1.798.800**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0491 - Promover a educação ambiental integrada às políticas e programas socioambientais, contribuindo para construção de sociedades sustentáveis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01NK - Desenvolvimento de ações de formação, comunicação e desenvolvimento de capacidades para a formação de educadores ambientais, lideranças comunitárias, jovens e gestores públicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VY	3.189.074	2.089.074	494.913	407.474	407.474
Total	**3.189.074**	**2.089.074**	**494.913**	**407.474**	**407.474**

- **01NL - Desenvolvimento de estratégias de educação ambiental, participação social e mediação de conflitos para apoio à gestão socioambiental de territórios ocupados por grupos em situação de vulnerabilidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8286	350.000	350.000	265.474	257.094	257.094
Total	**350.000**	**350.000**	**265.474**	**257.094**	**257.094**

- **01NS - Pesquisa, divulgação técnico-científica e formação de multiplicadores em educação ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2972	100.000	100.000	100.000	21.213	21.213
Total	**100.000**	**100.000**	**100.000**	**21.213**	**21.213**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.508.833**	**2.522.164**	**444.454**
Despesas Correntes	272.434	279.174	81.826
Despesas de Capital	2.236.400	2.242.990	362.628
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**2.508.833**	**2.522.164**	**444.454**

OBJETIVO: 0418 - Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01DV - Fiscalização cadastral das propriedades rurais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2105	5.000.000	5.000.000	1.778.007	1.345.696	1.342.631
Total	**5.000.000**	**5.000.000**	**1.778.007**	**1.345.696**	**1.342.631**

OBJETIVO: 0419 - Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01E7 - Gestão das terras públicas federais e apoio à gestão das estaduais, realizando a fiscalização do cumprimento da função social das propriedades rurais, georreferenciamento e certificação de imóveis rurais, regularização Fundiária e titulação, ratificação de títulos em faixa de fronteira e apoio à legalização de imóveis rurais, modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), ampliação da inserção de dados geográficos ao acervo fundiário do Incra e a sua integração com outras bases geográficas, e promover a massificação do seu acesso**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210U	38.846.001	38.846.001	32.403.496	10.193.344	9.351.113
Total	**38.846.001**	**38.846.001**	**32.403.496**	**10.193.344**	**9.351.113**

- **01E8 - Gestão de malha fundiária e destinação de terras públicas nos marcos da Lei 11.952/2009**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
211C	83.225.926	83.225.926	71.998.465	10.756.043	10.749.057
Total	**83.225.926**	**83.225.926**	**71.998.465**	**10.756.043**	**10.749.057**

Plano Mais Brasil

OBJETIVO: 0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01EK - Criação de projetos de assentamento para o público da Reforma Agrária, prioritariamente de projetos de assentamento diferenciados ambientalmente, na Amazônia Legal, tais como o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto de Assentamento Sustentável (PDS)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
211B	720.500.000	652.900.000	514.862.364	180.241.291	175.434.013
20TG	0	14.190.826	14.190.826	14.190.826	14.190.826
Total	**720.500.000**	**667.090.826**	**529.053.190**	**194.432.118**	**189.624.840**

- **01EP - Propiciar as condições básicas de acesso, abastecimento de água, moradia, segurança alimentar e início de estruturação produtiva para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0427	946.000.000	946.000.000	12.704.600	1.068.000	915.000
Total	**946.000.000**	**946.000.000**	**12.704.600**	**1.068.000**	**915.000**

OBJETIVO: 0421 - Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01EU - Desenvolvimento sustentável dos assentamentos da reforma agrária com a concessão de títulos conjuntos a mulheres e homens assentados, a regularização e gestão ambiental, o fomento à agroindustrialização e à comercialização proporcionando aos assentamentos condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e produtivo das famílias, além de fortalecer os grupos produtivos de mulheres**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
211A	325.290.229	375.290.231	320.269.337	64.001.836	62.055.133
Total	**325.290.229**	**375.290.231**	**320.269.337**	**64.001.836**	**62.055.133**

OBJETIVO: 0422 - Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01F1 - Proporcionar ao público alvo o acesso à educação formal em todos os níveis e à capacitação profissional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210T	30.600.000	30.600.000	27.231.598	12.905.481	12.695.280
6952	0	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
8370	0	1.805.971	1.805.971	588.551	588.551
4474	0	3.934.068	3.129.143	2.959.843	2.929.243
Total	**30.600.000**	**37.340.039**	**33.166.712**	**17.453.875**	**17.213.075**

OBJETIVO: 0423 - Reduzir a violência no campo com a mediação de conflitos agrários, a prevenção de tensão social no campo e a promoção de assistência às famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terra, garantindo o efetivo acesso às políticas públicas sociais, em especial o combate à fome e à miséria.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01F2 - Intensificar o combate à violência no campo e a prevenção de tensão social no meio rural e proporcionar o acesso das famílias acampadas de trabalhadores rurais às políticas sociais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210R	7.255.555	7.255.555	3.402.849	2.014.342	2.001.603
Total	**7.255.555**	**7.255.555**	**3.402.849**	**2.014.342**	**2.001.603**

OBJETIVO: 0735 - Promover o acesso a terra a trabalhadores e trabalhadoras rurais, por meio de crédito fundiário para a aquisição de imóveis rurais e investimento em infraestrutura produtiva e social, visando democratizar o regime de propriedade e combater a pobreza rural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02UI - Concessão de financiamento para aquisição de imóveis e infraestrutura básica rurais às famílias de trabalhadores rurais, por meio de crédito fundiário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0061	300.000.000	300.000.000	220.000.000	118.606.026	118.606.026
Total	**300.000.000**	**300.000.000**	**220.000.000**	**118.606.026**	**118.606.026**

- **02UN - Implantação de infraestrutura básica e investimentos comunitários e manutenção, capacitação e assistência técnica às famílias, com vistas à consolidação dos projetos financiados com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210Q	52.115.508	62.115.508	52.128.622	24.582.630	24.582.630
Total	**52.115.508**	**62.115.508**	**52.128.622**	**24.582.630**	**24.582.630**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2012 - Agricultura Familiar

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**5.264.379**	**6.806.522**	**1.262.598**
Despesas Correntes	4.627.277	6.160.661	1.117.363
Despesas de Capital	637.101	645.861	145.235
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**5.264.379**	**6.806.522**	**1.262.598**

OBJETIVO: 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01A6 - Ampliação e qualificação do Programa Garantia Safra para todo o país, com a revisão do marco legal e monitoramento de macroprocessos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0359	203.000.000	1.420.330.080	980.330.080	980.330.080	980.330.080
Total	**203.000.000**	**1.420.330.080**	**980.330.080**	**980.330.080**	**980.330.080**

- **01AQ - Disponibilização de linhas de crédito para agricultores e agricultoras familiares, empreendedores familiares rurais e pessoas jurídicas da agricultura familiar**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0281	3.345.378.555	3.679.378.555	3.480.622.509	41.490.509	41.490.509
0A81	350.000.000	350.000.000	205.297.378	144.663.290	144.663.290
Total	**3.695.378.555**	**4.029.378.555**	**3.685.919.887**	**186.153.799**	**186.153.799**

- **01BB - Utilização de instrumentos de intervenção no mercado, garantindo o preço, a renda e o abastecimento dos produtos da agricultura familiar (público atendido pela Lei 11.326/2006, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e comunidades quilombolas), bem como formar estoques públicos reguladores e estratégicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00GW	150.000.000	150.000.000	0	0	0
00GZ	30.000.000	30.000.000	0	0	0
20GI	200.000.000	200.000.000	6.537.000	90.611	0
Total	**380.000.000**	**380.000.000**	**6.537.000**	**90.611**	**0**

OBJETIVO: 0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01BI - Apoio à estruturação das entidades públicas executoras dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20SY	0	13.113.500	13.113.500	0	0
Total	**0**	**13.113.500**	**13.113.500**	**0**	**0**

- **01CB - Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos; apoio à estruturação das entidades públicas executoras dos serviços de ATER.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210O	506.341.624	484.041.624	251.260.543	4.018.282	4.010.140
210S	353.264.209	353.264.209	277.711.962	63.616.571	58.941.031
Total	**859.605.833**	**837.305.833**	**528.972.505**	**67.634.853**	**62.951.171**

OBJETIVO: 0413 - Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01CX - Fomento à diversificação econômica, à agroindustrialização e à produção de base ecológica e orgânica, da sociobiodiversidade e das cadeias de energia renováveis por meio da disponibilização de insumos produtivos, tecnologias e conhecimentos, com apoio à gestão de riscos, visando à promoção e ao fortalecimento da agricultura familiar e das políticas voltadas para o segmento, nos planos nacional, regional e internacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210V	95.556.151	95.556.151	42.803.153	19.783.554	18.586.310
Total	**95.556.151**	**95.556.151**	**42.803.153**	**19.783.554**	**18.586.310**

OBJETIVO: 0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **030H - Promoção comercial de organizações econômicas de mulheres em mercados institucionais, e justos e solidários, com apoio aos processos de organização baseados no cooperativismo e associativismo e na formalização das organizações; à implantação de procedimentos para a transição agroecológica, à adequação e/ou inovação tecnológica e à certificação da produção das mulheres; bem como promoção da cidadania de mulheres rurais contemplando a emissão gratuita de documentação civil básica, a realização de atendimentos previdenciários e o apoio à formalização**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210W	30.638.125	30.638.124	21.879.884	8.605.133	8.598.307
Total	**30.638.125**	**30.638.124**	**21.879.884**	**8.605.133**	**8.598.307**

OBJETIVO: 0760 - Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **030N - Apoio e fomento a processos de transição agroecológica; a experiências de produção e redes de promoção da agroecologia e da agricultura orgânica e a circuitos locais de comercialização, de economia solidária, do mercado justo e da rede de segurança alimentar**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6087	200.000	200.000	0	0	0
Total	**200.000**	**200.000**	**0**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**13.364.231**	**13.692.753**	**5.115.364**
Despesas Correntes	7.138.082	7.315.858	1.631.790
Despesas de Capital	6.226.149	6.376.895	3.483.574
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**13.364.231**	**13.692.753**	**5.115.364**

OBJETIVO: 0350 - Utilizar os mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e Aperfeiçoar a geração e a disseminação de dados sobre safras, preços, custo de produção e abastecimento de produtos e insumos agropecuários para subsidiar a formulação de políticas públicas visando a garantia do abastecimento interno, a geração de divisas cambiais e renda aos produtores rurais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **010Y - Aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de informação do agronegócio e da capacidade armazenadora**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y7	7.600.000	8.920.000	3.253.274	2.282.260	2.229.959
Total	**7.600.000**	**8.920.000**	**3.253.274**	**2.282.260**	**2.229.959**

- **0113 - Aquisição de produtos agrícolas para a formação de estoques públicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0299	450.000.000	1.021.000.000	771.651.570	716.651.570	716.651.570
2130	2.100.000.000	2.100.000.000	1.170.396.712	1.073.895.759	739.968.218
Total	**2.550.000.000**	**3.121.000.000**	**1.942.048.283**	**1.790.547.330**	**1.456.619.789**

- **0118 - Disponibilização de mecanismos de suporte de preços e apoio a comercialização de produtos agropecuários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0300	1.700.000.000	1.129.000.000	550.000.000	0	0
Total	**1.700.000.000**	**1.129.000.000**	**550.000.000**	**0**	**0**

- **0119 - Fiscalização dos estoques, das operações de garantia e sustentação dos preços na comercialização dos produtos agropecuários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2137	2.000.000	2.000.000	1.584.493	1.564.946	1.562.805
Total	**2.000.000**	**2.000.000**	**1.584.493**	**1.564.946**	**1.562.805**

OBJETIVO: 0600 - Ampliar a infraestrutura, disponibilizar on-line séries históricas das informações

Plano Mais Brasil

meteorológicas e climáticas e incentivar, por meio do desenvolvimento de produtos e aplicações especiais e da interação direta entre meteorologistas e usuários, a utilização desses dados nos processos de planejamento e de tomada de decisão dos setores público e privado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02C7 - Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico (INMET)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147S	3.905.720	3.905.720	3.805.720	3.805.720	0
Total	**3.905.720**	**3.905.720**	**3.805.720**	**3.805.720**	**0**

- **02CG - Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2161	34.542.850	34.542.850	31.488.343	28.511.321	25.551.904
Total	**34.542.850**	**34.542.850**	**31.488.343**	**28.511.321**	**25.551.904**

OBJETIVO: 0601 - Prover mecanismos de prevenção ao risco, de modo a minimizar seus efeitos na atividade agropecuária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02CM - Disponibilização de informações e aperfeiçoamento dos mecanismos de monitoramento de riscos agroclimáticos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZU	6.963.500	6.963.500	152.292	88.602	88.602
Total	**6.963.500**	**6.963.500**	**152.292**	**88.602**	**88.602**

- **02CN - Pagamento da subvenção ao prêmio e cobertura de déficit nas operações de seguro rural**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0026	16.800.000	55.330.249	19.285.210	19.283.710	19.282.239
099F	400.000.000	630.000.000	583.671.288	320.223.932	155.556.444
Total	**416.800.000**	**685.330.249**	**602.956.497**	**339.507.642**	**174.838.683**

OBJETIVO: 0618 - Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02EL - Concessão de crédito aos produtores rurais pelos Bancos Públicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00GO	58.000.000	58.000.000	58.000.000	38.717.028	38.717.028
Total	**58.000.000**	**58.000.000**	**58.000.000**	**38.717.028**	**38.717.028**

- **02EP - Melhoria do acesso e aumento dos recursos do crédito rural oficial**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0294	1.574.605.000	1.490.200.515	1.273.672.674	112.862.674	112.862.674
0297	7.392.000	7.392.000	7.392.000	0	0
0298	227.960.000	227.960.000	87.195.400	1.620.400	1.620.400
0301	1.710.623.000	1.710.623.000	1.710.623.000	4.610.156	4.610.156
0373	11.276.445	11.276.445	11.276.445	0	0
0611	583.269.000	583.269.000	563.603.555	300.358.555	300.358.555
Total	**4.115.125.445**	**4.030.720.960**	**3.653.763.074**	**419.451.785**	**419.451.785**

OBJETIVO: 0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02GM - Financiamentos ao Agronegócio Café**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0012	3.180.538.242	3.180.538.242	3.084.483.380	2.369.935.123	2.369.935.123
Total	**3.180.538.242**	**3.180.538.242**	**3.084.483.380**	**2.369.935.123**	**2.369.935.123**

- **02GN - Fomento ao Desenvolvimento do Agronegócio do Café**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y8	4.092.958	4.092.958	3.353.913	3.344.248	3.311.203
Total	**4.092.958**	**4.092.958**	**3.353.913**	**3.344.248**	**3.311.203**

- **02GT - Remuneração às instituições financeiras pela operacionalização de recursos do Funcafé nos financiamentos ao agronegócio café**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0A27	143.000.000	143.000.000	94.894.999	68.002.390	67.814.550
Total	**143.000.000**	**143.000.000**	**94.894.999**	**68.002.390**	**67.814.550**

OBJETIVO: 0692 - Ampliar, diversificar e consolidar as exportações de produtos agropecuários brasileiros, visando a geração de divisas, empregos e renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02LW - Promoção e Imagem do Setor Agropecuário Brasileiro no Exterior**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZT	8.436.311	8.436.311	5.178.499	4.998.188	4.910.568
Total	**8.436.311**	**8.436.311**	**5.178.499**	**4.998.188**	**4.910.568**

OBJETIVO: 0743 - Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).

Plano Mais Brasil

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **02WU - Promoção da Agricultura de Base Sustentável, Conservacionista, Tecnificada, de Baixa Emissão de Gases de Efeito Estufa e Elevada Fixação de Carbono nos Solos e nas Plantas (ABC)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8593	2.169.364	2.169.364	2.161.527	464.558	453.133
Total	**2.169.364**	**2.169.364**	**2.161.527**	**464.558**	**453.133**

OBJETIVO: 0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **02XB - Promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica e controle da garantia da qualidade orgânica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8606	1.769.000	1.769.000	1.681.080	931.581	386.364
Total	**1.769.000**	**1.769.000**	**1.681.080**	**931.581**	**386.364**

OBJETIVO: 0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **02XH - Apoio a projetos de desenvolvimento e fomento do setor agropecuário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0064	274.416	274.416	0	0	0
20ZV	1.127.211.543	1.270.287.473	732.799.077	42.278.556	6.620.321
Total	**1.127.485.959**	**1.270.561.889**	**732.799.077**	**42.278.556**	**6.620.321**

OBJETIVO: 0750 - Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **02Y2 - Difusão de tecnologias e capacitação dos agentes produtivos em produção agroenergética**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZS	1.801.666	1.801.666	1.506.006	932.279	617.452
Total	**1.801.666**	**1.801.666**	**1.506.006**	**932.279**	**617.452**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2013 - Agricultura Irrigada

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**830.541**	**572.524**	**139.692**
Despesas Correntes	95.896	96.002	39.880
Despesas de Capital	734.646	476.521	99.812
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**830.541**	**572.524**	**139.692**

OBJETIVO: 0128 - Regulamentar o marco legal da Política Nacional de Irrigação, elaborar Planos de Irrigação e reestruturar a gestão da agricultura irrigada em articulação com as políticas públicas afins.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0094 - Elaboração do Plano Nacional e de Planos Estaduais de Irrigação e Drenagem**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
140H	500.000	400.000	0	0	0
Total	**500.000**	**400.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00FV - Administração, Operação, Manutenção e Revitalização de Perímetros Públicos de Irrigação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5934	5.472.000	4.377.600	22.739	22.739	22.739
7014	3.069.000	2.455.200	2.437.223	196.000	196.000
Total	**8.541.000**	**6.832.800**	**2.459.962**	**218.739**	**218.739**

- **00G0 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Baixio de Irecê/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5314	76.830.000	51.895.952	51.895.354	4.431.805	4.257.858
Total	**76.830.000**	**51.895.952**	**51.895.354**	**4.431.805**	**4.257.858**

- **00G4 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação do Arroio Duro/RS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7M16	7.772.200	0	0	0	0
Total	**7.772.200**	**0**	**0**	**0**	**0**

Plano Mais Brasil

- **00G5 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Flores de Goiás/GO**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5252	81.857.675	0	0	0	0
Total	**81.857.675**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **00G7 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Jacaré-Curituba/SE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1622	3.730.080	3.730.080	3.730.080	2.004.399	2.001.776
Total	**3.730.080**	**3.730.080**	**3.730.080**	**2.004.399**	**2.001.776**

- **00G8 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Luiz Alves do Araguaia/GO**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3770	7.310.874	4.827.718	0	0	0
Total	**7.310.874**	**4.827.718**	**0**	**0**	**0**

- **00GA - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Marituba/AL**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1686	851.200	851.200	653.769	59.832	59.832
Total	**851.200**	**851.200**	**653.769**	**59.832**	**59.832**

- **00GB - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Marrecas/Jenipapo/PI**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12FT	15.200.000	19.200.000	19.189.486	14.041.363	14.041.363
Total	**15.200.000**	**19.200.000**	**19.189.486**	**14.041.363**	**14.041.363**

- **00GC - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Passarão/RR**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5E79	8.000.000	8.000.000	8.000.000	0	0
Total	**8.000.000**	**8.000.000**	**8.000.000**	**0**	**0**

- **00GE - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal/PE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5260	31.000.000	26.566.545	26.566.545	1.820.264	1.816.937
Total	**31.000.000**	**26.566.545**	**26.566.545**	**1.820.264**	**1.816.937**

- **00GH - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Salitre/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

1692	59.700.000	42.700.000	42.699.973	20.962.044	19.708.045
Total	**59.700.000**	**42.700.000**	**42.699.973**	**20.962.044**	**19.708.045**

- **00GJ - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Sampaio/TO**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
10ER	100.000	0	0	0	0
Total	**100.000**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **00GL - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação São João/TO**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1670	500.000	400.000	0	0	0
Total	**500.000**	**400.000**	**0**	**0**	**0**

- **00GM - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiros de São Bernado/MA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
12FS	7.600.000	1.900.000	0	0	0
Total	**7.600.000**	**1.900.000**	**0**	**0**	**0**

- **00GP - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Várzeas de Sousa/PB**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
5246	100.000	0	0	0	0
Total	**100.000**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **00GQ - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Araras Norte/CE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1O25	4.940.000	7.800.500	4.185.000	2.355.196	1.224.536
Total	**4.940.000**	**7.800.500**	**4.185.000**	**2.355.196**	**1.224.536**

- **00GR - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú/CE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1O12	15.198.921	26.022.192	25.938.880	742.722	742.722
Total	**15.198.921**	**26.022.192**	**25.938.880**	**742.722**	**742.722**

- **00GS - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Jaíba/MG**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
5322	100.000	5.300.000	5.292.998	350.624	265.624
Total	**100.000**	**5.300.000**	**5.292.998**	**350.624**	**265.624**

- **00GU - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe/PI**

Plano Mais Brasil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1O28	19.000.000	0	0	0	0
Total	**19.000.000**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **00GV - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Tabuleiros de Russas/CE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1O17	22.800.000	33.781.161	26.201.859	14.551.804	14.551.804
Total	**22.800.000**	**33.781.161**	**26.201.859**	**14.551.804**	**14.551.804**

- **00GW - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos do Piauí/PI**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1O21	25.600.000	30.600.000	30.599.999	6.120.608	3.871.039
Total	**25.600.000**	**30.600.000**	**30.599.999**	**6.120.608**	**3.871.039**

- **00HD - Promover a regularização ambiental e fundiária em projetos públicos de irrigação com transferência da titularidade dos lotes aos produtores**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
140X	50.000	50.000	35.796	35.796	35.796
Total	**50.000**	**50.000**	**35.796**	**35.796**	**35.796**

- **00HO - Revitalização do Perímetro Rio Formoso do Araguaia/TO**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1P91	25.000.000	3.000.000	0	0	0
Total	**25.000.000**	**3.000.000**	**0**	**0**	**0**

- **00HQ - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Bebedouro/PE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5330	952.280	150.904	150.904	0	0
Total	**952.280**	**150.904**	**150.904**	**0**	**0**

- **00HS - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Curaçá/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5378	2.052.000	2.152.000	2.151.999	515.437	421.564
Total	**2.052.000**	**2.152.000**	**2.151.999**	**515.437**	**421.564**

- **00HV - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Formoso/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

5368	3.420.000	3.520.000	3.520.000	1.713.191	1.704.681
Total	**3.420.000**	**3.520.000**	**3.520.000**	**1.713.191**	**1.704.681**

- **00HW - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Gorutuba/MG**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
5370	6.840.000	840.000	840.000	0	0
Total	**6.840.000**	**840.000**	**840.000**	**0**	**0**

- **00HY - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Maniçoba/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
5442	1.299.600	1.666.658	1.666.657	378.510	373.185
Total	**1.299.600**	**1.666.658**	**1.666.657**	**378.510**	**373.185**

- **00HZ - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Mirorós/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
5348	2.535.588	8.022.757	8.022.757	843.014	616.150
Total	**2.535.588**	**8.022.757**	**8.022.757**	**843.014**	**616.150**

- **00I0 - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Nilo Coelho/PE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
5354	10.260.000	8.703.406	8.703.403	1.021.951	1.021.951
Total	**10.260.000**	**8.703.406**	**8.703.403**	**1.021.951**	**1.021.951**

- **00I3 - Transferência de Perímetros Públicos de Irrigação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
12OB	37.000.000	33.480.000	20.491.368	8.688.340	8.656.851
Total	**37.000.000**	**33.480.000**	**20.491.368**	**8.688.340**	**8.656.851**

OBJETIVO: 0543 - Viabilizar a administração, operação, manutenção, revitalização, regularização e o apoio à produção dos perímetros de interesse social, visando garantir sua gestão operacional

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00I2 - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação São Gonçalo/PB**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
5980	3.420.000	2.774.000	1.054.850	849.559	849.559
Total	**3.420.000**	**2.774.000**	**1.054.850**	**849.559**	**849.559**

- **021B - Administração, operação, manutenção, revitalização e apoio à produção em projetos públicos de irrigação de interesse social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**

Plano Mais Brasil

20EY	69.838.347	74.365.216	55.685.968	31.295.474	29.572.191
20WP	47.028.048	35.451.520	31.609.675	9.804.403	6.605.857
Total	**116.866.395**	**109.816.736**	**87.295.643**	**41.099.878**	**36.178.048**

- **021J - Transferência da gestão dos empreendimentos de interesse social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
5984	9.000.000	0	0	0	0
Total	**9.000.000**	**0**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0544 - Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **021K - Construção de barragem para fins de irrigação no Rio Imburuçu/GO**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
12FZ	1.674.707	0	0	0	0
Total	**1.674.707**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **021O - Construção do Canal de Irrigação Jaguari/RS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
12G2	8.000.000	0	0	0	0
Total	**8.000.000**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **021Q - Construção do Canal de Irrigação Taquarembó/RS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
12G3	8.000.000	0	0	0	0
Total	**8.000.000**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **021T - Estudos e projetos para implantação de perímetros de irrigação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2E50	21.500.000	3.105.607	1.474.143	127.548	127.548
6566	4.900.000	4.100.000	100.000	0	0
Total	**26.400.000**	**7.205.607**	**1.574.143**	**127.548**	**127.548**

- **0229 - Implantação do Perímetro de Irrigação Jonas Pinheiro/MT**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
12FR	39.076.492	5.000.000	5.000.000	0	0
Total	**39.076.492**	**5.000.000**	**5.000.000**	**0**	**0**

- **022B - Implantação do Perímetro de Irrigação Manoel Dionísio/SE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12FP	10.000.000	0	0	0	0
Total	**10.000.000**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **022E - Implantação do Perímetros de Irrigação - Nacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10BC	58.588.257	58.088.257	749.994	0	0
Total	**58.588.257**	**58.088.257**	**749.994**	**0**	**0**

- **022H - Implantação do Perímetro de Irrigação Santa Cruz do Apodi/RN**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
100N	34.200.000	53.186.948	53.186.948	15.974.220	10.233.688
Total	**34.200.000**	**53.186.948**	**53.186.948**	**15.974.220**	**10.233.688**

- **022O - Implantação do Perímetro de Irrigação Itamarati II/MS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7M38	24.174.188	0	0	0	0
Total	**24.174.188**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **022T - Implantação dos Perímetros de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano/AL**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
140C	4.500.000	4.058.120	4.049.997	785.195	785.195
Total	**4.500.000**	**4.058.120**	**4.049.997**	**785.195**	**785.195**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2028 - Defesa Agropecuária

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**393.576**	**453.576**	**190.799**
Despesas Correntes	269.972	269.972	121.591
Despesas de Capital	123.604	183.604	69.208
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**393.576**	**453.576**	**190.799**

OBJETIVO: 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **012X - Coordenação, supervisão, apoio às instâncias intermediárias e locais e auditoria do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QY	120.000.000	120.000.000	43.165.349	39.780.037	340.328
Total	**120.000.000**	**120.000.000**	**43.165.349**	**39.780.037**	**340.328**

- **04BQ - Promoção da Defesa Agropecuária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZW	202.881.986	243.281.986	197.424.368	121.110.209	73.069.155
Total	**202.881.986**	**243.281.986**	**197.424.368**	**121.110.209**	**73.069.155**

- **04D4 - Fiscalização das Atividades Agropecuárias**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZX	56.023.789	56.023.789	26.685.481	23.407.771	22.162.645
Total	**56.023.789**	**56.023.789**	**26.685.481**	**23.407.771**	**22.162.645**

OBJETIVO: 0367 - Modernizar os Laboratórios Nacionais Agropecuários e Qualificar a Oferta de Serviços da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, com vistas a aprimorar o atendimento às demandas de Defesa Agropecuária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0136 - Ampliar a capacidade analítica da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
152L	0	19.600.000	0	0	0
Total	**0**	**19.600.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0620 - Estruturar os serviços em sanidade e rastreabilidade pesqueira e aquícola para garantir a sustentabilidade e a qualidade dos recursos pesqueiros

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **04BO - Promoção da Sanidade e da Qualidade da Produção Pesqueira e Aquícola**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XZ	14.670.000	14.670.000	14.117.963	6.500.567	500.567
Total	**14.670.000**	**14.670.000**	**14.117.963**	**6.500.567**	**500.567**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2042 - Inovações para a Agropecuária

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**622.421**	**622.421**	**223.613**
Despesas Correntes	379.633	379.633	192.317
Despesas de Capital	242.788	242.788	31.296
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**622.421**	**622.421**	**223.613**

OBJETIVO: 0842 - Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03GG - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de tecnologias para atender a agricultura familiar, os grandes desafios nacionais, a competitividade e a sustentabilidade da agropecuária brasileira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y6	446.210.121	438.210.121	365.002.789	182.685.193	173.931.724
Total	**446.210.121**	**438.210.121**	**365.002.789**	**182.685.193**	**173.931.724**

- **03GJ - Transferência de tecnologias (TT) para viabilizar o desenvolvimento rural sustentável**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8924	111.596.766	111.596.766	52.860.359	25.053.895	24.375.902
Total	**111.596.766**	**111.596.766**	**52.860.359**	**25.053.895**	**24.375.902**

OBJETIVO: 0845 - Pesquisar e desenvolver tecnologias para os sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos biomas Mata Atlântica e Amazônia.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03GM - Geração, transferência e difusão de tecnologias sustentáveis, adequadas aos sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos Biomas da Mata Atlântica e Amazônia**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZY	54.614.245	54.614.245	15.190.918	13.605.145	13.292.669
Total	**54.614.245**	**54.614.245**	**15.190.918**	**13.605.145**	**13.292.669**

OBJETIVO: 0846 - Modernizar a infraestrutura, a estrutura organizacional - institucional e a gestão, visando a inovação e a consolidação da atuação interna e externa em PD&I agropecuária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03GR - Modernização e ampliação da infraestrutura física da Embrapa**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
153F	0	8.000.000	8.000.000	2.269.038	2.269.038
Total	**0**	**8.000.000**	**8.000.000**	**2.269.038**	**2.269.038**

- **048X - Ampliação e modernização da infraestrutura, aperfeiçoamento da gestão e integração das Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas (OEPAS)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
116Z	10.000.000	10.000.000	5.250.000	0	0
Total	**10.000.000**	**10.000.000**	**5.250.000**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**318.327**	**319.410**	**182.531**
Despesas Correntes	253.597	256.689	163.798
Despesas de Capital	64.730	62.721	18.732
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**318.327**	**319.410**	**182.531**

OBJETIVO: 0646 - Coordenar a formulação, o planejamento e a avaliação da Política Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os Estados, com a política ambiental e com as demais políticas setoriais, considerando a necessária participação da sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02GA - Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos e definição de estratégias para a sua implementação, em articulação com entes do Singreh e envolvendo a participação da sociedade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
142D	150.000	120.000	8.497	8.497	8.497
20VS	1.937.000	1.937.000	1.195.808	349.267	349.267
Total	**2.087.000**	**2.057.000**	**1.204.306**	**357.764**	**357.764**

OBJETIVO: 0650 - Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02GE - Implementação e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de Recursos Hídricos: plano, enquadramento, outorga, cobrança e sistema de informação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00LX	78.108.386	81.369.835	60.302.878	53.688.451	53.688.451
20WI	208.516.592	208.516.592	196.502.699	122.262.410	121.936.025
2D93	400.000	320.000	29.972	29.972	29.972
Total	**287.024.978**	**290.206.427**	**256.835.549**	**175.980.833**	**175.654.448**

OBJETIVO: 0662 - Promover a consolidação e a estruturação técnico e institucional dos entes envolvidos no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com foco nas instâncias de representação colegiada e órgãos gestores estaduais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02GU - Apoio à estruturação técnica e institucional dos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12DS	2.000.000	2.000.000	128.372	0	0
4928	100.000	100.000	100.000	0	0

4980	100.000	100.000	100.000	0	0
Total	**2.200.000**	**2.200.000**	**328.372**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0665 - Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02H1 - Preservação, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais em Bacias Hidrográficas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20VR	4.215.000	4.215.000	303.719	151.575	92.507
Total	**4.215.000**	**4.215.000**	**303.719**	**151.575**	**92.507**

- **02H3 - Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
10ZW	22.800.000	20.731.889	18.507.008	6.040.438	5.995.192
Total	**22.800.000**	**20.731.889**	**18.507.008**	**6.040.438**	**5.995.192**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2052 - Pesca e Aquicultura

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**520.824**	**524.144**	**38.907**
Despesas Correntes	193.406	183.611	29.389
Despesas de Capital	327.418	340.533	9.518
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**520.824**	**524.144**	**38.907**

OBJETIVO: 0567 - Promover a produção aquícola e pesqueira de forma sustentável com foco no potencial brasileiro e nos recursos sub-explotados e inexplotados

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **026M - Operação de centros integrados de recursos pesqueiros e aquicultura, estações de piscicultura e centro de pesquisa em aquicultura**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2819	3.237.105	3.334.169	2.845.011	2.175.700	2.175.509
Total	**3.237.105**	**3.334.169**	**2.845.011**	**2.175.700**	**2.175.509**

- **04EO - Fomento á Produção Pesqueira e Aquícola**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8687	50.000	50.000	0	0	0
5352	50.000	50.000	49.999	42.409	28.124
5406	110.000	88.000	0	0	0
20NE	500.000	400.000	0	0	0
20Y0	371.006.487	371.006.484	93.061.885	20.489.770	18.368.707
5464	900.000	720.000	270.586	270.586	270.586
Total	**372.616.487**	**372.314.484**	**93.382.470**	**20.802.766**	**18.667.417**

OBJETIVO: 0572 - Implementar infraestruturas integrantes da cadeia produtiva aquícola e pesqueira para promover a produção, a agregação de valor e a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **027I - Implantação de Terminais Pesqueiros Públicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7U12	0	800.000	0	0	0
14TI	15.406.664	14.391.605	12.556.799	6.247.609	6.247.609
Total	**15.406.664**	**15.191.605**	**12.556.799**	**6.247.609**	**6.247.609**

- **04DZ - Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y1	91.229.459	91.229.458	48.722.503	3.771.374	3.771.374
5372	140.000	140.000	139.990	139.990	139.253
5282	100.000	80.000	0	0	0
Total	**91.469.459**	**91.449.458**	**48.862.493**	**3.911.364**	**3.910.626**

OBJETIVO: 0576 - Promover a inclusão social, o acesso à cidadania, à educação e à qualificação profissional com vistas à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquicultura

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **028G - Ampliação do acesso à subvenção do óleo diesel, com foco na pesca artesanal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0080	22.163.850	22.163.850	19.125.983	5.002.442	5.002.442
Total	**22.163.850**	**22.163.850**	**19.125.983**	**5.002.442**	**5.002.442**

OBJETIVO: 0583 - Orientar a gestão da atividade pesqueira para a promoção da exploração sustentável dos recursos pesqueiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02AA - Elaboração de planos de gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8352	400.000	320.000	1.816	1.816	1.816
Total	**400.000**	**320.000**	**1.816**	**1.816**	**1.816**

- **02AE - Estruturação do sistema de fiscalização da atividade pesqueira e aquícola**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20J0	0	3.859.992	3.859.992	323.114	323.114
Total	**0**	**3.859.992**	**3.859.992**	**323.114**	**323.114**

- **02AG - Gestão do banco genético de espécies de peixes da região Nordeste**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6425	100.000	80.000	0	0	0
Total	**100.000**	**80.000**	**0**	**0**	**0**

- **04AW - Fiscalização e monitoramento da atividade pesqueira e aquícola para a sustentabilidade dos recursos pesqueiros e aquícolas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y2	15.430.487	15.430.487	11.562.988	441.950	410.350
Total	**15.430.487**	**15.430.487**	**11.562.988**	**441.950**	**410.350**

Ministério do Planejamento

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA